

2010

RELATÓRIO ANUAL



PAÍSES MEMBROS REGIONAIS E NÃO REGIONAIS

ARGÉLIA	ARGENTINA
ANGOLA	ÁUSTRIA
BENIM	BÉLGICA
BOTSUANA	BRASIL
BURQUINA FASO	CANADÁ
BURUNDI	CHINA
CAMARÕES	DINAMARCA
CABO VERDE	FINLÂNDIA
REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA	FRANÇA
CHADE	ALEMANHA
COMORES	ÍNDIA
CONGO	ITÁLIA
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO	JAPÃO
COSTA DO MARFIM	KOWEIT
JIBUTI	PAÍSES BAIXOS
EGIPTO	NORUEGA
GUINÉ EQUATORIAL	PORTUGAL
ERITREIA	ARÁBIA SAUDITA
ETIÓPIA	COREIA DO SUL
GABÃO	ESPANHA
GÂMBIA	SUÉCIA
GANA	SUÍÇA
GUINÉ	REINO UNIDO
GUINÉ-BISSAU	ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
QUÊNIA	
LESOTO	
LIBÉRIA	
LÍBIA	
MADAGÁSCAR	
MALAVI	
MALI	
MAURITÂNIA	
MAURÍCIA	
MARROCOS	
MOÇAMBIQUE	
NAMÍBIA	
NÍGER	
NIGÉRIA	
RUANDA	
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	
SENEGAL	
SEICHELES	
SERRA LEOA	
SOMÁLIA	
ÁFRICA DO SUL	
SUDÃO	
SUAZILÂNDIA	
TANZÂNIA	
TOGO	
TUNÍSIA	
UGANDA	
ZÂMBIA	
ZIMBABUÉ	



**BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO
FUNDO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO**

CONSELHOS DE GOVERNADORES

**BAD
Quadragésima sexta
Assembleia Anual**

**FAD
Trigésima sétima
Assembleia Anual**

Lisboa, Portugal
9-10 de Junho de 2011

RELATÓRIO

elaborado pelos
Conselhos de Administração

do
Banco Africano de Desenvolvimento

e do
Fundo Africano de Desenvolvimento

relativo ao período de
1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2010

AGRADECIMENTOS

Este Relatório Anual foi preparado pelo Departamento de Estatística do Complexo do Economista-Chefe sob a orientação geral dos Conselhos de Administração e sob a supervisão directa do Comité do Conselho composto por: Mohit Dhoorundhur (Presidente), Bruce Montador, Elfatih Mohamed Khalid, Mary Consolate Muduuli, Shehu Yahaya e André Nzapayeke.

Equipa de trabalho encarregada do Relatório Anual: M. Ncube, Economista-Chefe e Vice-Presidente; C. Lufumpa, Director do Departamento de Estatística; B. Kokil, Chefe da Divisão de Estatísticas Económicas e Sociais; F. Lawson, P. Lartey, N. Letsara e L. Kouakou, Departamento de Estatística; R. Ubogu (Consultor); P. Quarcoo (Consultor); M. Msuya (Consultor); A. Portella (Consultor); e S. Jones (Consultora/Editora da versão inglesa).

Equipa de tradução e edição de francês: J. Edjangue, Chefe da Divisão de Tradução Francesa; A. Rutayisire e B. Lo, Departamento de Serviços Linguísticos.

Equipa Financeira: C. Boamah, Director do Departamento de Controlo Financeiro; A. Odukomaiya, Chefe da Divisão de Contas e Fundos Especiais; M. Derbel; e S. Oppong, Departamento de Controlo Financeiro.

Comité de Coordenação da Gestão Sénior: A equipa responsável pelo Relatório Anual agradece o contributo e o apoio regular do Comité de Coordenação da Gestão Sénior (SMCC), bem como a supervisão e orientação prestadas em diversos momentos durante a preparação do Relatório.

Todos os departamentos e unidades organizacionais: A equipa responsável pelo Relatório Anual agradece os contributos e comentários recebidos de todos os departamentos e unidades organizacionais dos vários complexos durante a preparação do Relatório.

Fotografias: Unidade de Relações Externas e Comunicação.

As denominações utilizadas nesta publicação não implicam qualquer tomada de posição do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento sobre o estatuto jurídico de qualquer país ou território ou sobre o traçado das suas fronteiras. Tendo envidado todos os esforços no sentido de apresentar informações fiáveis, o Banco Africano de Desenvolvimento declina toda e qualquer responsabilidade pelas consequências decorrentes da sua utilização.

Departamento de Estatística
Banco Africano de Desenvolvimento
Agência Temporária de Relocalização (ATR)
BP 323, 1002 Tunis Belvédère
Tunes, TUNÍSIA
Tel.: (216) 71 10 21 75
Fax: (216) 71 83 24 09

Design/layout por Phoenix Design Aid AS/ Dinamarca ISO 14001/ISO 9001
Empresa neutra em termos de emissões de CO₂, certificada e aprovada.
Impressão por Scanprint, utilizando papel reciclado respeitador do ambiente e tintas vegetais. O material impresso é reciclável.
Certificada de acordo com a norma ISO 14001 e aprovada pelo EMAS.

ISSN - 1737832X

ÍNDICE

Lista de quadros, gráficos e caixas	v
Acrónimos	vii
Caixa de factos rápidos	xi
O Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento	xii
Os Conselhos de Administração	xvi
Mensagem do Presidente do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento	xvii
Sumário Executivo	xviii
Definição dos sectores de intervenção do Grupo do Banco	xxviii

PARTE I

ACTIVIDADES DO GRUPO DO BANCO DE APOIO À EFICÁCIA E AOS RESULTADOS DA AJUDA AO DESENVOLVIMENTO 1

CAPÍTULO 1

DESCRIÇÃO GERAL DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E O PAPEL DO BANCO 3

Descrição geral da situação económica e perspectivas	4
O papel do Banco	6

CAPÍTULO 2

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS E PRIORIDADES DO GRUPO DO BANCO 9

Introdução	10
Eficácia da ajuda ao desenvolvimento e gestão orientada para os resultados	10
Investimento em infra-estruturas	12
Alargamento do investimento no sector privado	17
Apoio a reformas económicas e de governação	20
Promoção do ensino superior, da tecnologia e da formação profissional	22
Promoção da integração regional	23
Apoio a países frágeis	26
Apoio a países de rendimento médio	27
Agricultura e desenvolvimento rural	28
Promoção do desenvolvimento social e humano	30
Energia, ambiente e alterações climáticas	31
Promoção da igualdade de género	33
Desenvolvimento de conhecimentos a partir de actividades operacionais	34
Mobilização de recursos	40
Parcerias e actividades de cooperação	42

CAPÍTULO 3

OPERAÇÕES DO GRUPO DO BANCO 45

Descrição geral das operações do Grupo do Banco	46
Operações do BAD	48
Operações do FAD	52
Operações do FFN	53
Operações do Grupo do Banco por sub-região	54
África Setentrional	54
África Ocidental	55
África Oriental	56
África Austral	57
África Central	58

CAPÍTULO 4	
GESTÃO E REFORMAS INSTITUCIONAIS	59
Reformas institucionais	60
Análise da conformidade e mediação	62
Avaliação das operações	63
Auditoria Interna	63
Integridade e anticorrupção	63
Serviços jurídicos	64
Gestão e desenvolvimento de conhecimentos	64
Gestão das tecnologias da informação e da comunicação	70
Gestão de recursos humanos	70
Aprovisionamento e gestão financeira	71
Comunicações e relações externas	71
Serviços de adjudicação institucionais	72
CAPÍTULO 5	
ACTIVIDADES DOS CONSELHOS	73
Conselhos de Governadores	71
Conselhos de Administração	76
PERFIS DOS PROJECTOS E PROGRAMAS APROVADOS EM 2010	79
Perfis dos projectos e programas aprovados pelo BAD, 2010	
Sector público	80
Sector privado	87
Perfis dos projectos e programas aprovados pelo FAD, 2010	93
Perfis dos projectos e programas aprovados pelo FFN, 2010	108
Perfis das aprovações especiais em 2010	109
PARTE II	
GESTÃO FINANCEIRA E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	113
CAPÍTULO 6	
GESTÃO FINANCEIRA E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BAD, DO FAD E DO FFN	115
Banco Africano de Desenvolvimento	119
Fundo Africano de Desenvolvimento	211
Fundo Fiduciário da Nigéria	238
Apêndices	265
Anexos	277
Índice remissivo	299

LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS E CAIXAS

QUADROS

0.1	Síntese das operações, recursos e financiamentos do Grupo do Banco, 2001-2010	xxv
0.2	Síntese das aprovações do Grupo do Banco, 2010	xxvi
1.1	África – indicadores macroeconómicos, 1990-2012	4
1.2	Indicadores macroeconómicos sub-regionais, 2010	5
2.1	Operações de co-financiamento por fonte e por sector, 2010	39
2.2	Contribuições para fundos temáticos multidoadores, 2010	40
3.1	Aprovações do Grupo do Banco por sector, 2010	47
3.2	Aprovações do BAD por instrumento de financiamento, 2008-2010	49
3.3	Aprovações do FAD por instrumento de financiamento, 2008-2010	51
4.1	KPI para a eficácia institucional em 2010	61
4.2	Rácio de colaboradores do Banco por país em 31 de Dezembro de 2010	68

GRÁFICOS

0.1	Aprovações de créditos e subsídios do Grupo do Banco por sector, 2009-2010	xx
0.2	Aprovações e desembolsos de créditos e subsídios do Grupo do Banco, 2001-2010	xx
0.3	Aprovações cumulativas de créditos e subsídios do Grupo do Banco por instituição, 1967-2010	xx
0.4	Aprovações cumulativas de créditos e subsídios do Grupo do Banco por sector, 1967-2010	xx
0.5	Receitas líquidas do BAD, 2001-2010	xx
2.1	Distribuição subsectorial por infra-estrutura, 2010	12
2.2	Aprovações do BAD para o sector privado, 2006-2010	17
2.3	Operações ao nível do sector privado por classificação de países, 2010	18
2.4	Operações do sector privado por sector, 2010	18
2.5	Composição sectorial das aprovações de créditos e subsídios de projectos multinacionais, 2010	23
2.6	Compromissos para infra-estruturas no âmbito do PPF por REC	23
2.7	Distribuição sectorial dos créditos concedidos pelo Grupo do Banco a MIC, 2010	24
2.8	Distribuição geográfica dos créditos concedidos pelo Grupo do Banco a MIC, 2010	24
2.9	Créditos concedidos pelo Grupo do Banco a MIC por instrumento de financiamento, 2010	24
2.10	Classificação de PMR por situação HIPC, em Dezembro de 2010	37
2.11	Recursos investidos pelo Grupo do Banco em projectos de co-financiamento, 2000-2010	37
2.12	Principais co-financiadores do Grupo do Banco, 2010	38
2.13	Aprovações de fundos fiduciários bilaterais, 2004-2010	38
3.1	Total de aprovações do Grupo do Banco, 2006-2010	46
3.2	Aprovações de créditos e subsídios do Grupo do Banco por sector, 2010	46
3.3	Aprovações cumulativas de créditos e subsídios do Grupo do Banco por sector, 1967-2010	48
3.4	Total de aprovações do BAD, 2006-2010	48
3.5	Aprovações de créditos e subsídios do BAD por país, 2010	50
3.6	Aprovações cumulativas de créditos e subsídios do BAD por sub-região, 1967-2010	50
3.7	Total de aprovações do FAD, 2006-2010	50
3.8	Aprovações de créditos e subsídios do FAD por país, 2010	52
3.9	Aprovações cumulativas de créditos e subsídios do FAD por sub-região, 1974-2010	53
3.10	Aprovações cumulativas do FFN por sub-região, 1976-2010	53
3.11	África Setentrional: Aprovações cumulativas de créditos e subsídios do Grupo do Banco por sector, 1967-2010	55
3.12	África Ocidental: Aprovações cumulativas de créditos e subsídios do Grupo do Banco por sector, 1967-2010	55
3.13	África Oriental: Aprovações cumulativas de créditos e subsídios do Grupo do Banco por sector, 1967-2010	57
3.14	África Austral: Aprovações cumulativas de créditos e subsídios do Grupo do Banco por sector, 1967-2010	57
3.15	África Central: Aprovações cumulativas de créditos e subsídios do Grupo do Banco por sector, 1967-2010	58

CAIXAS

2.1	Marrocos: Projecto de Reforço da Capacidade da Linha Ferroviária Tânger-Marraquexe	13
2.2	Cabo Verde: Projecto de energia eólica Cabeolica	14
2.3	As três iniciativas no domínio da água	16
2.4	Princípios de orientação sobre GAP	19
2.5	Tanzânia: Projecto de apoio institucional para a boa governação	20
2.6	Ruanda: Projecto do Centro Regional de Excelência na área das TIC	21
2.7	Mali: Projecto de produção de açúcar de Markala	26
2.8	Egipto: Apoio ao Programa Nacional de Substituição de Táxis (NTRS)	29
2.9	Classificação DSF de países aplicada durante 2010	36
4.1	Reforço das capacidades dos escritórios de representação	67

ACRÓNIMOS

3ADI	Iniciativa de desenvolvimento do sector agro-empresarial e agro-industrial em África	BEI	Banco Europeu de Investimento
AAF	Fundo Agrícola Africano	BERD	Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento
AAP	Plano de Acção para África (UA/NEPAD)	BM	Banco Mundial
ACBF	Fundação Africana para o Reforço de Capacidades	BMD	Banco Multilateral de Desenvolvimento
ACR	Relatório sobre a Competitividade em África	BOAD	Banque Ouest Africaine de Développement
ACSP	Programa Africano de Apoio ao Carbono	BRD	Banco regional de desenvolvimento
ADEA	Associação para o Desenvolvimento da Educação em África	BTS	Banque Tunisienne de Solidarité
ADER	Relatório Anual sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento	C-10	Comité de Dez
ADOA	Avaliação da Adicionalidade e dos Resultados do Desenvolvimento	CABRI	Iniciativa Colaborativa para a Reforma Orçamental
ADR	Relatório sobre o Desenvolvimento em África	CAHR	Comité para os Assuntos Administrativos e as Políticas em Matéria de Recursos Humanos
AEC	Conferência Económica Africana	CAO	Comunidade da África Oriental
AfCoP-MFDR	Comunidade Africana de Práticas de Gestão Orientadas para os Resultados da Ajuda ao Desenvolvimento	CBAO	Compagnie bancaire de l'Afrique occidentale
AFD	Agência Francesa para o Desenvolvimento	CDM	Mecanismo de Desenvolvimento Ecológico
AFRITAC	Centro Regional de Ajuda Técnica em África	CDSF	Fundo Especial ClimDev-Africa
AFROSAI	Organização Africana das Instituições Supremas de Auditoria	CE	Centro de excelência
AfT	Aid for Trade (Ajuda ao Comércio)	CE	Comissão Europeia
AGF	Fundo Africano de Garantia	CEA	Comissão Económica para África das Nações Unidas
AgSS	Estratégia para o sector agrícola	CEA	Comissão Económica para África
AgWA	Parceria para a Gestão da Água na Agricultura em África	CEEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
AID	Associação Internacional de Desenvolvimento	CEMA	Conferência de Ministros da Energia Africanos
ALM	Gestão de activos e passivos	CEMAC	Comunidade Económica e Monetária da África Central
AMBD	Comité para os Assuntos Administrativos dos Conselhos de Administração	CfA	Comissão para África
AMCOW	Conselho de Ministros Africanos sobre a Água	CHRM	Departamento de Gestão de Recursos Humanos
ANC	Água não controlada	CIDA	Agência Canadiana para o Desenvolvimento Internacional
ANPP	Rede Africana sobre Aproveitamento Público	CIF	Fundos de Investimento para o Clima
APD	Assistência pública ao desenvolvimento	CLEAR	Centro de Aprendizagem sobre Avaliação e Resultados
APN	Ambiente propício aos negócios	ClimDev	Programa Clima e Desenvolvimento em África
APRM	Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares	COBS	Departamento de Estratégia e Orçamento
ASCC	Comité Africano de Coordenação Estatística	CODE	Comité para as Operações e a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento
AT	Assistência técnica	COMESA	Mercado Comum dos Estados da África Oriental e Austral
ATAF	Fórum Africano de Funcionários da Administração Fiscal	COO	Chefe de Operações
ATR	Agência Temporária de Relocalização	COP	Conferência das Partes
AUFI	Comité de Auditoria e Finanças	CoW	Comité Plenário
AWF	African Water Facility	CPIA	Avaliação das Políticas e das Instituições do País
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento	CPN	Concurso Público Nacional
BAoD	Banco Asiático de Desenvolvimento	CPPR	Avaliação do Desempenho da Carteira de Países
BCEAO	Banco Central dos Estados da África Ocidental	CPR	Avaliação da Carteira de Países
BDM	Banque du développement du Mali		

CRVS	Registo Civil e Estatísticas Vitais	GAFSP	Programa Global sobre Agricultura e Segurança Alimentar
CSI	Indicadores para os sectores-chave	GAP	Plano de Acção sobre Governação
CSP	Documento de Estratégia Nacional	GBAD	Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento
CStP	Perfil Estatístico Nacional	GCI-VI	Sexto aumento geral de capital
CTF	Fundo para as Tecnologias Limpas	GEF	Fundo Global para o Ambiente
CUA	Comissão da União Africana	HEST	Ensino superior, ciência e tecnologia
DAC	Comité de Ajuda ao Desenvolvimento	HIPC	Iniciativa de Apoio a Países Pobres Fortemente Endividados
DBSA	Development Bank of Southern Africa	ICF	Iniciativa de Criação de um Clima de Investimento em África
DEG	Deutsche Investitions - und Entwicklungsgesellschaft	ICP	Programa de Comparação Internacional
DFI	Instituição Financeira de Desenvolvimento	IDB	Banco Interamericano de Desenvolvimento
DfID	Departamento de Desenvolvimento Internacional (RU)	IDC	Industrial Development Corporation of South Africa
DRTF	Fundo Fiduciário de Alívio da Dívida	IDE	Investimento directo estrangeiro
DSE	Direito de Saque Especial	IF	Instituição financeira
DSF	Quadro de Sustentabilidade da Dívida	IFAD	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
EBID	Banco de Investimento e Desenvolvimento da CEEAO	IFC	International Finance Corporation
ECCAS	Comunidade Económica dos Estados da África Central	IGAD	Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento
EDF	Fundo para o Desenvolvimento da Electrificação	IMF	Instituição de microfinanciamento
EITI	Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extractivas	IPR	Relatório sobre os progressos na implementação e os resultados
EMCP	Programa de Controlo e Gestão das Despesas	IRM	Mecanismo de análise independente
EPSA	Assistência Reforçada ao Sector Privado em África	IsDB	Banco Islâmico de Desenvolvimento
ER	Escritório de representação	ISP	Programa de Apoio Institucional
ERC	Egyptian Refining Company	IWRM	Gestão integrada dos recursos hídricos
ESW	Estudos económicos e sectoriais	JBIC	Banco de Cooperação Internacional do Japão
ET4STI	Educação e Formação em Ciência, Tecnologia e Inovação	JICA	Agência Japonesa de Cooperação Internacional
ETAP	Entreprise Tunisienne d'Activités Pétrolières	JPA	Parceria Conjunta para África
EVSL	Empréstimo com <i>spread</i> variável bonificado	KCB	Banco Comercial do Quênia
FAD	Fundo Africano de Desenvolvimento	KEXIM	Banco de Exportações e Importações da Coreia
FAD-XII	Décima segunda reconstituição geral do Fundo Africano de Desenvolvimento	KFAED	Fundo do Koweit
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura	KOAFEC	Cooperação Económica Coreia-África
FAPA	Fundo de Assistência ao Sector Privado Africano	KPI	Indicadores fundamentais de desempenho
FCR	Rácio de custos fixos	LDC	Linha de crédito
FFN	Fundo Fiduciário da Nigéria	LIBOR	Taxa interbancária apresentada em Londres
FIP	Programa de Investimento para as Florestas	M&E	Monitorização e avaliação
FMI	Fundo Monetário Internacional	MCC	Millennium Challenge Corporation
FMO	The Netherlands Development Finance Corporation	MDRI	Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral
FSF	Facilidade de Apoio a Países Frágeis	MDWPP	Programa de Parceria Multidoadores para a Água
FSL	Empréstimo com <i>spread</i> fixo	ME	Microempresa
		MfDR	Gestão para os resultados da ajuda ao desenvolvimento
		MIC	País de rendimento médio

MIC-TAF	Fundo de assistência técnica aos países de rendimento médio	PFMRP	Programa de Reformas da Gestão das Finanças Públicas
MLTSF	Estudo sobre o quadro estratégico de médio e longo prazo (NEPAD)	PIB	Produto Interno Bruto
MOU	Memorando de Entendimento	PIDA	Programa para o Desenvolvimento de Infra-estruturas em África
MTS	Estratégia de médio prazo	PME	Pequenas e Médias Empresas
MW	Mega Watts	PMI	Programa para a Integração Mínima (UA)
N.A.	Não aplicável (n.a.)	PMR	País Membro Regional
N-AMCOW	Conselho de Ministros Africanos sobre a Água para a Sub-região da África Setentrional	PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
NELSAP	Programa de Acção Subsidiária para os Lagos Equatoriais do Nilo	PPCR	Programa-piloto sobre Resistência ao Clima
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento de África	PPF	Mecanismo de Preparação de Projectos (NEPAD)
NEPAD-IPPF	Mecanismo de preparação de projectos de infra-estruturas no âmbito da NEPAD	PPP	Parceria público-privada
NEXIM	Banco de Exportações e Importações da Nigéria	PRSP	Documento de Estratégia de Redução da Pobreza
NIRF	Normas internacionais de relato financeiro	PTA Bank	Eastern and Southern Trade Development Bank
NPCA	Agência de planeamento e coordenação no âmbito da NEPAD	QC	Qualidade de concepção
NPoA	Plano de Acção Nacional	RAP	Plano de Acção de Realojamento
NSB	Nasser Savings Bank	RCB	Banco das comunidades rurais
NTRS	Programa Nacional de Substituição de Táxis	RDC	República Democrática do Congo
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico	REC	Comunidade económica regional
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio	REDD	Reduzir as emissões geradas pela desflorestação e evitar a degradação
OFID	Fundo OPEP	RIS	Estratégia de integração regional
OIT	Organização Internacional do Trabalho	RISP	Documento de Estratégia de Integração Regional
OMC	Organização Mundial do Comércio	RIStP	Perfil Estatístico de Integração Regional
OMS	Organização Mundial da Saúde	RLF	Quadro Lógico baseado em Resultados
ONCF	Companhia Nacional de Caminhos-de-Ferro (Marrocos)	RMF	Quadro de Medição de Resultados
ONEC	Energia, ambiente e alterações climáticas	RNB	Rendimento Nacional Bruto
ONS	Operações não soberanas	RPHC	Ronda de Recenseamento da População e da Habitação
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo	RR	Análise de Prontidão
OpsCom	Comité de Operações	RWSSI	Iniciativa de Abastecimento de Água e Saneamento às Comunidades Rurais
ORQR	Departamento de Qualidade e Resultados	SADC	Comunidade de Desenvolvimento dos Países da África Austral
OSP	Operações do sector privado	SAP	Sistemas, Aplicações e Produtos
PAM	Programa Alimentar Mundial	SCF	Fundo Estratégico para o Clima
PAP	Plano de Aposentação do Pessoal	SDC	Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação
PBA	Afectação baseada no desempenho	SEFA	Fundo para as Energias Sustentáveis em África
PBO	Operações para a implementação de políticas	SFW	Fundo Especial para a Água
PBR	Países de baixo rendimento	SHaSA	Estratégia para a Harmonização das Estatísticas em África
PBS	Plano de Benefícios de Saúde	SIDA	Agência Sueca para a Cooperação e o Desenvolvimento Internacional
PCR	Relatório de conclusão do projecto		
PD	Portal de dados		
PEA	Perspectivas Económicas em África		
PFM	Aprovisionamento e gestão financeira		

SMCC	Comité de Coordenação da Gestão Sénior
SREP	Programa de Reforço das Energias Renováveis nos Países de Baixo Rendimento
SRF	Fundo Especial de Alívio da Dívida
STAP	Plano de Acção de curto prazo (NEPAD)
STI	Ciência, tecnologia e inovação
STRG	Gabinete de Estratégia
TAF	Fundo de Assistência Técnica
TI	Tecnologias da informação
TIC	Tecnologias da informação e comunicação
TVET	Educação e formação técnica e profissional
UA	União Africana
UC	Unidade de Conta
UE	União Europeia
UMA	União Magrebe-Árabe
UNAIDS	Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o VIH/SIDA
UNCCD	Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento
UNFPA	Fundo das Nações Unidas para a População
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIDO	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
UNSD	Divisão de Estatística das Nações Unidas
VAL	Valor actual líquido
VOC	Custos operacionais dos veículos
WAEMU	União Económica e Monetária da África Ocidental
WAN	Rede de área alargada
WPP	Programa de Parceria para a Água
WRM	Gestão dos recursos hídricos
WSS	Abastecimento de água e saneamento
XSR	Relatório de Supervisão Alargado
Zim-Fund	Fundo Fiduciário Multidoadores do Zimbabué

FACTOS RÁPIDOS

GRUPO DO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO

Instituições constituintes	Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD) Fundo Fiduciário da Nigéria (FFN)
Accionistas	53 países africanos (países membros regionais) 24 países não africanos (países membros extra-regionais)
Missão	Promover o desenvolvimento económico sustentável e reduzir a pobreza em África
Capital autorizado em 31 de Dezembro de 2010	67,69 mil milhões de UC
Capital subscrito em 31 de Dezembro de 2010	23,92 mil milhões de UC
Capital realizado em 31 de Dezembro de 2010	2,38 mil milhões de UC
Operações aprovadas, 2010	139 operações, totalizando 4,10 mil milhões de UC, financiadas da seguinte forma: BAD: 2,58 mil milhões de UC FAD: 1,46 mil milhões de UC FFN: 29,5 milhões de UC Fundos especiais*: 32,4 milhões de UC
Das quais:	3,08 mil milhões de UC (53 operações)
Créditos	596,6 milhões de UC (56 operações)
Subsídios	203,0 milhões de UC (6 operações)
HIPC	189,9 milhões de UC (11 operações)
Participações de capital	32,4 milhões de UC (13 operações)
Fundos especiais*	
Aprovações sectoriais, 2010	Infra-estruturas: 2,60 mil milhões de UC (70,9 por cento do total de créditos e subsídios) Sector financeiro: 319,9 milhões de UC (8,7%) Actividades multissetoriais: 301,2 milhões de UC (8,2%) Sector social: 193,6 milhões de UC (5,3%) Indústria, exploração de minas e pedreiras: 188,0 milhões de UC (5,1%) Agricultura e desenvolvimento rural: 68,3 milhões de UC (1,9%)
Total de aprovações cumulativas de créditos e subsídios, 1967-2010	3.526 créditos e subsídios totalizando 55,93 mil milhões de UC

*Fundos especiais: Estas aprovações respeitam às operações da African Water Facility, da Iniciativa de abastecimento de água e saneamento às comunidades rurais e do Fundo global para o ambiente.

O GRUPO DO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO

integra

O Banco Africano de Desenvolvimento

O Fundo Africano de Desenvolvimento

O Fundo Fiduciário da Nigéria

O Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento tem por objectivo supremo impulsionar o desenvolvimento económico sustentável e o progresso social nos países membros regionais (PMR) que o integram, contribuindo desse modo para reduzir a pobreza. O Grupo do Banco atinge este objectivo mediante: (1) a mobilização e afectação de recursos para investimentos em PMR; e (2) a prestação de consultoria política e de assistência técnica para apoiar os esforços de desenvolvimento.

O Banco Africano de Desenvolvimento

O BAD é um banco multilateral de desenvolvimento que tem como accionistas 53 países africanos (países membros regionais – PMR) e 24 países não africanos (países membros extra-regionais – PMER). Foi fundado em 1964 e iniciou oficialmente as suas operações em 1967. Tem sede em Abidjan, Costa do Marfim. Contudo, devido à instabilidade política neste país, em 2003 o Conselho de Governadores do BAD decidiu transferir o Banco para a sua actual Agência Temporária de Relocalização (ATR) em Tunes, na Tunísia.

O Grupo do Banco tem por principal objectivo contribuir para o desenvolvimento económico sustentável e o progresso social dos seus membros regionais, individual e conjuntamente. Para esse efeito, financia um elevado número de projectos e programas de desenvolvimento através de: (1) créditos ao sector público (incluindo créditos para a implementação de políticas), créditos ao sector privado e investimentos de capital; (2) prestação de assistência técnica a projectos e programas de apoio institucionais; (3) investimento de capitais privados e públicos; (4) assistência na coordenação das políticas e planos de desenvolvimento dos PMR; e (5) subsí-

dios até um milhão de dólares americanos para assistência de emergência até duas operações por país, por ano, no máximo. O Banco dá prioridade a projectos e programas nacionais e multinacionais que promovam a cooperação e integração económica regional.

O Acordo que estabelece o Banco Africano de Desenvolvimento (o Acordo) designa o Conselho de Governadores como entidade máxima a quem compete definir as políticas. O Conselho de Governadores, que integra um representante de cada país membro, emite directrizes gerais sobre as operações do Banco, aprova alterações ao Acordo e supervisiona a admissão de novos membros e aumentos de capital do Banco. O Conselho de Governadores do BAD reúne-se, pelo menos, uma vez por ano. O Conselho de Governadores do BAD elege um Conselho de Administração composto por 20 membros em quem delega poderes, à excepção dos que lhe estão expressamente reservados no Acordo. Treze membros do Conselho de Administração são eleitos entre os PMR e sete entre os PMER para um mandato de três anos renovável por um mandato. O Conselho de Administração fiscaliza todas as operações do Banco.

O Conselho de Governadores elege o presidente do Grupo do Banco para um

mandato de 5 anos, renovável por um mandato. O Presidente, que tem obrigatoriamente de ser oriundo de um PMR, preside ao Conselho de Administração, nomeia vice-presidentes (após consulta dos Conselhos) e gere as operações correntes do Banco.

O BAD fornece créditos aos seus clientes em termos não concessionais. Em 1997, introduziu 3 novos produtos de crédito para satisfazer as necessidades dos seus clientes, designadamente: o crédito em moeda única a taxa variável, o crédito em moeda única a taxa flutuante e o crédito em moeda única a taxa fixa. A taxa de juro para o crédito em moeda única a taxa variável baseia-se no custo trimestral médio da totalidade dos créditos contraídos pelo Banco, e não amortizados, especificamente afectados ao financiamento destes créditos. A taxa de juro para o crédito a taxa flutuante baseia-se na LIBOR a 6 meses no cabaz de moedas oferecido pelo Banco. A taxa para créditos a taxa fixa baseia-se nos custos incorridos pelo Banco com os créditos que tem de solicitar para o seu financiamento. Os termos de reembolso dos créditos concedidos pelo Banco são os seguintes:

- Prazo de reembolso até 20 anos, incluindo um período de carência que não pode exceder os 5 anos para créditos ao sector público;

- Prazo de reembolso até 14 anos, incluindo um período de carência que não pode exceder os 4 anos para linhas de crédito (LDC) com garantia pública; e
- Prazo de reembolso entre 5 e 20 anos, incluindo um período de carência entre 1 e 3 anos, para créditos ao sector privado.

O Fundo Africano de Desenvolvimento

O FAD, que integra o BAD e os Estados Participantes, foi fundado em 1973 e iniciou a sua actividade em 1974. Tem por objectivo principal reduzir a pobreza nos PMR mediante a concessão de créditos concessionais e de subsídios para projectos e programas a PMR de baixo rendimento e prestar apoio mediante a concessão de assistência técnica para estudos e actividades de reforço de capacidades.

O Acordo que estabelece o Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD) designa o Conselho de Governadores como entidade máxima a quem compete definir as políticas. O Conselho de Governadores reúne-se, pelo menos, uma vez por ano. O Conselho de Administração do FAD, que inclui sete directores executivos de PMER, nomeados pelos seus círculos eleitores, e sete directores executivos representando o BAD, tem por missão fiscalizar as actividades gerais do Fundo.

Os recursos do Fundo provêm de contribuições e de reconstituições periódicas efectuadas pelos participantes, normalmente de 3 em 3 anos. Para a FAD-XII (2011-2013), os representantes acordaram num nível de reconstituição de 6,10 mil milhões de UC, que representa um aumento de 10,6 por cento relativamente ao nível da FAD-XI.

Não são cobrados juros sobre os créditos concedidos pelo FAD. No entanto, os créditos incluem uma taxa de serviço de 0,75% ao ano sobre os saldos em dívida e uma comissão de manutenção de 0,50% ao ano sobre montantes autorizados não desembolsados. Os créditos para projectos têm um período de reembolso de 50 anos, incluindo um período de carência de 10 anos. As linhas de crédito têm um período de reembolso de 20 anos com um período de carência de 5 anos. O Fundo também concede subsídios a PMR sem cobrar juros.

O Fundo Fiduciário da Nigéria

O FFN é um fundo especial do BAD, criado em 1976 por acordo entre o Grupo do Banco e o Governo da República Federal da Nigéria. Tem por objectivo ajudar os esforços de desenvolvimento de PMR de baixo rendimento, cujas condições económicas e sociais requerem financiamento concessional. O FFN iniciou a sua actividade em Abril de 1976 na sequência da aprovação pelo Conselho

de Governadores do Acordo que estabelece o Fundo Fiduciário da Nigéria. O seu capital inicial, no valor de 80 milhões de dólares americanos, foi reconstituído em 1981 com 71 milhões de dólares americanos.

O Acordo que estabeleceu o FFN previa a sua extinção após 30 anos de vigência. Quando expirou o período inicial de 30 anos, em 25 de Abril de 2006, o Banco e as autoridades nigerianas acordaram duas prorrogações do Acordo por um ano. Nesse ínterim, em Novembro de 2006, foi encomendada uma avaliação independente das actividades do Fundo, que ficou concluída em Julho de 2007. Com base nos seus resultados e recomendações, e na sequência de reuniões celebradas em Novembro de 2007 com o Banco, as autoridades nigerianas concordaram em prorrogar a vigência do FFN por mais 10 anos.

Após a prorrogação do FFN pelo Conselho de Governadores do Banco em 15 de Maio de 2008 e a subsequente aprovação das *Directrizes Operacionais do FFN*, em Dezembro de 2008, pelo Conselho de Administração, o programa de crédito do FFN foi retomado em 2009.



AGÊNCIA TEMPORÁRIA DE RELOCALIZAÇÃO
15, Avenue du Ghana
Angle des rues Pierre de Coubertin et Hedi Nouira
BP 323
1002 Tunis Belvédère
TUNÍSIA
Telefone: (216) 71 333 511
Fax: (216) 71 351 933

PRESIDENTE

12 de Abril de 2011

O Presidente dos
Conselhos de Governadores
Banco Africano de Desenvolvimento
Fundo Africano de Desenvolvimento

Senhor Presidente,

De acordo com o artigo 32.º do Acordo que estabelece o Banco Africano de Desenvolvimento e com os artigos 8.º, 11.º e 12.º das Disposições Gerais elaboradas ao seu abrigo, e em conformidade com o artigo 26.º do Acordo que estabelece o Fundo Africano de Desenvolvimento e com os artigos 8.º, 11.º e 12.º das Disposições Gerais elaboradas ao seu abrigo, tenho a honra, em nome dos Conselhos de Administração do Banco e do Fundo, de submeter as demonstrações financeiras auditadas das duas instituições para o exercício que terminou em 31 de Dezembro de 2010, bem como os orçamentos administrativos para o período a decorrer entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2011.

Este relatório conjunto também analisa os desenvolvimentos registados na economia africana e nas actividades operacionais do Grupo do Banco durante o ano de 2010.

Queira aceitar, Senhor Presidente, os protestos da minha mais elevada consideração.

Donald Kaberuka

Presidente
do

Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento
e

Presidente dos
Conselhos de Administração

O PRESIDENTE E OS DIRECTORES EXECUTIVOS

Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento



CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO

em 31 de Dezembro de 2010

Conselho de Administração do Banco Africano de Desenvolvimento

Presidente: Donald KABERUKA

Directores Executivos	Directores Executivos Substitutos
Abdelhak BENALLEGUE (Argélia)	Augusto I. EMBALO (Guiné-Bissau)
Emmanuel CARRÈRE (França)	Agustin J. Navarro (Espanha)
Mohit DHOORUNDHUR (Maurícia)	Petronella M.N. Mwangala (Zâmbia)
Abdul-Magid GADAD (Líbia)	Mohamed O.H. Khattar (Mauritânia)
Walter Crawford JONES (EUA)	Vago
Masahiro KAN (Japão)	Abdulahman ABUBAKR (Arábia Saudita)
Elfatih M. KHALID (Sudão)	Alieu Momoudou NGUM (Gâmbia)
Moegamat Shahid KHAN (África do Sul)	Motena Ernestine TSOLO (Lesoto)
Hassan A. KHEDR (Egipto)	Almis MOHAMED ABDILLAHI (Jibuti)
Christoph KOHLMAYER (Alemanha)	Vago
Mohamed MAHROUG (Marrocos)	Moufida Jaballah SRARFI (Tunísia)
Bruce MONTADOR (Canadá)	Thamer HUSAIN (Kuwait)
Mary C. MUDUULI (Uganda)	Mulu KETSELA (Etiópia)
Tchéché N'GUESSAN (Costa do Marfim)	Bernardo ABAGA N. MAYIE (Guiné Equatorial)
André NZAPAYEKE (República Centro-Africana)	Sele YALAGHULI (Rep. Dem. do Congo)
Mogens PEDERSEN (Dinamarca)	Tapani H. KIVELÄ (Finlândia)
Mamadou Abdoulaye SOW (Senegal)	Nani Martin GBEDEY (Benim)
Mampuya Pedro F. TOMBWELE (Angola)	Rafique M. JUSOB MAHOMED (Moçambique)
Shehu YAHAYA (Nigéria)	Maria N. C. BATISTA de SOUSA (São Tomé e Príncipe)
Vincenzo ZEZZA (Itália)	Pieter De KEIZER (Países Baixos)

Conselho de Administração do Fundo Africano de Desenvolvimento

Presidente: Donald KABERUKA

Directores Executivos	Directores Executivos Substitutos
Emmanuel CARRÈRE (França)	Agustin J. Navarro (Espanha)
Walter Crawford JONES (EUA)	Alexander SEVERENS (EUA)
Masahiro KAN (Japão)	Abdulahman ABUBAKR (Arábia Saudita)
Elfatih M. KHALID (BAD)	Alieu Momoudou NGUM (Gâmbia)
Moegamat Shahid KHAN (BAD)	Motena Ernestine TSOLO (Lesoto)
Hassan A. KHEDR (BAD)	Almis MOHAMED ABDILLAHI (Jibuti)
Christoph KOHLMAYER (Alemanha)	Vago
Bruce MONTADOR (Canadá)	Thamer HUSAIN (Kuwait)
Mary C. MUDUULI (BAD)	Mulu KETSELA (Etiópia)
André NZAPAYEKE (BAD)	Sele YALAGHULI (Rep. Dem. do Congo)
Mogens PEDERSEN (Dinamarca)	Tapani H. KIVELÄ (Finlândia)
Mamadou Abdoulaye SOW (BAD)	Nani Martin GBEDEY (Benim)
Shehu YAHAYA (BAD)	Maria N. C. BATISTA de SOUSA (São Tomé e Príncipe)
Vincenzo ZEZZA (Itália)	Pieter De KEIZER (Países Baixos)

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO GRUPO DO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO E PRESIDENTE DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO



Donald Kaberuka
Presidente do Grupo
do Banco Africano de Desenvolvimento

Tenho o prazer de apresentar o Relatório Anual do Grupo do Banco de 2010, que examina outro ano positivo para o Banco e para a maioria dos seus países membros. No início do meu segundo mandato, em Setembro de 2010, comprometo-nos a lutar, todos os dias, para consolidar os sucessos alcançados pelo Banco enquanto uma organização de classe mundial, capaz de responder às necessidades de África, mantendo simultaneamente a concentração e evitando desvios ao rumo estratégico. Quando assumimos este compromisso, estávamos plenamente cientes da complexidade dos desafios que tínhamos pela frente, mas sentíamos-nos também optimistas devido às oportunidades que as profun-

das mudanças estruturais na economia mundial proporcionam ao continente africano. Olhando para o futuro, considero que o principal desafio do Banco passa não apenas por fomentar um crescimento forte e sustentável, como também pela promoção da inclusão. Os pequenos sismos e deslocamentos tectónicos na paisagem política da África Setentrional são um sinal claro de que um crescimento económico que não é inclusivo, que não alarga as oportunidades e os horizontes das pessoas, não é sustentável.

A capacidade para consolidarmos os nossos resultados num ambiente externo em constante mudança e, muitas vezes, incerto, deve começar pelo reforço da solidez financeira da instituição, que ficou claramente demonstrada durante a crise financeira. Continuamos a seguir as políticas e práticas de gestão financeira e gestão do risco responsáveis pela boa situação financeira e pelos bons resultados do Banco. As principais agências de notação de *rating* do crédito reafirmaram a notação AAA para a dívida sénior do Banco. O recente aumento geral de capital e os recursos da reconstituição FAD-XII reforçarão a nossa capacidade para cumprir o mandato do Grupo do Banco. Numa época em que a economia mundial se encontra sob pressão e os nossos membros enfrentam uma difícil situação orçamental, este importante resultado salienta o forte apoio dos accionistas ao Banco.

Quero agradecer a todos os nossos accionistas pelo seu apoio inequívoco ao Banco e, pela minha parte, comprometo-me a garantir o cumprimento dos compromissos assumidos.

Por último, não posso deixar de manifestar o meu apreço pela competência e pelo empenho com que o Conselho de Administração e à Direcção orientaram a instituição durante o ano. Um agradecimento muito especial aos colaboradores do Banco pela sua dedicação ao dever e por terem alcançado resultados credíveis, mesmo perante os desafios específicos que enfrentámos na Agência Temporária de Relocalização em Tunes, bem como na nossa sede, em Abidjan. Antecipando um ano pleno de sucessos para os nossos países membros e o Grupo do Banco, submeto este relatório à vossa apreciação.



Donald Kaberuka
Presidente do
Grupo do Banco Africano de
Desenvolvimento e Presidente do
Conselho de Administração

SUMÁRIO EXECUTIVO

Durante o ano de 2010, o Grupo do Banco prosseguiu a implementação da sua Estratégia de médio prazo (2008–2012), focando a sua atenção nas quatro áreas operacionais prioritárias, nomeadamente o desenvolvimento das infra-estruturas, o desenvolvimento do sector privado, a governação e o ensino superior, a tecnologia e a formação profissional. A instituição também consolidou o seu papel enquanto banco de conhecimento à escala do continente, não só através da ampla divulgação dos resultados científicos, da publicação de relatórios de referência e da actualização do seu Portal de Dados, como também realizando estudos económicos e sectoriais (ESW) e retirando ensinamentos da experiência para orientar as suas operações no futuro. O papel do Banco enquanto representante de África nos fóruns internacionais mais importantes foi reforçado com a sua participação activa na terceira Conferência de Cooperação Económica Coreia-África (KOAFEC) realizada em Setembro e, mais recentemente, na Cimeira do G-20 realizada em Novembro em Seul. A mobilização de recursos foi outro resultado importante alcançado durante o ano, tendo o Banco triplicado os seus recursos de capital através do Sexto aumento geral de capital (GCI-VI) de 200%, garantindo simultaneamente um aumento de 10,6% das contribuições dos Estados Participantes para a reconstituição FAD-XII acima do nível da FAD-XI. As aprovações do Grupo do Banco em 2010 ascenderam a 4,10 mil milhões de UC, por oposição aos 8,06 mil milhões de UC registados no ano anterior. O nível de aprovações verificado em 2010 assinalou o regresso das tendências em matéria de concessão de crédito ao seu nível normal, após um ano caracterizado por uma procura sem precedentes de recursos do Grupo do Banco devido à crise financeira mundial.

Descrição geral da situação económica e perspectivas

A recuperação africana da crise económica e financeira mundial, que teve início em 2010, tem sido impulsionada por um aumento da procura interna, das receitas das exportações, das entradas de investimento directo estrangeiro, das transferências de fundos e da ajuda oficial ao desenvolvimento. O crescimento do PIB real subiu para 4,9% em 2010, tendo sido apenas de 3,1% no ano anterior, no pico da crise financeira mundial. Prevê-se que o crescimento volte a descer para 3,7% em 2011 devido à instabilidade sociopolítica que se vive em alguns países africanos, aumentando para 5,8% em 2012.

Estima-se que a taxa de inflação tenha diminuído de 10% em 2009 para 7% em 2010, dado que a procura global permaneceu fraca. No entanto, segundo as previsões a curto prazo, a inflação aumentará marginalmente para 8,4% em 2011, baixando depois para 7,4% em 2012. Estas perspectivas positivas poderão, contudo, não se vir a concretizar se o aumento dos preços das matérias-primas mundiais

verificado no segundo semestre de 2010 se mantiver em 2011.

O défice orçamental do continente diminuiu de 5,2% do PIB em 2009 para 3,3% em 2010. No entanto, em virtude da recente instabilidade sociopolítica vivida em alguns países africanos e das suas repercussões nos países vizinhos, prevê-se que o défice orçamental atinja 3,9% em 2011, diminuindo para 3,2% em 2012.

Analogamente, a balança corrente do continente, que apresentava um défice de 1,6% do PIB em 2009, registou um superávit de 0,4% em 2010. Contudo, prevê-se que este superávit dê lugar a um défice de 0,2% em 2011, voltando a registar-se novamente um superávit de 0,2% em 2012. Existem grandes diferenças entre os PMR ao nível do seu desempenho económico. Tanto o saldo orçamental como a balança corrente dos países exportadores de petróleo melhoraram consideravelmente, enquanto o orçamento e a balança corrente dos países importadores de petróleo continuaram

a registar um défice muito superior ao verificado antes da crise.

Todas as sub-regiões africanas registaram taxas de crescimento do PIB positivas em 2010. Das cinco sub-regiões, a África Oriental e a África Ocidental foram as que tiveram o melhor desempenho, apresentando uma taxa de crescimento do PIB de 6,2% e 6,7%, respectivamente. Estes valores reflectem um padrão semelhante ao de 2009, tendo então a África Oriental registado uma taxa de crescimento de 5,7% e a África Ocidental uma taxa de 5,6%. Na maioria das economias africanas, o crescimento ainda não regressou aos níveis verificados antes da crise e esta tendência moderada deverá manter-se no curto prazo. Os países africanos que exportam principalmente matérias-primas, e que tinham assistido a um abrandamento acentuado em 2009, beneficiaram da melhoria dos preços e do comércio de matérias-primas em 2010. Em muitos países de baixo rendimento e países frágeis, a retoma foi menos visível. No geral, em 2010, mais de metade das economias africanas cresceu a uma taxa inferior à do período de 2001–2008.

Actividades do Grupo do Banco

As actuais prioridades operacionais do Grupo do Banco são definidas com base na sua Estratégia de médio prazo (MTS) para 2008-2012. O lançamento da MTS em 2008 coincidiu com o início das crises dos combustíveis, dos alimentos e financeira, que afectaram significativamente os países membros regionais (PMR). A resposta do Banco às necessidades prementes dos seus clientes durante este período foi célere e flexível. Distribuiu antecipadamente recursos, reestruturou a sua carteira de créditos e ofereceu instrumentos de desembolso rápido para ajudar os PMR a lidar com os efeitos a curto prazo e a reduzir o impacto a longo prazo. No total, os créditos concedidos pelo Grupo de Banco ascenderam a 8,06 mil milhões de UC em 2009, o que representa um aumento de 160,3% face ao nível de 2007 e é um valor muito superior ao originalmente previsto, antes do início da crise.

Entre 2008 e 2010, o investimento total do Banco nas áreas prioritárias das infra-estruturas, do desenvolvimento do sector privado, da governação, do ensino superior, tecnologia e formação profissional ascendeu a 88,4% do total autorizado. Do investimento total nas áreas prioritárias durante este período, as operações soberanas no domínio das infra-estruturas representaram 51,3%, o sector privado 25,0% e a governação 22,0%. De um modo geral, esta distribuição está em conformidade com os objectivos da MTS. No entanto, as operações aprovadas para o ensino superior, ciência e tecnologia representaram menos de 2,0% do total de créditos concedidos, sendo necessário responder a esta necessidade.

A rápida expansão das operações ao nível do sector privado, incluindo nos países de baixo rendimento, tem caracterizado as actividades do Banco desde 2008. Está em curso uma análise da política do Banco sobre o desenvolvimento do sector privado, que ajudará a aperfeiçoar as intervenções no curto prazo. Prosseguiram

os trabalhos nos países frágeis e o apoio do Grupo do Banco revelou-se crucial para a estabilidade económica e social dos países. Os investimentos nas operações regionais constituíram 14,0% do total dos créditos concedidos pelo Grupo do Banco durante o período de 2008-2010, em conformidade com as expectativas da MTS.

Durante o ano em análise, o Grupo do Banco manteve o seu enfoque nas áreas operacionais nucleares do desenvolvimento das infra-estruturas, do desenvolvimento do sector privado, da governação, do ensino superior, tecnologia e formação profissional. A atenção dedicada a estas quatro áreas nucleares permitiu ao Banco reforçar o seu apoio à integração regional, aos países frágeis, aos países de rendimento médio (MIC) e ao desenvolvimento agrícola e rural. As questões transversais do género, do ambiente, das alterações climáticas e da gestão dos conhecimentos foram também integradas na sua agenda operacional.

Um dos resultados alcançados pelo Banco durante o ano de 2010 foi o reforço da sua base de capital, descrito detalhadamente mais adiante. Foi também um ano de consolidação, tendo o Banco implementado reformas institucionais a fim de melhorar o seu desempenho, a qualidade das suas operações e a eficácia da sua ajuda ao desenvolvimento. O Banco reforçou igualmente o seu papel como centro de excelência no domínio da gestão e desenvolvimento de conhecimentos, actuando simultaneamente como o principal representante de África em questões de desenvolvimento nos fóruns internacionais, por exemplo na conferência da KOAFEC, em Setembro, e na Cimeira do G-20, que teve lugar em Seul em Novembro de 2010.

Mobilização de recursos

O ano foi também marcado pela mobilização de recursos, tendo o Banco triplicado os seus recursos de capital através do Sexto aumento geral de capital (GCI-VI), de 200%. Este aumento substancial permitirá ao Banco manter um elevado nível de concessão de crédito, em resposta à procura excepcional

dos seus PMR. Na sequência da GCI-VI, o capital autorizado do Banco aumentou de 24,00 mil milhões de UC (35,00 mil milhões de USD) para 67,69 mil milhões de UC (100,00 mil milhões de USD). Além disso, o Grupo do Banco assegurou um aumento de 10,6% nas contribuições dos Estados Participantes para a reconstituição FAD-XII. Consequentemente, a FAD-XII ascende a 6,10 mil milhões de UC (9,50 mil milhões de USD) para o triénio de 2011-2013.

O Banco obteve financiamento adicional através das suas parcerias estratégicas a nível internacional e regional. Consequentemente, o co-financiamento acelerou, atingindo 19,16 mil milhões de UC em 2009, tendo o Banco contribuído 20,3%. Em 2010, foram aprovados, no total, 28 projectos de co-financiamento no montante de 8,41 mil milhões de UC, tendo o contributo do Grupo do Banco ascendido a 1,28 mil milhões de UC.

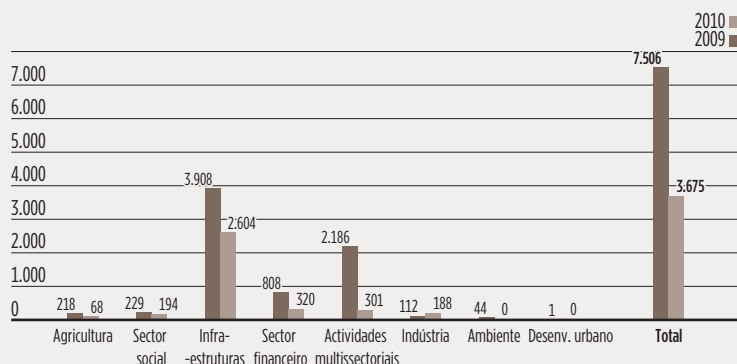
Actividades operacionais do Grupo do Banco

O total de aprovações do Grupo do Banco em 2010 atingiu 4,10 mil milhões de UC, o que constituiu um decréscimo face ao valor máximo de 8,06 mil milhões de UC registado no ano anterior. Este valor assinalou o regresso a um volume mais regular de concessão de crédito, acompanhando o abrandamento da crise financeira mundial. Não obstante, o nível de aprovações em 2010 foi 16,1% superior ao de 2008.

Em termos do financiamento ao abrigo das linhas de crédito do Grupo do Banco, (1) o BAD aprovou 2,58 mil milhões de UC (63,0%) (dos quais 1,21 mil milhões para operações ao nível do sector privado), (2) o FAD aprovou 1,46 mil milhões de UC (35,5%), e (3) o FFN aprovou 29,5 milhões de UC (0,7%). Os fundos especiais (que abrangem a African Water Facility, a Iniciativa de abastecimento de água e saneamento às comunidades rurais e o Fundo global para o ambiente) representaram 32,4 milhões de UC (0,8%) das aprovações.

Gráfico 0.1

Aprovações de créditos e subsídios do Grupo do Banco por sector, 2009-2010*
(milhões de UC)



* O total de aprovações de créditos e subsídios não inclui participações de capital, alívio da dívida ao abrigo da HIPC e fundos especiais.

A distribuição do total de aprovações entre os diversos sectores durante 2010 reflecte a política de selectividade do Banco, o enfoque em projectos e a eficácia da ajuda ao desenvolvimento. Resultou igualmente do aumento da procura de apoio às infra-estruturas por parte dos PMR. Em conformidade com a Estratégia de médio prazo (MTS), as infra-estruturas figuram em primeiro lugar, tendo recebido a maior parcela de aprovações, com 2,60 mil milhões de UC (70,9%), seguindo-se o sector financeiro (constituído maioritariamente por operações ao nível do sector privado), com 319,9 milhões de UC (8,7%) e as actividades multisectoriais (que incluem o apoio à governação e à gestão do sector público), com 301,2 milhões de UC (8,2%). Em conjunto, estes três sectores receberam 87,8% do total de créditos e subsídios operacionais (ver Gráfico 0.1).

A prioridade atribuída às infra-estruturas revela a selectividade do Banco, que aposta em projectos de grande impacto susceptíveis de criar um clima favorável ao investimento no sector privado, melhorar a competitividade e a produtividade nos PMR, aumentar as oportunidades de emprego e apoiar um crescimento económico sustentável.

As aprovações de créditos e subsídios do Grupo do Banco para as cinco sub-regiões (incluindo projectos multinacionais) totalizaram 3,67 mil milhões de UC, por oposição aos 7,51 mil milhões de UC aprovados em 2009. A maior parcela das aprovações foi atribuída à África Setentrional, com 1,47 mil milhões de UC (40,1%), seguindo-se a África Ocidental, com 595,8 milhões de UC (16,2%), a África Oriental, com 560,3 milhões de UC (15,2%), a África Austral, com 492,8 milhões de UC (13,4%), a África Central, com 234,6 milhões de UC (6,4%) e multinacionais, com 319,1 milhões de UC (8,7%).

Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)

As aprovações ao abrigo da linha de crédito não concessional do BAD em 2010 totalizaram 2,58 mil milhões de UC para 59 actividades, face a 5,60 mil milhões de UC em 2009 para 84 actividades, o que representa uma diminuição de 53,9%. Não obstante, o nível de aprovações em 2010 foi 42,8% superior ao de 2008. A concessão de crédito para projectos e as participações de capital no sector privado diminuíram de 3,94 mil milhões de UC em 2009 para 2,30 mil milhões de UC em 2010, o que representa um decréscimo de 41,6%. Analogamente, a concessão de crédito para a implementação de políticas diminuiu signifi-

cativamente durante o mesmo período, de 1,52 mil milhões de UC para 128,6 milhões de UC.

Os subsídios diminuíram de 25,1 milhões de UC em 2009 para 11,0 milhões de UC em 2010. Relativamente ao alívio da dívida para apoiar países de baixo rendimento, a afectação do Banco ao abrigo da Iniciativa HIPC reforçada aumentou 27,7%, passando de 112,8 milhões de UC em 2009 para 144,1 milhões de UC em 2010. A distribuição das aprovações do BAD em 2010 por instrumento de financiamento mostra que a concessão de crédito para projectos e as participações de capital no sector privado receberam a maior parcela, com 89,0%, enquanto o alívio da dívida representou 5,6%, a concessão de crédito para a implementação de políticas 5,0% e os subsídios 0,4%.

Durante o ano, as operações ao nível do sector privado aumentaram ligeiramente para 1,21 mil milhões de UC, por oposição a 1,16 mil milhões de UC em 2009. As operações ao nível do sector privado representaram, em 2010, 46,7% e 29,4% do total de aprovações do BAD e do Grupo do Banco, respectivamente. Em conjunto, os créditos para projectos e as linhas de crédito (LDC) privados, sem garantia pública, representaram 1,02 mil milhões de UC do total de aprovações do BAD, enquanto os capitais privados representaram 189,9 milhões de UC. Em geral, os créditos para projectos visaram, de um modo geral, agilizar o crescimento económico e reduzir a pobreza, enquanto as LDC procuraram melhorar a profundidade dos mercados financeiros nacionais para facilitar a concessão de crédito a pequenas e médias empresas (PME). Os investimentos do Grupo do Banco em muitos projectos e programas de dimensão significativa assumiram a forma de concessão de crédito, LDC e participação em capitais privados, tendo apoiado a cooperação económica e a integração regional e melhorado, consequentemente, o clima de investimento no continente.

Os desembolsos da linha de crédito do BAD durante 2010 totalizaram 1,34 mil milhões de UC, o que constitui um decréscimo de 43,0% relativamente aos 2,35 mil milhões de UC desembolsados em 2009. Em 31 de Dezembro de 2010, os desembolsos cumulativos (incluindo créditos não soberanos) totalizavam 21,31 mil milhões de UC. No final do ano, 810 créditos tinham sido plenamente desembolsados, num montante de 18,75 mil milhões de UC, representando 88,0% dos desembolsos cumulativos.

Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD)

Em 2010, o total de aprovações do FAD ascendeu a 1,46 mil milhões de UC, por oposição a 2,43 mil milhões de UC em 2009. Os dois sectores que mais beneficiaram foram as infra-estruturas, que receberam 1,10 mil milhões de UC (77,1%), e as actividades multisectoriais, com 214,8 milhões de UC (15,1%). Esta distribuição é consistente com a Estratégia de médio prazo, que privilegia o investimento em áreas de grande impacto que irão estimular o crescimento e incentivar o investimento.

Os desembolsos de créditos e subsídios do FAD totalizaram 1,17 mil milhões de UC em 2010, por oposição aos 1,73 mil milhões de UC registados em 2009, o que representa um decréscimo de 32,4%. Os desembolsos acumulados no final de Dezembro de 2010 ascendiam a 14,77 mil milhões de UC. Foi integralmente desembolsado um total de 1.673 créditos e subsídios, no montante de 11,75 mil milhões de UC, representando 80,0% dos desembolsos cumulativos.

Fundo Fiduciário da Nigéria (FFN)

Durante o ano, foi aprovado um crédito para a Serra Leoa ao abrigo da linha de crédito do FFN, no valor de 0,7 milhões de UC. Foram ainda aprovados 28,8 milhões de UC como alívio da dívida ao abrigo da Iniciativa HIPC para a Libéria.

Os desembolsos ao abrigo do FFN aumentaram de 4,87 milhões de UC em 2009 para 5,02 milhões de UC em 2010, o que

representa uma subida de 3,1%. No final de Dezembro de 2010, os desembolsos cumulativos ascendiam a 226,7 milhões de UC. No cômputo geral, foram integralmente desembolsados 61 créditos no total de 205,3 milhões de UC, o que representa 91,0% dos desembolsos cumulativos.

Reformas institucionais e eficácia da ajuda ao desenvolvimento

Melhor coordenação e desempenho institucional: o Comité de Coordenação da Gestão Sénior (SMCC) desempenha um papel fundamental, garantindo um nível óptimo de eficiência e eficácia no funcionamento das funções institucionais do Grupo do Banco. É igualmente responsável pela coordenação das afectações dos recursos pelos vários complexos em conformidade com as prioridades estratégicas. Além disso, o Comité de Operações (OpsCom) redobrou os seus esforços para melhorar a qualidade de concepção das operações, o que inclui o reforço da avaliação pelos pares a montante e das estruturas das equipas nacionais.

Reformas orçamentais: em Janeiro de 2010, o Banco lançou o seu sistema de orçamentação em Unidades de Conta (UC), que é um elemento-chave da fase II das reformas orçamentais em curso. A orçamentação em UC resultou numa maior descentralização da gestão orçamental, introduzindo igualmente um processo de planeamento de recursos humanos mais rigoroso destinado a assegurar uma melhor correspondência entre o número e o perfil dos colaboradores e as necessidades previstas no Programa de Trabalho.

Descentralização: no final de 2010, o Banco tinha assinado acordos com os países de acolhimento dos 26 escritórios de representação visados, 23 dos quais dispõem de todo o equipamento necessário e estão em pleno funcionamento, mas o perfil dos colaboradores não é homo-

géneo. Durante o ano em análise, teve lugar uma revisão completa da Matriz de Delegação de Poderes, que atribuiu aos escritórios de representação o poder de negociar, assinar e gerir contratos de crédito, gerir carteiras, supervisionar projectos e dialogar com os PMR e os parceiros.

Processos de negócio operacionais: no âmbito dos esforços actualmente em curso para melhorar os processos de negócio operacionais, o Banco realizou um exercício de aperfeiçoamento organizacional com vista a criar/optimizar as unidades responsáveis pela definição do enfoque estratégico do Banco, reforçando assim o seu mandato e apoiando a sua agenda de gestão orientada para os resultados. Este exercício abrangeu a criação do Departamento da Energia, do Ambiente e das Alterações Climáticas (ONEC) e do novo Gabinete de Estratégia (STRG) afecto à Presidência, bem como a atribuição ao Chefe de Operações (COO) do poder de supervisão sobre o Departamento de Garantia da Qualidade e Resultados (ORQR). O Banco implementou ainda o Quadro de Medição de Resultados “One Bank” (RMF), que analisará os progressos alcançados a quatro níveis: (1) resultados da ajuda ao desenvolvimento em África; (2) contributo para os resultados da ajuda ao desenvolvimento; (3) eficácia operacional; e (4) eficiência operacional.

Gestão e desenvolvimento de conhecimentos

Conhecimentos operacionais

Os conhecimentos retirados das actividades operacionais do Banco constituem ensinamentos que orientam as suas futuras intervenções e contribuem para melhorar a sua eficiência e a eficácia da ajuda ao desenvolvimento. Neste contexto, os produtos de desenvolvimento de conhecimentos podem ser agrupados em três categorias: (1) estudos económicos e sectoriais (ESW); (2) produtos e eventos estratégicos; e (3) ensinamentos operacionais e boas práticas. São apresentados,

em baixo, exemplos destes três tipos de produtos de conhecimentos.

Entre os ESW realizados em 2010 figurava uma análise da “Avaliação do Potencial da Receita Pública” no Senegal. Esta análise revelou que, entre 2009 e 2010, a implementação de acordos institucionais adequados e a melhoria da formação sobre aprovisionamento e gestão financeira nas unidades de implementação de projectos produziram vários resultados positivos. Por exemplo, verificaram-se reduções significativas nos prazos de processamento dos documentos de concurso e no número de projectos em risco, o que levou à melhoria da eficácia dos projectos. Registou-se ainda um aumento global das taxas de desembolso e supervisão.

No que respeita à segunda categoria de produtos de conhecimento estratégicos, foram realizados vários estudos temáticos de referência que servirão de base à elaboração do Documento da Estratégia de Integração Regional (RISP) para a África Austral, 2011–2015. Estes estudos aprofundados foram realizados através de um vasto processo de consulta com as partes interessadas na sub-região e incidem sobre: (1) o desempenho, desafios e oportunidades de comércio; (2) o desempenho económico dos países da sub-região; (3) o financiamento das infra-estruturas pelo sector privado; e (4) o desenvolvimento nos sectores dos transportes, da energia e das TIC.

A título de exemplo da terceira categoria de produtos de desenvolvimento dos conhecimentos operacionais, pode referir-se uma análise do desenvolvimento do sector privado no Gabão, que submeteu uma série de recomendações à consideração do Banco:

- (1) É necessário prestar um apoio multifacetado para otimizar as estruturas de empresas privadas, de modo a melhorar o seu desempenho e, deste modo, reduzir custos e aumentar a sua produtividade.

- (2) A qualidade dos relatórios de avaliação deveria ser melhorada através de uma clarificação dos objectivos e actividades e da elaboração de calendários de implementação detalhados.
- (3) Deverá ser prestado apoio institucional, incluindo a formação de gestores de projecto antes do lançamento oficial dos projectos, a fim de reforçar a capacidade de aprovisionamento e de supervisão dos trabalhos.
- (4) O acompanhamento físico e financeiro dos projectos deveria ser melhorado.

Investigação e reforço das capacidades

Investigação sobre o desenvolvimento: registaram-se progressos significativos ao nível do reforço da visibilidade do Banco através da integração do desenvolvimento de conhecimentos nas operações do Grupo do Banco. O processo abrange o seguinte:

- trabalho de investigação sobre os desafios que o continente enfrenta em matéria de desenvolvimento;
- reforço da rede de economistas através de uma interacção mais frequente e de intercâmbios profissionais (seminários e workshops); e
- reforço da colaboração com os complexos de operações, sobretudo na preparação de produtos de conhecimentos relacionados com ESW.

O Banco deu um contributo significativo para o diálogo sobre políticas nos PMR durante o ano, prestando apoio analítico e político ao Comité dos dez ministros das finanças e governadores dos bancos centrais africanos (C-10). Deste modo, ajudou a construir um consenso africano para a terceira Conferência de Cooperação Económica Coreia-África (KOAPEC) em Setembro de 2010 e para a Cimeira do G-20, na Coreia, em Novembro. Além disso, o Banco introduziu melhorias significativas na qualidade dos seus relatórios de referência: *Perspectivas Económicas*

em África (PEA), o *Relatório sobre o Desenvolvimento em África* (RDA), e o *Relatório sobre a Competitividade de África* (RCA), que contêm informações úteis para a análise da política de desenvolvimento.

Reforço das capacidades e formação nos PMR: as actividades desenvolvidas nesta área centraram-se nos dois principais pilares da Estratégia de Reforço das Capacidades (RC) do Grupo do Banco, nomeadamente: *Pilar 1* – melhoria da eficácia das operações de ajuda ao desenvolvimento do Grupo do Banco; e *Pilar 2* – reforço das capacidades dos PMR no domínio da concepção de políticas e da gestão da ajuda ao desenvolvimento. No total, os seminários e workshops organizados pelo Banco ao abrigo dos Pilares I e II da Estratégia contaram com 1.395 participantes.

Reforço das capacidades estatísticas e divulgação de dados em apoio da medição dos resultados: as actividades estatísticas do Banco visaram: (1) o reforço das capacidades em 52 PMR, cinco organizações sub-regionais e seis centros de formação regionais; (2) a integração da medição dos resultados nas operações do Banco, incluindo o desenvolvimento de um Portal de Dados (PD); e (3) o reforço da colaboração com outros parceiros bilaterais e multilaterais tendo em vista a coordenação das actividades estatísticas na região. Durante o ano, o Banco colaborou com a Comissão Económica para África (CEA), a Comissão da União Africana (CUA) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na elaboração do *Relatório de Progresso dos ODM em África relativo a 2010*. O Banco continuou a coordenar a recolha de dados ao abrigo da iniciativa estatística Programa de Comparação Internacional (ICP) nos PMR. Além disso, foi dado início ao processo de elaboração de Perfis Estatísticos Nacionais (CStPs), com vista a disponibilizar os dados de referência necessários para a programação nacional no Portal de Dados do Banco. Para tal, foram elabo-



rados nove CStPs e um Perfil Estatístico de Integração Regional (RISTP).

Apoio aos países frágeis

Ao abrigo da Facilidade de Apoio a Países Frágeis (FSF), o Banco aprovou 110,7 milhões de UC para apoio orçamental, reabilitação e reconstrução de infra-estruturas básicas, governação, reforço das capacidades e desenvolvimento dos recursos humanos em seis países (Burundi, Guiné-Bissau, República Democrática do Congo, Libéria, Serra Leoa e Togo). Ainda não é possível quantificar os resultados destes compromissos, devido em parte ao facto de se encontrarem em diferentes fases de implementação. Os primeiros indicadores revelam, no entanto, melhorias nas classificações da Avaliação das Políticas e das Instituições do País (CPIA) e nos indicadores do desempenho das carteiras, tais como nas taxas de desembolso e no número de operações supervisionadas.

No último processo de consulta sobre a FAD-XII realizado em Setembro de 2010, os representantes do FAD acordaram num montante de reconstituição de 764,0 milhões de UC a ser transferido para a FSF, para o período da FAD-XII (2011-2013). Em Outubro, o Fundo Fiduciário Multidoadores do

Zimbabué (o Zim-Fund) ficou operacional. No final de Dezembro, os doadores tinham depositado cerca de 26,6 milhões de UC (42,0 milhões de USD) nesse fundo.

Apoio aos países de rendimento médio

Durante o ano, as aprovações do Grupo do Banco para operações em países de rendimento médio (MIC) (excluindo projectos e programas multinacionais) totalizaram 1,88 mil milhões de UC. Embora seja inferior ao nível de 2009, representa um aumento de 69,4% em relação a 2008, reflectindo assim o empenho do Banco em reforçar o seu envolvimento nos MIC.

A distribuição sectorial dos créditos concedidos pelo Grupo do Banco a MIC em 2010 confirma que o principal beneficiário são as infra-estruturas, que receberam 72,7% do financiamento total, seguindo-se a indústria (7,9%), o sector social (7,7%), o sector financeiro (7,1%) e as actividades multisectoriais (4,6%). A distribuição geográfica do financiamento concedido a MIC mostra que a África Setentrional recebeu a maior parcela (78,3%), enquanto a África Austral recebeu 21,7%. Relativamente aos instrumentos financeiros, a concessão de créditos para projectos continuou a predominar em 2010, representando 92,8% do total

de aprovações para MIC, face aos 65,3% registados em 2009. Por outro lado, os créditos para a implementação de políticas registaram um decréscimo significativo, de 34,1% em 2009 para 6,9% em 2010. Os subsídios concedidos ao abrigo do Fundo de Assistência Técnica aos MIC (MIC-TAF), da African Water Facility (AWF) e do Fundo Especial de Alívio da Dívida (SRF) representaram uma percentagem marginal do financiamento, não ultrapassando 0,4%.

Orçamentos de despesas administrativas e de capital para 2011

Em Dezembro de 2010, o Conselho de Administração do BAD aprovou um orçamento de despesas administrativas e de capital para 2011 que inclui: 289,1 milhões de UC para despesas administrativas, 40,0 milhões de UC para despesas de capital e um orçamento de contingência no valor de 2,9 milhões de UC. O Conselho de Administração do FAD aprovou um orçamento administrativo indicativo de 201,3 milhões de UC para o Fundo relativo ao exercício que termina em 31 de Dezembro de 2011.

Afectação e distribuição de receitas

As demonstrações financeiras do Grupo do Banco referentes a 2010 destacam a solidez da posição financeira do Grupo do Banco. Não obstante o ano de 2010 ter ficado marcado por condições de mercado voláteis e baixas taxas de juro, o nível de receitas gerado pelo Banco é razoavelmente comparável aos bons resultados de 2009. As receitas do Banco antes das distribuições, aprovadas pelos Conselhos de Governadores, ascenderam a 213,7 milhões de UC e as receitas afectáveis a 236,1 milhões de UC, tendo estes valores sido de 231,2 milhões de UC e 238,7 milhões de UC, respectivamente, em 2009. A distribuição das receitas de outras iniciativas de desen-

volvimento lançadas pelo Banco nos países membros regionais é aprovada pelo Conselho de Governadores, geralmente nas Assembleias Anuais.

Tendo confirmado a existência de uma provisão para reservas adequada, o Conselho de Governadores aprovou, durante as Assembleias Anuais em Maio de 2010, a afectação de 27,8 milhões de UC das receitas de 2009 à conta de superávit. O Conselho de Governadores aprovou igualmente a distribuição das receitas afectáveis de 2009 pelas seguintes iniciativas de desenvolvimento: (1) 50,0 milhões de UC para a FAD-XI; (2) 66,0 milhões de UC para a conta especial da República Democrática do Congo (RDC); e 5,0 milhões de UC para o Fundo de Assistência Técnica aos Países de Rendimento Médio. Durante 2010, o Conselho de Governadores também aprovou a transferência de receitas da conta de superávit para outras iniciativas de desenvolvimento, num montante total de 25,4 milhões de UC. Além disso, os Governadores aprovaram a transferência de 0,3 milhões de UC das receitas de 2009 do FFN para a iniciativa HIPC.

Notação de *rating* do crédito

As agências de notação de *rating* Standard & Poor's, Moody's, Fitch Ratings e Japan Credit Rating Agency, reafirmaram as suas notações de *rating* do Banco Africano de Desenvolvimento, de AAA e AA+, respectivamente, da dívida sénior e da dívida subordinada, mantendo uma perspectiva estável. A sua notação reflecte o for-

te apoio dos membros do Banco, o seu estatuto de credor privilegiado, rácios de capital adequados e uma gestão financeira e políticas prudentes. As agências de notação de *rating* congratularam-se com a decisão de triplicar a base de capital do Banco, aprovada pelo Conselho de Governadores em Maio de 2010, na medida em que constitui um sinal do forte apoio dos accionistas ao mandato de ajuda ao desenvolvimento da instituição, e de crescente expansão no continente.

Créditos contraídos

O programa de financiamento de 2010 nos mercados de capitais foi aprovado para um montante máximo de 3,62 mil milhões de UC, incluindo até 140,0 milhões de UC ao abrigo da iniciativa Assistência Reforçada ao Sector Privado em África (EPSA). O Banco angariou 2,82 mil milhões de UC durante o ano, incluindo 14,9 milhões de UC ao abrigo da iniciativa EPSA. Em 31 de Dezembro de 2010, a carteira de créditos contraídos pelo Banco e não amortizados ascendia a 11,98 mil milhões de UC.

O Banco recorreu a diversos mercados e instrumentos para responder às suas necessidades em termos de crédito. Em Fevereiro, o Banco emitiu as suas transacções anuais no mercado global de obrigações no valor de mil milhões de dólares americanos cada. Colocações privadas, transacções no mercado *uridashi* (emissões públicas vendidas ao mercado de retalho japonês), transacções no mercado de obrigações temáticas (descritas

a seguir) e obrigações em divisas africanas (kwacha da Zâmbia) completam o conjunto de mercados utilizados em 2010.

Transacções no mercado de obrigações temáticas

O segmento de retalho do mercado de obrigações no Japão assistiu a uma intensa actividade com os investidores a pretenderem investir em emissões obrigacionistas que possuem um tema social e elevados níveis de notação de crédito. Em 2010, o Banco criou seu próprio nicho através da emissão de obrigações ao abrigo dos temas da energia limpa, da educação e da água. Durante o ano, o Banco procedeu a 16 transacções de obrigações temáticas, cuja maturidade varia entre 3 e 10 anos, angariando 398,9 milhões de UC para apoiar projectos nestas áreas prioritárias. Deste total, 261,5 milhões de UC foram emitidos sob a forma de obrigações sobre energia limpa/ecológicas, 98,1 milhões de UC sob a forma de obrigações associadas à educação e 39,3 milhões de UC sob a forma de obrigações associadas à água.

Nos termos das emissões dessas obrigações, o Banco envidará todos os esforços para afectar um montante equivalente às receitas líquidas a projectos relacionados com o tema em causa, em conformidade com as normas do Banco sobre concessão de crédito. Além disso, está estabelecido que as receitas das obrigações serão incluídas nos recursos de capital ordinário do Banco e serão utilizadas nas operações gerais do mesmo.

Quadro 0.1

Síntese das operações, recursos e financiamentos do Grupo do Banco, 2001-2010
(milhões de UC)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009*	2010	Total cumulativo (a)
Operações											
Aprovações do Grupo do Banco (b)											
Número	134	118	145	124	102	137	100	133	181	139	3.801
Montante	2.372,27	2.038,95	1.766,31	2.786,70	2.293,63	2.596,88	3.097,64	3.528,73	8.064,49	4.099,75	62.228,72
das quais iniciativa HIPC	611,22	451,52	1,85	1.009,13	508,68	257,49	153,17	159,87	372,56	202,95	4.490,16
Desembolsos	860,47	1.048,14	1.022,83	1.315,54	1.289,81	1.239,03	1.615,68	1.860,91	4.083,59	2.510,70	35.570,51
Aprovações BAD (b)											
Número	26	31	28	23	34	38	29	58	84	59	1.259
Montante	986,66	1.068,06	745,84	1.519,54	868,73	1.045,37	1.670,06	1.807,01	5.604,07	2.581,13	36.008,07
das quais iniciativa HIPC	174,93	187,98	-	707,77	75,99	102,21	-	113,75	112,77	144,14	1.835,95
Desembolsos	488,33	499,77	652,32	630,23	595,35	548,44	884,75	727,53	2.352,29	1.339,85	20.541,59
Aprovações FAD (b)											
Número	107	84	112	99	65	84	54	62	77	65	2.387
Montante	1.380,51	960,74	997,96	1.257,91	1.421,71	1.544,57	1.381,75	1.665,34	2.426,96	1.456,72	25.708,19
das quais iniciativa HIPC	436,29	263,34	1,85	301,37	429,49	155,28	153,17	17,95	259,09	29,99	2.593,13
Desembolsos	369,14	545,02	368,07	680,50	691,06	685,16	725,00	1.124,92	1.726,43	1.165,84	14.801,85
Aprovações FFN											
Número	1	3	5	2	3	-	-	2	3	2	82
Montante	5,10	10,14	22,51	9,25	3,19	-	-	28,16	5,70	29,53	371,33
das quais iniciativa HIPC	-	0,26	-	-	3,19	-	-	28,16	0,70	28,83	61,07
Desembolsos	2,99	3,35	2,44	4,81	3,39	5,43	5,94	8,45	4,87	5,02	227,07
Aprovações de Fundos especiais (c)											
Número	-	-	-	-	-	15	17	11	17	13	73
Montante	-	-	-	-	-	6,94	45,83	28,21	27,76	32,38	141,12
Recursos e financiamento (no final do ano)											
BAD											
Capital autorizado	21.889,34	21.870,00	21.870,00	21.870,00	21.870,00	21.870,00	21.870,00	21.870,00	22.120,00	67.687,46	
Capital subscrito (d)	21.510,01	21.509,88	21.563,71	21.597,90	21.717,67	21.794,00	21.693,16	21.765,14	21.817,58	23.924,62	
Parcela realizada (d)	2.097,66	2.134,36	2.180,94	2.223,26	2.269,06	2.357,78	2.351,53	2.356,01	2.359,32	2.375,63	
Parcela resgatável	19.412,35	19.375,52	19.382,77	19.374,63	19.367,00	19.436,76	19.341,63	19.409,14	19.458,25	21.548,99	
Valor dos créditos contraídos (líquido)	5.397,94	4.617,29	6.058,95	6.057,52	6.560,11	6.088,75	6.803,17	7.160,81	10.703,22	12.231,34	
Dívida não amortizada (e)	5.215,89	4.455,04	5.778,39	5.638,89	5.940,40	5.870,47	6.198,87	6.707,28	10.580,64	11.980,57	
Câmbio cumulativo											
Ajuste em											
Subscrições (f)	(129,73)	(141,99)	(145,33)	(147,20)	(151,76)	(155,74)	(160,08)	(161,03)	(161,97)	(162,57)	
Reservas (g)	1.716,90	1.464,63	1.507,50	1.486,44	2.266,39	2.305,48	2.531,80	2.475,47	2.552,96	2.627,28	
Ajustamento											
Cambial acumulado	(449,53)	(454,84)	(451,71)	(467,97)	-	-	-	-	-	-	
Receitas ilíquidas	569,64	488,83	425,22	446,67	479,61	542,85	585,31	564,45	518,88	519,32	
Receitas líquidas (h)	125,46	188,85	178,33	143,53	221,32	194,03	323,67	304,66	231,16	213,66	
FAD											
Subscrições (i)	10.924,42	11.421,12	11.989,14	12.654,44	13.261,76	14.314,51	15.218,76	16.566,02	17.854,02	19.030,32	
Outros recursos (j)	(776,68)	(617,48)	(540,57)	(571,34)	(476,02)	(776,38)	(703,50)	(656,59)	(493,44)	(437,23)	
FFN											
Recursos (ilíquidos) (g)	425,42	399,78	375,46	366,93	409,08	286,12	273,47	286,78	156,73	160,86	

Fontes: Departamento de estatística do BAD para dados relativos a operações; Departamento de controlo financeiro do BAD para dados relativos a recursos e financiamento.

Notas:

* Grandeza nula

- Um ano de procura excepcional dos recursos do Grupo do Banco devido à crise financeira mundial.

(a) Os valores cumulativos remontam à data de início das operações das três instituições (1967 para o BAD, 1974 para o FAD e 1976 para o FFN).

(b) As aprovações incluem créditos e subsídios, investimentos de capital público e privado, operações de emergência, alívio da dívida ao abrigo da HIPC, reafecção de créditos e garantias, Mecanismo de Apoio a Países Pós-Conflito e Facilidade de Apoio a Países Frágeis.

(c) Tratam-se de aprovações de operações do African Water Fund, da Iniciativa de Abastecimento de Água e Saneamento às Comunidades Rurais e do Fundo Global para o Ambiente.

(d) O capital subscrito e realizado para 2005 foi reformulado para excluir as ações a emitir contra o pagamento de futuras prestações.

(e) A dívida vencida para 2004 foi reformulada para a opção de justo valor.

(f) Os CEAS foram reformulados em 2001 relativamente a anos anteriores para ajustar os ganhos e perdas de conversão das subscrições.

(g) As reservas para 2004 foram reformuladas na sequência da aplicação das normas internacionais de relato financeiro (NIRF).

(h) Nos anos de 2001 a 2003, as receitas líquidas não incluíram os ganhos/perdas líquidos sobre produtos derivados não transacionáveis (ajustamentos ao abrigo da norma de contabilidade internacional IAS 39). Também nos anos de 2005 e 2006, as receitas líquidas não incluíram as transferências de receitas aprovadas pelo Conselho de Governadores, assegurando assim a possibilidade de comparar os valores de 2001 com os de anos anteriores.

(i) Subscrições = Reformulado para os exercícios de 1997-2005 por forma a apresentar os montantes pagos em vez dos montantes comprometidos.

(j) Outros recursos = Reservas acumuladas/Perdas + Receitas líquidas/Perdas do exercício + Diversos.

As taxas de conversão utilizadas são as de 31 de Dezembro de cada ano.

As taxas de conversão da Unidade de Conta (UC) do BAD, do FAD e do FFN para o dólar americano para os vários anos são as seguintes:

2001 1 UC = 1,25562 USD	2006 1 UC = 1,50440 USD
2002 1 UC = 1,35952 USD	2007 1 UC = 1,58025 USD
2003 1 UC = 1,48597 USD	2008 1 UC = 1,54027 USD
2004 1 UC = 1,55301 USD	2009 1 UC = 1,56769 USD
2005 1 UC = 1,42927 USD	2010 1 UC = 1,54003 USD

As percentagens apresentadas nos gráficos e nos quadros poderão não totalizar 100 devido a arredondamentos.

Quadro 0.2

Síntese das aprovações do Grupo do Banco, 2010
(milhões de UC)

Aprovações do Grupo do Banco por sector								
Sector	BAD		FAD		FFN		Grupo do Banco	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
Agricultura e desenvolvimento rural	5	27,85	4	40,47	-	-	9	68,32
Sector social	8	146,59	4	47,00	-	-	12	193,59
Educação	2	1,28	4	47,00	-	-	6	48,28
Saúde	2	1,15	-	-	-	-	2	1,15
Outros	4	144,16	-	-	-	-	4	144,16
Infra-estruturas	14	1.503,35	33	1.099,50	-	-	48	2.603,55
Abastecimento de água e saneamento	1	179,08	12	264,99	-	-	13	444,07
Fornecimento de energia	4	494,61	9	392,33	1	0,71	14	887,65
Comunicações	2	32,43	-	-	-	-	2	32,43
Transportes	7	797,23	12	442,18	-	-	19	1.239,41
Sector financeiro	6	314,93	1	5,00	-	-	7	319,93
Actividades multisectoriais	7	86,39	19	214,76	-	-	26	301,15
Indústria, exploração de minas e pedreiras	6	167,96	1	20,00	-	-	7	187,96
Desenvolvimento urbano	-	-	-	-	-	-	-	-
Ambiente	-	-	-	-	-	-	-	-
A, Total de créditos e subsídios	46	2.247,07	62	1.426,73	1	0,71	109	3.674,50
B, Outras aprovações	13	334,05	3	29,99	1	28,83	30	425,25
Alívio da dívida ao abrigo da Iniciativa HIPC	2	144,14	3	29,99	1	28,83	6	202,95
Mecanismo de Apoio a Países Pós-Conflito	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações de capital	11	189,92	-	-	-	-	11	189,92
Garantias	-	-	-	-	-	-	-	-
Reaffectação de créditos	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos especiais*	-	-	-	-	-	-	13	32,38
Total de aprovações (A + B)	59	2.581,13	65	1.456,72	2	29,53	139	4.099,75

Aprovações do Grupo do Banco por instrumento de financiamento								
Instrumento de financiamento	BAD		FAD		FFN		Grupo do Banco	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
Concessão de crédito para projectos	22	2.107,47	25	801,63	1	0,71	48	2.909,81
<i>Públicas e com garantia pública:</i>	5	1.091,75	25	801,63	1	0,71	31	1.894,09
Créditos para projectos	5	1.091,75	25	801,63	1	0,71	31	1.894,09
Investimento sectorial e reabilitação	-	-	-	-	-	-	-	-
Linhas de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Privadas sem garantia pública:</i>	17	1.015,72	-	-	-	-	17	1.015,72
Créditos para projectos	12	701,39	-	-	-	-	12	701,39
Linhas de crédito	5	314,33	-	-	-	-	5	314,33
Concessão de crédito para a implementação de políticas	2	128,65	2	38,95	-	-	4	167,60
Ajustamentos sectoriais	1	44,65	-	-	-	-	1	44,65
Ajustamentos estruturais	1	84,00	-	-	-	-	1	84,00
Apoio orçamental	-	-	2	38,95	-	-	2	38,95
Subsídios	22	10,95	34	585,65	-	-	56	596,60
<i>Assistência técnica</i>	17	7,61	17	205,34	-	-	34	212,95
Actividades cíclicas de projectos	-	-	10	158,66	-	-	10	158,66
dos quais para o sector privado	-	-	-	-	-	-	-	-
Apoio institucional	-	-	7	46,69	-	-	7	46,69
Subsídio para países de rendimento médio	17	7,61	-	-	-	-	17	7,61
<i>Subsídio para projectos</i>	-	-	8	257,88	-	-	8	257,88
<i>Subsídio para ajustamentos estruturais</i>	-	-	1	10,00	-	-	1	10,00
<i>Subsídio de apoio orçamental</i>	-	-	1	1,70	-	-	1	1,70
<i>Subsídio de resposta à crise alimentar africana</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Subsídio ao abrigo da Facilidade de Apoio a Países Frágeis</i>	-	-	7	110,73	-	-	7	110,73
<i>Fundo especial de ajuda</i>	5	3,34	-	-	-	-	5	3,34
Assistência de emergência	5	3,34	-	-	-	-	5	3,34
Ajuda de emergência a países pós-conflito	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídio especial de alívio da dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito para reforço das capacidades institucionais	-	-	-	-	-	-	-	-
Mecanismos de Preparação de Projectos	-	-	1	0,50	-	-	1	0,50
Redução da dívida e do serviço da dívida	2	144,14	3	29,99	1	28,83	6	202,95
Alívio da dívida ao abrigo do Mecanismo de Financiamento Suplementar (SFM)	-	-	-	-	-	-	-	-
Alívio da dívida ao abrigo da Iniciativa HIPC	2	144,14	3	29,99	1	28,83	6	202,95
Mecanismo de Apoio a Países Pós-Conflito	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações de capital	11	189,92	-	-	-	-	11	189,92
Capitais públicos	-	-	-	-	-	-	-	-
Capitais privados	11	189,92	-	-	-	-	11	189,92
Garantias	-	-	-	-	-	-	-	-
Garantias públicas	-	-	-	-	-	-	-	-
Garantias privadas	-	-	-	-	-	-	-	-
Reaffectação de créditos	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos especiais*	-	-	-	-	-	-	13	32,38
Total de aprovações	59	2.581,13	65	1.456,72	2	29,53	139	4.099,75

Fonte: Departamento de Estatística do BAD, Divisão de Estatísticas Económicas e Sociais.

Nota:

- Grandeza nula

* Estas aprovações respeitam às operações do African Water Fund, da Iniciativa de Abastecimento de Água e Saneamento às Comunidades Rurais e do Fundo Global para o Ambiente.

Gráfico 0.2

Aprovações e desembolsos de créditos e subsídios do Grupo do Banco, 2001-2010 (milhões de UC)

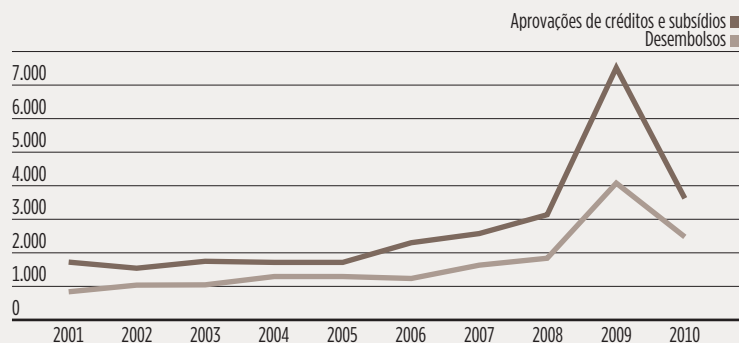


Gráfico 0.3

Aprovações cumulativas de créditos e subsídios do Grupo do Banco por instituição, 1967-2010

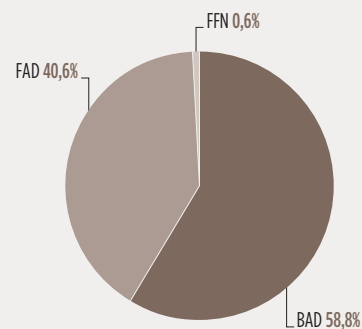


Gráfico 0.4

Aprovações cumulativas de créditos e subsídios do Grupo do Banco por sector, 1967-2010

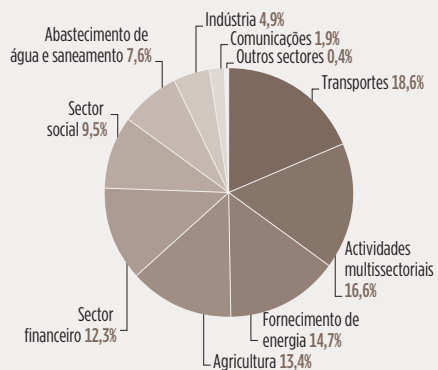
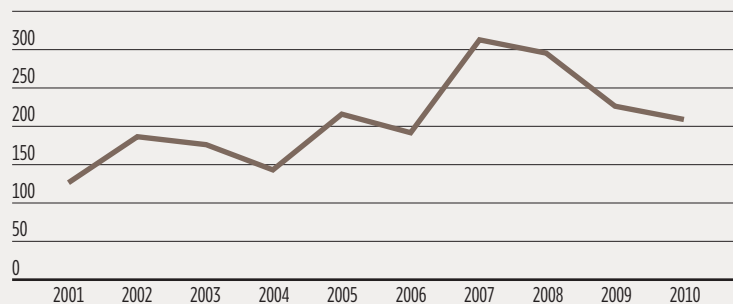


Gráfico 0.5

Receitas líquidas do BAD, 2001-2010 (milhões de UC)



DEFINIÇÃO DOS SECTORES DE INTERVENÇÃO DO GRUPO DO BANCO

Sector	Tipo de projecto
Agricultura e desenvolvimento rural	Culturas alimentares, culturas comerciais, pecuária, pescas, agro-indústria, silvicultura, irrigação e drenagem.
Transportes*	Transportes aéreos, fluviais e marítimos, incluindo portos, caminhos-de-ferro, auto-estradas e estradas de acesso.
Comunicações*	Serviços de telefone, rádio, correio, tecnologias da informação, cabo e satélite.
Abastecimento de água e saneamento*	Produção, tratamento e distribuição de água destinada ao consumo humano e desenvolvimento de sistemas de esgotos.
Fornecimento de energia*	Produção e distribuição de electricidade, gás, energia solar, carvão, petróleo e outras fontes de energias renováveis.
Indústria, exploração de minas e pedreiras	Manufatura, turismo, exploração de minas, exploração de pedreiras e pequenas e médias empresas industriais.
Sector financeiro	Banca de desenvolvimento, banca comercial, intermediação financeira não bancária e microfinanciamento.
Sector social	Educação, saúde, população, igualdade entre os géneros, projectos independentes de redução da pobreza.
Ambiente	Projectos independentes de conservação e gestão ambiental, tais como reflorestação para travar a erosão do solo, tratamento de aquíferos, tratamento e eliminação de resíduos.
Actividades multisectoriais	Administração do sector público, incluindo programas de ajustamento estruturais e operações estruturais de alívio da dívida, apoio ao desenvolvimento do sector privado, programas de boa governação e anticorrupção, disponibilização de meios para importações industriais, promoção das exportações, apoio institucional.
Desenvolvimento urbano	Projectos relacionados com actividades estratégicas de planeamento urbano.

**O desenvolvimento de infra-estruturas abrange: transportes, comunicações, abastecimento de água e saneamento, e fornecimento de energia.*

PARTE 1

Actividades do Grupo do Banco de Apoio à Eficácia e aos Resultados da Ajuda ao Desenvolvimento

Descrição geral da situação económica e o papel do Banco

Orientações estratégicas e prioridades do Grupo do Banco

Operações do Grupo do Banco

Gestão e reformas institucionais

Actividades dos Conselhos

Perfis dos projectos e programas aprovados em 2010



1

Capítulo um Descrição geral da situação económica e o papel do Banco

Descrição geral da situação económica e perspectivas
O papel do Banco

Este capítulo fornece uma descrição geral da economia africana em 2010 e as perspectivas a curto prazo. Descreve o progresso referente à implementação da Estratégia de médio prazo (2008-2012) e realça alguns dos principais resultados do Banco até à data. Por exemplo: a sua rapidez e flexibilidade ao responder à crise dos combustíveis, assim como à crise alimentar e financeira; o papel da instituição na representação de uma voz unida por África nas deliberações do G-20; e os novos recursos mobilizados sob o GCI-VI e a FAD-XII para o crescimento e desenvolvimento do continente. O capítulo realça igualmente alguns dos riscos socioeconómicos e políticos emergentes e os potenciais impactos futuros.

DESCRIÇÃO GERAL DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E PERSPECTIVAS

A recuperação de África da crise económica e financeira mundial está agora bem encaminhada. O crescimento do PIB real passou de 3,1% em 2009, no auge da crise financeira, para um nível de 4,9% em 2010. Estima-se que caia para 3,7% em 2011, em resultado das perturbações sociopolíticas emergentes em alguns PMR, antes de recuperar para 5,8% em 2012 (ver Quadro 1.1).

O crescimento observado do PIB em 2010 deveu-se a uma maior procura interna,

receitas de exportações mais elevadas e a um aumento de entradas de investimento directo estrangeiro, transferência de fundos e obtenção de ajuda. O desempenho em termos de crescimento é mais acentuado nos países ricos em recursos, que podem beneficiar da retoma da procura de matérias-primas, dos preços do petróleo e de matérias-primas que não o petróleo e do comércio. Prevê-se que os países exportadores de petróleo, tais como a Nigéria, verificarão uma expansão económica, com um crescimento do PIB na ordem dos 6,9% em 2011, mas com um declínio moderado para 6,7% em 2012. Alguns exportadores de matérias-primas que não o petróleo, tais como a Zâmbia e

o Botsuana, também são susceptíveis de apresentar um forte crescimento de cerca de 6,5% até 7% em 2011 e 2012, respectivamente, graças aos elevados preços e volumes de exportação que compensaram as perdas de origem em facturas de importações de petróleo e de alimentos mais elevadas.

A inflação em África diminuiu de 10% em 2009 para um nível estimado de 7,7% em 2010. As previsões indicam um aumento para 8,4% em 2011, antes de regredir para 7,4% em 2012. Contudo, a inflação poderá agravar-se se os preços dos alimentos e do petróleo continuarem a subir como recentemente.

Quadro 1.1

África: Indicadores macroeconómicos, 1990-2012

Indicadores	1990	2000	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Taxa de crescimento real do PIB (%)	3,1	4,3	6,5	5,5	3,1	4,9	3,7	5,8
PIB <i>per capita</i> (US\$)	746	726	1.379	1.573	1.452	1.668	1.748	1.871
Inflação (%)	14,4	9,1	6,8	10,4	10,0	7,7	8,4	7,4
Saldo fiscal (% do PIB)	-5,4	0,2	1,9	2,8	-5,2	-3,3	-3,9	-3,2
Investimento interno bruto (% do PIB)	20,6	18,8	23,8	25,2	25,7	24,6	24,7	24,8
Poupança nacional bruta (% do PIB)	20,7	22,2	28,6	29,4	24,5	25,4	24,6	24,7
Crescimento real das exportações (%)	10,1	7,9	6,6	0,9	-5,6	1,6	5,4	5,1
Balança comercial (% do PIB)	1,5	5,5	6,5	7,4	0,3	2,8	2,6	2,6
Balança corrente (% do PIB)	-1,0	3,2	4,4	4,1	-1,6	0,4	-0,2	0,2
Termos de troca (%)	7,8	16,3	1,4	10,8	-15,0	11,3	1,2	1,3
Dívida externa total (% do PIB)	56,5	54,4	23,8	21,1	23,6	20,2	20,3	20,2
Serviço da dívida (% das exportações)	34,9	25,8	12,8	11,0	14,7	12,6	10,5	11,7
APD líquida total (milhares de milhões de US\$)	25,0	15,3	38,9	43,4	47,0
Entradas de investimento directo estrangeiro (milhares de milhões de US\$)	2,8	9,8	63,1	72,2	58,6

Fonte: Departamento de Estatística do GBAD, UNCTAD e FMI.

Nota:

.. Dados não disponíveis

Em consequência da recuperação económica e das políticas fiscais prudentes, o défice fiscal africano de 5,2% do PIB em 2009 diminuiu para 3,3% em 2010. Estima-se um aumento para 3,9% em 2011, em resultado do ambiente sociopolítico, antes de recuperar para 3,2% em 2012. No entanto, vários países importadores de petróleo, tais como o Quênia e o Senegal, continuarão a registar elevados défices orçamentais a curto prazo. As previsões para o saldo fiscal do Quênia, por exemplo, indicam um défice de 6,8% e 7,1% em 2011 e 2012, respectivamente, enquanto se estima igualmente um aumento do défice senegalês para 6,9% em 2011, antes de diminuir para 6,3% em 2012. Estes défices poderão deteriorar-se ainda mais onde os governos, perante preços mais elevados de alimentos e petróleo, reagem aumentando os subsídios. Em termos gerais, o saldo actual da balança corrente de África recuperou de um défice de 1,6% do PIB em 2009, passando para um superávit de 0,4% em 2010. Porém, prevê-se que este superávit regrida para um défice de 0,2% em 2011, antes de aumentar para um superávit de 0,2% em 2012.

O comércio e as contas correntes melhoraram nos países ricos em recursos, graças à retoma dos preços de matérias-primas e ao aumento do volume das exportações. Simultaneamente, o aumento do valor das facturas de importações de petróleo e de alimentos estão a contribuir para um agravamento das balanças externas nos países pobres em recursos e a segurança alimentar nestes países poderá tornar-se num problema sério. Enquanto os países exportadores de petróleo tendem a manter saldos positivos nas contas correntes, os importadores de petróleo tendem a registar défices.

O Quadro 1.1 fornece um resumo dos indicadores macroeconómicos e perspectivas para o continente ao longo do período de 1990 a 2012. Uma análise mais detalhada da situação macroeconómica e as perspectivas para África são apresentadas na edição do Banco *Perspectivas Económicas em África 2011*.

Indicadores macroeconómicos sub-regionais, 2010

Todas as cinco sub-regiões de África atingiram um maior crescimento em 2010, 4,9% em média, em comparação com

3,1% em 2009. Não obstante, a recessão deixou indubitavelmente o seu rasto e, para a maioria das economias africanas, o crescimento ainda tem de regressar aos níveis anteriores à crise. As economias mais abertas ao comércio (por exemplo, exportadoras de matérias-primas), que abrandaram visivelmente em 2009, beneficiaram da retoma dos preços das matérias-primas e do comércio em 2010 e registaram uma recuperação bastante acentuada em forma de V. A retoma em vários países de baixo rendimento e nos países frágeis foi mais moderada. No total, mais de metade das economias africanas cresceram a uma taxa mais baixa em 2010 do que durante o período de 2001 a 2008.

Ao longo do ano, o desempenho económico de África variou consideravelmente nos diferentes países e sub-regiões (ver Quadro 1.2). As sub-regiões da África Ocidental e da África Oriental registaram as taxas mais elevadas de crescimento do PIB real de 6,7% e 6,2%, respectivamente, em 2010, o que reproduz um desempenho semelhante, em termos de crescimento, ao de 2009, quando o crescimento do PIB foi de 5,7%, na África Oriental e de 5,6% na África Ocidental. Estas duas sub-regiões

Quadro 1.2

Indicadores macroeconómicos sub-regionais, 2010

Indicadores	África Oriental	África Setentrional	África Austral	África Ocidental	África Central	África
Taxa de crescimento real do PIB (%)	6,2	4,6	3,3	6,7	4,7	4,9
PIB <i>per capita</i> (US\$)	657	3.421	3.314	1.049	777	1.668
Inflação (%)	9,3	7,1	6,4	10,4	5,5	7,7
Saldo fiscal (% do PIB)	-3,3	-2,4	-3,3	-6,1	0,5	-3,3
Investimento interno bruto (% do PIB)	22,6	31,2	18,2	23,6	27,6	24,6
Poupança nacional bruta (% do PIB)	16,3	31,8	17,8	32,9	19,8	25,4
Crescimento real das exportações (%)	1,4	0,2	5,1	-1,9	2,1	1,6
Balança comercial (% do PIB)	-10,8	-2,5	4,5	13,5	17,8	2,8
Balança corrente (% do PIB)	-8,3	3,2	-3,1	7,0	-3,1	0,4
Termos de troca (%)	14,5	13,2	6,7	11,6	16,4	11,3
Dívida externa total (% do PIB)	35,1	14,6	24,9	15,4	15,3	20,2
Serviço da dívida (% das exportações)	4,9	9,7	25,1	4,3	5,1	12,6

Fonte: Departamento de Estatística do BAD, UNCTAD e FMI.

representam os grupos de países com maior ritmo de crescimento do continente. A África Setentrional e a África Central registaram taxas de crescimento do PIB real de 4,6% e 4,7%, respectivamente. A taxa de crescimento mais baixa do PIB real em 2010 foi registada na sub-região da África Austral, ao nível de 3,3%. Contudo, isto dissimula o facto de a sub-região ter observado a maior retoma de 3,8% na respectiva taxa de crescimento do PIB real entre 2009 e 2010 (de uma taxa de crescimento negativa de 0,5% em 2009).

A inflação dos preços no consumidor permaneceu abaixo dos 10% em quatro das cinco sub-regiões durante o ano em análise. A sub-região da África Ocidental foi a excepção, onde a inflação cresceu de forma insignificante, de 10,3% em 2009 para 10,4% em 2010. Foram registados decréscimos significativos no período homólogo nas sub-regiões da África Oriental (de 16,7% para 9,3%) e da África Central (de 10% para 5,5%). No que respeita ao saldo orçamental, a África Central foi a única sub-região que atingiu um superávit (0,5%) em 2010, ao passo que as outras sub-regiões registaram défices.

A situação das contas correntes melhorou em todas as sub-regiões, com excepção da África Oriental, ao longo do período de 2009 a 2010. Porém, apenas duas sub-regiões apresentaram superávites. O superávit da África Ocidental aumentou de 6,4% para 7%, ao passo que o superávit da África Setentrional aumentou de 0,1% para 3,2%. Duas sub-regiões continuaram a registar défices, no entanto, a um nível reduzido. Na África Central, o défice diminuiu de 6% para 3,1%, enquanto o défice da África Austral decresceu de 5,7% para 3,1% no período homólogo. Contudo, na África Oriental, o défice aumentou de 7,4% em 2009 para 8,3% em 2010.

Riscos para as perspectivas socioeconómicas

Estão a surgir riscos de grande importância no que respeita às perspectivas económicas de África, relacionados com os factores da recuperação global e com a procura de minerais e hidrocarbonetos, bem como com a situação do mercado

mundial de alimentos. Enquanto os preços dos cereais continuam abaixo dos máximos históricos, os recentes aumentos dos preços dos alimentos e dos combustíveis são motivos de preocupação. Além disso, o preço dos alimentos e o abrandamento da economia nos países de baixo rendimento poderão impor condições mais duras às populações já de si vulneráveis, o que poderá desencadear ou exacerbar distúrbios sociopolíticos, restringindo assim ainda mais o crescimento económico.

As recentes convulsões políticas no último trimestre de 2010, que transbordaram para 2011, em países como a Costa do Marfim, Tunísia, Egipto e Líbia, podem abrandar o crescimento económico não só destes países, mas também dos países vizinhos. Em particular, se a crise na Costa do Marfim se agravar, é provável que isso tenha repercussões, especialmente para países como o Burkina Faso, Mali e Níger, que se traduzem nas transferências financeiras, no investimento, no comércio e nas reservas cambiais do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO). Analogamente, as mudanças políticas emergentes na África Setentrional estão a causar o denominado “efeito de dominó” ao espalhar-se largamente a inquietação, envolvendo outros países da sub-região.

Estes principais acontecimentos na África Ocidental e Setentrional poderão levar a perdas de produção, minar a confiança dos investidores e contrair severamente o turismo, que representa uma das principais fontes de receita para países como a Tunísia e o Egipto. A severidade e a longevidade do abrandamento resultante dependerá em grande medida de quão rápido a situação política irá estabilizar e do tempo que os investidores levarão a ganhar novamente confiança, juntamente com o influxo de turistas. Estes países defrontam adicionalmente pressões orçamentais e crescentes necessidades sociais, como, por exemplo, a criação de oportunidades de emprego para os jovens e o melhoramento do nível de vida dos pobres. Para todos estes aspectos será necessário o apoio direccionado do Banco.

Existe, por conseguinte, uma necessidade de o Banco e os parceiros de ajuda ao desenvolvimento apoiarem os governos envolvidos nestas crises, de modo a acelerar o processo de recuperação económica e criar empregos e oportunidades, especialmente para os jovens dos meios urbanos e os licenciados. Nas áreas prioritárias que necessitam do apoio do Banco poderão incluir-se: programas de apoio orçamental com desembolso rápido para combater os problemas sociais relacionados com o desemprego dos jovens; assistência à população mais pobre nas regiões menos favorecidas do país; bem como o apoio às reformas governamentais sob a forma de uma maior transparência, eleições democráticas e políticas de combate à corrupção. Mais importante ainda, dever-se-á prestar mais atenção aos problemas de inserção social, como, por exemplo, a criação de redes de segurança sociais para os segmentos mais vulneráveis da população.

O PAPEL DO BANCO

As principais áreas operacionais do Banco.

O enfoque operacional do Grupo do Banco é conduzido pela respectiva Estratégia de médio prazo (MTS), 2008-2012. O lançamento da MTS em 2008 coincidiu com o início da crise do combustível, dos alimentos e da crise financeira. O Banco demonstrou rapidez e flexibilidade ao responder à evolução das necessidades dos seus clientes durante este período. Distribuiu antecipadamente os recursos, reestruturou a sua carteira de créditos e disponibilizou instrumentos com desembolso rápido para ajudar os PMR a gerir os efeitos a curto prazo e reduzir os impactos a longo prazo. O total dos empréstimos do Grupo do Banco ascendeu a 8,06 mil milhões de UC em 2009, constituindo um aumento de 160,3% face a 2007 - um aumento muito mais elevado do que o projectado antes do início da crise.

Entre 2008 e 2010, o investimento total do Banco nas principais áreas prioritárias da MTS, em termos de infra-estruturas, desenvolvimento do sector privado, governação e ensino superior, tecnolo-

gia e formação profissional, ascendeu a 88,4% do total dos compromissos do Banco. 51,3% do total dos investimentos nas principais áreas destinaram-se a operações de infra-estruturas garantidas por estados soberanos, 25% foram para o sector privado; e cerca de 22% para a governação. Este quadro adapta-se de forma abrangente à selectividade operacional delineada na MTS. Contudo, as aprovações para o ensino superior, ciência e tecnologia (HEST) foram inferiores a 2% do total dos empréstimos. Apesar de esta ser uma nova área de intervenção para o Banco, é, todavia, urgente actuar nesse sentido, dada a importância do HEST para reforçar a competitividade africana.

Os recursos do Banco tiraram partido dos financiamentos adicionais juntamente com os respectivos parceiros estratégicos durante o período de 2008 a 2010. O co-financiamento acelerou, atingindo 19,16 mil milhões de UC em 2009, tendo o Banco contribuído com 20,3%. Contudo, em 2010, o co-financiamento total decresceu para 8,41 mil milhões de UC, tendo o Banco contribuído com 15,2%.

A rápida expansão das operações do sector privado, incluindo nos países de baixo rendimento, tem sido uma característica significativa das actividades do Banco desde 2008. Uma análise da política do Banco relativa ao desenvolvimento do sector privado está em curso, a qual ajudará a aperfeiçoar as intervenções a curto prazo. O empenho continua nos países frágeis, na medida em que o apoio do Grupo do Banco se revela crucial para a estabilidade económica e social dos países. Os investimentos em operações regionais constituíram 14% do total dos empréstimos do Grupo do Banco durante o período de 2008 a 2010, de acordo com a MTS.

Uma voz por África. Entre 2008 e 2010, o Banco tomou a iniciativa de reunir os ministros africanos das Finanças e os governadores do Banco Central para considerarem a resposta de África à crise, darem pareceres aos Chefes de Estado e de Governo de África e para introduzir

perspectivas africanas nos debates do G-20. O Comité de Dez (C10) daí resultante continua a reunir-se regularmente para debater prioridades económicas para África e estratégias para a intervenção do continente no resto do mundo.

Gestão e desenvolvimento dos conhecimentos. O Banco intensificou o seu papel na gestão e desenvolvimento dos conhecimentos e na disseminação dos resultados da investigação tanto quanto possível. As suas publicações de referência encontram-se no ranking das fontes líderes de informação sobre o desenvolvimento africano, tirando partido da vasta colaboração da OCDE, do Banco Mundial e do Fórum Económico Mundial, entre outros. A Conferência económica africana, organizada em conjunto pelo Banco e a CEA, constitui agora um dos principais fóruns internacionais para o desenvolvimento africano.

O quadro “One Bank” e as reformas institucionais. Quando a crise financeira mundial emergiu no final de 2008, depressa se tornou claro que a procura dos recursos do Banco excedia os fundos disponíveis. Coincidente com o aumento das operações de crédito, deu-se início às negociações para o aumento geral de capital, concluindo-se, em meados de 2009, um aumento de 200% no GCI-VI. Simultaneamente, ocorriam as consultas no âmbito da reconstituição FAD-XII, que foram concluídas em Setembro de 2010 com um acordo que visava o aumento do nível em 10,6% face ao nível da FAD-XI. A simultaneidade dos dois exercícios, o GCI-VI e a FAD-XII, realça a interdependência das duas principais linhas de crédito do Banco e a importância do conceito “One Bank”.

No que se refere à agenda institucional, durante o período de 2008 a 2010, o Grupo do Banco implementou uma série de políticas e reformas institucionais e aperfeiçoou a sua estrutura de gestão. Neste momento, existe a necessidade de um maior progresso, principalmente para aprofundar a descentralização e para adaptá-la às circunstâncias específicas dos países. O facto de ir ao

encontro de uma abordagem baseada nas políticas e nas receitas, em vez de conduzida por instrumentos, tem implicações importantes para as políticas e operações do Grupo do Banco, que serão abordadas ao longo dos próximos anos. Os Documentos de estratégia nacional (CSP) estão a tornar-se mais formalizados e serão ajustados adicionalmente, de modo a garantir a integração de operações do sector privado. A introdução dos novos Documentos de estratégia de integração regional (RISP) reforça a selectividade e prioritização.

O caminho a seguir. Os actuais acontecimentos em alguns PMR sublinham os desafios no domínio do desenvolvimento para África e o Banco. O processo de adaptação a circunstâncias em mutação e a novas exigências exigirá que o Banco continue a apresentar a mesma flexibilidade e capacidade de resposta como o fez no passado. Agora que a crise financeira mundial recuou, o Banco necessita de concentrar-se novamente na sua actividade principal, no que se refere à resolução dos estrangulamentos estruturais para o crescimento económico de África. Por exemplo: o massivo défice em termos de infra-estruturas; os mercados pouco diversificados e fragmentados (devido à limitada integração); a escassez de competências necessárias para construir uma economia competitiva; instituições débeis e má governação; a construção de estados capazes; a promoção do desenvolvimento do sector privado; a diversificação económica; e os desafios a longo prazo das alterações climáticas e produção de energia. O Banco tem um papel a desempenhar no que respeita à maior integração de medidas de atenuação das alterações climáticas nas suas intervenções e medidas para a integração, em colaboração com os parceiros de ajuda ao desenvolvimento. Neste contexto, os líderes africanos têm solicitado ao Banco que acolha um “Fundo verde para África”, para mobilizar recursos que visem projectos de energias renováveis em todo o continente.

2

Capítulo dois

Orientações estratégicas e prioridades do Grupo do Banco

Introdução

Eficácia da ajuda ao desenvolvimento e gestão orientada para os resultados

Investimento em infra-estruturas

Alargamento do investimento no sector privado

Apoio a reformas económicas e de governação

Promoção do ensino superior, da tecnologia e da formação profissional

Promoção da integração regional

Apoio a países frágeis

Apoio a países de rendimento médio

Agricultura e desenvolvimento rural

Promoção do desenvolvimento social e humano

Energia, ambiente e alterações climáticas

Promoção da igualdade de género

Desenvolvimento de conhecimentos a partir de actividades operacionais

Mobilização de recursos

Parcerias e actividades de cooperação

Durante o ano de 2010, o Grupo do Banco prosseguiu a implementação da sua estratégia de médio prazo (2008-2012) focando a sua atenção nas quatro áreas principais de intervenção, nomeadamente o desenvolvimento das infra-estruturas, o desenvolvimento do sector privado, a governação e o ensino superior, a tecnologia e a formação profissional. Tal permitiu ao Banco reforçar o seu apoio à integração regional, aos países frágeis, aos países de rendimento médio (MIC) e ao desenvolvimento agrícola e rural. As questões transversais do género, do ambiente, das alterações climáticas e da gestão dos conhecimentos foram integradas nas suas actividades operacionais. A instituição também consolidou o seu papel enquanto banco de conhecimento à escala do continente, não só através da ampla divulgação dos resultados científicos, da publicação de relatórios de referência e da actualização do seu Portal de Dados, como também através de estudos económicos e sectoriais (ESW) e de ensinamentos retirados da experiência para orientar as suas operações no futuro. O papel do Banco na articulação de uma representação africana coordenada nos fóruns internacionais mais importantes foi reforçado com a sua participação activa na terceira Conferência da KOAFEC (de Cooperação Económica Coreia-África) realizada em Setembro e mais recentemente na Cimeira do G-20 realizada em Novembro em Seul. A mobilização de recursos foi outro resultado importante alcançado durante o ano, tendo o Banco triplicado os seus recursos de capital através do Sexto aumento geral de capital (GCI-VI) de 200%, ao mesmo tempo que garantiu aumento de 10,6% das contribuições dos Estados Participantes para a reconstituição FAD-XII. O Banco também continuou a reforçar as suas actividades de parceria e cooperação com outros participantes fundamentais da agenda de desenvolvimento para África.

INTRODUÇÃO

O ano de 2010 foi um ano de consolidação operacional e de mobilização de recursos altamente bem sucedida para o Grupo do Banco. A consolidação operacional permitiu à instituição reforçar o seu enfoque na apropriação nacional e nos critérios de desempenho, na criação de novos instrumentos de financiamento, no combate às alterações climáticas e na criação e disseminação de conhecimentos.

Durante o ano o Banco concluiu o Sexto aumento geral de capital (GCI-VI) de 200%, o que incrementou o seu capital autorizado de 24 mil milhões de UC (35 mil milhões de dólares americanos) para 67,69 mil milhões de UC (100 mil milhões de dólares americanos). A par deste aumento, foi concluído um acordo com os Estados Participantes no sentido de estabelecer o nível de reconstituição FAD-XII em 6,10 mil milhões de UC (9,50 mil milhões de dólares americanos) para o período de três anos de 2011 a 2013.

Este importante aumento da base de recursos do Grupo do Banco foi um dos resultados mais importantes que a instituição alcançou em 2010. Entre os outros resultados figuram a conceptualização e

aprovação de uma série de documentos sobre estratégias e políticas operacionais, incluindo: a Estratégia de reforço de capacidades do Grupo do Banco, a nota legal relativa à implementação da Facilidade de apoio a países frágeis, a Estratégia do Grupo do Banco para o sector agrícola 2010-2014 e a participação do Banco no Fundo Agrícola Africano (AAF), entre outros.

A introdução bem sucedida, por parte do Banco, de reformas em políticas operacionais específicas e a criação de mecanismos especiais ao longo dos últimos anos permitiram melhorar a qualidade conceptual das operações do Grupo do Banco e reforçar as suas capacidades, o que contribuiu para incrementar a eficácia da ajuda ao desenvolvimento e os resultados no terreno.

EFICÁCIA DA AJUDA AO DESENVOLVIMENTO E GESTÃO ORIENTADA PARA OS RESULTADOS

O Quadro de medição de resultados “One-Bank” (RMF)

O Banco registou constantes progressos na utilização dos Quadros de medição de resultados (RMF) para avaliar

o desempenho das suas três linhas de crédito: O BAD, o FAD e o FFN. Em Setembro de 2010, adoptou o RMF “One Bank”, concebido com base no princípio de que o planeamento, a monitorização e a avaliação dos resultados devem ser aplicados de forma contínua em todas as áreas e sectores da instituição. O RMF inclui indicadores para medir operações para a implementação de políticas, operações regionais e operações do sector privado, integrados numa única estrutura de reporte que abrange todas as intervenções do Banco. Ao juntar informações sobre resultados finais e resultados intermédios numa única estrutura de reporte, o novo RMF permite medir de forma mais precisa a eficácia do Banco na promoção do desenvolvimento sustentável nos PMR. O RMF “One-Bank” também serve de base para o novo *Relatório Anual sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento* (ADER), que será publicado em 2011.

Roteiro para a eficácia da ajuda ao desenvolvimento

O Banco procura assegurar que os seus princípios fundamentais de eficácia se traduzam em acções concretas em toda a sua gama de complexos e operações. Para esse efeito, está a formular um roteiro destinado a melhorar o seu desempe-



no na ajuda ao desenvolvimento, operacionalizando o seu compromisso com a Declaração de Paris sobre a eficácia da ajuda e com a Agenda de Acção de Accra. O roteiro definirá acções específicas a adoptar em cinco áreas de reforço mútuo: (1) definição de prioridades corporativas e celebração de acordos institucionais; (2) monitorização dos progressos realizados pela instituição na eficácia da ajuda; (3) revisão das políticas, práticas e incentivos do Banco; (4) orientação operacional sobre políticas, processos e práticas; e (5) divulgação mais extensiva do Banco em matéria de eficácia da ajuda.

Gestão orientada para os resultados ao nível nacional

A ajuda aos PMR no sentido de reforçar a sua capacidade para gerir os resultados do desenvolvimento constitui um dos três pilares da agenda de resultados do Grupo do Banco. O Banco apoiou a criação em 2007 da African Community of Practice on Managing for Development Results (AfCoP-MfDR - Comunidade africana de práticas de gestão orientadas para os resultados da ajuda ao desenvolvimento), um dos canais destinados a disseminar conhecimentos e boas práticas sobre como gerir a sustentabilidade dos resultados da ajuda ao desenvolvimento. A AfCoP-MfDR reúne

mais de 1.600 membros de 91 países, dos quais 43 são países africanos. Entre estes, contam-se membros de administrações públicas, de parlamentos, da sociedade civil, do sector privado, de academias, de meios de comunicação social e doadores locais.

Durante o ano de 2010, o Banco prestou apoio à criação de oito Comunidades de Práticas nacionais no Burquina Faso, Costa do Marfim, República Democrática do Congo (RDC), Quénia, Mali, Níger, Senegal e Zimbabué, que trabalharam como organismos autónomos em parceria com os ministérios locais das finanças e economia. Estas Comunidades

de Prática actuam como agentes de mudança para promover a cultura de resultados a nível nacional e apoiar os processos de desenvolvimento nacional no sentido de tornarem a sua organização mais orientada para os resultados. Prevê-se deste modo que venham a produzir resultados mensuráveis no esforço para erradicar a pobreza.

Gestão orientada para os resultados ao nível internacional

O Banco é membro activo de diversos grupos que trabalham no âmbito do Grupo de Trabalho para a Eficácia da Ajuda instituído pela OCDE. Neste contexto, está a ajudar a definir a agenda do quarto Fórum de Alto Nível sobre a eficácia da ajuda ao desenvolvimento, que terá lugar em Busan, Coreia, no final de 2011. No âmbito do seu contributo para esta agenda, o Banco organizou, juntamente com a NEPAD e a CUA, a segunda Reunião regional sobre eficácia da ajuda, cooperação Sul-Sul e reforço de capacidades. Este evento decorreu em 4 e 5 de Novembro em Tunes e adoptou uma nova perspectiva: promover um modelo diferente de desenvolvimento em que o financiamento ocupa um lugar central, em vez da ajuda. Nesta reunião participaram cerca de 170 altos representantes de países africanos, incluindo ministros, altos funcionários de governos, deputados e líderes de organizações da sociedade civil.

Introdução de instrumentos operacionais de garantia da qualidade e orientados para os resultados

Avaliação da melhoria da qualidade de concepção. Foram registados progressos significativos na criação de ferramentas e procedimentos destinados a melhorar a qualidade de concepção das operações do Banco e das estratégias dos países. Com base na experiência acumulada na fase piloto de 2009 e nas consultas realizadas ao nível do Banco, foi introduzida a ferramenta de Análise de prontidão (RR) em 2010 para todas as operações de concessão de crédito. Além disso, foram

desenvolvidas normas de qualidade de concepção e respectivas orientações técnicas para ajudar as equipas de projecto a conceber operações de qualidade, tendo sido também criada uma ferramenta de RR para avaliar a qualidade de concepção dos Documentos de estratégia nacionais (CSP), a ser implementada no início de 2011. Foi lançada uma iniciativa piloto destinada a promover uma melhor compreensão das questões relacionadas com a prontidão após a fase de aprovação, especialmente as questões relacionadas com atrasos no primeiro desembolso.

Melhoria da qualidade e orientação para os resultados em todo o ciclo do projecto.

Para apoiar o reporte de resultados e a implementação de projectos de qualidade, foram lançadas novas iniciativas em 2010: a revisão do quadro lógico baseado em resultados (RLF) para operações e a elaboração de relatórios reestruturados sobre os progressos e resultados registados na implementação de projectos (IPR). O novo RLF foi simplificado e harmonizado de acordo com a terminologia da OCDE/CAD relativa à cadeia de resultados, e facilitará a concepção participativa de projectos e a monitorização com base em resultados em todo o ciclo do projecto. O IPR promoverá uma abordagem de monitorização de projectos focada nos resultados e baseada em provas quantitativas, assim como em acções dinâmicas e orientadas para os resultados. Será apoiado por um sistema revisto de classificação de desempenho de projectos. A nova abordagem apoiará ainda o processo de descentralização e otimizará as funções e responsabilidades dos escritórios de representação relativamente à monitorização do desempenho dos projectos.

Apoio às Tecnologias da Informação (TI).

O Banco introduziu uma série de iniciativas para reforçar os seus sistemas de informação com vista a apoiar uma gestão mais dinâmica das carteiras. A actualização das aplicações funcionais SAP está em curso e permitirá recolher durante as operações informações sobre *outputs* e resultados e reportar sobre

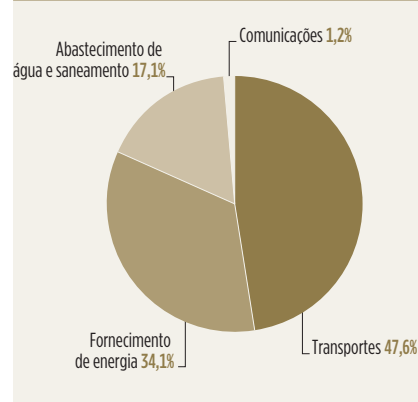
os indicadores fundamentais de desempenho (KPI) (por ex., indicadores sobre contratação, desembolso, projectos mais antigos e monitorização intensiva de riscos) em tempo real. Além da actualização das aplicações SAP, o Banco está a desenvolver um sistema de reporte de resultados para acompanhar o seu contributo para os resultados da ajuda ao desenvolvimento.

INVESTIMENTO EM INFRA-ESTRUTURAS

No ano em análise, as aprovações do Grupo do Banco por sector continuaram a reflectir a Estratégia de médio prazo (2008-2012) da instituição, em que o sector das infra-estruturas é considerado como uma área operacional nuclear. O Banco selecciona projectos de grande impacto na sua carteira de infra-estruturas, com vista a estimular um investimento respeitador do ambiente, reforçar a competitividade e produtividade dos PMR, criar empregos e promover um crescimento económico sustentável. O Banco está particularmente bem posicionado para prestar apoio a projectos e programas envolvendo infra-estruturas transfronteiriças de grande dimensão que promovam a integração regional.

Em finais de Dezembro de 2010, as aprovações de projectos de infra-estruturas atin-

Gráfico 2.1
Distribuição subsectorial por infra-estrutura, 2010



giram um montante de 2,60 mil milhões de UC, correspondente a 70,9% da totalidade das aprovações de créditos e subsídios pelo Grupo do Banco nesse ano, o que representa a maior afectação sectorial. Em termos de distribuição subsectorial, o sector dos transportes recebeu a maior parte do financiamento (47,6%), seguido pelo fornecimento de energia (34,1%), o abastecimento de água e saneamento (17,1%) e as comunicações (1,2%) (ver Gráfico 2.1). A priorização das infra-estruturas não só ao nível da MTS, como também ao nível das agendas nacionais dos PMR, demonstra o papel crucial que as infra-estruturas modernas, fiáveis e economicamente acessíveis desempenham no crescimento económico sustentável e na redução da pobreza.

Apoio ao subsector dos transportes em 2010

Os projectos de infra-estruturas de transportes em África enfrentam vários desafios, agravados pela crise global financeira

e económica. As derrapagens dos custos constituem um problema comum em muitos PMR que podem levar, nos casos mais extremos, ao cancelamento dos projectos. Em 2010, o Banco continuou a envolver esforços para evitar a ocorrência de derrapagens nestes projectos e assegurar, por parte destes, o cumprimento dos objectivos de desenvolvimento, através, por exemplo, da criação de parcerias com outros doadores e da concessão de créditos suplementares. O Banco também começou a rever a prática de contratação e execução de projectos nos PMR, a fim de reduzir a exposição destes projectos à volatilidade internacional dos custos de construção.

Além disso, o Banco começou a alinhar a sua carteira de infra-estruturas de transporte com os objectivos da sua Estratégia para o sector agrícola (AgSS) (2010-2014), aprovada em 2010. Foram aprovados oito projectos de construção de estradas durante o ano, que contem-

plavam entre os seus principais objectivos o desenvolvimento da produtividade agrícola dos PMR, objectivo esse que deverá também contribuir para melhorar a segurança alimentar da região. Foram, por exemplo, aprovados projectos de construção de estradas no Burundi, Gana, Moçambique e Zâmbia em zonas onde mais de 85% da população trabalha na agricultura. Estes projectos destinam-se a reduzir os custos de transporte e, conseqüentemente, baixar os custos de produção agrícola, melhorar a acessibilidade aos mercados e aumentar os preços dos produtos à saída da exploração. Com esta abordagem, os projectos de estradas acabam muitas vezes por contribuir para impulsionar a produtividade e a produção agrícola, melhorando deste modo os níveis de rendimento e as condições de vida das comunidades rurais.

Embora a maioria dos projectos de transporte aprovados pelo Banco em 2010 contemplasse a construção ou manu-

Caixa 2.1

Marrocos

Projecto de reforço da capacidade da linha ferroviária Tânger-Marraquexe

Contexto: trata-se do maior projecto na área dos transportes aprovado em 2010 para um país membro do BAD e o maior projecto individual financiado pelo Banco até à data em Marrocos. Este projecto enquadra-se na Estratégia de médio prazo do Banco e no Documento de estratégia nacional (CSP), na medida em que incide no desenvolvimento de infra-estruturas para promover o crescimento económico, o comércio e um ambiente propício aos negócios.

Objectivo: melhorar a competitividade do transporte ferroviário, em particular no mercado do transporte de mercadorias entre Tânger e Marraquexe.

Papel do Banco: conceber, financiar e supervisionar a implementação do projecto em parceria com a Companhia Nacional de Caminhos de Ferro de Marrocos (ONCF), que é a agência de execução. O Banco concederá um montante de financiamento de 255,5 milhões de UC para um custo total do projecto de 375 milhões de UC, cabendo à ONCF financiar o montante restante.

Calendário: 2011-2016.

Resultados esperados:

- (1) um aumento significativo da oferta de transporte ferroviário a partir de 2016, com uma maior fluidez do tráfego ferroviário e uma maior frequência de comboios regulares, de longo curso e de mercadorias;
- (2) uma maior mobilidade da população na área abrangida pelo projecto; e
- (3) a criação de empregos directos e indirectos durante a fase de implementação do projecto e a fase operacional, especialmente nas zonas logísticas criadas.

tenção de estradas nacionais ou internacionais, cinco projectos visavam a construção de estradas rurais com vista a melhorar o acesso das populações rurais à principal rede de estradas. Estes projectos incluíam também actividades conexas, tais como a construção de sistemas de fornecimento e armazenamento de água, a reabilitação dos mercados rurais, a criação de infra-estruturas de armazenamento, assim como o fornecimento de equipamentos de transformação de produtos agrícolas às comunidades locais (em particular a associações de mulheres) com vista a reduzir as perdas sofridas após as colheitas. Estas actividades conexas foram seleccionadas e concebidas segundo uma abordagem participativa, em associação com as comunidades locais, com vista a promover a apropriação dos projectos e melhorar os resultados da ajuda ao desenvolvimento.

Entre os principais projectos de infra-estruturas de transporte aprovados durante o ano incluem-se: o projecto Transnet na África do Sul (para infra-estruturas ferroviárias, portos nacionais e oleodutos) (271,3 milhões de UC); o projecto de reforço da capacidade da linha ferroviária Tânger-Marraquexe em Marrocos (255,6 milhões de UC); o projecto rodoviário VI na Tunísia (198,3 milhões de UC); e o projecto de ligação rodoviária Fulfusio-Sawala no Gana (109,7 milhões de UC). A Caixa 2.1 apresenta uma breve descrição do projecto de reforço da capacidade da linha ferroviária Tânger-Marraquexe, que representa o maior projecto em que o Banco esteve envolvido em Marrocos até à data.

Os projectos de infra-estruturas de transporte aprovados em 2010 incluíram: projectos nacionais de construção ou manutenção de estradas no Benim, Burundi,

Quênia, Moçambique, Senegal e Togo, assim como dois projectos no sector dos transportes aéreos (RDC e Senegal). A secção Perfis dos projectos e programas aprovados em 2010, no final da Parte 1, apresenta dados mais detalhados sobre todos os projectos.

Apoio ao subsector das TIC em 2010

Foram aprovados dois projectos de TIC durante o ano num montante total de 32,4 milhões de UC. Um deles é o projecto multinacional Satélite O3B (32,1 milhões de UC), que contempla o financiamento do sector privado para a construção e operação de uma constelação de 8 satélites em órbita terrestre média (MEO) cobrindo o continente africano. Este projecto insere-se na linha da estratégia do Grupo do Banco para as TIC, destinada a promover o desenvolvimento de infra-estruturas e a integração regional. O segundo projecto diz respeito à implan-

Caixa 2.2

Cabo Verde

Projecto de energia eólica Cabeolica

Contexto: trata-se de um projecto de parceria público-privada (PPP) num país membro do FAD e o único projecto na área das energias renováveis aprovado pelo Banco em 2010.

Objectivo: utilizar as fontes de energia eólica e solar abundantes no arquipélago e intensificar o uso de energias renováveis para 50% até 2020, contribuindo deste modo para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa.

Componentes do projecto: o projecto contempla a construção e manutenção de quatro parques eólicos no mar nas ilhas de Santiago, São Vicente, Sal e Boa Vista com uma capacidade instalada combinada de 25,5 MW. O projecto inclui cinco componentes: (1) torres, turbinas eólicas e postos de transformação; (2) uma subestação local; (3) um centro de controlo; (4) uma linha de transporte subterrânea que liga a subestação à rede de energia existente; e (5) uma estrada de acesso às instalações do projecto.

Resultados esperados:

- (1) contribuir para o desenvolvimento do estatuto jurídico do país no âmbito das PPP e melhorar o clima de investimento estrangeiro e de ajuda ao desenvolvimento;
- (2) reforçar as necessidades de auto-suficiência energética em 25 MW de energia limpa proveniente de fontes renováveis;
- (3) permitir que o país reduza as suas emissões de gases com efeito de estufa e beneficie do Mecanismo de desenvolvimento ecológico (CDM); e
- (4) reduzir a dependência de geradores a gásóleo ineficientes e onerosos, com vista a reduzir custos para os consumidores.

tação de um centro de dados em Cabo Verde, financiado através de um subsídio MIC num montante de 0,30 milhões de UC e que visa a realização de um estudo de viabilidade para a construção de um parque tecnológico em Praia, destinado a melhorar o clima empresarial através da melhoria das infra-estruturas de TIC no país.

Apoio ao subsector da energia em 2010

O Banco actua como financiador principal nos investimentos realizados na área da energia em África. O Banco aprovou 887,6 milhões de UC para 14 novas operações no subsector da energia durante o

ano. Destes projectos, 11 corresponderam a operações do sector público, contando com uma autorização total de 753,5 milhões de UC. Os outros três projectos, a saber, o projecto de energia eléctrica de Dibamba nos Camarões, o projecto de desenvolvimento do campo de petróleo e gás de Hasdrubal na Tunísia e o projecto de energia eólica Cabeolica em Cabo Verde (ver Caixa 2.2), que no conjunto totalizaram 134,1 milhões de UC, corresponderam a operações do sector privado. Os dois maiores projectos de energia foram a central de energia térmica com ciclo de vapor de 650 MW do Suez, no Egipto, e o projecto de fornecimento de energia eléctrica em zonas semi-urbanas

e rurais na República Democrática do Congo. Entre os outros projectos aprovados, figuram a Linha de transporte de energia Iringa-Shinyanga na Tanzânia, a melhoria do sistema de transporte de energia eléctrica na Etiópia (dois projectos) e a melhoria do sistema de transporte de energia eléctrica no Quénia. Este último projecto tem como objectivo melhorar a capacidade e a fiabilidade do fornecimento de energia no Quénia, a fim de resolver os problemas crónicos de falta de energia eléctrica. Contribuirá também para reforçar a rede eléctrica regional da África Oriental e facilitar a troca de energia dentro da sub-região.



Caixa 2.3

As três iniciativas no domínio da água

1. Iniciativa de abastecimento de água e saneamento às comunidades rurais (RWSSI)

A RWSSI continua a ser uma das iniciativas mais emblemáticas e tem por objectivo acelerar o acesso a fontes de água segura e a cobertura do saneamento básico a 80% da população rural de África até 2015, com um custo global estimado de 9,22 mil milhões de UC. Desde o seu lançamento em 2003, 28 programas/projectos beneficiaram dos fundos da RWSSI em 22 PMR, num montante total de 2,6 mil milhões de UC. Deste total, o Banco contribuiu com 695,2 milhões de UC provenientes dos recursos do BAD/FAD, tendo o Fundo fiduciário RWSSI contribuído com 74,1 milhões de UC. O montante restante foi angariado junto de parceiros da ajuda ao desenvolvimento, governos africanos e comunidades beneficiárias.

Em 2010, o Banco aprovou três operações no âmbito da RWSSI nos Camarões, Moçambique e Tanzânia num valor de 89,8 milhões de UC, dos quais 74,3 milhões de UC provenientes do FAD e 15,5 milhões de UC provenientes do Fundo fiduciário RWSSI. As intervenções da RWSSI são integradas na programação dos governos para o sector da água e a iniciativa também se concentra nas questões de género em todo o ciclo do projectos. No final de 2010, mais de 33 milhões de pessoas ganharam acesso a água potável e cerca de 20 milhões beneficiaram de melhores condições de saneamento graças à iniciativa.

2. Programa de parceria multidoadores para a água (MDWPP)

O Programa de parceria para a água (WPP) foi criado em 2002 pelo Banco e pelo governo dos Países Baixos, com o objectivo de promover políticas e práticas de gestão eficiente da água e operacionalizar a política de gestão integrada de recursos hídricos (IWRM) adoptada pelo Banco em 2000. Em 2006, o WPP foi convertido no Programa de parceria multidoadores para a água (MDWPP) com a participação dos governos do Canadá e da Dinamarca. O MDWPP foi decisivo para a criação da RWSSI, da African Water Facility (AWF), do Programa ClimDev em África e da Parceria para a gestão da água na agricultura em África (AgWA). Até à data, foi financiado ao abrigo da MDWPP um total de 60 actividades no valor de 7,4 milhões de UC.

3. African Water Facility

A African Water Facility (AWF) foi criada por iniciativa do Conselho dos ministros africanos sobre a água (AMCOW), sendo gerida e administrada pelo Banco. Tem por objectivo mobilizar recursos para financiar actividades de facilitação e investimento no sector hídrico em África. Os doadores contribuíram com cerca de 102 milhões de UC para a AWF, dos quais 10 milhões de UC foram pagos pelo Banco. Até à data, a AWF mobilizou cerca de 215 milhões de UC para financiar intervenções no sector da água.

A carteira da AWF continua a crescer e, no final de 2010, contava com 66 projectos no valor de 68,1 milhões de UC. Entre estes, o Banco aprovou em 2010 uma verba de 14 milhões de UC para nove projectos de financiamento especial (incluindo quatro iniciativas transfronteiriças) na Gâmbia, Gana, Malavi e Mali para a preparação de programas/projectos no sector da água e saneamento, a introdução de tecnologias inovadoras e a gestão de conhecimentos.

As iniciativas no domínio da água

Face à crescente escassez de água, agravada pelas alterações climáticas, pela degradação do ambiente, pelo rápido crescimento da população e dos centros urbanos, o Banco atribui uma grande prioridade ao apoio às iniciativas no sector da água. A capacidade produtiva do sector agrícola e a sua capacidade para satisfazer as necessidades alimentares da população dependem de um abastecimento de água adequado. Além disso,

a resiliência deste sector tem um impacto directo nos progressos do continente africano para alcançar outros Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), em áreas como o crescimento do PIB, a pobreza, a saúde (incluindo a mortalidade infantil e a saúde materna), a educação e as questões de género.

As intervenções do Banco nesta área centram-se no desenvolvimento e na gestão sustentáveis dos recursos hídricos

em todo o continente. No final de 2010, o Banco financiava 69 operações em curso no domínio da água e do saneamento em 32 países africanos, operações essas que totalizavam 1,80 mil milhões de UC. As aprovações totais de créditos, subsídios e fundos especiais em 2010 para todas as operações no domínio da água e do saneamento ascenderam a 473,6 milhões de UC. As intervenções abrangem o fornecimento de água potável, a gestão de recursos hídricos, o sanea-



mento e a higiene, o reforço de capacidades e programas de reforma de políticas.

Abastecimento urbano de água e saneamento: o Banco intervém neste subsector através de operações que contemplam a reabilitação e extensão dos serviços, a redução dos elevados volumes de água não controlada e a promoção de actividades do sector privado destinadas a satisfazer as crescentes necessidades do sector urbano. Em 2010, foram aprovados seis novos projectos/programas de abastecimento de água e saneamento em zonas peri-urbanas na Costa do Marfim, Quénia, Libéria, Mauritânia, Marrocos e Serra Leoa, além de um projecto multinacional, que beneficiaram de um financiamento total de 371,3 milhões de UC.

Abastecimento de água e saneamento nos países frágeis: o Banco intensificou o seu compromisso de apoio aos países frágeis e, em colaboração com a Unidade de Países Frágeis, está a conduzir um estudo para desenvolver orientações e ferramentas destinadas a melhorar os sistemas de abastecimento de água e saneamento nestes países mais vulneráveis. No ano em análise, foram aprovados três projectos para a Costa Marfim, a Libéria e a Serra Leoa, com o apoio combinado do FAD e da Facilidade de

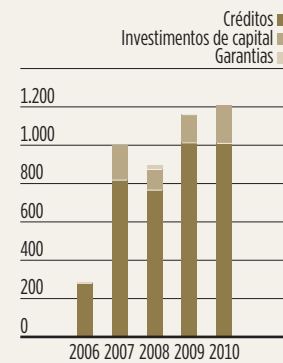
apoio a países frágeis (FSF) num montante total de 53,7 milhões de UC.

As três iniciativas no domínio da água: além dos projectos e programas referidos, o Banco continua a acolher três iniciativas complementares, nomeadamente, a Iniciativa de abastecimento de água e saneamento às comunidades rurais (RWSSI), a African Water Facility (AWF) e o Programa de parceria multi-doadores para a água (MDWPP). Estas iniciativas proporcionam em conjunto recursos fundamentais para melhorar o acesso a água de qualidade e saneamento, promovendo tecnologias inovadoras e apoiando actividades de gestão de conhecimentos (ver Caixa 2.3).

ALARGAMENTO DO INVESTIMENTO NO SECTOR PRIVADO

O desenvolvimento do sector privado é amplamente reconhecido pela comunidade internacional de desenvolvimento como o motor do crescimento económico e da redução da pobreza. Em 2010, o Banco continuou a realizar investimentos significativos para estimular o crescimento do sector privado em África. Para esse efeito, contou com uma série de instrumentos financeiros de diferentes classes de risco, desde instrumentos de

Gráfico 2.2
Aprovações do BAD para o sector privado, 2006-2010 (milhões de UC)



dívida sénior com garantia a capital directo, incluindo garantias e instrumentos de quase capital. Embora o Banco assuma posições de capital directo em instituições financeiras, a maioria dos investimentos de capital é canalizada através de fundos de capital privado.

O BAD tem ainda um papel cada vez mais activo na facilitação do financiamento do comércio, estando actualmente a desenvolver a sua estratégia e modalidades para reforçar o seu apoio nesta área. Entre estas incluem-se instituições de facilitação do comércio (tais como empresas de garantia e seguros para o comércio), garantias para cartei-ras não financiadas para o financiamento do comércio internacional, assim como a concessão de linhas de crédito (LDC) renováveis de curto prazo para o financiamento do comércio, destinadas aos bancos africanos activos a nível regional.

Nas suas operações do sector privado, o Banco concentra-se em três áreas: infra-estruturas; indústria, exploração de minas e pedreiras; e financiamento. Esta última contempla a concessão de créditos a empresas e participações de capital em instituições financeiras, assim como LDC para empréstimos a pequenas e médias empresas (PME) que constituem o pilar de muitas economias africanas. O Banco também investe em institui-

ções de microfinanciamento, estendendo assim o seu apoio às microempresas e às empresas informais que têm normalmente dificuldades em aceder ao crédito, um problema que se tem agravado com a crise financeira.

Uma das iniciativas importantes no apoio à eficácia estratégica das operações do sector privado do Banco é a Assistência reforçada ao sector privado em África (EPSA). Esta iniciativa foi concebida em 2005 e anunciada pelo governo japonês na Cimeira do G-8 de Gleneagles. Ao abrigo desta iniciativa, o governo do Japão está a canalizar 0,65 mil milhões de UC (mil milhões de dólares americanos) através do Banco sob a forma de linhas de crédito concessional para operações não soberanas. Parte destes montantes está também a ser utilizada para prestar assistência técnica ao abrigo do programa do Fundo de assistência ao sector privado africano (FAPA). Este fundo visa essencialmente apoiar o reforço de capacidades associado às operações não soberanas financiadas pelo Banco.

Para melhorar o ambiente propício aos negócios (APN) e desenvolver o sector privado na maioria dos países africanos, o Banco reforçou o seu apoio nesta

área. Os programas de melhoria do APN fazem parte integrante da abordagem do Banco e incluem, entre outros instrumentos, Operações para a implementação de políticas (PBO) e Programas de apoio institucional (ISP). Dos 24 ISP recentemente instituídos, 13 incidiram no APN, ao passo que 21 dos 44 últimos PBO continham componentes especificamente direccionados para o APN.

Em 2010, o Banco continuou a sustentar os seus elevados investimentos nas operações do sector privado, alocando um montante de 1,21 mil milhões de UC para financiar 28 novos projectos. Este esforço representou um aumento de 4,3% em relação ao montante de 1,16 mil milhões de UC de 2009. Os montantes das aprovações totais de 2010 incluem 1,02 mil milhões de UC em créditos e LDC para projectos e 189,9 milhões de UC em participações em capitais privados (ver Gráfico 2.2).

No que diz respeito às aprovações para o sector privado, estas representaram 46,7% das aprovações totais do BAD e 29,4% das aprovações totais do Grupo do Banco. Enquanto os créditos para projectos visaram, de um modo geral, agilizar o crescimento económico e reduzir a pobreza, as LDC procuraram fortalecer

os mercados financeiros nacionais para facilitar a concessão de crédito às PME. Os investimentos do Grupo do Banco em muitos projectos e programas de dimensão significativa, realizados sob a forma de concessão de crédito, LDC e participação em capitais privados contribuíram para reforçar a cooperação económica e a integração regional, assim como para melhorar o clima de investimento no continente.

No que se refere à distribuição das operações do sector privado por classificação de países em 2010, os países de rendimento médio (MIC, nomeadamente apenas os elegíveis para beneficiar dos recursos do BAD) receberam a maior parte (43%), seguidos pelos projectos regionais e multinacionais (38%) e pelos países de baixo rendimento (apenas os elegíveis para beneficiar do FAD) (19%). No âmbito dos seus esforços para incrementar as operações do sector privado em países de baixo rendimento (PBR), o Banco concedeu LDC aos bancos e DFI africanos e assumiu uma participação de capital em fundos regionais situados em MIC, para a concessão de créditos a projectos em vários PBR. Isto permite minimizar o risco de exposição do Banco e apoiar projectos nos PBR. Embora o número de aprovações de projectos com exposição financeira directa nos PBR tenha sido relativamente baixo em 2010, se tivermos em conta as operações regionais/multirregionais dirigidas essencialmente aos PBR, a proporção de aprovações no sector privado destinadas a apoiar os PBR beneficiários subiu para cerca de 50% (ver Gráfico 2.3).

No que se refere às operações do sector privado em 2010, registaram-se três aprovações de vulto em termos de resultados esperados, nomeadamente: (1) a concessão de um crédito a uma empresa de refinaria egípcia (130,5 milhões de UC); (2) a concessão de uma LDC à Industrial Development Corporation (IDC) na África do Sul (132,4 milhões de UC); e (3) a concessão de um crédito à Transnet Limited (271,3 milhões de UC) também na África

Gráfico 2.3
Operações do sector privado por classificação de países, 2010

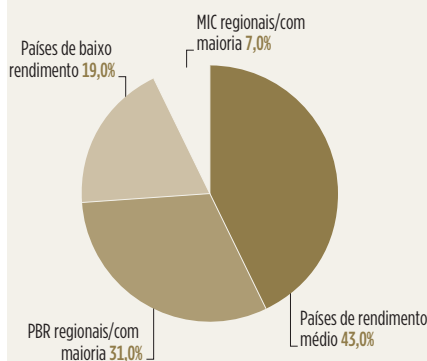
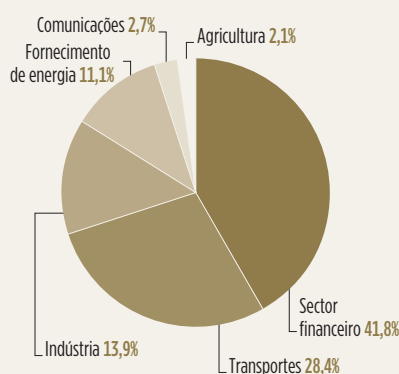


Gráfico 2.4
Operações do sector privado por sector,* 2010



* Este gráfico inclui todas as operações do sector privado – concessão de créditos para projectos, linhas de crédito e participações de capital.

do Sul. Embora a IDC seja uma Instituição financeira de desenvolvimento sediada na África do Sul, os montantes da LDC permitirão apoiar projectos em vários PBR (como a Etiópia, Moçambique, Tanzânia, Uganda, etc.).

Relativamente às operações do sector privado a nível regional e multinacional, as quatro operações mais importantes em termos de impactos esperados da ajuda ao desenvolvimento foram: participações de capital no Fundo Africano para as Florestas do GEF (12,9 milhões de UC) e no Fundo Agrícola Africano (AAF) (26,5 milhões de UC); a concessão de um crédito para o Fundo Africano de Garantia (AGF) para as pequenas e médias empresas (6,4 milhões de UC); e a concessão de um crédito para o projecto Satélite O3B (32,1 milhões de UC).

Quanto às operações do sector privado realizadas nos países de baixo rendimento (PBR), as duas aprovações mais importantes em 2010, em termos de dimensão dos créditos concedidos, corresponderam ao Aeroporto Internacional de Blaise Diagne (59,6 milhões de UC), no Senegal,

e ao projecto de produção de açúcar de Markala (25,6 milhões de UC), no Mali. Este último projecto representou a primeira PPP no sector da agricultura de um PBR e visou não só impulsionar a produção de açúcar, mas também gerar 30 MW de electricidade para uso das comunidades locais situadas na área do projecto (ver Caixa 2.7). Foram deste modo mobilizados recursos do BAD e do FAD.

O Gráfico 2.4 apresenta a distribuição sectorial das aprovações ao nível do sector privado em 2010 (incluindo empréstimos destinados a projectos, LDC e participações de capital). As infra-estruturas (incluindo transportes, energia e comunicações) atraíram a maior percentagem de aprovações (42,2%); seguidas pelo sector financeiro (41,8% - essencialmente sob a forma de LDC e participações de capital); pela indústria, exploração de minas e pedreiras (13,9%); e pela agricultura e desenvolvimento rural (2,1%). Os montantes afectados ao sector financeiro registaram uma descida em relação aos níveis de 2009, que corresponderam a 69,5% das aprovações totais para o sector privado. O Banco desempenhava nesse

ano um papel contracíclico ao conceder créditos, com vista a aliviar as limitações de liquidez registadas que afectavam os bancos africanos. A afectação de 41,8% dos recursos ao sector financeiro nas operações do sector privado em 2010 reflecte um regresso à tendência normal.

No ano em análise, os sectores das infra-estruturas e da indústria, exploração de minas e pedreiras beneficiaram de um maior volume de aprovações em comparação com o ano de 2009 (um aumento de 110,7% e 50,3%, respectivamente). Os investimentos do Banco na indústria e exploração de minas visaram de um modo geral o desenvolvimento de materiais de construção, a agro-indústria, assim como os serviços médicos e hospitalares. Um dos traços importantes que caracteriza os investimentos do Banco nas infra-estruturas e nas indústrias é o estabelecimento de relações com as PME locais para promover o seu crescimento e expansão.

Caixa 2.4

Princípios de orientação para o GAP

O Banco tem por principal objectivo na área da governação ajudar os países africanos a reforçar a transparência e a responsabilização na gestão dos recursos públicos. Neste contexto, o Banco adoptou o seguinte conjunto de princípios orientadores:

1. Os países africanos são os principais responsáveis por melhorar a sua própria governação e acelerar a luta contra a pobreza.
2. As actividades do Banco na área da governação serão sequenciadas e personalizadas de acordo com as circunstâncias do país.
3. O Banco considera a corrupção um sintoma da necessidade de enfrentar desafios mais profundos na área da governação.
4. O Banco desenvolverá uma estratégia de empenho construtivo e sistémico, incluindo em ambientes de alto risco.
5. O Banco fortalecerá os sistemas dos países, em vez de os contornar.
6. Internamente, o Banco reforçará a transparência das suas operações.
7. As actividades do Banco na área da governação têm de se centrar na obtenção de resultados, na demonstração de impacto e de valor acrescentado quando comparado com outros parceiros.
8. As actividades do Banco na área da governação irão desenvolver sinergias e melhorar a relevância.

Caixa 2.5

Tanzânia – Projecto de apoio institucional para a boa governação (Fase II)

Contexto: este projecto é avaliado em 5,2 milhões de UC e contempla um país FAD na sub-região da África Oriental. Ilustra bem a forma como o apoio do Banco procura melhorar a governação por via do reforço de capacidades.

Objectivo: melhorar a transparência e a responsabilização na gestão das finanças públicas, com vista a reforçar o desempenho das instituições orçamentais e deste modo contribuir para reduzir os défices fiscais e acelerar o crescimento económico na Tanzânia continental e no Zanzibar.

Componentes do projecto:

Componente A: melhorar a credibilidade e a transparência do orçamento para reforçar capacidades nas áreas da contratação pública e das auditorias, e

Componente B: melhorar a gestão da política económica através do reforço de capacidades na gestão do Programa de reforma da gestão das finanças públicas (PFMRP) e da melhoria do ambiente de negócios.

Resultados esperados:

Componente A: (1) melhoria do acompanhamento, da monitorização e eficiência em termos de custos das auditorias das contas públicas e (2) melhoria da eficiência em termos de custos na contratação pública.

Componente B: (1) melhoria da credibilidade orçamental; (2) melhoria do ambiente de negócios; e (3) melhoria da mobilização de recursos externos.

Avaliação da adicionalidade e dos resultados do desenvolvimento (ADOA) das operações desenvolvidas ao nível do sector privado

No ano em análise, o Banco realizou uma avaliação da adicionalidade e dos resultados do desenvolvimento (ADOA) para 55 operações do sector privado, 28 das quais foram apresentadas ao Conselho para aprovação e financiamento. Dos 28 projectos aprovados, os resultados da ajuda ao desenvolvimento foram classificados com “bom” em 14 casos, “muito bom” em nove casos e “excelente” em quatro casos. Apenas um projecto foi classificado como “marginal” quanto aos resultados de desenvolvimento, uma classificação abaixo do nível satisfatório. No que se refere à adicionalidade, 12 projectos foram classificados como “muito positivos”, 12 projectos foram classificados como “positivos” e apenas três projectos foram classificados como “mar-

ginalmente positivos” (abaixo do nível satisfatório).

A ADOA reafirma a agenda de resultados do Banco com uma melhoria da sua eficácia e um reforço da sua base de conhecimentos. Esta agenda de resultados implica: (1) assegurar que cada operação possui objectivos claros e quantificados; (2) melhorar a concepção de projectos através de uma análise económica rigorosa dos benefícios para todas as partes envolvidas; e (3) desenvolver conhecimentos relacionados com as operações que servirão de base para a selecção estratégica dos futuros projectos. O quadro ADOA deverá evoluir no sentido de dar conta dos resultados esperados das operações regionais financiadas pelo Banco, estando a introdução desta desafiante evolução prevista para o início de 2011.

APOIO A REFORMAS ECONÓMICAS E DE GOVERNAÇÃO

Na sequência da crise financeira internacional, o Banco reforçou o seu apoio a uma gestão económica e financeira eficaz nos seus PMR. A boa governação financeira, incluindo uma melhor administração das receitas e uma maior eficácia e transparência da despesa pública, é fundamental para melhorar o clima fiscal e político dos PMR e reforçar a sua resistência aos impactos exógenos.

A fim de desempenhar um papel de liderança e assumir os compromissos de governação assumidos nas suas Orientações estratégicas e plano de acção na área da governação (GAP) para o período de 2008 a 2012 (ver Caixa 2.4), o Banco adoptou uma dupla abordagem: (1) reforçar as políticas e instituições para garantir uma gestão mais eficaz, transparente e responsável das finanças públicas; e (2) melhorar o ambiente favorável aos negócios e ao investimento para favore-

Caixa 2.6**Ruanda – Projecto regional de centro de excelência na área das TIC**

Contexto: aprovado em 2010 para a concessão de um crédito de 8,6 milhões de UC do FAD, este projecto visa apoiar o ensino superior, a tecnologia e a formação profissional, uma das prioridades centrais da MTS. Ajudará a criar um novo centro de excelência num PBR da sub-região da África Oriental.

Objectivo: colmatar a grande lacuna de competências avançadas na área das tecnologias da informação e das comunicações (TIC) no Ruanda e na sub-região.

Contextualização: o centro de excelência é um dos cinco centros de TIC recomendados pela Cimeira Connect Africa de 2007 com vista a suplantar a falta de capacidade em África na área da engenharia informática, concepção de redes e gestão de projectos de TIC de grande dimensão. O centro será implantado em Kigali no Parque de TIC, que está ser desenvolvido dentro da nova zona industrial. A componente académica do programa será ministrada na Universidade de Carnegie Mellon (CMU) no âmbito de um acordo de prestação de serviços. A participação do sector privado (como a IBM, a Microsoft, a EMC e a Pixel Corps), através de várias formas de parceria, contribuirá para a sustentabilidade do centro de excelência.

Resultados esperados:

- (1) 150 licenciados na área da engenharia electrotécnica e da informática e estudantes de tecnologias da informação nos primeiros 5 anos;
- (2) formação de 500 peritos em projectos de TIC num período de 6 anos; e
- (3) disponibilização aos operadores do sector privado da região de acesso a serviços de TIC dentro e fora da região, através do desenvolvimento, por via do centro de excelência, de redes nacionais e internacionais.

cer um crescimento impulsionado pelo sector privado.

O Grupo do Banco apoia as reformas na governação económica e financeira através de vários instrumentos, entre os quais: a concessão de créditos através de Operações para a implementação de políticas (PBO) e Programas de apoio institucional (ISP); actividades não relacionadas com a concessão de crédito; e trabalhos de análise e consultoria a montante. Em 2010, o Banco, em estreita colaboração com os seus parceiros de desenvolvimento internacionais, consolidou os seus quadros de operações e de políticas em matéria de governação, nomeadamente no que diz respeito às PBO. Reforçou o seu enfoque nos resultados da ajuda ao desenvolvimento, criando Indicadores para os sectores chave (CSI) na área da governação, em consonância com o Quadro de medição de resultados (RMF) do Grupo do Banco, adoptado em 2010.

A agenda de governação é implementada a três níveis interligados entre si: nacional, sectorial e regional. A nível nacional, a tónica é colocada na melhoria dos sistemas nacionais de gestão de recursos públicos, com especial incidência nas instituições de fiscalização. É prestada particular atenção (1) aos países frágeis, que necessitem de reforçar as instituições estatais para nomeadamente melhorar os resultados em matéria de governação e de redução da pobreza, e (2) aos países de rendimento médio, em que a prioridade se centrará na criação de condições propícias ao desenvolvimento e investimento do sector privado. A nível sectorial, o Banco promove programas anticorrupção, especialmente nos sectores de alto risco, como o sector das indústrias extractivas. A nível regional, o Banco encoraja iniciativas que promovem as melhores normas internacionais e os códigos de boa governação económica e financeira. As intervenções realizadas

a estes três níveis durante o ano de 2010 são especificadas a seguir.

Promoção da boa governação a nível nacional: em 2010, o Grupo do Banco aprovou 21 programas e projectos de apoio à boa governação em 18 países, que corresponderam a um compromisso total de 298,9 milhões de UC. Entre estes, figurava o Projecto de apoio institucional destinado a melhorar o ambiente de negócios e diversificar a economia congolesa. Foram ainda aprovados em 2010 outros projectos destinados a reforçar: a capacidade de governação e os sistemas nacionais de mobilização de recursos e de tributação interna (Togo e Benim); a gestão do registo de terras (Camarões); os sistemas e normas orçamentais e de auditoria (Benim, Togo e Tanzânia); e a contratação pública (Tanzânia) (ver Caixa 2.5).

Promoção da boa governação a nível sectorial: a nível sectorial, o Banco con-

centra-se nos sectores de alto risco, como o das infra-estruturas, apoiando nomeadamente os sistemas de contratação nacionais. Em 2010, ajudou a Libéria, Moçambique, Serra Leoa e a Tanzânia a adoptar e implementar a Iniciativa para a transparência das indústrias extractivas (EITI). O Banco ajudou ainda a reforçar os regimes de governação das indústrias extractivas, através por exemplo de projectos de reforço de capacidades na Guiné-Conacri e no Togo. A instituição aprovou em 2010 uma “Orientação operacional para questões relacionadas com a governação nas operações do sector das indústrias extractivas”.

Promoção da boa governação a nível regional: o Banco apoia iniciativas regionais e sub-regionais que promovem normas e códigos de boa governação económica e financeira. Na qualidade de parceiro estratégico do Mecanismo africano de avaliação pelos pares (APRM), o Banco participou durante o ano em análise nas avaliações de Moçambique e da Serra Leoa, com ajuda do questionário do APRM, e contribuiu para o desenvolvimento do quadro de M&A para os programas de acção nacionais.

Ainda a nível regional, o Banco renovou o seu apoio à terceira fase do Programa de centros africanos de ajuda técnica (AFRITAC III). Estes centros prestam consultoria política e ajuda técnica aos países africanos com vista a melhorar a gestão dos recursos públicos. Outra iniciativa de apoio promovida pelo Banco foi a Iniciativa de criação de um clima de investimento em África (ICF), que ajuda os PMR a conceber e implementar programas destinados a melhorar o ambiente propício aos negócios. Esta iniciativa visa melhorar os direitos de propriedade, os sistemas fiscais e aduaneiros, a facilitação de infra-estruturas, a concorrência, os mercados financeiros e os mercados laborais. Destina-se ainda a eliminar os obstáculos à actividade empresarial, tais como a burocracia na criação de empresas, a corrupção e a criminalidade. O Banco desempenha

o papel de administrador de recursos financeiros da Iniciativa ICF.

Em 2010, o Banco intensificou o seu apoio às redes técnicas africanas numa série de áreas, nomeadamente: (1) na mobilização dos recursos nacionais, incluindo o acolhimento da reunião do conselho do Fórum Africano da Administração Fiscal; (2) na orçamentação, através do co-financiamento da Iniciativa colaborativa para a reforma orçamental em África (CABRI); (3) nos contratos públicos, através do apoio à criação de uma rede africana de contratação pública; e (4) nas auditorias dos governos, através do apoio à Organização Africana das Instituições Supremas de Auditoria (AFROSAI).

PROMOÇÃO DO ENSINO SUPERIOR, DA TECNOLOGIA E DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A fim de melhorar o desenvolvimento e a integração socioeconómica dos PMR na economia mundial, a MTS do Banco proclamou o ensino superior, ciência e tecnologia (HEST) uma das principais áreas de assistência, a par da educação e formação técnica e profissional (TVET). Estas áreas são importantes para reforçar a capacidade do continente no domínio da investigação e inovação, de modo a que África possa participar nos progressos tecnológicos do século XXI.

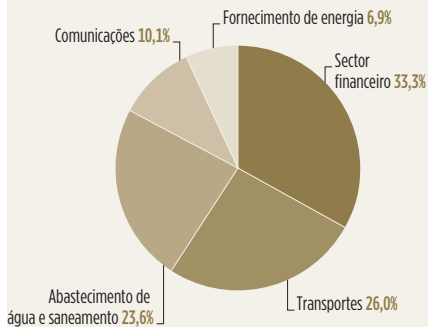
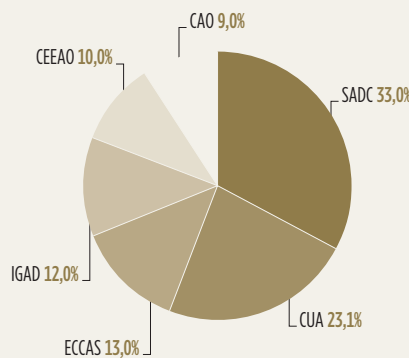
Os meios específicos seleccionados pelo Banco para alcançar estes objectivos incluem: (1) o reforço dos centros de excelência de ciência e tecnologia nacionais e regionais; (2) a construção e/ou reabilitação das infra-estruturas de ciência e tecnologia, incluindo as instituições de ensino superior; (3) o desenvolvimento de laços entre o sector do HEST e os sectores produtivos; e (4) o desenvolvimento de sistemas de TVET apropriados nos PMR para satisfazer as exigências do sector produtivo em termos de competências.

É por essa razão que o Banco adoptou uma iniciativa inédita na área do HEST,

que visa criar um sistema de educação e formação em ciência, tecnologia e inovação (ET4STI) credível e exequível. Foi elaborado um documento conceptual sobre esta iniciativa em 2010. O Banco está também a desenvolver um programa abrangente contemplando as inovações no TVET, com vista a satisfazer as novas necessidades dos mercados de trabalho dos PMR. Pretende-se deste modo melhorar as oportunidades de emprego e as perspectivas de vida, especialmente dos jovens, no rescaldo da crise financeira internacional. Este tipo de iniciativas deverá contribuir para atenuar o descontentamento social e o desânimo que contribuíram para a eclosão dos recentes distúrbios sociopolíticos.

Em 2010, o Banco aprovou 47,6 milhões de UC para o subsector, com a seguinte distribuição: 25,5 milhões de UC para um projecto de formação técnica e profissional no Níger; 12,9 milhões de UC para um projecto de apoio ao ensino superior na Eritreia; 8,6 milhões de UC para um centro regional de excelência na área das TIC no Ruanda (ver Caixa 2.6); e um subsídio de 0,6 milhões de UC para reforçar a qualidade do ensino e apoiar a educação e formação técnica e profissional no Botsuana.

No que diz respeito às actividades não relacionadas com a concessão de crédito, o Banco desenvolveu uma série de estratégias operacionais em consonância com a estratégia definida para o HEST. Este processo envolveu consultas e visitas de estudo em vários países africanos e no Japão. No ano em análise, foi planeada a realização de um Fórum regional de ciência, tecnologia e inovação (STI) a ter lugar em meados do ano 2011, tendo em vista: (1) trocar experiências e ideias sobre melhores práticas; (2) discutir estratégias para o desenvolvimento da STI; e (3) explorar oportunidades de financiamento para a promoção da STI por parte do Banco e de outros parceiros de desenvolvimento. Neste contexto, foram realizados estudos de caso em quatro PMR,

Gráfico 2.5 Composição sectorial das aprovações de créditos e subsídios de projectos multinacionais em 2010**Gráfico 2.6** Compromissos para infra-estruturas no âmbito do PPF por REC

nomeadamente, no Burquina Faso, Gana, Níger e Senegal.

No contexto da estratégia HEST, o Banco começou a explorar formas de desenvolver este sector através de um programa abrangente de desenvolvimento de empresas locais. Esta abordagem pressupõe a criação de redes entre empresas, instituições de investigação, institutos de formação técnica, escolas e outros recursos relevantes, tendo em vista promover a transferência de tecnologias e o desenvolvimento de competências. Os programas de STI visam o desenvolvimento local de capacidades de produção através da incubação de empresas e da criação de empregos. Neste contexto, para apoiar a implementação da política nacional de STI no Ruanda, o Banco ajudou o governo a elaborar e conduzir um estudo de “Mapeamento da ciência e tecnologia para o desenvolvimento industrial”.

PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

O fraco nível de integração regional em África constitui um obstáculo à actividade empresarial no continente, que desincentiva o investimento estrangeiro e a criação de economias de escala. África tem um fraco desempenho em matéria

de exportações, apesar das baixas taxas aduaneiras e de um acesso mais livre aos mercados estrangeiros. Na maioria dos países africanos, a falta de fiabilidade dos transportes e do abastecimento de energia e água, a inadequabilidade das redes de telecomunicações, assim como a lentidão e complexidade dos processos administrativos constituem factores que desincentivam fortemente os empresários a investir na região. Além disso, as fracas cadeias de fornecimento e a reduzida eficiência dos sistemas de comercialização contribuem para elevar os custos de transporte internacional, aumentando o preço dos produtos africanos no mercado global.

No ano em análise, o Banco elaborou notas informativas e relatórios de referência com vista à preparação dos Documentos de estratégia de integração regional (RISP) para todas as sub-regiões africanas. Foram redigidas as versões iniciais dos RISP referentes aos países da África Austral e Oriental, assim como a segunda versão referente aos países da África Central. Os RISP de todas as sub-regiões serão finalizados em 2011 e fornecerão orientações sobre as intervenções propostas pelo Banco para o período de 2011 a 2015.

Relativamente à vertente global, o Banco continua a participar activamente na iniciativa global de Ajuda ao Comércio (AFT),

conduzida pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). O interesse e a vantagem comparativa do Banco na AfT advêm do seu papel enquanto maior financiador individual de projectos regionais em África e do seu historial na prestação de ajuda aos PMR em matérias relacionadas com o comércio.

Embora subsistam desafios consideráveis para melhorar a integração regional no continente, foram realizados vários progressos em 2010. Foram por exemplo adoptados actividades e projectos prioritários para o período de 2009 a 2012 no âmbito do Programa da UA para a integração mínima (PMI). A fim de melhorar a coordenação e implementação de projectos pan-africanos, os chefes de Estado e de Governo decidiram converter o Secretariado da NEPAD em Agência de Planeamento e Coordenação no âmbito da NEPAD (NPCA). Em Novembro, a Comissão da União Africana promoveu, em parceria com o Banco, a criação da Conferência de ministros da energia africanos (CEMA). Este novo órgão de alto nível integrará todos os organismos ministeriais existentes neste sector e servirá de órgão central de coordenação para as políticas e estratégias energéticas em todo o continente.

Enquanto principal agência de apoio à agenda de infra-estruturas da NEPAD, o Banco realizou uma terceira e última avaliação da implementação do Plano de acção a curto prazo da NEPAD (STAP) para medir o seu desempenho desde o seu lançamento em 2002. Neste contexto, o Banco financiou, durante o período de 2002 a 2010, 48 projectos/programas do STAP num montante total de 2,6 mil milhões de dólares americanos (1,7 mil milhões de UC), e mobilizou verbas de cofinanciamento num montante de cerca de 2 mil milhões de dólares americanos (1,3 mil milhões de UC) de agências multilaterais e bilaterais, como o Banco Mundial, o Banco Europeu de Investimento, o Banco de Desenvolvimento da África do Sul, a

Agence française de développement e o KfW. A avaliação concluiu que o STAP contribuiu de forma significativa para a agenda de integração em África e reforçou a necessidade urgente de uma integração física e económica através de infra-estruturas transfronteiriças prioritárias.

O Programa para o desenvolvimento de infra-estruturas em África (PIDA) foi lançado em 2010 e resulta de uma fusão entre o Estudo sobre o quadro estratégico de médio e longo prazo (MLTSF) da NEPAD, uma iniciativa do plano director da CUA e políticas continentais. Trata-se de um programa à escala continental destinado a desenvolver uma visão, políticas e estratégias, assim como a criar infra-estruturas regionais e continentais prioritárias (nas áreas dos transportes, energia, recursos hídricos transnacionais e TIC) até 2030. O desenvolvimento do programa teve início em meados de 2010 sob a direcção do Banco e contou com a participação de vários parceiros-chave, da CUA e da NPCA.

Em 2010, foi prestado apoio adicional à NPCA para a preparação do Plano de Acção para África (AAP) UA/NEPAD, que corresponde aos princípios dos actuais programas e projectos prioritários de África relacionados com a promoção de uma integração regional e continental. Este apoio surgiu na sequência do

processo de avaliação e actualização do AAP realizado em 2009 e apoiado pelo Banco. O AAP será lançado por ocasião da Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da UE em Janeiro de 2011. O plano será em seguida amplamente divulgado e traduzirá o compromisso de África com os seus parceiros de desenvolvimento.

Em 2010, as aprovações de operações multinacionais do Grupo do Banco (incluindo créditos, subsídios e participações de capital) totalizaram 515,1 milhões de UC para 22 projectos e programas, o que constituiu um decréscimo face aos 1,17 mil milhões de UC registados em 2009. O Gráfico 2.5 mostra que, em 2010, a maior parcela (66,6%) das aprovações de créditos e subsídios para projectos multinacionais teve por destino as infra-estruturas (incluindo transportes, água e saneamento, TIC e fornecimento de energia), tendo as restantes sido canalizadas para o sector financeiro (33,3%).

Uma das principais aprovações para infra-estruturas regionais diz respeito ao Programa de abastecimento de água e saneamento do Lago Vitória (75,4 milhões de UC), que tem por objecto um importante recurso natural transfronteiriço, que é o segundo maior lago do mundo. Este programa será implementado em 15 cidades de cinco países

da Comunidade da África Oriental. Tendo em conta que existem dez países na Bacia do Nilo que dependem do lago para a sua sobrevivência económica, este programa promove a cooperação regional, a criação de parcerias, a partilha de conhecimentos, o reforço institucional e a capacitação, assim como a apropriação conjunta dos recursos da bacia do lago. Outro projecto importante foi o Corredor rodoviário de Nacala (Fase II) (69,4 milhões de UC), destinado a criar uma ligação entre a Zâmbia, o Malavi e Moçambique. Este projecto tem por objectivo apoiar o crescimento económico na área da SADC, fomentando ao mesmo tempo a integração regional através de infra-estruturas de transporte fiáveis, eficientes e fluentes que contribuirão para reforçar o comércio a nível sub-regional e melhorar o acesso aos mercados globais.

Entre os outros projectos de infra-estruturas relevantes do ponto de vista da integração regional incluem-se: (1) o projecto de integração do espaço aéreo COMESA, destinado aos países da sub-região; e (2) o projecto de reabilitação da estrada Timboroa-Eldoret, no Quénia, destinado a melhorar as ligações de transporte entre o Quénia, Uganda, Ruanda, Burundi, RDC e Sudão do Sul. O Banco aprovou ainda um estudo para promover a integração regional na sub-região de África Central (a ligação rodoviária Ouesso-Bangui-

Gráfico 2.7

Distribuição sectorial dos créditos concedidos pelo Grupo do Banco a MIC, 2010

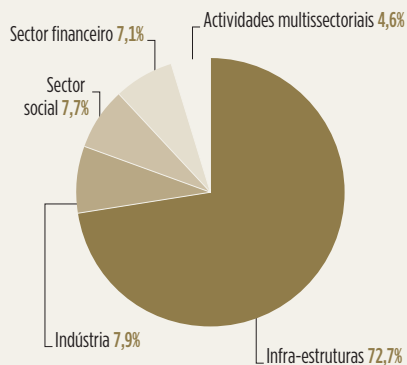


Gráfico 2.8

Distribuição geográfica dos créditos concedidos pelo Grupo do Banco a MIC, 2010

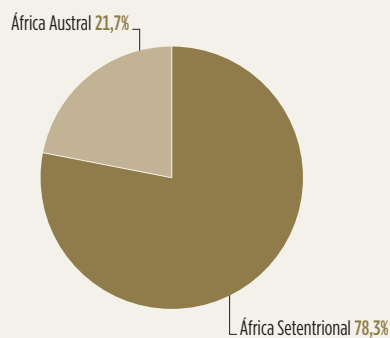
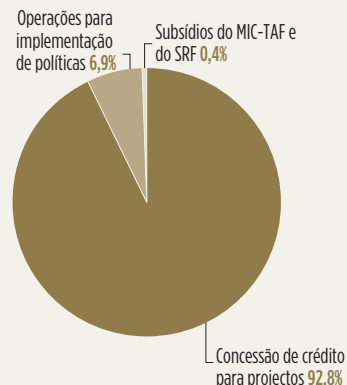


Gráfico 2.9

Créditos concedidos pelo Grupo do Banco a MIC através de instrumentos financeiros, 2010



Njamena e uma linha de navegação interior nos rios Congo, Oubangui e Sangha).

As operações do sector privado também dão um apoio significativo ao objectivo de integração regional do Banco. Em 2010, o Banco aprovou a concessão de um crédito a um projecto, uma LDC e 10 investimentos privados de âmbito multinacional num montante de 322,5 milhões de UC para esse fim. Vários destes pro-

jectos visam promover o acesso a áreas remotas e a interligação de comunidades locais. As operações incluem investimentos de capital no Novo Fundo Mineiro de África, no Fundo Catalyst e no Fundo Africano para as Florestas do GEF (para mais informações, ver a secção Perfis dos projectos e programas aprovados em 2010, no final da Parte 1).

Além dos projectos acima mencionados, o Banco está a gerir o Mecanismo de preparação de projectos de infra-estruturas no âmbito da NEPAD (NEPAD-IPPF). O objectivo consiste em mobilizar recursos para a preparação de projectos e programas de infra-estruturas regionais em consonância com os objectivos da NEPAD relativos ao desenvolvimento sustentável e à redução da pobreza, através de uma melhor integração económica. Durante



Caixa 2.7

Mali – Projecto de produção de açúcar de Markala

Contexto: esta é a primeira operação de parceria público-privada realizada entre o Mali (um PBR) e o Banco no sector da agricultura. É financiada através de linhas de crédito do BAD e do FAD. O projecto é assinalável por visar não só impulsionar a produção de açúcar, como também produzir electricidade para a comunidade abrangida pela zona do projecto.

Objectivos: (1) assegurar um aumento sustentável de rendimentos para as partes envolvidas do sector (incluindo os agricultores) e mais tarde transformar o país num exportador de açúcar, impulsionando deste modo a economia e (2) produzir bioetanol, um sub-produto do processo de produção de açúcar, para gerar electricidade para as comunidades locais.

Componentes do projecto

(1) *Componente agrícola:* criar um campo de cana de açúcar irrigado de 14.132 ha em Markala, situada a 275 km a nordeste de Bamako, na margem norte do rio Níger, para produzir 1,48 milhões de toneladas de cana de açúcar por ano.

(2) *Componente industrial:* esta componente inclui uma instalação de moagem, uma fábrica de etanol e uma unidade de co-geração de electricidade. A fábrica de etanol produzirá por ano 15 milhões de litros de etanol e a unidade de co-geração produzirá 30 MW de electricidade por ano.

Aprovações: foram aprovados 29 milhões de UC para o projecto através de uma linha de crédito do FAD. Foi também aprovado um crédito suplementar de 25,6 milhões de UC através do BAD.

Resultados esperados:

- (1) crescimento do sector agrícola do Mali de 5 para 5,4% ao longo do período de 2010 a 2015;
- (2) melhoria dos rendimentos dos agricultores – para valores oito vezes superiores;
- (3) criação de empregos – 8.000 empregos directos e 32.000 empregos indirectos;
- (4) electrificação das zonas rurais – produção de 30 MW de electricidade, fornecimento de electricidade às comunidades presentes na zona do projecto;
- (5) serviços e infra-estruturas sociais – melhoria do acesso aos serviços sociais, incluindo o controlo da malária; melhoria também do acesso a fontes de água segura para as comunidades e os trabalhadores;
- (6) aumento das receitas em moeda estrangeira provenientes das exportações de açúcar e de receitas fiscais adicionais; e
- (7) benefícios para o ambiente – redução de 165.800 toneladas de emissões de CO₂ por ano.

o ano, o Banco contribuiu, através do NEPAD-IPPF, para o desenvolvimento de dez projectos: dois na área da energia, dois na área dos transportes, três na área do reforço de capacidades, um na área da gestão de recursos hídricos transfronteiriços, um projecto multisectorial e um na área da gestão de infra-estruturas. Os montantes dos compromissos relativos a estes projectos totalizaram 6 milhões de UC, repartidos entre diversas comunidades económicas regionais (REC) (ver Gráfico 2.6).

Para complementar os investimentos em infra-estruturas físicas realizados durante o ano, o Banco também con-

templou elementos imateriais através da facilitação do comércio. A abordagem do Banco integra o desenvolvimento de corredores e contempla actividades físicas e não físicas. As actividades “físicas” correspondem à qualidade e quantidade de infra-estruturas relacionadas com o comércio (por ex., estradas, corredores e portos). O apoio contemplou a manutenção e reabilitação de redes viárias, o reforço das ligações entre redes rodoviárias e ferroviárias, e a instalação de estruturas para contentores nos portos. As actividades “não físicas” incluem a promoção da modernização e reformas do sistema aduaneiro; o reforço e desenvolvimento de postos fronteiriços de balcão único;

a negociação e implementação do acordo de facilitação do comércio da OMC; e o desenvolvimento de serviços logísticos.

APOIO A PAÍSES FRÁGEIS

Para ajudar os países na sua recuperação económica, a Facilidade de apoio a países frágeis (FSF) presta assistência a três níveis, nomeadamente: (1) apoio suplementar ao investimento nas áreas prioritárias do Banco; (2) liquidação de dívidas em atraso; e (3) apoio direccionado para o reforço das capacidades e a assistência técnica. Com este instrumento,

o montante total do apoio prestado ao abrigo do FAD para os países frágeis foi aumentado, em particular para os países elegíveis para apoio suplementar, para níveis superiores aos previstos na afectação de recursos efectuada de acordo com o sistema de afectação baseada no desempenho (PBA).

Em 2010, foram aprovados 110,7 milhões de UC sob a forma de apoio orçamental, reformas da governação económica e reabilitação de infra-estruturas para seis países. No último processo de consulta sobre a FAD-XII realizado em Setembro de 2010, os representantes acordaram num montante de reconstituição de 764 milhões de UC a ser transferido para a FSF, para o período da FAD-XII (2011-2013). Em Outubro de 2010, o Fundo Fiduciário Multidoadores do Zimbabué (Zim-Fund) ficou operacional e, no final de Dezembro de 2010, os doadores tinham depositado cerca de 24,5 milhões de UC (37,8 milhões de dólares americanos) nesse fundo.

Ainda não é possível quantificar os resultados de todos estes compromissos, devido em parte ao facto de se encontrarem em diferentes fases de implementação. Os primeiros indicadores revelam, no entanto, melhorias nas classificações da Avaliação das políticas e das instituições do país (CPIA) e nos indicadores de desempenho das carteiras, tais como as taxas de desembolso e o número de operações supervisionadas. Com base nestas melhorias e nos desafios que se colocam a nível operacional nos países frágeis, o Banco está a reforçar as suas ferramentas de medição de resultados, melhorar a qualidade da concepção das suas operações, melhorar a gestão de carteiras e intensificar o seu compromisso ao nível dos países.

Este instrumento de resposta rápida integrado na FSF complementa outro mecanismo de apoio do Banco (instrumentos operacionais não FSF) aos países frágeis. Trata-se de um instrumento simples, rápido e flexível que já produziu

resultados desde que foi instituído em 2008. *O processo de liquidação de dívidas vencidas*, por exemplo, permitiu que países sancionados por dívidas em atraso (como o Togo) se reintegrassem rapidamente na comunidade internacional. O processo também se revelou eficaz ao ajudar estes países a aceder a recursos adicionais para investimento em áreas como as infra-estruturas (energéticas), o sector social e a agricultura. *O apoio orçamental* também contribuiu para a reabilitação de serviços sociais básicos e infra-estruturas, em particular, os serviços de água e saneamento. Tal permitirá um maior acesso a fontes de água segura para as comunidades em países como as Comores, a Libéria e o Zimbabué. *O reforço de capacidades institucionais* na área da gestão das finanças públicas, o reforço das capacidades estatísticas e o desenvolvimento do sector privado têm sido providenciados em vários países frágeis. Por exemplo, o apoio do Banco na Somália permitiu, pela primeira vez em 20 anos, o desenvolvimento de um quadro orçamental nacional e de contas orçamentais, o que melhorou a transparência e responsabilização no sector financeiro.

APOIO A PAÍSES DE RENDIMENTO MÉDIO

Em consonância com a abordagem estratégica do Grupo do Banco relativamente ao reforço do seu compromisso para com os países de rendimento médio (MIC), as operações que contemplam os 13 MIC africanos darão ênfase à selectividade, ao enfoque e à complementaridade. O apoio do Banco é adaptado à procura e aos requisitos específicos dos PMR, à capacidade e recursos da própria instituição, assim como à sua vantagem comparativa em relação a outras instituições de financiamento internacionais.

O Banco está a estabelecer ligações mais eficientes entre as operações soberanas e não soberanas nos seus MIC. A sua abordagem inclui a concessão de créditos a preços mais competitivos e uma melhor

comercialização de produtos; o apoio a operações não soberanas bem definidas, nomeadamente através de investimentos no sector privado; e o alargamento das operações regionais quando necessário.

Em 2010, as aprovações do Grupo do Banco para os MIC (excluindo os projectos e programas multinacionais) ascenderam a 1,88 mil milhões de UC, um valor inferior ao de 2009, mas que representa um aumento de 69,4% em relação a 2008.

A distribuição sectorial dos créditos concedidos pelo Grupo do Banco aos MIC em 2010 confirma que o principal sector são as infra-estruturas, que receberam 72,7% do financiamento total, tendo a maioria deste financiamento sido canalizado para o subsector dos transportes (53,3%). Os outros sectores beneficiários foram a indústria (7,9%), o sector social (7,7%), o sector financeiro (7,1%), as actividades multissectoriais (4,6%) e a agricultura (0,01%) (ver Gráfico 2.7).

A distribuição geográfica do financiamento concedido aos MIC em 2010 mostra que a África Setentrional foi a região mais beneficiada (78,3%), enquanto a África Austral recebeu 21,7%. Os MIC da África Central e Oriental receberam 0,04% (ver Gráfico 2.8). Trata-se de uma inversão da distribuição verificada em 2009, ano em que a África Setentrional recebeu 21,8% e a África Austral recebeu 78,2% do financiamento total concedido aos MIC.

Em termos de instrumentos financeiros, a concessão de créditos para projectos (para os sectores público e privado) foi o principal veículo financeiro em 2010. Representou 92,8% das aprovações totais para operações com os MIC (ver Gráfico 2.9), face aos 65,3% registados em 2009. Os créditos destinados à implementação de políticas registaram um decréscimo de 34,1% em 2009 para 6,9% em 2010. Os subsídios concedidos ao abrigo do Fundo de assistência técnica aos MIC (MIC-TAF), da African Water Facility (AWF) e do Fundo especial de alívio da dívida (SRF)



representaram uma parcela marginal de 0,4% do financiamento.

AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

A nova Estratégia para o sector agrícola (AgSS), definida pelo Grupo do Banco para o período de 2010 a 2014 e aprovada em 2010, assenta no Programa extensivo para o desenvolvimento da agricultura em África, instituído pela UA em 2003, que representa o quadro supremo do continente para erradicar a fome e reduzir a pobreza. A AgSS assenta em dois pilares: (1) o desenvolvimento de infra-estruturas agrícolas e rurais e (2) a gestão dos recursos naturais renováveis. O objectivo consiste em garantir a segurança alimentar numa base sustentável através de uma maior produtividade agrícola, por via de investimentos em infra-estruturas de irrigação, na agro-indústria e em redes de comercialização, incluindo meios de transporte e instalações de armazenamento, bem como equipamentos conexos.

Em 2010, o Conselho aprovou operações e estudos para apoiar a agricultura e o desenvolvimento rural, incluindo a sustentabilidade dos recursos hídricos, num valor de 68,3 milhões de UC. Este valor contemplou sete operações e dois estudos em oito países. Do valor total, 97,6% destinou-se ao aumento da produção alimentar, tendo a restante parcela sido canalizada para a gestão dos recursos naturais. Para garantir a sustentabilidade da segurança alimentar nos PMR, o Banco promove a plena utilização de tecnologias agrícolas, incluindo o uso de sementes e raças de animais melhoradas, o uso mais intensivo de fertilizantes e outros factores de produção que contribuem para melhorar a produtividade agrícola. Entre os projectos aprovados para este sector, figuram o projecto de reabilitação do sector agrícola na Libéria e o projecto de produção de açúcar de Markala no Mali (ver Caixa 2.7).

O Conselho também aprovou em 2010 o Plano empresarial para o desenvolvimento de recursos hídricos destinados à agricultura e o aumento da capacidade de armazenamento de água. Este pla-

no contribuirá para a implementação da AgSS e para alcançar os objectivos estabelecidos na iniciativa de Resposta à crise alimentar em África, através (1) do aumento da área abrangida pela gestão eficiente da água destinada à agricultura; e (2) do aumento da capacidade de armazenamento de água em África. O objectivo deste plano consiste em aumentar a disponibilidade da água destinada à agricultura, ao consumo doméstico, à adaptação às alterações climáticas e à gestão de cheias e secas. O plano visa também reforçar as capacidades de programação e planeamento de políticas e estratégias no domínio dos recursos hídricos e ajudar a desenvolver acordos institucionais eficazes em cada PMR.

Em consonância com a selectividade operacional do Banco, no primeiro ano de implementação da AgSS a maioria dos investimentos aprovados nas áreas das infra-estruturas e dos recursos naturais renováveis estavam especificamente orientados para a segurança alimentar. Na mesma linha, o Banco utilizou as suas parcerias com outros doadores, o

Caixa 2.8**Egipto – Apoio ao Programa nacional de substituição de táxis (NTRS)**

Contextualização: existem no Egipto cerca de 90.000 táxis com mais de 20 anos, que prejudicam a qualidade do ar, provocam doenças respiratórias, insegurança rodoviária, congestionamento do trânsito, elevados custos de manutenção e consumo de combustível, perda de rendimentos aos proprietários e condutores e impactos negativos para o turismo.

Objectivos: proteger e melhorar os rendimentos dos proprietários, condutores e prestadores de serviços de táxis com mais de 20 anos e melhorar o acesso ao financiamento para a compra de novos automóveis mais ecológicos.

Componentes do projecto:

- (1) *Financiamento para a substituição de táxis:* concessão de créditos e subsídios num montante de 98,9 milhões de UC ao Banco Nasser Savings (NSB) para complementar a verba de financiamento do NTRS de 66,3 milhões de UC para a substituição de 21.250 automóveis.
- (2) *Reforço da capacidade institucional:* reforço da capacidade do NSB e criação de um mecanismo de M&A para o programa.
- (3) *Monitorização e avaliação (M&A):* esta componente inclui o recrutamento de uma empresa de consultoria para a implementar um sistema de M&A; o fornecimento de computadores e equipamentos de comunicação para estabelecer ligação entre as instalações do projecto e a agência de execução; a formação de técnicos de M&A; e a realização de estudos de referência, análises intercalares e análises de impacto.

Resultados esperados:

- (1) preservação de cerca 21.250 empregos para proprietários e condutores de táxis seleccionados;
- (2) aumento dos rendimentos dos proprietários de táxis (na ordem dos 40%) e dos condutores de táxis (na ordem dos 100%);
- (3) criação de empregos directos e indirectos (cerca de 11.500 novos condutores de táxi e empregos conexos); e
- (4) redução das emissões de CO₂.

sector privado e governos para alavancar recursos adicionais e para estimular potenciais sinergias na promoção da agricultura e da segurança alimentar. O projecto de reabilitação do sector agrícola na Libéria e o projecto de produção de açúcar de Markala no Mali, co-financiados pelo IFAD e por investidores privados, respectivamente, são testemunho do sucesso do Banco na promoção de parcerias público-privadas e na alavancagem de recursos.

O sector agrícola em África sofre de outro problema: estima-se que todos os anos 40% da produção agrícola em África desaparece da cadeia de valor do sector agrícola antes de chegar ao consumidor final. Para resolver este problema, o Banco elaborou em 2010 um Documento-quadro sobre a "Redução das perdas pós-colheitas para 2010-2014", com base num documento de referência preparado em colaboração

com a FAO e a ONUDI. O objectivo consiste em ajudar os PMR a alcançar níveis de eficiência na sua cadeia de fornecimento que permitam reduzir perdas quantitativas e qualitativas. Este objectivo será alcançado através de investimentos em infra-estruturas rurais e da utilização de tecnologias apropriadas nos processos de pós-colheita e de transformação de produtos agrícolas. Por exemplo, no projecto de produção de açúcar de Markala no Mali, o Banco está a financiar a produção de cana de açúcar e a instalação de moagem, cabendo aos investidores privados financiar a construção de uma fábrica de etanol que utiliza os resíduos da moagem do açúcar.

Estimular a cooperação inter-agências para apoiar a agricultura em África

A nova AgSS salienta a importância de criar e consolidar parcerias com agências de desenvolvimento, organizações regio-

nais, organizações bilaterais, ministérios e outras agências afins. Esta abordagem é necessária para alavancar os pontos fortes de cada organização, criar economias de escala e maximizar os escassos recursos. Tendo em conta esta necessidade, o Banco prosseguiu no ano em análise o seu programa de actividades de cooperação no sector, nomeadamente com os seguintes parceiros:

- **Programa Alimentar Mundial (PAM).** O Banco e o Programa Alimentar Mundial acordaram uma série de abordagens colaborativas para apoiar o sector da agricultura e a segurança alimentar em África. Entre elas incluem-se por exemplo: (1) melhorar a avaliação de vulnerabilidades e os sistemas de alerta precoce, assim como reforçar as redes de segurança no sector social e produtivo dos países frágeis, através de análises de políticas e de acções de

sensibilização; (2) explorar o potencial da iniciativa do PAM relativa à compra como forma de promover o progresso (P4P), a fim de criar um mercado para os resultados dos programas apoiados pelo FAD; (3) elaborar um “Atlas das alterações climáticas e da segurança alimentar em África”; e (4) prestar um apoio conjunto a países frágeis seleccionados.

- **Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).** Foi alcançado um acordo com a FAO sobre a preparação do Projecto de desenvolvimento de infra-estruturas rurais nos Camarões e a elaboração da Estratégia de agricultura e segurança alimentar na Mauritânia. Ficou também acordada a realização de uma análise conjunta da Avaliação do sector florestal no Benim.
- **Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA).** Foram realizados acordos para reforçar a cooperação no co-financiamento, supervisão, estudos analíticos e apresentação de operações conjuntas bem sucedidas.
- **Diálogo Brasil-África.** No contexto do Diálogo Brasil-África sobre segurança alimentar, fome e desenvolvimento rural, o governo brasileiro acordou em alargar os programas de cooperação com os PMR em matéria de reforço de capacidades, concepção de políticas e assistência técnica e financeira.
- **O IFDC** acordou em ajudar o Banco a prosseguir a sua agenda relativa ao Mecanismo de financiamento de fertilizantes para África, com vista a estimular o interesse do sector privado no mecanismo.

Em 2010, várias iniciativas apoiadas pelo Banco foram concretizadas, incluindo as seguintes:

- (1) **Programa global sobre agricultura e segurança alimentar (GAFSP)**, pro-

posto pelo G-20 em 2009, foi instituído em 2010 e o seu comité de direcção aprovou a concessão de subsídios para a Etiópia (33,4 milhões de UC) e o Níger (21,4 milhões de UC).

- (2) **Fundo Agrícola Africano (AAF).** O Banco aprovou um investimento de capital no AAF num montante de 26 milhões de UC. Este fundo de capital privado destina-se a atrair investidores privados para apoiar o sector agro-alimentar de África. Os patrocinadores originais são o GBAD, o FAD, o IFAD e o BOAD.
- (3) **Iniciativa de desenvolvimento do sector agro-empresarial e agro-industrial em África (3ADI).** Co-patrocinada pelo Banco, a UA, a CEA, a FAO, o IFAD e a ONUDI, esta iniciativa mobilizará financiamentos nacionais e internacionais para o desenvolvimento do sector agro-empresarial e agro-industrial em África.

Gestão dos recursos naturais renováveis e das alterações climáticas para um desenvolvimento sustentável

Melhorar o valor através de uma gestão rigorosa dos recursos naturais renováveis (água, florestas e terras) constitui o segundo pilar da AgSS. Tal contribuirá para inverter a degradação dos solos e eliminar as práticas que utilizam os recursos de uma forma que impede a sua capacidade de regeneração. O objectivo consiste em melhorar a capacidade de mitigação dos riscos climáticos, a produtividade sustentável da base de recursos naturais, a preservação da fertilidade dos solos e o desenvolvimento sustentável.

Para esse efeito, o Banco trabalha em estreita colaboração com outros bancos de desenvolvimento multilaterais para apoiar o Programa de investimento para as florestas, criado no âmbito do Fundo estratégico para o clima (para mais informações, consulte a secção “Participação do Banco nos fundos de investimento climático” na página 30). A política do Banco em matéria de florestas promove a gestão sustentável dos recursos florestais de África com vista a assegurar a protecção do ambiente, o abastecimento de madeira e um fluxo constante de produtos florestais que não a madeira. A política foi revista em 2010 de forma a melhorar contemplar os problemas emergentes, como a adaptação e mitigação das alterações climáticas.

O Banco intensificou a sua participação em projectos florestais que visem o sequestro de carbono e a redução das emissões provocadas pela desflorestação e a degradação (REDD). O Banco trabalha ainda com três PMR (Gana, Burquina Faso e República Democrática do Congo) no sentido de ajudá-los a captar fundos da Iniciativa África Verde. Apoiada pelo Japão, esta iniciativa ajuda países africanos seleccionados a combater o problema da degradação das florestas nas zonas florestais secas, através de programas de florestação que utilizam espécies de árvores melhoradas.

No sector das pescas, o Banco é uma das principais instituições doadoras que contribuem para a gestão e desenvolvimento das pescas em África, assim como para a implementação do Plano de acção da NEPAD para o desenvolvimento da pesca e da aquicultura africanas.

PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO

No âmbito da sua missão global que consiste em ajudar as nações africanas a erradicar a pobreza, o Banco ajuda os seus PMR a desenvolver capital humano através de sistemas de ensino, saúde e protecção social eficazes e orientados para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Esta secção aborda questões relacionadas com o desenvolvimento social e humano que não foram abordadas na secção anterior relativa ao ensino superior, tecnologia e formação profissional.

Para ajudar a proteger os PMR dos impactos exógenos, tais como a volatilidade dos preços dos alimentos e do petróleo, o Banco acolheu uma reunião de consulta com doadores em 2010 para analisar o seu documento de trabalho sobre o apoio à protecção social em África. A reunião recomendou a intervenção do Banco em três áreas-chave: (1) *programas de mercado de trabalho* para reduzir a pobreza monetária através do reforço da empregabilidade e da criação de emprego; (2) *infra-estruturas e serviços básicos* para apoiar o desenvolvimento de infra-estruturas comunitárias básicas e reduzir a vulnerabilidade; e (3) *desenvolvimento do sector privado* para promover a redução da pobreza e a segurança alimentar através do empreendedorismo especificamente dirigido às micro, pequenas e médias empresas (MPME), do investimento e do crescimento económico.

Protecção social e criação de emprego

A pobreza continua a persistir em África, onde cerca de metade da população vive com menos de 1,25 dólares americanos por dia. A redução da pobreza é deste modo um objectivo central da estratégia do Banco destinada a promover o crescimento equitativo e o desenvolvimento social e económico. A protecção social é um elemento cada vez mais importante para reduzir a pobreza e o Banco conta com um conjunto de instrumentos para combater as adversidades económicas e a exclusão social. Existem também provas inquestionáveis acerca do papel importante da protecção social enquanto meio para impulsionar o crescimento económico.

A MTS salienta que o Banco deve apoiar investimentos que contribuam para melhorar a situação das populações mais pobres e vulneráveis de modo a que estas possam também participar no crescimento económico do continente africano. No que se refere às acções de resposta à crise alimentar, as intervenções do Banco também contemplaram a protecção social.

Foi neste contexto que o Banco se comprometeu a intensificar o seu apoio à protecção social e ao crescimento que beneficie os pobres. O Banco aprovou deste modo em 2010 um montante de 146 milhões de UC para cinco operações destinadas a melhorar o nível de rendimento e as oportunidades de emprego, a protecção social e a coesão social. Entre estas operações, incluíam-se o Programa nacional de substituição de táxis (ver Caixa 2.8), num valor de 98,9 milhões de UC, e o Projecto de melhoria dos rendimentos e das condições económicas das comunidades rurais, num valor de 45,3 milhões de UC, ambos no Egipto. As outras intervenções corresponderam à concessão de subsídios de ajuda de emergência ao Zimbabué e ao Sudão, e à concessão de um subsídio MIC ao Gabão.

A recente onda de tumultos sociopolíticos que ocorreu na África Setentrional pôs em evidência a importância das questões sociais. Ciente desta necessidade cada vez mais premente, o Banco voltou a realçar o seu empenho na melhoria das perspectivas de vida dos jovens africanos, através de uma maior disponibilidade e de um maior acesso a oportunidades de emprego decentes.

Apoio ao subsector da saúde

O subsector da saúde em África é prejudicado por um crescente número de doenças crónicas e infecciosas, que comprometem gravemente a capacidade dos PMR para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Para maximizar os seus recursos, o Banco tem de seleccionar criteriosamente as suas intervenções nesta área, alavancando os seus pontos fortes em relação aos outros parceiros de desenvolvimento.

Tendo em conta a falta de profissionais e técnicos de saúde qualificados nos PMR, o Banco reorientou o seu apoio ao sector:

- reduzindo os seus investimentos em programas de saúde orientados para doenças específicas, a fim de

centrar-se em intervenções dirigidas à formação superior e técnica;

- apoiando centros nacionais e regionais de excelência para a formação prévia à entrada em serviço;
- reforçando a capacidade de investigação no continente africano, com vista a enfrentar de forma mais eficiente os desafios específicos com que África se debate em matéria de saúde;
- participando em parcerias estratégicas destinadas a mobilizar mais doadores e recursos locais para financiar a formação em medicina nas universidades africanas;
- centrando-se no financiamento de serviços de saúde inovadores, através de regimes de seguro de doença comunitários e de parcerias público-privadas, entre outras soluções; e
- participando em parcerias estratégicas internacionais na área da saúde para mobilizar recursos à escala global. Estas parcerias incluem a Harmonização do sistema de saúde em África, uma iniciativa conjunta lançada em 2007 pelo Grupo do Banco, o UNAIDS, o UNFPA, a UNICEF, a OMS, o Banco Mundial e o Programa africano de controlo da oncocercose.

No ano em análise, o Banco encomendou a realização de estudos de referência com vista a melhorar a sua Estratégia de desenvolvimento humano. Estes estudos incluirão uma avaliação da forma como as dimensões da saúde e da protecção social poderão ser integradas no quadro da sua estratégia revista.

ENERGIA, AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Em 2010, o Banco criou o Departamento de Energia, Ambiente e Alterações Climáticas, com vista a responder atempadamente às novas necessidades e prioridades dos PMR. O departamento comporta duas Divisões de Energia de âmbito geográfico e uma Divisão de Ambiente e Alterações Climáticas. Além disso, o Departamento de Garantia da

Qualidade e Resultados presta apoio a todos os departamentos dentro do Banco, a fim de assegurar que todos os projectos cumprem os requisitos ambientais e sociais. Este departamento também presta apoio na integração da questão das alterações climáticas nas políticas e acções de sensibilização.

Conforme previsto na sua MTS, o Banco está a posicionar-se como o principal financiador de investimentos na área da energia, apoiando simultaneamente o desenvolvimento de tecnologias de baixo carbono no continente. Para alcançar este objectivo, o Banco começou a formular a sua Estratégia de energia. Em 2010, o Banco aprovou 887,6 milhões de UC para 14 novas operações no sector da energia (para mais informações, ver referências sobre energia na secção relativa às infra-estruturas).

Enfoque regional

O custo da electricidade na África Subariana é muito elevado em relação aos níveis de rendimento. Esta situação deve-se a duas razões principais: (1) à uma oferta limitada e (2) ao elevado custo unitário de produção e transporte. Alguns dos mais promissores recursos de energia limpa existentes no continente (como a energia eólica e a energia hidráulica) estão subaproveitados devido à sua grande distância dos maiores centros de procura, o que contribui para aumentar os seus custos de desenvolvimento.

Os cinco países parceiros do NELSAP (Burundi, República Democrática do Congo, Quênia, Ruanda e Uganda) estão a criar a Pool de energia da África Oriental, para apoiar o comércio de energia na sub-região. O Banco comprometeu-se com uma parcela de 99,8 milhões de UC de um total de 160,2 milhões de UC para financiar o projecto. A junção de recursos e o aumento do comércio de electricidade contribuíram para incrementar o fornecimento de energia nas redes nacionais e regionais. As vantagens desta junção de esforços incluem uma redução de

perdas no transporte de electricidade e uma redução de custos para os consumidores finais. A redução da dependência das energias térmicas poluentes oferece ainda vantagens ambientais.

Combate às alterações climáticas

As actividades do Banco nesta área incluem o seguinte:

- a realização de avaliações ambientais e sociais, diligências devidas e supervisões para todas as operações novas e em curso no quadro do complexo de infra-estruturas;
- a preparação dos pedidos de categorização para a avaliação do impacto ambiental e social/resumos dos planos de acção de realojamento, com vista a assegurar a conformidade com os requisitos ambientais e sociais do Banco;
- a contribuição para a preparação de respostas de gestão e a implementação de planos de acção para resolver reclamações relativamente ao não cumprimento das políticas e procedimentos. Estas actividades dizem respeito a operações objecto de avaliação por parte do Mecanismo de análise independente relacionadas com questões ambientais e sociais;
- a integração da adaptação às alterações climáticas nas operações do Banco, com a criação de um sistema de requisitos climáticos constituído por um manual de rastreio, uma ferramenta de rastreio e uma base de dados sobre alterações climáticas;
- o desenvolvimento de um programa de formação sub-regional para permitir aos funcionários do Banco aplicarem os requisitos e as políticas climáticas, de forma a melhorar a qualidade dos projectos; e
- a elaboração de materiais de sensibilização para as alterações climáticas, assim como a realização dos estudos temáticos correspondentes.

O Banco apoia a gestão sustentável dos solos na maioria dos seus projectos agrícolas. Relativamente a esta matéria,

as questões relacionadas com a gestão dos solos estão a ser integradas na concepção dos projectos do Banco. A instituição desempenha também um papel activo na implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos PMR.

Participação do Banco nos fundos de investimento climático

Em 2010, o Banco esteve altamente empenhado na mobilização de recursos para ajudar a mitigar as alterações climáticas. Lançou o Programa africano de apoio ao carbono (ACSP) e colaborou com outros BMD em acções inovadoras na área das alterações climáticas. Além disso, na Conferência sobre as Alterações Climáticas que teve lugar em Cancun, no México, em Dezembro, o Presidente do Banco apelou à comunidade internacional para apoiar a criação de um Fundo Ecológico Africano, que seria organizado pelo Banco. O Banco aprovou ainda o Mecanismo de implementação dos fundos de investimento climático, tendo África obtido um financiamento de 810 milhões de dólares americanos (516 milhões de UC) de vários fundos de investimento climático.

Fundo para as tecnologias limpas (CTF) e Fundo estratégico para o clima (SCF):

o Banco participa no CTF e no SCF. Este dois instrumentos de financiamento foram criados para canalizar subsídios, créditos concessionais e instrumentos de mitigação de riscos para países em desenvolvimento através de bancos multilaterais de desenvolvimento, incluindo o Banco. O seu objectivo consiste em alavancar fundos adicionais através da dupla elegibilidade para os recursos limitados do Grupo do Banco destinados a financiar soluções climáticas e os recursos de outros BMD, juntamente com recursos nacionais e provenientes do sector privado.

No âmbito do SCF, o Programa de investimento para as florestas (FIP) mobiliza fundos para apoiar a redução de emissões geradas pela desflorestação e evitar a degradação (REDD), assim como para

promover a gestão das florestas com vista a proteger as reservas de carbono. O FIP permitiu ao Banco reforçar a sua participação em projectos florestais; foram deste modo reservados 90,9 milhões de UC para apoiar iniciativas florestais no Gana, Burkina Faso e República Democrática do Congo. O Banco está, além disso, a participar no processo de consulta em curso com a Parceria para o carbono florestal, o REDD da ONU, o Programa de investimento para as florestas e o Fundo Global para o Ambiente, que constituem as principais agências de financiamento das iniciativas do REDD.

O CTF e o SCF financiam quatro programas:

- *O CTF*, com um montante de 519,5 milhões de UC (800 milhões de dólares americanos) reservado para África, financia o Programa piloto sobre resistência ao clima (PPCR), o Programa de investimento para as florestas (FIP) e o Programa de energias renováveis nos países de baixo rendimento (SREP). Deste montante total, 405,8 milhões de UC destinam-se a operações específicas do CTF no Egipto, Marrocos, Nigéria, África do Sul e Tunísia.
- *O SCF* dispõe de um orçamento de 116,9 milhões de UC (180 milhões de dólares americanos) destinado a operações em países piloto que participam no PPCR (Moçambique, Níger e Zâmbia), em países beneficiários do FIP (Burkina Faso, República Democrática do Congo e Gana) e em países piloto que participam no SREP (Etiópia, Quênia e Mali).

Programa africano de apoio ao carbono (ACSP): este programa de assistência técnica com duração de dois anos foi lançado pelo Banco em 2010, com recursos do Fundo de assistência ao sector privado africano (FAPA). O ACSP ajuda os PMR a aceder ao financiamento dos seus projectos na área do carbono, assegurando a viabilidade dos mesmos. Apoia ainda actividades de reforço de capacidades para agências governamentais responsá-

veis pelo desenvolvimento de projectos elegíveis para apoio financeiro na área do carbono. Também apoia a documentação de resultados de estudos científicos sobre a vulnerabilidade às alterações climáticas e opções de adaptação.

Fundo Global para o Ambiente (GEF): este mecanismo foi criado em 1991 com o intuito de conceder subsídios e créditos concessionais destinados a cobrir custos adicionais decorrentes da transformação de projectos com benefícios nacionais em projectos com benefícios ambientais à escala global. Enquanto agente de execução, o Banco tem acesso directo aos recursos do GEF para aumentar os seus projectos em análise relacionados com a gestão ambiental sustentável, a biodiversidade e as alterações climáticas. Em 2010, o Banco ajudou os seus PMR a beneficiar de 16,2 milhões de UC (25 milhões de dólares americanos) para financiamento de projectos elegíveis para subsídios ao abrigo do GEF.

Fundo para as Energias Sustentáveis em África (SEFA): o SEFA foi criado para apoiar o fornecimento de energia a PME africanas com vista a estimular o crescimento económico e aumentar o emprego. O documento de programa referente ao SEFA foi aprovado pelo governo dinamarquês em 2010 e o programa deverá ficar operacional em 2011.

Fundo Especial ClimDev-Africa (CDSF): este mecanismo multidoadores foi criado para financiar o Programa Clima e Desenvolvimento em África (ClimDev-Africa), uma iniciativa conjunta da CUA, do GBAD e da CEA. Tem por objectivo integrar informações e serviços climáticos no planeamento de desenvolvimento, assim como integrar questões climáticas nas políticas e programas.

PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÉNERO

Foi criada uma nova Divisão de Acompanhamento do Desenvolvimento

Social e do Género, com vista a assegurar a qualidade da concepção das operações e melhorar o acompanhamento dos resultados. Além disso, a questão do género é integrada nas operações do Banco nos diversos sectores e em todas as fases do ciclo dos projectos. Em 2010, o Banco incluiu pela primeira vez a igualdade de género no seu processo de garantia da qualidade e acompanhamento de resultados. A igualdade de género está a ser integrada no novo formato de relatórios de supervisão, no novo Manual de Operações e no sistema de classificação CPIA. Além disso, após uma fase de teste realizada durante o ano, o Banco desenvolveu um sistema de acompanhamento dos resultados no domínio do género, que propõe a especificação da igualdade de género como uma das normas de qualidade de concepção a incluir na Análise de prontidão.

Para apoiar as suas operações, durante o ano em análise, o Banco elaborou três novos perfis de género nacionais e realizou avaliações sobre a integração das questões de género no desenvolvimento social e humano e sobre a elaboração de orçamentos sensíveis às questões de género. Integrou também a igualdade de género em algumas políticas, designadamente a nova Política de energia do Banco. Especialistas em questões de género do Departamento de Operações e do Departamento de Garantia da Qualidade e Resultados ajudaram a melhorar a qualidade das operações através da sua participação nas actividades cíclicas dos projectos, nos Documentos de estratégia nacional e noutros trabalhos de diálogo nacionais.

Na área das parcerias, o Banco reforçou a sua colaboração com a rede da OCDE/CAD para as questões de género. Colaborou ainda com a “Rede de Novas Faces e Novas Vozes” e organizou a Cimeira Económica das Mulheres Africanas. Esta cimeira constitui um fórum onde mulheres empresárias, banqueiros e políticos podem discutir sobre os desafios e oportunidades de alargar o

acesso das mulheres aos produtos financeiros e ao processo de decisão. Durante as Assembleias Anuais do Banco de 2010 em Abidjan, foi realizada uma reunião dedicada à implementação das resoluções de segurança da ONU sobre “As mulheres nos países frágeis: de vítimas passivas a agentes de mudança activas”.

DESENVOLVIMENTO DE CONHECIMENTOS A PARTIR DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS

Os conhecimentos adquiridos com as actividades operacionais do Banco comportam uma série de ensinamentos acumulados, alguns positivos e outros negativos, que vão sendo retirados das várias décadas de experiência da instituição em actividades de desenvolvimento em África. Estes conhecimentos devem ser plenamente aproveitados e utilizados, por forma a que as operações, programas e políticas apoiados pelo Banco possam alcançar os objectivos de desenvolvimento pretendidos. Para esse efeito, é importante que estes conhecimentos sejam documentados, assimilados internamente e aplicados nos futuros projectos e programas. Tal permitirá evitar os erros do passado e ao mesmo tempo seguir os exemplos positivos no processo corrente de planeamento e implementação das intervenções do Banco.

Neste contexto, os produtos de desenvolvimento de conhecimentos podem ser classificados em três categorias: (1) estudos económicos e sectoriais (ESW); (2) produtos e eventos estratégicos; e (3) ensinamentos operacionais e boas práticas recomendadas, conforme especificado a seguir.

Estudos económicos e sectoriais (ESW) em 2010

Operações do sector privado

Tendo em conta o rápido crescimento das operações do sector privado, o Banco

aumentou a incidência desta função nos ESW. Assim, o pessoal que trabalha neste sector foi chamado a participar cada vez mais na preparação dos Documentos de estratégia nacional (CSP) e nos Documentos de estratégia de integração regional (RISP), a fim de assegurar uma cobertura adequada e apropriada das questões relacionadas com o sector privado nestes documentos.

Desenvolvimento social e humano

Foram conduzidos dois estudos sectoriais na área do desenvolvimento social e humano, nomeadamente: (1) o estudo sobre Angola intitulado “Avaliação rápida do sector micro-financeiro: oportunidades e desafios para o GBAD” e (2) o estudo sobre Moçambique intitulado “Estudo de pré-viabilidade com base em índices meteorológicos: microsseguro para a protecção das condições de subsistência das comunidades rurais”. O estudo sobre Angola indica que existem efectivamente oportunidades para uma indústria micro-financeira dinâmica, baseada em iniciativas anteriores bem sucedidas. O estudo sobre Moçambique mostra que no contexto dos actuais e futuros investimentos em actividades de adaptação e resistência às alterações climáticas, existe necessidade e potencial para uma transferência dos riscos relacionados com a seca de ano para ano.

Programação regional e nacional

Foram realizados quatro estudos sobre a Gâmbia, o Senegal, o Mali e o Gabão. Segue-se a apresentação de alguns dos resultados mais relevantes destes estudos.

- *Gâmbia* – o estudo sobre “Melhoria do desempenho dos serviços públicos” revelou que os serviços públicos são reduzidos, têm falta de funcionários nos níveis superiores e excesso de pessoal nos níveis inferiores, apresentando ainda um fraco nível de remuneração, uma capacidade reduzida e uma necessidade de reforma a nível geral (incluindo ao nível das remunerações).

- *Gabão* – o estudo sobre “Desenvolvimento do sector privado” contribuiu para definir políticas públicas orientadas para o desenvolvimento do sector privado, que representa um eixo para a diversificação económica, o crescimento e a redução da pobreza. O estudo avaliou a qualidade das instituições que influencia a expansão de actividades, centrando-se em particular nos custos de transacção. Examinou vários factores limitativos do desenvolvimento do sector privado, evidenciando aqueles que exigem uma acção ou medidas imediatas com vista a estimular ou revitalizar sectores-chave de diversificação. O estudo recomendou ainda a introdução de reformas, que estão a ser implementadas pelo governo.

Produtos e eventos estratégicos em 2010

Sector da água

No que respeita às fontes de financiamento não tradicionais, o Banco:

- (1) apresentou um documento sobre o tema “Investimentos financeiros em projectos sobre água para o crescimento e desenvolvimento” durante a Terceira semana sobre a água em África (Addis Ababa, 22-26 de Novembro de 2010); e
- (2) publicou cinco estudos importantes sobre questões temáticas relacionadas com o investimento no sector da água, incluindo a governação no sector da água, as taxas de consumo e a recuperação de custos no abastecimento de água e serviços de saneamento em áreas urbanas/rurais.

Sector privado

O componente do sector privado do Banco tem vindo a assumir um papel cada vez mais importante nos eventos relacionados com os conhecimentos e na criação de produtos-chave estratégicos, incluindo:

- (1) artigos e ensaios sobre os progressos do crescimento do sector privado em África, publicados no Relatório da Comissão para África e numa publicação da McKinsey & Company sobre os progressos do sector privado em África;
- (2) um relatório sobre a situação do “Mercado de transacções financeiras em África”, para uma mesa-redonda presidida por Pascal Lamy e pelo Presidente do GBAD, associada à Conferência Económica Africana de Tunes realizada em Outubro de 2010; e
- (3) uma síntese de política, intitulada “Avaliação preliminar das implicações da reforma da regulação financeira para os países africanos”, em resposta à crise financeira internacional.

Governança e reformas económicas

Para apoiar a governança e as reformas económicas, o Banco:

- (1) concebeu e conduziu um novo método para melhor reportar a contribuição do apoio orçamental na obtenção de resultados eficazes;
- (2) facilitou, em colaboração com a CEA, a CABRI, o ATAF e a AFROSAI, o lançamento da Iniciativa de boa governança financeira em África. Isto permitiu elaborar um estudo de referência sobre as tendências, desafios e oportunidades para a boa governança no sector financeiro.
- (3) publicou Orientações operacionais sobre como reforçar os sistemas nacionais de gestão das finanças públicas, contratação pública e auditoria à governança; e

- (4) juntamente com a OCDE, concluiu um relatório de inventariação sobre a legislação, as políticas e as práticas de integridade empresarial e anticorrupção em 20 países.

Ensino superior, ciência e tecnologia

A análise intercalar da estratégia do Banco em matéria de ensino superior, ciência e tecnologia (HEST) foi realizada em 2010. A experiência revela que é necessário adoptar uma perspectiva holística do desenvolvimento da educação, que promova uma abordagem programática coordenada. Esta análise contrasta com a anterior abordagem do Banco ao sector da educação, que se caracterizava pela realização de intervenções múltiplas, de pequena escala e não coordenadas.



Energia, ambiente e alterações climáticas

Foram preparados vários produtos estratégicos, entre os quais:

- (1) o documento “Integração das alterações climáticas nas estratégias de desenvolvimento nos países da África Ocidental de língua oficial portuguesa”, como contributo para o Documento de estratégia nacional 2010-2014 para São Tomé e Príncipe;
- (2) a nota de referência sobre “Financiamento de soluções energéticas sustentáveis em África” para a reunião do Comité de ministros das finanças e governadores de bancos centrais (C-10) de Outubro de 2010 em Washington DC;
- (3) contributos para o Relatório conjunto dos BMD sobre o financiamento da luta contra as alterações climáticas; e
- (4) a nota informativa sobre as “Alterações climáticas e o ambiente”, como contributo para o Documento de estratégia para a integração regional na África Setentrional, 2010-2014.

Igualdade de género

O Banco desenvolveu actividades nas seguintes áreas:

- (1) o sistema de acompanhamento dos resultados e recursos nas questões de género e o acompanhamento das questões de género como norma de qualidade de concepção;
- (2) a metodologia de recolha de dados qualitativos sobre os resultados das suas intervenções em projectos nos países frágeis e pós-conflito, incluindo medidas de luta contra a violência baseada no género na Costa do Marfim;
- (3) elaboração de perfis de género na Suazilândia, Comores e República Centro-Africana e trabalho de campo para a elaboração de perfis de género na Gâmbia, Serra Leoa e Burundi;
- (4) estudo multinacional sobre orçamentação sensível às questões de género em quatro países;
- (5) avaliações das questões de género em projectos de redução da pobreza, saúde e educação no Banco;

- (6) estudos sensíveis às questões de género sobre participação na força de trabalho no Botsuana e no Mali; e
- (7) notas conceptuais sobre “Género e infra-estruturas” e “Género e alterações climáticas”.

Programação e políticas regionais e nacionais

O Banco realizou uma série de estudos temáticos de referência que servirão de base à elaboração do Documento de estratégia de integração regional (RISP) para a África Austral, 2011-2015. Estes estudos aprofundados foram realizados através de um vasto processo de consulta com as partes interessadas na sub-região e incidem sobre: (1) o desempenho, desafios e oportunidades de comércio; (2) o desempenho macroeconómico nos países da sub-região; (3) o financiamento das infra-estruturas pelo sector privado; e (4) o desenvolvimento dos seguintes subsectores: transportes, energia e TIC.

Outros produtos no domínio dos conhecimentos incluem:

Caixa 2.9

Classificação DSF de países aplicada durante 2010

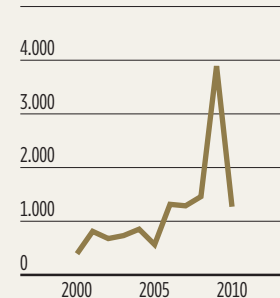
Classificação DSF	Países
Apenas créditos verdes (12)	Camarões, Cabo Verde, Madagáscar, Mali, Moçambique, Nigéria, Quênia, Senegal, Tanzânia, Uganda, Zâmbia, Zimbabué
Combinação de créditos/subsídios amarelos (11)	Angola, Benim, Chade, Etiópia, Gana, Lesoto, Malavi, Mauritânia, Níger, Ruanda, Serra Leoa
Apenas subsídios vermelhos (17)	Burquina Faso, Burundi, Comores, Costa do Marfim, Eritreia, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Jibuti, Libéria, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, República do Congo, São Tomé e Príncipe, Somália, Sudão e Togo

Gráfico 2.10

Classificação de PMR por situação HIPC (no fim de Dezembro de 2010)



SITUAÇÃO DOS PAÍSES		
Ponto de conclusão	Ponto de decisão	Ponto de pré-decisão
Benim	Níger	Chade
Burquina Faso	R. C. Africana	Comores
Burundi	Rep. Congo	Costa do Marfim
Camarões	Ruanda	Guiné
Etiópia	São Tomé e Príncipe	Guiné-Bissau
Gâmbia	Senegal	Rep. Dem. do Congo
Gana	Serra Leoa	Togo
Libéria	Tanzânia	
Madagáscar	Uganda	
Malavi	Zâmbia	
Mali		
Mauritânia		
Mocambique		
23	7	3

Gráfico 2.11 Recursos investidos pelo Grupo do Banco em projectos de co-financiamento, 2000-2010 (milhões de UC)

- (1) o relatório sobre a presença do Grupo do Banco de Desenvolvimento Africano na África Setentrional, que sintetiza as actividades do Banco nos seis países desta sub-região;
 - (2) boletins informativos mensais sobre a África Setentrional, que oferecem uma perspectiva actualizada sobre a situação sociopolítica e económica dos países desta sub-região;
 - (3) o Documento de estratégia de integração regional para a África Setentrional (RISP);
 - (4) sete notas informativas, que serão brevemente publicadas num ESW *ad hoc*, em anexo ao RISP para a África Setentrional em 2011;
 - (5) o Sistema de gestão de informação (MIS), que oferece um breve resumo mensalmente actualizado sobre a carteira de operações na África Setentrional, desde operações em espera a ESW; e
 - (6) o estudo sobre a mobilização de recursos nacionais abrangendo países membros da Comunidade da África Oriental (CAO), tomando a África do Sul e a Coreia como exemplos para fins de comparação. Este estudo deu origem a seis avaliações de países detalhadas relativamente à mobilização de recursos nacionais (cinco países da CAO e África do Sul), que incidiram sobre as políticas e as administrações fiscais.
- NEPAD, integração regional e comércio*
- O Banco publicou um relatório intitulado: “Integração do sector financeiro em três regiões de África: a integração financeira regional como forma de apoio ao crescimento, desenvolvimento e redução da pobreza”. Centrado nos países da União Árabe Magrebina (UAM), da Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC) e do Mercado Comum dos Estados da África Oriental e Austral (COMESA), este estudo analisa o estado de integração financeira regional em cada REC. O relatório identifica os desafios e oportunidades de progresso, apresenta propostas sobre o rumo a seguir e sugere áreas em que o Banco poderá prestar apoio no futuro.
- Ensinaamentos operacionais e recomendações de boas práticas**
- Desenvolvimento social e humano*
- Estas são as recomendações e boas práticas identificadas com base nas operações apoiadas pelo Banco na área do desenvolvimento social e humano:
- (1) As perspectivas dos governos devem ser tidas em alta consideração na concepção dos programas, a fim de assegurar a apropriação destes por parte dos países, sendo esta condição fundamental para o sucesso e a sustentabilidade do programa.
 - (2) Antes da concepção de novos programas, deve ser efectuada uma análise aprofundada da economia política do país e realizados estudos de referência.
 - (3) A participação efectiva da sociedade civil na concepção e elaboração dos projectos, assim como ao longo de todo o seu ciclo é fundamental para assegurar a sua apropriação por parte das partes envolvidas, a sua qualidade de concepção, assim como o seu sucesso e sustentabilidade.
 - (4) A existência de sistemas de M&A eficazes e o reforço das capacidades nacionais de gestão de projectos são fundamentais para assegurar a sua implementação eficaz, a consecução dos objectivos de desenvolvimento pretendidos e a sustentabilidade dos benefícios gerados pelos projectos.
 - (5) A supervisão rigorosa durante a fase de implementação é fundamental para garantir o sucesso do programa e deverá implicar a realização de visitas regulares e missões de equipas de supervisão do Banco com uma duração adequada. Estas equipas devem possuir todas as qualificações relevantes necessárias e estar autorizadas a tomar determinadas decisões no terreno.

- (6) Deve existir uma maior flexibilidade e uma delegação de poderes de decisão em questões de natureza operacional e financeira para os escritórios de representação e as equipas de supervisão de projectos, a fim de facilitar e agilizar a implementação dos projectos.
- (7) Os PMR e o Banco devem procurar financiar um pequeno número de programas de grande envergadura em cada país, em vez de financiar um grande número de pequenos projectos dispersos por todo o país.

NEPAD, integração e comércio

Numa análise do desempenho do programa STAP da NEPAD, foram formuladas as seguintes recomendações:

- (1) As prioridades das REC deverão ser adaptadas às prioridades nacionais, por forma a reforçar a apropriação nacional e melhorar o desempenho.
- (2) A capacidade técnica deve ser reforçada para assegurar a sustentabilidade e eficácia das operações.
- (3) O desempenho dos programas será mais elevado se todas as partes interessadas forem devidamente consultadas durante as fases de planeamento dos programas de integração.

Agricultura e desenvolvimento rural

Numa análise das experiências operacionais neste sector, foram feitas as seguintes observações:

- (1) O planeamento dos projectos deve contar com a participação das autoridades tradicionais, uma vez que estas possuem muitas vezes poderes e interesses sobre questões relacionadas com o regime de propriedade das terras.
- (2) Nos projectos que envolvem o desenvolvimento de infra-estruturas e simultaneamente actividades de desenvolvimento social, económico e comunitário, a sequenciação das actividades é fundamental para o sucesso destes projectos, devendo o desenvolvimento de infra-estruturas preceder as actividades de carácter social.
- (3) A concepção dos projectos deve contemplar a existência de estradas de acesso a todos locais e instalações do projecto para facilitar a supervisão e melhorar a sustentabilidade do projecto.
- (4) Os atrasos no arranque de projectos que originem efeitos inflacionários devem ser antecipados aquando da estimativa e preparação do orçamento do projecto na fase de avaliação.

- (5) Uma vez iniciada a execução de um projecto, deverá ser realizado um estudo de reorientação para permitir ao Banco e ao governo cancelar ou reorientar o projecto em caso de necessidade.
- (6) Melhorar e alargar os serviços financeiros às populações pobres exige um reforço das instituições de microfinanciamento rural (MFI), incluindo os bancos das comunidades rurais (RCB), de modo a alargar a sua capacidade de apoio.

Programação e políticas regionais e nacionais

Numa análise ao desenvolvimento do sector privado no Gabão, foram salientados os seguintes ensinamentos:

- (1) É necessário prestar um apoio multifacetado para integrar estruturas de empresas privadas, de modo a melhorar o seu desempenho e, assim, reduzir custos e impulsionar a produtividade.
- (2) A qualidade dos relatórios de avaliação poderia ser melhorada através de uma clarificação dos objectivos e actividades e da preparação de planos de implementação detalhados.

Gráfico 2.12
Principais co-financiadores do Grupo do Banco, 2010
(em milhões de UC)

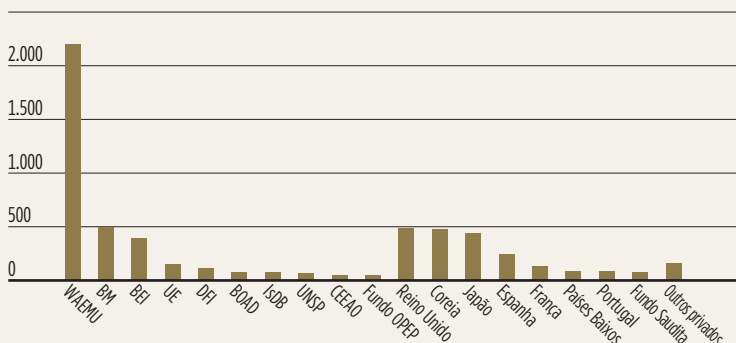
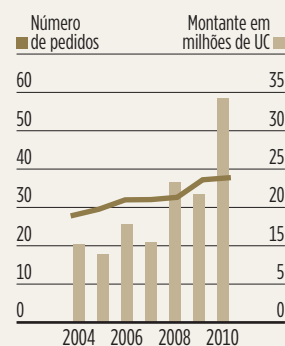


Gráfico 2.13
Aprovações de fundos fiduciários bilaterais, 2004-2010



Quadro 2.1Operações de co-financiamento por fonte e por sector, 2010
(milhões de UC)

Sector	FONTE DE CO-FINANCIAMENTO									Custo total dos projectos co-financiados (10)=(4)+(8)+(9)	Coeficiente multiplicador (11)=(8)/(4)
	Contribuição do Grupo do Banco				Fontes externas				Locais**		
	BAD	FAD	FFN	Total (4)=(1)+(2)+(3)	Bilaterais	Multilaterais	Outras*	Total (8)=(5)+(6)+(7)			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)			
Agricultura e desenvolvimento rural	25,56	34,97	-	60,53	56,73	72,30	43,43	172,46	61,58	294,56	2,85
Sector social	175,15	-	-	175,15	1.044,63	277,96	130,50	1.453,09	0,68	1.628,92	8,30
Abastecimento de água e saneamento	-	97,77	-	97,77	29,60	74,79	55,00	159,39	30,50	287,66	1,63
Abastecimento de energia	494,61	77,00	0,71	572,32	557,92	275,11	-	833,03	414,46	1.819,81	1,46
Comunicações	32,13	-	-	32,13	-	109,24	-	109,24	325,15	466,52	3,40
Transportes	70,83	50,40	-	121,23	160,84	196,31	-	357,15	115,92	594,30	2,95
Sector financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Actividades multisectoriais	148,62	51,90	-	200,52	316,94	2.722,09	-	3.039,03	32,00	3.271,55	15,16
Indústria, exploração de minas e pedreiras	19,28	-	-	19,28	-	13,75	-	13,75	16,06	49,09	0,71
Ambiente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	966,18	312,04	0,71	1.278,93	2.166,66	3.741,54	228,93	6.137,14	996,35	8.412,42	4,80

Fonte: Departamento de Estatística do GBAD, Divisão de estatísticas económicas e sociais,

Notas:

* Incluindo fontes privadas, tais como bancos comerciais, créditos de exportação e fontes não especificadas,

** Incluindo financiadores governamentais e locais,

- Grandeza nula



Quadro 2.2

Contribuições para fundos temáticos multidoadores, 2010

Doadores	Contribuições (milhões)	Contribuições em equivalentes de milhões de UC	Fundo
Austrália	5,5 USD	3,6 UC	AWF
Áustria	3,0 EUR	2,6 UC	AWF
Áustria	2,0 EUR	1,3 UC	FAPA
Japão	4,0 USD	2,6 UC	FAPA
Austrália	9,0 USD	5,3 UC	ZimFund
Dinamarca	5,1 USD	3,3 UC	ZimFund
Noruega	7,0 USD	4,5 UC	ZimFund
Suécia	5,3 USD	3,4 UC	ZimFund
Reino Unido	15,5 USD	10,1 UC	ZimFund
Total		36,7 UC	

- (3) Deverá ser prestado apoio institucional, incluindo a formação de gestores de projecto antes do lançamento oficial dos projectos, a fim de reforçar a capacidade de contratação e de supervisão dos trabalhos.
- (4) O acompanhamento físico e financeiro deverá ser melhorado.

Relativamente à intervenção do Banco nos países frágeis, foram retidos vários ensinamentos, alguns dos quais são apresentados a seguir. Ao nível nacional, as limitações ao nível das capacidades humanas em sectores-chave continuaram a colocar desafios aos esforços de reconstrução. Importa ainda ter em conta a necessidade de estabelecer a legitimidade do Estado e um processo judicial transparente. A criação de emprego e segurança alimentar continuam a figurar no topo da agenda do desenvolvimento, seguidas de perto pela necessidade de melhorar o clima de investimento do sector privado.

Avaliação das operações

As análises dos Relatórios de conclusão de projecto (PCR) e dos Relatórios de

supervisão alargados (XSR) (que correspondem aos PCR para as operações do sector privado) evidenciaram os seguintes ensinamentos:

- (1) *Concepção do projecto:*
- reforçar os projectos prestando mais atenção aos factores de risco durante a fase de concepção, e
 - realizar estudos de viabilidade adequados e outros estudos analíticos durante a fase de preparação do projecto.
- (2) *Implementação do projecto:*
- reduzir a complexidade dos procedimentos administrativos exigidos pelo Banco e os mutuários, e
 - assegurar que a supervisão é efectuada regularmente e por equipas que possuem um conjunto de competências adequadas.
- (3) *Projectos de infra-estruturas:*
- tomar em devida consideração as limitações de capacidade dos mutuários, e

- coordenar projectos nos mesmos sectores ou em sectores conexos a fim de assegurar um maior impacto das actividades de desenvolvimento e mais sinergias.

- (4) *Contratação:*
- prestar mais atenção ao planeamento e gestão do processo de contratação, a fim de minimizar os atrasos susceptíveis de comprometer os resultados do projecto e o seu êxito global.

(Para mais informações sobre Gestão e desenvolvimento de conhecimentos associados à investigação e ao reforço de capacidades, ver Capítulo 4.)

MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

Sexto aumento geral de capital (GCI-VI)

Em resposta à crise financeira, o Banco antecipou os seus compromissos, lançou novos instrumentos para facilitar o comércio, reestruturou a sua carteira e agilizou os seus processos operacionais.

Em consequência disso, o Banco esgotou os seus recursos disponíveis mais rapidamente do que anteriormente previsto, embora alguns ajustes à política de liquidez e o providenciamento temporário de capital adicional pelo Canadá e pela Coreia tenham ajudado a limitar as dificuldades. Não obstante, o Banco precisou claramente de um aumento de capital mais cedo do que o previsto na sua Estratégia de médio prazo 2008-2012.

Durante as Assembleias Anuais do Grupo do Banco, que tiveram lugar em 27 de Maio de 2010, em Abidjan, o Conselho de Governadores aprovou um aumento de 200% dos recursos de capital do Banco, de 24 mil milhões de UC (35 mil milhões de dólares americanos) para 67,69 mil milhões de UC (100 mil milhões de dólares americanos). Este aumento substancial permitirá ao Grupo do Banco manter um nível mais elevado de concessão de crédito, incluindo ao sector privado, em resposta à contínua procura de financiamento por parte dos PMR, tanto países de baixo rendimento, como países de rendimento médio.

Para assegurar uma utilização eficiente dos recursos adicionais disponibilizados pelos seus accionistas, o Banco tem vindo a implementar um programa de reformas institucionais, com vista a reforçar as suas capacidades. Para esse efeito, foi elaborada uma matriz de reformas destinada a introduzir melhorias em várias áreas, entre as quais: as estratégias e políticas do Banco, os processos de negócio, a qualidade de concepção e os resultados dos projectos, a gestão de riscos, a política de divulgação de informações e as comunicações.

Consultas sobre a reconstituição FAD-XII

A primeira reunião do processo de consulta sobre a Décima segunda reconstituição do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD-XII) teve lugar em 21 de Outubro de 2009 em Helsínquia (Finlândia) após a conclusão da análise intercalar da FAD-XI. A segunda reunião foi realizada na

Cidade do Cabo (África do Sul) em 22-23 de Fevereiro de 2010 e a terceira teve lugar em Abidjan (Costa do Marfim) em 27-28 de Maio à margem das Assembleias Anuais do Grupo do Banco de 2010. A última reunião sobre a reconstituição do Fundo decorreu em Tunes em 7-8 de Setembro de 2010.

As consultas sobre a reconstituição FAD-XII chegaram num momento crítico para o continente africano. Faltando apenas cinco anos para o fim do prazo estabelecido para os ODM de 2015, África é o continente que regista as maiores lacunas no financiamento da ajuda ao desenvolvimento. A crise económica e financeira internacional de 2008-2009 levantou mais desafios aos países membros do FAD, em particular os países frágeis, e comprometeu os progressos alcançados por África nos últimos anos anteriores à crise.

Os participantes no processo de consulta sobre a reconstituição FAD-XII elogiaram o Fundo pela sua rápida resposta às necessidades dos seus clientes durante o período da FAD-XI. Sublinharam ainda que o Fundo alcançou níveis de compromissos sem precedentes, em particular nas suas áreas estratégicas prioritárias como sejam as infra-estruturas, a governação, o apoio aos países frágeis e a integração regional. Tanto a nível dos compromissos, como a nível dos desembolsos, os montantes de financiamento duplicaram em relação aos registados na FAD-X, demonstrando a capacidade, a flexibilidade e o empenho do FAD no desenvolvimento de África.

Para a FAD-XII, os Estados Participantes chegaram a acordo sobre um nível de reconstituição de 6,10 mil milhões de UC (9,5 mil milhões de dólares americanos) para o período de três anos de 2011 a 2013. Este valor representa um aumento de 10,6% da contribuição dos Estados Participantes para os recursos totais do FAD. Os doadores acordaram ainda em afectar 20% dos recursos da FAD-XII ao montante destinado às operações regio-

nais e em transferir 764 milhões de UC dos recursos da FAD-XII para a Facilidade de apoio aos países frágeis (FSF). Ao abrigo da FAD-XII, o Fundo tenciona dar continuidade ao balanço de resultados positivo da FAD-XI, assim como continuar a melhorar o seu desempenho e enviar mais esforços para os resultados e a eficácia do seu apoio ao desenvolvimento nos países clientes do FAD. Para esse fim, o Fundo adoptou um quadro abrangente para medir e reportar os resultados do apoio ao desenvolvimento no terreno.

Recursos da FAD-XI, sua afectação e utilização no final de -Dezembro de 2010

Os recursos totais disponíveis para afectação no âmbito do ciclo da FAD-XI ascenderam a 5,63 mil milhões de UC, incluindo contributos de doadores no valor de 3,57 mil milhões de UC e 2,06 mil milhões de UC da Capacidade de compromissos contraídos antecipadamente (representando recursos gerados internamente). Após os devidos ajustes para contabilizar o saldo remanescente das anteriores reconstituições, foi calculada em 5,89 mil milhões de UC a totalidade dos recursos disponíveis no âmbito da FAD-XI. O montante disponibilizado dos recursos da FAD-XI para a Facilidade de apoio a países frágeis (FSF), operações regionais, o Mecanismo de preparação de projectos de infra-estruturas (PPF) e contingências totaliza 1,76 mil milhões de UC. Destes montantes, uma parcela de 4,14 mil milhões de UC fica disponível para afectação aos 40 PMR elegíveis para o FAD, ao abrigo da fórmula de Afectação baseada no desempenho (PBA). No final de Dezembro de 2010, tinham sido autorizados 95% dos recursos da FAD-XI disponíveis para afectação ao abrigo do sistema PBA.

A fórmula PBA é utilizada para determinar as afectações do FAD a cada um dos 40 PMR elegíveis, enquanto que o Quadro de sustentabilidade da dívida (DSF) determina os termos de financiamento específicos para cada país, ou seja, crédito, subsídio ou combinação crédito/

subsídio. A Caixa 2.9 apresenta a classificação DSF aplicada em 2010.

Iniciativa de apoio a países pobres fortemente endividados (HIPC) reforçada: Relatório de progresso

O Banco mobiliza recursos para a Iniciativa HIPC reforçada a favor dos 33 PMR elegíveis após estes terem atingido o seu ponto de decisão e/ou de conclusão. Em 2010, o Grupo do Banco aprovou um montante de assistência ao ponto de conclusão para o alívio da dívida a favor da República do Congo e da Libéria, além de uma assistência às Comores para alcançar o ponto de decisão. O número total de países elegíveis para o alívio irrevogável da dívida ao abrigo da HIPC no final de 2010 eleva-se deste modo a 23 (Benim, Burquina Faso, Burundi, Camarões, República Centro-Africana, República do Congo, Etiópia, Gâmbia, Gana, Libéria, Madagáscar, Malavi, Mali, Mauritânia, Moçambique, Níger, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Tanzânia, Uganda e Zâmbia) (ver Gráfico 2.10). Três outros PMR (República Democrática do Congo, Guiné-Bissau e Togo) receberam aprovação em 2010 para o alívio irrevogável da dívida ao abrigo da HIPC no ponto de conclusão por parte das instituições de Bretton Woods, mas o Grupo do Banco só deverá conceder a sua aprovação no primeiro trimestre de 2011.

Quatro países (Chade, Comores, Costa do Marfim e Guiné) permanecem no ponto de decisão e três países (Eritreia, Somália e Sudão) alcançaram o ponto de pré-decisão. Dois dos países que atingiram o ponto de decisão (Somália e Sudão) possuem grandes dívidas em atraso que deverão ser liquidadas para que os países possam ser elegíveis para beneficiar de assistência ao abrigo da HIPC e, mais tarde, da MDRI.

O Grupo do Banco concede uma oportunidade de liquidação de dívidas aos países que alcançaram o ponto de pré-decisão através da sua Facilidade de apoio aos países frágeis (FSF). As dívidas liquidadas através deste mecanismo são con-

sideradas como fazendo parte do pacote de assistência do Grupo do Banco para o alívio da dívida. Entre 2000 e o final de 2010, o Grupo do Banco liquidou as dívidas do Burundi, da República Centro-Africana, Comores, República do Congo, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Libéria e Togo antes de terem alcançado o seu ponto de decisão.

Custo da Iniciativa HIPC

Estima-se que os custos totais actuais de alívio da dívida para os 40 países no mundo elegíveis para ajuda ao abrigo da HIPC fossem de 76,2 mil milhões de dólares em termos de VAL no final de 2009, dos quais os custos para os credores multilaterais representam 45% (34,2 mil milhões de dólares americanos). O montante total dos compromissos do Grupo do Banco é estimado em 5,4 mil milhões de dólares americanos, em termos de VAL. Isto representa 7% do custo da iniciativa para todos os credores e 16% do custo para credores multilaterais.

O Grupo do Banco financia a sua participação na Iniciativa HIPC com recursos gerados internamente e contribuições de doadores, geridos pelo Fundo fiduciário de alívio da dívida - DRTF (correspondente ao antigo Fundo fiduciário HIPC, gerido pela Associação Internacional de Desenvolvimento do Banco Mundial). A contribuição prestada com os recursos internos do Grupo do Banco financia 15 a 20% do custo correspondente a cada país beneficiário, enquanto 80 a 85% do custo são financiados através de contribuições de doadores.

Iniciativa de alívio da dívida multilateral (MDRI)

A MDRI concede alívio adicional da dívida aos PMR elegíveis que atingiram o seu ponto de conclusão ao abrigo da HIPC. Os doadores comprometem-se, ao abrigo da MDRI, a anular as dívidas de créditos concedidos a PMR elegíveis, desembolsados no âmbito do FAD, bem como a compensar o Banco na base de “um dólar por um dólar”, pelos reflexos prescindidos no âmbito da MDRI ao longo de um período de 50 anos, por forma

a salvaguardar a capacidade financeira a longo prazo do FAD.

O custo total estimado (em Julho de 2010) de todas as dívidas do FAD a cancelar ao abrigo da MDRI ascende a 5,9 mil milhões de UC (9,06 mil milhões de dólares americanos). Em 31 de Dezembro de 2010, todos os PMR que alcançaram o seu ponto de conclusão e eram elegíveis para o alívio irrevogável da dívida ao abrigo da HIPC beneficiaram de um montante de 4,90 mil milhões de UC a título de cancelamento da dívida ao abrigo da MDRI.

ACTIVIDADES DE PARCERIA E COOPERAÇÃO

O Banco continuou a reforçar e diversificar as suas parcerias estratégicas em 2010, quer a nível internacional, quer a nível regional. O seu espectro de parcerias abrange doadores bilaterais tradicionais, assim como doadores emergentes, agências multilaterais de desenvolvimento, instituições académicas e de conhecimento e instituições do sector privado. A colaboração com parceiros africanos também foi reforçada, por exemplo, a União Africana, comunidades económicas regionais, bancos de desenvolvimento regional e grupos de reflexão africanos. Durante o ano, foram realizadas missões de divulgação por dirigentes de topo, assim como consultas de alto nível com parceiros de desenvolvimento importantes, com vista a melhorar as sinergias e a eficácia do apoio ao desenvolvimento através de acções de cooperação mais direccionadas e selectivas, em consonância com a Declaração de Paris sobre a eficácia da ajuda e com a Agenda de Acção de Accra. Em Março de 2010, foi realizado com sucesso o segundo Fórum de parcerias do GBAD, com vista a aprofundar o diálogo com mais de 80 parceiros em todo o mundo.

As parcerias e actividades de cooperação do Banco visam alavancar os seus recursos financeiros e técnicos através de uma mobilização de instrumentos de co-financiamento, fundos fiduciários, cooperação técnica, intercâmbios de pessoal,

parcerias de conhecimento e trabalhos analíticos conjuntos.

Operações de co-financiamento

Em 2010, o Banco aprovou 28 projectos de co-financiamento, incluindo 25 projectos nacionais e três projectos multinacionais num montante total de 8,41 mil milhões de UC. Este valor inclui a contribuição do Grupo do Banco, a contribuição de doadores externos e os recursos de governos e financiadores locais. Representa um decréscimo de 56,1% em relação ao valor máximo de 19,16 mil milhões de UC registado em 2009 para 36 projectos. A contribuição do Grupo do Banco para projectos co-financiados em 2010 elevou-se a 1,28 mil milhões de UC, um valor inferior ao registado em 2009 que correspondeu a 3,89 mil milhões de UC (ver Gráfico 2.11).

Do custo combinado total de 2010, a contribuição do Grupo do Banco ascendeu a 1,28 mil milhões de UC (15,2%), os parceiros externos contribuíram com 6,14 mil milhões de UC (73%), enquanto as contribuições governamentais e de outras instituições locais representaram 996,4 mil milhões de UC (11,8%) (ver Quadro 2.1.). A repartição das fontes externas mostra que, em 2010, para além das contribuições dos parceiros multilaterais e bilaterais, 228,9 milhões de UC foram doados por instituições do sector privado.

Entre os parceiros multilaterais, os principais co-financiadores foram a União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMAO), o Banco Mundial (BM), o Banco Europeu de Investimento (BEI) e a União Europeia (UE). Os principais co-financiadores bilaterais foram o Reino Unido, a Coreia, o Japão, a Espanha e a França (ver Gráfico 2.12).

O sector que mais beneficiou das operações co-financiadas em 2010 foi o das actividades multisectoriais, que atraiu recursos num valor de 3,27 mil milhões de UC. O segundo maior beneficiário foi o sector das infra-estruturas (englobando os subsectores dos transportes, das

comunicações, do abastecimento de água e saneamento e da energia), que atraiu 3,17 mil milhões de UC, seguido pelo sector social com 1,63 mil milhões de UC (ver Quadro 2.1). Estes três sectores combinados totalizaram 96% do número total de operações co-financiadas durante o ano. O padrão de afectação sectorial em 2010 distingue-se do registado no ano anterior, em que as infra-estruturas foram o sector mais beneficiado (graças ao apoio prestado pelo Banco a vários grandes projectos de interconexão energética), seguido do sector social e das actividades multisectoriais.

Novos acordos de co-financiamento/ MOU

Foram celebrados dois novos acordos-quadro de co-financiamento num montante de 454,5 milhões de UC (700 milhões de dólares americanos) durante o ano. Em Setembro, o GBAD e o Ministério da Estratégia e das Finanças coreano assinaram um Memorando de Entendimento (MOU) para prolongar o seu Acordo de co-financiamento para o sector público no valor de 129,9 milhões de UC (200 milhões de dólares americanos) até 2011-2013. Em Dezembro de 2010, o GBAD e o Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB) assinaram um MOU, nos termos do qual cada banco reservou 324,7 milhões de UC (500 milhões de dólares americanos) para o financiamento conjunto de projectos em 26 países membros em África.

Actividades de cooperação técnica

O Banco mobiliza e gere fundos fiduciários temáticos bilaterais e multidoadores, assim como uma cooperação técnica com doadores para alavancar os seus recursos principais. No final de 2010, foram destacados 13 peritos para o Banco, assim como nove peritos em assistência técnica, tendo sido concluídos 16 novos acordos de des-tacamento e assistência técnica com cinco doadores. Em 2010, o Banco publicou pela primeira vez um *Relatório anual sobre a gestão de fundos fiduciários*, destacando os progressos e resultados mais significativos alcançados nesta área em 2009.

Fundos fiduciários bilaterais

Em 2010, foi aprovado um total de 21,2 milhões de UC ao abrigo dos fundos fiduciários bilaterais para apoiar 66 actividades, o que representou um aumento de 74% em relação ao montante de 12,2 milhões de UC de 2009 (ver Gráfico 2.13). Estas actividades abrangem a elaboração de estudos económicos e sectoriais (ESW), de Documentos de estratégia de integração regional (RISP) e o reforço das capacidades nas áreas prioritárias das infra-estruturas, da governação, do sector privado, da integração regional e das alterações climáticas. A Finlândia foi o maior doador (8,4 milhões de UC), seguida pela Coreia (3,4 milhões de UC), pelo DFID (2,4 milhões de UC), pela Noruega (2,2 milhões de UC) e pelo Japão (2 milhões de UC). No final do ano, 152 projectos com um custo total de 41,34 milhões de UC estavam em fase de implementação em 33 departamentos.

Mobilização de novos Fundos Fiduciários Bilaterais:

foi mobilizado um total de 19,4 milhões de UC sob a forma de recursos provenientes dos governos da Noruega, Finlândia, Índia e Coreia. O Brasil autorizou um montante de 3,9 milhões de UC (6 milhões de dólares americanos) para a criação de um novo fundo destinado a promover a cooperação Sul-Sul, a ser lançado em 2011.

Além disso, o Banco colabora com outros BMD em projectos de inovação na área das alterações climáticas através de Fundos de investimento climático. Na Conferência de Copenhaga sobre alterações climáticas, realizada em Dezembro de 2009, os representantes africanos exigiram que a parte de recursos do continente fosse canalizada através do Banco Africano de Desenvolvimento. Em resposta a este pedido, o Banco está a criar o Fundo Ecológico Africano para receber estes novos recursos.

Fundos temáticos multidoadores

Em 2010, foi aprovado um total de 34,2 milhões de UC ao abrigo de fundos fiduciários temáticos para apoiar 28 projectos.

Os fundos temáticos apoiam actualmente o desenvolvimento do sector privado, projectos e programas na área da água e saneamento, o Fundo para a Floresta da Bacia do Congo e a preparação do projecto regional de infra-estruturas.

Mobilização de fundos temáticos multidoadores: em 2010 foi mobilizado um total de 36,7 milhões de UC para fundos temáticos multidoadores. Este montante incluiu contribuições da Austrália e da Áustria que totalizaram 6,2 milhões de UC para a African Water Facility. A Áustria contribuiu com 1,3 milhões de UC para

o FAPA, enquanto o Japão reconstituiu o fundo com um montante adicional de 2,6 milhões de UC. Foram ainda mobilizados 26,6 milhões de UC (42 milhões de dólares americanos) para a criação do Fundo Fiduciário Multidoadores do Zimbabué (o Zim-Fund), com contribuições da Austrália, Dinamarca, Noruega, Suécia e Reino Unido (ver Quadro 2.2).

Parcerias institucionais

Durante o ano em análise, o Banco prosseguiu a sua acção na implementação de mais de 140 acordos de parceria e MOU que foram formalizados com mais de 70

parceiros de desenvolvimento. Na área do desenvolvimento de conhecimentos, foram estabelecidas novas parcerias estratégicas com: o Banco de Desenvolvimento de África Austral (DBSA) e o governo da República da Coreia. Foi ainda criada uma parceria com a Agência Coreana de Comércio e Investimento para a promoção do comércio e investimento e estabelecido um MOU quadro com a Millennium Challenge Corporation (MCC) dos Estados Unidos. A parceria tripartida do Banco com o Banco Mundial e a Comissão Europeia foi relançada, com enfoque na harmonização de políticas a montante.

3

Capítulo três Operações do Grupo do Banco

Descrição geral das operações do Grupo do Banco

- Operações do BAD
- Operações do FAD
- Operações do FFN

Operações do Grupo do Banco por sub-região

- África Setentrional
- África Ocidental
- África Oriental
- África Austral
- África Central

O presente capítulo apresenta uma descrição geral das operações realizadas pelo Grupo do Banco, durante 2010, ao abrigo de cada uma das suas três linhas de crédito (BAD, FAD, FFN). A análise abrange as aprovações por instrumento de financiamento e por sub-região e fornece valores cumulativos desde 1967. São igualmente apresentados os valores relativos aos desembolsos efectuados durante o ano e a carteira de créditos concedidos para cada uma das três linhas de crédito. Segue-se uma discriminação das aprovações para cada uma das cinco sub-regiões africanas. Os perfis de todos os projectos e programas aprovados pelo BAD, FAD e FFN são apresentados no fim da Parte I.

DESCRIÇÃO GERAL DAS OPERAÇÕES DO GRUPO DO BANCO

Em 2010, as aprovações do Grupo do Banco totalizaram 4,10 mil milhões de UC, o que representa uma descida em relação ao valor máximo de 8,06 mil milhões de UC registado no ano anterior, quando o Grupo de Banco teve de dar resposta a um número sem precedentes de pedidos de apoio dos PMR devido à crise financeira mundial (ver Gráfico 3.1). Não obstante, o nível de aprovações do Grupo do Banco em 2010 foi 16,1% superior ao de 2008 e aponta para o regresso a um nível mais regular de concessão de crédito. Do total de aprovações para 2010, 3,67 mil milhões de UC assumiram a forma de créditos e de subsídios (por oposição a 7,51 mil milhões de UC em 2009 e 3,17 mil milhões de UC em 2008), enquanto 425,3 milhões de UC foram canalizados para o alívio da dívida, participações de capital no sector privado e afectações de fundos especiais.

As seis maiores aprovações tiveram por destino os seguintes projectos: a Central Termoeléctrica de Ciclo Vapor de 650 MW do Suez (360,5 milhões de UC) no Egipto; o Projecto da Ligação Ferroviária Tânger-Marraquexe (255,6 milhões de UC) em Marrocos; a Transnet Limited (271,3 milhões de UC) na África do Sul; o Projecto Rodoviário VI, na Tunísia (198,3 milhões de UC); o Projecto de Modernização do Abastecimento de Água Potável na Zona Costeira de Rabá-Casablanca (179,1 milhões de UC) em Marrocos; e uma LDC para a Industrial Development Corporation of South Africa (Sociedade para o desen-

volvimento industrial da África do Sul) (132,4 milhões de UC).

A distribuição das aprovações pelas três linhas de crédito do Grupo do Banco mostra que o BAD representou 2,58 mil milhões de UC (63%), o FAD representou 1,46 mil milhões de UC (35,5%) e o FFN, 29,5 milhões de UC (0,7%). O outro instrumento sujeito a aprovações, nomeadamente os fundos especiais (que abrangem afectações da African Water Facility, da Iniciativa de abastecimento de água e saneamento às comunidades rurais e do Fundo global para o ambiente) representou 32,4 milhões de UC (0,8%).

O total de aprovações do BAD em 2010 registou uma diminuição de 54%, em comparação com 2009. Analogamente, o total de aprovações da linha de crédito do FAD baixou 40% em relação ao nível de 2009. Contudo, 2009 foi um ano excepcional em

termos de pedidos de financiamento apresentados pelos PMR com vista a responder aos efeitos da crise financeira mundial. Recuando mais 12 meses, verifica-se que o total de aprovações do BAD em 2010 ultrapassou em 42,8% os níveis de 2008, enquanto o total de aprovações do FAD em 2010 diminuiu 12,6% em comparação com 2008. Relativamente ao FFN, o total de aprovações aumentou cinco vezes, passando de 5,7 milhões de UC em 2009 para 29,5 milhões de UC em 2010. As aprovações dos fundos especiais aumentaram 16,5%, de 27,8 milhões de UC em 2009 para 32,4 milhões de UC em 2010.

Operações do Grupo do Banco por sector

Em 2010, as operações do Grupo do Banco continuaram a ter em conta as prioridades estratégicas e as agendas de desenvolvimento dos PMR, em conformidade com os princípios da Declaração de Paris e da Agenda para a Acção de Accra. A distribui-

Gráfico 3.1
Total de aprovações do Grupo do Banco, 2006-2010 (milhões de UC)

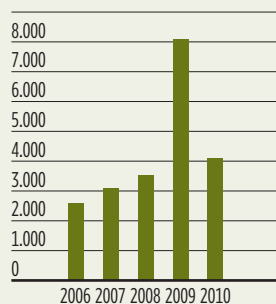
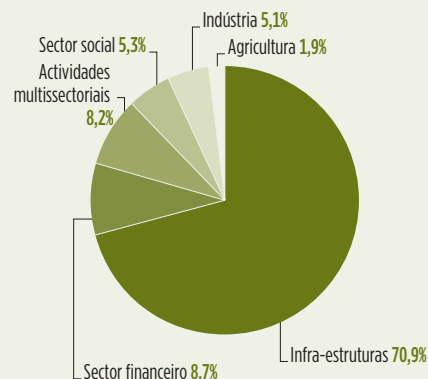


Gráfico 3.2
Aprovações de créditos e subsídios do Grupo do Banco por sector, 2010



ção do total de aprovações entre os diversos sectores reflecte a política de selectividade do Banco, o enfoque em projectos e na eficácia e a crescente procura de financiamento de infra-estruturas por parte dos PMR. O Gráfico 3.2 e o Quadro 3.1 mostram que os três sectores mais beneficiados durante o ano foram as infra-estruturas, com uma afectação de 2,60 mil milhões de UC (70,9%), o sector financeiro, com 319,9 milhões de UC (8,7%) e as actividades multisectoriais, com 301,2 milhões de UC (8,2%). Em conjunto, estes três sectores receberam 87,8% do total de créditos e subsídios operacionais.

Embora o nível de aprovações para infra-estruturas tenha diminuído mais de um terço entre 2009 e 2010 (de 3,91 mil

milhões de UC para 2,60 mil milhões de UC), este sector ainda domina o total de aprovações de créditos e subsídios. O subsector dos transportes beneficiou da maior tranche (47,6%) do total de afectações para infra-estruturas, seguido pela energia (34,1%), pelo abastecimento de água e saneamento (17,1%) e pelas comunicações (1,2%). Verificou-se um desvio em relação ao padrão de afectações do ano anterior, tendo então o subsector da energia recebido a maior parcela (57,2%), seguido pelos transportes (33,1%), pelo abastecimento de água e saneamento (7,6%) e, por último, pelas comunicações (2,2%).

O facto de o Banco canalizar recursos financeiros substanciais para o sector das

infra-estruturas reflecte a sua determinação em seleccionar projectos de alto impacto que irão criar um clima propício ao investimento no sector privado, melhorar a competitividade e a produtividade nos PMR, aumentar as oportunidades de emprego e apoiar o crescimento económico sustentável.

A redução da pobreza é o principal compromisso do Banco, consagrado na sua Declaração de Visão e na sua Estratégia de médio prazo (MTS) para 2008-2012. Na prossecução deste objectivo, o Banco apoia os motores da sustentabilidade, o crescimento em prol dos pobres e a integração regional, sobretudo através de

Quadro 3.1

Aprovações do Grupo do Banco por sector, 2010 (milhões de UC)

Sector	Créditos			Subsídios			Total de aprovações		
	Número	Montante	%	Número	Montante	%	Número	Montante	%
Agricultura e desenvolvimento rural	3	55,03	1,8	6	13,29	2,2	9	68,32	1,9
Sector social	4	159,43	5,2	8	34,16	5,7	12	193,59	5,3
Educação	2	16,47	0,5	4	31,81	5,3	6	48,28	1,3
Saúde	-	-	-	2	1,15	0,2	2	1,15	0,0
Outros	2	142,96	4,6	2	1,20	0,2	4	144,16	3,9
Infra-estruturas	28	2.127,66	69,1	20	475,89	79,8	48	2.603,55	70,9
Abastecimento de água e saneamento	6	294,45	9,6	7	149,62	25,1	13	444,07	12,1
Fornecimento de energia	10	734,81	23,9	4	152,84	25,6	14	887,65	24,2
Comunicações	1	32,13	1,0	1	0,30	0,0	2	32,43	0,9
Transportes	11	1.066,27	34,6	8	173,13	29,0	19	1.239,41	33,7
Sector financeiro	5	314,33	10,2	2	5,60	0,94	7	319,93	8,7
Actividades multisectoriais	8	234,04	7,6	18	67,12	11,3	26	301,15	8,2
Indústria, exploração de minas e pedreiras	5	187,41	6,1	2	0,55	0,09	7	187,96	5,1
Desenvolvimento urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ambiente	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A. Total de créditos e subsídios	53	3.077,90	100,0	56	596,60	100,0	109	3.674,50	100,0
B. Outras aprovações	-	-	-	-	-	-	30	425,25	n.a.
Alívio da dívida ao abrigo da Iniciativa HIPC	-	-	-	-	-	-	6	202,95	n.a.
Participações de capital	-	-	-	-	-	-	11	189,92	n.a.
Garantias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos especiais*	-	-	-	-	-	-	13	32,38	n.a.
Total de aprovações (A + B)	53	3.077,90	n.a.	56	596,60	n.a.	139	4.099,75	n.a.

Fonte: Departamento de Estatística do BAD, Divisão de estatísticas económicas e sociais.

Nota:

* Estas aprovações dizem respeito às operações da African Water Facility, da Iniciativa de abastecimento de água e saneamento às comunidades rurais e do Fundo global para o ambiente.

- Grandeza nula

n.a. Não aplicável

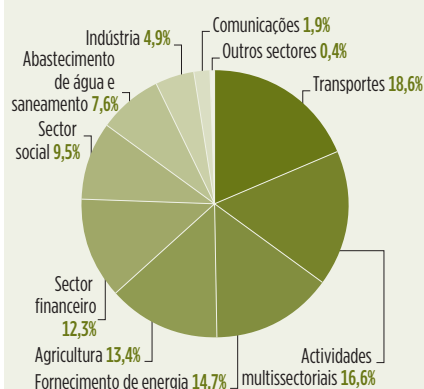
projectos de construção e reabilitação de infra-estruturas em áreas rurais e urbanas.

A agricultura e o desenvolvimento rural são também fundamentais para o desenvolvimento do continente e um dos principais motores da redução da pobreza. Com efeito, a agricultura assegura o sustento de 80% da população africana. O crescimento agrícola implica maior produtividade alimentar e mais segurança alimentar num período caracterizado por um aumento dos preços e escassez dos alimentos. O Banco reconhece que tem um papel a desempenhar neste sector, ajudando os países a melhorar a produtividade agrícola através do seu apoio a infra-estruturas agrícolas. Este apoio abrange projectos e programas que visam melhorar a irrigação, o armazenamento e gestão da água; o fornecimento de energia a comunidades rurais; estradas rurais e comunitárias (incluindo a sua manutenção); instalações de comercialização e armazenamento; e a transformação de produtos agrícolas.

Outra das grandes prioridades das intervenções do Banco diz respeito às actividades multissetoriais, que visam o apoio à administração do sector público (incluindo programas de ajustamento estruturais), programas de apoio orçamental à redução da pobreza, reformas institucionais, programas de apoio à governação e programas de apoio ao franchising e à diversificação, entre outros. Em 2010, as aprovações de créditos e subsídios do Grupo do Banco para actividades multissetoriais totalizaram 301,2 milhões de UC, o que representa 8,2% do total de aprovações de créditos e subsídios. Embora ainda se trate de um montante significativo, registou-se uma diminuição face aos níveis de 2009 e 2008, em que as actividades multissetoriais representavam, respectivamente, 29,1% e 23% do total de aprovações de créditos e subsídios. A afectação de uma percentagem considerável dos seus recursos às actividades multissetoriais confirma o empenho do Grupo do Banco em reforçar a capacidade institucional dos PMR para uma gestão fiscal eficaz e transparente. A boa governação é

Gráfico 3.3

Aprovações cumulativas de créditos e subsídios do Grupo do Banco por sector, 1967-2010



fundamental para atrair investimento interno e externo e para melhorar o crescimento impulsionado pelo sector privado.

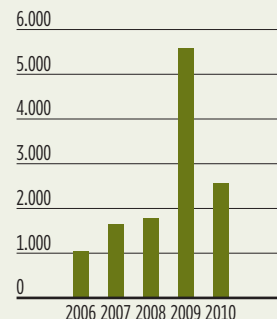
As operações realizadas pelo Grupo do Banco em 2010 beneficiaram outros sectores, como o sector social (5,3%), a indústria, exploração de minas e pedreiras (5,1%) e a agricultura e desenvolvimento rural (1,9%) (ver Quadro 3.1).

Aprovações cumulativas de créditos e subsídios do Grupo do Banco por sector

Durante o período de 1967 a 2010, o Grupo do Banco aprovou um total de 3.526 créditos e subsídios, que ascenderam a 55,93 mil milhões de UC. Do total de aprovações cumulativas, a linha de crédito do BAD foi responsável por 58,6%, a linha de crédito concessional do FAD por 40,6% e o FFN por 0,6%, respectivamente. As aprovações cumulativas de créditos e subsídios do Grupo do Banco, por sector, são apresentadas no Gráfico 3.3. Este gráfico mostra que as infra-estruturas (transportes, energia, abastecimento de água e saneamento e comunicações) receberam a maior parcela (42,8%), seguidas pelas actividades multissetoriais (16,6%), pela agricultura e desenvolvimento rural (13,4%), pelo sector financeiro (12,3%), pelo sector social (9,5%), pela indústria, exploração de minas e pedreiras (4,9%) e por outros sectores (0,4%).

Gráfico 3.4

Total de aprovações do BAD, 2006-2010 (milhões de UC)



OPERAÇÕES DO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO (BAD)

O BAD é a linha de crédito não concessional utilizada pelo Banco para financiar actividades de desenvolvimento em 13 países de rendimento médio (MIC) e em três países com elegibilidade dupla (Cabo Verde, Nigéria e Zimbabué). Estes três países também têm acesso aos recursos do FAD para o financiamento de projectos e programas. Além disso, um dos principais objectivos da linha de crédito do BAD consiste em disponibilizar fundos para apoiar o sector privado em todos os PMR, mediante a concessão de crédito directo, linhas de crédito, participações no capital e garantias a empresas privadas viáveis e em boa situação financeira, bem como a projectos multinacionais que apoiem a integração regional.

Em 2010, o BAD aprovou um total de 2,58 mil milhões de UC para 59 actividades, face a 5,60 mil milhões de UC em 2009 para 84 actividades (ver Gráfico 3.4 e Quadro 3.2). Esta descida deveu-se sobretudo a uma diminuição da concessão de crédito para projectos e dos créditos para implementação de políticas, que, no rescaldo da crise económica e financeira, tinham atingido níveis históricos em 2009. O nível de aprovações em 2010 ultrapassou o nível de 2008 (1,81 mil milhões de UC) em 42,8%.

Quadro 3.2

Aprovações do BAD por instrumento de financiamento, 2008-2010 (milhões de UC)

Instrumento de financiamento	2008			2009*			2010		
	Número	Montante	%	Número	Montante	%	Número	Montante	%
Concessão de crédito para projectos	25	1.372,90	76,0	27	3.790,62	67,6	22	2.107,47	81,6
<i>Públicos e com garantia pública</i>	7	642,10	35,5	11	2.780,23	49,6	5	1.091,75	42,3
Créditos para projectos	6	627,42	34,7	10	2.629,09	46,9	5	1.091,75	42,3
Investimento sectorial e reabilitação	1	14,68	0,8	1	151,15	2,7	-	-	-
Linhas de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Privados sem garantia pública</i>	18	730,80	40,4	16	1.010,39	18,0	17	1.015,72	39,4
Créditos para projectos	9	432,91	24,0	10	453,42	8,1	12	701,39	27,2
Linhas de crédito	9	297,88	16,5	6	556,97	9,9	5	314,33	12,2
Concessão de crédito para a implementação de políticas	3	136,38	7,5	5	1.521,53	27,2	2	128,65	5,0
Créditos para ajustamentos sectoriais	2	123,03	6,8	-	-	-	1	44,65	1,7
Créditos para ajustamentos estruturais	1	13,35	0,7	1	13,66	0,2	1	84,00	3,3
Créditos de apoio orçamental	-	-	-	4	1.507,87	26,9	-	-	-
Subsídios	14	13,57	0,7	36	25,14	0,4	22	10,95	0,4
<i>Assistência técnica</i>	-	-	-	14	7,91	0,1	17	7,61	0,3
Operações cíclicas de projectos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reforço da capacidade institucional	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídio para países de rendimento médio	1	0,60	0,0	14	7,91	0,1	17	7,61	0,3
<i>Subsídio de resposta à crise alimentar africana</i>	5	10,50	0,6	5	8,50	0,2	-	-	-
<i>Fundo especial de ajuda</i>	8	2,47	0,1	17	8,73	0,2	5	3,34	0,1
Assistência de emergência	8	2,47	0,1	17	8,73	0,2	5	3,34	0,1
Ajuda de emergência a países pós-conflito	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redução da dívida e do serviço da dívida	2	113,75	6,3	1	112,77	2,0	2	144,14	5,6
Alívio da dívida ao abrigo do Mecanismo de financiamento suplementar (SFM)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alívio da dívida ao abrigo da Iniciativa HIPC	2	113,75	6,3	1	112,77	2,0	2	144,14	5,6
Participações de capital	11	145,51	8,1	13	142,47	2,5	11	189,92	7,4
Capitais públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Capitais privados	11	145,51	8,1	13	142,47	2,5	11	189,92	7,4
Garantias	3	24,89	1,4	2	11,55	0,2	-	-	-
Garantias públicas	-	-	-	1	6,21	0,1	-	-	-
Garantias privadas	3	24,89	1,4	1	5,34	0,1	-	-	-
Reafecção de créditos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DE APROVAÇÕES	58	1.807,01	100,0	84	5.604,07	100,0	59	2.581,13	100,0

Fonte: Departamento de Estatística do BAD, Divisão de estatísticas económicas e sociais.

Notas:

- Grandeza nula

0,0 Grandeza inferior a 0,05

* Um ano de procura excepcional dos recursos do Grupo do Banco devido à crise financeira mundial

Aprovações do BAD por instrumento de financiamento

Os dois principais instrumentos de financiamento do BAD são a concessão de crédito para projectos e os créditos para a implementação de políticas. O crédito concedido para projectos tem uma natureza específica, enquanto o crédito concedido para a implementação de políticas se destina a ajudar os PMR a melhorar a sua política macroeconómica, a ajustamentos estruturais e sectoriais, a apoio aos orçamentos e a reformas institucionais. A concessão de crédito para projectos (créditos públicos e com garantias públicas e créditos ao sector privado) e as participações de capital no sector privado diminuíram de 3,94 mil milhões de UC em 2009 para 2,30 mil milhões de UC em 2010 – uma queda de 41,6% mas, ainda assim, superior aos 1,54 mil milhões de UC aprovados para a concessão de crédito para projectos em 2008. Analogamente, a concessão de crédito para a implementação de políticas diminuiu de 1,52 mil milhões de UC em 2009 para 128,6 milhões de UC em 2010 (ver Quadro 3.2). Tal ficou a dever-se à ausência de créditos significativos de apoio orçamental a PMR, contrariamente ao que acontecera em 2009, ano em que tanto o Botsuana como a Maurícia receberam créditos de elevado montante para reforçar a sua competitividade.

Os outros instrumentos de financiamento utilizados pelo Banco são os subsídios, que

diminuíram de 25,1 milhões de UC em 2009 para 11 milhões de UC em 2010. No que respeita ao alívio da dívida para apoiar os PMR de baixo rendimento, a afectação do Banco, ao abrigo da Iniciativa HIPC, aumentou de 112,8 milhões de UC em 2009 para 144,1 milhões de UC em 2010, o que representa uma subida de 27,7%. A distribuição das aprovações do BAD entre os vários instrumentos de financiamento mostra que a concessão de crédito para projectos e as participações de capital no sector privado representam, de longe, a maior parcela, com 89%, enquanto o alívio da dívida representa 5,6%, a concessão de crédito para a implementação de políticas 5% e os subsídios 0,4%.

Os dez principais países beneficiários de aprovações de créditos e subsídios do BAD foram: Egipto, Marrocos, África do Sul, Tunísia, Senegal, Nigéria, Ruanda, Mali, Camarões e Cabo Verde (ver Gráfico 3.5). Os restantes beneficiaram de subsídios para MIC ou subsídios para assistência de emergência. O Congo, as Comores e a Libéria receberam também fundos para alívio da dívida ao abrigo da Iniciativa HIPC.

Aprovações cumulativas de créditos e subsídios do BAD por sub-região

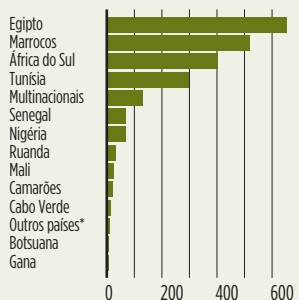
Durante o período de 1967 a 2010, o BAD aprovou 1.144 operações no montante de 32,89 mil milhões de UC, dos quais 5,16 mil

milhões de UC tiveram por destino 154 operações do sector privado. O Gráfico 3.6 apresenta a distribuição sub-regional de aprovações cumulativas do BAD. Este gráfico mostra que a África Setentrional recebeu a maior participação (47,7%), seguindo-se a África Austral (22,3%), a África Ocidental (14,6%), a África Central (8%), a África Oriental (3,7%) e as aprovações multirregionais (3,6%). A África Setentrional e a África Austral, que englobam principalmente países do BAD, receberam 70% do total de aprovações de créditos e subsídios. Esta abordagem confirma a estratégia do Banco de utilizar os recursos do BAD para reforçar o seu envolvimento com os MIC e incentivar o investimento do sector privado.

Carteira de créditos concedidos

Em 31 de Dezembro de 2010, os créditos assinados (líquidos de cancelamentos) totalizavam 26,27 mil milhões de UC. Àquela data, os créditos concedidos, não liquidados, totalizavam 8,29 mil milhões de UC, mais 0,75 mil milhões de UC que os 7,54 mil milhões de UC não liquidados no final de 2009. Os saldos não desembolsados no final de Dezembro de 2010 ascendiam a 4,86 mil milhões de UC, o que representa um decréscimo de 0,14 mil milhões de UC face ao nível de 2009. Existiam 274 créditos assinados activos, no montante de 8,29 mil milhões de UC, e 624 créditos totalmente reembolsados, num total de 10,31 mil milhões de UC no final de 2010.

Gráfico 3.5
Aprovações de créditos e subsídios do BAD por país, 2010 (milhões de UC)



*Nota: *Os outros países que beneficiaram de subsídios de emergência e de subsídios para MIC foram: Chade, Gabão, Líbia, Marrocos, Maurícia, Namíbia, Níger, Seicheles, Suazilândia, Sudão, Zâmbia e Zimbábue.*

Gráfico 3.6
Aprovações cumulativas de créditos e subsídios do BAD por sub-região, 1967-2010

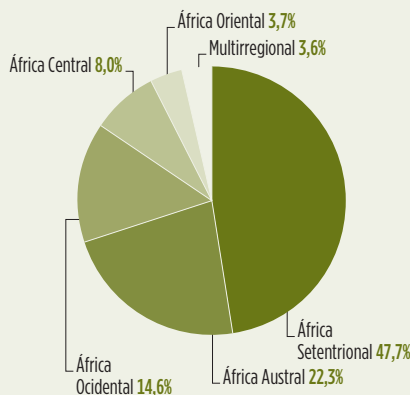
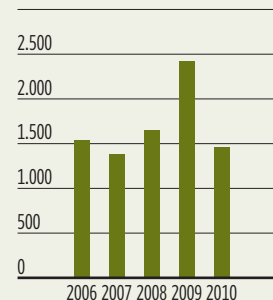


Gráfico 3.7
Total de aprovações do FAD, 2006-2010 (milhões de UC)



Quadro 3.3

Aprovações do FAD por instrumento de financiamento, 2008-2010 (milhões de UC)

Instrumento de financiamento	2008			2009*			2010		
	Número	Montante	%	Número	Montante	%	Número	Montante	%
Concessão de crédito para projectos	22	680,74	40,9	23	950,31	39,2	25	801,63	55,0
<i>Públicos e com garantia pública</i>	22	680,74	40,9	23	950,31	39,2	25	801,63	55,0
Créditos para projectos	22	680,74	40,9	22	938,31	38,7	25	801,63	55,0
Investimento sectorial e reabilitação	-	-	-	1	12,00	0,5	-	-	-
Linhas de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Privados sem garantia pública</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Créditos para projectos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Linhas de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Concessão de crédito para a implementação de políticas	9	413,00	24,8	6	349,24	14,4	2	38,95	2,7
Créditos para ajustamentos sectoriais	-	-	-	1	80,00	3,3	-	-	-
Créditos para ajustamentos estruturais	5	215,00	12,9	1	11,00	0,5	-	-	-
Créditos de apoio orçamental	4	198,00	11,9	4	258,24	10,6	2	38,95	2,7
Subsídios	27	552,62	33,2	41	862,82	35,6	34	585,65	40,2
<i>Assistência técnica</i>	6	44,65	2,7	14	135,54	5,6	17	205,34	14,1
Operações cíclicas de projectos	3	15,51	0,9	7	76,26	3,1	10	158,66	10,9
dos quais para o sector privado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reforço da capacidade institucional	3	29,14	1,7	7	59,28	2,4	7	46,69	3,2
dos quais para o sector privado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Subsídios para projectos</i>	14	424,35	25,5	4	140,51	5,8	8	257,88	17,7
<i>Subsídios para ajustamentos estruturais</i>	4	48,05	2,9	5	157,30	6,5	1	10,00	0,7
<i>Subsídios de apoio orçamental</i>	-	-	-	6	64,64	2,66	1	1,70	0,1
<i>Subsídios ao abrigo da Facilidade de apoio a países frágeis</i>	3	35,57	2,1	12	364,83	15,0	7	110,73	7,6
<i>Subsídios especiais de alívio da dívida</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito para reforço da capacidade institucional	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mecanismo de preparação de projectos	2	1,03	0,1	2	1,00	0,0	1	0,50	0,0
Redução da dívida e do serviço da dívida	2	17,95	1,1	4	259,09	10,7	3	29,99	2,1
Alívio da dívida ao abrigo do Mecanismo de financiamento suplementar (SFM)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alívio da dívida ao abrigo da Iniciativa HIPC	2	17,95	1,1	4	259,09	10,7	3	29,99	2,1
Mecanismo de apoio a países pós-conflito	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reafectação de créditos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DE APROVAÇÕES	62	1.665,34	100,0	77	2.426,96	100,0	65	1.456,72	100,0

Fonte: Departamento de Estatística do BAD, Divisão de estatísticas económicas e sociais.

Notas:

- Grandeza nula

0,0 Grandeza inferior a 0,05

* Um ano de procura excepcional dos recursos do Grupo do Banco devido à crise financeira mundial

Desembolsos

Os desembolsos da linha de crédito do BAD durante 2010 totalizaram 1,34 mil milhões de UC, o que representa um decréscimo de 43% relativamente aos 2,35 mil milhões de UC desembolsados em 2009. No final de Dezembro de 2010, os desembolsos cumulativos (incluindo créditos não soberanos) totalizavam 21,31 mil milhões de UC. Na mesma data, 810 créditos tinham sido plenamente desembolsados, num montante de 18,75 mil milhões de UC, representando 88% dos desembolsos cumulativos.

OPERAÇÕES DO FUNDO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO (FAD)

O FAD é a linha de crédito concessional do Grupo do Banco para países que não podem aceder a fundos através do BAD, a não ser para projectos do sector privado e do tipo

“projecto enclave”. Os recursos do FAD são afectados com base na capacidade creditícia do país, no Rendimento Nacional Bruto (RNB) *per capita* e no desempenho do país, utilizando o sistema de Afectação baseada no desempenho (PBA). O PBA é um mecanismo concebido para garantir que são proporcionalmente afectados mais recursos aos PMR capazes de os aproveitar da forma mais eficaz.

Em 2010, o total de aprovações do FAD, incluindo créditos, subsídios, recursos do mecanismo de preparação de projectos, redução da dívida e do serviço da dívida, ascendeu a 1,46 mil milhões de UC, por oposição a 2,43 mil milhões de UC em 2009, o que representa um decréscimo de 39,9% (ver Gráfico 3.7 e Quadro 3.3).

Aprovações do FAD por instrumento de financiamento

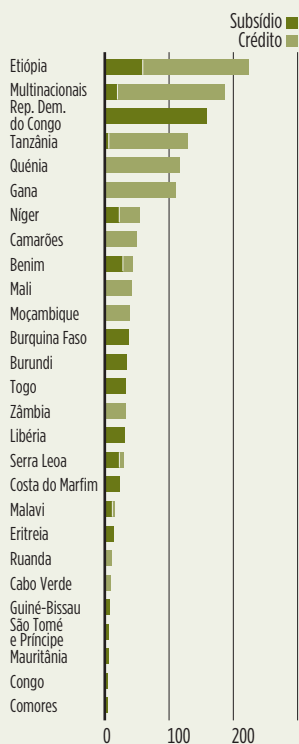
Em termos dos créditos concedidos para projectos destinados a apoiar operações

do sector público nos PMR, o FAD aprovou 802,1 milhões de UC para 26 actividades em 2010, por oposição a 951,3 milhões de UC em 2009 para 25 actividades, o que representa um decréscimo de 15,7%. A concessão de crédito para a implementação de políticas, que engloba o financiamento de actividades sectoriais e apoio orçamental, registou uma diminuição significativa, passando de 349,2 milhões de UC para seis actividades em 2009 para 38,9 milhões de UC para duas operações em 2010. O total de aprovações de créditos concedidos pelo FAD para projectos e para a implementação de políticas registou uma queda de 35,3%, passando de 1,30 mil milhões de UC em 2009 para 0,84 mil milhões de UC em 2010.

As aprovações de subsídios em 2010 situaram-se em 585,6 milhões de UC, por oposição a 862,8 milhões de UC em 2009, o que representa um decréscimo de 32,1%.

Gráfico 3.8

Aprovações de créditos e subsídios do FAD por país, 2010 (milhões de UC)



no montante de 52,55 milhões de UC e 101,85 milhões de UC, respectivamente.

Desembolsos

Os desembolsos aumentaram de 4,87 milhões de UC em 2009 para 5,02 milhões de UC em 2010, representando uma subida de 3,1%. Em 31 de Dezembro de 2010, os desembolsos cumulativos ascendiam a 226,72 milhões de UC. Sessenta e um créditos foram integralmente desembolsados, no montante total de 205,34 milhões de UC, representando 91% dos desembolsos cumulativos.

OPERAÇÕES DO GRUPO DO BANCO POR SUB-REGIÃO

Aprovações de créditos e subsídios do Grupo do Banco por sub-região

Para fins operacionais, o Banco divide África em 5 sub-regiões: África Austral,

África Central, África Ocidental, África Oriental e África Setentrional. Em 31 de Dezembro de 2010, as aprovações do Grupo do Banco para as 5 sub-regiões (incluindo projectos e programas multinacionais) totalizavam 3,67 mil milhões de UC. Este valor representa um decréscimo significativo face aos 7,51 mil milhões de UC aprovados em 2009 (um ano excepcional na história de concessão de crédito do Grupo do Banco). Ainda assim, em 2010, as aprovações ultrapassaram em 15,9% os níveis registados em 2008.

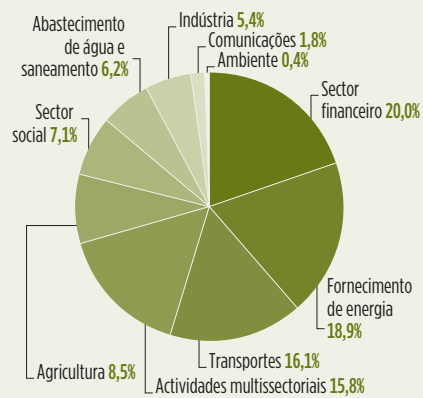
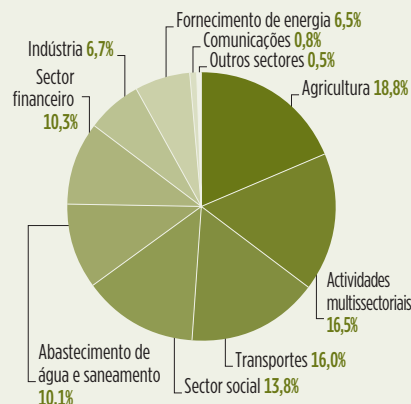
Em 2010, as aprovações foram afectadas às sub-regiões da seguinte forma: África Setentrional, 1,47 mil milhões de UC (40,1%); África Ocidental, 595,8 milhões de UC (16,2%); África Oriental, 560,3 milhões de UC (15,2%); África Austral, 492,8 milhões de UC (13,4%); e África Central, 234,6 milhões de UC (6,4%). As aprovações para projectos e programas

multinacionais ascenderam a 319,1 milhões de UC (8,7%). As aprovações cumulativas de créditos e subsídios do Grupo do Banco durante o período de 1967 a 2010 para as cinco sub-regiões e operações multinacionais ascenderam a 55,93 mil milhões de UC, dos quais 3,71 mil milhões de UC se destinaram a operações multinacionais (ver Anexo II-7).

África Setentrional

A África Setentrional é constituída por seis países: Argélia, Egipto, Líbia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia. Todos os países desta sub-região são países do BAD, à excepção da Mauritânia que é um país do FAD. A Mauritânia só pode ter acesso a recursos do FAD, à excepção dos projectos para o sector privado e do tipo “projecto enclave”, que podem ser financiados com recursos do BAD. As aprovações de créditos e subsídios para a sub-região ascenderam a 1,47 mil milhões de UC em 2010, o que repre-



Gráfico 3.11 África Setentrional: Aprovações cumulativas de créditos e subsídios do Grupo do Banco por sector, 1967-2010**Gráfico 3.12** África Ocidental: Aprovações cumulativas de créditos e subsídios do Grupo do Banco por sector, 1967-2010

senta um aumento de 40% relativamente ao nível de 2009, de 1,05 mil milhões de UC. As aprovações para a África Setentrional representam 40,1% das aprovações totais do Grupo do Banco, o que significa que esta foi a sub-região que mais beneficiou durante o ano. Os países beneficiários foram: Egipto, 651,4 milhões de UC; Marrocos, 519,7 milhões de UC; Tunísia, 296,6 milhões de UC; Mauritânia, 3,6 milhões de UC; e Líbia, 0,6 milhões de UC (um subsídio do MIC-TAF) (ver Anexo II-7).

Os principais projectos aprovados para a África Setentrional foram os seguintes: a Central Termoeléctrica de Ciclo Vapor de 650 MW do Suez, no Egipto; o Projecto para Aumentar a Capacidade na Linha Ferroviária Tânger-Marraquexe, em Marrocos; o Projecto Rodoviário VI, na Tunísia; o Abastecimento de Água Potável na Zona Costeira de Rabá-Casablanca, em Marrocos; o Projecto Egyptian Refining Company, no Egipto; o Apoio ao Programa Nacional de Substituição de Táxis, no Egipto; Entreprise Tunisienne d'Activités Pétrolières (ETAP)-Projecto de desenvolvimento do campo de petróleo e de gás de Hasdrubal, na Tunísia; e o Programa de Apoio à Reforma da Administração Pública, Fase IV (PARAP IV), em Marrocos. No fim da Parte I, é apresentada uma síntese do perfil de todos os projectos e programas.

A distribuição sectorial das aprovações de créditos e subsídios em 2010 mostra que o sector que recebeu a maior parcela (74,4%) foram as infra-estruturas, com 1,10 mil milhões de UC. Dentro deste sector dominante, o subsector da energia foi o que recebeu a maior tranche, com 458,3 milhões de UC (41,8%), seguindo-se os transportes, com 454,5 milhões de UC (41,5%) e o abastecimento de água e saneamento, com 182,7 milhões de UC (16,7%). A distribuição pelos outros sectores foi a seguinte: indústria, exploração de minas e pedreiras, 147,1 milhões de UC (10%); sector social, 144,2 milhões de UC (9,8%); e actividades multisectoriais (5,8%). Esta distribuição sectorial está em conformidade com o enfoque operacional do Grupo do Banco na atribuição de prioridade ao desenvolvimento das infra-estruturas – um dos principais motores do crescimento económico – tal como definido na sua Estratégia de médio prazo (2008-2012).

O Grupo do Banco iniciou as suas operações na sub-região da África Setentrional em 1968, um ano mais tarde do que em outras sub-regiões. Durante o período de 1968 a 2010, a África Setentrional beneficiou do valor mais elevado de aprovações cumulativas de créditos e subsídios, no total de 16,25 mil milhões de UC, o que representa 29,1% do total de aprovações de créditos e subsídios do Grupo do Banco. De entre os países da sub-região,

Marrocos foi o que recebeu a maior parcela das aprovações cumulativas, seguindo-se a Tunísia, o Egipto, a Argélia e a Mauritânia. Em 2010, a Líbia beneficiou, pela primeira vez, dos recursos do Grupo do Banco, tendo recebido um subsídio do MIC-TAF no montante de 0,6 milhões de UC (ver Anexo II-7). O Gráfico 3.11 apresenta as aprovações cumulativas de créditos e de subsídios do Grupo do Banco na sub-região, por sector. Os sectores mais beneficiados foram as infra-estruturas (43%), o sector financeiro (20%), as actividades multisectoriais (15,8%) e a agricultura e desenvolvimento rural (8,5%).

África Ocidental

A África Ocidental é composta por 16 países: Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, São Tomé e Príncipe (*São Tomé e Príncipe é incluído na África Ocidental por razões operacionais*), Senegal, Serra Leoa e Togo. É a sub-região com maior diversidade em termos linguísticos, geográficos e de recursos naturais. À excepção de Cabo Verde e da Nigéria, os países da sub-região apenas são elegíveis para o FAD (salvo no que respeita a projectos para o sector privado e do tipo “projecto enclave”, que podem ser financiados com recursos do BAD). Cabo Verde e a Nigéria, sendo países com elegibilidade dupla, podem beneficiar de créditos tanto do BAD como do FAD. As aprovações de créditos e subsídios do Grupo do Banco para a África Ocidental diminuíram de 1,24 mil milhões de UC em 2009 para 595,8 milhões de UC em 2010, o que representa um decréscimo de 52%. Ainda assim, em 2010, a África Ocidental foi o segundo maior beneficiário de créditos e subsídios, logo a seguir à África Setentrional.

Em 2010, as aprovações concedidas à sub-região representaram 16,2% do total de créditos e subsídios aprovados (ver Anexo II-7). Catorze países da sub-região beneficiaram de créditos e subsídios, nomeadamente: Gana (111 milhões de UC); Senegal (70,8 milhões de UC); Nigéria (67,8 milhões de UC);

Mali (66,5 milhões de UC); Níger (54,2 milhões de UC); Benim (43 milhões de UC); Burquina Faso (35,2 milhões de UC); Togo (32,5 milhões de UC); Libéria (31,2 milhões de UC); Serra Leoa (29,2 milhões de UC); Costa do Marfim (23 milhões de UC); Cabo Verde (20,5 milhões de UC); Guiné-Bissau (5,7 milhões de UC); e São Tomé e Príncipe (5 milhões de UC).

Os principais projectos aprovados para a África Ocidental durante o ano incluíram: o projecto da estrada Ffulso-Sawla, no Gana; uma LDC para o Guaranty Trust Bank, plc, na Nigéria; o Aeroporto Internacional Blaise Diagne, no Senegal; o Projecto do Sector da Produção de Açúcar em Markala, no Mali; o Projecto de Reforço das Infra-estruturas de Electricidade e Electrificação Rural, no Burquina Faso; o Apoio ao Desenvolvimento Acelerado e à Redução da Pobreza, em Níger; o Projecto de Reabilitação da Estrada Togo-Sanve Condji-fronteira com o Benim, no Togo; e o Projecto de Asfaltamento da Estrada Ndali-Nikki-Chicandou-fronteira nigeriana, no Benim. A Libéria beneficiou também de uma aprovação ao abrigo da Iniciativa HIPC, dado que atingiu o ponto de conclusão.

Em termos de distribuição sectorial das aprovações para a sub-região, as infra-estruturas foram o sector mais beneficiado, com 365,6 milhões de UC (61,4%). A distribuição dentro do sector das infra-estruturas mostra que os transportes receberam a maior tranche, com 249,5 milhões de UC (68,3%), seguindo-se o abastecimento de água e saneamento, com 76,7 milhões de UC (21%), a energia com 39 milhões de UC (10,7%) e, por último, as comunicações com 0,3 milhões de UC. A distribuição pelos outros sectores foi a seguinte: actividades multisectoriais, 69,3 milhões de UC (11,6%); sector financeiro, 67,8 milhões de UC (11,4%); agricultura e desenvolvimento rural, 66,2 milhões de UC (11,1%); sector social, 25,5 milhões de UC (4,3%); e indústria, exploração de minas e pedreiras, 1,3 milhões de UC (0,2%). A distribuição por sector salienta a selectividade do Banco e o seu enfoque estratégico em projectos que irão melhorar as

infra-estruturas da sub-região, apoiar a boa governação e reduzir a pobreza.

As aprovações cumulativas de créditos e subsídios concedidos pelo Grupo do Banco à sub-região durante o período de 1967 a 2010 ascenderam a 11,96 mil milhões de UC, o que representa 21,4% do total cumulativo afectado ao continente. A Nigéria recebeu a comparticipação maior, a que se seguiram a Costa do Marfim, o Gana, o Senegal, o Mali, o Burquina Faso, a Guiné, o Benim, o Níger, a Serra Leoa, a Gâmbia, o Togo, Cabo Verde, a Libéria, a Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (ver Anexo II-7).

O Gráfico 3.12 mostra a distribuição sectorial das aprovações cumulativas de créditos e subsídios no período de 1967 a 2010. As infra-estruturas (incluindo transportes, comunicações, energia e água e saneamento) receberam a maior parcela (33,4%), seguindo-se a agricultura e desenvolvimento rural (18,8%), as actividades multisectoriais (16,5%), o sector social (13,8%); o sector financeiro (10,3%); a indústria, exploração de minas e pedreiras (6,7%) e outros sectores (0,5%).

África Oriental

A África Oriental é composta por 12 países: Burundi, Comores, Eritreia, Etiópia, Jibuti, Quênia, Ruanda, Seicheles, Somália, Sudão, Tanzânia e Uganda. As Seicheles são o único país da sub-região elegível como mutuário da linha de crédito do BAD. Os restantes 11 países apenas são elegíveis para recursos do FAD, excepto no que respeita a projectos para o sector privado e do tipo “projecto enclave”, que podem ser financiados com recursos do BAD. Em 2010, a África Oriental recebeu 560,3 milhões de UC em créditos e subsídios do Grupo do Banco, o que representa um aumento de 8,7% face aos 515,6 milhões de UC aprovados em 2009. As aprovações foram reservadas para o financiamento de projectos e programas de desenvolvimento em nove países, representando 15,2% do total de aprovações (ver Anexo II-7). Os países beneficiários foram os seguintes: Etiópia (224,4 milhões

de UC), Tanzânia (129,6 milhões de UC), Quênia (116,7 milhões de UC), Ruanda (41,1 milhões de UC), Burundi (34,1 milhões de UC), Eritreia (12,9 milhões de UC), Sudão (0,7 milhões de UC), Comores (0,6 milhões de UC) e Seicheles (0,3 milhões de UC).

Em conformidade com as prioridades operacionais estratégicas estabelecidas pelo Grupo do Banco, em 2010 as aprovações nesta sub-região também foram direccionadas principalmente para as infra-estruturas, que receberam 396,9 milhões de UC (70,8% do total das aprovações), enquanto as actividades multisectoriais receberam 88,4 milhões de UC (15,8%). A distribuição das aprovações para as infra-estruturas por subsector mostra que a energia recebeu 243,8 milhões de UC (61,4%), a água e saneamento, 94 milhões de UC (23,7%) e os transportes, 59,1 milhões de UC (14,9%). A distribuição pelos outros sectores foi a seguinte: indústria, exploração de minas e pedreiras, 39,3 milhões de UC (7%); sector social, 22,2 milhões de UC (4%); sector financeiro, 12,7 milhões de UC (2,3%); e agricultura e desenvolvimento rural, 0,8 milhões de UC (0,1%). O enfoque das operações do Banco nas infra-estruturas visa criar as bases para um crescimento económico sustentável e promover a integração regional e o investimento externo. As aprovações destinadas às actividades multisectoriais visam reforçar a capacidade institucional dos PMR para uma gestão fiscal eficaz e transparente, que promova um ambiente favorável aos negócios e à competitividade, contribuindo, deste modo, para o desenvolvimento económico.

Entre os projectos de infra-estruturas aprovados para a África Oriental importa destacar: o Projecto de Melhoria do Sistema de Transporte de Electricidade e a Protecção dos Serviços Básicos, fase II, na Etiópia; o Programa de Abastecimento de Água e Saneamento às Comunidades Rurais e a Linha de Transporte de Electricidade Iringa-Shiyanga, na Tanzânia; o Projecto de Melhoria do Sistema de Transporte de Energia, o Projecto de Reabilitação e Recuperação das Bacias Hidrográficas de Nairobi, o projecto da estrada

Timbora-Eldoret, no Quênia; e o projecto da estrada Gitenga-Nyangungu-Ngozi, no Burundi. Entre outros projectos importantes aprovados para a sub-região em 2010 contam-se o projecto “La Cimenterie du Rwanda”, o Projecto de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior, na Eritreia, e o Apoio ao Centro Regional de Excelência em TIC, no Ruanda.

Durante o período de 1967 a 2010, a África Oriental recebeu 8,38 mil milhões de UC em aprovações cumulativas de créditos e subsídios, o que representa 15% do total de aprovações cumulativas para o continente. Nesta sub-região, a Etiópia foi o país que recebeu a maior parcela, seguida pela Tanzânia, Uganda, Quênia, Ruanda, Burundi, Sudão, Jibuti, Somália, Seicheles, Eritreia e Comores (ver Anexo II-7). O Gráfico 3.13, que apresenta as aprovações cumulativas de créditos e subsídios do Grupo do Banco por sector, mostra que as infra-estruturas foram o principal destinatário (45,3%), seguindo-se a agricultura e desenvolvimento rural (20,8%), as actividades multisectoriais (16%), o sector social (11,7%), a indústria, exploração de minas e pedreiras (3,1%) e o sector financeiro (2,8%).

África Austral

A África Austral inclui 12 países, nomeadamente África do Sul, Angola, Botsuana, Lesoto, Madagáscar, Malavi, Maurícia,

Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Zâmbia e Zimbabué. Cinco destes países (África do Sul, Botsuana, Maurícia, Namíbia e Suazilândia) são elegíveis para o financiamento do BAD. O Zimbabué, enquanto país com elegibilidade dupla, pode aceder a fundos ao abrigo das linhas de crédito do BAD e do FAD, embora esteja sujeito a sanções desde 2000. Os restantes seis países (Angola, Lesoto, Madagáscar, Malavi, Moçambique e Zâmbia) só são elegíveis para fundos do FAD, à excepção dos projectos para o sector privado e do tipo “projecto enclave”, que podem ter acesso à linha de crédito do BAD.

As aprovações de créditos e subsídios do Grupo do Banco para a sub-região diminuíram de 3,40 mil milhões de UC em 2009 para 492,8 milhões de UC em 2010, o que representa um decréscimo de 85,5%. Tal deveu-se sobretudo à ausência de créditos significativos de apoio orçamental na sub-região, sendo que, em 2009, tinham sido aprovados dois créditos de apoio orçamental para o Botsuana e a Maurícia no montante de 1,51 mil milhões de UC. Ainda assim, as aprovações de créditos e subsídios para a região em 2010 ultrapassaram em 3,6% os níveis de 2008, representando 13,5% do total de aprovações para as cinco sub-regiões (ver Anexo II-7).

Os nove países beneficiários foram os seguintes: África do Sul, 403,7 milhões

de UC; Moçambique, 37,9 milhões de UC; Zâmbia, 32,6 milhões de UC; Malavi, 14,7 milhões de UC; Botsuana, 2,1 milhões de UC; Zimbabué, 0,7 milhões de UC; Namíbia, 0,6 milhões de UC; Maurícia, 0,3 milhões de UC; e Suazilândia, 0,3 milhões de UC. A África do Sul, que tem sido consistentemente a principal beneficiária das aprovações do Grupo do Banco na sub-região desde 2007, manteve esta posição em 2010.

Os quatro principais projectos e programas aprovados para a África Austral foram os seguintes: a Transnet Limited, na África do Sul; a Industrial Development Corporation of South Africa (uma LDC); a estrada Montepuez-Lichinga, em Moçambique; e o Terceiro Apoio Orçamental à Redução da Pobreza, na Zâmbia.

A distribuição sectorial das aprovações na sub-região em 2010 mostra que as infra-estruturas receberam 309,8 milhões de UC (62,9%) do total. Dentro deste sector, o subsector dos transportes recebeu 304,6 milhões de UC (98,3%), e o abastecimento de água e saneamento, 5,3 milhões de UC (1,7%). A parcela afectada aos outros sectores foi a seguinte: sector financeiro, 133 milhões de UC (27%); actividades multisectoriais, 47,8 milhões de UC (9,7%); sector social, 1,3 milhões de UC (0,3%); agricultura e desenvolvimento rural, 0,7 milhões de UC (0,1%); e 0,3 milhões de UC para a indústria, exploração de minas e pedreiras.

Gráfico 3.13 África Oriental: Aprovações cumulativas de créditos e subsídios do Grupo do Banco por sector, 1967-2010

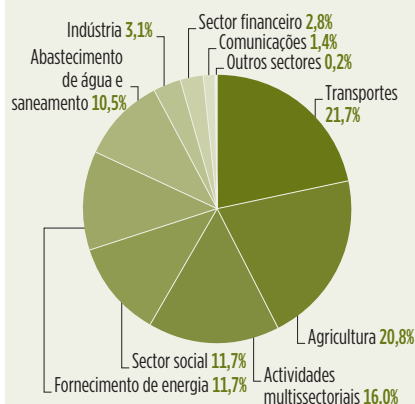
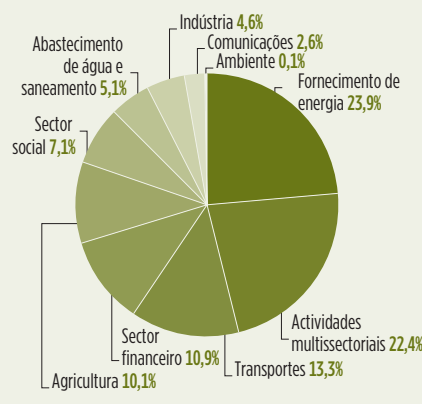


Gráfico 3.14 África Austral: Aprovações cumulativas de créditos e subsídios do Grupo do Banco por sector, 1967-2010



O Grupo do Banco iniciou as suas operações na sub-região em 1969. As aprovações cumulativas de créditos e subsídios do Grupo do Banco para a África Austral durante o período de 1969 a 2010 totalizaram 10,90 mil milhões de UC, que representam 19,5% de todas as aprovações cumulativas para o continente. A África do Sul recebeu a maior parcela, seguindo-se o Botsuana, Moçambique, Zâmbia, Madagáscar, Malavi, Maurícia, Zimbabué, Angola, Lesoto, Suazilândia e Namíbia. Em termos de distribuição sectorial, as infra-estruturas receberam a maior parcela de aprovações cumulativas (44,9%), seguindo-se as actividades multisectoriais (22,4%), o sector financeiro (10,9%),

a agricultura e desenvolvimento rural (10,1%), o sector social (7,1%), a indústria, exploração de minas e pedreiras (4,6%), e o ambiente (0,1%) (ver Gráfico 3.14).

África Central

A sub-região da África Central é composta por sete países: Camarões, Chade, Gabão, Guiné Equatorial, República Centro-Africana, República Democrática do Congo (RDC) e República do Congo. O Gabão e a Guiné Equatorial são os únicos dois países elegíveis como mutuários da linha de crédito do BAD. Os outros cinco países só podem candidatar-se a recursos do FAD, à excepção dos projectos para o sector privado e do tipo “projecto enclave”. Em 2010, a sub-região recebeu 234,6 milhões de UC, o que representa 6,4% do total de aprovações de créditos e subsídios do Grupo do Banco para as cinco sub-regiões. O total de aprovações para esta sub-região em 2010 registou uma queda de 14,7% face aos níveis de 2009.

Os cinco países que beneficiaram de aprovações de créditos e subsídios em 2010 foram a República Democrática do Congo, 158,3 milhões de UC; os Camarões, 71,7 milhões de UC; o Congo, 3,4 milhões de UC; o Chade, 0,7 milhões de UC; e o Gabão, 0,5 milhões de UC (ver Anexo II-7). A República Democrática do Congo

beneficiou das duas maiores aprovações para projectos, nomeadamente para o Projecto Prioritário de Segurança Aérea (88,6 milhões de UC) e o Projecto de Electrificação de Zonas Semi-Urbanas e Rurais (69,69 milhões de UC). Os Camarões receberam financiamento para quatro projectos mais pequenos em vários sectores, nomeadamente: o Projecto da Central Eléctrica de Dibamba; o Projecto de Abastecimento de Água Potável e Saneamento às Comunidades Rurais; o Projecto de Reforço e Extensão da Rede de Transporte e Distribuição de Electricidade; e o Projecto de Apoio à Modernização do Sistema de Recuperação dos Solos e do Ambiente de Negócios. O Congo beneficiou de financiamento para um projecto multisectorial: o Apoio Institucional à Melhoria do Ambiente de Negócios e da Diversidade da Economia Congoleza.

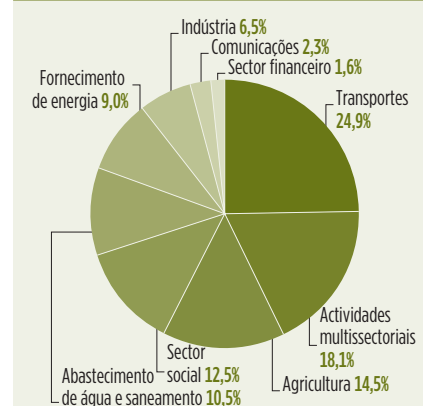
A distribuição sectorial das aprovações concedidas em 2010 à sub-região da África Central é semelhante à das outras sub-regiões, na medida em que o sector mais beneficiado foi o das infra-estruturas, com 223 milhões de UC (95%). Deste montante, o subsector da energia recebeu 124,4 milhões de UC (55,8%); os transportes, 88,6 milhões de UC (39,7%); e o abastecimento de água e saneamento,

10 milhões de UC (4,5%). A distribuição das aprovações pelos restantes sectores foi a seguinte: actividades multisectoriais, 10,4 milhões de UC (4,4%); agricultura e desenvolvimento rural, 0,7 milhões de UC (0,3%); e sector social, 0,5 milhões de UC (0,2%).

As aprovações cumulativas de créditos e subsídios concedidos pelo Grupo do Banco à África Central durante o período de 1967 a 2010 ascenderam a 4,73 mil milhões de UC, o que representa 8,5% do total das aprovações cumulativas para o continente. A República Democrática do Congo recebeu a quantia mais elevada, a que se seguiram o Gabão, os Camarões, o Chade, o Congo, a República Centro-Africana e a Guiné Equatorial.

A distribuição sectorial deste montante cumulativo mostra que as infra-estruturas receberam a maior tranche (46,7%), seguindo-se as actividades multisectoriais (18,1%), a agricultura e desenvolvimento rural (14,5%), o sector social (12,5%), a indústria, exploração de minas e pedreiras (6,5%) e o sector financeiro com 1,6% (ver Gráfico 3.15). Esta distribuição confirma que o Banco mantém o seu enfoque operacional nos sectores que irão trazer mais vantagens económicas para o continente.

Gráfico 3.15 África Central: Aprovações cumulativas de créditos e subsídios do Grupo do Banco por sector, 1967-2010



4

Capítulo quatro Gestão e reformas institucionais

Reformas institucionais
Análise da conformidade e mediação
Avaliação das operações
Auditoria interna
Integridade e anticorrupção
Serviços jurídicos
Gestão e desenvolvimento de conhecimentos
Gestão das tecnologias da informação e da
comunicação
Gestão de recursos humanos
Aprovisionamento e gestão financeira
Comunicações e relações externas
Serviços de adjudicação institucionais
Tribunal Administrativo
Gabinete de Ética
Gabinete do Provedor

Ao longo do ano em análise, o Grupo do Banco prosseguiu firmemente a implementação das suas reformas institucionais com vista a melhorar o seu desempenho institucional, a qualidade das suas operações e a eficácia da sua ajuda ao desenvolvimento. O Banco também prosseguiu o seu objectivo de se tornar na principal instituição de ajuda ao desenvolvimento para o continente, num centro de excelência para o conhecimento e investigação e numa voz destacada na defesa das questões africanas em matéria de desenvolvimento. Este capítulo apresenta o programa elaborado pelo Banco nas diversas áreas funcionais para a realização destes objectivos estratégicos.

REFORMAS INSTITUCIONAIS

O Banco fez bons progressos em todas as áreas da reforma institucional, estabelecida sob a agenda fundamental de reformas de 2007. A implementação destas reformas em 2010 alcançou o seguinte: (1) melhorou a coordenação e reforçou a monitorização e a gestão do desempenho institucional; (2) aumentou a eficácia operacional ao aperfeiçoar a estrutura organizacional do Banco e ao reforçar os escritórios de representação (ER); e (3) integrou o processo da reforma orçamental, aumentando a descentralização da gestão orçamental.

Melhor coordenação e desempenho institucional

O lugar do Chefe de Operações (COO) e o reforço do Comité de coordenação da gestão sénior (SMCC) são cruciais para a coerência e a coordenação global e a eficácia optimizada do Banco. Ajudou a alinhar os recursos com as prioridades estratégicas e aumentou a eficácia da monitorização e gestão do desempenho institucional. O SMCC garante que as funções do Grupo do Banco operam com eficiência e eficácia optimizadas e desempenha um papel de charneira na arbitragem da afectação de recursos pelos vários complexos em consonância com as prioridades estratégicas. O Comité também conduz a análise das estratégias, políticas, procedimentos e directrizes institucionais aplicáveis a todo o Grupo do Banco. Desta forma, o SMCC tornou-se num fórum importante no que respeita à partilha de informação entre os dirigentes de topo, bem como à moni-

torização do desempenho, formação de consensos e coordenação. Uma das iniciativas fulcrais coordenadas pelo SMCC em 2010 foi a Análise da estrutura de gestão do risco do Banco.

A coordenação de uma implementação eficaz e o enfoque sustentado nas reformas institucionais confirmadas pelo Conselho de Governadores em 2010, conforme previsto nas Matrizes de compromisso do GCI-VI e da FAD-XII, são algumas das prioridades fundamentais do Gabinete do COO.

Na sequência das recomendações apresentadas pelo Grupo de trabalho acerca da avaliação da eficácia do processo de aprovação e análise das operações, a Administração prosseguiu em 2010 com o reforço das funções do Comité de operações (OpsCom). O OpsCom foi estabelecido em 2006 e supervisiona os processos de aprovação e análise das operações, por forma a apurar a selectividade estratégica das operações do Grupo do Banco. O Banco reforçou a capacidade do Secretariado do OpsCom através da nomeação de um director, aumentando simultaneamente a afectação de colaboradores de topo. O OpsCom também intensificou os seus esforços para garantir uma maior qualidade ao nível da concepção das operações, incluindo um alinhamento acrescido das suas orientações através das decisões e recomendações do Conselho, e ao reforçar a avaliação pelos pares a montante e as estruturas de equipas nacionais.

Reformas orçamentais

Em Janeiro de 2010, o Banco lançou o sistema de orçamentação em Unidades de Conta (UC), que representa um componente fundamental da Fase II das reformas orçamentais em curso. A orçamentação em UC aumentou a descentralização da gestão orçamental, dado que a responsabilidade pela gestão dos recursos financeiros é delegada nos gestores, incumbidos de tomar decisões orientadas para obter resultados.

Com o advento da orçamentação em UC, o Banco suspendeu o Controlo do efectivo do pessoal. Contudo, em forma de controlos de compensação, o Banco introduziu um processo mais rigoroso de planeamento do pessoal e estabeleceu Rácios de custos fixos (FCR). Os Planos anuais de pessoal e os FCR destinam-se a fortalecer o alinhamento do número de efectivos, competências, experiências, níveis de ensino e perfis em relação às necessidades do programa de trabalho, tendo em conta a contenção de custos. O novo sistema empossou os gestores e facilita a sua responsabilização, mantendo ao mesmo tempo um nível adequado de controlo por parte dos dirigentes de topo.

Descentralização

O Banco deu continuidade ao seu processo de descentralização, integrando escritórios de representação com pessoal suficiente, bem equipados e eficazes. No final do ano de 2010, o Banco havia já assinado acordos com os países de acolhimento que visavam os seus 26 escritórios de representação, 23 dos

Quadro 4.1

KPI para a eficácia institucional em 2010

Indicadores fundamentais de desempenho (KPI)	Unidade	2009	Dez. 2010	Meta para 2010	Progresso	Visão geral
I- Recursos humanos						
Índice de equilíbrio de género (colaboradores NP)	%	26	27	27	✓	As tendências no domínio do Índice de equilíbrio de género continuam a ser positivas. A descentralização de colaboradores NP tem de ser acelerada.
Colaboradores NP dos escritórios de representação †	%	27	26	30	+	
II- Gestão de carteiras e eficiência dos processos						
<i>Desembolsos</i>						
Taxa de desembolsos do Grupo do Banco (apenas investimento)	%	28	19	30		Em termos gerais, o desempenho no domínio das taxas de desembolso abrandou. Os processos internos estão a ser analisados para identificar áreas a serem melhoradas.
Taxa de desembolsos públicos do BAD		32	20	20	✓	
Taxa de desembolsos privados do BAD*		67	34	50	+	
Taxa de desembolsos do FAD		18	17	20	+	
Projectos em risco	%	31	34	40	✓	As actividades de supervisão no que respeita às operações do Banco aumentaram, levando a um impacto positivo discernível na qualidade das carteiras.
Operações supervisionadas duas vezes por ano	%	58	62	40	✓	
Elaboração pontual de PCR (conclusão do projecto com PCR no prazo de 12 meses)	%	91	91	75	✓	
Taxa de empréstimos em incumprimento	%	1,34	0,76	<5	✓	
Média ponderada de notação de <i>rating</i> de risco (WARR) (apenas não soberanos)	Classificação				✓	
Tempo decorrido entre a aprovação e o primeiro desembolso	Meses	11,01	12,04	12	✓	É necessário continuar a integrar os processos internos para melhorar este indicador.
III- Resultados operacionais						
Produtos de gestão do conhecimento						
Documentos de estratégia nacional (CSP)	Número	26	23	25	✓	No final de 2010, todos os produtos planeados encontravam-se na fase final de preparação.
Análises de carteira nacionais (CPR)	Número	21	14	22	+	
Estudos económicos e sectoriais (ESW) formais	Número	60	62	42	✓	

Fonte: Departamento de programação e orçamento (COBS) do GBAD

Notas:

✓ Os progressos são satisfatórios

✗ Os progressos são insatisfatórios

† Representa uma percentagem dos colaboradores NP operacionais

* Os Indicadores de desembolsos do sector privado são calculados exclusivamente com os dados extraídos do SAP

quais estão totalmente equipados e em pleno funcionamento com perfis de colaboradores distintos. Em 2010, foi efectuada uma revisão geral da Matriz de delegação de poderes, autorizando, subsequentemente, os escritórios de representação a negociar, assinar e administrar créditos, gerir carteiras, supervisionar projectos e a dialogar com PMR e parceiros. Por forma a reafirmar o compromisso e alargar os benefícios a obter a partir do processo de descentralização, o Banco está a aperfeiçoar o plano de implementação através de um roteiro de descentralização a ser aprovado em 2011. Os objectivos do roteiro

consistem em melhorar os serviços prestados aos clientes nos PMR, com base em três pilares: (1) reforçar os escritórios de representação, aumentando as suas responsabilidades no que respeita à gestão de carteiras e à implementação, bem como o trabalho analítico expandido para apoiar o diálogo político; (2) expandir a presença do Banco em países frágeis para melhorar a gestão de carteiras e enfrentar a fraca capacidade governamental; e (3) consolidar a capacidade regional ao estabelecer cinco Centros de serviços regionais. O objectivo final é melhorar a carteira do Grupo do Banco, reforçar o trabalho analítico

e providenciar aos clientes uma assistência à medida das suas necessidades.

Processos de negócio operacionais

No âmbito dos melhoramentos em curso relativos aos processos de negócio operacionais, o Banco efectuou, em 2010, um exercício organizacional de aperfeiçoamento, para criar e fortalecer as unidades responsáveis por uma maior incidência do enfoque estratégico do Banco, reforçando o seu mandato e orientando a sua agenda de Gestão orientada para os resultados. O exercício de aperfeiçoamento incluiu: estabelecer o Departamento de energia, ambiente e

alterações climáticas (ONEC) e o novo Escritório de estratégia (STRG) no seio da Presidência, bem como colocar o Departamento de qualidade e resultados (ORQR) sob a supervisão do COO.

O exercício de aperfeiçoamento, juntamente com o processo de descentralização, levaram a melhoramentos consideráveis numa série de Indicadores fundamentais de desempenho (KPI) do Grupo do Banco para 2010 (ver Quadro 4.1). Por exemplo: (1) melhor gestão de carteiras, supervisão, aprovisionamento, gestão financeira e qualidade das carteiras; (2) diálogo reforçado com os PMR e uma coordenação mais estreita com outros parceiros de ajuda ao desenvolvimento, em consonância com os compromissos da Declaração de Paris sobre a eficácia da ajuda ao desenvolvimento e da Agenda para a Acção de Accra; e (3) pontualidade na entrega de alguns produtos fundamentais no domínio do conhecimento, tais como Documentos de estratégia nacional e ESW. Porém, determinadas derrapagens nos KPI suscitaram algumas preocupações, tais como baixas taxas de desembolso e a necessidade de acelerar os níveis de colaboradores de nível profissional (NP) nos escritórios de representação. Neste contexto, os processos institucionais internos continuam sob análise, por forma a identificar as limitações que têm de ser consideradas e as áreas a serem melhoradas.

Reforço da capacidade de gestão do risco

Com base no crescente volume de operações do sector privado, tanto nos países do BAD como do FAD, e na sequência do Sexto aumento de capital geral do Banco (GCI-VI), o Banco fez do reforço da sua capacidade de gestão do risco uma das prioridades fundamentais. Deste modo, o Banco está a dar passos no sentido de integrar a gestão do risco nas suas operações, de uma forma sistemática e holística. Durante o ano, o Banco deu o primeiro passo significativo no sentido de desenvolver a Estrutura de gestão do risco do Banco. O objectivo é reforçar a estrutura

de governação do risco do Banco no que respeita ao processo de aprovação de créditos e riscos de operações à medida que o tamanho da carteira cresce e a parcela de operações do sector privado diminui.

ANÁLISE DA CONFORMIDADE E MEDIAÇÃO

O Grupo do Banco criou o Mecanismo de análise independente (IRM) para promover a responsabilização nas suas operações. O IRM está mandatado para examinar as reclamações das partes negativamente afectadas por qualquer operação financiada pelo Banco e aplicar soluções adequadas através da análise da conformidade ou da mediação. A análise examina se foram infligidos danos a pessoas e/ou ao ambiente em resultado do incumprimento das políticas e dos procedimentos do Banco. Além disso, recomenda soluções que o Banco pode executar através de melhorias nos projectos que são objecto de reclamação, bem como nos seus sistemas e procedimentos internos. A mediação facilita o diálogo entre os requerentes, o Banco e qualquer outra parte interessada, de forma a encontrar soluções aceitáveis para as reclamações dos queixosos.

Na sequência da análise da estrutura e do processo do IRM de 2009/2010, os Conselhos de Administração aprovaram alterações fundamentais às Regras do IRM. As Regras alteradas reforçam a independência do mecanismo ao permitir:

- que o Director da Unidade, que administra o IRM, seja nomeado pelo Presidente em consenso com os Conselhos;
- que os Painéis de Análise da Conformidade incluam os três Especialistas do IRM nomeados pelos Conselhos por um período não renovável de cinco anos;
- a facilitação de acessibilidade aos IRM, autorizando que os queixosos submetam os seus pedidos ao mecanismo por qualquer meio à sua disposição;
- uma maior eficácia do processo de análise, dando à Administração do Banco

a oportunidade de submeter um plano de acção em resposta para abordar as instâncias de incumprimento e atenuar os danos provocados.

Foram recebidas duas novas reclamações em 2010. A primeira está relacionada com o Projecto de auto-estrada Marraquexe-Agadir, em Marrocos, nomeadamente no que respeita à compensação pelos danos causados aos terrenos agrícolas, casas e acesso à terra e à água. Esta reclamação tem sido tratada através de um exercício de resolução de problemas. A segunda está relacionada com o Projecto de energia de Medupi, na África do Sul, e diz respeito a assuntos climáticos, ambientais, sociais e de aprovisionamento. Esta reclamação foi registada para ser analisada à luz da conformidade.

No que respeita as reclamações submetidas ao IRM nos anos anteriores, os Projectos da central hidroeléctrica e interligações de Bujagali, no Uganda, continuam a ser objecto de monitorização do IRM. Relativamente às duas reclamações recebidas relativas ao Projecto da central hidroeléctrica Gibe III na Etiópia, as preocupações acerca do impacto negativo no Lago Turkana e dos meios de subsistência das pessoas que vivem ao longo do lago foram tratadas através da resolução de problemas. O caso relativo ao impacto do Gibe III na bacia do rio Omo, na Etiópia, e aos assuntos de aprovisionamento, foi registado para a análise de conformidade. No entanto, este foi encerrado, uma vez que o Banco já não financia o projecto. Analogamente, o caso referente ao Projecto da central de energia de ciclo combinado no Egipto foi encerrado, devido à realocação do projecto.

Em 2010, o Banco organizou workshops sub-regionais e sessões comunitárias e participou em seminários internos, workshops nacionais e programas de formação regionais a fim de dar a conhecer o IRM. Todas as informações sobre o IRM, incluindo as suas funções, actividades e reclamações registadas, estão publicadas no sítio Web do Banco (www.afdb.org/irm).

AVALIAÇÃO DAS OPERAÇÕES

Em 2010, foi realizado um vasto leque de actividades de avaliação. Uma importante avaliação independente do sistema de supervisão de operações do Banco concluiu que o mesmo tinha de ser revisito. Estas recomendações foram aceites pelos gestores num programa de reformas. Foram iniciadas outras avaliações importantes em 2010, cujos relatórios serão publicados no início de 2011. Estes incluem avaliações das operações baseadas na política do Banco, do apoio aos países frágeis e da implementação da Declaração de Paris.

Em 2010, o Banco, em conjunto com os principais doadores, completou uma análise quantitativa da assistência prestada pelos doadores à gestão das finanças públicas em África. Foram igualmente concluídas as avaliações de projectos que abrangem as operações nos subsectores da energia, do transporte e da água, gestão dos recursos naturais e o desenvolvimento da capacidade institucional.

O Departamento de avaliação de operações também efectuou várias análises, que incluíam estudos de síntese de lições retiradas dos Relatórios de conclusão do projecto (PCR) e dos Relatórios de supervisão expandida (XSR) para as operações do sector privado, e uma análise global dos dados de avaliação sobre a integração das questões de género. Na secção “Desenvolvimento de conhecimentos a partir das actividades operacionais” do Capítulo 2 figura um resumo dessas análises.

O departamento organizou igualmente seminários e workshops por forma a melhorar a capacidade de avaliação. Foi realizada, por exemplo, uma sessão de formação para os colaboradores do Banco sobre a avaliação das operações do sector privado. Além disso, o Banco apoiou um seminário de avaliação destinado às partes interessadas no sector hídrico de Marrocos e desenvolveu programas de intercâmbio em conjunto

com parceiros de ajuda ao desenvolvimento, tais como o Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB). O Banco está igualmente a apoiar um programa global para estabelecer Centros regionais de aprendizagem de avaliação e resultados (CLEAR), o que respeita firmemente o enfoque da instituição no desenvolvimento dos conhecimentos, e a criar centros regionais de excelência na avaliação.

AUDITORIA INTERNA

Em conformidade com o seu mandato, o Departamento de auditoria interna presta serviços de consultoria e de garantia da qualidade, independentes e objectivos, para as operações, as actividades financeiras e as actividades administrativas institucionais do Grupo do Banco. Ao fazê-lo, oferece uma garantia razoável ao Conselho e aos dirigentes de topo de que os recursos internos do Banco e os afectados às actividades operacionais estão a ser salvaguardados de forma adequada e utilizados de forma eficiente e eficaz de acordo com os objectivos do Banco e em conformidade com as normas e políticas relevantes. O departamento adopta uma metodologia de identificação de actividades fundamentais e auditáveis do Banco, avaliando os riscos inerentes e determinando a frequência em que estas actividades devem ser auditadas. O Programa Anual de Trabalho do departamento oferece uma garantia razoável ao Conselho e à Administração de cumprir as responsabilidades da auditoria interna, dentro das limitações dos recursos disponíveis.

A auditoria interna mantém um programa de garantia da qualidade, que consiste em avaliações de qualidade internas e externas, entre outros. A avaliação de qualidade externa é efectuada de cinco em cinco anos. Em Novembro de 2010, foi realizada uma avaliação de qualidade externa pelo Instituto de Auditores Internos, que resultou na atribuição da mais elevada notação pelo Instituto à auditoria interna do Banco. Isto vem

confirmar que o departamento realiza as suas actividades de acordo com as Normas Internacionais para o Exercício Profissional da Auditoria Interna.

Em 2010, o Banco conduziu: 12 auditorias a complexos financeiros e institucionais, 20 auditorias a fundos fiduciários e de subsídios, 10 auditorias a projectos nos PMR e seis auditorias em escritórios de representação/regionais. Foram executadas três auditorias especialmente solicitadas e serviços de consultoria.

INTEGRIDADE E ANTICORRUPÇÃO

Dentro do contexto da iniciativa de 2010 do Banco para aperfeiçoar a sua estrutura organizacional, a função Integridade e Anticorrupção, que anteriormente fazia parte do Gabinete do Auditor-Geral, foi convertida num departamento em separado. Ao longo do ano, o departamento testemunhou um aumento superior a 100% no número do seu pessoal de inquérito, em comparação com 2009. Actualmente, o departamento possui seis investigadores principais e três investigadores seniores.

Durante o ano de 2010, o Banco recebeu 35 reclamações. Todas elas foram analisadas. Vinte e uma foram encerradas, duas delas resultando na exclusão de uma empresa e dois indivíduos. No final do ano, as acções sancionárias no que respeita à recomendação da função para excluir outra empresa e um indivíduo ainda estavam em curso, tais como 16 outras investigações.

Relativamente às actividades de prevenção, o enfoque estava na exploração da utilização de novas tecnologias de investigação e no desenvolvimento de um sistema de alerta para a detecção preventiva de potenciais casos de fraude e corrupção em projectos financiados pelo Banco. Além disso, durante o ano em análise, o Banco realizou um workshop, destinado a sensibilizar os beneficiários

de projectos, funcionários governamentais, colaboradores do Banco e ONG, em matéria de fraude e corrupção.

Em 2010, o Banco aderiu ao Banco Mundial, Banco Asiático de Desenvolvimento, Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento ao assinar o “Agreement for Mutual Enforcement of Debarment Decisions” (Acordo de execução mútua de decisões de exclusão). Este acordo estabelece um sistema em que a conformidade e as medidas de execução das sanções, realizadas por uma instituição participante, podem ser reforçadas mutuamente por terceiros, aumentando substancialmente os esforços de qualquer uma das instituições para deter e prevenir práticas de corrupção. Deste modo, o departamento concentrou-se no desenvolvimento de políticas, processos e procedimentos necessários para implementar o acordo juntamente com instituições congéneres.

Por forma a melhorar a gestão global de investigações, o Banco concluiu a análise de sistemas comerciais alternativos e disponíveis no mercado para substituir o actual sistema de gestão de casos. Além disso, o departamento desenvolveu uma estratégia de comunicação para uma maior sensibilização geral dos desafios de integridade e anticorrupção, tanto dentro como fora do Banco. Em conformidade com as boas práticas, o Banco está a considerar a externalização da linha directa para denúncia de irregularidades para um prestador de serviços independente.

SERVIÇOS JURÍDICOS

A reestruturação dos Serviços jurídicos do Banco, efectuada em 2009, reforçou a capacidade da instituição para atenuar os riscos crescentes da sua cada vez maior carteira de créditos não soberanos. Deste modo, durante o ano de 2010, o departamento empenhou-se proactivamente nas negociações e na conclusão do Sexto aumento de capital geral do Banco (GCI-VI)

e do processo de consulta da FAD-XII. O Banco desenvolveu um processo inovador, constituído por quatro etapas, para garantir a afectação de todas as acções do GCI-VI, permitindo que os seus países membros subscrevessem o completo aumento geral de capital, mitigando assim o risco de atrasos na subscrição de capital, que ocorrera anteriormente. O Banco reviu igualmente as Regras de Transferência de Acções, por forma a permitir que os países membros continuassem, tanto quanto possível, a preservar os seus direitos de preempção na qualidade de accionistas do Banco.

Os Serviços jurídicos aconselharam e recomendaram o Conselho de Governadores relativamente ao aumento do número de Directores Executivos no Conselho de Administração, nos termos do artigo 33.º do Acordo do Banco, por forma a melhorar a governação do Banco.

Ao longo do ano, além de prestar o seu apoio regular às operações do Banco e às suas transacções com e sem garantia soberana, os Serviços jurídicos alcançaram os seguintes resultados:

- prestaram auxílio na elaboração de contratos para a reabilitação da sede em Abidjan e no leasing ou aquisição de imóveis para escritórios de representação;
- resolveram favoravelmente as reclamações do Banco no que respeita ao investimento devido num instrumento de investimento reestruturado;
- prestaram auxílio na implementação do programa de contracção de créditos do Banco, incluindo a conclusão com êxito de várias emissões de obrigações socialmente responsáveis;
- aconselharam o Banco a aprovar o segundo produto de gestão do risco a favor de um mutuário;
- negociaram e elaboraram documentos para uma série de novos fundos multilaterais, incluindo o Fundo Fiduciário Multidoador do Zimbabué e vários fundos para o clima;
- elaboraram uma política para o Banco sobre os governos de facto, fornecen-

do orientações claras sobre como lidar com eles;

- aconselharam o Conselho de Administração a analisar e reformar o Mecanismo de análise independente e a Unidade de Análise da Conformidade do Banco; e
- aconselharam acerca da estruturação e implementação do Departamento para a integridade e anticorrupção e facilitaram a elaboração e a implementação com BMD terceiros do “Agreement for Mutual Enforcement of Debarment Decisions” (Acordo de execução mútua de decisões de exclusão) contra empresas que confirmadamente demonstrem uma má conduta em relação ao provisionamento.

GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE CONHECIMENTOS

Investigação sobre o desenvolvimento

Ao longo de 2010, realizaram-se progressos significativos em termos de aumento da visibilidade, através da integração do desenvolvimento dos conhecimentos nas operações do Grupo do Banco. Este impulso estratégico, que consiste numa abordagem ao nível da instituição abrangendo vários departamentos, inclui as seguintes actividades:

- efectuar uma investigação de alta qualidade para dar origem a um entendimento mais profundo dos desafios do desenvolvimento com que o continente se defronta;
- reforçar as capacidades estatísticas e as plataformas de conhecimento do Banco, para as quais concebeu e manteve um Portal de Dados para facilitar o acesso *online* às suas bases de dados estatísticas;
- promover a rede de economistas através de uma interacção mais frequente e de um intercâmbio de conhecimentos profissionais (seminários, workshops) para melhorar a qualidade dos produtos no domínio do conhecimento; e

- aumentar a colaboração com os Complexos de operações, em particular na preparação de produtos no domínio do conhecimento relacionados com os estudos económicos e sectoriais (ESW).

Com base na dinâmica conseguida através de actividades de resposta à crise em 2009, o Banco contribuiu significativamente em 2010 para o diálogo político nos PMR, apoiando analítica e politicamente as actividades do Comité de dez (C-10) ministros das Finanças e governadores de bancos centrais africanos. Este apoio também ajudou a criar um consenso pelo qual a voz de África pôde ser claramente ouvida em fóruns internacionais fundamentais, tais como a terceira Conferência da KOAFEC (Cooperação Económica Coreia-África) em Setembro de 2010 e a Cimeira do G-20 realizada em Novembro de 2010 na Coreia.

As actividades do Banco no domínio do conhecimento, realizadas ao longo do ano, também contribuíram para melhorar a qualidade conceptual das operações do Banco, através da implementação do quadro *ex ante* Avaliação da adicionalidade e dos resultados do desenvolvimento (ADOA). Este exercício levou à criação de uma plataforma para avaliar comparativamente os resultados do desenvolvimento e aumentar a eficácia da instituição em termos de desenvolvimento.

O Banco também efectuou melhorias significativas na qualidade dos seus relatórios de referência, tais como as *Perspectivas Económicas em África* (PEA), o *Relatório de Desenvolvimento Africano* (RDA) e o *Relatório sobre a Competitividade em África* (RCA). Com o Banco como parceiro de primeiro plano, as PEA abrangem agora virtualmente todo o continente (50 países) e continuam a fornecer análises económicas de alta qualidade e estatísticas comparativas sobre os desenvolvimentos relacionados com a economia, a sociedade e a governação nas economias africanas, oferecendo igualmente uma avaliação das perspectivas a curto prazo.

As PEA encontram-se agora no décimo ano e tornaram-se uma fonte de autoridade de informações para as instâncias de decisão, tanto em África como globalmente. O leque de leitores é constituído por organizações de ajuda ao desenvolvimento, organizações da sociedade civil, instituições académicas e partes interessadas nos sectores privados e sem fins lucrativos, que necessitam de informações fidedignas e actualizadas sobre os avanços económicos, sociais e políticos em África. Por conseguinte, as PEA, o RCA e o RDA ajudaram a posicionar o Grupo do Banco enquanto banco de referência na área do conhecimento em África.

A quinta Conferência económica africana (AEC) decorreu em Tunes, Tunísia, nos dias 27 a 29 de Outubro de 2010 sobre o tema: “Estabelecer a agenda para a recuperação económica e o crescimento a longo prazo de África”. A Conferência contou com 360 participantes, incluindo académicos, decisores políticos, homens de negócios e técnicos do desenvolvimento africanos e não só. Em conformidade com a Estratégia de gestão e desenvolvimento de conhecimentos 2008-2010 do Banco, a AEC reúne as condições para reforçar as capacidades, bem como para gerar conhecimento e partilhar objectivos do Banco e combina a partilha de conhecimentos técnicos com o diálogo político ao mais alto nível.

Actividades de reforço de capacidades e de formação em PMR

Ao longo do ano, as actividades nesta área apoiaram dois pilares fundamentais da Estratégia de Reforço de Capacidades (RC) do Grupo do Banco, nomeadamente: *Pilar 1*: aumentar a eficácia do desenvolvimento das operações do Grupo do Banco e *Pilar 2*: reforçar as capacidades dos PMR no que respeita à concepção de políticas e gestão de desenvolvimento. Nos termos do Pilar 1, o Banco realizou 11 workshops sobre os temas seguintes: (1) Regras e procedimentos do Banco; (2) Planeamento para melhorar o desempenho de projectos; (3) Monitorização e avaliação de projectos; (4) Estratégias

para acelerar a redução da pobreza; (5) Gestão cíclica de projectos; e (6) Afectação baseada no desempenho de recursos do BAD e do quadro de sustentabilidade da dívida (PBA/DSF). Nos termos do Pilar 2, o Banco realizou 28 seminários e workshops para reforçar as capacidades dos decisores políticos, por forma a conceberem e implementarem eficazmente as próprias políticas económicas e participarem no diálogo político. No cômputo geral, um total de 1.395 participantes assistiram aos seminários e workshops do Banco realizados nos termos dos Pilares 1 e 2 da Estratégia RC.

Entre os seminários e workshops realizados nos termos do Pilar 2, alguns foram ministrados ao abrigo de acordos de parcerias. Um desses acordos foi a plataforma de Parceria conjunta para África (JPA), entre o Instituto do FMI e o Banco, que prosseguiu a parceria de longa data estabelecida em 1999 sob o Instituto Multilateral de África no âmbito da realização de seminários e workshops. Em 2010, foram realizados 21 seminários em Tunes e outros locais em África no âmbito da nova plataforma de JPA, 11 dos quais foram conduzidos pelo Instituto do FMI, enquanto o Banco assumiu a liderança na organização dos restantes 10. Analogamente, chegou-se a um acordo com o Instituto do Banco Mundial, que fez com que um workshop fosse realizado em Tunes, em Novembro de 2010, sobre o tema “Escolhas estratégicas para as reformas da educação em África”. Além disso, o Banco, em parceria com o Boston College, apresentou em Tunes um Programa de formação de executivos sobre a Construção de universidades de classe mundial para presidentes, vice-reitores e reitores de universidades africanas. A Harvard Kennedy School, em parceria com o Banco, realizou igualmente um seminário no Ruanda sobre “TIC e educação”.

Em Outubro de 2010, o Banco lançou um Sistema de aprendizagem e gestão de talentos. Esta plataforma de formação e ensino à distância foi concebida para disseminar mais amplamente os produtos

no domínio do conhecimento do Banco e tornar o acesso às acções de formação mais rápido a qualquer participante registado no continente. Isto permitirá também ao Banco organizar cursos *online* e coordenar a assistência dos colaboradores do Banco, com base nas necessidades e pedidos dos PMR, através de *coaching*, assistência por meio de tutoriais e comunidades de aprendizagem.

Programa “Oradores eminentes”

O Programa “Oradores eminentes” foi lançado em 2006 pelo Banco com o objectivo de criar uma plataforma para partilhar pontos de vista em matéria de desenvolvimento de África, promovendo, deste modo, um diálogo sobre as opções políticas. Em 2010, três especialistas de renome efectuaram as suas apresentações no âmbito do programa. O primeiro foi o Professor Joseph Stiglitz, laureado com um Prémio Nobel em Ciências Económicas (2001), cuja apresentação foi sobre “Pós-crise financeira: opções para África”. O segundo orador foi o Professor Wole Soyinka, laureado com um Prémio Nobel em Literatura Inglesa (1986), que tomou como seu tema “O papel dos intelectuais africanos no desenvolvimento de África”. O orador final foi o Dr. Jean-Michel Severino, antigo Vice-Presidente responsável por Ásia no Banco Mundial, que apresentou o tema “Novos desafios na economia política de África”. Após as apresentações, foram realizados debates estimulantes com o público, incluindo o Corpo Diplomático em Tunes, Conselhos de Administração, os dirigentes de topo e os colaboradores.

Reforço das capacidades estatísticas e disseminação de dados de apoio à medição de resultados

As actividades estatísticas do Banco centram-se em: (1) reforçar as capacidades em 52 PMR (com apoio limitado à Somália através da participação em alguns workshops), cinco organizações sub-regionais e seis centros de formação regionais, (2) integração da medição dos resultados nas operações do Banco, incluindo o desenvolvimento do Portal de Dados (PD); e (3) aumentar as parcerias com outros doadores multila-

terais e bilaterais para a coordenação de actividades estatísticas na região. O Portal de Dados é um sistema baseado na Web que fornece a todos os colaboradores do Banco acesso directo *online* a um vasto leque de dados sobre a ajuda ao desenvolvimento geridos pelo Banco. Um sistema do Portal de Dados Fundamentais está a ser igualmente desenvolvido pelo Banco, que será disponibilizado aos PMR, por forma a reforçar a gestão de dados e os sistemas de disseminação nos respectivos países e facilitar o intercâmbio de dados entre estes e o GBAD.

Actividades para reforçar as capacidades estatísticas nos PMR

Durante o ano em análise, o Banco, juntamente com a Comissão da União Africana (CUA) e a Comissão Económica para África (CEA), desenvolveu a Estratégia para a harmonização das estatísticas em África (SHaSA), por forma a providenciar o quadro estatístico para a agenda de integração africana adoptado pela Cimeira da UA. A SHaSA foi aprovada e adoptada pelos Chefes de Estado e de Governo de África na Cimeira da UA em Julho de 2010, em Kampala. O Banco, a CEA, a UA e o PNUD também prepararam o relatório ODM 2010, “Assessing Progress in Africa toward the Millennium Development Goals” (Avaliação sobre os progressos em África em relação aos objectivos de desenvolvimento do milénio), que foi apresentado e aprovado na Cimeira da UA de 2010.

O Banco desempenhou um papel-chave na área das estatísticas sociais em 2010, onde:

- (1) mobilizou PMR para participar na Ronda de recenseamento da população e da habitação (RPHC) de 2010, incluindo a assistência no processamento e análise dos respectivos dados;
- (2) prestou auxílio no aumento da qualidade dos dados para monitorizar o progresso na realização dos ODM, com ênfase na utilização de dados produzidos a nível nacional em vez de basear-se exclusivamente em conjuntos de dados internacionais; e

- (3) em colaboração com outros parceiros, reanimou o Registo Civil e as Estatísticas Vitais (CRVS).

Em resultado destes esforços, pela primeira vez na história da realização dos recenseamentos, todos os PMR comprometeram-se em realizar a RPHC de 2010. A sua realização culminou, em Agosto de 2010, na primeira Conferência de ministros africanos responsáveis pelo CRVS, realizada em Addis Abeba, Etiópia. A conferência apresentou recomendações sobre como melhorar as informações do estado civil para uma administração pública eficiente e criação de estatísticas vitais para o desenvolvimento nacional e a monitorização dos ODM nos PMR.

O Banco auxilia os PMR no melhoramento da base de conhecimentos do nível do país no que respeita ao sector de infra-estruturas. Em cooperação com outros doadores, formulou um extenso programa de reforço de capacidades para melhorar as estatísticas de desenvolvimento agrícola e rural nos PMR e iniciou a concepção de uma base de dados para informar os gestores de políticas alimentares e agrícolas nos PMR. Além disso, durante o ano de 2010, o Banco trabalhou em conjunto com os PMR para melhorar os sistemas de informação estatística nas seguintes áreas: trabalho, saúde, educação, género, governação, ambiente e alterações climáticas.

Durante o ano em análise, o Banco prosseguiu a coordenação da iniciativa estatística global do Programa de Comparação Internacional (PCI) nos PMR. Além disso, auxiliou os PMR nas suas actividades de análise e recolha de dados relativos aos preços. O Banco também os ajudou a melhorar os seus sistemas das contas nacionais e, para esse efeito, elaborou a “Estratégia africana para a implementação do SNA08”. A estratégia foi adoptada por todos os PMR e a Comissão estatística das Nações Unidas e foi aprovada pela Cimeira da UA de 2010.

Caixa 4.1**Reforço das capacidades dos escritórios de representação**

No final do ano de 2010, 25 escritórios de representação (ER) já tinham sido directamente conectados aos serviços das Tecnologias de Informação (TI), incluindo videoconferência, alojados na ATR do Banco em Tunes. A gestão do fluxo de trabalho dos escritórios de representação está a ser alinhada com cada módulo de SAP estendido aos ER. Estes módulos incluem sistemas de aprovisionamento institucional, que permitem aos ER criar requisições de compra e notas de encomenda *online* para aprovação pelos representantes residentes. O ER do Uganda está a servir de teste.

O sistema de contratação de consultores do Banco foi alargado a oito ER em 2010. O sistema permite o registo *online*, pré-selecção, recrutamento e gestão de consultores em vários domínios. Nos ER de Burquina Faso, Costa do Marfim, Etiópia, Nigéria, Senegal e Uganda foi implementado um projecto-piloto para o cálculo de despesas de viagem e serviços de gestão, cuja implantação foi concluída em Dezembro de 2010. Além disso, os sistemas de TI nos ER foram actualizados, por forma a facilitar a elaboração de relatórios, apoiar novos produtos financeiros, equipar os ER com uma plataforma segura de desembolso e integrá-los melhor na ATR.

Numa tentativa de melhorar a rede de área alargada (WAN) e os serviços de telecomunicações, foram tomadas medidas destinadas a reduzir a latência nas comunicações da sede com os ER. O Banco instalou equipamento de videoconferência de alta definição, por forma a permitir que determinados ER possam efectuar sessões de videoconferência de qualidade com parceiros em todo o mundo. Ao longo de 2010, o Banco formou técnicos de TI, tanto nos ER como em Tunes, para melhorar e apoiar as competências necessárias para a nova tecnologia.

O Banco concedeu assistência financeira e orientação técnica para ajudar os PMR a melhorar os seus sistemas de processamento de dados, de armazenamento e de disseminação. Também foi concedida assistência na fomentação da exploração de dados existentes não utilizados ou subutilizados nos PMR.

Apoio estatístico para reforçar a eficácia operacional e os serviços financeiros do Banco

Para além do reforço das capacidades estatísticas nos PMR, o Banco prestou apoio estatístico à programação nacional e às actividades cíclicas de projectos. O objectivo é ajudar a integrar a medição dos resultados nas operações do Banco e garantir uma monitorização e avaliação (M&E) eficazes dos impactos da ajuda ao desenvolvimento resultantes destas operações e de programas nacionais de ajuda ao desenvolvimento. O processo de preparação de Perfis estatísticos nacionais (CStP) foi lançado em 2010 para abordar as questões dos dados para a M&E e fornecer os dados de base necessários para a programação nacional. Para esse efeito,

foram preparados nove CStP e um Perfil estatístico de integração regional (RISStP).

Outras iniciativas nesse sentido incluem: (1) a elaboração do Quadro estatístico para operações do Banco que, até agora, tem sido utilizado para conceber 11 projectos operacionais e sete projectos de governação, que possuíam componentes estatísticos substanciais; (2) o reforço da gestão dos dados e da disseminação ao lançar uma versão para a Internet do Portal de Dados, que facultava o acesso a utilizadores externos a mais de 800 indicadores; e (3) a organização de um workshop para os colaboradores dos bancos centrais dos PMR sobre a Base de dados da iniciativa para o mercado financeiro africano (AFMI), por forma a examinar métodos e conceitos para melhorar a qualidade dos dados e aumentar a taxa de resposta.

Reforço de parcerias estatísticas

Uma coordenação mais vasta das actividades estatísticas foi alcançada através do Comité de coordenação estatística africano (ASCC), presidido em conjunto pelo Banco e a CEA. Compreende as quatro

instituições regionais (GBAD, UA, CEA e ACBF); cinco organizações sub-regionais; seis Centros africanos de formação em estatística e determinados países africanos. O ASCC analisa mecanismos para atingir uma maior sinergia entre as instituições e disponibiliza um fórum para coordenar os programas estatísticos e actividades em vários países. O Banco estabeleceu igualmente parcerias sólidas com outras instituições bilaterais e multilaterais de ajuda ao desenvolvimento, para providenciar assistência técnica, financiamento, monitorização e supervisão de actividades estatísticas nos PMR. A rede de parceiros inclui o Banco Mundial, FMI, Paris21, CEA, PNUD, DFID, INSEE-França, ACBF, OIT, FAO, UNSD e OMS.

Publicações estatísticas

As seguintes publicações estatísticas de referência foram criadas pelo Banco em 2010: *African Statistical Journal (Gazeta Estatística de África)* (edições de Maio e Novembro); Sínteses de mercados sobre temas de desenvolvimento; *African Statistical Yearbook (Anuário Estatístico de África)*; *Gender, Poverty and Environmental Indicators (Indicadores*

Quadro 4.2

Rácio de colaboradores do Banco por país (gestores, pessoal de nível profissional e dos serviços gerais)
Em 31 de Dezembro de 2010

PAÍSES MEMBROS REGIONAIS	GESTORES E PROFISSIONAIS no activo em 31 de Dezembro de 2010							Quotas %	OUTROS COLABORADORES DO BANCO NO ACTIVO				
	Vice- Presidentes	Directores	Gestores	Outros NP	Escritórios de representação Colaboradores internacionais		Total NE/NP		% do total NP	Consultores de ED, SABD	SG regulares	Escritórios de representação Colaboradores locais	
					Rep. Res.	NP						NP	SG
África do Sul	1		1	6		1	9	0,94	4,584				4
Angola				3			3	0,31	1,165				
Argélia		1		8			9	0,94	4,005	1	5		2
Benim			2	26		1	29	3,02	0,195		23		
Botsuana				5			5	0,52	2,138	1			
Burquina Faso		1	2	22		1	26	2,71	0,427		24	4	10
Burundi		1	1	6	1	1	10	1,04	0,237	1	1		1
Cabo Verde				1	1		2	0,21	0,077		1	1	
Camarões		2	7	26	2	1	38	3,95	1,038		12	3	10
Chade	1		1	9			11	1,14	0,075	1	8	4	9
Comores				1			1	0,10	0,022				
Congo		1	1	7	1	1	11	1,14	0,453		2		
Costa do Marfim		2	2	58	1	5	68	7,08	3,714	1	144		
Egipto	1	1		10	1		13	1,35	5,127	2		3	7
Eritreia			1	1			2	0,21	0,092		1		
Etiópia			1	13		3	17	1,77	1,595	1	9	8	8
Gabão				6			6	0,62	1,199		2	3	5
Gâmbia			2	13	2		17	1,77	0,153			1	
Gana		1	4	22	1	2	30	3,12	2,278	1	28	6	8
Guiné			1	9		1	11	1,14	0,407	1	9		
Guiné Equatorial							0	0,00	0,160				
Guiné-Bissau				5		1	6	0,62	0,028			1	2
Jibuti			2	3			5	0,52	0,056				
Lesoto				2		1	3	0,31	0,159	1			
Libéria				1			1	0,10	0,194		5		
Líbia				1			1	0,10	3,848	2			
Madagáscar				8			8	0,83	0,649	1	1	4	10
Malavi				18			18	1,87	0,297	1	1	4	8
Mali		2	2	19	1	3	27	2,81	0,437	1	6	7	9
Marrocos		1		12	2		15	1,56	3,313	1	4	4	6
Maurícia			1	5	1		7	0,73	0,646				
Mauritânia		1		11		2	14	1,46	0,147		2		
Moçambique				2			2	0,21	0,631			5	9
Namíbia				1			1	0,10	0,339	1			
Níger			1	7		1	9	0,94	0,253		2		
Nigéria	1	1	7	32		2	43	4,47	8,858	2	22	5	10
Quênia		1	3	26	1	4	35	3,64	1,454		6	5	8
Rep. Centro-Africana			1	2		1	4	0,42	0,045			1	2
Rep. Dem. do Congo		1		2			3	0,31	1,043		4	6	10
Ruanda			1	13			14	1,46	0,133		3	3	9
São Tomé e Príncipe							0	0,00	0,068				
Seicheles				1			1	0,10	0,056				
Senegal		1	3	29	1	3	37	3,85	1,004		7	7	9
Serra Leoa		1	1	9			11	1,14	0,243	1	9	5	8
Somália				2			2	0,21	0,089				
Suazilândia				1			1	0,10	0,332	1			
Sudão			1	5			6	0,62	0,405				5
Tanzânia				15		1	16	1,66	0,819	1	2	6	8
Togo			1	8		2	11	1,14	0,158		9		
Tunísia		2	3	22			27	2,81	1,398		123		
Uganda		1	3	22	1	5	32	3,33	0,505		3	4	7
Zâmbia		1	2	15	2	3	23	2,39	1,259		1	3	6
Zimbabué	1	1	2	17		1	22	2,29	2,065	1	2		2
TOTAL REGIONAIS	5	24	60	568	19	47	723	75,23	60,072	24	481	103	192

Quadro 4.2 – Continuação

Rácio de colaboradores do Banco por país (gestores, pessoal de nível profissional e dos serviços gerais)
Em 31 de Dezembro de 2010

PAÍSES MEMBROS NÃO REGIONAIS	GESTORES E PROFISSIONAIS no activo em 31 de Dezembro de 2010								Quotas %	OUTROS COLABORADORES DO BANCO NO ACTIVO			
	Vice- -Presidentes	Directores	Gestores	Outros NP	Escritórios de representação Colaboradores internacionais		Total NE/NP	% do total NP		Consultores de ED, SABD	SG regulares	Escritórios de representação Colaboradores locais	
					Rep. Res.	NP						NP	SG
Alemanha			1	11		2	14	1,46	4,110				
Arábia Saudita				1			1	0,10	0,193				
Argentina				1			1	0,10	0,268				
Áustria				2			2	0,21	0,445	1			
Bélgica		1		6		3	10	1,04	0,640	1			
Brasil				1			1	0,10	0,443	1			
Canadá		1	1	24		2	28	2,91	3,744		2		
China				4			4	0,42	1,114	1			
Coreia				1			1	0,10	0,445	1			
Dinamarca		1		4			5	0,52	1,154				
Espanha			2	5			7	0,73	1,056	1			
EUA	1	4	5	25	1	4	40	4,16	6,605	2			
Finlândia				1			1	0,10	0,487	1			
França		2	5	49		3	59	6,14	3,744		10		
Índia		1		8		1	10	1,04	0,223	1	1		
Itália				7			7	0,73	2,414				
Japão			1	4			5	0,52	5,475				
Koweit							0	0,00	0,445				
Noruega		1		1			2	0,21	1,154				
Países Baixos				4			4	0,42	0,854				
Portugal				6			6	0,62	0,240	1			
Reino Unido		2	3	10		2	17	1,77	1,676	1	1		1
Suécia		1		2		1	4	0,42	1,540	1			
Suíça				9			9	0,94	1,462				
TOTAL NÃO REGIONAIS	1	14	18	186	1	18	238	24,77	39,931	13	14	0	1
TOTAL GLOBAL	6	38	78	754	20	65	961	100	100%	37	495	103	193
Número de colaboradoras por categoria		7	27	220	5	16	275			8	304	17	71
Percentagem de colaboradoras por categoria	0,00%	18,42%	34,62%	29,18%	25,00%	24,62%	28,62%			21,62%	61,41%	16,50%	36,79%

Fonte: GBAD, Departamento de gestão de recursos humanos.

Nota:

Membros eleitos, assistentes técnicos, consultores e colaboradores interinos de curto prazo não foram incluídos.



de género, pobreza e ambientais); AfDB *Statistics Pocket Book (Livro de bolso de estatísticas do GBAD)*; *MDGs Progress Report for Africa, 2010 (Relatório de progresso para África dos ODM)*; *Relatório anual do Grupo do Banco*; e *Compendium of Statistics on Bank Group Operations (Compêndio de estatísticas sobre as operações do Grupo do Banco)*. Além disso, foram elaborados cinco Estudos de mercado em 2010 com os dados do Banco, e 52 “Africa Economic & Financial Briefs” (Sínteses económicas e financeiras de África) foram amplamente disseminadas, tanto dentro como fora do Banco.

GESTÃO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO (TIC)

As principais actividades em 2010 concentraram-se na implementação do Plano de acção de renovação de TI, aprovado pelo Conselho em Outubro de 2009. O Plano de acção visa melhorar a infra-estrutura de TI do Banco e apoiar iniciativas estratégicas, tais como a descentralização, a agilização dos processos de negócio, gestão de recursos humanos, gestão financeira e gestão dos conhecimentos.

Ao longo do ano, foram efectuados melhoramentos na infra-estrutura de TI, nas áreas do desempenho e monitoriza-

ção da rede; instalação de Wi-Fi nos edifícios do Banco em Tunes; ligação remota de colaboradores aos sistemas centrais de TI do Banco; e conclusão da fase inicial do projecto de consolidação do servidor de ambiente Windows. No que respeita ao suporte de TI para estratégias e funções fundamentais do Banco, registou-se o seguinte progresso:

- **Processo de descentralização:** 25 escritórios de representação (ER) tornaram-se totalmente operacionais na rede de área alargada (WAN) do Banco através de VSAT, excepto para Angola. Foram efectuadas cópias de segurança automáticas dos dados de 20 ER diariamente. A videoconferência múltipla é possível com todos os ER, resultando na redução da lacuna de TI entre a sede e os ER. Em 2010, muitas actividades de TI em curso foram associadas para reforçar as capacidades dos ER e aumentar a produtividade dos colaboradores (ver Caixa 4.1).
- **Melhorias nos processos de negócio:** os sistemas de TI foram reforçados e melhorados para processar as operações financiadas por iniciativas como o Programa Global de Liquidez para o Comércio, o Fundo para a Floresta da Bacia do Congo e o Mecanismo de preparação de projectos de infra-estruturas no âmbito da NEPAD (NEPAD-IPPF). A primeira fase do projecto de

actualização de SAP avançou significativamente e a entrada em vigor da actualização técnica está programada para Fevereiro de 2011.

- **Gestão de Recursos Humanos:** o suporte de TI para a gestão de recursos humanos resultou no processamento centralizado de todos os salários dos ER, utilizando uma folha de pagamento com várias moedas. Além disso, foram implementados os sistemas electrónicos de recrutamento e de aprendizagem.
- **Gestão financeira:** o Banco está continuamente a otimizar e a proporcionar uma melhor integração dos seus principais sistemas financeiros, tais como SAP e SUMMIT. Os processos para a gestão de operações de fundos fiduciários foram igualmente automatizados.

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

O Banco continuou a progredir na atracção e fidelização dos melhores talentos no mercado dentro do quadro da Estratégia de recursos humanos (2007-2011) e a agenda de reformas dos serviços institucionais. Durante o ano de 2010, 244 novos colaboradores integraram o Banco, dos quais 26 eram jovens profissionais. A capacidade interna foi ainda acrescida

com 152 promoções em concursos internos e através de recomendações *in situ*.

O número total de colaboradores do Banco aumentou de 1.654 em 2009 para 1.789 em 2010, o que constitui um aumento de 8,2%, incluindo colaboradores de nível de gestão e de nível profissional (NP) e dos serviços gerais (SG) nos ER do Banco. No total, existiam 1.101 colaboradores de NP em 2010, incluindo consultores dos Directores Executivos, e 688 colaboradores dos SG. No que respeita ao género, 27,2% dos colaboradores de NP e 54,5% dos colaboradores dos SG eram do sexo feminino (ver Quadro 4.2). Ao longo do ano, o Banco recrutou mais 11 colaboradores novos para os 26 ER. O número de colaboradores dos escritórios de representação recrutados localmente aumentou assim quase 4% ao longo do ano, de 285 em 2009 para 296 em 2010.

Durante o ano em análise, o Banco lançou a sua Estratégia de aprendizagem e desenvolvimento e o Quadro de desenvolvimento de carreira, representando um esforço coordenado para reforçar as capacidades internas, promover o caminho para o desenvolvimento da carreira de colaboradores e gestores, aumentar a retenção e reforçar a prestação de serviços aos PMR. A reforma de compensação foi aprofundada através do lema “pagamento por desempenho” para encorajar a produtividade dos funcionários e posicionar melhor o Banco para atrair, motivar e reter os melhores talentos. Esta reforma suportou o novo sistema de gestão de desempenho, que resultou numa participação de 98,9% dos colaboradores nas avaliações realizadas em 2010, fornecendo uma base equitativa para gerir o sistema de desempenho dos colaboradores.

APROVISIONAMENTO E GESTÃO FINANCEIRA (PFM)

Relativamente aos Complexos de operações, os serviços de Aprovisionamento e gestão financeira (PFM) centram-se no melhoramento dos serviços de aprovi-

sionamento, minimizando simultaneamente os riscos fiduciários e reforçando a responsabilização. Ao longo do ano de 2010, o Banco prosseguiu com a consolidação das iniciativas para a reforma do PFM iniciada nos anos anteriores. Foram realizadas as seguintes actividades principais, entre outras, durante o ano:

- (1) Conclusão da análise da legislação relativa aos contratos de Concursos Públicos Nacionais, procedimentos e documentos do concurso para 25 PMR, para determinar a utilização de procedimentos de CPN dos países para projectos financiados pelo Banco; e a publicação de cinco novos documentos-padrão do concurso para garantir que as políticas e os procedimentos são aplicados de forma consistente.
- (2) Avaliação de cerca de 460 apreciações e controlos (incluindo análises documentais) e contributo nas análises de Despesa pública e responsabilização financeira, Análises de desempenho da carteira dos países, Documentos de estratégia nacional, Análises das capacidades de aprovisionamento e exercícios de lançamento de projectos. Ao longo do ano foram recebidos e analisados 500 relatórios de auditoria a projectos em tempo oportuno.
- (3) Crescente participação nas iniciativas de PFM globais e regionais. O Banco participou activamente nas Reuniões do grupo de trabalho para a harmonização da gestão financeira dos BMD e em conferências e workshops de PFM internacionais para promover a harmonização de políticas e procedimentos entre doadores multilaterais e bilaterais.

De modo a reduzir o risco fiduciário e garantir que os montantes de créditos e subsídios estiveram a ser utilizados para os fins pretendidos, o Banco posicionou colaboradores internacionais e locais fundamentais para o PFM nos Centros de serviços e ER. O Banco também esteve regularmente envolvido na avaliação das

disposições de aprovisionamento e gestão financeira de projectos e programas.

COMUNICAÇÕES E RELAÇÕES EXTERNAS

O Banco está a avançar no que respeita ao alcance de maior visibilidade, transparência e modernização nas suas plataformas de comunicação:

- O novo sítio Web do Banco (www.afdb.org) atraiu um elevado número de visitantes. Entre 2009 e 2010, as visitas diárias aumentaram 24,3%, as visualizações de páginas 8,3% e os visitantes únicos 18,7%. Além disso, em 2010, o Banco chegou às redes sociais, assegurando 1.250 seguidores no Facebook.
- O GBAD expandiu o seu leque de serviços e produtos multimédia, duplicando quase a sua produção e publicações de vídeos no seu sítio Web, de 170 em 2009 para 330 em 2010. Alargou igualmente as parcerias com redes de TV africanas e internacionais para cobrir as actividades do Banco e emitir cerca de 20 documentários produzidos pelo Banco.
- Numa tentativa de promover a interação entre vários meios de comunicação e reforçar o perfil do Banco, ao longo do ano, foram abrangidos mais de 100 eventos internos e externos, incluindo as Assembleias Anuais do Grupo do Banco, o lançamento das *Perspectivas Económicas em África* e actividades relacionadas com a conferência. As Assembleias Anuais de 2010 atraíram um número recorde de jornalistas, mais 81,7% do que em 2009. Além disso, o Banco foi citado mais 15% na imprensa africana e internacional (excluindo rádio e TV) em 2010 do que em 2009.
- Foram organizadas sessões de formação sobre os meios de comunicação para os dirigentes de topo, gestores e representantes residentes, e foram organizadas três sessões para colaboradores menos experientes na Unidade de comunicações e relações externas (ERCU). Pela primeira vez, o Banco

organizou um workshop de reforço de capacidades para os meios de comunicação africanos, que contou com 20 participantes de todas as sub-regiões do continente.

Para melhor alinhar a sua função de comunicações e relações externas com as suas novas estratégias e prioridades, o Banco lançou um estudo em 2010, por forma a considerar uma reestruturação profunda da unidade.

SERVIÇOS DE ADJUDICAÇÃO INSTITUCIONAIS

Tribunal Administrativo

O Tribunal Administrativo é um órgão independente do Banco e o fórum de última instância para a resolução de litígios entre colaboradores e o Banco. Escuta os pedidos dos colaboradores que contestam decisões administrativas relativas ao incumprimento do contrato de trabalho, condições de emprego ou despedimento após terem sido esgotados todos os outros mecanismos de recurso administrativo.

Em 2010, o Tribunal realizou uma sessão judicial, na qual considerou e proferiu sentenças em quatro casos. Convocou igualmente uma sessão administrativa consagrada à análise e adopção de alterações do Regulamento de Processo do Tribunal. Além disso, o Tribunal procedeu a uma sessão de trabalho com o Departamento de aconselhamento geral e serviços jurídicos, o Departamento de recursos humanos, a Comissão de trabalhadores e o Comité de recurso dos colaboradores, todos eles envolvidos no trabalho do Tribunal. Também propôs e submeteu à consideração do Conselho Geral várias alterações às disposições no Estatuto do Tribunal.

Em parceria com o Provedor de Justiça, a Comissão de trabalhadores, o Departamento de recursos humanos e o Gabinete de Ética, o Tribunal realizou uma sessão de formação de informação e divulgação para representantes residentes

de escritórios de representação (ER), bem como para os colaboradores da sub-região da África Oriental.

Gabinete de Ética

Sendo a âncora da cultura corporativa de ética do Banco, as principais funções do Gabinete de Ética incluem a promoção de sensibilização e compreensão dos valores fundamentais e normas éticas do Banco. Concretamente, o Gabinete fornece aconselhamento e orientação aos colaboradores e gestores; realiza actividades para fomentar a consciência ética; e é responsável pela condução da divulgação de informações financeiras para os colaboradores do Banco.

Ao longo do ano de 2010, o Gabinete de Ética reuniu-se e consultou 198 colaboradores e outros clientes. Do total de 63 casos/questões entregues no Gabinete ao longo do ano, 53 (81,5%) foram resolvidos por intervenção directa ou reencaminhados para os órgãos internos adequados para serem resolvidos. Os outros consistiam em pedidos de orientação, esclarecimento ou aconselhamento de colaboradores.

Para aumentar a sensibilização para questões éticas e regras de conduta, o Gabinete de Ética realizou em 2010 as seguintes actividades para fomentar a consciência ética:

- sessões de formação de informação e divulgação, incluindo um workshop regional em Tunes e em 12 escritórios de representação;
- consultas no âmbito de questões éticas junto dos dirigentes de topo, incluindo representantes residentes de escritórios de representação;
- workshops regionais para discutir questões e dilemas éticos;
- formação inicial sobre ética e os valores do Banco para novos colaboradores; e
- em parceria com o Provedor de Justiça, a Comissão de trabalhadores e o Departamento de recursos humanos, realizou uma “Semana de transparên-

cia de conflitos”, para dar uma oportunidade aos colaboradores para levantarem e discutirem questões éticas.

De modo a reforçar a cooperação, o Gabinete efectuou intercâmbios com órgãos comparáveis em instituições congéneres, incluindo o Banco Mundial, o FMI e o IDB. Como parte integrante das suas responsabilidades, o Gabinete levou a cabo o exercício anual da divulgação de informações financeiras com uma taxa de resposta de 97,5%, dando seguimento aos casos de conflito de interesses reais, potenciais ou observados com o aconselhamento e consulta necessários.

Gabinete do Provedor

O Gabinete do Provedor é o órgão técnico designado, neutro e imparcial, para a resolução de problemas no Banco, cuja principal função é conceder assistência confidencial, independente e informal aos colaboradores no que respeita a queixas e reclamações relacionadas com os recursos humanos e questões relativas ao local de trabalho. Em 2010, o Banco lançou a “Semana de transparência de conflitos”, durante a qual foram realizadas várias actividades na tentativa de reduzir conflitos relacionados com o trabalho. Ao longo do ano, o Banco recebeu 103 reclamações/casos baseados nesta temática. Destes, 94 foram tratados e encerrados, enquanto os esforços se mantiveram na abordagem dos oito casos que transitaram para o ano seguinte, e uma reclamação foi reencaminhada para o Comité de recurso dos colaboradores.

No respectivo programa em curso para resolver e, onde possível, antecipar os conflitos, o Banco elaborou um Programa de desenvolvimento de capacidades de competências de conflito para os gestores seniores e duas Sessões de trabalho conjunto com os representantes residentes. Pretendia-se desse modo rever os quadros disponíveis para a resolução informal de conflitos no âmbito dos valores do Banco. Foram também realizadas actividades de sensibilização para escritórios de representação seleccionados.

5

Capítulo cinco Actividades dos Conselhos

Conselhos de Governadores

Assembleias Anuais de 2010
Cerimónia de Abertura
Declarações dos Governadores
Resoluções dos Governadores

Conselhos de Administração

Orçamentos de despesas administrativas e de capitais para 2011
Outras actividades dos Conselhos de Administração

O Conselho de Governadores do Banco Africano de Desenvolvimento é a entidade máxima, a quem compete definir as políticas da instituição, sendo composto por um representante de cada país membro. O Conselho de Governadores emite directrizes gerais e elege um Conselho de Administração composto por 20 membros, a quem delega a maior parte dos seus poderes. A eleição do Presidente do Grupo do Banco também é da competência do Conselho de Governadores. O Conselho de Administração define políticas e directrizes e supervisiona todas as operações do Grupo do Banco, para além dos assuntos financeiros e administrativos. Este capítulo enuncia as actividades dos Conselhos ao longo de 2010, dando particular ênfase às Assembleias Anuais de 2010, realizadas em Abidjan, Costa do Marfim.

CONSELHOS DE GOVERNADORES

Assembleias Anuais de 2010

As Assembleias Anuais dos Conselhos de Governadores do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD) realizaram-se em Abidjan, na Costa do Marfim (país que acolhe a sede do Banco), em 27 e 28 de Maio de 2010. As Assembleias Anuais marcaram o primeiro evento institucional na Costa do Marfim desde a realocação temporária das operações do Banco, em Fevereiro de 2003. O local de realização das Assembleias Anuais reflectiu a esperança do Banco, do povo e do Governo da Costa do Marfim no sentido de um regresso das operações do Banco.

As Assembleias Anuais foram precedidas por reuniões dos órgãos subsidiários dos Conselhos de Governadores, pela Apresentação Financeira, por Consultas da FAD-XII e por Seminários de Alto Nível. 2.408 participantes, aproximadamente, assistiram às Assembleias, incluindo governadores, vice-governadores e delegados, membros dos Conselhos de Administração, parceiros da ajuda ao desenvolvimento, o sector privado, colaboradores do BAD, membros da sociedade civil e observadores.

Cerimónia de Abertura

A cerimónia formal de abertura realizou-se em 27 de Maio de 2010 e foi presidida por S.E. Laurent Gbagbo, Presidente da República da Costa do Marfim. Também estiveram presentes S.E. Amadou Toumani Touré, S.E. Thomas Yayi

Boni e S.E. Faure Gnassingbé, Presidentes da República do Mali, da República do Benim e da República Togolesa, respectivamente. Entre os convidados ilustres estiveram ainda S.E. Tertius Zongo, S.E. Bernard Makuza e S.E. Guillaume Soro, Primeiros-Ministros de Burkina Faso, Ruanda e Costa do Marfim, respectivamente. Estiveram ainda presentes os seguintes dignitários: S.E. Nguema Owono, Vice-Primeiro-Ministro da República da Guiné Equatorial, S.E. Alhaji Muhammad Mumuni, ministro dos Negócios Estrangeiros e da Integração Regional da República do Gana, S.E. Antoine de Padoue Mboumbou Miyakou, Presidente do Conselho Económico e Social do Gabão, S.E. Jean Ping, Presidente da Comissão da União Africana e Abdoullie Janneh, Secretário-Executivo da Comissão Económica para África. Os antigos presidentes do Banco Africano de Desenvolvimento, Willa Mung'omba, Babacar N'Diaye e Kwame Fordwor, estiveram igualmente presentes na cerimónia.

Sua Excelência Paul-Antoine Bouhoun Bouabré, Presidente dos Conselhos de Governadores e membro do Conselho de Governadores em representação da Costa do Marfim, deu calorosas boas-vindas a todos os participantes no seu discurso inaugural. Discursaram ainda S.E. Amadou Toumani Touré, Presidente da República do Mali, Abdoullie Janneh, Secretário-Executivo da CEA, e Jean Ping, Presidente da Comissão da União Africana (CUA).

Na sua declaração de abertura, o Dr. Donald Kaberuka, Presidente do Grupo do Banco, sublinhou que determinadas decisões fundamentais a serem tomadas durante as Assembleias Anuais afectariam a trajectória do Banco durante muito tempo. Designadamente, o Sexto aumento geral de capital do Banco e a reconfiguração do Conselho de Administração.

Relativamente à crise financeira mundial, o Presidente recordou a resposta rápida do Banco aos desafios da crise através: (1) da duplicação das suas operações em 2009; (2) do fornecimento antecipado de apoio orçamental, financiamento ao comércio e liquidez adicionais; (3) da utilização de recursos da sua linha de crédito para o sector privado, de modo a eliminar hiatos de financiamento em projectos de infra-estruturas fundamentais do sector privado; e (4) da flexibilidade, inovação e proactividade no fornecimento do apoio anteriormente mencionado.

Na sua declaração, o Presidente da República da Costa do Marfim, S.E. Laurent Gbagbo, manifestou o seu apreço aos restantes Chefes de Estado pela sua participação nas Assembleias. Este reconhecimento foi efectuado como sinal de estima e amizade, mas também como uma demonstração do seu empenho no desenvolvimento do continente africano. Saudou o regresso do Banco Africano de Desenvolvimento à Costa do Marfim e congratulou o Presidente e os colaboradores pelos resultados que garantiram nos últimos anos. O Presidente assegurou que todos os costa-marfinenses estavam a trabalhar em conjunto para consolidar

a paz e a segurança que haviam restaurado após a crise e convidou o Banco a regressar para a sua sede na Costa do Marfim. Em seguida, declarou abertas as Assembleias Anuais de 2010.

Declarações dos Governadores

Os Governadores reconheceram que, apesar do difícil clima económico, o Banco registou resultados positivos em 2009. Manifestaram unanimemente apoio ao Sexto aumento geral de capital do Banco (GCI-VI) e ao aumento no número de lugares sentados nos Conselhos de Administração. Os Governadores constataram que esta manifestação de confiança necessitava de ser correspondida pelo Banco através de esforços redobrados para melhorar a eficácia do processo de descentralização, reforçar a sua agenda de resultados e promover o desen-

volvimento do sector privado em África, incluindo os países elegíveis para o FAD.

Os Governadores salientaram a necessidade de o Banco concentrar as suas intervenções em áreas onde tivesse uma vantagem comparativa distinta, como o desenvolvimento de infra-estruturas, a promoção do sector privado e da integração regional, apoio a países frágeis e acesso melhorado a água e saneamento em países membros regionais.

Por fim, os Governadores congratularam o Presidente do Grupo do Banco, o Dr. Donald Kaberuka, pela sua reeleição. Exortaram-no a prosseguir as reformas que já havia iniciado para melhorar as operações do Banco.

Resoluções dos Governadores

No decorrer das Assembleias Anuais, os Conselhos de Governadores analisaram e adoptaram um conjunto de resoluções relativas ao BAD e ao FAD (ver Apêndices II-1 e III-1). Aprovaram as recomendações propostas pelo Comité Director e adoptaram, entre outras, as seguintes:

- *Resolução B/BG/2010/08* – Autorização do Sexto aumento geral de capital (de 23.947,46 milhões de UC a 67.687,46 milhões de UC, representando um aumento de 200%);
- *Resolução B/BG/2010/09* – Alteração às Regras de transmissão de acções do Banco Africano de Desenvolvimento;
- *Resoluções B/BG/2010/10 e F/BG/2010/03* – Relativas ao aumento do número de directores executivos para 20, no âmbito dos acordos que



estabelecem o Banco Africano de Desenvolvimento e o Fundo Africano de Desenvolvimento;

- *Resolução B/BG/2010/15* – Eleição do Presidente do Banco Africano de Desenvolvimento; e
- *Resolução B/BG/2010/16* – Eleição geral dos directores executivos do Banco Africano de Desenvolvimento.

Foram igualmente adoptadas resoluções relativas ao Relatório Anual e às demonstrações financeiras auditadas para o exercício que terminou em 31 de Dezembro de 2009, bem como para o BAD, o FAD, o FFN e os Fundos especiais/fiduciários. Os Conselhos de Governadores aprovaram ainda o Relatório Anual e as Demonstrações financeiras auditadas com fins especiais do Fundo para o exercício que terminou em 31 de Dezembro de 2009.

Adicionalmente, os Governadores aprovaram a composição dos Membros da Mesa e do Comité Director Adjunto para o período entre o final das Assembleias Anuais de 2010 e o final das Assembleias Anuais de 2011. A Mesa será constituída pelos seguintes países: Portugal, como Presidente, e a Guiné Equatorial e o Quênia como primeiro e segundo Vice-Presidentes, respectivamente. Durante o mesmo período, a Argélia, a Argentina, a Áustria, a República Centro-Africana, Madagáscar, a Namíbia, a Gâmbia, o Togo e os Estados Unidos da América integrarão o Comité Director Adjunto.

Além disso, os Governadores aprovaram a resolução relativa à afectação das receitas afectáveis do Banco referentes a 2009, no montante de 238,8 milhões de UC, da seguinte forma: (1) 90 milhões de UC como provisão para reservas; (2) 27,8 milhões de UC para a conta de superáвите; (3) 50 milhões de UC para a FAD-XI; (4) 66 milhões de UC para a conta especial da República Democrática do Congo (RDC); e (5) 5 milhões de UC para o Fundo de assistência técnica aos países de rendimento médio. Os Governadores apro-

varam ainda 2,3 milhões de UC a serem transferidos para as reservas do FFN e 0,3 milhões de UC para a Iniciativa HIPC, retirados das receitas líquidas do FFN de 2009 que totalizaram 3,2 milhões de UC.

CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO

Os Conselhos de Administração continuaram a assegurar a adesão à Estratégia de médio prazo (MTS) do Grupo do Banco para 2008-2012, em matéria de estratégias e projectos regionais e nacionais e outros documentos por si analisados e/ou aprovados. A implementação da MTS, a garantia da qualidade e os resultados constituíram as pedras basilares do aperfeiçoamento organizacional aprovado pelo Conselho de Administração do Banco. Neste contexto, o Conselho aprovou uma orientação renovada e uma intensificação de recursos para o desenvolvimento de infra-estruturas nos PMR. Isto seria alcançado através da divisão do departamento de infra-estruturas em dois departamentos, designadamente: (1) o Departamento de Transportes e (2) o Departamento da Energia. O Departamento de Garantia da Qualidade e Resultados foi também colocado sob a supervisão do Vice-Presidente, COO, para assegurar uma cultura de operações abrangente e orientada para a qualidade e os resultados. Além disso, foram afectados recursos adicionais para melhorar a qualidade de concepção, através da criação de um Secretariado do Comité de Operações (OpsCom) por parte do Conselho, igualmente sob a supervisão do Vice-Presidente, COO. De modo a garantir clareza e um entendimento comum, a nível interno e externo, na medição de resultados, os Conselhos de Administração do Banco e do Fundo aprovaram um Quadro de medição de resultados “One-Bank” (RMF).

A mobilização de recursos financeiros, enquanto actividade fundamental do Grupo do Banco em 2010, consumiu uma quantidade considerável do tempo dos Conselhos. Neste contexto, o Conselho de

Administração do BAD aprovou os documentos que continham as propostas para o GCI-VI, assim como as reformas institucionais conexas, e as alterações às Regras de transmissão de acções, aprovados, sem excepção, pelo Conselho de Governadores do BAD nas Assembleias Anuais de 2010. Os membros dos Conselhos de Administração participaram ainda em todas as reuniões de reconstituição para a FAD-XII e defenderam activamente os seus capitais relevantes para a FAD-XII.

Cinquenta por cento dos membros do Conselho de Administração concluíram os seus mandatos e foram substituídos por novos membros no seguimento da eleição geral dos directores executivos, realizada pelo Conselho de Governadores durante as Assembleias Anuais de 2010. Além disso, para assegurar uma representação mais alargada dos accionistas no Conselho de Administração, os Governadores aprovaram dois lugares sentados adicionais (para países membros regionais e não regionais) no Conselho. Após esta aprovação para o aumento da dimensão do Conselho, o Conselho de Administração introduziu revisões relevantes aos procedimentos subsidiários para representação no Conselho de Administração do Fundo e nos diversos comités dos Conselhos.

Os membros do Conselho centraram-se ainda em questões relacionadas com a integração de novos membros e realizaram debates de carácter geral sobre o desempenho do Conselho durante a iniciação e a reunião dos membros do Conselho. A reunião aprofundou a colaboração de sucesso entre o Presidente, os Conselhos de Administração e a Direcção relativamente ao trabalho a fazer.

Orçamentos de despesas administrativas e de capitais para 2011

Em Dezembro de 2010, o Conselho de Administração do Banco aprovou um orçamento de despesas administrativas e de capitais para 2011 que inclui: (1) 289,1 milhões de UC para despesas administrativas, (2) 40 milhões de UC para despesas

de capital e (3) 2,9 milhões de UC para contingências. O Conselho de Administração do Fundo aprovou um orçamento administrativo indicativo de 201,3 milhões de UC para o Fundo para 2011.

Outras actividades do Conselho

Os Conselhos de Administração exercem as suas funções através de sete comités: (1) Comité para os assuntos administrativos dos Conselhos de Administração (AMBD), (2) Comité de Auditoria e Finanças (AUF), (3) Comité para os assuntos administrativos e as políticas em matéria de recursos humanos (CAHR), (4) Comité para as operações e a eficácia da ajuda ao desenvolvimento (CODE), (5) Comité Plenário (CoW), (6) Comité de Ética (EC) e (7) Comité responsável pelo Relatório Anual (CAR). Os comités realizaram conjuntamente 60 reuniões em 2010, conforme descrito em seguida.

Comité para os assuntos administrativos dos Conselhos de Administração (AMBD)

O Comité AMBD centra-se na integração de processos que reforçarão o desempenho geral do Conselho. Neste contexto, reuniu-se nove vezes em 2010 para analisar e submeter aos Conselhos recomendações sobre diversas propostas, incluindo: prazos e distribuição de documentação do Conselho; missões de consulta e dos Conselhos; e melhoria da eficiência e eficácia do Conselho. A melhoria da gestão das despesas dos directores executivos foi uma prioridade fundamental em 2010.

Comité de Auditoria e Finanças (AUF)

O Comité de Auditoria e Finanças (AUF) realizou quatro reuniões em 2010 para apreciar um conjunto de documentos, incluindo: (1) as demonstrações financeiras do BAD, FAD, FFN e dos Fundos especiais e fiduciários em 31 de Dezembro de 2009; (2) a afectação das receitas líquidas do BAD; (3) a carta dirigida à Administração pelos auditores externos sobre o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009; (4) a carta de com-

promisso de 2010 dos auditores externos; (5) a revisão semestral da flexibilidade de produtos e de preços para os países de rendimento médio; e (6) a actualização de auditores externos ao AUF sobre a auditoria de 2010 do Grupo do Banco.

Além disso, o AUF realizou cinco reuniões conjuntas com o CODE para analisar questões financeiras e de auditoria, incluindo: (1) o programa de trabalho de 2010 da Divisão de Auditoria Interna; (2) o relatório de acompanhamento sobre a implementação das recomendações da auditoria interna relativas às auditorias institucionais, financeiras e relativas a projectos para 2008; (3) o relatório anual de actividades de auditoria interna de 2009; (4) a revisão da fórmula de repartição de custos do Grupo do Banco; e (5) o orçamento e programa de trabalho rotativo trienal do OPEV para 2011-2013.

O AUF e o CAHR realizaram também duas reuniões conjuntas para analisarem o Plano de Aposentação do Pessoal; a carta de recomendações dos auditores externos para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009; a carta de compromisso de 2010 dos auditores externos; e a revisão semestral da flexibilidade de produtos e de preços para os países de rendimento médio.

Comité para os assuntos administrativos e as políticas em matéria de recursos humanos (CAHR)

Durante o ano em análise, o Comité para os assuntos administrativos e as políticas em matéria de recursos humanos (CAHR) realizou dez reuniões e duas reuniões conjuntas com o AMBD para analisar diversas questões institucionais. Entre elas incluem-se por exemplo: (1) recrutamento e gestão dos colaboradores de curto prazo em Tunes; (2) classificação profissional de cargos para os colaboradores recrutados localmente pelo escritório de representação; (3) análise dos salários dos colaboradores recrutados localmente e dos profissionais internacio-

nais; (4) estratégia de desenvolvimento e aprendizagem do Grupo do Banco para 2010-2012; (5) quadro de progressão na carreira; (6) aumento da idade de reforma obrigatória de 60 para 62 anos; e (7) missões de consulta de 2010 dos directores executivos e estatuto dos directores executivos.

Comité para as operações e a eficácia da ajuda ao desenvolvimento (CODE)

O CODE realizou 24 sessões para analisar vários documentos sobre políticas e relatórios operacionais, incluindo: (1) documento de orientação sobre o reforço do apoio do Banco à integração regional; (2) revisão do Mecanismo de análise independente; (3) Facilidade de apoio a países frágeis – Directrizes para a administração do programa de assistência técnica e o reforço de capacidades no âmbito das operações do pilar III; (4) Quadro de medição de resultados do Grupo do Banco; (5) directrizes revistas sobre o cancelamento dos empréstimos, subsídios e garantias aprovados pelo Grupo do Banco; (6) directrizes para a avaliação do desempenho da carteira de países; (7) simplificação de procedimentos para as operações do sector privado; (8) criação do Fundo Fiduciário de Gestão de Conhecimentos e reforço dos sistemas nacionais de auditoria externa em África – Uma estratégia conjunta do BAD e do Banco Mundial; (9) documentos de estratégia para a integração regional da África Austral e Central; e (10) diversos relatórios de conclusão e intercalares sobre documentos de estratégia nacionais (CSP), assim como relatórios de desempenho da carteira de países.

Comité Plenário (CoW)

Este comité, em que todos os directores executivos são membros, é presidido pelo Presidente do Banco. A sua principal função consiste em analisar as propostas orçamentais anuais do Grupo do Banco, bem como outras questões que lhe forem remetidas pelo Conselho, numa base *ad hoc*. Em 2010, este comité reuniu-se

para analisar o projecto do orçamento para 2011 e o orçamento rotativo trienal para 2011-2013.

Comité do Conselho responsável pelo Relatório Anual de 2009 (CAR)

Ao longo de 2010, o Comité do Conselho responsável pelo Relatório Anual de 2009 reuniu-se três vezes para analisar os diversos projectos do Relatório Anual preparados pela Administração do Banco. A função do comité consistiu em fornecer orientações, observações sobre os diversos projectos do Relatório Anual e fiscalização da equipa responsável pela redacção do Relatório Anual.

Missões de consulta dos directores executivos

Uma actividade anual fundamental dos Conselhos de Administração é o diálogo a nível nacional com funcionários-chave governamentais, sociedade civil, beneficiários de projectos financiados pelo Grupo do Banco e representantes de agências doadoras. Neste contexto, os directores executivos visitam normalmente quatro países membros regionais por ano. Os membros do Conselho dividem-se em dois grupos, sendo que cada grupo visita dois países. Em 2010, um grupo de membros do Conselho visitou o Benim

e o Mali em Fevereiro, enquanto outro grupo visitou o Malavi e o Zimbabué em Março. Os directores executivos envolveram os líderes destes países em questões de desenvolvimento e puderam verificar de perto os desafios de desenvolvimento enfrentados pelo povo. Tendo em conta o impacto positivo destas visitas no empenhamento do Banco com os PMR, os consultores principais e os consultores dos directores executivos realizaram igualmente missões em países africanos com o intuito de atingirem um objectivo semelhante. Os consultores visitaram os Camarões e o Egipto.

Perfis dos projectos e programas aprovados em 2010

Perfis dos projectos e programas aprovados pelo BAD

Sector público

Sector privado

Perfis dos projectos e programas aprovados pelo FAD

Perfis dos projectos e programas aprovados pelo FFN

Perfis das aprovações especiais

Perfis dos projectos e programas aprovados pelo BAD em 2010 – Sector público

(milhões de UC)

País	Projecto/Programa	Custo total	Crédito	Subsídio
AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL				
Seicheles	<p><i>Plano Director de Maricultura (MMP)</i></p> <p>Objectivo: desenvolver, reforçar e integrar os principais mecanismos técnicos, reguladores, legislativos e institucionais, com o objectivo de alcançar um desenvolvimento sustentável da maricultura e criar um clima favorável para o investimento.</p> <p>Resultados esperados: início do investimento no sector da maricultura das Seicheles e actuação de acordo com a visão, as metas e os objectivos do plano sectorial.</p> <p>Co-financiadores: Governo (0,25 milhões de UC).</p>	N.A.		0,30
COMUNICAÇÕES				
Cabo Verde	<p><i>Projecto relativo a um centro de dados</i></p> <p>Objectivo: realizar um estudo de viabilidade de um parque tecnológico para melhorar o ambiente de negócios do país, através da melhoria das infra-estruturas de TIC e do desenvolvimento e ampla utilização dos serviços de governo electrónico.</p> <p>Resultados esperados: preparação de (1) um relatório sobre o estado de evolução de parques tecnológicos no mundo, análise do quadro institucional, forma jurídica do Parque Tecnológico da Praia (PTP), identificação de potenciais parceiros estratégicos para o desenvolvimento do PTP, funções de diversas partes interessadas, serviços a serem prestados pelo PTP, análise de mercado, riscos e sustentabilidade; e (2) um plano de acção e um plano de negócios para um período de 5 a 10 anos.</p> <p>Co-financiadores: Governo (0,02 milhões de UC).</p>	0,32		0,30
FORNECIMENTO DE ENERGIA				
Egipto	<p><i>Central de energia térmica com ciclo de vapor de 650 MW do Suez</i></p> <p>Objectivo: aumentar a capacidade e manter a fiabilidade do sistema de produção de energia, para ajudar a satisfazer a procura de electricidade no Sistema de Energia Unificado (UPS), a curto e médio prazo.</p> <p>Resultados esperados: até 2017, (1) aumento da produção de electricidade instalada: a central eléctrica produz um máximo de 650 MW; (2) aumento da capacidade total de produção instalada do UPS, de 23.616 MW em 2009 para um mínimo de 41.000 MW; (3) taxa de crescimento anual de fornecimento da Companhia de Energia Eléctrica Egípcia (EEHC) atinge 6,2% para satisfazer o aumento da procura; e (4) aumento do número de consumidores, de 24,7 milhões em 2008/9 para 34 milhões.</p> <p>Co-financiadores: IDB (39,85 milhões de UC); e EEHC (237,32 milhões de UC).</p>	637,64	360,47	
SECTOR FINANCEIRO				
Botsuana	<p><i>Autoridade Reguladora das Instituições Financeiras Não Bancárias (NBFIRA) na implementação de um quadro regulador baseado no risco</i></p> <p>Objectivo: ajudar o Botsuana a tornar-se num centro de serviços financeiros na África Austral, equipando a NBFIRA com um modelo regulador baseado no risco operacional, em conformidade com as melhores práticas internacionais.</p> <p>Resultados esperados: eficácia e utilização correcta do modelo regulador baseado no risco, contribuindo para: a eficácia administrativa do regulador; um negócio justo para os consumidores e a protecção dos mesmos contra fraudes; e a eficácia, organização e lealdade dos mercados.</p> <p>Co-financiadores: nenhum.</p>	N.A.		0,60

Perfis dos projectos e programas aprovados pelo BAD em 2010 – Sector público

(milhões de UC)

País	Projecto/Programa	Custo total	Crédito	Subsídio
INDÚSTRIA, EXPLORAÇÃO DE MINAS E DE PEDREIRAS				
Botsuana	<p><i>Estudo relativo à exploração de minas e à diversificação</i></p> <p>Objectivo: permitir ao Governo realizar o estudo supramencionado e elaborar recomendações políticas sobre opções possíveis e o caminho a seguir pela economia do Botsuana, incluindo a diversificação.</p> <p>Resultados esperados: (1) redacção de relatórios iniciais e relatórios de progresso sobre o estudo; (2) redacção de projectos de relatórios e relatórios finais sobre o estudo; (3) coordenação eficaz resultante da criação de redes e de parcerias; (4) conclusões e recomendações decorrentes de workshops das partes interessadas e da análise de problemas; e (5) implementação das recomendações decorrentes do estudo.</p> <p>Co-financiadores: Governo (0,01 milhões de UC).</p>	0,28		0,27
Tunísia	<p><i>Estudo relativo ao desenvolvimento de indústrias culturais</i></p> <p>Objectivo: identificar o potencial das indústrias culturais da Tunísia e propor uma estratégia nacional de desenvolvimento para estas indústrias e um plano de acção para implementar esta estratégia.</p> <p>Resultados esperados: (1) um diagnóstico detalhado e abrangente da situação actual das indústrias culturais na Tunísia; (2) uma avaliação da sua contribuição para a dinâmica de desenvolvimento económico e social; (3) identificação do potencial neste sector; (4) estratégia nacional de desenvolvimento das indústrias culturais; e (5) um plano de acção para implementar esta estratégia.</p> <p>Co-financiadores: Governo (0,03 milhões de UC).</p>	0,30		0,27
ACTIVIDADES MULTISSECTORIAIS				
Botsuana	<p><i>Agência de Privatização e Avaliação das Empresas Públicas (PEEPA)</i></p> <p>Objectivo: reforçar a capacidade na Agência de Privatização e Avaliação das Empresas Públicas (PEEPA) e contribuir para a aceleração do programa de privatização a fim de diversificar a economia.</p> <p>Resultados esperados: (1) estratégia de participação do sector privado para a Companhia de Electricidade do Botsuana (BPC), aprovada até Dezembro de 2011, e participação do sector privado na manutenção de edifícios governamentais concluída até Março de 2012; (2) reforço das competências de privatização; e (3) transacções futuras que levem à participação dos cidadãos.</p> <p>Co-financiadores: PEEPA (0,03 milhões de UC).</p>	0,63		0,60
Líbia	<p><i>Assistência técnica para o desenvolvimento das pequenas e médias empresas</i></p> <p>Objectivo: reforçar a capacidade institucional e humana na Líbia em matéria de formação e desenvolvimento do empreendedorismo e das PME, por forma a contribuir para a economia da Líbia e a sustentabilidade do crescimento.</p> <p>Resultados esperados: (1) melhoria da compreensão, por parte dos sectores público e privado, das necessidades, oportunidades e desafios enfrentados pelo desenvolvimento das PME na Líbia; (2) melhoria da liderança e capacidade de empreendedorismo das PME líbias; (3) aumento das oportunidades de desenvolvimento empresarial dentro e fora da Líbia; e (4) melhoria da capacidade da Academia de Estudos Superiores para apoiar os empreendedores.</p> <p>Co-financiadores: Academia de Estudos Superiores (AGS) (0,19 milhões de UC).</p>	0,77		0,58

Perfis dos projectos e programas aprovados pelo BAD em 2010 – Sector público (milhões de UC)

País	Projecto/Programa	Custo total	Crédito	Subsídio
Maurícia	<p><i>Programa de competitividade e eficiência do sector público (CPSE) apoiado pelo subsídio MIC</i></p> <p>Objectivos: consolidar o desempenho fiscal, fortalecer a prestação de serviços sociais públicos e reforçar a competitividade do comércio.</p> <p>Resultados esperados: (1) apresentação do orçamento do Ministério para 2011 em conformidade com os requisitos de orçamentação baseada em programas (PBB) e, de 2009 a Dezembro de 2011, redução em 10% das despesas correntes do Ministério; (2) de 2009 a Dezembro de 2011, aumento de 38% para um mínimo de 60% da percentagem de propostas de projectos de investimento em conformidade com os requisitos e directrizes do Comité de Planeamento de Projectos (PPC); e (3) reforço da competitividade do comércio: estratégia para o sector das TIC incluído no orçamento sectorial de 2011 e em conformidade com os requisitos de PBB por parte do Ministério das Finanças e da Capacitação Económica.</p> <p>Co-financiadores: Governo (0,01 milhões de UC).</p>	0,31		0,30
ACTIVIDADES MULTISSECTORIAIS				
Marrocos	<p><i>Programa de apoio à reforma da administração pública - Fase IV (PARAP IV)</i></p> <p>Objectivos: melhorar a eficácia do Governo na gestão do orçamento e dos recursos humanos, consolidar e controlar as despesas salariais da função pública e simplificar os procedimentos administrativos através do desenvolvimento do governo electrónico.</p> <p>Resultados esperados: (1) redução do défice orçamental, de 2,3% do PIB em 2009 para 2% em 2011; (2) diminuição do rácio despesas correntes/PIB, de 21,2% em 2009 para 20,7% em 2011; (3) generalização das ferramentas GPEEC (planeamento da gestão de empregos, colaboradores e competências) nos ministérios no âmbito do processo de gestão de recursos humanos em 2011; (4) estabilização do rácio despesas salariais/PIB, mantendo em 2011 o nível de 2009 (10,3%); e (5) aumento do número de serviços públicos disponíveis em linha, de 10 em 2009 para 13 em 2011.</p> <p>Co-financiadores: Banco Mundial (61,91 milhões de UC); e União Europeia (61,32 milhões de UC).</p>	207,23	84,00	
Marrocos	<p><i>Subsídio MIC - Apoio para o reforço da supervisão e do controlo dos mercados financeiros</i></p> <p>Objectivo: fortalecer a governação do mercado de capitais através da prestação de assistência e do reforço de capacidades a favor da entidade reguladora (CDVM).</p> <p>Resultados esperados: (1) gestão eficaz do sistema de informação pela CDVM; (2) reforço do papel da CDVM no desenvolvimento dos mercados nacionais; e (3) melhoria da supervisão e do controlo dos mercados financeiros.</p> <p>Co-financiadores: Governo (CDVM) (0,08 milhões de UC).</p>	0,56		0,48
Suazilândia	<p><i>Estudo relativo à diversificação económica</i></p> <p>Objectivo: identificar o potencial para o alargamento da base económica da Suazilândia e os respectivos condicionamentos e aumentar a competitividade nas exportações tradicionais e emergentes para os mercados novos e tradicionais.</p> <p>Resultados esperados: (1) apresentação de um relatório inicial que defina a abordagem e a metodologia de realização das tarefas; (2) redacção de relatórios mensais para o Primeiro Secretário e o GBAD; (3) redacção de projectos de relatórios para debate com as partes interessadas/os clientes nos workshops de consulta designados; e (4) redacção do relatório final articulando os sectores e os produtos/bens em que o país tem vantagens comparativas aos níveis regional e global.</p> <p>Co-financiadores: Governo (0,02 milhões de UC).</p>	0,32		0,30

Perfis dos projectos e programas aprovados pelo BAD em 2010 – Sector público

(milhões de UC)

País	Projecto/Programa	Custo total	Crédito	Subsídio
Tunísia	<p><i>Estudo de avaliação para o sistema de microcrédito do BTS</i></p> <p>Objectivo: estudar o desempenho social, financeiro e económico do sistema de microcrédito gerido pelo BTS e estabelecido no quadro da redução da pobreza e da integração socioeconómica de grupos desfavorecidos e criar fontes de rendimento.</p> <p>Resultados esperados: (1) apresentação de um relatório que inclua o relatório de diagnóstico e recomendações para a melhoria do desempenho social do sistema de microcrédito, no contexto da redução da pobreza e da integração socioeconómica de populações desfavorecidas; e (2) apresentação de um relatório final que inclua os resultados dos diagnósticos e recomendações.</p> <p>Co-financiadores: Governo (0,01 milhões de UC).</p>	0,15		0,14
SECTOR SOCIAL				
Botswana	<p><i>Apoio à qualidade do ensino e à educação e formação técnica e profissional (SEQTVET)</i></p> <p>Objectivo: ajudar a melhorar o acesso a programas de educação e formação profissional e desenvolver um sistema integrado com fortes ligações ao ensino formal.</p> <p>Resultados esperados: até 2012: (1) aumento da taxa de escolarização na educação e formação técnica e profissional; e (2) aumento em 35% e 10%, respectivamente, do número de docentes formados e qualificados do DTIVET (Departamento de Educação e Formação Técnica e Profissional).</p> <p>Co-financiadores: Governo (0,03 milhões de UC).</p>	0,63		0,60
SECTOR SOCIAL				
Egipto	<p><i>Programa nacional para a criação de emprego com base num sistema de substituição de táxis</i></p> <p>Objectivo: proteger os postos de trabalho e aumentar os rendimentos dos donos/condutores de táxis cujas viaturas tenham mais de 20 anos, fornecendo-lhes um maior acesso a financiamentos de negócios e novos carros mais ecológicos.</p> <p>Resultados esperados: (1) manutenção de 21.250 postos de trabalhos para donos/condutores de táxis; (2) em média, aumento do rendimento de novos donos de táxis, incluindo mulheres, em 40% e, para os condutores de táxis, em 100%; (3) criação de pelo menos 11.500 novos postos de trabalho; e (4) redução de 0,3 milhões de toneladas métricas de emissões de CO₂ em 1,2 milhões (25%).</p> <p>Co-financiadores: Nasser Social Bank (NSB) (66,27 milhões de UC); e Governo (12,41 milhões de UC).</p>	177,59	98,31	0,60
Egipto	<p><i>Reforço económico e do rendimento rural (RIEP)</i></p> <p>Objectivo: melhorar os meios de subsistência socioeconómicos dos pequenos agricultores rurais economicamente activos, envolvidos na produção, processamento e comercialização de produtos agrícolas seleccionados.</p> <p>Resultados esperados: (1) aumento do número de agregados familiares com melhorias sustentáveis nos rendimentos e no nível de vida em províncias-piloto (Minya, Assuit e Sohag), conforme indicado por uma redução na percentagem de pobreza extrema na população local; (2) criação de pelo menos 60.500 postos de trabalho directos, 40% dos quais destinados às mulheres; (3) aumento de 4,2% para 6% da quota-parte da concessão de créditos agro-industriais na carteira de Intermediários Financeiros Parceiros (PFI); (4) aumento do volume de comércio de produtos centrais (horticultura e lacticínios); e (5) redução das perdas sofridas após as colheitas (desperdícios).</p> <p>Co-financiadores: FAPA (0,64 milhões de UC); e Governo (0,68 milhões de UC).</p>	46,57	44,65	0,60

Perfis dos projectos e programas aprovados pelo BAD em 2010 – Sector público (milhões de UC)

País	Projecto/Programa	Custo total	Crédito	Subsídio
Gabão	<p><i>Reforço da Caixa Nacional de Seguro de Doença e de Segurança Social (CNAMGS)</i></p> <p>Objectivo: identificar e especificar melhorias e novos sistemas necessários para reforçar a capacidade de gestão do CNAMGS e formar os seus colaboradores.</p> <p>Resultados esperados: (1) registo de 600.000 gaboneses economicamente desfavorecidos até 30 de Junho de 2011, incluindo 52% de mulheres; (2) pelo menos 480.000 funcionários e beneficiários abrangidos até 30 de Junho de 2011; (3) pelo menos 400.000 funcionários do sector privado abrangidos até ao final de 2011; (4) disponibilização do mapa epidemiológico do Gabão até Dezembro de 2011; (5) acordo sobre a gama de cuidados por tipo de doença prevalente; (6) aumento do número de estabelecimentos hospitalares abrangidos pelo acordo, de 15 em 2010 para 25 até 2012; e (7) processamento de processos num máximo de 15 dias para as contas da farmácia e de 30 dias para as contas hospitalares.</p> <p>Co-financiadores: Governo (0,33 milhões de UC).</p>	0,83		0,50
TRANSPORTES				
Marrocos	<p><i>Estudo para diagnosticar e conceber um programa destinado a reforçar e reparar a estrutura produtiva de 7 portos</i></p> <p>Objectivo: determinar as opções ideais para reforçar as estruturas de protecção de 7 portos (Nador, Safi, Al Hoceima, Tânger, Casablanca, Mohammedia e Agadir) e conceber documentos de concurso para a realização das obras de reparação e fortalecimento necessárias.</p> <p>Resultado esperado: disponibilização de documentos finais de concepção e de concurso em Dezembro de 2010 para a programação do empréstimo do BAD de 2010-2011.</p> <p>Co-financiadores: Agência Nacional de Portos (ANP) (0,71 milhões de UC).</p>	1,31		0,60
Marrocos	<p><i>Aumento da capacidade na linha ferroviária Tânger-Marraquexe</i></p> <p>Objectivo: satisfazer a procura de tráfego de mercadorias e passageiros através do aumento da capacidade das linhas ferroviárias Kenitra-Casablanca e Casablanca-Marraquexe.</p> <p>Resultados esperados: melhoria significativa das condições de funcionamento dos comboios de passageiros e mercadorias, com segurança reforçada na ligação ferroviária Tânger-Kenitra-Casablanca-Marraquexe.</p> <p>Co-financiador: ONCF (117,73 milhões de UC).</p>	373,30	255,57	
TRANSPORTES				
Namíbia	<p><i>Estudos de viabilidade, ante-projecto e planos directores para o aeroporto da Namíbia</i></p> <p>Objectivo: desenvolver a produção relevante de projectos e planos directores, facilitando uma maior capacidade e eficácia operacional, otimizar a utilização dos solos com estrita adesão aos regulamentos e normas ambientais, incluindo parâmetros sociais e de alterações climáticas.</p> <p>Resultados esperados: (1) conclusão e apresentação de planos directores finais relativos ao ambiente e à utilização dos solos; e (2) conclusão e apresentação dos resultados do estudo de viabilidade e do projecto em termos de prontidão para implementação a favor do HKIA (Aeroporto Internacional de Hosea Kutako).</p> <p>Co-financiadores: Governo/Companhia de Aeroportos da Namíbia (NAC) (0,03 milhões de UC).</p>	0,62		0,59

Perfis dos projectos e programas aprovados pelo BAD em 2010 – Sector público (milhões de UC)

País	Projecto/Programa	Custo total	Crédito	Subsídio
Tunísia	<p><i>Projecto VI relativo a transportes</i></p> <p>Objectivo: melhorar o nível de serviço da rede rodoviária classificada e reforçar o acesso a áreas rurais para intensificar o comércio intra-regional e inter-regional, melhorar o acesso aos principais centros de desenvolvimento do país e abrir as áreas de produção agrícola, ligando-as à rede classificada.</p> <p>Resultados esperados: (1) aumento da percentagem de estradas com mais de 7 m de largura, de 61% (8.790 km) em 2009 para 69,2% (10.162 km) em 2015; (2) reforço de 9,5% (1.332 km) da extensão linear de estradas pavimentadas em 2015; e (3) aumento da extensão linear de estradas de acesso pavimentadas, de 50% (2.059 km) no final de 2011 para 70% (8.826 km) até ao final de 2016.</p> <p>Co-financiadores: Governo (84,66 milhões de UC).</p>	282,98	198,32	
ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO				
Marrocos	<p><i>Actualização do abastecimento de água potável na zona costeira de Rabá-Casablanca</i></p> <p>Objectivo: reforçar o sistema de produção e abastecimento de água potável na zona costeira de Rabá-Casablanca, por forma a melhorar as condições socioeconómicas e de saúde da população.</p> <p>Resultados esperados: até ao final de 2015: (1) manutenção da taxa de acesso de 100% nas áreas urbanas das cidades em questão; (2) aumento da taxa de acesso nas áreas rurais das províncias em questão, passando dos actuais 87% para mais de 90%; (3) redução da taxa de mortalidade materna (causada por doenças transmitidas pela água), dos actuais 227 para menos de 50 por cada 100.000 nascimentos; e (4) redução da taxa de mortalidade neonatal e infantil (causada por doenças transmitidas pela água), dos actuais 40 para menos de 15 por cada 1.000 habitantes.</p> <p>Co-financiadores: Autoridade nacional para a água potável (ONEP) (41,67 milhões de UC).</p>	220,75	179,98	
OPERAÇÕES DE EMERGÊNCIA E AJUDA				
Chade	<p><i>Ajuda humanitária de emergência às vítimas da seca</i></p> <p>Objectivo: contribuir para o fornecimento de sementes para atenuar o sofrimento das vítimas da seca.</p> <p>Resultados esperados: aproximadamente 39.500 famílias recebem 396 toneladas de sementes para a plantação de mais de 59.400 ha.</p> <p>Co-financiadores: nenhum.</p>	N.A.		0,68
Níger	<p><i>Ajuda humanitária de emergência às vítimas da seca</i></p> <p>Objectivo: melhorar a produção agrícola e a segurança alimentar.</p> <p>Resultados esperados: aumento da auto-suficiência alimentar de 50.000 agregados familiares, de uma taxa de auto-suficiência alimentar de 40% em 2008.</p> <p>Co-financiadores: nenhum.</p>	N.A.		0,68
OPERAÇÕES DE EMERGÊNCIA E AJUDA				
Sudão	<p><i>Ajuda de emergência para atenuar os impactos das inundações em escolas no Estado de Khartoum</i></p> <p>Objectivo: dar resposta às necessidades urgentes e imediatas das vítimas das inundações, especialmente das crianças em idade escolar nas regiões mais pobres do Estado.</p> <p>Resultados esperados: manutenção da taxa de escolarização nos níveis actuais (90%); possível aumento da admissão resultante da reabilitação dos estabelecimentos escolares.</p> <p>Co-financiadores: nenhum.</p>	N.A.		0,68

Perfis dos projectos e programas aprovados pelo BAD em 2010 – Sector público (milhões de UC)

País	Projecto/Programa	Custo total	Crédito	Subsídio
Zâmbia	<p><i>Ajuda alimentar de emergência para as comunidades afectadas pelas inundações em 2009/2010</i></p> <p>Objectivo: dar resposta às necessidades imediatas das vítimas das inundações nas províncias afectadas, com o objectivo de contribuir para os esforços do Governo no sentido de atenuar o sofrimento de 185.406 agregados familiares.</p> <p>Resultados esperados: até ao final de 2011: (1) redução do risco de fome e redução do risco de colapso do sistema de produção de culturas; e (2) todos os agregados familiares afectados pelas inundações em questão alcançam segurança alimentar.</p> <p>Co-financiadores: nenhum.</p>	N.A.		0,66
Zimbabué	<p><i>Ajuda de emergência para apoiar esforços de controlo e prevenção de surtos de cólera</i></p> <p>Objectivo: reforçar a estratégia nacional de preparação para a cólera, de modo a conter o surto emergente e reduzir o risco de uma pandemia de cólera.</p> <p>Resultados esperados: (1) redução da incidência de cólera, de 100.000 em 2009 para menos de 1.000 até 2011; e (2) redução da taxa de letalidade, de 4,3% para menos de 1% até 2011.</p> <p>Co-financiadores: nenhum.</p>	N.A.		0,65
OUTRAS APROVAÇÕES				
Congo	<p><i>HIPC – Ponto de conclusão ao abrigo do quadro reforçado</i></p> <p>Objectivo: reduzir a dívida externa do Congo para níveis sustentáveis e encorajar a aplicação de poupanças obtidas com o alívio da dívida em medidas de redução da pobreza.</p> <p>Resultados esperados: (1) descida previsível do VAL do rácio dívida/PIB, de 44% em 2008 para 27% em 2013 e 6% em 2029; (2) descida previsível do VAL do rácio dívida/exportações, de 67% em 2008 para 34% em 2013 e 26% em 2029; e (3) queda previsível do VAL do rácio dívida/receitas, de 86% em 2008 para 52% em 2013 e 15% em 2029.</p> <p>Co-financiadores: FAD (1,71 milhões de UC).</p>	N.A.		25,89
Libéria	<p><i>HIPC – Ponto de conclusão ao abrigo do quadro reforçado</i></p> <p>Objectivo: reduzir o peso da dívida externa da Libéria e melhorar os seus indicadores de dívida externa para níveis sustentáveis, por forma a encorajar a aplicação de poupanças obtidas com o alívio da dívida em medidas de redução da pobreza.</p> <p>Resultados esperados: (1) queda do VAL do rácio dívida/exportações, de 286,7% no final de Junho de 2010 para uma média de 23,7% num período de cinco anos até ao final de Junho de 2015, seguindo-se uma subida ligeira para 25,4% até ao final de Junho de 2020, em grande parte devido à contracção de novos empréstimos; (2) descida do VAL do rácio dívida/PIB, de 175,2% no final de Junho de 2010 para uma média de cerca de 13,7% num período de cinco anos até ao final de Junho de 2015, seguindo-se uma subida ligeira para 14,2% até 2020; e (3) descida do VAL do rácio dívida/receitas, de 596,2% no final de Junho de 2010 para uma média de 48,6% nos cinco anos seguintes.</p> <p>Co-financiadores: FAD (5,35 milhões de UC); e FFN (28,83 milhões de UC).</p>	N.A.		118,25

Perfis dos projectos e programas aprovados pelo BAD em 2010 – Sector privado

(milhões de UC)

País	Projecto/Programa	Custo total	Crédito	Subsídio
AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL				
Mali	<p><i>Projecto de produção de açúcar de Markala</i></p> <p>Objectivo: aumentar a produção e as exportações de açúcar do Mali, estimulando assim a economia e criando emprego.</p> <p>Resultados esperados: até 2020: (1) produção de 190.000 toneladas de açúcar adicional, 15 milhões de litros de etanol e 30 MW de electricidade; (2) exportação de 52.000 toneladas de açúcar; e (3) criação de 858 empregos, pelo menos 25% para mulheres.</p> <p>Co-financiadores: DEG (17,04 milhões de UC); FMO (17,04 milhões de UC); BOAD (11,50 milhões de UC); OFID (8,52 milhões de UC); BIDC (8,52 milhões de UC); BDM (3,24 milhões de UC); e outros (15,33 milhões de UC).</p>	106,75	25,56	
COMUNICAÇÕES				
Multinacionais	<p><i>Satélite O3B</i></p> <p>Objectivo: conceber, construir, lançar e operar uma constelação de 8 satélites em órbita terrestre média (MEO).</p> <p>Resultados esperados: (1) disposição de 21 feixes de 1Gbps sobre África; (2) preço de largura de banda abaixo de 2.000 USD/MHz por mês (em comparação com os actuais 3.500 USD/MHz por mês); e (3) latência abaixo de 150 ms (em comparação com os actuais 500 ms).</p> <p>Co-financiadores: Instituições de financiamento ao desenvolvimento (DFI) (109,24 milhões de UC); e bancos comerciais (325,15 milhões de UC).</p>	466,52	32,13	
FORNECIMENTO DE ENERGIA				
Camarões	<p><i>Energia eléctrica de Dibamba</i></p> <p>Objectivo: aumentar a segurança do fornecimento de electricidade e reduzir as falhas de energia.</p> <p>Resultados esperados: (1) aumento da capacidade de produção de energia em 86 MW em 2010; (2) aumento do número de novos clientes; (3) aumento do número de agregados familiares com electricidade em 75.411; e (4) redução de 80% nas falhas de energia em 2010.</p> <p>Co-financiadores: IFC (22,82 milhões de UC); e FMO (22,82 milhões de UC).</p>	68,72	23,08	
Cabo Verde	<p><i>Projecto de energia eólica Cabeolica</i></p> <p>Objectivo: fornecer electricidade limpa e a preços acessíveis a partir de recursos eólicos domésticos, para substituir o fuelóleo importado utilizado para a produção de electricidade.</p> <p>Resultados esperados: (1) venda de 92 GWh em 2013; (2) maior penetração das fontes de energias renováveis, que representarão 30% até 2013; (3) redução da volatilidade no custo de produção para a Electra (companhia nacional de energia eléctrica); e (4) receitas adicionais para o Governo e a Electra.</p> <p>Co-financiadores: BEI (26,36 milhões de UC).</p>	39,54	13,18	

Perfis dos projectos e programas aprovados pelo BAD em 2010 – Sector privado (milhões de UC)

País	Projecto/Programa	Custo total	Crédito	Subsídio
Tunísia	<p><i>Entreprise Tunisienne d'Activités Pétrolières (ETAP) – Desenvolvimento do campo de petróleo e de gás de Hasdrubal</i></p> <p>Objectivo: reforçar a capacidade de produção de petróleo e de gás na Tunísia através do desenvolvimento do campo ao largo da costa de Hasdrubal.</p> <p>Resultados esperados: (1) aumento da produção de petróleo e de gás no país a partir da concessão de Hasdrubal até 2011 (gás natural: 880 milhões de metros cúbicos; GPL: 1,6 mil milhões de barris; petróleo: 3,5 mil milhões de barris); (2) aumento das receitas do Governo relacionadas com o petróleo e o gás em 720 milhões de USD (nominal) de 2010 para 2014; (3) melhoria da balança de pagamentos; e (4) criação de 1.200 postos de trabalho temporários e 90 postos de trabalho permanentes.</p> <p>Co-financiadores: British Gas Tunisia Ltd (BGT) (429,99 milhões de UC); e bancos locais (163,12 milhões de UC).</p>	690,98	97,87	
SECTOR FINANCEIRO				
Nigéria	<p><i>Guaranty Trust Bank PLC</i></p> <p>Objectivo: aumentar a liquidez disponível para sustentar o financiamento de projectos em curso em sectores fundamentais e impulsionar a capacidade produtiva.</p> <p>Resultados esperados: (1) disponibilidade de crédito acessível/liquidez para projectos fundamentais na Nigéria (13 projectos em sete sectores até 2015); e (4) aumento da capacidade produtiva das entidades beneficiárias.</p> <p>Co-financiadores: nenhum.</p>	N.A.	67,83	
Ruanda	<p><i>Banque Rwandaise de Développement (Banco Ruandês de Desenvolvimento)</i></p> <p>Objectivo: reforçar o banco, aumentando assim a disponibilidade de financiamento a longo prazo para projectos em curso e recentemente identificados em sectores fundamentais.</p> <p>Resultados esperados: (1) disponibilização de fundos para pelo menos 15 projectos até 2013 e pelo menos 31 projectos até 2015; (2) sector agrícola a beneficiar de pelo menos 26% dos fundos disponibilizados e 30% a favor das indústrias orientadas para as exportações; e (3) redução dos empréstimos improdutivos para menos de 10% até 2011 e 7% até 2015.</p> <p>Co-financiadores: nenhum.</p>	N.A.	5,09	
Ruanda	<p><i>Banque de Kigali (BK) (Banco de Kigali)</i></p> <p>Objectivo: reforçar o balanço do BK através da disponibilização de fundos complementares (Tier 2) para a concessão de crédito aos clientes do BK.</p> <p>Resultados esperados: (1) disponibilização total do mecanismo para pelo menos 20 subprojectos elegíveis nos subsectores da indústria transformadora, agricultura e desenvolvimento rural, infra-estruturas, turismo e PME, no prazo de dois anos após o levantamento do crédito; (2) financiamento adicional de 20 milhões de USD alavancado da base de capital do BK para subprojectos no Ruanda até 2017; (3) financiamento adicional de 10 milhões de USD catalisado para subprojectos no Ruanda ao abrigo de acordos de co-financiamento até 2017; e (4) abertura de 10 sucursais novas pelo BK.</p> <p>Co-financiadores: nenhum.</p>	N.A.	7,63	

Perfis dos projectos e programas aprovados pelo BAD em 2010 – Sector privado

(milhões de UC)

País	Projecto/Programa	Custo total	Crédito	Subsídio
África do Sul	<p><i>Linha de crédito para a Industrial Development Corporation of South Africa (IDC) (Sociedade para o desenvolvimento industrial da África do Sul)</i></p> <p>Objectivo: melhorar as bases macroeconómicas da IDC, aumentando assim a disponibilidade de financiamento privado para projectos sustentáveis e produtivos.</p> <p>Resultados esperados: até 2020: (1) geração anual de 140 milhões de USD de exportações adicionais por subprojectos; (2) geração anual de 75 milhões de USD de receitas adicionais (impostos, etc.) por subprojectos; e (3) criação de 6.920 novos postos de trabalho a tempo inteiro por subprojectos.</p> <p>Co-financiadores: nenhum.</p>	N.A.	132,35	
Multinacionais	<p><i>Banco Africano de Importação e Exportação (Afreximbank)</i></p> <p>Objectivo: disponibilização de financiamento adequado e acessível para o comércio e para projectos relacionados com o comércio.</p> <p>Resultados esperados: (1) financiamento de aproximadamente 65 novas operações de financiamento do comércio nos próximos cinco anos; (2) criação de 660 novos postos de trabalho permanentes; (3) atribuição de pelo menos 1,7 mil milhões de USD até 2015; e (4) manutenção, por parte do Afreximbank, do baixo nível actual de empréstimos improditivos em cerca de 1%.</p> <p>Co-financiadores: nenhum.</p>	N.A.	101,43	
INDÚSTRIA, EXPLORAÇÃO DE MINAS E DE PEDREIRAS				
Egipto	<p><i>Egyptian Refining Company (ERC) (Empresa de refinaria egípcia)</i></p> <p>Objectivo: contribuir para a redução da dependência do país nas importações de produtos petrolíferos refinados e promover a transformação local dos produtos.</p> <p>Resultados esperados: (1) melhor fornecimento de produtos refinados disponíveis para consumo doméstico (5 mt de produtos refinados vendidos em 2015); (2) aumento das oportunidades de emprego para cidadãos nacionais (criação de 8.000 postos de trabalho durante a construção e 790 postos de trabalho permanentes a partir de 2015); e (3) aumento das receitas estatais (impostos e dividendos) e redução do défice público no âmbito de despesas relacionadas com subsídios (média de 88 milhões de USD/ano de impostos sobre as sociedades a partir de 2015 e média de 36 milhões de USD/ano de dividendos a partir de 2015).</p> <p>Co-financiadores: KEXIM (456,75 milhões de UC); BEI (277,96 milhões de UC); JBIC (352,35 milhões de UC); NEXIM (234,90 milhões de UC); e MITSUI (131,50 milhões de UC).</p>	1.600,27	146,81	
Gana	<p><i>Aumento do empréstimo ao Hotel Kempinski Accra</i></p> <p>Objectivo: alargar a qualidade baseada no trabalho e a capacidade de negócios da indústria hoteleira, assim como o desenvolvimento das PME, por forma a aumentar o interesse no Gana como destino de negócios.</p> <p>Resultados esperados: (1) aumento dos lucros provenientes de impostos e dividendos para o Governo (aproximadamente o valor actual para 8,5 milhões de USD em impostos e dividendos); (2) aumento das oportunidades de emprego para cidadãos nacionais durante a construção e a exploração (500 postos de trabalho durante a construção e 352 postos de trabalho a tempo inteiro durante a exploração), 30% das quais para mulheres; (3) aumento do número de hotéis de 5 estrelas estabelecidos (de dois para cinco) num prazo de 6 anos; e (4) aumento dos serviços de <i>catering</i> de hotéis subcontratados a PME locais.</p> <p>Co-financiadores: nenhum.</p>	N.A.	1,32	
Ruanda	<p><i>"La Cimenterie du Rwanda"</i></p> <p>Objectivo: expandir as capacidades locais de produção de cimento, por forma a apoiar os sectores de infra-estruturas, construção comercial e habitação do Ruanda.</p> <p>Resultados esperados: até 2015: (1) VAL dos impostos pagos ao Governo atinge 10 milhões de USD; (2) diminuição da percentagem das importações no consumo de cimento nacional, de 60% em 2008 para menos de 5%; (3) aumento das exportações (exportação anual de 92 mil toneladas de cimento); (4) criação de 500 postos de trabalho directos durante a construção e 285 durante a exploração, 15% dos quais para mulheres; e (5) diminuição dos preços do cimento em 25% por ano.</p> <p>Co-financiadores: KCB (16,06 milhões de UC); e PTA (13,75 milhões de UC).</p>	49,09	19,28	

Perfis dos projectos e programas aprovados pelo BAD em 2010 – Sector privado

(milhões de UC)

País	Projecto/Programa	Custo total	Crédito	Subsídio
TRANSPORTES				
Senegal	<p><i>Auto-estrada com portagem em Dakar</i></p> <p>Objectivo: disponibilizar uma estrada rápida e segura que ligue o centro de Dakar e Diamniadio, uma porta de entrada para um novo pólo de desenvolvimento económico.</p> <p>Resultados esperados: (1) redução do tempo médio de viagem entre Dakar e Diamniadio, de 120 para 45 minutos; (2) redução da percentagem de operadores económicos que consideram o transporte para Dakar um grande obstáculo, de 35% em 2008 para 10% em 2014; e (3) melhoria das condições de vida da população e das famílias.</p> <p>Co-financiadores: Governo (107,87 milhões de UC); IFC (18,25 milhões de UC); BOAD (19,08 milhões de UC); e CBAO (4,98 milhões de UC).</p>	161,38	11,20	
Senegal	<p><i>Aeroporto Internacional de Blaise Diagne</i></p> <p>Objectivo: disponibilizar um aeroporto moderno que permitirá ao Dakar satisfazer o volume crescente de tráfego aéreo.</p> <p>Resultados esperados: (1) aumento da eficiência e competência do principal aeroporto de Dakar; (2) melhoria das condições de vida da população e das famílias que vivem perto do antigo aeroporto: redução de 95 decibéis nas imediações do aeroporto actual após o seu encerramento; (3) aumento do número de companhias aéreas com voos para o Dakar; e (4) criação de um centro regional de transporte.</p> <p>Co-financiadores: FAD (59,63 milhões de UC); BOAD (19,59 milhões de UC); IDC (42,59 milhões de UC); OFID (17,04 milhões de UC); IsDB (59,63 milhões de UC); e Fundo saudita (64,66 milhões de UC).</p>	322,77	59,63	
TRANSPORTES				
África do Sul	<p><i>Transnet Limited</i></p> <p>Objectivo: permitir que a empresa Transnet Limited aumente a sua capacidade de carga através da reabilitação, modernização e expansão da sua infra-estrutura, com o objectivo de melhorar a eficiência e competitividade da África do Sul.</p> <p>Resultados esperados: (1) aumento da capacidade ferroviária, de 177 milhões de toneladas por ano em 2010 para 249 milhões de toneladas por ano em 2015; (2) aumento de 21% nas exportações de carvão, de 15,465 em 2010 para 19,739 (GTK'000/locomotiva/m) em 2015; e (3) aumento de 35% nas exportações de ferro, de 37,451 em 2010 para 57,945 (GTK'000/locomotiva/m) em 2015.</p> <p>Co-financiadores: nenhum.</p>	N.A.	271,31	
OUTRAS APROVAÇÕES				
Costa do Marfim	<p><i>Participações de capital na MicroCred Côte d'Ivoire</i></p> <p>Objectivo: aumentar a oferta de crédito para as micro, pequenas e médias empresas (MPME) e elevar o nível de vida dos segmentos mais desfavorecidos da população.</p> <p>Resultados esperados: até 2015: (1) criação de 19 sucursais e 77.539 mutuários activos (42.100 dos quais são mulheres); (2) distribuição de 112 milhões de euros para MPME e cobrança de 69 milhões de euros de poupanças de 160.288 aforradores; e (3) aumento do montante médio de empréstimos concedidos a microempresas/PME em pelo menos 25%, em comparação com 2010.</p> <p>Co-financiadores: nenhum.</p>	N.A.	0,97	

Perfis dos projectos e programas aprovados pelo BAD em 2010 – Sector privado

(milhões de UC)

País	Projecto/Programa	Custo total	Crédito	Subsídio
Multinacionais	<p><i>Participações de capital no Fundo de Infra-estruturas de Argan</i></p> <p>Objectivo: aumentar a participação do sector privado em projectos de infra-estruturas através da promoção do investimento de capital do Fundo.</p> <p>Resultados esperados: (1) mobilização do montante de financiamento global do sector privado para o desenvolvimento de infra-estruturas: 2,5 mil milhões de euros até 2015; e (2) criação de 1.500 postos de trabalho a tempo inteiro até 2015.</p> <p>Co-financiadores: nenhum.</p>	N.A.	13,48	
Multinacionais	<p><i>Investimento de capital no Fundo Helios Investors II</i></p> <p>Objectivo: aumentar os investimentos em empresas seleccionadas em África e criar defensores regionais de transacções em plataformas.</p> <p>Resultados esperados: até 2019: (1) maior acesso das empresas ao capital; aumento do volume de negócios e dos lucros: capital mobilizado de outras fontes atinge 250 milhões de USD; (2) as empresas em carteira tornam-se empresas regionais de pleno direito (ou seja, a operar em mais de dois países); (3) maior acesso dos agregados familiares e das empresas à energia e às telecomunicações; e (4) receitas do Estado provenientes de empresas em carteira atingem 294 milhões de USD.</p> <p>Co-financiadores: nenhum.</p>	N.A.	19,76	
Multinacionais	<p><i>Investimento de capital no Fundo Africano de Capitalização (ACF)</i></p> <p>Objectivo: reforçar os bancos com importância sistémica e melhorar a sua capacidade de intermediação financeira.</p> <p>Resultados esperados: (1) redução da taxa de insucesso do banco: aumento dos empréstimos em 5% relativamente ao nível de base (ano de investimento); (2) melhoria do desempenho financeiro: 100% dos bancos cumprem as metas <i>ex ante</i> da IFC; e (3) criação de 5% de emprego permanente relativamente ao nível de base.</p> <p>Co-financiadores: nenhum.</p>	N.A.	32,93	
Multinacionais	<p><i>Investimento de capital no Fundo Agrícola Africano</i></p> <p>Objectivo: expandir as empresas e as PME que operam no sector da agro-indústria em África.</p> <p>Resultados esperados: (1) aumento do número de empresas e PME comercialmente viáveis em África; (2) aumento da resistência macroeconómica das empresas do sector agro-industrial; e (3) aumento das receitas do Estado.</p> <p>Co-financiadores: nenhum.</p>	N.A.	26,47	
OUTRAS APROVAÇÕES				
Multinacionais	<p><i>Investimento de capital no Fundo 8 Miles</i></p> <p>Objectivo: expandir as empresas privadas que operam nos sectores da agro-indústria, consumo e serviços financeiros em África.</p> <p>Resultados esperados: até 2020: (1) aumento do número e maior crescimento das empresas privadas comercialmente viáveis nos países beneficiários do investimento: a taxa interna de retorno (TIR) destas empresas atinge 25%; (2) criação de 10.000 postos de trabalho; (3) aumento das receitas fiscais em 150 milhões de USD; (4) aumento do volume de vendas em 100%; e (5) aumento das receitas das exportações em 10%.</p> <p>Co-financiadores: nenhum.</p>	N.A.	33,91	

Perfis dos projectos e programas aprovados pelo BAD em 2010 – Sector privado (milhões de UC)

País	Projecto/Programa	Custo total	Crédito	Subsídio
Multinacionais	<p><i>Investimento de capital no Novo Fundo Mineiro de África (NAME) II</i></p> <p>Objectivo: oferecer financiamento para actividades de exploração e pré-desenvolvimento por empresas jovens e intermediárias.</p> <p>Resultados esperados: (1) 1.200 milhões de USD para empresas locais durante a construção (VAL); (2) criação de 330 postos de trabalho durante a exploração, 20.400 postos de trabalho durante a construção e 11.700 postos de trabalho durante a produção; percentagem de mulheres empregadas: 15%; e (3) 900 milhões de USD por ano em direitos, impostos e juros transitados pagos aos governos (VAL).</p> <p>Co-financiadores: nenhum.</p>	N.A.	16,90	
Multinacionais	<p><i>Investimento de capital no Fundo do Summit Development Group (SDG)</i></p> <p>Objectivo: reforçar a capacidade das instituições financeiras (IF) beneficiárias do investimento do SDG para apoiar as PME.</p> <p>Resultados esperados: (1) aumento do financiamento para as IF beneficiárias: capital de 116 milhões de USD investido nas IF beneficiárias e 278 milhões de USD alavancados em empréstimos para as IF beneficiárias ao longo de 10 anos; (2) melhoria do desempenho das IF beneficiárias: 15% de crescimento dos lucros e 29% de crescimento dos activos das IF beneficiárias ao longo de 10 anos; (3) criação de mais de 4.000 postos de trabalho ao nível do SDG e das IF beneficiárias e cerca de 1 milhão de postos de trabalho ao nível das PME (40-50% para mulheres); (4) acesso de 120.000 PME novas ao financiamento das IF beneficiárias ao longo da vigência do Fundo; e (5) concessão de mais de 2.000 empréstimos hipotecários à habitação e 4.000 empréstimos para melhoramentos à habitação a indivíduos anteriormente não abrangidos pelas IF beneficiárias ao longo da vigência do Fundo.</p> <p>Co-financiadores: nenhum.</p>	N.A.	16,57	
Multinacionais	<p><i>Investimento de capital no Fundo Africano de Garantia (AGF) para as pequenas e médias empresas</i></p> <p>Objectivo: aumentar gradualmente a disponibilidade de empréstimos a curto e a mais longo prazo de instituições financeiras para o sector das PME.</p> <p>Resultado esperado: (1) melhoria da concessão de crédito ao sector das PME por parte de um número crescente (30) de instituições financeiras; (2) taxa de crescimento de 20% no volume de empréstimos a curto e a mais longo prazo para as PME; (3) prestação de serviços completos, por parte de 30 IF, a favor de PME nos países de funcionamento; (4) dos postos de trabalho criados através de garantias do AGF, 20% são para mulheres e 20% são para jovens; e (5) pelo menos 1.000 PME pertencentes a mulheres e jovens.</p> <p>Co-financiadores: nenhum.</p>	N.A.	6,43	
Multinacionais	<p><i>Investimento de capital no Fundo Catalyst</i></p> <p>Objectivo: expandir as empresas privadas que operam nos sectores de bens de consumo, indústrias e serviços nos países visados.</p> <p>Resultados esperados: até 2015: (1) aumento do número e maior crescimento das empresas privadas comercialmente viáveis nos países beneficiários do investimento; (2) criação de 1.000 novos postos de trabalho, 40% dos quais para mulheres; (3) aumento das receitas fiscais das empresas beneficiárias em 25%; (4) aumento dos volumes de vendas das empresas beneficiárias em 25%; e (5) aumento das exportações das empresas beneficiárias em 10%.</p> <p>Co-financiadores: nenhum.</p>	N.A.	9,64	
OUTRAS APROVAÇÕES				
Multinacionais	<p><i>Participações de capital no Fundo Africano para as Florestas do GEF</i></p> <p>Objectivo: expandir as empresas privadas que operam nos sectores da silvicultura, recursos naturais e transformação em África.</p> <p>Resultados esperados: (1) aumento do número de empresas privadas comercialmente viáveis em África (TIR: 12,9%); (2) criação de 9.950 postos de trabalho, 30% dos quais para mulheres; e (3) sequestro anual de 4,5 milhões de toneladas de CO₂ após o período de compromisso.</p> <p>Co-financiadores: nenhum.</p>	N.A.	12,85	

Fonte: Departamento de Estatística do GBAD.

Perfis dos projectos e programas aprovados pelo FAD em 2010 (milhões de UC)

País	Projecto/Programa	Custo total	Crédito	Subsídio
AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL				
Libéria	<p><i>Reabilitação do sector agrícola</i></p> <p>Objectivo: aumentar o rendimento dos pequenos agricultores e empresários rurais (incluindo mulheres), numa base sustentável, por forma a contribuir para a segurança alimentar e para a redução da pobreza.</p> <p>Resultados esperados: (1) até 2018, aumento anual de 10% na produção doméstica de arroz e aumento de 1,2% na produção de mandioca; (2) até 2015, aumento nos rendimentos anuais dos agregados familiares dos agricultores que cultivam arroz e mandioca, de 350 USD para 1.730 USD na área do projecto; e (3) aumento do emprego: 453.800 pessoas/dias até 2012 e 498.800 pessoas/dias até 2015.</p> <p>Co-financiadores: FIDA (3,40 milhões de UC); Governo (1,70 milhões de UC); e beneficiários (0,70 milhões de UC).</p>	11,80		6,00
Mali	<p><i>Projecto de produção de açúcar de Markala – Componente agrícola</i></p> <p>Objectivo: garantir um aumento sustentável do rendimento das partes interessadas do sector do açúcar, por forma a contribuir para o crescimento económico equitativo e sustentável no país.</p> <p>Resultados esperados: (1) aumento do rendimento dos agricultores, de 2009 para 2014: de 49.500 FCFA/ha para 439.000 FCFA/ha relativamente à cana-de-açúcar, 340.000 FCFA/ha relativamente ao arroz e mais de 1.200.000 FCFA/ha relativamente aos tomates e às cebolas; e (2) criação de 8.000 postos de trabalho directos até ao final de 2014.</p> <p>Co-financiadores: IsDB (14,28 milhões de UC); KFAED (11,53 milhões de UC); Fundo saudita para o desenvolvimento (11,12 milhões de UC); KEX (14,60 milhões de UC); OFID (10,90 milhões de UC); BOAD (15,18 milhões de UC); BIDC (13,50 milhões de UC); e Governo (55,94 milhões de UC).</p>	176,02	28,97	
Ruanda	<p><i>Actividades de preparação do programa de apoio à infra-estrutura pecuária (PPF)</i></p> <p>Objectivo: avaliar os requisitos de água das explorações pecuárias, realizar estudos e investigações técnicas relevantes, preparar projectos de engenharia detalhados para as 72 instalações do sistema de abeberamento dos animais (LWS) e os documentos do concurso para facilitar a construção de estruturas civis e hidráulicas, e propor um sistema de gestão para a operação e manutenção das 72 instalações do LWS.</p> <p>Resultados esperados: (1) relatórios sobre os requisitos de água para o gado das bacias leiteiras de Gishwati e Umutara, os recursos hídricos disponíveis e proposta para o desenvolvimento do abastecimento de água para os criadores de gado; (2) relatórios do projecto de engenharia preliminar e detalhado das 72 instalações do LWS e documentos do concurso para os trabalhos de construção civil; (3) proposta para o sistema de gestão das 72 instalações do LWS; e (4) relatório de análise do impacto ambiental e social das 72 instalações do LWS.</p> <p>Co-financiadores: nenhum.</p>	N.A.	0,50	

Perfis dos projectos e programas aprovados pelo FAD em 2010 (milhões de UC)

País	Projecto/Programa	Custo total	Crédito	Subsídio
São Tomé e Príncipe	<p><i>Reabilitação de infra-estruturas para o apoio à segurança alimentar</i></p> <p>Objectivo: melhorar a disponibilidade de produtos agrícolas e da pesca através da reabilitação de infra-estruturas agrícolas, rurais e de pesca artesanal.</p> <p>Resultados esperados: (1) aumento sustentável da produção da pesca artesanal e da agricultura de regadio; (2) melhoria da preservação e valorização dos produtos agrícolas e da pesca; (3) abertura das zonas rurais; e (4) reforço da capacidade institucional e técnica das agências de apoio.</p> <p>Co-financiadores: Beneficiários (0,10 milhões de UC); e Governo (0,16 milhões de UC).</p>	5,26		5,00
FORNECIMENTO DE ENERGIA				
Burquina Faso	<p><i>Reforço das infra-estruturas de electricidade e electrificação rural</i></p> <p>Objectivo: reforçar e ampliar as redes de transporte e distribuição, e preparar estudos de viabilidade técnica, económica, financeira e ambiental do projecto de reforço e ampliação da rede de Uagadugu, assim como o da linha de alta tensão Zano-Koupela.</p> <p>Resultados esperados: (1) maior cobertura nacional da rede: aumento do número de importações de energia hidroeléctrica, de 80 MWh em 2008 para 111 MWh até 2014, e aumento do número de novas localidades electrificadas; (2) redução da taxa de perdas técnicas e comerciais, de 7% em 2007 para 5% até 2014 e de 0,49% em 2007 para 0,2%, respectivamente; (3) redução dos custos de produção; e (4) aumento da taxa de electrificação rural, de 3,5% em 2007 para 36% até 2015.</p> <p>Co-financiadores: Sonabel (7,43 milhões de UC); FED (2,75 milhões de UC); Governo (0,29 milhões de UC); e clientes (0,56 milhões de UC).</p>	36,18		25,15
Camarões	<p><i>Projecto de reforço e ampliação da rede de transporte e distribuição de electricidade</i></p> <p>Objectivo: reforçar e ampliar os sistemas de transporte e distribuição de energia eléctrica para localidades e clientes novos, por forma a melhorar o acesso da população a energia eléctrica adequada e a ajudar a melhorar o quadro de desenvolvimento social e económico do país.</p> <p>Resultado esperado: (1) aumento da cobertura nacional das redes de alta, média e baixa tensão: electrificação de 423 localidades até 2014; (2) redução da taxa de perdas técnicas e comerciais, de 10,5% em 2007 para 9% até 2014 e de 7% para 5%, respectivamente; e (3) aumento da taxa de electrificação nacional, de 18% em 2007 para 27% até 2014, e da taxa de electrificação rural, de 3,5% em 2007 para 20% até 2014.</p> <p>Co-financiadores: JICA (20,91 milhões de UC); Governo (6 milhões de UC); e consumidores (0,44 milhões de UC).</p>	58,99	31,64	
República Democrática do Congo	<p><i>Projecto de electrificação de zonas semi-urbanas e rurais</i></p> <p>Objectivo: desenvolver instalações de distribuição de energia eléctrica em Kinshasa e nas quatro localidades seleccionadas e contribuir para a preparação de uma carteira de projectos de energia credíveis e viáveis na República Democrática do Congo.</p> <p>Resultados esperados: (1) diminuição dos períodos de redução da carga e de cortes de energia eléctrica em Kinshasa, de 20% em 2010 para 9% em 2015; (2) aumento da taxa de acesso à electricidade, de 1% (média nacional) em 2010 para 50% em 2015, nas localidades visadas pelo projecto; (3) redução da taxa de perdas técnicas em Kinshasa, de 30% em 2010 para 10% em 2015; e (4) disponibilização de 15 estudos de electrificação total até 2015.</p> <p>Co-financiadores: Governo (0,69 milhões de UC).</p>	70,38		69,69
Etiópia	<p><i>Melhoria do sistema de transporte de electricidade</i></p> <p>Objectivo: melhorar o fornecimento de energia em termos de quantidade e qualidade, através do reforço da capacidade de transporte, redução das perdas do sistema e disponibilização de vias alternativas de electricidade.</p> <p>Resultados esperados: (1) aumento do fornecimento de energia na região; (2) redução das perdas totais para menos de 12%; (3) aumento do número de ligações aos clientes, de 2,1 milhões em 2010 para 3,6 milhões até 2015; e (4) maior acesso à electricidade, de 41% em 2010 para 75% até 2015.</p> <p>Co-financiadores: Companhia de Electricidade da Etiópia (EEPCo)/Governo (23,06 milhões de UC).</p>	174,81	93,75	58,00

Perfis dos projectos e programas aprovados pelo FAD em 2010 (milhões de UC)

País	Projecto/Programa	Custo total	Crédito	Subsídio
Quénia	<p><i>Melhoria do sistema de transporte de energia</i></p> <p>Objectivo: aumentar a capacidade de fornecimento através de uma redução das perdas do sistema e disponibilizar vias alternativas de electricidade, para aumentar a fiabilidade e melhorar a qualidade da energia nas 4 sub-regiões.</p> <p>Resultados esperados: (1) aumentar o fornecimento de energia nas quatro regiões da Kenya Power&Lighting Company (KPLC); para o período de 2010 a 2017, de 22 MW para 41 MW na região Ishiara-Kieni; de 13 MW para 24 MW em Narok/Sotik-Bomet; de 13 MW para 20 MW em Mwingi-Kitu-Wote-Sultan Hamud; e de 16 MW para 25 MW em Nanyuki-Nyahururu; e (2) redução das perdas, de 16,3% em 2009 para 15,7% até 2014 e 15,4% até 2017.</p> <p>Co-financiadores: Governo (14,07 milhões de UC).</p>	60,77	46,70	
FORNECIMENTO DE ENERGIA				
Tanzânia	<p><i>Linha de transporte Iringa-Shinyanga</i></p> <p>Objectivo: oferecer uma infra-estrutura adequada de transporte para ligar as fontes de produção existentes e futuras no Sul e Sudoeste da Tanzânia aos centros de carga nas regiões de Mwanza e Arusha no Norte e facilitar o comércio regional de energia no futuro, especialmente com o Quénia a Norte e a Zâmbia a Sul.</p> <p>Resultados esperados: (1) reforço do sistema nacional de energia; (2) 500.000 novas ligações à rede até 2018; e (3) cooperação e desenvolvimento económico regional: facilitação do comércio regional de energia com a Pool de energia da África Oriental (EAPP) e a Pool de energia da África Austral (SAPP); comercialização de 200 MW de energia até 2017.</p> <p>Co-financiadores: AID (97,50 milhões de UC); BEI (88,58 milhões de UC); JICA (42,72 milhões de UC); e Coreia (23,75 milhões de UC).</p>	297,91	45,36	
Multinacionais	<p><i>Empréstimo complementar ao Quénia para a secção do Quénia do projecto de interligação de redes eléctricas dos países da região dos lagos equatoriais do Nilo</i></p> <p>Objectivo: melhorar o acesso à electricidade nos países da Iniciativa da bacia do Nilo (NBI) mediante uma partilha transfronteiriça acrescida de energia e de electricidade.</p> <p>Resultados esperados: (1) maior disponibilidade de energia eléctrica na região dos lagos equatoriais do Nilo; (2) redução do preço da energia eléctrica: preço médio por KWh de 20 centimos (USD) em 2008 para 8 centimos em 2020; e (3) as taxas nacionais de acesso serão de: 3% em 2015 e 5% em 2020 no Burundi; 15% em 2015 e 22% em 2020 no Quénia; 9% em 2015 e 13% em 2020 no Uganda; 4% em 2015 e 13% em 2020 na RDC Oriental; e 9% em 2015 e 13% em 2020 no Ruanda.</p> <p>Co-financiadores: nenhum.</p>	N.A.	22,04	
SECTOR FINANCEIRO				
Multinacionais	<p><i>Desenvolvimento de um sistema de pagamento para a Zona monetária da África Ocidental (WAMZ) (Gâmbia, Guiné, Serra Leoa e Libéria)</i></p> <p>Objectivo: melhorar as infra-estruturas básicas do sector financeiro na WAMZ mediante a modernização dos sistemas de pagamento em quatro países membros: Gâmbia, Guiné, Serra Leoa e Libéria.</p> <p>Resultados esperados: nos quatro países da WAMZ: (1) aumento da percentagem de cidadãos com acesso ao sector financeiro formal, de cerca de 8% em 2007 para 12% até 2012, com uma maioria de mulheres; (2) aumento do volume de transferências de fundos de elevado valor em 45%, de 1.370 em 2007 para 2.000 até 2012; (3) redução do ciclo de liquidação em número de dias de cheques locais e nacionais em até 50% até 2012; e (4) aumento do volume de transacções de valor reduzido, com cheques, em 46%, de 3.514 em 2007 para 5.145 até 2012.</p> <p>Co-financiadores: Bancos centrais (4,74 milhões de UC); e bancos comerciais (5,76 milhões de UC).</p>	15,50		5,00

Perfis dos projectos e programas aprovados pelo FAD em 2010 (milhões de UC)

País	Projecto/Programa	Custo total	Crédito	Subsídio
ACTIVIDADES MULTISSECTORIAIS				
Benim	<p><i>Apoio à gestão das finanças públicas e à melhoria do ambiente de negócios</i></p> <p>Objectivo: melhorar a gestão das finanças públicas e melhorar o ambiente de negócios.</p> <p>Resultados esperados: (1) melhoria do sistema de controlo externo das finanças públicas; (2) melhoria do sistema de gestão das contratações; (3) melhoria da qualidade da carteira do Banco no Benim; (4) redução do preço e do prazo de registo de empresas; (5) introdução da taxa de desenvolvimento; e (6) gestão simplificada do Departamento Aduaneiro modernizado.</p> <p>Co-financiadores: Governo (1,75 milhões de UC).</p>	11,11	4,36	5,00
ACTIVIDADES MULTISSECTORIAIS				
Burquina Faso	<p><i>Quinto programa de apoio à estratégia de redução da pobreza (PARSP V)</i></p> <p>Objectivo: contribuir para a recuperação da economia e a estabilidade do quadro macroeconómico, e melhorar a gestão das finanças públicas.</p> <p>Resultados esperados: (1) estabilização do quadro macroeconómico: aumento da produção de algodão (em volume) em pelo menos 40% em 2010, em comparação com 2009, e aumento das receitas das exportações em 5%, no mínimo, em comparação com 2009; (2) reforço da programação orçamental: aumento da percentagem do orçamento do Governo atribuído a sectores prioritários, de 32,3% em 2008 para 33,3% em 2010; e (3) aumento da percentagem de contratação pública com base em concursos públicos, de 75% em 2009 para 85% em 2010.</p> <p>Co-financiadores: FMI (7,45 milhões de UC); AID (40 milhões de UC); UE (47 milhões de UC); Dinamarca (6 milhões de UC); França (6 milhões de UC); Países Baixos (18 milhões de UC); Suíça (4 milhões de UC); Suécia (11 milhões de UC); Alemanha (8 milhões de UC); Iniciativa de financiamento acelerado para a educação (FTI-Education) (30 milhões de UC); e Programa nacional de abastecimento de água e saneamento (PN-WSS) (2 milhões de UC).</p>	189,45		10,00
Burundi	<p><i>Terceiro programa de apoio à reforma económica (ERRP III)</i></p> <p>Objectivo: melhorar a qualidade da gestão dos recursos públicos e consolidar os sistemas de controlo externo e interno das finanças públicas.</p> <p>Resultados esperados: (1) orçamento exaustivo e melhoria da documentação orçamental; (2) melhoria da execução orçamental; (3) reforço do controlo interno: aumento do número de controlos realizados pela Unidade de Inspeção e Controlo Internos, de 12 em 2009 para 20 em 2010, e aumento do número de controlos realizados pela Inspeção Geral do Estado (IGE), de 111 em 2009 para 120 em 2010; e (4) melhoria do sistema de controlo externo.</p> <p>Co-financiadores: Banco Mundial (16,54 milhões de UC); Comissão Europeia (13,18 milhões de UC); Países Baixos (8,60 milhões de UC); e Noruega (6,62 milhões de UC).</p>	54,95		10,00

Perfis dos projectos e programas aprovados pelo FAD em 2010 (milhões de UC)

País	Projecto/Programa	Custo total	Crédito	Subsídio
Camarões	<p><i>Projecto de apoio à modernização do sistema de registo predial e do ambiente de negócios</i> Objectivo: modernizar e desenvolver o registo predial e reforçar a competitividade. Resultado esperado: (1) acesso seguro e fiável às dívidas hipotecárias: aumento do número de títulos de propriedade, de 135% anualmente em 2009 para 215% até 2014, e redução do prazo legal para o processamento de dossiês, de 12 meses para um máximo de 6 meses até 2014; (2) aumento do rendimento das terras nas quatro cidades-piloto, de 3,10 mil milhões de FCFA em 2009 para 4,98 mil milhões de FCFA em 2014; (3) redução do número de litígios imobiliários, de 768 em 2009 para menos de 500 até 2014; e (4) reforço da competitividade económica: aumento do número de empresas criadas em Douala e laundé, de 55.440 em 2009 para 60.984 até 2014. Co-financiadores: Governo (1,22 milhões de UC).</p>	8,22	7,00	
Cabo Verde	<p><i>Empréstimo adicional de apoio orçamental para o programa de apoio à estratégia de redução da pobreza (PRSSP-II)</i> Objectivo: reforçar a gestão das finanças públicas (PFM) e melhorar o ambiente de negócios, por forma a contribuir para a redução da pobreza, mediante a estimulação da transformação e do crescimento económicos. Resultados esperados: (1) melhoria da gestão da dívida pública: manutenção do rácio dívida doméstica/ PIB abaixo ou igual a 20% em 2010 (19,3% em 2007); (2) melhoria da afectação e programação orçamental; (3) melhoria da gestão e viabilidade do sector energético e da ELECTRA; e (4) melhoria do ambiente de negócios: redução do tempo de criação de empresas, de 52 dias em 2007 para 1 dia em 2009. Co-financiadores: nenhum.</p>	N.A.	7,05	
ACTIVIDADES MULTISSECTORIAIS				
Comores	<p><i>Projecto de reforço da capacidade institucional (ICBP)</i> Objectivo: reforçar a capacidade institucional em termos de gestão económica e financeira, em especial gestão e monitorização dos recursos públicos, assim como as estatísticas socioeconómicas de monitorização/ avaliação dos PRSP. Resultados esperados: (1) melhor gestão dos recursos públicos; e (2) melhoria do mecanismo de preparação das estatísticas de base e da capacidade de monitorização da implementação dos PRSP: disponibilização de contas nacionais definitivas para 1999-2009; elaboração periódica de estatísticas de preços e relatório periódico de monitorização/avaliação dos PRSP. Co-financiadores: nenhum.</p>	N.A.		0,59

Perfis dos projectos e programas aprovados pelo FAD em 2010 (milhões de UC)

País	Projecto/Programa	Custo total	Crédito	Subsídio
Congo	<p><i>Apoio institucional para a melhoria do ambiente de negócios e a diversificação da economia congoleza (PACADEC)</i></p> <p>Objectivo: melhorar o ambiente de negócios, por forma a contribuir para a diversificação da economia congoleza, facilitando a criação de empresas e o desenvolvimento do sector privado não petrolífero.</p> <p>Resultados esperados: (1) simplificação das formalidades administrativas para a criação de empresas: redução dos custos de criação de uma empresa em percentagem de PIB <i>per capita</i>, de 86,5% em 2010 para 40% em 2014, e redução do prazo para a criação de uma empresa, de 37 dias em 2009 para 20 dias em 2015; (2) melhoria do acesso às dívidas hipotecárias, como resultado de uma operação-piloto em Pointe Noire: redução dos litígios imobiliários, enquanto percentagem dos litígios totais em Pointe Noire, de 81% em 2009 para 71% em 2015; (3) simplificação do processo de pagamento de impostos mediante a introdução de um sistema de telepagamento; e (4) melhoria do mecanismo de financiamento das empresas.</p> <p>Co-financiadores: Governo (3,44 milhões de UC).</p>	6,88		3,44
Etiópia	<p><i>Programa de protecção dos serviços básicos (PBS II)</i></p> <p>Objectivo: melhorar a prestação de serviços descentralizados para serviços básicos, melhorar a governação financeira federal e local mediante o apoio ao programa de reforço das capacidades do sector público (PSCAP), ao programa de controlo e gestão das despesas (EMCP) e às instituições conexas, reforçar o processo orçamental, especialmente a nível subnacional, e reforçar o sistema M&E dos sectores de protecção dos serviços básicos e o sistema de relato financeiro.</p> <p>Resultados esperados: (1) maior disponibilidade de serviços básicos rentáveis a nível governamental subnacional para a população que deles necessita; (2) utilização eficiente e eficaz dos recursos a nível governamental subnacional, mediante uma melhor gestão financeira pública; (3) maior responsabilização dos funcionários locais quanto à afectação dos recursos; (4) afectação eficaz dos recursos orçamentais; (5) maior responsabilização e transparência financeira (FTA); (6) reforço do sistema de contratação pública; e (7) realização de avaliações eficazes da qualidade do sistema.</p> <p>Co-financiadores: nenhum.</p>	N.A.	72,60	
Guiné-Bissau	<p><i>Programa de apoio de emergência à reforma fiscal (EFRSP)</i></p> <p>Objectivo: continuar a melhorar o quadro e o desempenho do sistema de gestão financeira pública.</p> <p>Resultados esperados: (1) melhoria da legibilidade, previsibilidade e divulgação do orçamento: descida da taxa de execução da despesa primária, de 120,6% em 2007 para menos de 100% em 2010, com um hiato entre o plano monetário previsto e o real de menos de 5% para as receitas e de mais de 10% para as despesas; e (2) reforço dos procedimentos de controlo e execução da despesa orçamental.</p> <p>Co-financiadores: Banco Mundial (5,20 milhões de UC); Espanha (1,36 milhões de UC); França (2,71 milhões de UC); e UE (16,24 milhões de UC).</p>	31,21		5,70

Perfis dos projectos e programas aprovados pelo FAD em 2010 (milhões de UC)

País	Projecto/Programa	Custo total	Crédito	Subsídio
ACTIVIDADES MULTISSECTORIAIS				
Malavi	<p><i>Apoio à governação e à redução da pobreza II (GPRSG II)</i></p> <p>Objectivo: reforçar a eficácia, a transparência e a responsabilização na utilização de recursos públicos e melhor prestação de serviços públicos (para os pobres).</p> <p>Resultados esperados: (1) melhoria da capacidade e do ritmo da reforma da gestão financeira pública: melhoria da classificação de Governação da CPIA, de 3,6% em 2009 para 3,65% em 2011; (2) maior responsabilização e transparência no orçamento público: subida da classificação da Transparência Internacional em 2011, para cima da 89.ª posição do <i>ranking</i> ocupada em 2009; e (3) aumento das despesas a favor dos pobres, de 5,8% em 2008/2009 para 6,5% em 2010/2011.</p> <p>Co-financiadores: nenhum.</p>	N.A.	11,55	
Malavi	<p><i>Apoio ao desenvolvimento económico local (Supl.)</i></p> <p>Objectivo: melhorar o bem-estar socioeconómico da população local e promover o crescimento económico em quatro centros de crescimento localizados em quatro distritos no país.</p> <p>Resultados esperados: aumento do número de pequenas empresas; apoio à criação de 3.000 micro e pequenas empresas adicionais.</p> <p>Co-financiadores: Governo (0,30 milhões de UC).</p>	3,46	3,16	
Níger	<p><i>Estratégia de apoio ao desenvolvimento acelerado e à redução da pobreza (PASDRP-1)</i></p> <p>Objectivo: reforçar a gestão das finanças públicas e o processo de descentralização, e atenuar o impacto da crise alimentar.</p> <p>Resultados esperados: (1) reforço da credibilidade e da transparência orçamental; (2) melhoria da gestão das despesas de investimento público e da gestão da contratação pública; e (3) reforço da integridade das contas e do controlo externo.</p> <p>Co-financiadores: nenhum.</p>	N.A.	23,97	4,03
Tanzânia	<p><i>Apoio institucional para a boa governação II</i></p> <p>Objectivo: reforçar a capacidade, a responsabilização e a integridade na gestão dos recursos públicos na Tanzânia continental e em Zanzibar.</p> <p>Resultados esperados: (1) melhoria do acompanhamento, da monitorização e das auditorias de custos-benefícios das contas públicas; (2) melhoria da relação custos-benefícios na contratação pública; e (3) melhoria da credibilidade orçamental, do ambiente de negócios e da mobilização de recursos externos.</p> <p>Co-financiadores: Governo (0,26 milhões de UC).</p>	5,46		5,20
Togo	<p><i>Projecto para o reforço da capacidade na governação económica e financeira (PARCI-2)</i></p> <p>Objectivo: completar a integração das finanças públicas e reforçar a capacidade doméstica de mobilização de recursos, e reforçar a integridade do sistema de auditoria e controlo das finanças públicas.</p> <p>Resultados esperados: (1) através da implementação do sistema de gestão integrada das finanças públicas (SIGFIP), redução efectiva do prazo para o processamento das despesas após o compromisso de pagamento em 2/3 em 2012, em comparação com os 90 dias em 2009; (2) aumento da percentagem de receitas fiscais do Estado, de 16% do PIB em 2009 para 20% em 2013; (3) apresentação do orçamento final auditado para 2011 ao Parlamento antes do final de 2012 e apresentação do orçamento final auditado para 2012 antes do final de 2013, e aumento do número de relatórios elaborados pela Inspeção Geral das Finanças (GIF), de 0 em 2009 para 7 em 2013; e (4) diminuição do prazo de contratação mediante concurso público, de uma média de 90 dias em 2009 para 45 dias a partir de 2012.</p> <p>Co-financiadores: Governo (0,49 milhões de UC).</p>	9,70		9,21

Perfis dos projectos e programas aprovados pelo FAD em 2010 (milhões de UC)

País	Projecto/Programa	Custo total	Crédito	Subsídio
ACTIVIDADES MULTISSECTORIAIS				
Zâmbia	<p><i>Terceiro apoio orçamental à redução da pobreza</i></p> <p>Objectivo: melhorar a governação financeira através de uma gestão financeira pública eficaz e da luta contra a corrupção, e reforçar o ambiente de negócios mediante a simplificação das licenças comerciais e o encurtamento do tempo para o comércio transfronteiriço.</p> <p>Resultados esperados: (1) reforço da gestão financeira pública por meio de uma gestão credível; (2) melhoria do ranking do Índice de Percepção da Corrupção (IPC) da Zâmbia pela Transparência Internacional (TI); (3) redução dos custos de cumprimento das licenças comerciais, de 2,2 biliões de kwachas em 2008 (nível de base) para 1,5 biliões de kwachas até Dezembro de 2011; e (4) redução do tempo necessário para passar nos postos fronteiriços de Chirundu, de 3 dias em 2009 para 1 dia até Junho de 2011.</p> <p>Co-financiadores: DFID (35,27 milhões de UC); CE (31,16 milhões de UC); Finlândia (4,75 milhões de UC); Alemanha (9,50 milhões de UC); Países Baixos (9,50 milhões de UC); Noruega (19,23 milhões de UC); Suécia (15,03 milhões de UC); e Banco Mundial (13,58 milhões de UC).</p>	169,91	31,90	
SECTOR SOCIAL				
Eritreia	<p><i>Apoio ao desenvolvimento do ensino superior</i></p> <p>Objectivo: ajudar a reforçar a capacidade de ensino, investigação e auxílio em instituições de ensino superior (ES).</p> <p>Resultados Esperados: (1) instituições de ES dotadas de recursos adequados entre 2010 e 2014; (2) aumento do número de colaboradores qualificados do ES que sejam cidadãos nacionais, de 37% em 2009 para mais de 90% até 2014; e (3) aumento do número de colaboradores nacionais do ES que sejam mulheres, de 13% em 2009 para pelo menos 25% até 2014.</p> <p>Co-financiadores: Governo (2,76 milhões de UC).</p>	15,66		12,90
Níger	<p><i>Apoio ao desenvolvimento da educação técnica e profissional</i></p> <p>Objectivo: aumentar o acesso da população a uma educação e formação técnica e profissional (VTET) de qualidade, por forma a reduzir o desemprego.</p> <p>Resultados esperados: (1) aumento da taxa de escolarização na VTET, de 8% para 12% para os estudantes pós-graduados entre 2010 e 2015; (2) melhoria da qualidade e relevância da VTET: aumento da taxa de êxito nos exames finais, de 59,98% em 2010 para 75% em 2015, e aumento da percentagem de formadores formados, de 6,47 para 30% entre 2010 e 2015; (3) recursos humanos mais competentes e com melhores qualificações para satisfazer as necessidades da economia; e (4) descida da taxa de desemprego para os licenciados, de 19% em 2008 para 15% até 2015.</p> <p>Co-financiadores: Governo (1,41 milhões de UC).</p>	26,91	7,87	17,63

Perfis dos projectos e programas aprovados pelo FAD em 2010 (milhões de UC)

País	Projecto/Programa	Custo total	Crédito	Subsídio
Ruanda	<p><i>Centro regional de excelência na área das tecnologias de informação e comunicação</i></p> <p>Objectivo: desenvolver e reforçar competências em TIC de alto nível no Ruanda, por forma a melhorar a produtividade e competitividade da economia.</p> <p>Resultados esperados: (1) criação de um centro regional de excelência líder na área das TIC em Kigali; (2) pelo menos 150 licenciados com um mestrado em engenharia informática e TI até 2015 e um mínimo de 40 estudantes admitidos a partir de 2012; e (3) desenvolvimento de inovações na área da mobilidade, gestão de software e segurança da informação.</p> <p>Co-financiadores: receitas geradas pelo centro de excelência (16,40 milhões de UC); e Governo (14,86 milhões de UC).</p>	39,86	8,60	
TRANSPORTES				
Benim	<p><i>Asfaltamento da estrada Ndali-Nikki-Chicandou-fronteira nigeriana</i></p> <p>Objectivo: melhorar a circulação de pessoas e mercadorias no troço Ndali-fronteira nigeriana do corredor Lamakara (Togo)-Ouake-Ndali-Chicandou-Ilorin (Nigéria) e as condições de vida das populações na área de impacto do projecto (PIA).</p> <p>Resultados esperados: (1) redução dos custos de transporte de mercadorias e pessoas ao longo do corredor; diminuição dos custos operacionais dos veículos (VOC) no corredor, de 220 FCFA/km em 2009 para 176 FCFA/km em 2013 para um veículo ligeiro (LV); (2) aumento da extensão do corredor em boas condições, de 52% em 2009 para 85% em 2013; e (3) redução do tempo de viagem no troço, de 5 horas e 30 minutos em 2009 para 3 horas em 2013, diminuição dos veículos com excesso de carga, de 18 por dia em 2009 para 9 por dia em 2013, e aumento do índice de acesso rural na PIA em 20% até 2013.</p> <p>Co-financiadores: Governo (3,17 milhões de UC).</p>	36,85	11,50	22,18
Burundi	<p><i>Asfaltamento e desenvolvimento da estrada Gitega-Nyangungu-Ngozi, fase I</i></p> <p>Objectivo: facilitar a circulação de pessoas e mercadorias na estrada Gitega-Nyangungu-Ngozi e melhorar o acesso da população aos serviços básicos, por forma a abrir as áreas rurais e aumentar o comércio sub-regional.</p> <p>Resultados esperados: melhoria da circulação de pessoas e mercadorias na estrada Gitega-Nyangungu-Ngozi: (1) aumento da velocidade média de circulação entre Gitega e Ngozi, de 20 km/h em 2010 para 60 km/h até 2014; (2) diminuição dos custos operacionais dos veículos numa média de 25% ao longo da vida útil da estrada; (3) redução do tempo médio de viagem na estrada, de 4 horas em 2010 para 1 hora e 30 minutos até 2014; e (4) melhoria do acesso às comunidades na área do projecto: aumento da população da área do projecto localizada a menos de 2 km de distância a pé de uma estrada onde possam circular veículos durante todo o ano, de 15% em 2010 para 60% até 2014.</p> <p>Co-financiadores: Governo (0,15 milhões de UC).</p>	24,25		24,10

Perfis dos projectos e programas aprovados pelo FAD em 2010 (milhões de UC)

País	Projecto/Programa	Custo total	Crédito	Subsídio
República Democrática do Congo	<p><i>Segurança aérea prioritária (PPSA)</i></p> <p>Objectivo: restaurar a segurança do transporte aéreo e da navegação aérea, mediante a reabilitação da infra-estrutura do aeroporto e do equipamento de navegação aérea, o reforço da capacidade do pessoal técnico encarregado da monitorização e do controlo do tráfego aéreo do subsector, e a contribuição para apoiar actividades da Régie des Voies Aériennes (RVA).</p> <p>Resultados esperados: (1) diminuição do número médio anual de incidentes/acidentes do transporte aéreo, de 22 em 2010 para 10 até 2013; (2) aumento da cobertura do espaço aéreo da RDC por equipamento adequado de vigilância e navegação aérea, de 15% em 2010 para 95% até 2013; (3) melhoria do nível de serviço da infra-estrutura nos aeroportos internacionais; (4) reforço da capacidade técnica no controlo do tráfego aéreo e na inspecção da aviação civil; (5) aumento das receitas de exploração da RVA; e (6) criação de 200 postos de trabalho directos e de 100 postos de trabalho indirectos.</p> <p>Co-financiadores: Governo (14,26 milhões de UC).</p>	102,86		88,60
Gana	<p><i>Estrada Fufulso-Sawla</i></p> <p>Objectivo: reforçar a acessibilidade na estrada Fufulso-Sawla e melhorar os meios de subsistência na área de influência do projecto.</p> <p>Resultados esperados: (1) melhoria do acesso a transportes públicos durante todo o ano num raio de 2 km das suas casas; (2) redução dos custos generalizados de transporte entre Fufulso e Sawla: redução dos custos operacionais dos veículos (VOC) por km/veículo, entre 2009 e 2014, e redução do tempo de viagem, de 5 horas em 2009 para 3 horas até 2014; (3) aumento do número de turistas que visitam a área; (4) redução da mortalidade rodoviária ao longo da estrada; (5) aumento do número de pessoas com acesso a água potável ao longo da estrada, de 17.400 em 2009 para 34.000 em 2014; e (6) melhoria do acesso ao centro de acidentes/emergência.</p> <p>Co-financiadores: Governo (0,86 milhões de UC).</p>	110,58	109,72	
TRANSPORTES				
Quénia	<p><i>Reabilitação da estrada Timboroa-Eldoret</i></p> <p>Objectivo: melhorar as comunicações de transportes entre o Quénia e o Uganda, Ruanda, Burundi, RDC e Sudão do Sul.</p> <p>Resultados esperados: (1) redução dos custos de transporte e do tempo de viagem entre Nairobi e Kampala: aumento da circulação de mercadorias no Porto de Mombaça de/para o Uganda, Burundi, Ruanda, RDC e Sudão do Sul, de 5,83 milhões de toneladas em 2010 para 9,61 milhões de toneladas em 2015, e redução dos custos médios de transporte de Mombaça a Kampala, de 0,195 USD por km/tonelada para 0,137 USD por km/tonelada até 2015; (2) melhoria do nível de vida e económico das pessoas nas cidades ao longo do corredor; e (3) melhoria do transporte de factores de produção agrícola e de produtos de e para a área do projecto: aumento da tonagem de produtos agrícolas transportados da área do projecto em 32% entre 2010 e 2015.</p> <p>Co-financiadores: Governo (3,92 milhões de UC).</p>	38,92	35,00	

Perfis dos projectos e programas aprovados pelo FAD em 2010 (milhões de UC)

País	Projecto/Programa	Custo total	Crédito	Subsídio
Mali	<p><i>Projecto de alargamento do troço rodoviário urbano Carrefour de la Paix-ponte Woyowayanko-Point Y em Bamaco</i></p> <p>Objectivo: melhorar o fluxo de tráfego entre Point Y e Carrefour de la Paix em Bamaco, por forma a reforçar a integração regional e melhorar a mobilidade urbana em Bamaco.</p> <p>Resultados esperados: (1) aumento da velocidade média no troço rodoviário Point Y-Carrefour de la Paix, de 20 km/h em 2009 para 40 km/h em 2013 durante a hora de ponta, e descida dos VOC no troço, de 220 FCFA/km em 2009 para 176 FCFA/km em 2013; (2) aumento da percentagem de estradas em boas condições no troço Naréna-Bamaco, de 95% para 100% em 2013; e (3) criação de 200 postos de trabalho relacionados com vendas a partir de 2013.</p> <p>Co-financiadores: BOAD (9,93 milhões de UC); BIDC (4,90 milhões de UC); e Governo (2,51 milhões de UC).</p>	29,34	12,00	
Moçambique	<p><i>Estrada Montepuez-Lichinga</i></p> <p>Objectivo: melhorar a acessibilidade e os serviços de transporte rodoviário para a população na zona de influência do corredor Montepuez-Lichinga.</p> <p>Resultados esperados: (1) redução da média anual dos VOC compostos por km/veículo, de 0,63 USD em 2010 para 0,26 USD em 2014, e redução da média anual dos custos compostos do tempo de viagem por km/veículo em 47%, de 0,207 USD em 2010 para 0,110 USD em 2014; (2) redução do número de fatalidades, de 31,1 por cada 1.000 veículos em 2006 para 25 por cada 1.000 veículos em 2014; e (3) melhoria da utilização do porto de Pemba, de 18% de uma capacidade anual de 650.000 toneladas em 2010 para 50% da capacidade anual após 2015.</p> <p>Co-financiadores: JBIC (JICA) (19,71 milhões de UC); SIDA (16,84 milhões de UC); e Governo (5,54 milhões de UC).</p>	74,74	32,65	
Togo	<p><i>Reabilitação da estrada Togo-Sanve Condji-fronteira do Benim e modernização: rotunda do porto de Lomé-Avepozo</i></p> <p>Objectivos: melhorar o fluxo de tráfego no troço rodoviário Aflao-Sanve Condji da estrada Abidjan-Lagos e as condições de vida das comunidades na área do projecto. O projecto reforçará a integração regional e contribuirá para o crescimento do comércio doméstico e internacional do Togo.</p> <p>Resultados esperados: (1) melhoria do fluxo de tráfego na estrada Aflao-Hilla Condji no corredor Abidjan-Lagos e das condições de vida das comunidades locais; (2) diminuição do tempo de viagem nas horas de ponta entre a rotunda do porto e Avepozo, de 1,5 horas para apenas 30 minutos até 2011; (3) criação de pelo menos 800 postos de trabalho temporários como resultado dos trabalhos rodoviários; e (4) em 2011, aumento do rendimento médio dos agregados familiares na área do projecto (PA) como resultado das actividades do projecto.</p> <p>Co-financiadores: Governo (0,43 milhões de UC).</p>	23,74		23,31
TRANSPORTES				
Multinacionais	<p><i>COMESA – Projecto de integração do espaço aéreo</i></p> <p>Objectivo: estabelecer um quadro regional de cooperação legal e institucional para um espaço aéreo unificado na região do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), preparar uma análise detalhada das opções estratégicas para a prestação de serviços superiores de navegação no espaço aéreo utilizando o sistema CNS/ATM (comunicações, navegação e vigilância/gestão do tráfego aéreo), promover a participação do sector privado no financiamento e na exploração de serviços e infra-estruturas de transporte aéreo.</p> <p>Resultados esperados: (1) assinatura do acordo para a unificação do espaço aéreo pelos países membros até Outubro de 2012; (2) início da actividade da Agência Reguladora do Espaço Aéreo COMESA até Abril de 2012; e (3) assinatura do acordo de ulitimação da operação financeira e/ou concessão até Setembro de 2014.</p> <p>Co-financiadores: COMESA (0,30 milhões de UC).</p>	6,05		5,75

Perfis dos projectos e programas aprovados pelo FAD em 2010 (milhões de UC)

País	Projecto/Programa	Custo total	Crédito	Subsídio
Multinacionais	<p><i>Projecto do corredor rodoviário de Nacala (NRCP) – Fase II</i></p> <p>Objectivo: equipar a Zâmbia, o Malavi e Moçambique com uma infra-estrutura melhorada de transporte rodoviário para o porto de Nacala e melhorar a acessibilidade das comunidades na zona de influência do projecto a mercados e serviços sociais.</p> <p>Resultados esperados: (1) redução dos custos operacionais dos veículos (VOC) em 20%, entre 2009 e 2013, para camiões de médio porte e em 13% para automóveis privados, durante o mesmo período; (2) redução dos custos médios do tempo de viagem para viagens normais e anómalas em 20% para camiões de médio porte, entre 2009 e 2013, e em 25% para automóveis privados durante o mesmo período; e (3) redução do número de acidentes rodoviários na fase II do NRCP em 43%, entre 2009 e 2013, e redução do número anual de fatalidades na estrada em 42%, durante o mesmo período.</p> <p>Co-financiadores: Governo da Zâmbia (0,10 milhões de UC).</p>	69,47	69,37	
Multinacionais	<p><i>Estudo sobre a estrada Ouesso-Bangui-N'Djamena e a navegação interior nos rios Congo, Oubangui e Sangha</i></p> <p>Objectivo: determinar a viabilidade técnica, ambiental e económica do desenvolvimento das ligações em falta do corredor rodoviário Ouesso-Bangui-N'Djamena e das vias navegáveis nos rios Congo, Oubangui e Sangha.</p> <p>Resultados esperados: estudos detalhados sobre (1) troços da estrada Ouesso-Bangui e Bassangoa Mbaikoro; e (2) melhoria da navegação nos rios Congo-Oubangui-Sangha em 2013.</p> <p>Co-financiadores: CEEAC/CEMAC (0,60 milhões de UC).</p>	8,60		8,00
ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO				
Camarões	<p><i>Saneamento e abastecimento de água potável às comunidades rurais</i></p> <p>Objectivo: aumentar o acesso a água potável e saneamento em quatro regiões dos Camarões (Noroeste, Sudoeste, Oeste e Sul), por forma a melhorar as condições de vida das comunidades rurais camaronesas.</p> <p>Resultados esperados: até 2015, nas quatro regiões: (1) aumento do acesso a água potável nas zonas rurais, de 33% (actuais) para 60%; (2) aumento do acesso a serviços de saneamento nas zonas rurais, da média (actual) de 17% para 22%; (3) diminuição de 30% na taxa de prevalência de doenças associadas à falta de água potável e saneamento; e (4) adopção de sanitas melhoradas por parte de 750.000 habitantes, 40% dos quais são mulheres.</p> <p>Co-financiadores: RWSSI (4,70 milhões de UC); Governo (1,50 milhões de UC); e beneficiários (0,75 milhões de UC).</p>	16,95	10,00	
ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO				
Costa do Marfim	<p><i>Gestão integrada da bacia hidrográfica de Gourou – Fase de emergência</i></p> <p>Objectivo: reforçar e melhorar a segurança da rede de saneamento de Abidjan, melhorar as condições socioeconómicas e sanitárias e alterar o comportamento da população de quatro distritos.</p> <p>Resultados esperados: até 2013: (1) redução da planície aluvial do cruzamento, de 4 ha para 0,5 ha; (2) desenvolvimento de um programa de gestão e investimento a curto, médio e longo prazos; (3) melhoria das condições sócio-sanitárias da população; (4) contribuição positiva para a alteração do comportamento da população em termos de utilização dos solos, higiene e saneamento; e (5) criação de 2.300 postos de trabalho, 1.000 dos quais para mulheres.</p> <p>Co-financiadores: Governo (0,30 milhões de UC).</p>	23,30		23,00
Quénia	<p><i>Programa de reabilitação e recuperação das bacias hidrográficas de Nairobi: melhoria do saneamento</i></p> <p>Objectivo: reabilitar e expandir a gestão dos serviços de saneamento da cidade de Nairobi para um ambiente sustentável, por forma a melhorar a saúde e a qualidade de vida.</p> <p>Resultados esperados: (1) melhoria das condições de vida das populações em torno dos rios de Nairobi; (2) aumento do acesso ao saneamento, de 40% em 2009 para 59% em 2014 em Nairobi; e (3) melhoria da saúde pública das populações que vivem ao longo das bacias hidrográficas de Nairobi: redução da incidência de doenças transmitidas pela água/diarreia, de 52% em 2004 para 40% em 2010 e para 20% até 2014.</p> <p>Co-financiadores: Governo (4,87 milhões de UC).</p>	39,87	35,00	

Perfis dos projectos e programas aprovados pelo FAD em 2010 (milhões de UC)

País	Projecto/Programa	Custo total	Crédito	Subsídio
Libéria	<p><i>Abastecimento de água e saneamento urbanos</i></p> <p>Objectivo: melhorar o acesso da população a serviços adequados, seguros e fiáveis de saneamento público e de abastecimento de água nas cidades de Monrovia, Buchanan, Kakata e Zwedru, numa base sustentável; reforçar a capacidade institucional, operacional e de gestão; e reforçar a viabilidade financeira e institucional a longo prazo da Liberia Water and Sewer Corporation (SLWSC).</p> <p>Resultados esperados: até 2015: (1) aumento do acesso a um abastecimento de água seguro e adequado, de 17% em 2010 para 67% em Monrovia; (2) aumento do acesso a um abastecimento de água seguro e adequado, de 0% para 75% em Buchanan e de 20% para 75% em Kakata e Zwedru; (3) reabilitação de 50% dos sanitários públicos existentes em Monrovia, Buchanan, Kakata e Zwedru; (4) melhoria da gestão, exploração e manutenção de instalações de água e saneamento nas quatro cidades; (5) maior sensibilização e atitudes mais positivas relativamente ao saneamento, à limpeza do ambiente e às práticas de higiene pessoal entre alunos de escolas e residentes; e (6) redução da incidência de diarreia em 50%.</p> <p>Co-financiadores: nenhum.</p>	N.A.		25,20
Mauritânia	<p><i>Abastecimento de água potável "Aftout-Essaheli" na cidade de Nouakchott</i></p> <p>Objectivo: aumentar a cobertura das necessidades de água potável dos residentes de Nouakchott e das populações rurais vizinhas, por forma a melhorar as condições de vida.</p> <p>Resultados esperados: (1) aumento da distribuição diária por habitante, dos actuais 40 litros para 73 litros/dia/habitante em 2020; (2) aumento da taxa de ligação de água potável em Nouakchott, dos actuais 35% para 65% em 2015 e para 80% em 2020; (3) cerca de 1 milhão de habitantes serão servidos a partir da estação de tratamento até 2020; e (4) criação de diversas indústrias petrolíferas (incluindo pelo menos uma refinaria) e de conservas de peixe com a garantia de uma quantidade suficiente de água.</p> <p>Co-financiadores: nenhum.</p>	N.A.		3,59
ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO				
Moçambique	<p><i>Programa nacional de saneamento e abastecimento de água às comunidades rurais (PRONASAR) nas províncias de Nampula e Zambézia</i></p> <p>Objectivo: aumentar o acesso sustentável ao abastecimento de água e ao saneamento, por forma a melhorar o bem-estar e reduzir a pobreza rural.</p> <p>Resultados esperados: até 2015: (1) aumento do acesso a água potável segura para uma população adicional de 300.000 pessoas, 50% das quais serão mulheres; (2) melhoria das instalações de saneamento para uma população adicional de 500.000 pessoas, 50% das quais serão mulheres; (3) sensibilização de 500.000 pessoas para a educação em matéria de saúde e higiene, 55% das quais serão mulheres; e (4) rácio de instalações operacionais de abastecimento de água enquanto percentagem do número público total de instalações de abastecimento de água atinge 85%.</p> <p>Co-financiadores: RWSSI (5,29 milhões de UC); Países Baixos (11,20 milhões de UC); DFID (5,70 milhões de UC); UNICEF (1,10 milhões de UC); CIDA/Irish Aid (0,70 milhões de UC); e SDC (2,00 milhões de UC).</p>	31,26	5,27	
Serra Leoa	<p><i>Saneamento e abastecimento de água em três cidades</i></p> <p>Objectivo: melhorar o acesso a serviços adequados e sustentáveis de saneamento público e de abastecimento de água canalizada potável nas cidades de Bo, Kenema e Makeni até 2015 e melhorar a capacidade institucional e técnica da SALWACO e de outros prestadores de serviços de saneamento e de abastecimento de água nas três cidades.</p> <p>Resultados esperados: (1) aumento do número de pessoas com acesso a um abastecimento adequado de água potável, de 12.404 em 2010 para 372.131 em 2015 nas três cidades, 51% das quais serão mulheres; (2) diminuição do rácio de alunos por sanita, de 500 em 2010 para 50 até 2015 nas escolas primárias; (3) melhoria da gestão, exploração e manutenção de instalações de saneamento e de abastecimento de água nas três cidades; e (4) aumento de 20% no número de pessoas que efectuem práticas melhoradas de higiene.</p> <p>Co-financiadores: OFID (12,85 milhões de UC).</p>	41,35	6,10	22,40

Perfis dos projectos e programas aprovados pelo FAD em 2010 (milhões de UC)

País	Projecto/Programa	Custo total	Crédito	Subsídio
Tanzânia	<p><i>Abastecimento de água e saneamento às comunidades rurais (fase II)</i></p> <p>Objectivo: melhorar a capacidade a nível distrital para implementar programas de RWSS baseados na procura e melhorar o acesso das comunidades rurais a serviços de saneamento e de abastecimento de água potável explorados e mantidos por pessoas competentes.</p> <p>Resultados esperados: (1) maior acesso das comunidades rurais ao abastecimento de água, de 65% em 2010 para 74% até 2015; (2) maior acesso a um saneamento melhorado, de 50% em 2010 para 80% até 2015; e (3) aumento da percentagem de comissões rurais da água com pelo menos 50% de membros femininos, de 30% em 2010 para 50% até 2015.</p> <p>Co-financiadores: RWSSI (5,55 milhões de UC); AID (50 milhões de UC); DFID (10 milhões de UC); Governo (15 milhões de UC); comunidades locais (5 milhões de UC); e outros financiadores (55 milhões de UC).</p>	199,55	59,00	
Multinacionais	<p><i>Programa de abastecimento de água e saneamento do lago Vitória – Fase II (bacia do lago Vitória-Comunidade da África Oriental)</i></p> <p>Objectivo: contribuir para a redução da poluição que desagua no lago mediante uma melhoria da infra-estrutura de saneamento e abastecimento de água sustentável em 15 cidades secundárias na bacia do lago Vitória.</p> <p>Resultados esperados: (1) satisfação da procura de abastecimento de água limpa nas cidades participantes: acesso de 85% dos agregados familiares ao abastecimento de água num raio de 250 m até 2015; (2) serviços e sistemas de abastecimento de água fiáveis; (3) melhoria da cobertura de saneamento; (4) aumento das populações que praticam uma boa higiene em 30% até 2015; (5) aumento de 60% da gestão de resíduos sólidos em 2015; e (6) 50% dos locais públicos com instalações sanitárias.</p> <p>Co-financiadores: Governo (8,96 milhões de UC).</p>	84,39		75,43
OUTRAS APROVAÇÕES				
Comores	<p><i>Ponto de decisão ao abrigo do quadro da Iniciativa HIPC reforçada</i></p> <p>Objectivo: reduzir a dívida externa das Comores para níveis sustentáveis e encorajar a aplicação de poupanças obtidas com o alívio da dívida em medidas de redução da pobreza.</p> <p>Resultados esperados: (1) implementação satisfatória para pelo menos um ano do documento de estratégia de redução da pobreza (PRSP) completo; (2) manutenção da estabilidade macroeconómica; (3) reforço da governação e da gestão financeira pública: elaboração regular de relatórios semestrais detalhados de execução orçamental por um período mínimo de 12 meses antes de atingir o ponto de conclusão; (4) para os sectores sociais (educação e saúde), esforços redobrados para atingir os ODM; e (5) melhoria dos sistemas de gestão da dívida pública, especialmente através da adopção de um software eficaz para a gestão da dívida.</p> <p>Co-financiadores: nenhum.</p>	N.A.		22,93
Congo	<p><i>HIPC – Ponto de conclusão ao abrigo do quadro reforçado</i></p> <p>Objectivo: reduzir a dívida externa do Congo para níveis sustentáveis e encorajar a aplicação de poupanças obtidas com o alívio da dívida em medidas de redução da pobreza.</p> <p>Resultados esperados: (1) descida previsível do VAL do rácio dívida/PIB, de 44% em 2008 para 27% em 2013 e 6% em 2029; (2) descida previsível do VAL do rácio dívida/exportações, de 67% em 2008 para 34% em 2013 e 26% em 2029; e (3) queda previsível do VAL do rácio dívida/receitas, de 86% em 2008 para 52% em 2013 e 15% em 2029.</p> <p>Co-financiadores: BAD (25,89 milhões de UC).</p>	N.A.		1,71

Perfis dos projectos e programas aprovados pelo FAD em 2010 (milhões de UC)

País	Projecto/Programa	Custo total	Crédito	Subsídio
Libéria	<p><i>HIPC – Ponto de conclusão ao abrigo do quadro reforçado</i></p> <p>Objectivo: reduzir o peso da dívida externa da Libéria e melhorar os seus indicadores de dívida externa para níveis sustentáveis, por forma a encorajar a aplicação de poupanças obtidas com o alívio da dívida em medidas de redução da pobreza.</p> <p>Resultados esperados: (1) queda do VAL do rácio dívida/exportações, de 286,7% no final de Junho de 2010 para uma média de 23,7% num período de cinco anos até ao final de Junho de 2015, seguindo-se uma subida ligeira para 25,4% até ao final de Junho de 2020, em grande parte devido à contracção de novos empréstimos; (2) descida do VAL do rácio dívida/PIB, de 175,2% no final de Junho de 2010 para uma média de cerca de 13,7% num período de cinco anos até ao final de Junho de 2015, seguindo-se uma subida ligeira para 14,2% até 2020; e (3) descida do VAL do rácio dívida/receitas, de 596,2% no final de Junho de 2010 para uma média de 48,6% nos cinco anos seguintes.</p> <p>Co-financiadores: BAD (118,25 milhões de UC); e FFN (28,83 milhões de UC).</p>	N.A.		5,35

Fonte: Departamento de Estatística do GBAD.

Perfis dos projectos e programas aprovados pelo FFN em 2010 (milhões de UC)

País	Projecto/Programa	Custo total	Crédito	Subsídio
FORNECIMENTO DE ENERGIA				
Serra Leoa	<p><i>Projecto hidroeléctrico de Bumbuna</i></p> <p>Objectivo: aumentar o fornecimento de energia eléctrica fiável, eficiente em termos de custos e ambientalmente sustentável para consumo doméstico, comercial e industrial em Freetown, Makeni, Lunsar e na aldeia de Bumbuna.</p> <p>Resultados esperados: (1) acesso de 40.000 consumidores existentes em Freetown a um fornecimento contínuo de energia; (2) electrificação de 5.000 agregados familiares adicionais em Freetown, 500 na aldeia de Bumbuna, 2.000 em Lunsar e 3.000 em Makeni; (3) desenvolvimento de um manual operacional para acções em zonas de captação por parte da Autoridade de Gestão da Bacia Hidrográfica de Bumbuna (BWMA); (4) aumento da capacidade instalada de transporte e produção no país em 50 MW; e (5) redução do preço de uma unidade de electricidade, de 40 para 11 cêntimos (USD).</p> <p>Co-financiadores: Itália (11,30 milhões de UC); Reino Unido (6,43 milhões de UC); e Governo (7,58 milhões de UC).</p>	26,02	0,71	
OUTRAS APROVAÇÕES				
Libéria	<p><i>HIPC – Ponto de conclusão ao abrigo do quadro reforçado</i></p> <p>Objectivo: reduzir o peso da dívida externa da Libéria e melhorar os seus indicadores de dívida externa para níveis sustentáveis, por forma a encorajar a aplicação de poupanças obtidas com o alívio da dívida em medidas de redução da pobreza.</p> <p>Resultados esperados: (1) queda do VAL do rácio dívida/exportações, de 286,7% no final de Junho de 2010 para uma média de 23,7% num período de cinco anos até ao final de Junho de 2015, seguindo-se uma subida ligeira para 25,4% até ao final de Junho de 2020, em grande parte devido à contracção de novos empréstimos; (2) descida do VAL do rácio dívida/PIB, de 175,2% no final de Junho de 2010 para uma média de cerca de 13,7% num período de cinco anos até ao final de Junho de 2015, seguindo-se uma subida ligeira para 14,2% até 2020; e (3) descida do VAL do rácio dívida/receitas, de 596,2% no final de Junho de 2010 para uma média de 48,6% nos cinco anos seguintes.</p> <p>Co-financiadores: BAD (118,25 milhões de UC); e FAD (5,35 milhões de UC).</p>	N.A.		28,83

Fonte: Departamento de Estatística do GBAD.

Perfis das aprovações especiais* em 2010 (milhões de UC)

País	Projecto/Programa	Custo total	Crédito	Subsídio
Camarões	<p><i>Saneamento e abastecimento de água potável às comunidades rurais</i></p> <p>Objectivo: aumentar o acesso a água potável e saneamento em quatro regiões dos Camarões (Noroeste, Sudoeste, Oeste e Sul), por forma a melhorar as condições de vida das comunidades rurais camaronesas.</p> <p>Resultados esperados: até 2015, (1) aumento do acesso a água potável para as comunidades rurais nas quatro regiões, de 33% (actuais) para 60%; (2) aumento do acesso a serviços de saneamento nas zonas rurais das quatro regiões, da média (actual) de 17% para 22%; (3) acesso a água num raio inferior a 500 m; e (4) sensibilização de 30% das comunidades para o uso de sanitas melhoradas.</p> <p>Co-financiadores: FAD (10 milhões de UC); Governo (1,50 milhões de UC); e beneficiários (0,75 milhões de UC).</p>	16,95		4,70
Gâmbia	<p><i>Apoio à reforma nacional do sector da água</i></p> <p>Objectivo: apoiar a implementação da gestão integrada de recursos hídricos (IWRM) na Gâmbia, em conformidade com a política hídrica nacional e o roteiro de IWRM.</p> <p>Resultados esperados: (1) melhoria da governação dos recursos hídricos com base na IWRM criada no país; (2) reforço da capacidade institucional disponível na Gâmbia para gerir os recursos hídricos do país; (3) afectação e utilização eficientes dos recursos hídricos graças a um melhor conhecimento dos recursos; (4) participação informada das partes interessadas (das nacionais às comunitárias) na implementação da IWRM; e (5) gestão sustentável dos sistemas freáticos no país.</p> <p>Co-financiadores: Governo (0,12 milhões de UC).</p>	1,83		1,71
Gâmbia	<p><i>Gestão sustentável dos solos (SLM)</i></p> <p>Objectivo: melhorar os meios de subsistência mediante a promoção de abordagens de gestão paisagística e das bacias hidrográficas com base na comunidade, permitindo que as comunidades pobres em recursos invertam a diminuição da produtividade dos solos.</p> <p>Resultados esperados: a médio prazo, (1) utilização dos recursos naturais por um mínimo de 40% dos 5.500 agregados familiares visados, em conformidade com os princípios da SLM; (2) aumento das culturas médias de 1.235 kg/ha em pelo menos 15% nas áreas em causa; e (3) aumento adicional de pelo menos 10% na área de produção de arroz em planície (média de 0,58 ha por produtor).</p> <p>Co-financiadores: nenhum.</p>	N.A.		2,83
Gana	<p><i>Projecto para reutilização – Captação da importância dos efluentes e nutrientes para apoiar a exploração de instalações de saneamento</i></p> <p>Objectivo: demonstrar os benefícios da reutilização dos nutrientes e da água na melhoria dos sistemas de saneamento.</p> <p>Resultados esperados: (1) reabilitação de estações de tratamento adicionais para reutilização e respeito das normas da OMS e criação de uma demonstração em terrenos agrícolas; (2) aumento das receitas com base em cadeias de valor investigadas graças à reprodução dos planos de implementação; e (3) aplicação do projecto por parte dos decisores políticos e projectistas locais.</p> <p>Co-financiadores: Universidade de Columbia (0,05 milhões de UC).</p>	0,48		0,43
Gana	<p><i>Estudo para uma nova optimização e exploração das barragens de Akosombo e Kpong</i></p> <p>Objectivo: elaborar um plano para uma nova exploração técnica e economicamente viável que manterá os benefícios existentes da exploração das barragens de Akosombo e Kpong, reintroduzindo ao mesmo tempo funções perdidas dos ecossistemas e meios de subsistência, e gerar conhecimentos para uma vasta aplicação.</p> <p>Resultados esperados: (1) melhoria dos meios de subsistência humana e dos ecossistemas a jusante; (2) continuação da protecção das comunidades a jusante de grandes inundações; (3) aumento da potência eléctrica total e maior fiabilidade do abastecimento de água para a produção de energia hidroeléctrica; (4) redução da incidência de vectores de transmissão de doenças transmitidas pela água; e (5) redução da cobertura de infestantes aquáticas.</p> <p>Co-financiadores: Governo (0,78 milhões de UC); e outros (0,10 milhões de UC).</p>	2,46		1,58

Nota:

* As aprovações especiais incluem as aprovações para projectos financiadas ao abrigo da African Water Facility (AWF), da Iniciativa de abastecimento de água e saneamento às comunidades rurais (RWSS) e do Fundo global para o ambiente (GEF).

Perfis das aprovações especiais* em 2010 (milhões de UC)

País	Projecto/Programa	Custo total	Crédito	Subsídio
Malavi	<p><i>Reforço da monitorização e avaliação (M&E) do sector da água no Malavi</i></p> <p>Objectivo: garantir a disponibilidade de dados e informações fiáveis no sector da água, para acompanhar a concretização de projectos, programas, políticas e metas de desenvolvimento e para ajudar na tomada de decisões em matéria de planeamento e gestão do sector.</p> <p>Resultados esperados: (1) reforço do pessoal e das instituições do sector; (2) sistemas sólidos, fiáveis e sustentáveis de M&E do sector: sistema de M&E funcional até 2014; e (3) utilização eficaz de dados e informações de M&E para a gestão, o planeamento e o acompanhamento da evolução do sector: avaliações regulares do desempenho anual baseadas no sistema de M&E a partir de 2014.</p> <p>Co-financiadores: Governo (0,28 milhões de UC).</p>	1,91		1,63
Mali	<p><i>Apoio à implementação do plano de gestão integrada dos recursos hídricos (IWRM) no Mali</i></p> <p>Objectivo: reforçar a capacidade de gestão de dados e informações sobre o sector da água para um melhor desenvolvimento dos recursos e domínio dos efeitos das alterações climáticas e melhorar a afectação dos recursos hídricos para maximizar o impacto socioeconómico dos projectos de desenvolvimento do sector da água.</p> <p>Resultados esperados: (1) melhor utilização dos recursos hídricos e domínio das alterações climáticas mediante o reforço da capacidade de gestão de dados e informações sobre o sector da água; e (2) impacto socioeconómico elevado através de uma melhor afectação dos recursos.</p> <p>Co-financiadores: Governo (0,13 milhões de UC).</p>	1,78		1,65
Moçambique	<p><i>Programa nacional de saneamento e abastecimento de água às comunidades rurais (PRONASAR) nas províncias de Nampula e Zambézia</i></p> <p>Objectivo: aumentar o acesso a água potável e saneamento, por forma a contribuir para a satisfação das necessidades humanas básicas, melhorar o bem-estar e reduzir a pobreza rural.</p> <p>Resultados esperados: até 2015: (1) aumento do acesso a água potável segura para 300.000 pessoas adicionais, 50% das quais serão mulheres; (2) melhoria das instalações de saneamento para 500.000 pessoas adicionais, 50% das quais serão mulheres; (3) sensibilização de 500.000 pessoas para a educação em matéria de saúde e higiene, 55% das quais serão mulheres; e (4) rácio de instalações operacionais de abastecimento de água enquanto percentagem do número público total de instalações de abastecimento de água: 85%.</p> <p>Co-financiadores: FAD (5,27 milhões de UC); Países Baixos (11,2 milhões de UC); DFID (5,7 milhões de UC); UNICEF (1,1 milhões de UC); CIDA/Irish Aid (0,7 milhões de UC); e SDC (2 milhões de UC).</p>	31,26		5,29
Tanzânia	<p><i>Programa de abastecimento de água e saneamento às comunidades rurais (fase II)</i></p> <p>Objectivo: melhorar a capacidade a nível distrital para implementar programas de RWSS baseados na procura, melhorar o acesso das comunidades rurais a serviços de saneamento e de abastecimento de água explorados e mantidos por pessoas competentes, e melhorar as práticas de higiene e saúde.</p> <p>Resultados esperados: (1) aumento do acesso das comunidades rurais ao abastecimento de água, de 65% em 2010 para 74% até 2015; (2) aumento do acesso a um saneamento melhorado, de 50% em 2010 para 80% até 2015; e (3) aumento da percentagem de comissões rurais da água com pelo menos 50% de membros femininos activos, de 30% em 2010 para 50% até 2015.</p> <p>Co-financiadores: FAD (59 milhões de UC); AID (50 milhões de UC); DFID (10 milhões de UC); Governo (15 milhões de UC); comunidades (5 milhões de UC); e outros financiadores (55 milhões de UC).</p>	200,00		5,55
Multinacionais	<p><i>Programa de desenvolvimento da bacia hidrográfica de Songwe (SRBDP)</i></p> <p>Objectivo: preparar projectos de concepção e projectos de investimento conjunto a serem implementados e criar um clima favorável eficaz para a gestão transfronteiriça dos recursos hídricos (TWRM) na bacia de Songwe.</p> <p>Resultados esperados: (1) criação da Comissão da Bacia Hidrográfica de Songwe até 2014; (2) maior acesso das populações à electricidade na bacia e na totalidade dos dois países (Tanzânia e Malavi); (3) maior acesso ao abastecimento de água; (4) redução da frequência de inundações e dos riscos de galgamento da planície aluvial; (5) aumento das culturas e dos terrenos irrigados; e (6) melhoria da cooperação na WRM transfronteiriça.</p> <p>Co-financiadores: nenhum.</p>	N.A.		3,12

Nota:

* As aprovações especiais incluem as aprovações para projectos financiadas ao abrigo da African Water Facility (AWF), da Iniciativa de abastecimento de água e saneamento às comunidades rurais (RWSS) e do Fundo global para o ambiente (GEF).

Perfis das aprovações especiais* em 2010 (milhões de UC)

País	Projecto/Programa	Custo total	Crédito	Subsídio
Multinacionais	<p><i>Projecto de gestão conjunta e integrada dos recursos hídricos e dos sistemas aquíferos de Iullemeden, Taoudeni/Tanezrouft e do rio Níger (GICRESAIT)</i></p> <p>Objectivo: avaliar o potencial hídrico e definir a monitorização de todos os recursos freáticos do sistema aquífero de Iullemeden (IAS), do sistema aquífero de Taoudeni/Tanezrouft (TAS) e do rio Níger, por forma a ajudar os países na criação dos seus futuros planos de desenvolvimento, tendo em consideração a vulnerabilidade destes sistemas ao clima.</p> <p>Resultados esperados: (1) criação de um clima favorável ao investimento na gestão conjunta e integrada dos recursos hídricos do IAS, do TAS e do rio Níger; (2) definição e implementação a partir de 2015 de disposições para a monitorização da vulnerabilidade dos recursos hídricos e dos impactos das alterações climáticas; e (3) partes interessadas dos sectores bem informadas e com capacidade para a gestão conjunta e integrada dos recursos hídricos freáticos e superficiais.</p> <p>Co-financiadores: Governo (0,06 milhões de UC); e o Observatório do Sara e do Sahel (OSS) (0,18 milhões de UC).</p>	1,30		1,06
Multinacionais	<p><i>Programa para o desenvolvimento de infra-estruturas (PIDA) (estudo sobre os recursos hídricos transfronteiriços)</i></p> <p>Objectivos: criar um quadro estratégico para o desenvolvimento de infra-estruturas regionais e continentais de recursos hídricos transfronteiriços (TWR), com base numa visão de desenvolvimento, objectivos estratégicos e políticas sectoriais; criar um programa de investimento em infra-estruturas de TWR (a curto, médio e longo prazos) em torno das prioridades estabelecidas por organizações das bacias hidrográficas e comunidades económicas regionais (REC); e preparar processos e uma estratégia de implementação, incluindo um plano de acção prioritário.</p> <p>Resultados esperados: (1) estabelecimento de uma parceria global eficaz para preencher as lacunas de infra-estruturas em África: aumento dos investimentos anuais bilaterais e multilaterais no sector da água, de 2,9 mil milhões de GBP em 2007 para 8,4 mil milhões de GBP até 2020; (2) melhor desenvolvimento dos serviços e das infra-estruturas regionais: aumento do potencial hidroeléctrico desenvolvido, de 7% em 2008 para 15% até 2020; aumento dos terrenos cultivados irrigados, de 6% em 2008 para 12% em 2020; aumento da capacidade de armazenamento de água <i>per capita</i>, de 200 m³/ano em 2006 para 600 m³/ano em 2020.</p> <p>Co-financiadores: Comissão da União Africana (CUA) (1,40 milhões de UC); Fundo da Nigéria para a cooperação técnica (NTCF) (0,61 milhões de UC); DfID (0,40 milhões de UC); e NEPAD-IPPF/FAD/IsDB (3,57 milhões de UC).</p>	7,15		1,17
Multinacionais	<p><i>Monitorização e avaliação dos ODM para o sector da água na África Setentrional (Argélia, Egipto, Líbia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia) (MEWINA)</i></p> <p>Objectivo: aumentar a capacidade dos países do Conselho de ministros africanos sobre a água para a sub-região da África Setentrional (N-AMCOW) em matéria de monitorização e avaliação do sector da água.</p> <p>Resultados esperados: (1) melhor compreensão e conhecimento da situação dos sistemas de M&E do sector da água; (2) elaboração de relatórios anuais sobre o sector da água utilizando um sistema de monitorização de dados e um mecanismo de notificação, aos níveis local, nacional e sub-regional (África Setentrional), para dar conta dos indicadores normalizados numa base anual; acompanhamento da gestão dos recursos hídricos e da concretização dos ODM em matéria de água e saneamento nos países da África Setentrional; e (3) mobilização de recursos adequados para o programa de sensibilização, reforço de capacidades e desenvolvimento de infra-estruturas de M&E, a fim de desenvolver um mecanismo de observação funcional e regular para o sector da água nos países da África Setentrional.</p> <p>Co-financiadores: Centro para o Ambiente e o Desenvolvimento da Região Árabe e da Europa (CEDARE) (0,09 milhões de UC); e países do N-AMCOW (0,26 milhões de UC).</p>	2,00		1,65

Fonte: Departamento de Estatística do GBAD.

Nota:

* As aprovações especiais incluem as aprovações para projectos financiadas ao abrigo da African Water Facility (AWF), da Iniciativa de abastecimento de água e saneamento às comunidades rurais (RWSSI) e do Fundo global para o ambiente (GEF).

PARTE 2

Gestão financeira e demonstrações financeiras

Banco Africano de Desenvolvimento

Fundo Africano de Desenvolvimento

Fundo Fiduciário da Nigéria

6

Capítulo seis Gestão financeira e demonstrações financeiras do BAD, do FAD e do FFN

Relatório da Administração relativo à eficácia do controlo interno sobre o relato financeiro externo

Relatório dos auditores externos relativo à eficácia do controlo interno sobre o relato financeiro externo

Banco Africano de Desenvolvimento

Gestão financeira

Resultados financeiros

Demonstrações financeiras e relatório dos auditores independentes

Orçamento administrativo para o exercício de 2011

Fundo Africano de Desenvolvimento

Gestão financeira

Resultados financeiros

Demonstrações financeiras e relatório de auditoria com fins especiais elaborado por auditores independentes

Orçamento administrativo para o exercício de 2011

Fundo Fiduciário da Nigéria

Gestão financeira

Resultados financeiros

Demonstrações financeiras e relatório dos auditores independentes



Relatório da Administração relativo à eficácia do controlo interno sobre o relato financeiro externo

Data: 30 de Março de 2011

A Administração do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento (“O Grupo do Banco”) é responsável pela elaboração, apresentação correcta e integridade geral das suas demonstrações financeiras publicadas. As demonstrações financeiras para o Banco Africano de Desenvolvimento e o Fundo Fiduciário da Nigéria foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) emitidas pelo Comité de Normas Internacionais de Contabilidade, enquanto as demonstrações financeiras do Fundo Africano de Desenvolvimento foram elaboradas com fins especiais.

As demonstrações financeiras foram auditadas pela empresa de contabilidade independente KPMG, que teve acesso, sem restrições, a todos os registos financeiros e respectivos dados, incluindo actas de todas as reuniões do Conselho de Administração e dos comités do Conselho. A Administração está convicta de que todos os dados prestados aos auditores externos no curso da sua investigação foram válidos e adequados. O relatório dos auditores externos acompanha as demonstrações financeiras auditadas.

A Administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de um controlo interno eficaz sobre o relato financeiro externo, em conformidade com os princípios contabilísticos. O sistema de controlo interno contém mecanismos de monitorização e acções destinadas a corrigir as deficiências identificadas. O controlo interno para efeitos de relato financeiro externo está sujeito a escrutínio e teste contínuos por parte da Administração e dos auditores internos e é revisto sempre que necessário. A Administração está convicta de que este controlo fundamenta a integridade e fiabilidade das demonstrações financeiras.

Existem limitações inerentes a qualquer sistema de controlo interno, que podem pôr em causa a sua eficácia, incluindo a possibilidade de erro humano e de iludir ou suprimir os controlos. Deste modo, um sistema de controlo interno eficaz pode apenas oferecer uma garantia razoável e não absoluta no que respeita às demonstrações financeiras. Além disso, a eficácia de um sistema de controlo interno pode mudar em função das circunstâncias.


Os Conselhos de Administração do Grupo do Banco nomearam um Comité de Auditoria e Finanças (AUF) para assistir os Conselhos, designadamente, na sua responsabilidade de fiscalizar a solidez das políticas e práticas de contabilidade do Grupo do Banco e a eficácia do controlo interno. O AUF, que é totalmente composto por membros seleccionados do Conselho de Administração, supervisiona o processo de selecção dos auditores externos e elabora uma recomendação relativa a essa selecção destinada ao Conselho de Administração, que por sua vez elabora uma recomendação para ser submetida à aprovação do Conselho de Governadores. O AUF reúne periodicamente com a Administração para analisar e monitorizar questões relevantes em matéria de finanças, contabilidade ou auditoria. Os auditores externos e os auditores internos reúnem regularmente com o AUF para discutir a adequação do controlo interno sobre o relato financeiro e quaisquer outras questões que necessitem da intervenção do AUF.

A avaliação do Banco relativamente à eficácia do controlo interno baseou-se no quadro fornecido pelo Comité de Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (COSO). Com base no trabalho desenvolvido, a Administração declara que o Grupo do Banco manteve um controlo interno eficaz sobre o seu relato financeiro, tal como descrito nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 2010. A Administração não tem conhecimento de qualquer falha material no controlo que possa afectar a fiabilidade das demonstrações financeiras para o exercício findo em 2010.

Além de terem emitido um parecer de auditoria sobre a correcção das demonstrações financeiras para o exercício findo em 2010, os auditores externos do Grupo do Banco conduziram uma avaliação independente do quadro que regula o controlo interno do Grupo do Banco. O parecer relativo a essa avaliação é apresentado separadamente no presente relatório anual.



Donald Kaberuka
PRESIDENTE



Charles Boamah
VICE-PRESIDENTE EM EXERCÍCIO, FINANÇAS



KPMG Audit
1, cours Valmy
92923 Paris La Défense Cedex
França

Telefone: +33 (0)1 55 68 68 68
Fax: +33 (0)1 55 68 73 00
Sítio na Internet: www.kpmg.fr

Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento

Agência Temporária de Relocalização

15, Avenue du Ghana

1002 Tunis Belvédère

Tunísia

Relatório dos auditores independentes destinado ao Conselho de Governadores do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento relativo à eficácia do controlo interno sobre o relato financeiro

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

Âmbito

Analisámos o controlo interno sobre o relato financeiro do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD) e do Fundo Fiduciário da Nigéria (FFN) (em conjunto, o “Grupo do Banco”) para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, com base nos critérios estabelecidos no documento Controlo Interno – Quadro Integrado emitido pelo Comité de Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (COSO).

Responsabilidades da Administração

A Administração do Grupo do Banco é responsável pela implementação e manutenção de um controlo interno eficaz sobre o relato financeiro e pela avaliação da eficácia desse controlo. A Administração confirmou a eficácia do controlo interno sobre o relato financeiro relativo ao exercício findo em 2010.

Responsabilidades dos auditores independentes

A nossa responsabilidade consiste em emitir um parecer acerca do controlo interno do Grupo do Banco sobre o relato financeiro, com base nos nossos procedimentos.

Conduzimos a nossa verificação de acordo com a norma ISAE (International Standard on Assurance Engagements) 3000, emitida pelo IAASB (International Auditing and Assurance Standards Board). Esta norma exige que planeemos e realizemos os nossos procedimentos de modo a obter uma garantia razoável, em todos os aspectos materiais, relativamente à manutenção da eficácia do controlo interno sobre o relato financeiro.

O processo de verificação da fiabilidade inclui a compreensão do controlo interno sobre o relato financeiro, a avaliação do risco suscitado por uma falha material e o teste e avaliação da concepção e da eficácia operacional do controlo interno, com base no risco avaliado. Inclui ainda a realização de outros procedimentos considerados necessários de acordo com as circunstâncias. Acreditamos que as evidências que obtivemos são suficientes e adequadas para uma fundamentação razoável do nosso parecer.

Limitações inerentes

O sistema de controlo interno sobre o relato financeiro de uma entidade é um processo concebido para oferecer uma garantia razoável no que respeita à fiabilidade do relato financeiro e à preparação das demonstrações financeiras para efeitos externos, em conformidade com princípios contabilísticos geralmente aceites. O sistema de controlo interno sobre o relato financeiro de uma entidade inclui as políticas

KPMG S.A.,
sociedade francesa, membro da rede KPMG,
constituída por empresas independentes afiliadas à
KPMG International Cooperative, uma entidade de direito suíço.

Sociedade anónima de
contabilidade - Comissão de
revisão de contas composta
por direcção e conselho
de fiscalização.
Inscrita na Ordem em Paris sob
o n.º 14-30080101 e na
Câmara dos Revisores Oficiais
de Contas de Versalhes.

Sede social:
KPMG S.A.
Immeuble le Palatin
3, cours du Triangle
92939 Paris La Défense Cedex
Capital : 5.497.100 €.
Code APE 6920 Z
775 726 417 R.C.S. Nanterre
TVA União Europeia
FR 77 775 726 417



Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento
Relatório dos auditores independentes destinado ao Conselho de Governadores
do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento relativo
à eficácia do controlo interno sobre o relato financeiro externo

e os procedimentos (1) relacionados com a manutenção de registos que, de forma razoavelmente detalhada, reflectem correctamente e adequadamente as transacções e a utilização dos activos da entidade; (2) que oferecem uma garantia razoável de que as transacções são registadas de forma a permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites, e que os recebimentos e as despesas da entidade são efectuados em conformidade com as autorizações da Administração e da Direcção da entidade; e (3) que oferecem uma garantia razoável no que respeita à prevenção ou detecção atempada de aquisições, utilizações ou alienações não autorizadas dos activos da entidade, que poderiam ter um efeito material nas demonstrações financeiras.

Devido às suas limitações inerentes, o sistema de controlo interno sobre o relato financeiro pode não conseguir evitar ou detectar inexactidões. Além disso, as projecções relativas à avaliação da eficácia no futuro estão sujeitas ao risco de o sistema de controlo se tornar inadequado em resultado de alterações nas condições, ou à deterioração do grau de conformidade com as políticas ou procedimentos.

Parecer

Em nossa opinião, o Grupo do Banco manteve, em todos os aspectos materiais, um controlo interno eficaz sobre o relato financeiro durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, com base nos critérios estabelecidos no documento Controlo Interno – Quadro Integrado emitido pelo Comité de Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway.

Auditámos as demonstrações financeiras do Banco Africano de Desenvolvimento, do Fundo Africano de Desenvolvimento e do Fundo Fiduciário da Nigéria relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, em conformidade com as Normas Internacionais de Auditoria, e emitimos pareceres não qualificados sobre as mesmas.

Paris La Défense, 30 de Março de 2011

KPMG Audit
Uma divisão da KPMG S.A.

Pascal Brouard
Sócio

O presente capítulo debate a gestão dos recursos financeiros das linhas de crédito do Grupo do Banco – o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), o Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD) e o Fundo Fiduciário da Nigéria (FFN) – ao longo do exercício de 2010. Apresenta também as demonstrações financeiras auditadas relativas ao exercício de 2010 para as três linhas de crédito e os orçamentos administrativos do BAD e do FAD para o exercício de 2011.

BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO

Gestão financeira

Subscrição de capital

O capital social autorizado do Banco foi objecto de vários aumentos desde 2008. Dois aumentos de capital especiais, aprovados em 2008 (resolução B/BG/2008/07) e 2009 (resolução B/BG/2009/05), permitiram à República da Turquia e ao Grão-Ducado do Luxemburgo candidatarem-se à aquisição do estatuto de membros do Banco, aumentando o capital autorizado do Banco de 21,87 mil milhões de UC para 22,12 mil milhões de UC.

Além disso, o Canadá e a Coreia responderam favoravelmente às decisões pendentes sobre a necessidade de o Banco expandir a sua capacidade financeira num Sexto aumento geral de capital (GCI-VI) do Banco através da oferta de um aumento temporário do capital exigível sem direitos de voto associados. Em consequência, foi aprovado um aumento de capital especial pelo Conselho de Governadores em 2010 (resolução B/BG/2010/02), na sequência do qual o capital autorizado passou para 23,95 mil milhões de UC. O capital exigível temporário subscrito pelo Canadá (1,63 mil milhões de UC) e pela República da Coreia (0,19 mil milhões de UC) será retirado logo que as suas subscrições do GCI-VI entrem em vigor.

O GCI-VI foi realizado através da resolução B/BG/2010/08 e aumentou o capital autorizado do Banco de 23,95 mil milhões de UC para 67,69 mil milhões de UC em 31 de Dezembro de 2010, o que repre-

senta um aumento de 200% no capital autorizado do Banco [não incluindo o capital exigível e os aumentos especiais de capital temporários para a Turquia e o Luxemburgo] com um capital realizado de 6%. As novas acções emitidas no âmbito do GCI-VI devem ser atribuídas aos membros regionais e não regionais em tais proporções que, quando totalmente subscritas, o grupo regional deverá deter 60% do capital social total e o grupo não regional 40%.

O capital social do Banco é composto por capital realizável e por capital exigível. O capital realizável representa o montante de capital a pagar ao longo de um período determinado pelo aumento geral de capital relevante. No que respeita ao GCI-VI, o período de pagamento foi estabelecido em 8 anos para países de rendimento médio, países com elegibilidade dupla e países membros não regionais, e em 12 anos para países membros elegíveis do FAD. O capital exigível está sujeito a pagamento, nos termos e no momento definidos pelo Banco, para cumprir as obrigações em que incorreu porque (a) concedeu ou participou na concessão de créditos directos a partir de fundos emprestados ao Banco ou adquiridos por outra forma pelo Banco para inclusão nos seus recursos de capital ordinário ou em recursos especiais; ou (b) garantiu, no todo ou em parte, empréstimos concedidos por outras entidades. Trata-se de uma protecção para os credores do Banco e para os detentores das suas garantias, na eventualidade de não ser capaz de cumprir as suas obrigações financeiras. Nunca foi exigido um pagamento do capital exigível do Banco.

As subscrições tornam-se efectivas (ou seja, acções emitidas e direitos de voto

correspondentes atribuídos) logo que o Banco receba a totalidade do pagamento da primeira prestação, o que acciona a emissão do conjunto de acções do capital exigível. As acções que representam a parcela subscrita e realizada de uma subscrição são emitidas apenas nos termos e no momento em que o Banco receber os pagamentos efectivos dessas acções.

Em 31 de Dezembro de 2010, o capital realizável ascendia a 2,38 mil milhões de UC, sendo o capital realizado (ou seja, a quota-parte do capital realizável que foi efectivamente pago) de 2,36 mil milhões de UC. O capital exigível do Banco era de 21,55 mil milhões de UC, dos quais 9,48 mil milhões de UC eram de países membros não mutuários com notação A- e superior.

De acordo com as Regras de transmissão de acções, as acções para as quais se tornaram devidos pagamentos, mas que continuam por realizar, perdem direitos após um determinado período e são oferecidas para subscrição aos países membros. Em 2010, o Banco alterou as Regras de transmissão de acções como parte integrante do processo do GCI-VI. Especificamente, as regras de prioridade de atribuição foram alteradas; o período de pagamento de acções oferecidas nos termos destas regras foi reduzido e o período de perda de direitos sobre acções em todos os aumentos de capital foi uniformizado para 120 dias.

Os detalhes das subscrições de capital, em 31 de Dezembro de 2010, são apresentados na demonstração de subscrições do capital social e direitos de voto, que faz parte das demonstrações financeiras deste relatório.

Notação do Banco

As agências de notação Standard & Poor's, Moody's, Fitch Ratings e Japan Credit Rating Agency reafirmaram as suas notações do Banco Africano de Desenvolvimento, de AAA e AA+, respectivamente, para a dívida sénior e para a dívida subordinada, mantendo uma perspectiva estável. A sua notação reflecte o forte apoio dos membros do Banco, o seu estatuto de credor privilegiado, rácios de capital adequados e uma gestão financeira e políticas prudentes. As agências de notação receberam positivamente a aprovação pelo Conselho de Governadores, em Maio de 2010, da operação que triplica a base de capital do Banco, como um sinal de forte apoio accionista aos seus objectivos de desenvolvimento e de crescente expansão no continente.

Empréstimos contraídos

O Banco procura captar fundos dos mercados de capitais ao menor custo possível, a fim de suportar as suas actividades de concessão de crédito. Os elevados níveis de notação de crédito usufruídos pelo Banco permitem-lhe emitir títulos a baixas taxas de juro. As suas actividades de contracção de empréstimos são guiadas por exigências de clientes e de fluxos de caixa, por objectivos de gestão de activos e passivos e por políticas de gestão de risco.

O programa de financiamento de 2010 nos mercados de capitais foi aprovado com um limite máximo de 3,62 mil milhões de UC, dos quais um limite máximo de 140 milhões de UC ao abrigo da iniciativa de Assistência reforçada do sector privado em África (EPSA). O Banco angariou 2,82 mil milhões de UC durante o ano, dos quais 14,9 milhões de UC ao abrigo da iniciativa EPSA. O montante efectivamente angariado guiou-se pelo ritmo dos desembolsos. Em 31 de Dezembro de 2010, a carteira de empréstimos contraídos não amortizados pelo Banco situa-se nos 11,98 mil milhões de UC.

Em termos de condições de mercado, embora os mercados tenham passado por períodos de instabilidade e crises de pânico, o Banco, na sua qualidade de instituição supranacional com a notação AAA, continuou a registar uma melhoria dos custos de financiamento. Trata-se de um reflexo dos esforços continuamente desenvolvidos pelo Banco para alargar a sua base de investidores, bem como do bom desempenho das suas emissões no mercado secundário.

O Banco recorreu a diversos mercados e instrumentos para responder às suas necessidades em termos de empréstimos. Durante o ano, em Fevereiro, o Banco emitiu as suas transacções no mercado global de obrigações no valor

de mil milhões de dólares americanos. Colocações privadas, transacções no mercado uridashi¹, transacções no mercado de obrigações temáticas (descritas a seguir) e obrigações em divisas africanas (kwacha da Zâmbia) completam o conjunto de mercados utilizados em 2010.

O Banco mantém igualmente uma presença regular no mercado de curto prazo através de emissões ao abrigo do seu programa de papel comercial em euros (PCE) no valor de 2 mil milhões de euros, cujo objectivo consiste em reforçar a flexibilidade da gestão da liquidez a curto prazo. Em 31 de Dezembro de 2010 não existiam montantes não liquidados ao abrigo do programa PCE.

Transacções de obrigações temáticas.

O segmento de retalho do mercado de obrigações no Japão assistiu a uma intensa actividade com os investidores a pretenderem investir em emissões obrigacionistas que possuem um tema social e elevados níveis de notação de crédito.

Em 2010, o Banco criou o seu próprio nicho através da emissão de obrigações ao abrigo dos temas da energia limpa, da educação e da água. Durante o ano, o Banco procedeu a 16 transacções de obrigações desse tipo, angariando 398,9 milhões de UC.

Quadro 6.1

Transacções de obrigações temáticas

(Montantes em milhões de UC)

	Em aprovação	Desembolsos 2010	Total de obrigações emitidas	Vencimentos das obrigações
Obrigações sobre energia limpa/ecológicas	1.295,6	64,9	261,5	3 a 10 anos
Educação	100,6	8,3	98,1	3 a 5 anos
Água	908,4	20,2	39,3	4 anos
Total	2.304,6	93,4	398,9	

¹ Emissões públicas vendidas ao mercado de retalho japonês.

As receitas das obrigações estão incluídas nos recursos de capital ordinário do Banco e serão utilizadas nas operações gerais do Banco. No entanto, nos termos das emissões dessas obrigações, o Banco envidará todos os esforços para afectar um montante equivalente às receitas líquidas para concessão de crédito para projectos relacionados com o tema pertinente, sob reserva e em conformidade com os padrões de concessão de crédito do Banco.

O Quadro 6.1 apresenta uma súmula da actividade do Banco nesses sectores.

Investimentos

Em 31 de Dezembro de 2010, os investimentos do Banco em numerário e em títulos do tesouro (líquidos de acordos de recompra) atingiam os 7,83 mil milhões de UC, comparativamente a 7,73 mil milhões de UC no final de 2009. O rendimento dos investimentos para 2010 atingiu os 219,22 milhões de UC, ou seja, uma rentabilidade de 2,81% sobre uma liquidez média de 7,78 mil milhões de UC, em comparação com 222,96 milhões de UC em 2009, que implicaram uma rentabilidade de 3,5% sobre uma liquidez média de 6,37 mil milhões de UC.

Os activos líquidos do BAD estão divididos em três carteiras, nomeadamente a carteira operacional, a carteira prudencial

e uma carteira coberta por capital, cada uma delas com uma taxa de referência diferente que reflecte o perfil de risco e de fluxos de caixa dos seus activos e fontes de financiamento. Estas taxas de referência são, para a carteira operacional, a LIBID a um mês e, para a carteira prudencial, a LIBOR a seis meses *marked-to-market*, definida em 1 de Fevereiro e 1 de Agosto. A carteira *equity-backed* é gerida face a um *preçário* de refixação *benchmark*, com 10% dos activos líquidos do Banco, que é refixado uniformemente por um período de 10 anos.

Carteira de empréstimos concedidos

Em 31 de Dezembro de 2010, o valor dos empréstimos concedidos, líquidos de anulações, ascendia a 26,27 mil milhões de UC. Em 31 de Dezembro de 2010, os empréstimos concedidos não liquidados totalizavam 8,29 mil milhões de UC, mais 0,75 mil milhões de UC face aos 7,54 mil milhões de UC não liquidados no final de 2009. Em 31 de Dezembro de 2010, o saldo não desembolsado totalizava 4,86 mil milhões de UC, o que representa um decréscimo de 0,14 mil milhões de UC desde 31 de Dezembro de 2009. O número de empréstimos assinados activos era de 274, correspondendo a um saldo em dívida de 8,29 mil milhões de UC. Em 31 de Dezembro de 2010, tinha sido totalmente liquidado um total de 624 empréstimos no montante de 10,31 mil milhões de UC. O Gráfico 6.1 apresenta a distribuição da carteira de empréstimos não liquidados, por tipo de produto.

Desembolsos

Os desembolsos de empréstimos durante 2010 ascenderam a 1,34 mil milhões de UC, um decréscimo de 43% face aos 2,35 mil milhões de UC desembolsados em 2009. Em 31 de Dezembro de 2010, os desembolsos acumulados (incluindo empréstimos não garantidos por estados soberanos) ascendiam a 21,31 mil milhões de UC. Também no final de 2010, foram integralmente desembolsados 810 empréstimos, no montante de 18,75 mil milhões de UC, o que representa 88% dos desembolsos acumulados.

Produtos financeiros

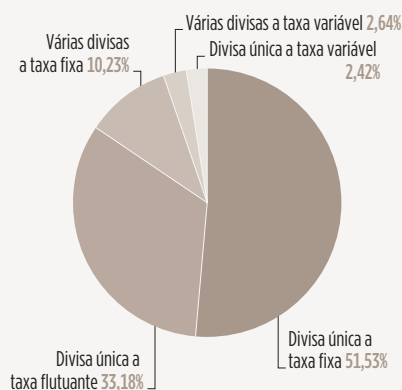
Empréstimos. O BAD providencia créditos aos seus clientes em termos não concessionais. O produto de empréstimo normalizado oferecido a mutuários soberanos e a mutuários garantidos por estados soberanos é o Empréstimo com *spread* variável bonificado (EVSL, Enhanced Variable Spread Loan). O produto de empréstimo oferecido a mutuários não garantidos por estados soberanos é o Empréstimo com *spread* fixo (FSL, Fixed Spread Loan).

A taxa de juro do empréstimo com *spread* variável bonificado é composta por uma taxa base flutuante (LIBOR a 6 meses para USD e JPY, EURIBOR a 6 meses para o Euro e JIBAR a 3 meses para o ZAR), uma margem de financiamento variável em função do custo de financiamento do Banco em relação à LIBOR, EURIBOR ou JIBAR calculada semestralmente e um *spread* contratual fixado em 60 pontos base a partir de 1 de Janeiro de 2011. O empréstimo com *spread* variável bonificado permite fixar a taxa base flutuante. O período de reembolso normal para empréstimos a mutuários soberanos e garantidos por estados soberanos tem um limite de 20 anos, incluindo um período de carência máximo de 5 anos.

A taxa de juro no empréstimo com *spread* fixo é composta por uma taxa base flutuante (LIBOR a 6 meses para USD e JPY, EURIBOR a 6 meses para o Euro e JIBAR a 3 meses para o ZAR) que permanece flutuante até à data de vencimento, ou uma taxa base fixa (taxa *swap* de amortizações fixada a pedido do mutuário para saldos de empréstimos desembolsados) acrescida de um *spread* de crédito com base no risco. Os períodos de reembolso normais dos empréstimos não garantidos por estados soberanos têm um limite máximo de 15 anos, incluindo um período de carência de capital máximo de 5 anos.

Em 10 de Maio de 2010, o Conselho de Administração do Banco aprovou uma revisão do *preçário* de crédito para operações com mutuários soberanos e garan-

Gráfico 6.1
Empréstimos não liquidados, 31 de Dezembro de 2010 (percentagens)



tidos por estados soberanos com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2011. Esta revisão é relativa a:

- revisão do *spread* contratual de 40 para 60 pontos base aplicável a novos compromissos;
- introdução de uma taxa de compromisso gradual variando entre 25 e 75 pontos base, aplicável apenas a montantes não desembolsados de empréstimos ao abrigo de uma política de desembolso rápido após as datas de amortização negociadas; e
- revisão periódica do *spread* contratual, no âmbito da Perspectiva financeira a médio prazo do Banco, a fim de avaliar se o *spread* contratual proporciona a cobertura adequada das despesas operacionais do Banco.

O Conselho de Administração deliberou que a Direcção deve submeter à análise do Conselho os pedidos de revisão do preço dos empréstimos em resposta a situações de tensão excepcionais e imprevisíveis. O Conselho deverá aprovar, em especial, a qualificação de um acontecimento como excepcional, a revisão do preço associada e o período de candidatura.

Outras estruturas de crédito oferecidas pelo Banco incluem sindicâncias paralelas e A/B, bem como empréstimos em moeda local se o Banco estiver em condições de se financiar eficientemente no mercado da moeda local. Estes empréstimos são oferecidos ao abrigo do preço do empréstimo com *spread* fixo, sendo aplicável o princípio de transferência de custos aos empréstimos em moeda local a fim de assegurar que o custo global dos fundos é compensado.

Linhas de agência. Os empréstimos às empresas do sector privado podem ser concedidos directamente ou através de uma instituição financeira privada (IFP). Numa linha de agência (LA), o risco de crédito do mutuário é suportado pelo Banco. Adicionalmente, a IFP actua como um agente do Banco, realizando diversas

actividades, incluindo, embora não exclusivamente, a identificação de projectos dentro de determinados parâmetros; a avaliação de tais projectos a favor do Banco e, quando aprovados, a realização de todos os passos administrativos relacionados com o desembolso (facturação, recolha dos fundos do Banco, entrega de garantia); a supervisão dos projectos, acompanhando e relatando o desempenho dos mutuários; e a transferência de montantes relacionados com o reembolso do empréstimo ao Banco.

Garantias. Através das receitas das garantias, o Banco procura alavancar o seu estatuto de credor privilegiado para ajudar mutuários elegíveis que procuram obter financiamento junto de mutuantes terceiros, incluindo os mercados de capitais. As garantias também permitirão que os mutuários obtenham financiamentos na sua própria moeda local, sempre que o Banco não seja capaz de proporcionar tal financiamento directamente a partir dos seus recursos próprios.

São oferecidos produtos de gestão do risco que permitem aos mutuários gerir os riscos de mercado associados aos empréstimos concedidos pelo Banco, incluindo os riscos de taxa de juro, cambiais e associados aos preços das matérias-primas. Estes produtos ajudam, ao longo do tempo e de um modo mais eficiente, os mutuários na gestão dos seus balanços e das suas necessidades em constante mudança. Os produtos de gestão do risco, tais como *swaps* de taxa de juro, *swaps* de divisas e *caps* e *collars* de taxa de juro, estão à disposição dos mutuários em qualquer momento durante o prazo do empréstimo.

Participação no capital social ou produtos quase-capital. A capacidade do Banco para fornecer capital de risco através de investimentos no capital social constitui um elemento-chave do seu papel enquanto mobilizador de recursos. Embora o Banco não possa ser um accionista maioritário numa empresa, pode participar num projecto adquirin-

do acções ordinárias, acções preferenciais remíveis ou títulos privados (debentures).

Outros serviços financeiros. Para além dos produtos acima descritos, o Banco poderá oferecer serviços de assistência técnica e tomada firme de empréstimos, através das suas divisões dos sectores público e privado.

Políticas e processos de gestão do risco

O Banco procura reduzir a sua exposição a riscos que não sejam essenciais para a sua actividade principal de financiamento ao desenvolvimento e a assistência relacionada. Com esse fim, o Banco adaptou as suas políticas, directrizes e práticas de gestão de risco de modo a reduzir a exposição ao risco de taxa de juro, cambial, de liquidez, de contraparte, legal e a outros riscos operacionais, maximizando ao mesmo tempo a sua capacidade de assumir os riscos decorrentes da concessão de crédito aos seus clientes do sector privado e do sector público, sempre no âmbito dos limites de risco previamente aprovados.

As políticas e as práticas adoptadas pelo Banco para gerir estes riscos são descritas em pormenor na Nota D das demonstrações financeiras.

Resultados financeiros

Em 2010, o Conselho de Governadores aprovou transferências no valor de 146,37 milhões de UC destinadas a várias iniciativas de desenvolvimento em África. Os beneficiários destas transferências constam de uma lista apensa à Nota N das demonstrações financeiras. Em conformidade com as normas contabilísticas do Banco, essas transferências são reportadas como despesas no ano em que são aprovadas pelo Conselho de Governadores. As discussões e análises que se seguem centram-se no “Rendimento antes da aprovação das transferências pelo Conselho de Governadores”, que reflecte as operações ordinárias do Banco.

Os destaques do desempenho financeiro do Banco em 2010 incluem:

- Apesar das condições voláteis dos mercados e das baixas taxas de juro que se mantiveram ao longo do ano, o Banco obteve, em 2010, um rendimento antes da aprovação das transferências pelo Conselho de Governadores no montante de 213,66 milhões de UC, por oposição aos 231,16 milhões de UC em 2009. A diminuição deveu-se principalmente a um maior nível de perdas por justa avaliação sobre empréstimos obtidos e derivados para os quais foi escolhida a opção do justo valor, bem como a um aumento do nível das despesas administrativas incorridas em 2010, em comparação com 2009. No que respeita a depreciações de activos, registou-se um aumento das provisões para perdas com empréstimos concedidos, que foi amplamente compensado por uma redução das provisões para investimentos detidos até à maturidade devido a melhores notações de crédito e desempenho.
 - A provisão para imparidades em 31 de Dezembro de 2010 deve-se fundamentalmente a três mutuários soberanos com dívidas iguais ou superiores a seis meses nessa data. Além disso, com base numa análise dos factos e circunstâncias após a data do balanço, foi reconhecida a provisão para imparidades num quarto país que entrou em incumprimento depois do final do ano.
- Por consequência, em 31 de Dezembro de 2010, a provisão total acumulada para perdas de capital e de encargos em incumprimento era de 283,37 mil milhões de UC, equivalente a 3,28% do capital não liquidado e encargos brutos devidos nessa data, por oposição a 227,39 milhões de UC ou 2,9% do capital não liquidado e encargos brutos devidos em 31 de Dezembro de 2009.
- As receitas de juros líquidos aumentaram de 267,29 milhões de UC em 2009 para 373,25 milhões de UC devido, em grande parte, a um maior volume de rendimentos de investimentos em 2010. Na sequência das práticas do Banco em matéria de gestão de activos e passivos, o efeito das taxas de juro mais baixas foi substancialmente anulado, uma vez que a redução do rendimento em juros foi amplamente compensada pela redução das despesas com juros. Em 2010, o Banco obteve igualmente um rendimento de 6,74 milhões de UC decorrente de investimentos em instrumentos de dívida emitidos por entidades nos seus países membros regionais.
 - Em resultado de um aumento geral das suas actividades operacionais, as despesas administrativas do Grupo do Banco aumentaram 8,08% de 221,51 milhões de UC em 2009 para 239,42 milhões de UC em 2010. O total de despesas com mão-de-obra aumentou 4,89% de 170,63 milhões de UC em 2009 para 178,98 milhões de UC em 2010, enquanto que a rubrica de outras despesas administrativas registou um aumento de 18,81% de 50,88 milhões de UC para 60,45 milhões de UC em 2010. A parcela de despesas administrativas do Banco no Grupo ascendeu a 75 milhões de UC em 2010, em comparação com 63,06 milhões de UC em 2009. Estas despesas são distribuídas entre o Banco, o FAD e o FFN com base numa fórmula de repartição de custos predefinida, influenciada essencialmente pelos níveis relativos de determinados indicadores do volume operacional e pelas dimensões relativas dos balanços.
 - O Banco continua a obter níveis de rendimento líquido suficientes para sustentar a sua forte posição financeira e efectuar contribuições em nome dos seus accionistas para outras iniciativas de desenvolvimento em África. Em 31 de Dezembro de 2010, as reservas totais acrescidas de provisões acumuladas para perdas de capital e encargos sobre empréstimos não liquidados eram de 2,91 mil milhões de UC, em comparação com os 2,78 mil milhões de UC registados no final de 2009. Enquanto percentagem dos empréstimos brutos, as reservas, acrescidas das provisões para perdas sobre o capital dos empréstimos, representavam, em 31 de Dezembro de 2010, 33,06%, por oposição aos 35,22% registados em 31 de Dezembro de 2009.

Banco Africano de Desenvolvimento

Demonstrações financeiras e relatório dos auditores independentes

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

Balanço	126
Demonstração de resultados	128
Demonstração do rendimento global	129
Demonstração das alterações do capital próprio	130
Demonstração dos fluxos de caixa	131
Notas às demonstrações financeiras	132
Relatório dos auditores independentes	207

BALANÇO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(milhares de UC – Nota B)

ACTIVOS	2010	2009
CAIXA	395.717	318.828
OBRIGAÇÕES À VISTA	3.801	3.801
INVESTIMENTOS EM TÍTULOS DO TESOURO (Nota F)	7.433.528	7.412.248
ACTIVOS DERIVADOS (Nota G)	1.421.480	764.007
INSTRUMENTOS NÃO NEGOCIÁVEIS POR CONTA DO CAPITAL (Nota H)	4.625	8.188
DEVEDORES		
Rendimentos e encargos acumulados devidos sobre empréstimos concedidos (Nota I)	178.236	168.592
Outros devedores	1.163.422	755.567
	1.341.658	924.159
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO		
Empréstimos, líquidos (Notas D e I)	8.178.797	7.436.278
Participações de capital (Nota J)	272.241	234.478
Outros títulos de dívida (Nota K)	79.752	70.810
	8.530.790	7.741.566
OUTROS ACTIVOS		
Imóveis, equipamento e activos incorpóreos (Nota L)	11.990	11.243
Diversos	704	647
	12.694	11.890
TOTAL DOS ACTIVOS	19.144.293	17.184.687

As notas que acompanham as demonstrações financeiras fazem parte deste documento.

PASSIVO E CAPITAIS PRÓPRIOS	2010	2009
CREDORES		
Encargos financeiros acumulados	423.492	404.477
Outros credores	1.591.552	981.202
	2.015.044	1.385.679
PASSIVO DERIVADO (Nota G)	328.296	477.118
EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS (Nota M)		
Empréstimos contraídos pelo justo valor	10.877.110	9.488.606
Empréstimos contraídos pelo custo amortizado	1.103.456	1.092.034
	11.980.566	10.580.640
CAPITAIS PRÓPRIOS (Nota N)		
Capital		
Subscrições realizadas	2.355.677	2.350.257
Ajustamento cambial acumulado das subscrições (CEAS)	(162.572)	(161.970)
Subscrições realizadas (líquidas de CEAS)	2.193.105	2.188.287
Reservas		
Lucros obtidos	2.623.116	2.556.391
Ganhos/(perdas) de justo valor com investimentos disponíveis para venda	4.166	(3.428)
Total das reservas	2.627.282	2.552.963
Total dos capitais próprios	4.820.387	4.741.250
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAIS PRÓPRIOS	19.144.293	17.184.687

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(milhares de UC – Nota B)

	2010	2009
PROVEITOS E CUSTOS DE EXPLORAÇÃO		
Proveitos provenientes de:		
Empréstimos concedidos (Nota O)	293.359	288.239
Investimentos e respectivos derivados (Nota O)	219.219	222.955
Outros títulos de dívida	6.737	7.684
Total dos rendimentos de empréstimos concedidos e de investimentos	519.315	518.878
Despesas com empréstimos contraídos (Nota P)		
Juros e custos de contratação amortizados	(303.041)	(306.321)
Juros líquidos sobre derivados relacionados com os empréstimos contraídos	126.265	73.284
(Perdas)/ganhos não realizados sobre empréstimos contraídos e respectivos derivados, considerados pelo justo valor	(27.611)	17.380
Perdas não realizadas com derivados sobre empréstimos contraídos e outros, não considerados pelo justo valor	(13.328)	(20.303)
Provisão para imparidades (Nota I)		
Capital de empréstimos	(10.643)	(276)
Encargos com empréstimos	(16.117)	(11.009)
Provisão para imparidades de investimentos de capital (Nota J)	(898)	(2.324)
Provisão para depreciação de investimentos	18.578	3.389
Ganhos de transferência	4.865	19.634
Outras (perdas)/rendimentos	(1.725)	7.338
Rendimentos líquidos de exploração	295.660	299.670
OUTRAS DESPESAS		
Despesas administrativas (Nota Q)	(74.996)	(63.057)
Depreciação - Imóveis, equipamento e activos incorpóreos (Nota L)	(4.591)	(4.679)
Despesas diversas	(2.414)	(774)
Total de outras despesas	(82.001)	(68.510)
Rendimentos antes da aprovação das transferências pelo Conselho de Governadores	213.659	231.160
Transferências de rendimentos aprovadas pelo Conselho de Governadores (Nota N)	(146.366)	(162.680)
RENDIMENTO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	67.293	68.480

As notas que acompanham as demonstrações financeiras fazem parte deste documento.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO GLOBAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(milhares de UC – Nota B)

	2010	2009
RENDIMENTO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	67.293	68.480
OUTROS RENDIMENTOS GLOBAIS		
Ganhos/(perdas) líquidos em investimentos de capital disponíveis para venda	7.594	(18.763)
(Perdas)/ganhos actuariais em planos de benefícios definidos	(568)	27.774
Total de outros rendimentos globais	7.026	9.011
TOTAL DO RENDIMENTO GLOBAL PARA O EXERCÍCIO	74.319	77.491

As notas que acompanham as demonstrações financeiras fazem parte deste documento.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(milhares de UC – Nota B)

	Capital Subscrições realizadas	Ajustamento cambial acumulado das subscrições	Lucros obtidos	Justo valor Ganhos/ (perdas) com investimentos disponíveis para venda	Total dos capitais próprios
SALDO EM 1 DE JANEIRO DE 2009	2.345.804	(161.028)	2.460.137	15.335	4.660.248
Rendimento líquido do exercício	-	-	68.480	-	68.480
Outros rendimentos globais					
Perdas líquidas em investimentos de capital disponíveis para venda	-	-	-	(18.763)	(18.763)
Ganhos actuariais em planos de benefícios definidos	-	-	27.774	-	27.774
Total de outros rendimentos globais	-	-	27.774	(18.763)	9.011
Aumento líquido do capital realizável	4.453	-	-	-	4.453
Perdas de conversão líquidas em novas subscrições	-	(942)	-	-	(942)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 1 DE JANEIRO DE 2010	2.350.257	(161.970)	2.556.391	(3.428)	4.741.250
Rendimento líquido do exercício	-	-	67.293	-	67.293
Outros rendimentos globais					
Ganhos líquidos em investimentos de capital disponíveis para venda	-	-	-	7.594	7.594
Perdas actuariais em planos de benefícios definidos	-	-	(568)	-	(568)
Total de outros rendimentos globais	-	-	(568)	7.594	7.026
Aumento líquido do capital realizável	5.420	-	-	-	5.420
Perdas de conversão líquidas em novas subscrições	-	(602)	-	-	(602)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	2.355.677	(162.572)	2.623.116	4.166	4.820.387

As notas que acompanham as demonstrações financeiras fazem parte deste documento.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (milhares de UC – Nota B)

	2010	2009
FLUXOS DE CAIXA DE:		
ACTIVIDADES DE EXPLORAÇÃO:		
Rendimento líquido	67.293	68.480
Ajustamentos para reconciliar o rendimento líquido com os valores de caixa líquidos proporcionados por actividades de exploração:		
Depreciação	4.591	4.679
Provisões para imparidades do capital e encargos de empréstimos	26.760	11.287
Perdas não realizadas sobre investimentos e respectivos derivados	18.304	15.689
Amortização do desconto ou prémio sobre investimentos detidos até à maturidade	(22.168)	(6.658)
Provisão para depreciação de investimentos	(18.578)	(3.389)
Provisão para imparidades de investimentos de capital	898	2.324
Amortização de custos de contratação de empréstimos contraídos	(11.906)	541
Perdas não realizadas sobre empréstimos contraídos e respectivos derivados, considerados pelo justo valor	40.939	2.923
Ganhos de transferência	(4.865)	(19.634)
Parcela de lucros em associadas	421	(227)
Movimentos líquidos em derivados	(176.281)	(77.560)
Alterações em rendimentos acumulados sobre empréstimos concedidos	(26.374)	159.099
Alterações em encargos financeiros acumulados	19.703	6.345
Alterações noutros valores a pagar e a receber	175.535	89.407
Valores de caixa líquidos proporcionados por actividades de exploração	94.272	253.306
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO, FINANCIAMENTO E DESENVOLVIMENTO:		
Desembolsos para empréstimos	(1.339.846)	(2.352.287)
Reembolsos de empréstimos	568.638	718.818
Investimentos com maturidade de 3 meses após a aquisição:		
Carteira detida até à maturidade	(112.527)	(362.180)
Carteira para negociação	(13.098)	(2.029.748)
Alterações de outros activos	(5.394)	(4.339)
Movimento de participações de capital	(24.158)	(51.240)
Valores de caixa líquidos utilizados em actividades de investimento, financiamento e desenvolvimento	(926.385)	(4.080.976)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Novos empréstimos contraídos	2.815.211	5.143.378
Reembolsos de empréstimos contraídos	(2.054.200)	(1.241.531)
Valores de caixa líquidos provenientes de subscrições de capital	8.381	7.185
Valores de caixa líquidos proporcionados por actividades de financiamento	769.392	3.909.032
Efeito das alterações das taxas de câmbio sobre os valores de caixa e equivalentes de caixa (Decréscimos)/aumentos líquidos de caixa e equivalentes de caixa	14.285	(5.126)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.487.818	1.411.582
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.439.382	1.487.818
COMPOSTO POR:		
Investimentos com maturidade nos 3 meses seguintes à aquisição:		
Carteira detida até à maturidade	-	105.554
Carteira para negociação	1.043.665	1.063.436
Caixa	395.717	318.828
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.439.382	1.487.818
INFORMAÇÕES ADICIONAIS:		
1. Fluxos de caixa operacionais decorrentes de juros e dividendos		
Juros pagos	(175.390)	(240.666)
Juros recebidos	485.542	608.684
Dividendos recebidos	1.431	611
2. Movimentos resultantes de flutuações de taxas de câmbio:		
Créditos	21.279	(82.657)
Empréstimos contraídos	680.945	201.269
Swaps cambiais	(723.003)	(104.851)

As notas que acompanham as demonstrações financeiras fazem parte deste documento.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

NOTA A – OPERAÇÕES E ORGANIZAÇÕES FILIADAS

O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD ou Banco) é uma instituição financeira de desenvolvimento multilateral dedicada ao progresso económico e social dos seus países membros regionais. A sede do Banco está situada em Abidjan, na Costa do Marfim. Porém, desde Fevereiro de 2003, o Banco tem gerido a maioria das suas operações a partir das instalações temporárias de relocalização situadas em Tunes, na Tunísia. O Banco financia projectos e programas de desenvolvimento nestes países, normalmente em cooperação com outras instituições nacionais ou internacionais de desenvolvimento. Na prossecução deste objectivo, o Banco participa na selecção, estudo e elaboração de projectos que contribuem para esse desenvolvimento e, sempre que necessário, presta assistência técnica. O Banco promove também investimentos de capital público e privado em projectos e programas concebidos para contribuir para o progresso económico e social dos países membros regionais. As actividades do Banco são complementadas pela acção do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD ou Fundo), que foi criado pelo Banco e por alguns países, e do Fundo Fiduciário da Nigéria (FFN), um fundo especial gerido pelo Banco. O BAD, o FAD e o FFN possuem, cada um deles, activos e passivos próprios e separados. Não há recurso ao BAD para cumprimento de obrigações relativas a quaisquer responsabilidades do FAD ou do FFN. O FAD foi criado para apoiar o Banco a contribuir para o desenvolvimento económico e social dos membros regionais do Banco, a promover a cooperação e a intensificação das trocas comerciais entre os membros do Banco e a disponibilizar financiamentos em termos concessionais para esse efeito.

Nos termos do artigo 57.º do Acordo de Constituição do Banco, o Banco, os seus imóveis, outros activos, rendimentos e as suas operações e transacções estarão totalmente isentos de impostos e direitos alfandegários. O Banco está também isento de qualquer obrigação de pagar, reter ou cobrar quaisquer impostos ou direitos.

NOTA B – SÍNTESE DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

As demonstrações financeiras do Banco são elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) aprovadas pelo Comité de Normas Internacionais de Contabilidade. As demonstrações financeiras foram elaboradas segundo a convenção do custo histórico, excepto para determinados activos financeiros e passivos financeiros que são inscritos pelo justo valor.

As políticas contabilísticas relevantes empregues pelo Banco encontram-se resumidas a seguir.

Reconhecimento das receitas

O rendimento de juros é acumulado e reconhecido com base na taxa de juro efectiva para o período em que esse instrumento for devido e não liquidado pelo Banco. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta ao valor contabilístico líquido do activo os futuros fluxos de caixa estimados ao longo da vida prevista do activo financeiro.

O rendimento dos investimentos inclui os ganhos e perdas, realizados e não realizados, sobre os instrumentos financeiros transaccionados.

Os dividendos relativos a investimentos em capital são reconhecidos quando estiver estabelecido o direito de o Banco os receber.

Moedas funcionais e de apresentação

O Banco realiza as suas operações nas moedas dos seus países membros. Por força da aplicação da NIC 21 revista, “Efeitos de Alterações das Taxas de Câmbio Estrangeiras”, o Banco deixou de ter como moeda funcional as moedas de todos os seus países membros, adoptando, antecipadamente, a Unidade de Conta (UC), de forma efectiva, a partir de 1 de Janeiro de 2005. A UC é também a moeda em que são apresentadas as demonstrações financeiras. O valor da Unidade de Conta encontra-se definido

no Artigo 5.1 (b) do Acordo de Constituição do Banco (o Acordo) como equivalente a um Direito de Saque Especial (DSE) do Fundo Monetário Internacional (FMI) ou qualquer unidade adoptada para o mesmo efeito pelo FMI.

Conversão cambial

O rendimento e as despesas são convertidos para UC às taxas em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários são convertidos para UC às taxas em vigor na data do balanço. As taxas utilizadas para a conversão cambial para UC em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 são apresentadas na Nota W-1. Os activos e passivos não monetários são convertidos para UC às taxas históricas. As divergências de conversão estão incluídas na definição do rendimento líquido. As subscrições de capital são registadas em UC às taxas em vigor na data da sua recepção. A divergência de conversão relativa a pagamentos de subscrições de capital encontra-se reportada nas demonstrações financeiras como Ajustamento cambial acumulado das subscrições (CEAS). Este é constituído pela diferença entre o montante de UC à taxa predefinida e o montante de UC utilizando a taxa em vigor no momento da recepção. Sempre que as moedas forem convertidas para outras moedas, os ganhos e perdas daí resultantes são incluídos na determinação do rendimento líquido.

Subscrições dos países membros

Embora o Acordo de Constituição do BAD permita que os países membros saiam do Banco, nunca nenhum membro o abandonou voluntariamente, nem nenhum deles informou o Banco de que o pretendia fazer. A estabilidade verificada reflecte o facto de os membros serem países independentes africanos e não africanos, e de o Banco ter como objectivo contribuir para o desenvolvimento económico e o progresso social dos seus países membros regionais, individual e conjuntamente. Deste modo, em 31 de Dezembro de 2010, o Banco não tinha em vista a distribuição de nenhuma parcela dos seus activos líquidos resultante da saída de países membros.

No caso improvável da saída de um membro, o Banco deverá providenciar a recompra das acções do ex-membro. O preço de recompra é o valor constante dos registos contabilísticos do Banco na data em que o país deixar de ser membro, doravante designada como “data de resolução”. O Banco pode compensar total ou parcialmente os montantes devidos pela aquisição das acções com as responsabilidades do membro para com o Banco, relativas a empréstimos e garantias. O ex-membro permanecerá responsável pelas obrigações directas e pelas responsabilidades eventuais para com o Banco enquanto se mantiverem pendentes empréstimos ou garantias contratados antes da data de resolução. Se, numa data posterior à data de resolução, se tornar evidente que as perdas não foram suficientemente tomadas em consideração aquando da definição do preço de recompra, o ex-membro pode ser obrigado a pagar, mediante solicitação, o montante pelo qual o preço de recompra das acções teria sido reduzido se as perdas tivessem sido consideradas aquando da definição do preço de recompra. Além disso, o ex-membro permanece responsável por todos os pedidos, posteriores à data de resolução, de entradas não realizadas, na medida em tal tenha sido necessário para responder a uma eventual imparidade do capital e o pedido tenha sido efectuado no momento em que o preço de recompra das suas acções se encontrava determinado.

Aquando da saída de um membro, o Banco pode estabelecer as datas relativas ao pagamento das acções recompradas. Se, por exemplo, o pagamento a um ex-membro pudesse ter consequências negativas para a situação financeira do Banco, este poderia adiar o pagamento até o risco deixar de existir, podendo fazê-lo, se necessário, por tempo indeterminado. Além disso, as acções que, por qualquer razão, deixem de estar subscritas podem ser oferecidas aos países membros elegíveis para compra, observando as regras de transmissão de acções aprovadas pelo Conselho de Governadores. Em caso algum serão efectuados pagamentos antes de decorridos seis meses sobre a data de resolução.

Se o Banco tiver terminado as suas operações, todas as responsabilidades do Banco serão liquidadas, em primeiro lugar, à custa dos activos do Banco e depois, se necessário, à custa do capital exigível dos membros, antes de poder ser efectuada qualquer distribuição a qualquer país membro. Tal distribuição está sujeita a uma decisão prévia do Conselho de Governadores do Banco e será baseada na parcela *pro rata* de cada país membro.

Benefícios para funcionários

1) Obrigações com pensões

O Banco dispõe de um plano de pensões com benefícios definidos, em regime contributivo, a favor dos seus funcionários. O Plano de Aposentação do Pessoal (PAP) oferece o pagamento de benefícios aos participantes após a sua aposentação. Um plano de benefícios definidos é um plano de pensões que define o montante da pensão que um funcionário receberá após a sua aposentação, habitualmente dependente de um ou mais factores como a idade, a antiguidade e a remuneração. É efectuada uma avaliação actuarial do custo da prestação dos benefícios para o PAP utilizando o Método de crédito da unidade projectada. Ao atingir a idade de reforma, a pensão é calculada com base na remuneração média dos últimos três anos de serviço relevante para esse efeito, estando a pensão sujeita aos ajustamentos da inflação anual. Os ganhos e perdas actuariais são reconhecidos imediatamente em outros rendimentos globais no ano em que ocorrem. O custo do serviço anterior é imediatamente reconhecido se os benefícios já estiverem adquiridos; caso contrário, é amortizado numa base de amortização linear ao longo do período médio até os benefícios estarem adquiridos. A responsabilidade pela pensão é reconhecida como parte da rubrica “Outros credores” no balanço. A responsabilidade representa o valor actual das obrigações do benefício definido do Banco, líquido do justo valor dos activos do plano e ganhos e perdas actuariais não reconhecidos.

2) Benefícios de saúde pós-emprego

O Banco dispõe de um Plano de Benefícios de Saúde (PBS) definido, em regime contributivo, que proporciona benefícios de assistência médica a antigos trabalhadores elegíveis, incluindo aposentados. Os membros do PBS incluem o pessoal ao serviço e os aposentados do Banco. O direito ao benefício de assistência médica pós-aposentação está habitualmente condicionado à contribuição do funcionário para o Plano até à idade de aposentação e à prestação de um tempo de serviço mínimo. Os custos esperados destes benefícios são provenientes das contribuições dos membros do plano, assim como do Banco, e são acumulados ao longo do período de emprego e durante a aposentação. As contribuições do Banco para o PBS são imputadas às despesas e incluídas na demonstração de resultados. O Conselho do PBS, um organismo independente criado pelo Banco, define a adequação das contribuições, estando autorizado a recomendar alterações às taxas das contribuições do Banco e dos membros do plano. Os ganhos e perdas actuariais são reconhecidos imediatamente nos lucros obtidos no ano em que ocorrem. A responsabilidade pelo plano de saúde é reconhecida como parte da rubrica “Outros credores” no balanço. A responsabilidade representa o valor actual das obrigações do benefício de saúde pós-emprego do Banco, líquido do justo valor dos activos do plano e ganhos e perdas actuariais não reconhecidos.

Instrumentos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço do Banco sempre que este assume direitos ou obrigações contratuais associados.

1) Activos financeiros

O Banco classifica os seus activos financeiros segundo as seguintes categorias: activos financeiros considerados pelo justo valor como lucros ou perdas; empréstimos concedidos e créditos; investimentos detidos até à maturidade; e activos financeiros disponíveis para venda. A Administração define a classificação dos seus activos financeiros no reconhecimento inicial.

(1) *Activos financeiros inscritos pelo justo valor como lucros ou perdas*

Todos os activos negociáveis são inscritos pelo justo valor na demonstração de resultados e os ganhos e perdas são apresentados nesta demonstração no período em que ocorrerem. Os investimentos na carteira para negociação são adquiridos fundamentalmente para efeitos de venda a curto prazo. Os derivados são também classificados como detidos para negociação.

(2) *Empréstimos concedidos e créditos*

O Banco classificou como créditos as obrigações à vista, o rendimento acumulado e os créditos de empréstimos concedidos e de investimentos e outros montantes diversos. Os empréstimos concedidos e os créditos constituem activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados num mercado activo. Ocorrem quando o Banco disponibiliza dinheiro, bens ou serviços directamente a um devedor sem intenção de negociar o crédito. Os empréstimos concedidos e os créditos são inscritos pelo custo amortizado segundo o método do juro efectivo.

As comissões de abertura do processo de crédito são diferidas e reconhecidas ao longo da vida do empréstimos em causa como um ajustamento do rendimento. No entanto, os custos directos incrementais associados à abertura do processo de crédito são reconhecidos como despesas à medida que são incorridas, dado que estes valores são considerados insignificantes. A amortização da comissão de abertura do processo de crédito é incluída no rendimento dos empréstimos.

(3) Investimentos detidos até à maturidade

O Banco classificou os seus investimentos em determinados títulos de dívida como detidos até à maturidade. Os investimentos detidos até à maturidade constituem activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos, que a Administração do Banco pretende e pode manter até à maturidade. Os investimentos detidos até à maturidade são inscritos e posteriormente avaliados pelo custo amortizado segundo o método do juro efectivo.

4) Activos financeiros disponíveis para venda

O Banco classificou como disponíveis para venda os investimentos de capital sobre os quais não possui controlo ou uma influência significativa. Os investimentos disponíveis para venda são os que se pretendem manter durante um período de tempo indeterminado, podendo ser ou não vendidos no futuro. Os ganhos e perdas resultantes de alterações do justo valor de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos directamente em outros rendimentos globais, até o activo financeiro ser desreconhecido ou sofrer imparidade, altura em que os ganhos ou perdas cumulativos reconhecidos anteriormente em outros rendimentos globais são reconhecidos nos lucros ou nas perdas.

As aquisições e as vendas de activos financeiros considerados pelo justo valor como lucros ou perdas, os investimentos detidos até à maturidade e os disponíveis para venda são reconhecidos com base na data da transacção, que é a data em que o Banco se obriga a comprar ou a vender o activo. Os empréstimos concedidos são reconhecidos quando o dinheiro é entregue aos mutuários. Os activos financeiros que não são inscritos pelo justo valor como lucros ou perdas são reconhecidos pelo justo valor acrescido dos custos de transmissão. Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos a receber fluxos financeiros dos activos financeiros tiverem caducado ou quando o Banco tiver transferido praticamente todos os riscos e compensações da respectiva titularidade.

Os títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e os títulos vendidos ao abrigo de acordos de recompra são registados às taxas de mercado. O Banco recebe os títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda, monitoriza o seu justo valor e, se necessário, pode exigir uma caução adicional.

A caixa e os equivalentes de caixa compreendem o dinheiro em caixa, os depósitos à ordem e outros investimentos a curto prazo com elevada liquidez, que são prontamente convertíveis num valor de caixa conhecido, estão sujeitos a um risco insignificante de alteração do respectivo valor e têm um prazo de maturidade após a aquisição de três meses ou menos.

2) Obrigações financeiras

(1) Empréstimos contraídos

No decurso normal da sua actividade, o Banco contrai empréstimos de fundos nos principais mercados de capitais destinados à concessão de crédito e por razões de liquidez. O Banco emite instrumentos de dívida denominados em diversas moedas, com diferentes maturidades a taxas de juro fixas ou variáveis. A estratégia de obtenção de empréstimos do Banco é orientada por três factores principais, a saber: oportunidade na satisfação das necessidades de tesouraria, optimização da gestão do activo e do passivo com o objectivo de atenuar a exposição a riscos financeiros e concessão de empréstimos com boa rentabilidade.

Para além da contracção de empréstimos a médio e longo prazo, o Banco contrata ainda empréstimos a curto prazo exclusivamente para efeitos de gestão da liquidez e tesouraria. Os empréstimos não designados pelo justo valor como lucros ou perdas são inscritos no balanço pelo custo amortizado com a despesa com juros determinada com recurso ao método do juro efectivo. As despesas com os empréstimos contraídos são reconhecidas nos lucros ou perdas e abrangem a amortização de custos de emissão, descontos e prémios, que são determinados recorrendo ao método do juro efectivo. As actividades

de contracção de empréstimos podem criar exposição ao risco do mercado, sobretudo a riscos cambiais e de taxa de juro. O Banco usa derivados e outros instrumentos de gestão do risco para atenuar esses riscos. A Nota D *infra* contém pormenores sobre as políticas e práticas de gestão do risco do Banco. Alguns empréstimos do Banco contraídos antes de 1990 são empréstimos concedidos pelos governos de alguns países membros do Banco e não estão sujeitos a juros. De acordo com a NIC 20 revista, Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios governamentais, esses empréstimos contraídos representam uma forma de apoio governamental, cujos benefícios não são quantificados pela imputação de juros. Em conformidade, esses empréstimos contraídos são inscritos pelos montantes reembolsáveis nas datas dos respectivos vencimentos.

(2) *Passivos financeiros inscritos pelo justo valor como lucros ou perdas*

Esta categoria tem duas subcategorias: passivos financeiros detidos para negociação e os designados pelo justo valor como lucros ou perdas à partida. Os derivados são classificados como detidos para negociação. O Banco aplica preferencialmente a designação pelo justo valor a empréstimos contraídos que, através de um *swap*, passaram a constituir dívida com taxa flutuante utilizando contratos de derivados. Nestes casos, a designação do empréstimo contraído pelo justo valor como lucros ou perdas é efectuada para reduzir significativamente um erro contabilístico que, de outro modo, teria ocorrido se os empréstimos contraídos fossem inscritos no balanço pelo custo amortizado enquanto os *swaps* correspondentes são inscritos no balanço pelo justo valor.

(3) *Outras obrigações*

Todos os passivos financeiros que não constituem derivados ou não são designados pelo justo valor como lucros ou perdas são registados pelo custo amortizado. Os valores incluem encargos financeiros acumulados sobre os empréstimos e outros credores.

As obrigações financeiras são desreconhecidas sempre que satisfeitas ou canceladas ou quando caducam.

Derivados

O Banco utiliza instrumentos derivados nas suas carteiras para a gestão de activos/passivos, a redução de custos, a gestão do risco e efeitos de cobertura. Estes instrumentos consistem essencialmente em *swaps* cambiais e *swaps* de taxa de juro. Os derivados sobre empréstimos contraídos são utilizados para modificar a taxa de juro ou as características monetárias da dívida emitida pelo Banco. Esta relação económica é estabelecida na data em que a dívida é emitida, mantendo-se ao longo dos termos dos contratos. A componente de juros destes derivados é considerada como parte das despesas com empréstimos contraídos.

Embora a NIC 39 permita a contabilização de cobertura para certas relações de cobertura qualificadas, o Banco decidiu não aplicar a contabilização de cobertura a relações de cobertura qualificada, optando por classificar todos os derivados como derivados detidos para negociação pelo justo valor, com todas as alterações ao justo valor reconhecidas na demonstração de resultados. Quando os critérios de aplicação da opção de valor justo são satisfeitos, a respectiva dívida também é inscrita pelo justo valor, com as alterações do justo valor reconhecidas na demonstração de resultados.

Os derivados incluídos noutros instrumentos financeiros ou noutros contratos de base não financeiros são tratados como derivados separados sempre que os respectivos riscos e características não estejam intimamente relacionados com os do contrato base e que este não seja inscrito pelo justo valor com os ganhos e perdas não realizados reportados como lucros ou perdas. Esses derivados são retirados do contrato base e medidos pelo justo valor, sendo os ganhos e perdas não realizados reportados como lucros ou perdas.

Imparidade de activos financeiros

1) Activos inscritos pelo custo amortizado

O Banco começa por avaliar se existem evidências objectivas de imparidade dos activos financeiros. Se o Banco concluir que não existem evidências objectivas de imparidade de um activo financeiro avaliado individualmente, esse activo é incluído num grupo de activos financeiros com características de crédito similares, sendo a imparidade avaliada conjuntamente. Os activos

que forem avaliados individualmente para efeitos de imparidade e relativamente aos quais continue a ser reconhecida uma perda por imparidade, não são incluídos numa avaliação conjunta da imparidade. Considera-se que um activo financeiro ou um grupo de activos financeiros sofre imparidade e são incorridas perdas por imparidade se, e apenas se, existirem evidências objectivas de imparidade como consequência de um ou mais factos ocorridos após o reconhecimento inicial do activo (um “facto de perda”) e esse facto (ou factos) de perda tiver um impacto nos futuros fluxos de caixa estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros que possam ser previstos com fiabilidade.

Se o Banco concluir que existem evidências objectivas de que foi incorrida uma perda por imparidade sobre empréstimos concedidos e créditos ou investimentos detidos até à maturidade inscritos pelo custo amortizado, o montante da perda é calculado como a diferença entre o montante do activo inscrito e o valor actual dos futuros fluxos de caixa previstos (excluindo futuras perdas de crédito que não tenham sido incorridas), descontada à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Para empréstimos com garantia soberana, a imparidade prevista que representa as perdas ao valor actual resulta de atrasos que podem ser sentidos no recebimento dos montantes devidos. Para empréstimos sem garantia soberana, a imparidade reflecte a melhor previsão da Administração relativamente aos montantes devidos, não cobráveis no todo ou em parte, assim como os atrasos no recebimento desses montantes.

O valor contabilístico do activo é reduzido através da utilização de uma conta de provisão, sendo o montante da perda reconhecido na demonstração de resultados. Se um empréstimo concedido ou um investimento detido até à maturidade tiver uma taxa de juro variável, a taxa de desconto para medir qualquer perda por imparidade é a actual taxa de juro efectiva determinada nos termos do contrato. Os juros e os encargos são cobrados sobre todos os empréstimos concedidos, incluindo os que se encontram vencidos. Quando um evento posterior leva à diminuição do montante da perda por imparidade, essa diminuição é revertida através de lucros ou perdas.

2) Activos disponíveis para venda

O Banco avalia em cada uma das datas do balanço se existem evidências objectivas de imparidade de um activo financeiro ou de um grupo de activos financeiros. No caso dos instrumentos de capital disponíveis para venda inscritos pelo justo valor, um declínio significativo ou prolongado do justo valor do título abaixo do respectivo custo é considerado para verificar se os activos sofrem imparidade. Se existir alguma dessas evidências para os instrumentos de capital disponíveis para venda inscritos pelo justo valor, a perda acumulada, que é medida como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, subtraindo qualquer perda por imparidade anteriormente reconhecida como lucros ou perdas, é reclassificada, passando de capital para lucros ou perdas na demonstração de resultados. As perdas por imparidade reconhecidas na demonstração de resultados sobre instrumentos de capital disponíveis para venda inscritos pelo justo valor são revertidas através de capital.

Se existirem evidências objectivas da ocorrência de uma perda por imparidade sobre um instrumento de capital disponível para venda que é inscrito pelo valor de custo pelo facto de o respectivo justo valor não poder ser medido de modo fiável, o valor da perda por imparidade é medido como a diferença entre o valor do instrumento com imparidade inscrito e o valor actual dos fluxos de caixa do instrumento previstos para o futuro, descontados à actual taxa de retorno de mercado para um instrumento de capital similar. Depois de reconhecidas, as perdas por imparidade de instrumentos de capital inscritos pelo custo não são revertidas.

Compensação de instrumentos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são compensados e o valor líquido reportado no balanço, sempre que exista um direito legalmente consagrado de compensar os valores reconhecidos e exista uma intenção de proceder à liquidação em termos líquidos, ou de realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Divulgação do justo valor

Nos mercados líquidos ou activos, os indicadores de justo valor mais fiáveis são os preços de mercado cotados. Considera-se que um instrumento financeiro está cotado num mercado activo se os preços cotados forem regularmente divulgados por uma bolsa de valores, corretor, grupo da indústria, serviço de fixação de preços ou agência reguladora e se esses preços representarem transacções de mercado reais, realizadas com regularidade de forma independente. Se as condições acima referidas não se encontrarem satisfeitas, o mercado será considerado inactivo. São indícios de que um mercado poderá estar inactivo, entre outros, a existência de um vasto diferencial compra/venda ou de um aumento significativo do diferencial compra/venda, ou um

número reduzido ou inexistência de transacções recentes observadas no mercado. Quando os mercados se tornam ilíquidos ou menos activos, as cotações do mercado podem não representar os preços a que seriam realizadas as transacções normais entre compradores e vendedores dispostos a negociar, pelo que podem necessitar de um ajustamento do processo de avaliação. Consequentemente, num mercado inactivo, as cotações de preço não são necessariamente sinónimo de valores justos. É necessária alguma ponderação para distinguir os mercados activos dos inactivos.

Os justos valores de activos cotados em mercados activos baseiam-se nos actuais preços de oferta de compra, enquanto os dos passivos se baseiam nos actuais preços de oferta de venda. Para instrumentos financeiros com mercados inactivos ou títulos não cotados, o Banco estabelece o justo valor utilizando técnicas de avaliação que incorporam o máximo de dados provenientes do mercado. Estas técnicas incluem o recurso a transacções independentes recentes, análises de fluxos de caixa descontados, modelos de opção de preços e outras técnicas de avaliação normalmente utilizadas pelos participantes no mercado. Os instrumentos financeiros para os quais não se encontravam imediatamente disponíveis cotações de mercado foram avaliados recorrendo a metodologias e pressupostos que exigem necessariamente o uso de juízos subjectivos. Deste modo, não é possível determinar imediatamente o valor efectivo a que esses instrumentos podem ser negociados numa transacção corrente ou se podem ser efectivamente negociados. A Administração entende que estas metodologias e pressupostos são razoáveis; todavia, os valores efectivamente realizados numa venda podem ser diferentes dos justos valores divulgados.

A determinação dos justos valores é feita pelos três níveis hierárquicos seguintes:

Nível 1: Preços cotados nos mercados activos para o mesmo instrumento (ou seja, sem alteração ou renovação).

Nível 2: Preços cotados nos mercados activos, no que respeita a activos ou passivos idênticos ou a outras técnicas de avaliação em que todos os elementos significativos se baseiam em dados de mercado observáveis.

Nível 3: Técnicas de avaliação em que os elementos significativos não se baseiam em dados de mercado observáveis.

Os métodos e pressupostos utilizados pelo Banco na previsão dos justos valores dos instrumentos financeiros são os seguintes:

Caixa: o valor contabilístico é o justo valor.

Investimentos: os justos valores para os títulos de investimento baseiam-se nos preços das cotações de mercado, quando disponíveis. Se as cotações de mercado não estiverem disponíveis, os justos valores baseiam-se nas cotações de mercado de instrumentos comparáveis.

Empréstimos contraídos: os justos valores dos empréstimos contraídos pelo Banco baseiam-se em cotações de mercado, sempre que possível, ou em avaliações técnicas baseadas em modelos de desconto dos fluxos de caixa, utilizando as curvas de desconto da LIBOR determinada pelo mercado ajustadas pelo *spread* de crédito do Banco. Os *spreads* de crédito são obtidos a partir de dados do mercado, assim como de cotações indicativas recebidas de determinadas contrapartes para as novas emissões de obrigações públicas do Banco. O Banco utiliza também sistemas baseados em modelos de fixação de preços padronizados da actividade e técnicas de avaliação para avaliar os empréstimos contraídos e os seus derivados associados. Os modelos utilizam dados provenientes do mercado como as taxas de juro, curvas de rendimentos, taxas de câmbio e volatilidades das opções. Os modelos de avaliação são sujeitos a análises internas e a avaliações externas periódicas. Quando se determina que o mercado de um empréstimo contraído está inactivo ou ilíquido, são efectuados os ajustamentos adequados aos dados de mercado observáveis relevantes, para permitir que o Banco defina a melhor estimativa do preço a que o Banco poderia ter recomprado esse empréstimo na data do balanço.

Investimentos de capital: os activos subjacentes de entidades em que o Banco possui investimentos de capital inscritos pelo justo valor são objecto de uma justa avaliação periódica, quer por parte dos gestores do fundo quer por parte de peritos avaliadores independentes que utilizam práticas do mercado. O justo valor de investimentos em empresas cotadas baseia-se nos preços

das ofertas cotadas mais recentes, que se encontram disponíveis. O justo valor de investimentos em entidades não cotadas é avaliado usando métodos adequados, por exemplo, fluxos de caixa descontados. O justo valor das participações de capital do Banco é estimado como a percentagem da propriedade do Banco sobre o valor líquido do activo dos fundos.

Instrumentos financeiros derivados: os justos valores dos instrumentos financeiros derivados baseiam-se em cotações de mercado, sempre que possível, ou em técnicas de avaliação que recorrem a estimativas de mercado dos fluxos de caixa e a taxas de desconto. O Banco utiliza também ferramentas de avaliação baseadas em modelos de fixação de preços padronizados da actividade e técnicas de avaliação para avaliar os instrumentos financeiros derivados. Os modelos utilizam dados provenientes do mercado como as taxas de juro, curvas de rendimentos, taxas de câmbio e volatilidades das opções. Todos os modelos financeiros utilizados para avaliar os instrumentos financeiros do Banco são sujeitos a análises internas e externas periódicas.

Empréstimos: o Banco não vende os seus empréstimos, nem considera que exista um mercado comparável para os seus empréstimos. O justo valor dos empréstimos reportado nestas demonstrações financeiras corresponde às melhores estimativas da Administração sobre o actual valor dos fluxos de caixa esperados para esses empréstimos. Para empréstimos em várias divisas e em divisa única a taxa fixa, os justos valores são estimados utilizando um modelo de fluxo de caixa descontado baseado na taxa de empréstimo variável no final do ano. O justo valor estimado dos empréstimos é divulgado na Nota I.

Lucros e perdas do primeiro dia

A melhor evidência do justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço de transacção (ou seja, o justo valor da contrapartida oferecida ou recebida). Um ganho ou uma perda só pode ser reconhecido no reconhecimento inicial de um instrumento financeiro se o justo valor desse instrumento for evidenciado por comparação com outras transacções de mercado actuais, observáveis no mesmo instrumento (ou seja, sem alteração ou renovação) ou baseado numa avaliação técnica cujas variáveis apenas incluem dados de mercados observáveis. No reconhecimento inicial, um ganho ou perda pode não ser reconhecido quando se utiliza uma técnica de avaliação que não incorpore dados apenas de mercados observáveis. O Banco apenas reconhece ganhos ou perdas depois do reconhecimento inicial se resultarem de uma alteração de um factor (incluindo o tempo) que os intervenientes no mercado considerariam na fixação de um preço.

O Banco detém instrumentos financeiros, alguns deles com maturidade superior a dez anos, em que o justo valor é determinado com base em modelos de avaliação que utilizam dados que poderão não ser observáveis no mercado à data de cálculo. Estes instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo preço da transacção, embora o valor resultante do modelo de avaliação utilizado possa ser diferente. A diferença entre o preço da transacção e o valor do modelo, geralmente designado por “lucros e perdas do primeiro dia”, é: (a) amortizada ao longo da vida da transacção; ou (b) diferida até que o justo valor do instrumento possa ser determinado com base em dados observáveis no mercado ou seja realizado através de liquidação. O instrumento financeiro é seguidamente avaliado pelo justo valor, corrigido em função dos lucros e perdas do primeiro dia diferidos. As alterações posteriores ao justo valor são imediatamente reconhecidas na demonstração de resultados sem reversão imediata dos lucros e perdas do primeiro dia diferidos.

Investimentos em associadas

Nos termos da NIC 28, “Investimentos em associadas”, o FAD e qualquer outra entidade em que o Banco tem uma influência significativa são considerados associadas do Banco. Uma associada é uma entidade que o Banco não controla mas na qual detém uma influência significativa sobre as respectivas decisões ao nível da política financeira e operacional. A relação entre o Banco e o FAD é descrita mais pormenorizadamente na Nota J. A NIC 28 exige que seja utilizado o método de equivalência patrimonial na contabilização de investimentos em associadas. Segundo o método de equivalência patrimonial, um investimento numa associada é reconhecido inicialmente pelo custo e o valor inscrito é aumentado ou diminuído de modo a reconhecer a comparticipação do investidor nos lucros ou perdas da entidade participada, após a data de aquisição. A comparticipação do investidor nos lucros ou perdas da participada é inscrita na demonstração de resultados do investidor. As subscrições, por parte do Banco, do capital do FAD ocorreram entre 1974 e 1990. Em 31 de Dezembro de 2010, essas subscrições representavam cumulativamente cerca de 1% do interesse económico no capital do FAD. Embora o FAD não seja uma entidade com fins lucrativos e nunca tenha distribuído qualquer dividendo pelos seus subscritores, desde a sua criação em 1972, as alterações à NIC

28 exigem que seja utilizado o método de equivalência patrimonial na contabilização do investimento do Banco no FAD. Além disso, de acordo com a NIC 36, o investimento líquido no FAD é avaliado para efeitos de imparidades. As perdas acumuladas medidas segundo o método de equivalência patrimonial limitam-se ao custo de investimento inicial, já que o BAD não garantiu quaisquer perdas potenciais do FAD.

Imóveis e equipamento

Os imóveis e o equipamento são medidos pelo custo histórico menos a depreciação. O custo histórico inclui a despesa imputável directamente à aquisição dos bens. Os custos posteriores são incluídos no montante inscrito do activo ou reconhecidos como um activo separado, conforme o que for adequado, apenas quando for provável que os futuros benefícios económicos associados ao bem irão reverter a favor do Banco e puder ser medido fiavelmente o custo do bem. Os custos com reparações e manutenção, quando incorridos, são imputados à demonstração de resultados.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros activos é calculada utilizando o método linear para amortizar a diferença entre o custo e os valores residuais estimados ao longo dos períodos de vida útil estimados. Os períodos de vida útil são estimados do seguinte modo:

- Edifícios: 15 a 20 anos
- Equipamentos fixos e acessórios: 6 a 10 anos
- Móveis e equipamento: 3 a 7 anos
- Veículos motorizados: 5 anos

Os valores residuais e as vidas úteis dos activos são periodicamente revistos e corrigidos se necessário. Os activos sujeitos a amortização são revistos anualmente para efeitos de imparidades. O valor inscrito de um activo é imediatamente reduzido para o seu valor recuperável se aquele valor inscrito for superior ao montante recuperável estimado. O montante recuperável é o justo valor mais elevado do activo, subtraído dos custos com a venda e o respectivo valor útil. Os ganhos e as perdas com a alienação são determinados como a diferença entre as receitas e o montante inscrito do activo e incluídos na demonstração de resultados relativa ao período de alienação.

Activos incorpóreos

Os activos incorpóreos incluem programas informáticos e são declarados pelo custo histórico menos a amortização. A amortização sobre os activos incorpóreos é calculada utilizando o método linear ao longo de 3 a 5 anos.

Loações

O Banco celebrou diversos contratos de locação operacional, incluindo os relativos aos escritórios na Tunísia e em determinados países membros regionais. Nos termos desses contratos, todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade são efectivamente suportados pelo locador. Os pagamentos realizados no âmbito de locações operacionais são imputados à demonstração de resultados numa base linear ao longo do período de locação. Os benefícios recebidos e a receber como incentivos à realização de uma locação operacional são também inscritos numa base linear ao longo do prazo de locação. Sempre que uma locação operacional seja resolvida antes de o período de locação chegar ao seu termo, qualquer pagamento que seja necessário realizar ao locador, a título de penalização, é inscrito como uma despesa no período em que a resolução tiver lugar.

Realocações e transferências aprovadas pelo Conselho de Governadores

Em conformidade com o Acordo de Constituição do Banco, o Conselho de Governadores é a única entidade autorizada a aprovar realocações da conta de rendimentos para a conta de superávit, ou distribuições destinadas a outras entidades para efeitos de desenvolvimento. O superávit consiste em lucros de exercícios anteriores retidos pelo Banco até ser tomada uma decisão acerca da sua utilização ou até que as condições de transferência para utilizações específicas sejam satisfeitas. As transferências de rendimentos para efeitos de desenvolvimento são reportadas como despesas na demonstração de resultados do exercício em que foram aprovadas. As transferências de rendimentos para efeitos de desenvolvimento podem ser financiadas pelos montantes previamente transferidos para a conta de superávit ou pelas receitas do exercício corrente.

Lucros obtidos

Os lucros obtidos pelo Banco consistem em montantes consignados a reservas, provenientes dos rendimentos do exercício anterior, no saldo dos montantes alocados ao superávit após a dedução das transferências aprovadas pelo Conselho de Governadores, no rendimento líquido do exercício corrente não consignado e nas despesas reconhecidas directamente no capital, conforme exigem as NIRF.

Juizados contabilísticos críticos e fontes-chave para estimar situações incertas

Na elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as NIRF, a Administração realiza algumas estimativas, pressupostos e juízos relativos aos valores reportados dos activos, passivos, receitas e despesas, e divulga os passivos contingentes. Os resultados efectivos podem divergir dessas estimativas. As estimativas e os juízos são permanentemente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e noutros factores, incluindo expectativas sobre factos futuros que se consideram ser razoáveis nessas circunstâncias. A seguir resumem-se as estimativas e os juízos mais significativos:

1) Juízos relevantes

As políticas contabilísticas do Banco exigem que os activos e os passivos sejam inicialmente designados em diferentes categorias contabilísticas. Tais decisões requerem um juízo significativo e estão relacionadas com as seguintes circunstâncias:

Detidos para negociação – Ao classificar os activos ou passivos financeiros como “negociáveis”, o Banco determina que esses activos ou passivos correspondem à descrição e aos critérios definidos para a sua classificação como sendo detidos para negociação.

Justo valor como lucros ou perdas – Ao designar os activos ou passivos financeiros ao justo valor como lucros ou perdas, o Banco determina que esses activos ou passivos satisfazem os critérios para a atribuição dessa classificação.

Detidos até à maturidade – O Banco segue as directrizes da NIC 39 ao classificar os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e com maturidade fixa como sendo detidos até à maturidade. Ao efectuar este juízo, o Banco avalia a sua intenção e capacidade para manter esses investimentos até à maturidade.

2) Estimativas relevantes

Na elaboração das demonstrações financeiras, o Banco utiliza também estimativas nas seguintes circunstâncias:

Perdas por imparidade de empréstimos e adiantamentos concedidos – Em todas as datas de reporte das demonstrações financeiras, o Banco analisa a imparidade das suas carteiras de empréstimos concedidos. O Banco começa por avaliar se existem evidências objectivas de imparidade em cada um dos empréstimos. Existindo essas evidências objectivas, a imparidade é determinada pelo desconto dos futuros fluxos de caixa esperados, utilizando a taxa de juro efectiva original do empréstimo e comparando este valor com o valor líquido inscrito do empréstimo. A determinação do valor e dos prazos dos futuros fluxos de caixa relativos aos empréstimos com imparidade exige um exercício significativo de discernimento. Se o Banco concluir que não existem evidências objectivas de imparidade para um empréstimo avaliado individualmente, esse empréstimo é incluído num grupo de empréstimos com características de crédito similares, sendo a imparidade avaliada conjuntamente. As evidências objectivas de imparidade de um grupo de empréstimos podem incluir dados observáveis que indiquem ter ocorrido uma alteração negativa na situação de pagamento dos mutuários num grupo, ou das condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com situações de incumprimento quanto aos activos no grupo. A Administração utiliza estimativas baseadas na experiência histórica de perdas para activos com características de risco de crédito e evidências objectivas de imparidade similares às da carteira, sempre que programa os seus fluxos de caixa futuros. A metodologia e pressupostos utilizados para estimar o montante e os prazos dos futuros fluxos de caixa são analisados regularmente para reduzir quaisquer divergências entre as perdas estimadas e as perdas efectivamente ocorridas.

Justo valor dos instrumentos financeiros – O justo valor dos instrumentos financeiros que não são cotados em mercados activos é determinado com recurso a técnicas de avaliação. Sempre que são utilizadas técnicas de avaliação (por exemplo, modelos) para determinar os justos valores, estas são validadas e analisadas periodicamente por pessoal qualificado independente da área que as criou. Todos os modelos de avaliação são ajustados para assegurar que os resultados reflectem dados reais e preços de

mercado comparativos. Na medida do praticável, os modelos de avaliação utilizam apenas dados observáveis; no entanto, áreas como o risco de crédito (próprio e da contraparte), volatilidades e correlações exigem que a Administração formule estimativas. As alterações dos pressupostos sobre estes factores podem afectar o justo valor reportado dos instrumentos financeiros.

Imparidade dos investimentos de capital disponíveis para venda – O Banco conclui que os investimentos de capital disponíveis para venda revelam imparidade quando tiver ocorrido um declínio significativo ou prolongado do justo valor abaixo do montante por que se encontra inscrito. A determinação do que é significativo ou prolongado exige discernimento. No âmbito deste exercício de discernimento, o Banco avalia qualquer evidência de deterioração na saúde financeira da entidade participada, do desempenho da actividade e do sector, alterações tecnológicas e fluxos de caixa operacionais e financeiros.

Benefícios de aposentação – O valor actual das obrigações com benefícios de aposentação é sensível aos pressupostos actuariais e financeiros utilizados, incluindo a taxa de desconto. No final de cada exercício, o Banco determina a taxa de desconto adequada a utilizar para calcular o valor actual das obrigações futuras estimadas com pensões, com base nas taxas de juro de obrigações a longo prazo, de elevada qualidade, emitidas por empresas, denominadas nas divisas que compõem a UC.

Factos ocorridos após a data de balanço

As demonstrações financeiras são ajustadas de modo a reflectir os factos que ocorreram entre a data do balanço e a data de auto-
rização de emissão das demonstrações financeiras, desde que forneçam dados sobre as condições existentes à data do balanço.

Apesar de os factos indicativos das condições existentes após a data do balanço serem divulgados, estes não resultam num ajuste das próprias demonstrações financeiras. A natureza e os efeitos potenciais de tais factos sobre as demonstrações financeiras encontram-se detalhados na Nota U das presentes demonstrações financeiras.

Reclassificações

Alguns montantes referentes a exercícios anteriores foram reclassificados para efeitos de conformidade com a apresentação do exercício actual. Estas reclassificações não afectaram os resultados reportados no exercício anterior.

NOTA C – O EFEITO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO NOVAS E REVISTAS

Algumas Normas Internacionais de Relato Financeiro e Interpretações novas e alteradas ainda não produziam efeitos à data do balanço, pelo que não foram aplicadas na preparação das demonstrações. Uma das normas novas deverá ser relevante para o Banco:

NIRF 9: “Instrumentos Financeiros”

A primeira parte da Fase 1 da NIRF 9 “instrumentos financeiros” foi emitida em Novembro de 2009 como primeira parte do projecto global do Comité de Normas Internacionais de Contabilidade (CNIC) e com o objectivo de substituir a NIC 39. A primeira parte da fase 1 da NIRF 9 substitui as partes da NIC 39 que estão relacionadas com a classificação e medição dos activos financeiros. A NIRF 9 exige que os activos financeiros sejam classificados em duas categorias de medição, baseadas no modelo empresarial da entidade para a gestão dos seus instrumentos financeiros e no fluxo de caixa contratual do instrumento: uma categoria de medição pelo justo valor e outra pelo custo amortizado. Um instrumento só será medido pelo custo amortizado se se tratar de um instrumento de dívida, se o objecto social da entidade for a detenção do activo para recolher os fluxos de caixa contratuais e se os fluxos de caixa contratuais do activo representarem apenas pagamentos de capital e juros. Todos os outros instrumentos deverão ser medidos pelo seu justo valor, através da avaliação dos seus lucros ou perdas. A NIRF 9 também exige que todos os instrumentos de capital sejam medidos pelo seu justo valor. Os instrumentos de capital detidos para negociação serão medidos pelo justo valor como lucros ou perdas, enquanto, para os restantes instrumentos de capital, poderá ser tomada a decisão irrevogável, no reconhecimento inicial, de reconhecer todas as alterações do justo valor como outros rendimentos globais.

A segunda parte da Fase 1 da NIRF 9, que incide sobre a classificação e medição dos passivos financeiros, foi emitida em 28 de Outubro de 2010. Os novos requisitos debruçam-se sobre o problema da volatilidade dos lucros ou perdas decorrentes dos “créditos próprios” de um emissor que mede a sua própria dívida pelo valor justo. Com os novos requisitos, os lucros e as perdas resultantes das alterações no “risco de crédito próprio” no âmbito dos passivos medidos pelo seu valor justo serão indicados em “outros rendimentos globais”, não afectando portanto os lucros ou perdas reportados.

Em 31 de Dezembro de 2010, ainda não tinham sido emitidas pelo CNIC as restantes duas fases da NIRF 9 que lidam com a depreciação de activos financeiros e contabilização de cobertura.

A adopção da NIRF 9 é obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2013, mas pode ser adoptada antes desta data. A NIRF 9 afectará a actual classificação dos activos e passivos financeiros do Banco. O Banco pretende adoptar antecipadamente a primeira fase da NIRF 9 em 1 de Janeiro de 2011.

NOTA D - POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS DE GESTÃO DO RISCO

Na concretização dos seus objectivos de desenvolvimento, o Banco procura maximizar a sua capacidade de assumir riscos inerentes à sua actividade principal resultantes das suas operações de concessão de crédito e de investimento, minimizando ao mesmo tempo os riscos não inerentes à sua actividade principal (risco de mercado, risco de contraparte e risco operacional), que, embora não sendo fundamentais, são importantes para a consecução dos seus objectivos.

O grau de exposição ao risco que o Banco está disposto a assumir a fim de alcançar os seus objectivos de desenvolvimento está limitado pela sua capacidade de assunção de riscos. Este apetite institucional pelo risco está incorporado na política de adequação do capital do Banco e no seu compromisso de manter um perfil de risco prudente consistente com a notação de crédito mais elevada. A política de adequação do capital do Banco foi revista em 2009, tal como será discutido mais adiante na Nota M - Empréstimos contraídos.

As políticas, processos e procedimentos que o Banco utiliza para gerir o seu perfil de risco evoluem continuamente em resposta ao mercado, crédito, produto e outros desenvolvimentos. O nível mais elevado de supervisão do risco é assegurado pelo Conselho de Directores Executivos do Banco, liderado pelo Presidente. O Conselho de Administração rege-se pelos padrões mais elevados de governação corporativa. Para além de aprovarem todas as políticas de gestão do risco, os directores executivos analisam periodicamente tendências nos perfis de risco e desempenho do Banco para garantir a conformidade com essas políticas.

Os princípios orientadores através dos quais o Banco gere os riscos inerentes e não inerentes à sua actividade principal são determinados pela Autoridade Geral para os Produtos e Serviços Financeiros do Banco (Autoridade PSF), pela Autoridade Geral para a Gestão de Activos e Passivos (Autoridade GAP) e pelas Directrizes sobre a Gestão do Risco de Crédito do Banco.

A Autoridade PSF fornece o quadro ao abrigo do qual o Banco desenvolve e implementa produtos e serviços financeiros para os seus mutuários, e directrizes individuais que definem as regras de gestão do risco de crédito e do risco operacional das carteiras de empréstimos garantidos por estados soberanos e não garantidos por estados soberanos e de investimentos de capital.

A Autoridade GAP fornece o quadro que investe a Administração da autoridade necessária para gerir os activos e passivos financeiros do Banco dentro de parâmetros definidos. Esta Autoridade define os princípios orientadores para a gestão do risco de taxa de juro, do risco de taxa cambial, do risco de liquidez, do risco de crédito da contraparte e do risco operacional do Banco. A Autoridade GAP abrange a totalidade das actividades de gestão de activos e passivos do Banco, tais como operações de financiamento da dívida e investimento de recursos líquidos. Inclui ainda os aspectos da gestão do risco de taxa de juro e do risco cambial relacionados com as operações de concessão de crédito e de investimento de capital do Banco.

Ao abrigo das directrizes das Autoridades PSF e GAP, o Presidente está autorizado a aprovar e alterar directrizes operacionais mais detalhadas, se necessário, sob recomendação do Comité de Gestão de Activos e Passivos (CGAP) e do Comité de Operações (OPSCOM). O CGAP é o outro órgão de supervisão e controlo das actividades de gestão do risco do Banco. É o fórum

de gestão mais elevado do Banco sobre questões de gestão do risco, sendo presidido pelo Vice-Presidente da Divisão financeira. O OPSCOM analisa todas as actividades operacionais antes de serem submetidas à aprovação do Conselho de Administração.

O CGAP reúne-se periodicamente para desenvolver a sua função de supervisão. No âmbito das suas funções, o CGAP analisa projecções e relatórios financeiros e sobre gestão de riscos, periódicos e *ad hoc*, aprova estratégias de correcção do balanço e confirma notações de risco de crédito de países e projectos e as estimativas de perdas incorridas que lhe estão associadas. O CGAP é apoiado por diversos grupos de trabalho permanentes que reportam sobre assuntos específicos, incluindo o risco associado aos países, ao crédito não garantido por estados soberanos, à taxa de juro, ao câmbio, à operacionalidade, e ainda sobre projecções financeiras e produtos e serviços financeiros.

A responsabilidade operacional corrente pela implementação das políticas e directrizes de gestão do risco do Banco é delegada nas correspondentes unidades de negócio. O Departamento de Gestão Financeira é responsável pela monitorização do cumprimento corrente dessas políticas e directrizes.

As secções seguintes descrevem detalhadamente a forma como cada fonte de risco é gerida pelo Banco.

Risco de crédito

O risco de crédito resulta da incapacidade ou falta de vontade das contrapartes de honrar as suas obrigações financeiras. O risco de crédito é a perda financeira potencial resultante do incumprimento de um ou mais devedores. O risco de crédito constitui a maior fonte de risco para o Banco e resulta principalmente das suas operações de concessão de crédito e de investimentos em títulos do tesouro.

O Banco gere três fontes principais de risco de crédito: (1) risco de crédito soberano, na sua carteira do sector público; (2) risco de crédito não garantido por estados soberanos, na sua carteira do sector privado e de projectos não soberanos e do tipo “projecto enclave”; (3) risco de crédito da contraparte, na sua carteira de investimentos em títulos do tesouro e em derivados. Estes riscos são geridos no contexto de uma estrutura integrada de políticas, directrizes e processos de concessão de crédito, descritos detalhadamente nas secções seguintes.

1) Risco de crédito soberano

Quando o Banco concede empréstimos aos mutuários do sector público, exige geralmente uma garantia soberana completa ou equivalente ao estado-membro que está a solicitar o empréstimo. Ao conceder crédito às entidades soberanas, o Banco fica exposto ao risco do país, que inclui possíveis perdas resultantes da incapacidade ou relutância do país em cumprir as suas obrigações para com o Banco. O Banco gere o risco de crédito associado ao país através das suas políticas relacionadas com estratégias sustentáveis de concessão de crédito, incluindo exposições individuais por país e a capacidade geral de endividamento do país em causa. Estas incluem a avaliação do desempenho macroeconómico do país, bem como as suas condições sociopolíticas e as perspectivas de crescimento futuro.

Exposição por país

As exposições do Banco, em 31 de Dezembro de 2010, a países membros mutuários, bem como a projectos do sector privado e a projectos enclave na sequência das suas actividades de concessão de crédito, são resumidas seguidamente:

(Montantes em milhares de UC)

País	N.º de empréstimos concedidos*	Total de empréstimos concedidos*	Montante de empréstimos concedidos por contratar	Saldos não desembolsados	Saldos vencidos	% do total dos empréstimos concedidos não liquidados
África do Sul	6	1.956.998	-	1.466.622	490.376	5,91
Angola	1	227	-	-	227	-
Botsuana	5	1.147.434	-	495.456	651.978	7,86
Cabo Verde	2	34.493	6.859	-	27.634	0,33
Camarões	2	29.759	-	17.197	12.562	0,15
Congo	2	21.555	-	-	21.555	0,26
Costa do Marfim	5	36.979	-	-	36.979	0,45
Egipto	15	1.353.110	-	531.762	821.349	9,90
Etiópia	3	7.853	-	-	7.853	0,09
Gabão	16	457.497	1.328	274.862	181.307	2,19
Guiné	2	3.934	-	-	3.934	0,05
Guiné Equatorial	3	63.015	-	62.776	239	-
Malavi	1	1.310	-	-	1.310	0,02
Marrocos	35	2.580.860	-	753.290	1.827.570	22,04
Maurícia	10	471.422	-	344.570	126.852	1,53
Mauritânia	2	12.507	-	-	12.507	0,15
Namíbia	4	56.238	-	575	55.663	0,67
Nigéria	5	64.848	-	-	64.848	0,78
Quénia	2	1.208	-	-	1.208	0,01
República Democrática do Congo	10	761.520	-	-	761.520	9,18
Seicheles	5	20.576	6.493	-	14.082	0,17
Senegal	2	8.736	-	-	8.736	0,11
Somália**	3	4.360	-	-	4.360	0,05
Suazilândia	6	72.825	-	1.737	71.088	0,86
Sudão** (1)	5	59.651	-	-	59.651	0,72
Tanzânia	1	1.332	-	-	1.332	0,02
Tunísia	30	1.577.013	-	389.079	1.187.934	14,32
Zâmbia	1	1.028	-	-	1.028	0,01
Zimbabué**	12	197.929	-	-	197.929	2,39
Multinacionais	3	40.572	-	199	40.373	0,49
Total do sector público	199	11.046.790	14.680	4.338.125	6.693.985	80,72
Total do sector privado	75	3.046.422	930.200	517.203	1.599.019	19,28
Total	274	14.093.212	944.880	4.855.328	8.293.004	100,00

* Excluindo empréstimos concedidos totalmente reembolsados e empréstimos anulados.

** País com pagamentos em atraso em 31 de Dezembro de 2010.

(1) Os resultados do referendo realizado no Sudão do Sul em Janeiro de 2011 apoiaram a criação de um Estado independente do Sudão do Sul. Após a efectivação da divisão do actual Estado do Sudão em duas nações independentes em Julho de 2011, o número e o montante dos empréstimos afectos ao Sudão na presente demonstração serão divididos entre os dois Estados emergentes, nos termos acordados nas negociações em curso entre representantes do Sudão do Norte e do Sudão do Sul.

Podem ocorrer ligeiras diferenças nos totais devido a arredondamentos.

Avaliação sistemática do risco de crédito

A estrutura de gestão do risco de crédito do Banco repousa numa avaliação sistemática do risco de crédito, baseada numa escala interna uniforme de classificação daquele risco, escala essa que é calibrada de modo a reflectir as expectativas estatísticas de perdas por parte do Banco, tal como indicado no quadro seguinte. O nível de granularidade ajuda a avaliar as probabilidades de incumprimento para efeitos de classificação interna, a fim de estabelecer uma distinção clara entre devedores.

Notação de risco	Descrição	Classe de risco	Equivalente internacional
1	Excelente	Risco muito baixo	A-BBB/Baa
2	Muito bom	Risco baixo	BB/Ba
3	Bom	Risco moderado	B/B
4	Razoável		
5	Aceitável	Risco elevado	CCC/Caa
6	Marginal		
7	Atenção especial		
8	Abaixo do padrão	Risco muito elevado	CC-D/Ca-D
9	Duvidoso		
10	Com perdas conhecidas		

Estas notações de risco de crédito soberano resultam de uma avaliação do risco baseada em cinco índices de risco, que incluem o desempenho macroeconómico, a sustentabilidade da dívida, factores sociopolíticos, o ambiente empresarial e desempenho da carteira do Banco. Estes cinco índices são combinados de modo a obter um índice composto de risco de crédito garantido por estados soberanos e um índice composto de risco de crédito garantido por estados não soberanos que, por sua vez, são transformados em notações individuais de risco dos países para as carteiras soberanas e não soberanas. Estas notações de *rating* de risco de países são validadas face às notações médias de *rating* de risco de países elaboradas por várias agências internacionais de *rating* e outros organismos internacionais especializados. O CGAP analisa trimestralmente as notações dos países, com vista a assegurar que as mesmas reflectem os perfis de risco expectáveis dos países. O CGAP determina ainda se os países estão a cumprir os respectivos limites de exposição e aprova eventuais alterações das provisões para perdas.

Monitorização do risco da carteira

A notação de risco média ponderada da carteira no final de 2010 era de 2,01, por oposição a 2,42 no final de 2009. O quadro seguinte apresenta a distribuição da carteira soberana pelas cinco classes de risco de crédito do Banco.

	Perfil de risco da carteira de empréstimos não liquidados com garantia soberana				
	Risco muito baixo	Risco baixo	Risco moderado	Risco elevado	Risco muito elevado
2010	76%	2%	5%	13%	4%
2009	44%	33%	6%	13%	4%
2008	37%	33%	6%	16%	8%
2007	37%	31%	8%	15%	9%
2006	28%	35%	10%	17%	10%
2005	26%	26%	18%	17%	13%

É política do Banco que, se o pagamento de capital, juros ou outros encargos, relativo a um qualquer crédito do Banco, se atrasar trinta dias, nenhum novo empréstimo a esse país, ou a qualquer mutuário do sector público desse país, será apresentado ao Conselho de Administração para aprovação, nem qualquer empréstimo previamente aprovado será assinado, até que todos os montantes atrasados estejam regularizados. Além disso, para tais países, os desembolsos de todos os empréstimos a esse país

membro, ou por ele garantidos, são suspensos até que todos os montantes em dívida tenham sido pagos. Esses países também não se podem candidatar, no período subsequente de facturação, à dispensa do pagamento de 0,5% das taxas obrigatórias cobradas sobre empréstimos elegíveis para esse efeito, não desembolsados.

Embora o Banco beneficie das vantagens do seu estatuto de credor privilegiado e acompanhe rigorosamente a exposição dos mutuários soberanos não cumpridores, alguns países têm tido dificuldades no cumprimento atempado do serviço das suas dívidas ao Banco. Tal como referido anteriormente, o Banco realiza provisões para imparidade na sua carteira de empréstimos garantidos por estados soberanos em função da avaliação das perdas incorridas nessa carteira.

Para cobrir potenciais perdas inesperadas relacionadas com o crédito, devidas a acontecimentos extremos e não previsíveis, o Banco mantém um mecanismo conservador em termos de capital de risco para atenuação dos riscos de crédito soberanos. As regras de adequação do capital do Banco articulam exigências diferenciadas de capital de risco para activos sensíveis ao crédito do sector público e do sector privado (empréstimos e participações financeiras), bem como para passivos contingentes (garantias e produtos de gestão de risco de clientes), em cada classe de risco. As operações do sector privado estão geralmente sujeitas a maiores exigências de capital de risco, dado que a probabilidade de incumprimento e perda por incumprimento é maior do que no caso das operações do sector público. No final de Dezembro de 2010, a carteira de créditos ao sector público consumiu 28% da totalidade do capital de risco do Banco, com base na estrutura de adequação do capital do Banco. O Banco define o capital de risco como a soma do capital desembolsado e das reservas acumuladas, líquidas de ajustamentos de conversão. O capital exigível não está incluído no cálculo do capital de risco.

2) Risco de crédito não garantido por estados soberanos

Quando o Banco concede empréstimos aos mutuários do sector privado ou a projectos enclave, não beneficia de garantias soberanas completas. O Banco pode igualmente proporcionar financiamentos a entidades de confiança com intuítos comerciais que, embora detidas publicamente, não possuam uma garantia soberana.

Para avaliar o risco de crédito dos projectos ou instrumentos não soberanos, o Banco utiliza uma notação de risco de crédito interna uniforme. As transacções não soberanas estão agrupadas em três grandes categorias: a) novos projectos e projectos de expansão; b) instituições financeiras; e c) fundos de capital privado. As notações de crédito internas são obtidas com base em alguns factores críticos predeterminados.

a) Novos projectos e projectos de expansão

O primeiro factor envolve a avaliação global da solidez financeira do mutuário. Esta avaliação engloba:

(1) a capacidade de o projecto gerar fluxos de caixa suficientes para o serviço da dívida; (2) o desempenho operacional e a rentabilidade da empresa; e (3) a estrutura de capital, a flexibilidade financeira e as posições de liquidez da empresa do projecto.

Em segundo lugar, são analisados quatro parâmetros não financeiros principais: (1) o panorama da indústria em que a empresa do projecto opera; (2) a posição competitiva da empresa na indústria; (3) a solidez da gestão da empresa, com particular ênfase na sua capacidade de enfrentar condições adversas; e (4) a qualidade da informação na qual a análise é baseada.

Por fim, a notação de risco da empresa do projecto é ajustada por forma a reflectir a notação de risco global do país de acolhimento.

b) Instituições financeiras

A avaliação das instituições financeiras segue um sistema de notação uniforme vulgarmente designado por modelo CAMEL:

(1) Adequação do capital – análise da composição, adequação e qualidade do capital da instituição; (2) Qualidade dos activos, políticas e procedimentos operacionais e estrutura de gestão do risco; (3) Qualidade da estrutura de gestão e decisão; (4) Lucros e posição no mercado – uma avaliação da qualidade e nível de rentabilidade; (5) Liquidez e adequação do financiamento – uma avaliação centrada na capacidade da entidade para aceder ao mercado da dívida; e (6) Sensibilidade ao risco de mercado – uma avaliação do impacto das alterações nas taxas de juro e das flutuações das taxas de câmbio.

c) Fundos de capital privado

A avaliação de um fundo de capital privado toma em consideração a análise dos seguintes factores qualitativos e quantitativos:

- Estratégias de investimento;
- Estrutura e quadro regulamentar da indústria;
- Gestão e governação corporativa;
- Solidez financeira e desempenho do fundo; e
- Qualidade da informação.

Todos os novos projectos não soberanos exigem uma notação de crédito inicial mínima, sendo submetidos a uma aprovação rigorosa. O Grupo de Trabalho do CGAP para Projectos Não Soberanos analisa a notação de crédito não soberano de cada projecto trimestralmente e pode recomendar a introdução de alterações, sujeitas à aprovação do CGAP, se a evolução das condições do país e do projecto o justificarem.

Desde 2009, o Banco tem aumentado os seus investimentos em carteiras de empréstimos não garantidos por estados soberanos e de capital. A média ponderada da notação de risco melhorou, de 3,14 no final de 2009, para 3,12 no final do exercício de 2010. O quadro seguinte apresenta a distribuição da carteira não garantida por estados soberanos pelas cinco classes de risco de crédito do Banco.

Perfil de risco da carteira de empréstimos concedidos não liquidados, não garantidos por estados soberanos, e de capital					
	Risco muito baixo	Risco baixo	Risco moderado	Risco elevado	Risco muito elevado
2010	24%	20%	30%	24%	2%
2009	27%	18%	28%	24%	3%
2008	13%	16%	41%	28%	2%
2007	8%	10%	46%	31%	5%
2006	16%	15%	52%	6%	11%
2005	14%	20%	56%	7%	3%

De acordo com as NIRF, o Banco não realiza provisões gerais para cobrir as perdas esperadas na carteira em cumprimento não garantida por estados soberanos. Para a carteira em situação de cobrança duvidosa, o Banco realiza uma provisão específica baseada numa avaliação da imparidade do crédito, ou perda incorrida, em cada empréstimo. No final de 2010, a provisão para imparidades destinada a cobrir a perda incorrida em empréstimos em situação de imparidade na carteira não garantida por estados soberanos era de 12,04 milhões de UC, comparativamente ao valor de 11,89 milhões de UC em 2009.

Para além da concessão de empréstimos ao sector privado, o Banco realiza investimentos de capital em projectos do sector privado, quer directamente, quer através de fundos de investimento. Na medida do possível, as participações de capital são inscritas pelo seu justo valor. No caso de o justo valor de um investimento de capital não poder ser determinado de forma fiável, é inscrito pelo custo amortizado e periodicamente avaliado para efeitos de imparidade. O Banco reconhece as provisões para perdas com base em testes de imparidade aceites, medidas por comparação com o custo contabilístico do investimento de capital. No final de 2010, a provisão para imparidades do investimento de capital era de 18,78 milhões de UC, em comparação com 15,94 milhões de UC em 2009.

Para cobrir potenciais perdas inesperadas relacionadas com o crédito, devidas a acontecimentos extremos e não previsíveis, o Banco mantém um mecanismo de atenuação dos riscos de crédito não garantido por estados soberanos baseado no método avançado de notações internas (método IRB) estabelecido no acordo Basileia II. No final de Dezembro de 2010, a carteira não garantida por estados soberanos do Banco exigia, como capital de risco, aproximadamente 25% do total das fontes de capital

de risco presentes no balanço do Banco. É um valor ainda inferior ao limite de 40% determinado pelo Banco para a totalidade de operações não garantidas por estados soberanos. Da carteira não garantida por estados soberanos do Banco, as participações de capital exigiam, como capital de risco, aproximadamente 8,3% do total das fontes de capital de risco presentes no balanço do Banco. Este valor é ainda inferior ao limite estatutário de 15% estabelecido pelo Conselho de Governadores para as participações de capital.

Limites de exposição ao risco de crédito

O Banco opera um sistema de limites de exposição ao risco para garantir o desenvolvimento de uma carteira adequadamente diversificada. O Banco gere o risco de crédito de acordo com o limite global de exposição ao risco por país (carteiras garantidas por estados soberanos e não garantidas por estados soberanos), assegurando que, no conjunto, o limite total de exposição ao risco aplicável a qualquer país não excede 15% do risco de capital total do Banco. Este limite e outros factores que determinam a definição dos limites por país encontram-se claramente descritos na estrutura de adequação do capital do Banco. Concretamente, os limites por país são determinados, em relação a cada um dos PMR mutuários, com base nas suas notações de crédito, na dimensão da sua economia e no seu potencial económico. Os limites de exposição ao risco por país são revistos anualmente em apoio das estratégias de concessão de crédito por país a médio prazo do Banco.

A exposição ao risco de crédito da carteira não garantida por estados soberanos é também controlada e gerida através do acompanhamento periódico do limite de exposição ao risco de determinadas indústrias/sectores, investimentos de capital e devedores individuais. Adicionalmente, o Banco geralmente exige um conjunto de cauções (fianças e/ou garantias) por parte dos patrocinadores do projecto, que se destinam a reduzir parcialmente o risco de crédito dos empréstimos directos ao sector privado.

3) Risco de crédito da contraparte

No decurso normal da sua actividade, o Banco utiliza diversos instrumentos financeiros para satisfazer as necessidades daqueles que lhe solicitam empréstimos, procurando gerir a sua exposição às flutuações nas taxas de juro e de câmbio e investindo temporariamente os seus recursos líquidos antes dos desembolsos. Todos esses instrumentos financeiros envolvem, em graus diversos, o risco de a contraparte na transacção ser incapaz de cumprir as suas obrigações para com o Banco. Tendo em conta a natureza da actividade do Banco, não é possível eliminar completamente o risco de crédito da contraparte; contudo, o Banco minimiza este risco realizando transacções no âmbito de um quadro prudencial de contrapartes aprovadas e estabelecendo normas de notação de crédito mínima, limites de exposição e medidas de mitigação do risco de crédito da contraparte.

As contrapartes são obrigadas a cumprir os requisitos de notação de crédito mínima do Banco, sendo aprovadas pelo Vice-Presidente do Departamento Financeiro do Banco. Para as operações realizadas na moeda local, são permitidos limites de notação de crédito mínima menos restritos, a fim de proporcionar uma disponibilidade adequada de oportunidades de investimento e de contrapartes em derivados para a implementação de estratégias de gestão do risco adequadas. O CGAP aprova as contrapartes classificadas abaixo do nível de notação mínima.

As contrapartes podem ser classificadas como contrapartes em operações de investimento, contrapartes em derivados e contrapartes em operações de negociação. As suas notações são monitorizadas de perto.

No que respeita às contrapartes em operações de negociação, o Banco exige uma notação de crédito de curto prazo mínima de A-2/P-2/F-2 para negociações liquidadas na modalidade de entrega contra pagamento (DVP) e uma notação de crédito de longo prazo mínima de A/A2 para transacções não baseadas na modalidade DVP.

O quadro seguinte apresenta de forma detalhada as notações de crédito mínimas para as contrapartes de investimento autorizadas:

	Maturidade					
	6 meses	1 ano	5 anos	10 anos	15 anos	30 anos
Governo		A/A2			AA-/Aa3	AAA/Aaa
Organismos do Estado e entidades supranacionais		A/A2			AA-/Aa3	AAA/Aaa
Bancos	A/A2		AA-/Aa3	AAA/Aaa		
Sociedades, incluindo instituições financeiras não bancárias	A/A2		AA-/Aa3	AAA/Aaa		
MBS/ABS	AAA Maturidade legal máxima de 50 anos para ABS/MBS com a garantia subjacente proveniente do Reino Unido e 40 anos de maturidade legal máxima para todos os restantes ABS/MBS elegíveis. Além disso, a duração média ponderada para todos os ABS/MBS no momento da aquisição não pode exceder 5 anos.					

O Banco investe também em fundos de investimento do mercado monetário com uma notação de crédito mínima de AA-/Aa3 e estabelece acordos de recompra de títulos caucionados.

Em regra, antes de realizar quaisquer transacções, o Banco realiza um contrato-quadro da ISDA e um contrato de compensação com as suas contrapartes em operações com derivados. Às contrapartes em operações com derivados exige-se que sejam classificadas com notação de AA-/Aa3 por, pelo menos, duas agências de notação aprovadas, ou de A-/A3 para as contrapartes com as quais o Banco tenha estabelecido um contrato cambial com garantias. As transacções aprovadas com as contrapartes em derivados incluem *swaps*, contratos *forward*, opções e outros derivados negociados no mercado de balcão.

Para além destes requisitos mínimos de notação, o Banco opera uma estrutura de limites à exposição, baseada na notação de crédito e na dimensão da contraparte, sujeita a um máximo de 12% do total de capital de risco do Banco (capitais próprios e reservas) para com uma única contraparte. As exposições ao crédito de cada contraparte são agregadas em todos os instrumentos, através da metodologia da potencial futura exposição do Banco de Compensações Internacionais (BIS) e comparadas regularmente com os limites de crédito do Banco, depois de considerados os benefícios de eventuais cauções.

Tal como é apresentado no quadro seguinte, a exposição ao risco de contraparte das carteiras de investimento e de derivados associadas continua a ser predominantemente classificada com a notação de AA ou superior. A proporção da exposição a entidades com notação de crédito AAA aumentou desde o ano anterior, tendo o banco continuado a aumentar os seus investimentos em títulos soberanos, garantidos por estados soberanos, de organismos e supranacionais.

	Perfil do risco de crédito das carteiras de investimentos e derivados		
	AAA	AA+ a AA-	A+ e inferior
2010	69%	24%	7%
2009	65%	25%	10%
2008	59%	21%	20%
2007	43%	54%	3%
2006	56%	39%	5%
2005	56%	36%	8%

Para cobrir potenciais perdas inesperadas relacionadas com o crédito, devidas a acontecimentos extremos e não previsíveis, o Banco mantém um mecanismo conservador em termos de capital de risco para atenuar os riscos de crédito da contraparte, de acordo com as normas actuais do BIS. No final de Dezembro de 2010, a carteira de crédito a contrapartes do Banco, incluindo todos os investimentos e instrumentos derivados, exigia como capital de risco 2% do total das fontes de capital de risco presentes no balanço do Banco.

Risco de liquidez

O risco de liquidez constitui a perda potencial resultante de uma liquidez insuficiente para satisfazer as necessidades dos fluxos de caixa atempadamente. O risco de liquidez surge quando existe uma discrepância de maturidade entre os activos e os passivos. O principal objectivo de gestão, por parte do Banco, do risco de liquidez consiste em reter recursos líquidos suficientes para lhe permitir satisfazer todas as eventuais necessidades de fluxos de caixa para o período rotativo de um ano sem financiamento adicional dos mercados de capitais a longo prazo. Para minimizar esse risco, o Banco mantém um nível de liquidez mínimo prudencial baseado nas necessidades monetárias líquidas projectadas para um período rotativo de um ano. O nível de liquidez mínimo prudencial é actualizado trimestralmente e calculado através da soma de quatro componentes: 1) pagamentos do serviço da dívida a um ano; 2) desembolsos de empréstimos concedidos líquidos projectados para o período de 1 ano (empréstimos concedidos desembolsados líquidos de reembolsos) se forem superiores a zero; 3) valor equivalente às garantias do empréstimo; e 4) investimentos de capital não desembolsados.

Para alcançar um equilíbrio entre a geração de retornos de investimento adequados e a retenção de títulos que podem ser facilmente vendidos por dinheiro, se necessário, o Banco divide a sua carteira de investimento em tranches com diferentes objectivos e valores de referência de liquidez. A carteira nuclear de liquidez (carteira operacional) do Banco é investida em títulos com elevada liquidez que podem ser rapidamente vendidos para satisfazer as necessidades de liquidez de curto prazo do Banco. Os eventuais resgates de *swaps* e de empréstimos contraídos com opções embutidas estão incluídos no cálculo da dimensão da tranche operacional de liquidez. Para além da carteira nuclear, o Banco mantém uma segunda tranche de liquidez (a carteira prudencial) que é investida também em títulos com liquidez relativa para cobrir as suas necessidades de tesouraria operacionais de médio prazo previstas. Uma terceira tranche de liquidez, financiada pelos recursos de capital do Banco, é mantida numa carteira de títulos de rendimento fixo destinada a recolher fluxos de caixa contratuais com o objecto de estabilizar o rendimento líquido do Banco. Ao longo do ano, o Banco procedeu à revisão da sua definição de liquidez elegível a fim de incluir, se necessário com os coeficientes de redução adequados, todos os títulos com liquidez em todas as carteiras de activos detidas pelo Banco.

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, a estrutura da maturidade contratual dos passivos financeiros e dos pagamentos futuros de juros era a seguinte:

Estrutura da maturidade contratual dos passivos financeiros e dos pagamentos futuros de juros em 31 de Dezembro de 2010.

(milhares de UC)

	Valor contabilístico	Fluxos de caixa contratuais	Um ano ou menos	Mais de um ano e menos de dois anos	Mais de dois anos e menos de três anos	Mais de três anos e menos de quatro anos	Mais de quatro anos e menos de cinco anos	Mais de cinco anos
Passivos financeiros de instrumentos derivados								
Passivos derivados	(1.097.276)	(1.677.450)	(328.910)	(251.904)	(190.541)	53.964	(247.153)	(712.906)
Empréstimos contraídos pelo justo valor	10.877.110	12.250.535	2.210.371	2.794.179	2.315.143	2.078.599	813.898	2.038.345
	9.779.834	10.573.085	1.881.461	2.542.275	2.124.602	2.132.563	566.745	1.325.439
Passivos financeiros de instrumentos não derivados								
Credores	2.015.044	2.015.044	2.015.044	-	-	-	-	-
Empréstimos contraídos pelo custo amortizado	1.103.456	1.779.515	244.190	98.824	397.253	62.102	321.845	655.301
	3.118.500	3.794.559	2.259.234	98.824	397.253	62.102	321.845	655.301
Total de passivos financeiros	12.898.334	14.367.644	4.140.695	2.641.099	2.521.855	2.194.665	888.590	1.980.740
Representado por:								
Passivos derivados	(1.097.276)	(1.677.450)	(328.910)	(251.904)	(190.541)	53.964	(247.153)	(712.906)
Credores	2.015.044	2.015.044	2.015.044	-	-	-	-	-
Empréstimos contraídos	11.980.566	14.030.050	2.454.561	2.893.003	2.712.396	2.140.701	1.135.743	2.693.646

Estrutura da maturidade contratual dos passivos financeiros e dos pagamentos futuros de juros em 31 de Dezembro de 2009.

(milhares de UC)

	Valor contabilístico	Fluxos de caixa contratuais	Um ano ou menos	Mais de um ano e menos de dois anos	Mais de dois anos e menos de três anos	Mais de três anos e menos de quatro anos	Mais de quatro anos e menos de cinco anos	Mais de cinco anos
Passivos financeiros de instrumentos derivados								
Passivos derivados	(268.112)	16.585	(87.512)	(87.844)	(110.606)	(65.203)	156.005	211.745
Empréstimos contraídos pelo justo valor	9.488.606	10.919.239	1.717.491	1.739.968	2.480.572	1.154.404	1.833.686	1.993.118
	9.220.494	10.935.824	1.629.979	1.652.124	2.369.966	1.089.201	1.989.691	2.204.863
Passivos financeiros de instrumentos não derivados								
Credores	1.385.679	1.385.679	1.385.679	-	-	-	-	-
Empréstimos contraídos pelo custo amortizado	1.092.034	1.427.507	182.736	91.477	69.135	328.974	36.641	718.544
	2.477.713	2.813.186	1.568.415	91.477	69.135	328.974	36.641	718.544
Total de passivos financeiros	11.698.207	13.749.010	3.198.394	1.743.601	2.439.101	1.418.175	2.026.332	2.923.407
Representado por:								
Passivos derivados	(268.112)	16.585	(87.512)	(87.844)	(110.606)	(65.203)	156.005	211.745
Credores	1.385.679	1.385.679	1.385.679	-	-	-	-	-
Empréstimos contraídos	10.580.640	12.346.746	1.900.227	1.831.445	2.549.707	1.483.378	1.870.327	2.711.662

Risco cambial

O risco cambial constitui a perda potencial resultante de movimentações adversas das taxas de câmbio estrangeiras no mercado. Para promover um crescimento estável em termos de capacidade de assunção de risco, o principal objectivo do Banco em matéria de gestão do risco cambial é proteger o seu capital de risco do risco de conversão devido a flutuações nas taxas de câmbio estrangeiras através da correspondência da composição cambial dos seus activos líquidos com a composição cambial do DSE (UC). O Acordo de Constituição do Banco proíbe-lhe explicitamente exposições cambiais directas, obrigando a que os passivos em determinada moeda sejam cobertos com activos na mesma moeda. Este objectivo é alcançado principalmente através da retenção ou da concessão, sob a forma de empréstimo, dos montantes resultantes dos empréstimos contraídos (após actividades de *swap*), nas mesmas moedas em que estes empréstimos foram contraídos (após actividades de *swap*). Para evitar criar novas discrepâncias cambiais, o Banco exige que os seus mutuários amortizem os seus empréstimos nas moedas desembolsadas.

Como grande parte do seu balanço é financiada por recursos de capital, denominados em Unidades de Conta (equivalente ao Direito de Saque Especial), o Banco detém uma posição de activos líquidos potencialmente expostos ao risco de conversão quando as taxas de câmbio flutuam. O Banco mantém uma política de minimização da variação potencial da sua riqueza líquida medida em Unidades de Conta, através da correspondência, na medida do possível, da composição cambial dos seus activos líquidos com o cabaz de moedas do DSE. Em consonância com esta política, o alinhamento cambial do Banco foi sendo ajustado ao longo de 2010 dentro de uma banda estreita da posição de risco neutro em cada uma das moedas que integram o DSE. Em conformidade com a política de gestão do risco cambial do Banco, as transacções cambiais a prazo são lançadas de modo a realinhar os activos líquidos com o cabaz de moedas do DSE sempre que houver uma revisão da composição cambial do DSE. Em resultado destas políticas e práticas, e apesar de terem sido registados movimentos abruptos nos valores das principais divisas durante 2010, o Banco registou ganhos por ajustamentos de conversão inferiores a 0,5% dos activos líquidos durante o ano.

O Banco também cobre a sua exposição aos movimentos adversos registados nas taxas de câmbio estrangeiras nas suas despesas administrativas. A distribuição das moedas utilizadas nas despesas administrativas recorrentes do Banco revela uma concentração elevada de despesas em euros, dólares americanos e dinares tunisinos. Em 2010, a estratégia do Banco de adquirir moedas no mercado de contratos *forward* para cobrir a prevista composição cambial das despesas atenuou o impacto desfavorável desses movimentos cambiais durante o ano.

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, a posição cambial líquida era a seguinte:

Posição cambial líquida em 31 de Dezembro de 2010

(milhares de UC)

	Euro	Dólar americano	Yene japonês	Libra esterlina	Outros	Subtotal	Unidades de Conta	Total
Activos								
Caixa	17.114	13.991	208.646	4.685	151.281	395.717	-	395.717
Obrigações à vista	-	-	-	-	3.801	3.801	-	3.801
Investimentos – negociação ^(a)	1.538.407	2.555.757	-	35.399	72.848	4.202.411	-	4.202.411
Investimentos – detidos até à maturidade	1.119.306	1.373.697	356.230	377.792	-	3.227.025	-	3.227.025
Instrumentos não negociáveis na conta de capital	-	3.292	-	-	-	3.292	1.333	4.625
Devedores	431.049	347.724	43.291	7.504	475.763	1.305.331	36.327	1.341.658
Créditos	3.408.606	3.433.728	497.022	2.253	846.600	8.188.209	(9.412)	8.178.797
Participações de capital	23.089	136.317	-	-	50.097	209.503	62.738	272.241
Outros títulos de dívida	-	-	-	-	79.752	79.752	-	79.752
Outros activos	-	-	-	-	-	-	12.694	12.694
	6.537.571	7.864.506	1.105.189	427.633	1.680.142	17.615.041	103.680	17.718.721
Passivos								
Credores	(721.835)	(595.219)	(137.598)	(172)	(477.469)	(1.932.293)	(82.751)	(2.015.044)
Empréstimos contraídos	-	(6.199.043)	(1.667.897)	-	(3.572.177)	(11.439.117)	(541.449)	(11.980.566)
Swaps cambiais sobre os empréstimos contraídos e respectivos derivados ^(b)	(4.206.763)	1.009.130	1.389.965	-	2.424.734	617.066	480.210	1.097.276
	(4.928.598)	(5.785.132)	(415.530)	(172)	(1.624.912)	(12.754.344)	(143.990)	(12.898.334)
Posição cambial do capital em 31 de Dezembro de 2010	1.608.973	2.079.374	689.659	427.461	55.230	4.860.697	(40.310)	4.820.387
% do subtotal	33,10	42,78	14,19	8,79	1,14	100,00	-	100,00
Composição do DSE em 31 de Dezembro de 2010	37,53	41,70	9,32	11,45	-	100,00	-	100,00

(a) Os investimentos detidos para negociação incluem:

Investimentos detidos para negociação	4.206.503
Activos derivados	53.626
Passivos derivados	(57.718)
Montante por conta da posição cambial líquida	4.202.411

(b) Os *swaps* cambiais sobre os empréstimos obtidos estão distribuídos da seguinte forma:

Activos derivados	1.367.854
Passivos derivados	(270.578)
Swaps líquidos sobre empréstimos contraídos por conta da posição cambial líquida	1.097.276

Posição cambial líquida em 31 de Dezembro de 2009

(milhares de UC)

	Euro	Dólar americano	Iene japonês	Libra esterlina	Outros	Subtotal	Unidades de Conta	Total
Activos								
Caixa	14.538	23.040	268.894	2.999	9.116	318.587	241	318.828
Obrigações à vista	-	-	-	-	3.801	3.801	-	3.801
Investimentos – negociação ^(a)	1.428.844	2.529.579	6.953	38.793	235.315	4.239.484	-	4.239.484
Investimentos – detidos até à maturidade	1.139.375	1.311.121	350.554	390.491	-	3.191.541	-	3.191.541
Instrumentos não negociáveis na conta de capital	-	6.095	-	-	-	6.095	2.093	8.188
Devedores	296.093	310.738	37.982	14.255	233.077	892.145	32.014	924.159
Créditos	3.422.237	3.055.401	486.057	2.325	470.258	7.436.278	-	7.436.278
Participações de capital	10.666	121.826	-	-	40.208	172.700	61.778	234.478
Outros títulos de dívida	-	-	-	-	70.810	70.810	-	70.810
Outros activos	-	-	-	-	-	-	11.890	11.890
	6.311.753	7.357.800	1.150.440	448.863	1.062.585	16.331.441	108.016	16.439.457
Passivos								
Credores	(326.229)	(644.169)	(111.229)	(56.349)	(149.499)	(1.287.475)	(98.204)	(1.385.679)
Empréstimos contraídos	-	(5.798.569)	(1.939.745)	-	(2.543.861)	(10.282.175)	(298.465)	(10.580.640)
Swaps cambiais sobre os empréstimos contraídos e respectivos derivados ^(b)	(4.213.665)	997.400	1.499.284	51.652	1.933.441	268.112	-	268.112
	(4.539.894)	(5.445.338)	(551.690)	(4.697)	(759.919)	(11.301.538)	(396.669)	(11.698.207)
Posição cambial do capital em 31 de Dezembro de 2009	1.771.859	1.912.462	598.750	444.166	302.666	5.029.903	(288.653)	4.741.250
% do subtotal	35,23	38,02	11,90	8,83	6,02	100,00	-	100,00
Composição do DSE em 31 de Dezembro de 2009	37,63	40,27	12,78	9,32	-	100,00	-	100,00

(a) Os investimentos detidos para negociação incluem:

Investimentos detidos para negociação	4.220.707
Activos derivados	40.214
Passivos derivados	(21.437)
Montante por conta da posição cambial líquida	4.239.484

(b) Os swaps cambiais sobre os empréstimos obtidos estão distribuídos da seguinte forma:

Activos derivados	723.793
Passivos derivados	(455.681)
Swaps líquidos sobre empréstimos contraídos por conta da posição cambial líquida	268.112

Análise da sensibilidade ao risco cambial

Tal como descrito na secção anterior, o Banco gere a sua exposição ao risco cambial fazendo corresponder, na medida do possível, a composição cambial dos seus activos líquidos com o cabaz de moedas do DSE. O DSE é composto por um conjunto de quatro divisas: o dólar americano, o euro, o iene japonês e a libra esterlina. O peso de cada moeda no cabaz é revisto pelo Fundo Monetário Internacional a cada cinco anos, tendo a última revisão sido efectuada em 1 de Janeiro de 2006. A taxa do DSE representa a soma da taxa de juro de cada moeda, determinada com base no peso, na taxa de câmbio e na taxa de juro representativas de cada moeda.

Os quadros a seguir apresentados ilustram a sensibilidade dos activos líquidos do Banco às flutuações cambiais devido a movimentos na taxa de câmbio das moedas do cabaz do DSE em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, respectivamente. A análise da sensibilidade apresentada assume uma apreciação/depreciação individual de 10% para cada moeda do cabaz em relação ao dólar americano. Devido a uma alteração moderada nos activos expressos em moedas africanas, o quadro também inclui o efeito de uma apreciação/depreciação de 10% em cada moeda africana em relação ao DSE. Tendo em conta os diferentes cenários, a estratégia de gestão do risco cambial do Banco apresenta uma alteração mínima nos activos líquidos em resultado de discrepâncias cambiais.

Sensibilidade dos activos líquidos do Banco às flutuações cambiais em 31 de Dezembro de 2010

(Montantes em milhões de UC)

	Dólar americano	Euro	Iene japonês	Libra esterlina	Outras moedas	Activos líquidos	Alteração nos ganhos/(perdas) de activos líquidos	Alteração nos pontos base da totalidade dos activos líquidos
Activos líquidos resultantes de uma apreciação de 10% em relação ao dólar americano								
Euro	1.977,04	1.847,25	450,76	501,53	43,07	4.819,64	(0,74)	1 p.b.
Libra esterlina	2.026,69	1.721,48	462,08	565,53	43,07	4.818,84	(1,55)	3 p.b.
Iene japonês	2.029,87	1.724,19	509,09	514,93	43,07	4.821,14	0,75	2 p.b.
Activos líquidos resultantes de uma apreciação de 10% em cada moeda africana em relação ao DSE	2.049,40	1.740,78	467,26	519,88	47,37	4.824,695	4,31	9 p.b.
Activos líquidos resultantes de uma depreciação de 10% em relação ao dólar americano								
Euro	2.119,94	1.636,99	483,34	537,77	43,07	4.821,11	0,73	2 p.b.
Libra esterlina	2.070,50	1.758,70	472,07	477,49	43,07	4.821,82	1,44	3 p.b.
Iene japonês	2.067,49	1.756,14	428,53	524,47	43,07	4.819,69	(0,70)	1 p.b.
Activos líquidos resultantes de uma depreciação de 10% em cada moeda africana em relação ao DSE	2.049,40	1.740,78	467,26	519,88	39,15	4.816,47	(3,92)	8 p.b.
Pressupostos:								
Activos líquidos de base	2.049,40	1.740,78	467,26	519,88	43,07	4.820,39	-	-
Peso da moeda	0,6600	0,4230	12,1000	0,1110	-	-	-	-
Taxa de câmbio de base	1,5504	1,1557	125,7552	0,9902	-	-	-	-

Sensibilidade dos activos líquidos do Banco às flutuações cambiais em 31 de Dezembro de 2009

(Montantes em milhões de UC)

	Dólar americano	Euro	Iene japonês	Libra esterlina	Outras moedas	Activos líquidos	Alteração nos ganhos/ (perdas) de activos líquidos	Alteração nos pontos base da totalidade dos activos líquidos
Activos líquidos resultantes de uma apreciação de 10% em relação ao dólar americano								
Euro	1.842,94	1.865,58	575,35	426,90	29,24	4.740,01	(1,24)	3 p.b.
Libra esterlina	1.894,61	1.743,52	591,48	482,75	29,24	4.741,60	0,35	1 p.b.
Iene japonês	1.888,40	1.737,82	648,50	437,43	29,24	4.741,39	0,14	0 p.b.
Activos líquidos resultantes de uma apreciação de 10% em cada moeda africana em relação ao DSE	1.912,27	1.759,78	597,00	442,96	32,16	4.744,17	2,92	6 p.b.
Activos líquidos resultantes de uma depreciação de 10% em relação ao dólar americano								
Euro	1.979,99	1.656,45	618,14	458,64	29,24	4.742,46	1,21	3 p.b.
Libra esterlina	1.928,62	1.774,83	602,10	406,13	29,24	4.740,92	(0,33)	1 p.b.
Iene japonês	1.934,50	1.780,24	549,03	448,11	29,24	4.741,12	(0,13)	0 p.b.
Activos líquidos resultantes de uma depreciação de 10% em cada moeda africana em relação ao DSE	1.912,27	1.759,78	597,00	442,96	26,58	4.738,59	(2,66)	6 p.b.
Pressupostos:								
Activos líquidos de base	1.912,27	1.759,78	597,00	442,96	29,24	4.741,25	-	-
Peso da moeda	0,6320	0,4100	18,4000	0,0903	-	-	-	-
Taxa de câmbio de base	1,5638	1,0899	145,5696	0,9683	-	-	-	-

Risco de taxa de juro

A sensibilidade do Banco ao risco de taxa de juro é composta por dois elementos:

- 1) a sensibilidade da margem de juro entre a taxa ganha pelo Banco através dos seus activos e o custo dos empréstimos contraídos que financiam esses activos;
- 2) a sensibilidade do rendimento dos activos financiados por recursos de capital às alterações nas taxas de juro.

O Banco tem como principal objectivo de gestão do risco de taxa de juro uma margem de juro líquida globalmente estável, que não seja demasiado sensível a flutuações acentuadas nas taxas de juro do mercado, mas que consiga responder adequadamente às tendências gerais do mercado.

A posição em risco de taxa de juro em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 era a seguinte:

Posição em risco de taxa de juro em 31 de Dezembro de 2010

(milhares de UC)

	Um ano ou menos	Mais de um ano e menos de dois anos	Mais de dois anos e menos de três anos	Mais de três anos e menos de quatro anos	Mais de quatro anos e menos de cinco anos	Mais de 5 anos	Fundos que não pagam juros	Total
Activos								
Caixa	395.717	-	-	-	-	-	-	395.717
Obrigações à vista	3.801	-	-	-	-	-	-	3.801
Investimentos em títulos do tesouro ^(a)	4.684.074	383.287	529.608	286.169	456.284	1.148.892	(58.878)	7.429.436
Instrumentos não negociáveis na conta de capital	1.588	1.066	767	509	451	244	-	4.625
Devedores	1.510.824	-	-	-	-	-	(169.166)	1.341.658
Empréstimos concedidos - desembolsados e vincendos	6.023.697	166.352	169.088	235.133	185.457	1.513.277	-	8.293.004
Provisões acumuladas para imparidade de empréstimos concedidos	-	-	-	-	-	-	(114.207)	(114.207)
Participações de capital	-	-	-	-	-	-	272.241	272.241
Outros títulos de dívida	-	-	-	-	-	97.894	(18.142)	79.752
Outros activos	-	-	-	-	-	-	12.694	12.694
	<u>12.619.701</u>	<u>550.705</u>	<u>699.463</u>	<u>521.811</u>	<u>642.192</u>	<u>2.760.306</u>	<u>(75.458)</u>	<u>17.718.720</u>
Passivos								
Credores	(2.015.044)	-	-	-	-	-	-	(2.015.044)
Empréstimos contraídos ^(b)	(10.026.770)	(117)	(233)	(319.121)	(1.850)	(614.195)	78.997	(10.883.289)
Swaps de cobertura global	(522.203)	77.921	49.999	89.609	71.427	233.247	-	-
	<u>(12.564.017)</u>	<u>77.804</u>	<u>49.766</u>	<u>(229.512)</u>	<u>69.577</u>	<u>(380.948)</u>	<u>78.997</u>	<u>(12.898.333)</u>
Posição em risco de taxa de juro em 31 de Dezembro de 2010*	55.684	628.509	749.229	292.299	711.769	2.379.358	3.539	4.820.387

* A posição em risco de taxa de juro representa o capital próprio.

(a) Os investimentos em títulos do tesouro incluem:

Investimentos em títulos do tesouro	7.433.528
Activos derivados – investimentos	53.626
Passivos derivados – investimentos	(57.718)
Montante por conta de risco de taxa de juro	<u>7.429.436</u>

(b) Os empréstimos contraídos incluem:

Empréstimos contraídos	11.980.565
Activos derivados – empréstimos contraídos	(1.367.854)
Passivos derivados – empréstimos contraídos	270.578
Empréstimos contraídos líquidos por conta de risco de taxa de juro	<u>10.883.289</u>

Posição em risco de taxa de juro em 31 de Dezembro de 2009

(milhares de UC)

	Um ano ou menos	Mais de um ano e menos de dois anos	Mais de dois anos e menos de três anos	Mais de três anos e menos de quatro anos	Mais de quatro anos e menos de cinco anos	Mais de 5 anos	Fundos que não pagam juros	Total
Activos								
Caixa	318.828	-	-	-	-	-	-	318.828
Obrigações à vista	3.801	-	-	-	-	-	-	3.801
Investimentos em títulos do tesouro ^(a)	4.616.443	453.417	358.704	463.889	282.321	1.318.960	(62.709)	7.431.025
Instrumentos não negociáveis na conta de capital	3.721	1.581	1.052	758	500	576	-	8.188
Devedores	1.049.632	-	-	-	-	-	(125.473)	924.159
Empréstimos concedidos - desembolsados e vincendos	4.930.814	174.750	182.664	261.121	198.602	1.790.248	-	7.538.199
Provisões acumuladas para imparidade de empréstimos concedidos	-	-	-	-	-	-	(101.921)	(101.921)
Participações de capital	-	-	-	-	-	-	234.478	234.478
Outros títulos de dívida	-	-	-	-	-	86.433	(15.623)	70.810
Outros activos	-	-	-	-	-	-	11.890	11.890
	10.923.239	629.748	542.420	725.768	481.423	3.196.217	(59.358)	16.439.457
Passivos								
Credores	(1.385.679)	-	-	-	-	-	-	(1.385.679)
Empréstimos contraídos ^(b)	(9.347.738)	7.101	(4.450)	(282.357)	(7.777)	(785.609)	108.302	(10.312.528)
Swaps de cobertura global	(519.166)	-	76.546	49.117	102.730	290.773	-	-
	(11.252.583)	7.101	72.096	(233.240)	94.953	(494.836)	108.302	(11.698.207)
Posição em risco de taxa de juro em 31 de Dezembro de 2009*	(329.344)	636.849	614.516	492.528	576.376	2.701.381	48.944	4.741.250

* A posição em risco de taxa de juro representa o capital próprio.

(a) Os investimentos em títulos do tesouro incluem:

Investimentos em títulos do tesouro	7.412.248
Activos derivados – investimentos	40.214
Passivos derivados – investimentos	(21.437)
Montante por conta de risco de taxa de juro	7.431.025

(b) Os empréstimos contraídos incluem:

Empréstimos contraídos	10.580.640
Activos derivados – empréstimos contraídos	(723.793)
Passivos derivados – empréstimos contraídos	455.681
Empréstimos contraídos líquidos por conta de risco de taxa de juro	10.312.528

Risco de taxa de juro sobre os activos financiados por dívida

Mais de metade dos activos do Banco, sensíveis a taxa de juro, são financiados por dívida. O Banco procura gerar uma margem de juro líquida estável para os activos financiados por dívida através da correspondência das características da taxa de juro de cada classe de activos com as dos correspondentes passivos.

Em 1990, o Banco passou a oferecer empréstimos a “taxa variável”. A taxa de juro destes empréstimos é redefinida semestralmente com base no custo médio de uma *pool* dedicada dos empréstimos contraídos pelo Banco. Estas *pools* são financiadas por empréstimos contraídos com taxa fixa e taxa flutuante, a fim de oferecer aos mutuários taxas de juro globalmente estáveis, que detectam alterações nas taxas de juro do mercado gradualmente. O custo da formulação de passagem dos fundos, incorporado nas taxas de empréstimo cobradas sobre os empréstimos concedidos pelo Banco com base na *pool*, tradicionalmente ajudou a minimizar a sensibilidade da taxa de juro da margem de juro líquido desta parte da sua carteira de empréstimos. Perante a menor procura deste produto em detrimento de empréstimos com base no mercado, o Banco está a gerir cuidadosamente a descontinuação gradual das referidas *pools* de financiamento.

Desde 1997, o Banco oferece empréstimos com taxa fixa e com taxa flutuante, cuja taxa de juro está directamente associada às taxas de juro do mercado (empréstimos com base no mercado). Para os produtos de empréstimo com base no mercado, a margem de juro líquida do Banco é preservada através da utilização de *swaps* para alinhar a sensibilidade da taxa de juro dos empréstimos com a do financiamento subjacente do Banco (taxa flutuante LIBOR a seis meses). O Banco também pode proporcionar aos mutuários produtos de gestão do risco, como *swaps*, para modificar a moeda e os termos da taxa de juro dos seus produtos de empréstimo com base no mercado. Embora retenha os riscos de crédito do mutuário, o Banco elimina o risco de mercado associado aos empréstimos através destes produtos de gestão do risco, reduzindo ao mesmo tempo os riscos de mercado com uma contraparte de derivados aprovados.

Relativamente à carteira de activos líquidos financiados por empréstimos contraídos, o Banco protege a sua margem de juro líquida, gerindo os seus investimentos dentro dos limites em torno de valores de referência que replicam as características da taxa de juro do financiamento subjacente para cada tranche da carteira. A carteira de activos líquidos financiados por empréstimos contraídos está actualmente dividida em duas tranches por forma a reflectir os diferentes objectivos da actividade e o financiamento subjacente. A parte nuclear da carteira de investimento é mantida conforme com a política de liquidez do Banco e utiliza como referência uma taxa flutuante LIBOR a seis meses. A carteira de liquidez operacional é gerida para satisfazer as necessidades operacionais de tesouraria projectadas e utiliza como referência uma taxa flutuante LIBOR a um mês.

O Banco diversifica as fontes do seu financiamento com a emissão de dívida em diferentes mercados e instrumentos. A não ser que seja necessário financiamento a taxa fixa para um dos seus produtos de empréstimo com base na *pool*, o Banco protege a sua margem de juro líquida com o *swap* simultâneo de todos os novos empréstimos contraídos para taxas flutuantes numa das moedas activas do Banco com referência a uma taxa LIBOR standard a seis meses. Quando o Banco emite dívida estruturada, procede simultaneamente a um *swap* com termos correspondentes para criar, de forma artificial, o desejado financiamento com taxa flutuante LIBOR a seis meses. Para efeitos de gestão do risco, o financiamento exigível é considerado uma alternativa à emissão de dívida de curto prazo, tal como o papel comercial em euros. O Banco gere o refinanciamento do risco mediante a limitação do montante da dívida, que atingirá a maturidade ou que é potencialmente exigível no prazo de um ano, a 25% da carteira de dívida vincenda.

Risco de taxa de juro sobre os activos financiados por capital

A segunda principal fonte de risco de taxa de juro é a sensibilidade da taxa de juro do rendimento gerado pelo financiamento de uma parte significativa dos activos do Banco com recursos de capital. As mudanças ocorridas nas taxas de juro do mercado nas moedas dos recursos de capital do Banco (o DSE) afectam a margem de juro líquida ganha nos activos financiados por capital. Regra geral, taxas de juro de mercado nominal mais baixas resultam em taxas de concessão de crédito e de investimento mais baixas, o que, a longo prazo, reduz os ganhos nominais sobre os recursos de capital do Banco.

O Banco gere o perfil de taxa de juro dos activos financiados por recursos de capital com o objectivo de reduzir a sensibilidade da margem de juro líquida a flutuações nas taxas de juro do mercado. Nesse sentido, o Banco ajusta continuamente o perfil de redefinição dos activos financiados pelos seus recursos de capital (empréstimos a taxa fixa e investimentos) para corresponder a um perfil de redefinição de referência. O perfil de redefinição de referência é uma escala a 10 anos em que uniformemente 10% dos activos do Banco financiados por capital são redefinidos em cada ano. Utilizando esta referência, a margem de juro líquida do Banco sobre activos financiados por capital tende a acompanhar uma média móvel de dez anos de taxas de juros DSE com maturidade a 10 anos.

No final de 2009 e de 2010, o perfil global de redefinição das taxas estava estreitamente alinhado com o valor de referência em quase todos os ciclos anuais.

Análise da sensibilidade ao risco de taxa de juro

Sensibilidade da margem de juro líquida

Uma deslocação paralela ascendente de 100 pontos base na curva do DSE teria dado origem a um ganho na demonstração de resultados de 8,17 milhões de UC e de 7,55 milhões de UC em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, respectivamente.

Sensibilidade do justo valor

Os movimentos nas taxas de juro também têm um impacto nos valores dos activos e passivos divulgados nas demonstrações financeiras pelo justo valor como lucros ou perdas. O quadro apresentado abaixo mostra o efeito de uma deslocação paralela na curva de rendimento de +/-100 pontos base, de cada uma das divisas, na carteira de investimentos de negociação e nas carteiras de empréstimos contraídos e de derivados em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, respectivamente. Contudo, devido às baixas taxas de juro na curva de rendimento do iene japonês, a análise da sensibilidade realizada em 2010 relativa aos activos e passivos denominados nesta moeda reflecte uma deslocação paralela na curva de rendimento de +/- 10 pontos base (2009: +/- 10 pontos base).

(milhares de UC)

	Deslocação paralela ascendente		Deslocação paralela descendente	
	2010	2009	2010	2009
	Ganhos/(perdas)	Ganhos/(perdas)	Ganhos/(perdas)	Ganhos/(perdas)
Investimentos detidos para negociação	(10.943)	(18.664)	12.099	21.812
Carteiras de empréstimos contraídos e de derivados ao justo valor	160.758	148.876	(175.841)	(163.105)

Risco de pré-pagamento

Para além das duas principais fontes de risco de taxa de juro, o Banco está exposto ao risco de pré-pagamento sobre os empréstimos assumidos antes de 1997. Embora o Banco não possa cobrar uma penalização de pré-pagamento sobre estes empréstimos mais antigos, na prática, o nível de pré-pagamentos manteve-se regra geral dentro de níveis aceitáveis. Em 2005, os pré-pagamentos de empréstimos anteriores a 1997 diminuíram de forma acentuada para 70 milhões de UC em comparação com os montantes dos anos anteriores, devido em grande parte ao aumento das taxas de juro do mercado. Relativamente a todos os empréstimos com base no mercado, concedidos desde 1997, o Banco protege-se do risco de pré-pagamento com a vinculação de uma penalização de pré-pagamento ao custo de reaplicação dos fundos a taxas de mercado correntes. Em 2006, o total de pré-pagamentos, no valor de 298 milhões de UC, incluiu um montante de 192 milhões relativo a empréstimos a taxa flutuante com base no mercado, enquanto em 2007 o total de pré-pagamentos atingiu os 199 milhões de UC, dos quais 98% eram relativos a empréstimos com base no mercado. Os pré-pagamentos em 2008 ascenderam a 17 milhões de UC, enquanto em 2009 o valor foi de 20 milhões de UC. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, os pré-pagamentos essencialmente em créditos ao sector privado ascendiam a 67 milhões de UC.

Risco operacional

Tal como todas as instituições financeiras, o Banco está exposto a riscos operacionais relacionados com os seus sistemas e funções. As interdependências entre os seus departamentos e os seus factores de risco em geral podem ter um impacto negativo sobre as suas actividades, resultando na exposição a perdas financeiras.

Os riscos operacionais englobam todos os riscos com excepção dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez. Os riscos operacionais incluem os riscos de perdas resultante de processos, recursos humanos e/ou sistemas inadequados ou malogrados e de eventos externos susceptíveis de prejudicar a sua reputação.

A Unidade de Controlo Interno (UCI) do Banco é responsável, entre outros, pela implementação do quadro de controlo interno do Comité das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (COSO), como forma de avaliar regularmente a eficácia e a eficiência do controlo interno em todas as operações comerciais de relevo. No âmbito deste processo, a declaração da Administração relativamente à adequação do sistema de controlo interno sobre o relato financeiro é publicada no relatório anual do Banco. A segunda fase da implementação, que comportou um alargamento do quadro COSO a outras áreas da gestão do risco operacional, ainda está em curso.

Compete essencialmente aos dirigentes de cada área de negócios implementar os controlos relevantes. Esta responsabilidade é apoiada pelas normas institucionais nas seguintes áreas:

- Requisitos relativos a uma separação adequada de funções, incluindo a autorização independente de transacções
- Requisitos relativos à reconciliação e ao acompanhamento das transacções
- Documentação dos controlos e procedimentos
- Formação e desenvolvimento profissional
- Mitigação do risco, incluindo a subscrição de seguros nos casos em que tal solução seja eficaz

A conformidade com as normas institucionais é verificada através de avaliações periódicas realizadas pelo Gabinete do Auditor-Geral do Banco. Os resultados das auditorias internas são discutidos com os dirigentes da(s) unidade(s) de negócios em causa, sendo facultado um resumo aos dirigentes de topo do Banco e ao Comité de Auditoria e Finanças do Conselho de Administração.

O Banco possui igualmente um plano de contingência e continuidade de negócio que visa assegurar a continuidade das suas operações e proteger os interesses das partes interessadas fundamentais do Grupo do Banco, em especial, os países membros (mutuários e não mutuários), os detentores de obrigações e outros credores, bem como os funcionários e respectivos familiares, caso ocorra alguma perturbação nas suas instalações. Três organismos chave do Banco asseguram a fiscalização e a implementação do plano: (1) o Comité Executivo de Crise (Executive Crisis Committee), liderado pelo Presidente do Banco, que adopta as decisões mais importantes com base em recomendações do Comité de Operações de Crise (OCC, Operations Crises Committee); (2) o Comité de Operações de Crise, que acompanha atentamente todos os acontecimentos que afectam o Banco e aconselha as medidas necessárias para minimizar os riscos pertinentes e (3) a Unidade de continuidade de negócio (BCPU, business continuity Unit), que acompanha a implementação das decisões adoptadas e é também responsável pela realização dos testes periódicos da preparação global de continuidade de negócio do Banco e dos seus funcionários.

A estrutura de adequação do capital e de gestão da exposição ao risco do Banco prevê actualmente a reserva, como capital de risco, de uma tranche de 15% dos resultados operacionais médios dos três exercícios precedentes, em linha com as recomendações de Basileia II em matéria de risco operacional.

Outros elementos da gestão de riscos operacionais do Banco incluem a conformidade com o Código de Conduta e as regras aplicáveis ao pessoal do Banco, o trabalho da Unidade de investigação de fraudes e a existência de uma Política de protecção de denunciante.

NOTA E – ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os quadros que se seguem apresentam a classificação de cada classe de activos e passivos financeiros, assim como os respectivos justos valores:

Análise dos activos e passivos financeiros por base de medida

(milhares de UC)

31 de Dezembro de 2010	Activos e passivos financeiros como lucros ou perdas			Disponíveis para venda	Empréstimos concedidos e créditos	Activos e passivos financeiros pelo custo amortizado	Valor contabilístico total	Justo valor
	Detidos para negociação	Considerados pelo justo valor	Detidos até à maturidade					
Caixa	-	-	-	-	-	395.717	395.717	395.717
Obrigações à vista	-	-	-	-	-	3.801	3.801	3.801
Investimentos em títulos do tesouro	4.206.503	-	3.227.025	-	-	-	7.433.528	7.592.924
Activos derivados	1.421.480	-	-	-	-	-	1.421.480	1.421.480
Instrumentos não negociáveis na conta de capital	-	-	-	-	-	4.625	4.625	4.625
Devedores	-	-	-	-	1.341.658	-	1.341.658	1.341.658
Créditos	-	-	-	-	8.178.797	-	8.178.797	8.586.715
Participações de capital	-	-	-	272.241	-	-	272.241	272.241
Outros títulos de dívida	-	-	-	79.752	-	-	79.752	79.752
Total de activos financeiros	5.627.983	-	3.227.025	351.993	9.520.455	404.143	19.131.599	19.698.913
Credores	-	-	-	-	-	2.015.044	2.015.044	2.015.044
Passivos derivados	328.296	-	-	-	-	-	328.296	328.296
Empréstimos contraídos	-	10.877.110	-	-	-	1.103.456	11.980.566	12.201.150
Total de passivos financeiros	328.296	10.877.110	-	-	-	3.118.500	14.323.906	14.544.490

(milhares de UC)

31 de Dezembro de 2009	Activos e passivos financeiros como lucros ou perdas			Disponíveis para venda	Empréstimos concedidos e créditos	Activos e passivos financeiros pelo custo amortizado	Valor contabilístico total	Justo valor
	Detidos para negociação	Considerados pelo justo valor	Detidos até à maturidade					
Caixa	-	-	-	-	-	318.828	318.828	318.828
Obrigações à vista	-	-	-	-	-	3.801	3.801	3.801
Investimentos em títulos do tesouro	4.220.707	-	3.191.541	-	-	-	7.412.248	7.550.875
Activos derivados	764.007	-	-	-	-	-	764.007	764.007
Instrumentos não negociáveis na conta de capital	-	-	-	-	-	8.188	8.188	8.188
Devedores	-	-	-	-	924.159	-	924.159	924.159
Créditos	-	-	-	-	7.436.278	-	7.436.278	7.820.125
Participações de capital	-	-	-	234.478	-	-	234.478	234.478
Outros títulos de dívida	-	-	-	70.810	-	-	70.810	70.810
Total de activos financeiros	4.984.714	-	3.191.541	305.288	8.360.437	330.817	17.172.797	17.695.271
Credores	-	-	-	-	-	1.385.679	1.385.679	1.385.679
Passivos derivados	477.118	-	-	-	-	-	477.118	477.118
Empréstimos contraídos	-	9.488.606	-	-	-	1.092.034	10.580.640	10.688.710
Total de passivos financeiros	477.118	9.488.606	-	-	-	2.477.713	12.443.437	12.551.507

O quadro *infra* classifica os instrumentos financeiros do Banco inscritos pelo justo valor em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 em três níveis que reflectem a fiabilidade relativa das bases de mensuração, sendo o nível 1 o mais fiável.

(milhares de UC)

	Preços cotados nos mercados activos para o mesmo instrumento		Técnicas de avaliação em que todos os elementos significativos se baseiam em dados de mercado observáveis		Técnicas de avaliação em que alguns elementos significativos não se baseiam em dados de mercado observáveis		Total	
	(Nível 1)		(Nível 2)		(Nível 3)			
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Investimentos em títulos do tesouro	3.136.519	3.359.344	964.187	728.841	105.797	132.522	4.206.503	4.220.707
Activos derivados	-	-	1.356.256	720.336	65.225	43.671	1.421.480	764.007
Participações de capital	13.787	15.736	-	-	258.454	218.742	272.241	234.478
Outros títulos de dívida	79.752	70.810	-	-	-	-	79.752	70.810
Total de activos financeiros	3.230.058	3.445.890	2.320.443	1.449.177	429.476	394.935	5.979.976	5.290.002
Passivos derivados	-	-	(288.475)	(402.404)	(39.821)	(74.714)	(328.296)	(477.118)
Empréstimos contraídos	(5.366.939)	(4.898.677)	(5.249.601)	(4.307.780)	(260.570)	(282.149)	(10.877.110)	(9.488.606)
Total de passivos financeiros	(5.366.939)	(4.898.677)	(5.538.076)	(4.710.184)	(300.391)	(356.863)	(11.205.406)	(9.965.724)

A mensuração pelo justo valor de instrumentos financeiros, mediante a aplicação da avaliação técnica que não utiliza elementos significativos baseados em dados de mercado observáveis (terceiro nível da hierarquia) em 31 de Dezembro de 2009 e de 2010, inclui:

(milhares de UC)

	Investimentos detidos para negociação como títulos do tesouro	Participações de capital disponíveis para venda	Activos derivados	Passivos derivados	Empréstimos contraídos
2009					
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	14.283	169.369	-	-	-
Ganhos/(perdas) reconhecidos na demonstração de resultados	8.821	(2.324)	(4.846)	(19.442)	12.527
Perdas reconhecidas na demonstração do rendimento global	-	(4.769)	-	-	-
Compras, títulos e liquidações (líquidos)	-	51.240	1.015	(1.616)	-
Reclassificação	109.885	-	54.143	(34.034)	(314.914)
Efeitos de conversão	(467)	5.226	(15.877)	(10.386)	20.238
Transferência entre activos e passivos	-	-	9.236	(9.236)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	132.522	218.742	43.671	(74.714)	(282.149)
2010					
Saldo em 1 de Janeiro de 2010	132.522	218.742	43.671	(74.714)	(282.149)
Ganhos/(perdas) reconhecidos na demonstração de resultados	(14.000)	(2.403)	(2.123)	997	(66.546)
Ganhos reconhecidos na demonstração do rendimento global	-	12.621	-	-	-
Compras, títulos e liquidações (líquidos)	(16.912)	24.158	(855)	6.892	4.058
Reclassificação	12.321	-	4.231	20.897	55.666
Efeitos de conversão	(8.134)	5.336	16.450	9.958	28.401
Transferência entre activos e passivos	-	-	3.851	(3.851)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	105.797	258.454	65.225	(39.821)	(260.570)

Embora o Banco considere que as suas estimativas do justo valor são adequadas, a utilização de metodologias ou pressupostos diferentes pode conduzir a resultados diferentes.

Lucros e perdas do primeiro dia

Os saldos não amortizados do lucro do primeiro dia em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 estavam distribuídos da seguinte forma:

(milhares de UC)	2010	2009
Saldo em 1 de Janeiro	111.463	99.826
Novas transacções	15.246	20.952
Montantes reconhecidos na demonstração de resultados durante o exercício	(9.958)	(7.331)
Efeitos de conversão	15.447	(1.984)
Saldo em 31 de Dezembro	132.198	111.463

NOTA F – INVESTIMENTOS EM TÍTULOS DO TESOURO

Como parte da estratégia de gestão da sua carteira global, o Banco investe em obrigações do Estado, de organismos, supranacionais, de bancos e empresas, em depósitos a prazo, títulos garantidos por activos, transacções de mútuo com garantia, acordos de revenda e instrumentos derivados relacionados, incluindo futuros, contratos *forward*, *swaps* de divisas, *swaps* de taxa de juro, opções e vendas a curto prazo.

Para as obrigações do Estado, de organismos e supranacionais com uma maturidade final superior a 1 ano e inferior a 15 anos, o Banco apenas pode investir em obrigações de contrapartes com uma classificação de crédito mínima de AA- ou garantida incondicionalmente pelos governos de países membros ou outras entidades oficiais com os mesmos critérios de notação de crédito. No caso de maturidades superiores a 15 anos e até 30 anos, é necessária uma classificação de AAA. No caso dos títulos mobiliários garantidos por hipotecas e por activos, o Banco apenas pode investir em títulos com uma classificação de AAA. No caso de obrigações de bancos e empresas com uma maturidade final superior a 6 meses e inferior a 5 anos, o Banco apenas pode investir com contrapartes que tenham uma notação de crédito mínima de AA-. A classificação AAA é necessária no caso de obrigações com maturidade superior a 5 anos e até 10 anos. A compra de opções sobre moeda ou taxas de juro são permitidas apenas se a duração do contrato de opção não exceder 1 ano. Essas transacções apenas são executadas com contrapartes com notação de crédito de AA- ou superior. Todas as transacções de derivados, incluindo opções, *swaps* de divisas e *swaps* de taxas de juro incluindo transacções de *swap* de activos, apenas são permitidas com contrapartes aprovadas ou garantidas por entidades com as quais o Banco celebrou acordos-quadro de derivados e um Acordo de garantia (Collateral Support Agreement) e que tenham notações de crédito mínimas de A-/A3 à data da transacção.

Em 31 de Dezembro de 2010, o Banco tinha recebido cauções com o justo valor de 1.094 milhões de UC relacionadas com contratos de *swap*. Deste montante, 626 milhões de UC em forma de numerário foram registados no balanço com um passivo correspondente incluído em "Outros credores". O saldo de 468 milhões de UC era constituído por activos financeiros líquidos.

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, o Banco não detinha títulos vendidos ao abrigo de acordos de recompra (repos).

A composição dos investimentos em títulos do tesouro em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 era a seguinte:

(milhares de UC)	2010	2009
Detidos para negociação	4.206.503	4.220.707
Detidos até à maturidade	3.242.765	3.226.041
Provisão para depreciação de investimentos	(15.740)	(34.500)
Total	7.433.528	7.412.248

Investimentos detidos para negociação

Resumo dos investimentos detidos para negociação pelo Banco, em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009:

	Dólar americano		Euro		Libra esterlina		Outras moedas		Total	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
	(milhões de UC)									
Depósitos a prazo	252,74	513,48	683,91	156,12	35,40	56,60	60,71	165,72	1.032,76	891,93
Títulos garantidos por activos	56,29	83,44	49,51	49,08	-	-	-	-	105,80	132,52
Obrigações do Estado e de organismos	1.450,31	1.242,75	471,17	917,88	-	-	-	22,75	1.921,48	2.183,38
Obrigações emitidas por empresas	102,29	151,34	2,07	28,37	-	-	-	9,86	104,36	189,57
Instituições financeiras	518,56	325,85	341,26	208,64	-	-	-	4,75	859,82	539,24
Supranacionais	170,14	174,29	-	70,61	-	-	12,14	39,18	182,28	284,08
Total dos investimentos detidos para negociação	2.550,33	2.491,15	1.547,92	1.430,70	35,40	56,60	72,85	242,26	4.206,50	4.220,71

O saldo nominal dos investimentos detidos para negociação do Banco era, em 31 de Dezembro de 2010, de 4.187,21 milhões de UC (2009: 4.184,68 milhões de UC). O rendimento médio dos investimentos detidos para negociação era, em 2010, de 1,54% (em 2009: 3,53%).

A estrutura de maturidade contratual dos investimentos detidos para negociação, em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, era a seguinte:

(milhões de UC)	2010	2009
Um ano ou menos	2.051,58	1.619,56
Mais de um ano e menos de dois anos	1.341,42	1.291,30
Mais de dois anos e menos de três anos	599,26	1.060,11
Mais de três anos e menos de quatro anos	92,03	25,99
Mais de quatro anos e menos de cinco anos	26,72	87,74
Mais de cinco anos	95,49	136,01
Total	4.206,50	4.220,71

Investimentos detidos até à maturidade

Resumo dos investimentos detidos até à maturidade pelo Banco, em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009:

(milhões de UC)

	Dólar americano		Euro		Libra esterlina		Outras moedas		Total	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Títulos garantidos por activos	187,02	183,31	17,25	29,05	-	-	-	-	204,27	212,36
Obrigações do Estado e de organismos	533,36	421,56	697,16	633,05	187,37	219,52	203,55	216,72	1.621,44	1.490,85
Obrigações emitidas por empresas	216,19	241,48	85,36	115,91	35,52	36,63	69,64	58,26	406,71	452,28
Instituições financeiras	72,02	95,71	214,20	227,76	9,84	10,11	34,30	43,32	330,36	376,90
Supranacionais	380,84	401,03	105,33	134,05	145,07	126,31	48,74	32,26	679,98	693,65
Total dos investimentos detidos até à maturidade	1.389,43	1.343,09	1.119,30	1.139,82	377,80	392,57	356,23	350,56	3.242,76	3.226,04

O saldo nominal dos investimentos detidos até à maturidade do Banco era, em 31 de Dezembro de 2010, de 3.285,90 milhões de UC (2009: 3.250,35 milhões de UC). O rendimento médio dos investimentos detidos até à maturidade era, em 2010, de 4,60% (em 2009: 4,55%).

A estrutura de maturidade contratual dos investimentos detidos até à maturidade, em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, era a seguinte:

(milhões de UC)	2010	2009
Um ano ou menos	482,65	400,55
Mais de um ano e menos de dois anos	383,18	473,07
Mais de dois anos e menos de três anos	532,19	354,23
Mais de três anos e menos de quatro anos	283,72	461,07
Mais de quatro anos e menos de cinco anos	442,85	271,32
Mais de cinco anos	1.118,17	1.265,80
Total	3.242,76	3.226,04

O justo valor dos investimentos detidos até à maturidade era, em 31 de Dezembro de 2010, de 3.386,42 milhões de UC (2009: 3.330,17 milhões de UC).

NOTA G – ACTIVOS E PASSIVOS DERIVADOS**Swaps de empréstimos**

O Banco realizou *swaps* de taxa de juro para converter com eficácia o rendimento de taxa fixa sobre empréstimos concedidos em determinadas moedas em rendimento de taxa variável.

Cobertura de despesas administrativas

Para proteger o Banco de eventuais acréscimos significativos de despesas administrativas que possam resultar da apreciação das principais moedas da despesa administrativa, ou seja, o euro, a libra esterlina e o dólar americano face à UC, o Banco reali-

zou contratos *forward* em divisas para cobrir economicamente as suas despesas administrativas. Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, não existiam posições abertas relativas aos contratos *forward* em divisas.

Os justos valores dos activos e passivos financeiros derivados eram, em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, os seguintes:

(milhares de UC)	2010		2009	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Relativos a empréstimos:				
<i>Swaps</i> multicambiais	1.137.518	177.754	596.414	409.117
<i>Swaps</i> de taxa de juro	184.155	851	117.492	6.976
<i>Swaps</i> de empréstimos	43.847	91.973	9.419	39.398
Derivados embutidos	2.334	-	468	190
	1.367.854	270.578	723.793	455.681
Relativos a investimentos:				
<i>Swaps</i> de activos	73	1.000	111	1.778
<i>Swaps</i> de cobertura global e outros	53.553	56.718	40.103	19.659
	53.626	57.718	40.214	21.437
Total	1.421.480	328.296	764.007	477.118

Os valores nominais dos activos e passivos financeiros derivados eram, em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, os seguintes:

(milhares de UC)	2010	2009
Relativos a empréstimos:		
<i>Swaps</i> multicambiais	9.086.300	7.517.469
<i>Swaps</i> de taxa de juro	3.540.784	3.974.387
<i>Swaps</i> de empréstimos	1.303.024	1.408.161
Derivados embutidos	26.308	22.949
	13.956.416	12.922.966
Relativos a investimentos:		
<i>Swaps</i> de activos	51.995	84.728
<i>Swaps</i> de cobertura global	522.203	519.166
	574.198	603.894
Total	14.530.614	13.526.860

O Banco celebrou contratos de futuros para cobrir as obrigações de taxa fixa contra flutuações da taxa de juro. Em 31 de Dezembro de 2010, o Banco tinha 2.061 contratos em euros e 10.766 contratos em dólares americanos. O valor nominal de cada contrato é de um milhão de cada unidade de moeda, excepto para 270 contratos em dólares americanos que possuem, cada um, o valor nominal de 100.000 dólares americanos.

NOTA H – INSTRUMENTOS NÃO NEGOCIÁVEIS POR CONTA DE CAPITAL

Até Maio de 1981 todos os pagamentos relativos a capital realizável foram efectuados em moedas convertíveis. No entanto, para os aumentos de capital autorizados em Maio de 1979 (mas efectuados em Dezembro de 1982) e Maio de 1981, os membros regionais tinham as seguintes duas alternativas para realizar os seus pagamentos:

1. Cinco (5) prestações anuais iguais, das quais pelo menos 50% podem ser pagas em moeda convertível e o restante na moeda local; ou
2. 5 (cinco) prestações anuais iguais, das quais 20% podem ser pagas em moeda convertível e 80% em livranças não negociáveis e não sujeitas a juros. Essas livranças são realizáveis pelo Banco, apenas em moeda convertível, em prestações que se iniciam no quinto aniversário da data de pagamento da primeira subscrição.

Os membros não regionais devem efectuar os seus pagamentos apenas em moedas convertíveis.

A parte realizável das subscrições, autorizada em conformidade com a Resolução B/BG/87/11 do Conselho de Governadores, relativa ao Quarto aumento geral de capital (GCI-IV), será paga do seguinte modo:

(1) Membros regionais – 50% em 5 (cinco) prestações anuais iguais em numerário e em moeda ou moedas livremente convertíveis, à escolha do estado membro, e 50% por depósito de cinco livranças não negociáveis e não sujeitas a juros, de igual valor, denominadas em Unidades de Conta. Essas livranças são realizáveis pelo Banco, apenas em moeda convertível, em 5 (cinco) prestações anuais iguais que se iniciam no quinto aniversário da data de pagamento da primeira subscrição.

(2) Membros não regionais – 5 (cinco) prestações anuais iguais nas respectivas moedas nacionais, sempre que essas moedas sejam livremente convertíveis, ou com livranças denominadas em moedas livremente convertíveis, realizáveis à vista.

No âmbito do Quinto aumento geral de capital (GCI-V), não existem diferenças quanto à forma de pagamento entre membros regionais e não regionais. Cada um dos membros deve pagar a parte realizada das suas acções em 8 (oito) prestações anuais iguais e sucessivas. A primeira prestação será paga em numerário e numa moeda livremente convertível. Da segunda à oitava prestações, o pagamento será efectuado em numerário ou livranças realizáveis à vista numa moeda livremente convertível.

Os pagamentos de acções ao abrigo do Sexto aumento geral de capital (GCI-VI), autorizados em conformidade com a Resolução B/BG/2010/08 do Conselho de Governadores, de 27 de Maio de 2010, devem ser efectuados em moedas livremente convertíveis em numerário ou em notas promissórias realizáveis na ou antes da data de vencimento do pagamento.

Cada um dos membros elegíveis para receber financiamento exclusivo do Fundo Africano de Desenvolvimento deve pagar a parte realizada das suas acções em 12 (doze) prestações anuais iguais e sucessivas; os membros não elegíveis para receber financiamento exclusivo do Fundo Africano de Desenvolvimento devem pagar a parte realizada das suas acções em 8 (oito) prestações anuais iguais e sucessivas.

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, os saldos de livranças não negociáveis eram os seguintes:

(milhares de UC)	2010	2009
Saldo em 1 de Janeiro	8.188	11.861
Movimento líquido do exercício	(3.563)	(3.673)
Saldo em 31 de Dezembro	4.625	8.188

NOTA I – EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

A carteira de empréstimos do Banco compreende empréstimos concedidos a países membros, ou garantidos por países membros mutuários, além de outros empréstimos sem garantia soberana. Os montantes desembolsados a título de empréstimo são reembolsáveis na moeda ou moedas desembolsadas pelo Banco ou em outra ou outras moedas livremente convertíveis aprovadas pelo Banco. O montante reembolsável em cada uma destas moedas será igual ao montante desembolsado na moeda original. Os empréstimos são concedidos pelo prazo máximo de vinte anos, incluindo o período de carência, que corresponde normalmente ao período de implementação do projecto. Os empréstimos destinam-se a financiar projectos e programas de desenvolvimento e não se destinam a venda. Além disso, a Administração considera que não existe um mercado secundário comparável para o tipo de empréstimos realizados pelo Banco.

Os tipos de empréstimos actualmente detidos pelo Banco e as taxas aplicadas encontram-se descritos a seguir:

Empréstimos em várias divisas a taxa fixa: para todos os empréstimos negociados antes de 1 de Julho de 1990, o Banco aplica juros a taxas fixas.

Empréstimos em várias divisas a taxa variável: entre 1 de Julho de 1990 e 30 de Setembro de 1997, o Banco ofereceu empréstimos a taxas variáveis aos seus mutuários. A taxa de juro variável é revista duas vezes por ano e baseia-se no custo do próprio Banco com empréstimos qualificados contraídos, acrescido de 50 pontos base, verificando-se a repercussão para os mutuários dos custos médios com a contracção de empréstimos.

Conversão de empréstimos de taxa variável com base em *pools* de várias divisas: aos mutuários foi oferecida a possibilidade de converterem os valores desembolsados e não desembolsados dos respectivos empréstimos de taxa variável com base em *pools* de várias divisas para condições variáveis numa divisa única, ou manter as condições existentes dos empréstimos de taxa variável com base em *pools* de várias divisas. As datas de conversão eram 1 de Outubro de 1997 e 1 de Março de 1998. Os restantes termos e condições dos empréstimos convertidos mantiveram-se os mesmos dos contratos de empréstimo originais. A partir de 1 de Outubro de 1997, o Banco disponibilizou diversos esquemas de taxa de juro alternativos. Em qualquer dos casos, a taxa de juro aplicável equivale à soma de dois componentes, nomeadamente a taxa base escolhida acrescida de uma margem de concessão de crédito.

Empréstimos em divisa única a taxa variável: a partir de 1 de Outubro de 1997, o Banco ofereceu empréstimos em divisa única a taxa variável. A taxa base variável corresponde ao custo médio de financiamento de um determinado conjunto de empréstimos em cada uma das moedas, sendo corrigida semestralmente a 1 de Janeiro e a 1 de Julho.

Empréstimos em divisa única a taxa flutuante: a partir de 1 de Outubro de 1997, o Banco ofereceu empréstimos em divisa única a taxa flutuante. A taxa base flutuante é determinada para cada moeda e a frequência de revisão baseia-se na taxa de juro de referência do Banco em cada mercado. A taxa de base flutuante padrão do Banco é a taxa de referência a 6 (seis) meses (USD LIBOR, JPY LIBOR, EURIBOR e JIBAR), que é revista semestralmente em 1 de Fevereiro e 1 de Agosto, sendo aplicável no período de seis meses que se segue à data de revisão.

Empréstimos em divisa única a taxa fixa: os empréstimos de taxa fixa foram reintroduzidos com efeitos a partir de Outubro de 1997 sob a forma de empréstimos em divisa única a taxa fixa. A taxa fixa é calculada como a taxa do mercado de *swap* interbancário correspondente ao calendário de amortização do capital.

Outros: outras estruturas de crédito oferecidas pelo Banco incluem sindicâncias paralelas e A/B, bem como empréstimos em moeda local se o Banco estiver em condições de se financiar eficientemente no mercado da moeda local. Os empréstimos em moeda local são oferecidos com base no preçário de empréstimos a taxa fixa (FSL), sendo aplicável o princípio de transferência de custos a fim de assegurar que o custo dos fundos é totalmente recuperado.

Margem de concessão de crédito: a margem de concessão de crédito é uma taxa de prémio expressa como uma taxa de juro nominal, acrescida à taxa base escolhida pelo mutuário para determinar a taxa de empréstimo total. A margem de concessão de crédito determinada pelo Banco é independente da taxa base escolhida e permanece inalterada ao longo da vida do empréstimo. A margem de concessão de crédito para os empréstimos com garantia soberana é fixada entre 40 a 50 pontos base. Para empréstimos sem garantia soberana, a margem de concessão de crédito baseia-se na avaliação pelo Banco dos riscos inerentes a cada projecto.

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, os empréstimos não liquidados eram os seguintes:

(milhares de UC)	2010	2009
Saldo vincendo	8.293.004	7.538.199
Menos: provisões acumuladas para imparidades	(114.207)	(101.921)
Saldo em 31 de Dezembro	8.178.797	7.436.278

Justo valor dos empréstimos

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, os justos valores inscritos e estimados dos empréstimos não liquidados eram os seguintes:

(milhares de UC)	2010		2009	
	Valor contabilístico	Justo valor estimado	Valor contabilístico	Justo valor estimado
Empréstimos de taxa fixa	5.121.830	5.028.718	4.339.278	4.137.193
Empréstimos de taxa flutuante	2.751.376	3.135.653	2.656.773	3.130.681
Empréstimos de taxa variável	419.798	422.344	542.148	552.251
	8.293.004	8.586.715	7.538.199	7.820.125
Provisões acumuladas para imparidades	(114.207)	-	(101.921)	-
Empréstimos líquidos	8.178.797	8.586.715	7.436.278	7.820.125

Maturidade e composição monetária de empréstimos não liquidados

A estrutura de maturidade contratual dos empréstimos por liquidar em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 era a seguinte:

(milhões de UC)	2010				2009
	Taxa fixa	Taxa flutuante	Taxa variável	Total	Total
Um ano ou menos	319,64	259,48	279,72	858,84	775,32
Mais de um ano e menos de dois anos	246,10	239,96	65,93	551,99	566,12
Mais de dois anos e menos de três anos	268,26	309,44	39,97	617,67	487,86
Mais de três anos e menos de quatro anos	295,60	270,82	24,32	590,74	539,53
Mais de quatro anos e menos de cinco anos	382,03	318,21	4,17	704,41	524,68
Mais de cinco anos	3.610,20	1.353,47	5,68	4.969,35	4.644,69
Total	5.121,83	2.751,38	419,79	8.293,00	7.538,20

Os mutuários devem liquidar os empréstimos antes da respectiva maturidade contratual, nos termos especificados nos contratos de empréstimo.

A composição monetária e o tipo de empréstimos não liquidados, em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, eram os seguintes:

(Montantes em milhões de UC)			2010		2009	
			Montante	%	Montante	%
Taxa fixa:	Várias divisas	Euro	81,24		89,42	
		Iene japonês	407,88		373,61	
		Libra esterlina	2,44		2,51	
		Franco suíço	149,58		137,49	
		Dólar americano	207,19		215,36	
		Outros	0,39		0,45	
				848,72	10,23	818,84
Divisa única	Euro	2.654,25		2.539,66		
	Iene japonês	12,44		12,52		
	Rand sul-africano	417,51		70,46		
	Dólar americano	1.188,91		897,78		
		4.273,11	51,53	3.520,42	46,70	
Taxa flutuante:	Divisa única	Euro	541,54		599,15	
		Iene japonês	22,96		21,94	
		Rand sul-africano	277,05		257,60	
		Dólar americano	1.909,83		1.778,09	
		2.751,38	33,18	2.656,78	35,25	
Taxa variável:	Várias divisas	Euro	87,90		119,50	
		Iene japonês	14,37		21,93	
		Franco suíço	0,30		0,53	
		Dólar americano	116,34		129,29	
		Outros	0,02		0,07	
			218,93	2,64	271,32	3,60
	Divisa única	Euro	65,85		97,81	
		Iene japonês	52,91		67,78	
		Franco suíço	3,72		5,40	
		Dólar americano	78,37		99,83	
Outros		0,01		0,02		
		200,86	2,42	270,84	3,59	
Total		8.293,00	100,00	7.538,20	100,00	

O rendimento ponderado médio dos juros dos empréstimos não liquidados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 foi de 3,75% (2009: 4,29%).

Resumo comparativo da composição monetária dos empréstimos não liquidados em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009:

(Montantes em milhões de UC)	2010		2009	
	Montante	%	Montante	%
Euro	3.430,79	41,37	3.445,54	45,71
Iene japonês	510,56	6,16	497,78	6,60
Libra esterlina	2,44	0,03	2,51	0,03
Rand sul-africano	694,55	8,37	328,06	4,35
Franco suíço	153,60	1,85	143,42	1,90
Dólar americano	3.500,64	42,21	3.120,35	41,40
Outros	0,42	0,01	0,54	0,01
Total	8.293,00	100,00	7.538,20	100,00

Rendimentos acumulados e encargos a receber sobre empréstimos concedidos

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, o rendimento acumulado e os encargos a receber de empréstimos concedidos eram os seguintes:

(milhares de UC)	2010	2009
Rendimentos acumulados e encargos a receber sobre empréstimos concedidos	347.401	294.065
Menos: provisões acumuladas para imparidades	(169.165)	(125.473)
Saldo em 31 de Dezembro	178.236	168.592

Provisões para imparidades do capital do empréstimo e dos encargos a receber

Em 31 de Dezembro de 2010, os empréstimos não liquidados com um saldo de capital agregado de 313,76 milhões de UC (2009: 270,19 milhões de UC), dos quais 257,19 milhões de UC (em 2009: 236,46 milhões de UC) se encontravam vencidos, foram considerados com imparidade.

Os montantes brutos de empréstimos e os encargos a receber, com imparidade, e a imparidade acumulada dos mesmos, em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, eram os seguintes:

(milhares de UC)	2010	2009
Saldo vincendo sobre empréstimos com imparidade	313.767	270.194
Menos: provisões acumuladas para imparidades	(114.207)	(101.921)
Saldo líquido sobre empréstimos com imparidade	199.560	168.273
Encargos a receber e rendimento acumulado de empréstimos com imparidade	239.769	187.901
Menos: provisões acumuladas para imparidades	(169.165)	(125.473)
Encargos líquidos a receber e rendimento acumulado de empréstimos com imparidade	70.604	62.428

Os movimentos das provisões acumuladas para imparidades do capital de empréstimos não liquidados, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, eram os seguintes:

(milhares de UC)	2010	2009
Saldo em 1 de Janeiro	101.921	102.643
Provisões para imparidades do capital de empréstimos para o exercício	10.643	276
Efeitos de conversão	1.643	(998)
Saldo em 31 de Dezembro	114.207	101.921

As provisões acumuladas para imparidades de empréstimos incluem as que dizem respeito a empréstimos ao sector privado. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 não foram efectuadas provisões para imparidades dos empréstimos concedidos ao sector privado (em 2009: uma correcção de 0,32 milhões de UC). As provisões acumuladas para empréstimos ao sector privado em 31 de Dezembro de 2010 ascenderam a 12,04 milhões de UC.

Os movimentos das provisões acumuladas para imparidades dos juros e encargos a receber de empréstimos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, eram os seguintes:

(milhares de UC)	2010	2009
Saldo em 1 de Janeiro	125.473	115.631
Provisões para imparidades dos encargos de empréstimos para o exercício	16.117	11.009
Reclassificação	24.074	-
Efeitos de conversão	3.501	(1.167)
Saldo em 31 de Dezembro	169.165	125.473

Garantias

O Banco pode assumir compromissos irrevogáveis especiais de pagar montantes aos mutuários ou a terceiros relativos a bens e serviços a financiar ao abrigo dos contratos de crédito. Em 31 de Dezembro de 2010, não existiam garantias irrevogáveis de reembolso não liquidadas emitidas pelo Banco a favor de bancos comerciais sobre empréstimos não desembolsados (2009: 0,16 milhões de UC).

O Banco pode igualmente prestar garantias de reembolso a entidades dos países membros regionais no âmbito de empréstimos para fins de desenvolvimento, concedidos a essas entidades por terceiros. As garantias representam um risco potencial para o Banco se os pagamentos garantidos perante determinada entidade não forem realizados. Em 31 de Dezembro de 2010, as garantias prestadas pelo Banco a favor de alguns dos seus mutuários ascendiam a 2,31 milhões de UC.

NOTA J – PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL

Investimento no FAD

O FAD foi criado em 1972 como uma instituição internacional para apoiar o Banco a contribuir para o desenvolvimento económico e social dos países africanos, promover a cooperação e a intensificação das trocas comerciais internacionais, particularmente entre os países africanos, e a disponibilizar financiamentos em termos elevadamente concessionais para esse efeito. As subscrições iniciais do Fundo foram efectuadas pelo Banco e pelos Estados Participantes iniciais no Acordo do FAD, e os Estados Participantes que aderiram ao Acordo desde a data da assinatura inicial. Desde então, foram recebidas mais subscrições dos participantes sob a forma de Aumentos gerais especiais e Reconstituições gerais.

O FAD tem um Conselho de Administração com 14 membros, sendo 7 escolhidos pelo Banco Africano de Desenvolvimento e os restantes 7 pelos Estados Participantes. O Conselho de Administração do Fundo reporta ao Conselho de Governadores constituído por representantes dos Estados Participantes e do BAD. O Presidente do Banco é o Presidente *ex officio* do Fundo.

Para desenvolver as suas funções, o Fundo utiliza os escritórios, o pessoal, a organização, os serviços e as instalações do Banco, pagando para esse efeito uma parcela das despesas administrativas. A parcela de despesas administrativas paga pelo Fundo ao Banco é calculada anualmente na base de uma fórmula de partilha de custos, aprovada pelo Conselho de Administração, que é definida em grande parte pelo número de programas e projectos executados durante o período. Com base na fórmula de partilha de custos, a parcela de despesas administrativas suportada pelo FAD para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 ascendia a 163,96 milhões de UC (2009: 157,65 de UC milhões), representando 70,83% (2009: 70,84%) das despesas administrativas partilháveis incorridas pelo Banco. As contas do FAD são mantidas autonomamente e em separado das do Banco.

Embora o BAD, por acordo, exerça 50% dos direitos de voto no FAD, o Acordo de Constituição do FAD também prevê que no caso de cessação das operações do FAD, os activos do Fundo sejam distribuídos pelos seus participantes na proporção dos valores por eles pagos por conta das suas subscrições, após a regularização de quaisquer reclamações que se encontrem pendentes contra os participantes. Em 31 de Dezembro de 2010, a proporção ou quota económica do Banco no FAD era de 0,67% (2009: 0,72%).

Em consequência da implementação, em 2006, da Iniciativa de alívio da dívida multilateral descrita na Nota W-2, o valor líquido do activo do FAD, que serve de base para determinar o valor do investimento do Banco no Fundo, diminuiu, resultando numa perda por imparidade no investimento do Banco. O valor líquido do activo do FAD corresponde ao resultado dos recursos de desenvolvimento líquidos menos as obrigações à vista pendentes mais os créditos desembolsados e vencidos, não incluindo os saldos devidos dos países que alcançaram os seus pontos de conclusão HIPC e que são, por conseguinte, devidos para a anulação de empréstimos no âmbito da MDRI na data do balanço.

Outras participações de capital

O Banco pode assumir posições no capital de empresas produtivas e intermediárias financeiras de capitais privados, em empresas do sector público que se encontrem em processo de privatização ou em instituições regionais e sub-regionais. O objectivo do Banco com esses investimentos de capital é promover o desenvolvimento económico dos seus países membros regionais e, em particular, o desenvolvimento dos seus sectores privados. A participação de capital do Banco procura também promover a utilização eficiente de recursos, promovendo a participação africana, desempenhando um papel catalisador na atracção de outros investidores e mutuantes e mobilizando o fluxo de recursos internos e externos para projectos financeiramente viáveis, que tenham igualmente mérito económico.

Salvo aprovado em contrário pelo Conselho de Administração, a participação de capital do Banco não deverá exceder 25% do capital social da entidade em que investe. O Banco detém actualmente menos de 20% do capital social total da maioria das instituições em que participa. O Banco, por conseguinte, não procura uma posição de controlo nas empresas em que investe, mas acompanha de perto os seus investimentos de capital através da representação no órgão de gestão. Nos casos excepcionais em que o Banco detém mais de 20% e menos de 50% do capital social, esses investimentos são contabilizados como investimentos em associadas. Nos termos da Resolução B/BG/2009/10 do Conselho de Governadores, de 13 de Maio de 2009, o investimento de capital total pelo Banco não deverá em qualquer situação ultrapassar 15% do valor agregado do capital realizável e das reservas do Banco e do superáвите (capital de risco) incluído nos seus recursos ordinários de capital.

Os investimentos de capital para os quais o justo valor não possa ser medido fiavelmente são reportados pelo custo menos a provisão para perdas por decréscimos estimados, permanentes e duradouros, do valor. Os investimentos para os quais não pode ser medido de modo fiável o justo valor referem-se normalmente a instituições de desenvolvimento sub-regional e nacional. Os investimentos nestas instituições são realizados com um objectivo de desenvolvimento a longo prazo, incluindo o reforço das capacidades. As acções dessas instituições não se encontram cotadas e não estão disponíveis para venda ao público em geral. Apenas os estados membros ou instituições detidas por estados membros poderão subscrever as acções destas instituições. As provisões para perdas nos investimentos de capital com imparidade estão incluídas na demonstração de resultados.

O capital do Banco no final dos exercícios de 2010 e de 2009 era o seguinte:

(Montantes em milhares de UC)

Instituições	Ano considerado	% de participação	Capital exigível	Valor contabilístico	
				2010	2009
Fundo Africano de Desenvolvimento	1972	0,67	-	111.741	111.741
Comparticipação acumulada nos ganhos/(perdas) e na imparidade em 1 de Janeiro				(49.963)	(47.868)
Comparticipação na (perda)/lucro anual				(421)	227
Imparidade anual				1.505	(2.322)
			-	62.862	61.778
Bancos de Desenvolvimento Regional (inscritos pelo custo)					
Afreximbank	1993	6,00	9.740	6.493	6.379
BDEAC	1975	3,68	2.366	1.578	1.681
BDEGL	1980	-	-	1.946	1.946
BOAD	1973	0,59	1.972	657	700
Banco de Desenvolvimento da África Oriental	1967	6,76	-	4.383	4.306
PTA Bank	1985	5,76	35.324	8.831	8.675
			49.402	23.888	23.687
Outras instituições de desenvolvimento (inscritas pelo custo)					
África – Re	1977	8,00	-	5.656	5.556
Banco do Zimbabué para o desenvolvimento de infra-estruturas*	1984	-	-	-	-
K-REP Bank Limited	1997	21,98	-	2.028	2.094
Banco de Desenvolvimento Nacional da Serra Leoa*	-	-	-	-	-
Shelter Afrique	1982	22,83	-	8.117	7.974
			-	15.801	15.624
Bancos e fundos de investimento (inscritos pelo justo valor)**					
AB Microfinance Bank Nigeria Limited	2007	12,45	-	473	375
Access Bank Liberia Limited	2008	15,00	-	816	781
Access Bank Tanzania Limited	2007	15,80	-	595	289
Advans Banque Congo	2008	16,54	-	1.085	1.371
Africa Capitalization Fund	2010	25,00	32.259	208	-
Africa Health Fund LLC	2009	21,89	12.128	476	349
African Infrastructure Investment Fund 2	2009	13,56	16.280	1.733	-
Africa Joint Investment Fund	2010	25,00	5.548	7.439	-
AfricInvest Fund II LLC	2008	13,99	11.566	4.057	2.965
Agri-Vie Fund PCC	2008	23,88	5.143	4.268	2.614
Fundo para as infra-estruturas de África AIG	1998	12,27	187	3.948	4.471
Argan Infrastructure Fund	2010	20,00	12.668	16	-
Atlantic Coast Regional Fund LLC	2008	20,82	5.204	1.971	1.959
Aureos Africa Fund LLC	2007	7,87	11.054	8.865	-
ECP Africa Fund II PCC	2005	11,04	4.623	26.375	30.289
ECP África Fund III PCC	2008	10,38	21.164	10.647	14.673
Evolution One Fund	2010	6,78	8.809	981	-
GroFin Africa Fund	2008	12,50	9.797	1.475	1.022
Investment Fund for Health in Africa	2010	19,63	6.999	1.440	-
Fundo de capital privado do Magrebe II (Maurícia) PCC	2008	16,10	3.855	14.868	7.327
Fundo pan-africano para o desenvolvimento de infra-estruturas	2007	7,94	15.432	14.608	10.623
Pan-African Investment Partners II Limited	2008	10,83	24.707	6.240	7.009
Fundo para as infra-estruturas da África do Sul	1996	14,03	1.149	32.583	19.707
TCX Investment Company Mauritius Limited	2007	5,24	120	17.246	15.896
United Bank for Africa	1961	1,82	-	26.061	27.606
			208.692	188.474	149.326
Total			258.094	291.025	250.415
Menos: provisões acumuladas para imparidades			-	(18.784)	(15.937)
Líquido			258.094	272.241	234.478

* Montantes integralmente desembolsados, sendo o valor inferior a 100 UC, à taxa de câmbio em vigor.

**O custo de investimentos de capital inscrito pelo justo valor em 31 de Dezembro de 2010 ascendeu a 156,82 milhões de UC (2009: 133,08 milhões de UC).

Uma análise do movimento das provisões acumuladas para imparidades das participações de capital, com excepção do FAD, apresentou os seguintes resultados:

(milhares de UC)	2010	2009
Saldo em 1 de Janeiro	15.937	20.771
Provisão líquida para o exercício	2.403	(2.324)
Efeitos de conversão	444	(2.510)
Saldo em 31 de Dezembro	18.784	15.937

NOTA K – OUTROS TÍTULOS DE DÍVIDA

O Banco pode investir em determinados instrumentos de dívida emitidos por entidades nos seus países membros regionais (PMR) para o financiamento de projectos e programas de desenvolvimento. Estes investimentos são classificados como investimentos disponíveis para venda.

O justo valor dos “Outros títulos de dívida” em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 era o seguinte:

(milhares de UC)	2010	2009
Investimento em instrumentos de dívida emitidos por PMR	79.752	70.810

O valor nominal dos títulos não liquidados em 31 de Dezembro de 2010 era de 97,89 milhões de UC (2009: 86,43 milhões de UC).

NOTA L – IMÓVEIS, EQUIPAMENTO E ACTIVOS INCORPÓREOS

(milhares de UC)

2010	Terrenos	Construção e beneficiações	Imóveis e equipamento		Total de imóveis e equipamentos	Software informático	Total global
			Móveis, equipamentos fixos e acessórios	Equipamento e veículos motorizados			
Custo:							
Saldo em 1 de Janeiro	141	22.783	10.623	44.322	77.869	19.199	97.068
Acréscimos durante o exercício	339	615	644	3.409	5.007	370	5.377
Alienações durante o exercício	-	-	(755)	(1.977)	(2.732)	-	(2.732)
Saldo em 31 de Dezembro	480	23.398	10.512	45.754	80.144	19.569	99.713
Depreciação acumulada:							
Saldo em 1 de Janeiro	-	21.589	8.105	37.358	67.052	18.773	85.825
Depreciação durante o exercício	-	100	996	3.081	4.177	414	4.591
Alienações durante o exercício	-	-	(741)	(1.952)	(2.693)	-	(2.693)
Saldo em 31 de Dezembro	-	21.689	8.360	38.487	68.536	19.187	87.723
Valores contabilísticos líquidos: 31 de Dezembro de 2010	480	1.709	2.152	7.267	11.608	382	11.990

(milhares de UC)

2009	Imóveis e equipamento				Total de imóveis e equipamentos	Activos incorpóreos	Total global
	Terrenos	Construção e beneficiações	Móveis, equipamentos fixos e acessórios	Equipamento e veículos motorizados		Software informático	
Custo:							
Saldo em 1 de Janeiro	141	22.753	9.458	41.528	73.880	19.057	92.937
Acréscimos durante o exercício	-	30	1.165	2.855	4.050	142	4.192
Alienações durante o exercício	-	-	-	(61)	(61)	-	(61)
Saldo em 31 de Dezembro	141	22.783	10.623	44.322	77.869	19.199	97.068
Depreciação acumulada:							
Saldo em 1 de Janeiro	-	21.487	7.154	34.383	63.024	18.182	81.206
Depreciação durante o exercício	-	102	951	3.035	4.088	591	4.679
Alienações durante o exercício	-	-	-	(60)	(60)	-	(60)
Saldo em 31 de Dezembro	-	21.589	8.105	37.358	67.052	18.773	85.825
Valores contabilísticos líquidos: 31 de Dezembro de 2009	141	1.194	2.518	6.964	10.817	426	11.243

Nos termos do Acordo da Sede com o país de acolhimento, os edifícios propriedade do Banco nesse país destinam-se a ser utilizados apenas para o desenvolvimento da actividade do Grupo do Banco. Os direitos sobre terrenos e edifícios não podem, por isso, ser transferidos para terceiros. Se o Banco optar por abandonar a utilização dos terrenos e dos edifícios, os imóveis terão de ser devolvidos ao país de acolhimento. Em 31 de Dezembro de 2010, o valor contabilístico destes activos não era significativo.

NOTA M – EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS

A estrutura revista da adequação do capital aprovada pelo Conselho de Administração em 18 de Março de 2009 adoptou um rácio dívida/capital utilizável único para acompanhar a alavancagem do Banco. De acordo com este rácio, o valor total da dívida não liquidada não pode ultrapassar 100% do capital utilizável. Nos termos da estrutura revista da adequação do capital, o capital utilizável engloba o capital próprio do Banco e o capital exigível dos seus membros não mutuários com uma notação de A- ou superior. Em 31 de Dezembro de 2010, o capital utilizável do Banco era de 14.303 milhões de UC.

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, os empréstimos privilegiados e subordinados contraídos eram os seguintes:

(milhões de UC)	2010	2009
Empréstimos privilegiados contraídos	11.203,69	9.852,32
Empréstimos subordinados contraídos	776,88	728,32
Total	11.980,57	10.580,64

O Banco utiliza derivados no âmbito da contracção de empréstimos e da gestão de passivos, para tirar partido de oportunidades de redução de custos e para reduzir os seus custos de financiamento.

Alguns contratos de contracção de empréstimos de longo prazo contêm disposições que permitem o resgate ao critério do titular em datas específicas antes da maturidade. Esses empréstimos contraídos estão patentes nos quadros sobre a estrutura da sua maturidade, utilizando as datas fixadas para o resgate e não as maturidades contratuais. A Administração crê, no entanto, que uma parcela desses empréstimos contraídos pode ficar por liquidar para além das suas datas de regaste mais próximas.

O Banco celebrou contratos de *swap* de divisas com os principais bancos internacionais, mediante os quais as receitas de um empréstimo são convertidas numa moeda diferente, sendo celebrado simultaneamente um contrato *forward* de divisas, assegurando o câmbio futuro das duas moedas de modo a recuperar a moeda convertida. O Banco realizou também *swaps* de taxa de juro, o que transforma uma obrigação de pagamento com taxa flutuante em determinada moeda numa obrigação de pagamento com taxa fixa, ou vice-versa.

Resumo da carteira dos empréstimos contraídos pelo Banco, em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009:

Empréstimos contraídos e *swaps* em 31 de Dezembro de 2010

(Montantes em milhões de UC)

Moeda	Tipo de taxa	Empréstimos directos				Contratos de <i>swap</i> de divisas ^(a)			Swaps de taxa de juro		
		Inscritos pelo justo valor	Inscritos pelo custo amortizado	Custo médio ponderado ^(b) (%)	Maturidade média ponderada (anos)	Montante a pagar/ (a receber)	Custo médio ponderado ^(b) (%)	Maturidade média (anos)	Montante nominal a pagar/ (a receber)	Custo médio ponderado ^(b) (%)	Maturidade média (anos)
Euro	Fixa	-	-	-	-	147,15	8,71	8,8	-	-	-
	Revisível	-	-	-	-	4.197,58	0,99	3,1	-	-	-
		-	-	-	-	(137,97)	0,89	3,2	-	-	-
Libra esterlina ^(d)	Fixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Revisível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Iene japonês	Fixa	476,94	415,35	2,99	15,5	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	(632,92)	1,63	24,9	-	-	-
	Revisível	731,05	26,31	1,61	5,1	-	-	-	72,55	0,10	2,4
Dólar americano	Fixa	4.660,60	590,90	2,69	3,2	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	(2.532,42)	2,71	2,5	(2.289,25)	1,92	2,6
	Revisível	1.198,03	-	0,33	2,1	2.865,53	0,33	7,4	2.705,85	0,76	2,5
Outras	Fixa	3.810,49	73,94	4,02	3,3	5,39	3,92	4,6	-	-	-
		-	-	-	-	(3.475,81)	3,81	3,4	(653,03)	6,35	4,5
	Revisível	-	-	-	-	715,97	2,67	6,9	653,03	3,77	4,5
Total	Fixa	8.948,03	1.080,19	3,23	4,2	152,54	8,54	8,6	-	-	-
		-	-	-	-	(6.641,15)	3,18	5,1	(2.950,25)	2,89	3,0
	Revisível	1.929,08	26,31	0,83	3,2	7.779,07	0,90	5,0	3.439,40	1,31	2,8
Capital pelo valor nominal		10.877,11	1.106,50	2,84	4,1	(1.154,67)	-	-	(109,36)	-	-
Prémio/(desconto) líquido não amortizado		-	(3,04)	-	-	532,23	-	-	116,09	-	-
		10.877,11	1.103,46	2,84	4,1	(622,44)	-	-	6,73	-	-
Ajustamento de justo valor		-	-	-	-	(337,32) ^(c)	-	-	(190,04) ^(c)	-	-
Total		10.877,11	1.103,46	2,84	4,1	(959,76)			(183,31)		

Informação complementar (empréstimos directos):

O valor nominal dos empréstimos contraídos, em 31 de Dezembro de 2010, era de 12.226,31 milhões de UC e o justo valor estimado era de 12.201,15 milhões de UC.

- (a) Os contratos de *swap* de divisas incluem *swaps* de taxa de juro em divisas diferentes.
- (b) O período médio de redefinição da taxa das obrigações monetárias líquidas para os empréstimos com taxa revisível era de seis meses. As taxas indicadas são as que se encontravam em vigor em 31 de Dezembro de 2010.
- (c) Estes montantes estão incluídos em activos e passivos derivados no balanço.
- (d) Os empréstimos contraídos e derivados em GBP foram resgatados durante o ano.

Podem ocorrer ligeiras diferenças nos totais devido a arredondamentos.

Empréstimos contraídos e *swaps* em 31 de Dezembro de 2009

(Montantes em milhões de UC)

Moeda	Tipo de taxa	Empréstimos directos				Contratos de <i>swap</i> de divisas ^(a)			Swaps de taxa de juro		
		Inscritos pelo justo valor	Inscritos pelo custo amortizado	Custo médio ponderado ^(b) (%)	Maturidade média ponderada (anos)	Montante a pagar/ (a receber)	Custo médio ponderado ^(b) (%)	Maturidade média (anos)	Montante nominal a pagar/ (a receber)	Custo médio ponderado ^(b) (%)	Maturidade média (anos)
Euro	Fixa	-	-	-	-	218,24	6,26	7,1	59,58	5,45	0,2
	Revisível	-	-	-	-	4.142,45	1,08	3,6	-	-	-
		-	-	-	-	(147,03)	1,15	4,2	(59,58)	1,02	0,2
Libra esterlina	Fixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Revisível	-	-	-	-	-	-	-	(51,65)	11,13	-
		-	-	-	-	-	-	-	51,65	1,36	-
Iene japonês	Fixa	878,44	347,71	2,73	9,0	-	-	-	-	-	-
	Revisível	-	-	-	-	(537,50)	1,62	24,1	(476,77)	2,21	0,2
		657,15	22,95	2,18	5,4	-	-	-	547,01	0,61	0,6
Dólar americano	Fixa	4.158,31	644,26	3,07	4,0	(962,42)	1,67	3,9	(70,24)	1,59	3,1
	Revisível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	(2.232,58)	2,78	3,5	(2.081,73)	2,35	3,3
Outras	Fixa	2.670,45	55,07	5,28	3,4	14,35	3,76	2,1	-	-	-
	Revisível	-	-	-	-	(2.243,68)	4,71	3,1	(216,65)	4,71	3,1
		-	-	-	-	492,60	5,46	8,7	571,03	4,76	5,2
Total	Fixa	7.707,20	1.047,04	3,71	4,2	232,59	6,11	6,8	59,58	5,45	0,2
	Revisível	-	-	-	-	(5.013,76)	3,52	5,5	(2.826,80)	2,67	2,7
		1.781,41	48,47	1,06	3,9	7.027,54	1,32	5,2	3.807,39	1,37	3,0
Capital pelo valor nominal		9.488,61	1.095,51	3,25	4,2	(257,33)	-	-	(107,43)	-	-
Prémio/(desconto) líquido não amortizado		-	(3,48)	-	-	264,78	-	-	111,94	-	-
		9.488,61	1.092,03	3,25	4,2	7,45	-	-	4,51	-	-
Ajustamento de justo valor		-	-	-	-	(194,75) ^(c)	-	-	(115,03) ^(c)	-	-
Total		9.488,61	1.092,03	3,25	4,2	(187,30)	-	-	(110,52)	-	-

Informação complementar (empréstimos directos):

O valor nominal dos empréstimos contraídos, em 31 de Dezembro de 2009, era de 10.766,80 milhões de UC e o justo valor estimado era de 10.688,71 milhões de UC.

- (a) Os contratos de *swap* de divisas incluem *swaps* de taxa de juro em divisas diferentes.
- (b) O período médio de redefinição da taxa das obrigações monetárias líquidas para os empréstimos com taxa revisível era de seis meses. As taxas indicadas são as que se encontravam em vigor em 31 de Dezembro de 2009.
- (c) Estes montantes estão incluídos em activos e passivos derivados no balanço.

Podem ocorrer ligeiras diferenças nos totais devido a arredondamentos.

Em 31 de Dezembro de 2010, a estrutura da maturidade contratual (excluindo empréstimos contraídos resgatáveis antecipadamente) dos empréstimos não liquidados era a seguinte:

(1) *Empréstimos contraídos inscritos pelo justo valor*

(milhões de UC)

Períodos	Capital ordinário	Capital exigível	Total
Um ano ou menos	1.573,82	317,04	1.890,86
Mais de um ano e menos de dois anos	2.549,00	2,52	2.551,52
Mais de dois anos e menos de três anos	2.235,83	-	2.235,83
Mais de três anos e menos de quatro anos	2.002,68	-	2.002,68
Mais de quatro anos e menos de cinco anos	691,14	-	691,14
Mais de cinco anos	1.505,08	-	1.505,08
Total	10.557,55	319,56	10.877,11

(2) *Empréstimos contraídos inscritos pelo custo amortizado*

(milhões de UC)

Períodos	Capital ordinário	Capital exigível	Total
Um ano ou menos	51,37	26,31	77,68
Mais de um ano e menos de dois anos	19,12	-	19,12
Mais de dois anos e menos de três anos	318,89	-	318,89
Mais de três anos e menos de quatro anos	-	-	-
Mais de quatro anos e menos de cinco anos	259,74	-	259,74
Mais de cinco anos	431,07	-	431,07
Subtotal	1.080,19	26,31	1.106,50
Prémio e desconto líquido não amortizado	(3,04)	-	(3,04)
Total	1.077,15	26,31	1.103,46

Em 31 de Dezembro de 2009, a estrutura da maturidade contratual (excluindo empréstimos contraídos resgatáveis antecipadamente) dos empréstimos não liquidados era a seguinte:

(1) *Empréstimos contraídos inscritos pelo justo valor*

(milhões de UC)

Períodos	Capital ordinário	Capital exigível	Total
Um ano ou menos	1.132,20	257,83	1.390,03
Mais de um ano e menos de dois anos	1.525,77	-	1.525,77
Mais de dois anos e menos de três anos	2.301,25	1,99	2.303,24
Mais de três anos e menos de quatro anos	1.077,84	-	1.077,84
Mais de quatro anos e menos de cinco anos	1.694,62	-	1.694,62
Mais de cinco anos	1.497,11	-	1.497,11
Total	9.228,79	259,82	9.488,61

(2) *Empréstimos contraídos inscritos pelo custo amortizado*

(milhões de UC)

Períodos	Capital ordinário	Capital exigível	Total
Um ano ou menos	63,79	118,01	181,80
Mais de um ano e menos de dois anos	33,66	-	33,66
Mais de dois anos e menos de três anos	18,36	-	18,36
Mais de três anos e menos de quatro anos	278,17	-	278,17
Mais de quatro anos e menos de cinco anos	-	-	-
Mais de cinco anos	583,52	-	583,52
Subtotal	977,50	118,01	1.095,51
Prémio e desconto líquido não amortizado	(3,48)	-	(3,48)
Total	974,02	118,01	1.092,03

Em 31 de Dezembro de 2010, o justo valor dos empréstimos contraídos inscritos pelo justo valor como lucros ou perdas era de 10.887,11 milhões de UC (2009: 9.488,61 milhões de UC). Em relação a estes empréstimos contraídos, o montante que o Banco será contratualmente obrigado a pagar na maturidade em 31 de Dezembro de 2010 é de 11.119,82 milhões de UC (2009: 9.188,23 milhões de UC). O valor de liquidação dos empréstimos contraídos resgatáveis antecipadamente equivale ao montante nominal acrescido dos encargos financeiros acumulados.

No que se refere à Nota P, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, os empréstimos contraídos e respectivos derivados considerados pelo justo valor produziram uma perda líquida no valor de 27,61 milhões de UC (2009: ganho líquido de 17,38 milhões de UC). Este valor inclui uma perda de 38,78 milhões de UC, atribuível a alterações do risco de crédito do Banco ocorridas durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 (2009: ganho de 37,31 milhões de UC). As variações do justo valor atribuíveis a alterações do risco de crédito do Banco são calculadas comparando os fluxos monetários descontados dos empréstimos contraídos considerados pelo justo valor como lucros ou perdas, utilizando o *spread* de crédito do Banco nos mercados líquidos relevantes para obrigações cotadas contra a LIBOR no início e no final do período relevante. O *spread* de crédito do Banco não foi aplicado no caso de variações do justo valor de empréstimos contraídos resgatáveis antecipadamente com uma data de resgate inferior a um ano.

Em relação aos empréstimos contraídos considerados pelo justo valor como lucros ou perdas em 31 de Dezembro de 2010, as perdas acumuladas não realizadas pelo justo valor até à data eram de 542,80 milhões de UC (2009: perdas de 300,38 milhões de UC).

NOTA N – CAPITAL PRÓPRIO

O capital próprio é composto por capital e reservas. Seguem-se mais detalhes sobre o mesmo:

Capital

O capital inclui subscrições dos países membros e ajustamentos cambiais acumulados sobre subscrições (CEAS). O Banco não está sujeito a qualquer exigência de capital imposta a nível externo.

Subscrições realizadas

As subscrições de acções do Banco são constituídas pela subscrição do capital inicial, por um aumento de capital voluntário, seis Aumentos gerais de capital (GCI) e um conjunto de aumentos de capital especiais para permitir que novos membros subcrevessem capital do Banco. O Quinto aumento geral de capital (GCI-V) foi aprovado pelo Conselho de Governadores do Banco no dia 29 de Maio de 1998 e efectivou-se a 30 de Setembro de 1999 mediante a ratificação dos estados-membros e a entrada em vigor das respectivas alterações aos Acordos de Constituição do Banco. O GCI-V aumentou o capital autorizado do Banco em 35%, de 1,62 para 2,187 milhões de acções com um valor nominal de 10.000 UC por acção. As acções do GCI-V, um total de 567.000, estão divididas em acções realizáveis e acções exigíveis, na proporção de seis% (6%) e noventa e quatro% (94%), respectivamente. As acções do GCI-V foram distribuídas por membros regionais e membros não regionais de forma a que, quando totalmente subscritas, os membros regionais deverão deter 60% do total do capital do Banco e os membros não regionais deverão deter os restantes 40%.

Antes do GCI-V, o capital subscrito estava dividido entre capital realizável e capital exigível, na proporção de 1 para 7. Após o GCI-V, o capital autorizado do Banco consiste em 10,81% de acções realizáveis e 89,19% de acções exigíveis.

Antes do Sexto aumento geral de capital (GCI-VI) e através das suas resoluções B/BG/2008/07 e B/BG/2009/05, o Conselho de Governadores autorizou dois aumentos de capital, na sequência dos quais o capital autorizado do Banco passou de 21 870 milhões de UC para 22 120 milhões de UC, com vista a permitir à República da Turquia e ao Grão-Ducado do Luxemburgo tornarem-se membros do Banco. A adesão destes dois países produzirá efeitos após a conclusão das formalidades previstas no Acordo de Constituição do Banco e nas Regras Gerais aplicáveis à admissão de países não regionais como membros do Banco. Em 31 de Dezembro de 2010, nenhum destes países tinha concluído estas formalidades.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, o Conselho de Administração apoiou uma proposta apresentada pelo Canadá e pela República da Coreia no sentido de subcreverem, temporariamente, capital exigível adicional correspondente a acções sem direito de voto do Banco no montante de 1,63 mil milhões de UC e 0,19 mil milhões de UC, respectivamente. Esta proposta foi aprovada pelo Conselho de Governadores em 22 de Fevereiro de 2010. Consequentemente, o capital social autorizado do Banco aumentará de 22.120 milhões de UC para 23.947 milhões de UC através da criação de mais 182.710 acções sem direito de voto. Nos termos da aprovação do Conselho de Governadores, este aumento temporário de capital efectivar-se-á em 1 de Janeiro de 2010 ou posteriormente, na data em que o Canadá e a República da Coreia tiverem ambos depositado junto do Banco um instrumento de subscrição de todas as acções adicionais. Em 31 de Dezembro de 2010, o Canadá e a República da Coreia tinham concluído as formalidades necessárias.

Aprovado pelo Conselho de Governadores do Banco em 27 de Maio de 2010, o GCI-VI aumentou o capital social autorizado do Banco de 23.947 milhões de UC para 67.687 milhões de UC com a emissão de 4.374.000 novas acções. As novas acções emitidas devem ser atribuídas a grupos regionais e não regionais em tais proporções que, quando totalmente subscritas, o grupo regional deterá 60% do capital social total e o grupo não regional 40%. As novas acções e as anteriores acima descritas serão divididas em acções realizáveis e acções exigíveis, na proporção de 6% e 94%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, o capital do Banco estava distribuído da seguinte forma:

(milhares de UC)	2010	2009
Capital autorizado (em acções de 10.000 UC cada)	67.687.460	22.120.000
Menos: capital não subscrito	(43.762.836)	(302.424)
Capital subscrito	23.924.624	21.817.576
Menos: capital exigível	(21.548.996)	(19.458.253)
Capital realizável	2.375.628	2.359.323
Acções a emitir após o pagamento de prestações futuras	(19.130)	(6.550)
Mais: montantes pagos antecipadamente	102	114
	2.356.600	2.352.887
Menos: montantes em atraso	(923)	(2.630)
Capital em 31 de Dezembro	2.355.677	2.350.257

Em 31 de Dezembro de 2010, estava incluído no total de acções não subscritas no valor de 43.762,84 milhões de UC um montante de 38,83 milhões de UC que representavam o saldo da participação da ex-República Federal Socialista da Jugoslávia (ex-Jugoslávia).

Como a ex-Jugoslávia deixou de existir enquanto estado perante a lei internacional, as suas acções (compostas por 38,83 milhões de UC em acções exigíveis e 4,86 milhões de UC em acções realizáveis) foram mantidas como acções depositadas no Banco, de acordo com o n.º 6 do artigo 6.º do Acordo do Banco. Em 2002, o Conselho de Administração do Banco aprovou a proposta de convidar cada um dos estados sucessores da ex-Jugoslávia a candidatar-se à aquisição do estatuto de membro do Banco, embora esse estatuto estivesse sujeito ao cumprimento de determinadas condições, incluindo a assunção *pro rata* do passivo contingente da ex-Jugoslávia perante o Banco, à data de 31 de Dezembro de 1992. No caso de um estado sucessor recusar ou por outro motivo não se tornar membro do Banco, a parcela *pro rata* das acções da ex-Jugoslávia, que poderia ter sido redistribuída ao estado sucessor, seria distribuída por outros membros não regionais do Banco interessados, de acordo com as condições definidas nas Regras de transmissão de acções. No entanto, os montantes resultantes dessa redistribuição serão transferidos para o estado sucessor. Além disso, dependendo da resposta dos estados sucessores, o Banco pode, ao abrigo das suas Regras de transmissão de acções, redistribuir as acções da ex-Jugoslávia por países membros não regionais interessados e creditar os montantes resultantes aos estados sucessores numa base *pro rata*. Em 2003, um dos estados sucessores declinou o convite de se candidatar à aquisição do estatuto de membro e, em contrapartida, ofereceu ao Banco a sua parcela *pro rata* dos montantes resultantes de qualquer redistribuição das acções da ex-Jugoslávia, como parte da sua Ajuda Oficial ao Desenvolvimento. O Banco aceitou a proposta.

Em 31 de Dezembro de 2010, as subscrições dos países membros e os seus poderes de voto eram os seguintes:

(Montantes em milhares de UC)

Paises membros	Total de acções	% do total de acções	Montante pago	Capital exigível	Número de votos	% do poder de voto
1 África do Sul	99.984	4,529	85.538	914.31	100.609	4,461
2 Angola	25.405	1,151	28.838	225.212	26.03	1,154
3 Argélia	87.354	3,957	95.357	778.21	87.979	3,901
4 Benim	4.245	0,192	4.818	37.633	4.87	0,216
5 Botsuana	46.633	2,112	52.925	413.405	47.258	2,096
6 Burquina Faso	9.307	0,422	10.92	82.155	9.932	0,440
7 Burundi	5.173	0,234	6.465	45.256	5.798	0,257
8 Cabo Verde	1.672	0,076	2.09	14.63	2.297	0,102
9 Camarões	22.628	1,025	25.216	200.371	22.69	1,006
10 Chade	1.641	0,074	2.052	14.36	2.266	0,100
11 Comores	484	0,022	566	4.25	1.078	0,048
12 Congo	9.875	0,447	11.59	10.45	87.17	0,466
13 Costa do Marfim	81.008	3,669	101.26	708.82	81.633	3,620
14 Egipto	111.829	5,065	126.92	991.37	112.454	4,986
15 Eritreia	2.003	0,091	2.506	17.522	2.628	0,117
16 Etiópia	34.778	1,575	39.47	308.31	35.403	1,570
17 Gabão	26.14	1,184	32.684	228.728	26.765	1,187
18 Gâmbia	3.341	0,151	3.765	29.523	3.869	0,172
19 Gana	49.674	2,250	54.992	441.751	50.299	2,230
20 Guiné	8.868	0,402	10.658	78.031	9.494	0,421
21 Guiné Equatorial	3.482	0,158	4.305	30.517	4.107	0,182
22 Guiné-Bissau	600	0,027	750	5.25	1.225	0,054
23 Jibuti	1.213	0,055	1.517	10.618	1.838	0,082
24 Lesoto	3.467	0,157	3.864	30.82	4.092	0,181
25 Libéria	4.23	0,192	5.287	37.017	4.855	0,215
26 Líbia	83.935	3,802	93.244	746.118	84.561	3,750
27 Madagáscar	14.162	0,641	16.07	125.55	14.787	0,656
28 Malavi	6.472	0,293	8.09	56.63	7.097	0,315
29 Mali	9.535	0,432	10.937	84.411	10.161	0,451
30 Marrocos	72.268	3,273	82.02	640.66	72.893	3,232
31 Maurícia	40.866	1,851	18.433	390.23	41.491	1,840
32 Mauritània	3.213	0,146	4.015	28.116	3.838	0,170
33 Moçambique	13.766	0,623	15.636	122.038	14.391	0,638
34 Namíbia	7.397	0,335	8.4	65.57	8.022	0,356
35 Níger	5.526	0,250	6.908	48.353	6.151	0,273
36 Nigéria	193.226	8,752	222.331	1.709.933	193.85	8,596
37 Quênia	31.707	1,436	35.99	281.08	32.332	1,434
38 República Centro-Africana	973	0,044	1.217	8.512	1.598	0,071
39 República Democrática do Congo	22.74	1,030	28.426	198.975	23.365	1,036
40 Ruanda	2.902	0,131	3.333	25.683	3.527	0,156
41 São Tomé e Príncipe	1.488	0,067	1.864	13.024	2.114	0,094
42 Seicheles	1.224	0,055	1.501	10.739	1.849	0,082
43 Senegal	21.891	0,991	25.374	193.471	22.46	0,996
44 Serra Leoa	5.298	0,240	6.623	46.361	5.923	0,263
45 Somália	1.941	0,088	2.427	16.986	2.566	0,114
46 Suazilândia	7.251	0,328	8.23	64.28	7.876	0,349
47 Sudão*	8.83	0,400	11.036	77.257	9.455	0,419
48 Tanzânia	17.86	0,809	20.685	157.927	18.486	0,820
49 Togo	3.452	0,156	4.314	30.201	4.077	0,181
50 Tunísia	30.492	1,381	34.61	270.31	31.117	1,380
51 Uganda	11.012	0,499	13.331	96.787	11.637	0,516
52 Zâmbia	27.459	1,244	31.462	243.142	28.085	1,245
53 Zimbabué	45.028	2,039	54.094	396.188	45.653	2,024
Total dos Regionais	1.336.948	60,555	1.484.956	11.883.767	1.369.331	60,718

* Os resultados do referendo realizado no Sudão do Sul em Janeiro de 2011 apoiaram a criação de um Estado independente do Sudão do Sul. Após a efectivação da divisão do actual Estado do Sudão em duas nações independentes em Julho de 2011, as subscrições e os poderes de voto afectos ao Sudão na presente demonstração serão divididos entre os dois Estados emergentes, nos termos acordados após a conclusão das negociações em curso entre representantes do Sudão do Norte e do Sudão do Sul.

Podem ocorrer ligeiras diferenças nos totais devido a arredondamentos.

(Montantes em milhares de UC)

Países membros	Total de acções	% do total de acções	Montante pago	Capital exigível	Número de votos	% do poder de voto
Total dos Regionais	1.336.948	60,555	1.484.956	11.883.767	1.369.331	60,718
54 Alemanha	89.631	4,060	89.74	806.57	90.256	4,002
55 Arábia Saudita	4.212	0,191	4	37.9	4.837	0,214
56 Argentina	5.847	0,265	6.108	52.364	6.472	0,287
57 Áustria	9.707	0,440	10	87.35	10.332	0,458
58 Bélgica	13.958	0,632	14	125.6	14.583	0,647
59 Brasil	9.674	0,438	9.7	87.036	10.299	0,457
60 Canadá*	81.648	3,698	82	2.367.690	82.273	3,648
61 China	24.3	1,101	24	218.67	24.925	1,105
62 Coreia*	9.707	0,440	9.72	281.49	10.332	0,458
63 Dinamarca	25.168	1,140	25.2	226.48	25.793	1,144
64 Espanha	23.034	1,043	22	208.47	23.659	1,049
65 Estados Unidos da América	144.053	6,525	144.585	1.295.949	144.678	6,415
66 Finlândia	10.627	0,481	11	95.63	11.252	0,499
67 França	81.648	3,698	81.75	734.73	82.273	3,648
68 Índia	4.86	0,220	4.87	43.73	5.485	0,243
69 Itália	52.644	2,384	52.71	473.73	53.269	2,362
70 Japão	119.4	5,408	119.55	1.074.450	120.025	5,322
71 Koweit	9.707	0,440	10	87.35	10.332	0,458
72 Noruega	25.168	1,140	25.2	226.48	25.793	1,144
73 Países Baixos	18.633	0,844	17.889	168.45	19.258	0,854
74 Portugal	5.23	0,237	5.32	46.98	5.855	0,260
75 Reino Unido	36.554	1,656	36.6	328.94	37.179	1,649
76 Suécia	33.592	1,521	33.63	302.29	34.217	1,517
77 Suíça	31.882	1,444	31.92	286.9	32.507	1,441
Total dos Não Regionais	870.884	39,445	870.721	9.665.229	885.884	39,282
Total global	2.207.832	100,000	2.355.677	21.548.996	2.255.215	100,000

* Estão incluídos no capital exigível dos governos do Canadá e da Coreia os montantes de 1.632,96 milhões de UC e 194,14 milhões de UC, respectivamente, representando os lotes de 163.296 e 19.414 de acções sem direito de voto.

Podem ocorrer ligeiras diferenças nos totais devido a arredondamentos.

Ajustamento cambial acumulado das subscrições (CEAS)

Antes do Quarto aumento geral de capital (GCI-IV), os pagamentos referentes à parcela do capital subscrito pelos países membros não regionais eram fixados em termos das suas moedas nacionais. No âmbito do GCI-IV, os pagamentos efectuados por membros regionais e não regionais em dólares americanos eram fixados a uma taxa de câmbio de 1 UC = 1,20635 USD. Esta taxa representa a relação entre o dólar americano e os DSE imediatamente antes da introdução do método de avaliação dos DSE com base num cabaz de moedas em 1 de Julho de 1974 (DSE 1974). Como resultado dessas práticas, quando fossem recebidos esses pagamentos, poderiam surgir perdas ou ganhos pela conversão destas moedas em UC. Essas diferenças resultantes da conversão são inscritas na conta de Ajustamento cambial acumulado das subscrições.

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, o ajustamento cambial acumulado das subscrições era o seguinte:

(milhares de UC)	2010	2009
Saldo em 1 de Janeiro	161.970	161.028
Perdas de conversão líquidas em novas subscrições	602	942
Saldo em 31 de Dezembro	162.572	161.970

Reservas

As reservas consistem nos lucros obtidos e em ganhos e perdas de justo valor com investimentos disponíveis para venda.

Lucros obtidos

Os lucros obtidos incluem os rendimentos líquidos do exercício findo, após a dedução das transferências aprovadas pelo Conselho de Governadores, e as despesas líquidas reconhecidas directamente no capital.

Os movimentos dos lucros obtidos, durante 2009 e 2010, foram os seguintes:

(milhares de UC)

Saldo em 1 de Janeiro de 2009	2.460.137
Rendimento líquido do exercício de 2009	68.480
Ganhos líquidos reconhecidos directamente no capital	27.774
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	2.556.391
Rendimento líquido do exercício actual	67.293
Perdas líquidas reconhecidas directamente no capital	(568)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	2.623.116

Em Maio de 2010, o Conselho de Governadores do Banco aprovou a transferência, do rendimento obtido no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, de um montante de 27,75 mil milhões de UC (2009: 23,98 milhões de UC) para a conta de superávit e de 146,37 milhões de UC (2009: 162,68 milhões de UC) para distribuição a determinadas entidades para fins de desenvolvimento.

Desde 2006, as transferências para entidades para fins de desenvolvimento, aprovadas pelo Conselho de Governadores, são consideradas despesas na demonstração de resultados do exercício em que essas transferências foram aprovadas.

Os movimentos da conta de superávit em 2009 e 2010 foram os seguintes:

(milhares de UC)

Saldo em 1 de Janeiro de 2009	2.798
Alocação do rendimento líquido de 2008	23.980
Saldo em 31 de Dezembro de 2009 e 1 de Janeiro de 2010	26.778
Alocação do rendimento líquido de 2009	27.750
Distribuição à African Water Facility	(10.000)
Distribuição à Fundação Africana para o Reforço de Capacidades	(7.711)
Distribuição ao Centro regional de ajuda técnica em África (AFRITAC)	(4.819)
Distribuição à African Training and Management Services (ATMS)	(2.193)
Distribuição à Debt Management Facility	(643)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	29.162

As transferências para entidades para efeitos de desenvolvimento, incluindo as retiradas da conta de superávit, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, foram as seguintes:

(milhares de UC)	2010	2009
Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD)	50.000	25.000
Assistência Pós-Conflito – RDC	66.000	65.680
Fundo de assistência técnica aos países de rendimento médio	5.000	10.000
Facilidade de apoio a países frágeis	-	60.000
Fundo de assistência ao sector privado africano	-	2.000
African Water Facility	10.000	-
Fundação Africana para o Reforço de Capacidades	7.711	-
Centro regional de ajuda técnica em África (AFRITAC)	4.819	-
African Training and Management Services (ATMS)	2.193	-
Debt Management Facility	643	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	146.366	162.680

Ganhos/(perdas) de justo valor com investimentos disponíveis para venda

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, os ganhos e perdas de justo valor com investimentos disponíveis para venda eram os seguintes:

(milhares de UC)	2010	2009
Saldo em 1 de Janeiro	(3.428)	15.335
Ganhos/(perdas) líquidos do ano	7.594	(18.763)
Saldo em 31 de Dezembro	4.166	(3.428)

NOTA O - RENDIMENTO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E DE INVESTIMENTOS E RESPECTIVOS DERIVADOS

Rendimento de empréstimos concedidos

O rendimento de empréstimos concedidos para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 foi o seguinte:

(milhares de UC)	2010	2009
Rendimento em juros sobre empréstimos concedidos sem imparidades	261.905	268.299
Rendimento em juros sobre empréstimos concedidos com imparidades	22.967	16.298
Taxas de compromisso	8.200	3.305
Comissão estatutária	287	337
Total	293.359	288.239

Rendimento de investimentos e respectivos derivados

O rendimento de investimentos para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 foi o seguinte:

(milhares de UC)	2010	2009
Rendimento em juros	258.127	207.713
(Perdas)/ganhos realizados e não realizados ao justo valor	(38.908)	15.242
Total	219.219	222.955

O rendimento total em juros recebidos de investimentos ao custo amortizado referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 foi de 133,23 milhões de UC (2009: 122,71 milhões de UC).

NOTA P - ENCARGOS COM EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS**Juros e custos de contratação amortizados**

Os juros e os custos de contratação amortizados dos empréstimos contraídos referentes aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 foram os seguintes:

(milhares de UC)	2010	2009
Encargos cobrados a emissores de obrigações	316.837	299.298
Amortização de custos de contratação	(13.796)	7.023
Total	303.041	306.321

O total de despesas com juros sobre os passivos financeiros não consideradas ao justo valor como lucros ou perdas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 foi de 68,02 milhões de UC (2009: 79,23 milhões de UC).

Juros líquidos sobre derivados relacionados com os empréstimos contraídos

Os juros líquidos sobre derivados relacionados com os empréstimos contraídos referentes aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 foram os seguintes:

(milhares de UC)	2010	2009
Juros sobre derivados a pagar	168.414	230.105
Juros sobre derivados a receber	(294.679)	(303.389)
Total	(126.265)	(73.284)

(Perdas)/ganhos não realizados sobre empréstimos contraídos e respectivos derivados considerados pelo justo valor

Os ganhos não realizados sobre empréstimos contraídos e respectivos derivados considerados pelo justo valor, relativos aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, foram os seguintes:

(milhares de UC)	2010	2009
Empréstimos pelo justo valor	(242.423)	124.833
Swaps multicambiais	129.021	(48.498)
Swaps de taxa de juro	85.791	(58.955)
Total	(27.611)	17.380

Perdas não realizadas com derivados de empréstimos contraídos e outros não considerados pelo justo valor

As perdas não realizadas líquidas com derivados de empréstimos contraídos e outros não considerados pelo justo valor, relativos aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, foram as seguintes:

(milhares de UC)	2010	2009
Swaps de taxa de juro	(29.467)	4.378
Swaps multicambiais	13.542	(25.446)
Swaps de cobertura global	542	(80)
Derivados embutidos	2.055	845
Total	(13.328)	(20.303)

NOTA Q - DESPESAS ADMINISTRATIVAS

O total das despesas administrativas diz respeito a despesas incorridas em nome do FAD, do FFN e das operações do próprio Banco. O FAD e o FFN reembolsam o Banco pela sua parcela do total das despesas administrativas, com base numa fórmula acordada de repartição de custos, que é influenciada essencialmente por determinados indicadores seleccionados da actividade operacional, no caso das despesas operacionais, e da dimensão relativa dos balanços, no caso das despesas não operacionais. No entanto, as despesas atribuídas ao FFN não deverão exceder 20% do rendimento bruto do FFN.

As despesas administrativas incluem:

(milhares de UC)	2010	2009
Despesas com o pessoal	178.975	170.632
Outras despesas gerais	60.448	50.876
Total	239.423	221.508
Reembolsável pelo FAD	(163.960)	(157.649)
Reembolsável pelo FFN	(467)	(802)
Líquido	74.996	63.057

Nas despesas administrativas gerais está incluído um montante de 6,42 milhões de UC (2009: 5,75 milhões de UC) correspondente a despesas incorridas no âmbito dos contratos de locação operacional dos escritórios na Tunísia e em outros países membros regionais.

À data do balanço, o Banco detinha compromissos vincendos em locações operacionais com os seguintes vencimentos:

(milhares de UC)	2010	2009
Até um ano	6.599	5.657
Entre o segundo e o quinto ano, inclusive	13.107	10.234
Total	19.706	15.891

As locações são geralmente negociadas para um prazo médio de vencimento de 1 (um) a 3 (três) anos e os arrendamentos são fixados com uma média de 1 (um) ano. As locações podem ser prolongadas por períodos não superiores ao prazo original das mesmas.

NOTA R - BENEFÍCIOS DOS FUNCIONÁRIOS

Plano de Aposentação do Pessoal

O Plano de Aposentação do Pessoal (PAP), um plano de benefícios constituído pelo Conselho de Governadores ao abrigo da Resolução 05-89 de 30 de Maio de 1989, efectivou-se em 31 de Dezembro de 1989, na sequência do encerramento do Fundo de Previdência do Pessoal. Tal como está definido pelas políticas de contratação, todas as pessoas empregadas pelo Banco a tempo inteiro são elegíveis para participar no PAP, a partir do momento em que completem 6 meses de serviço sem interrupção superior a 30 dias.

O PAP é administrado como um fundo autónomo por uma comissão de curadores nomeados pelo Banco em representação dos seus funcionários. Em Novembro de 2004, o Conselho de Administração do Banco aprovou algumas revisões ao PAP, que incluíram a simplificação do cálculo da taxa de contribuição do funcionário, uma referência mais explícita à responsabilidade e aos direitos residuais do Banco enquanto patrocinador do PAP, alterações aos benefícios para filhos sobreviventes e um aumento da taxa de acumulação da pensão de 2% para 2,5% por cada ano de serviço. O custo anterior do serviço inerente a estas alterações foi registado em 2004 e ascendeu a 1,64 milhões de UC. Novos membros dos escritórios locais de representação do Banco aderiram ao Plano em 2007 e o custo anterior do serviço inerente a estas adesões, no valor de 1,07 milhões de UC, foi registado nas demonstrações financeiras de 2007.

Em 2008, as disposições relativas a reformas antecipadas e a prestações por morte do cônjuge foram modificadas, resultando num custo de serviço anterior negativo de 8,12 milhões de UC, que foi imediatamente reconhecido. Ao abrigo do PAP revisto, os funcionários contribuem com uma taxa de 9% sobre o salário base. Foi eliminado um factor fiscal que estava incluído na base de cálculo da contribuição do PAP anterior. O Banco contribui normalmente com o dobro da contribuição do funcionário, mas essa contribuição pode variar em função dos resultados das valorizações actuariais anuais.

Todas as contribuições para o PAP são irrevogáveis e são mantidas pelo Banco separadamente num fundo de pensões, que será utilizado de acordo com as disposições do PAP. Nem as contribuições, nem qualquer rendimento das mesmas serão utilizados ou desviados para fins que não sejam o benefício exclusivo dos participantes activos e aposentados ou dos seus beneficiários ou legados, ou para o cumprimento das responsabilidades do PAP. Em 31 de Dezembro de 2010, praticamente todos os investimentos do PAP estavam sob gestão externa e estavam investidos em fundos indexados, com os seguintes objectivos: a) carteira de acções – acompanhar tanto quanto possível os rendimentos do Índice Morgan Stanley Capital International World, bem como fazer a cobertura da exposição cambial das responsabilidades futuras previsíveis do PAP; b) carteira de obrigações – acompanhar tanto quanto possível os rendimentos do Índice Citigroup World Government Bond, bem como fazer a cobertura cambial das responsabilidades futuras previsíveis do PAP.

Plano de Benefícios de Saúde pós-emprego

O Plano de Benefícios de Saúde (PBS) foi criado pelas resoluções B/BD/2002/17 e F/BD/2002/18 do Conselho de Administração, de 17 de Julho de 2002, tendo entrado em vigor em 1 de Janeiro de 2003. No âmbito do PBS, todos os membros do plano, incluindo o pessoal e os aposentados, contribuem com uma percentagem do seu salário ou pensão enquanto o Banco contribui com o dobro da contribuição do pessoal para financiar o PBS. As taxas de contribuição dos funcionários e dos aposentados, que se baseiam no estado civil e no número de crianças elegíveis, variam entre 0,7% e um máximo de 3,1% do salário ou da pensão. A gestão e as actividades do PBS é supervisionada por uma comissão do PBS composta por responsáveis seleccionados do Banco e por representantes da associação dos aposentados e do pessoal. As contribuições do Banco, do pessoal e dos aposentados são depositadas numa conta fiduciária. De acordo com a directiva que institui o plano, todos os membros do plano, incluindo o pessoal e os aposentados, podem usufruir dos serviços a que os próprios e os dependentes reconhecidos têm direito.

As despesas com pensões e com benefícios de saúde referentes a 2010 e 2009, incorridas conjuntamente pelo Banco, pelo FAD e pelo FFN (o Grupo do Banco), incluíam:

(milhões de UC)

	Plano de Aposentação do Pessoal		Plano de Benefícios de Saúde	
	2010	2009	2010	2009
Custo efectivo do serviço - bruto	22,65	18,99	7,28	6,23
Menos: contribuições dos funcionários estimadas	(6,56)	(5,41)	(1,73)	(1,60)
Custo líquido efectivo do serviço	16,09	13,58	5,55	4,63
Custo em juros	14,96	14,24	3,59	3,94
Rendimento esperado dos activos do plano	(18,40)	(13,52)	(0,56)	(0,47)
Despesas do exercício	12,65	14,30	8,58	8,10

Em 31 de Dezembro de 2010, o Grupo do Banco não tinha responsabilidades com o PAP (2009: responsabilidade de 2,43 milhões de UC), enquanto a responsabilidade em termos de benefícios de saúde pós-emprego no âmbito do PBS ascendia a 55,55 milhões de UC (2009: 51,41 milhões de UC).

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, essas responsabilidades, que estão incluídas na rubrica do balanço “Outros credores”, eram as seguintes:

(milhões de UC)

	Plano de Aposentação do Pessoal		Plano de Benefícios de Saúde	
	2010	2009	2010	2009
Justo valor dos activos do plano:				
Valor de mercado dos activos do plano no início do exercício	302,25	210,29	15,68	11,53
Rendimento efectivo dos activos	31,48	42,41	(0,23)	0,03
Contribuição dos funcionários	16,62	53,56	3,46	3,20
Contribuição dos participantes efectivos no plano durante o exercício	7,14	6,53	1,73	1,60
Benefícios pagos	(12,09)	(10,54)	(1,97)	(0,68)
Valor de mercado dos activos do plano no final do exercício	345,40	302,25	18,67	15,68
Valor actual da responsabilidade com o respectivo benefício:				
Responsabilidade com o benefício no início do exercício	304,68	271,61	67,09	69,60
Custo efectivo do serviço	16,09	13,58	5,55	4,63
Contribuições dos funcionários	7,14	6,53	1,73	1,60
Custo em juros	14,96	14,24	3,59	3,94
Perda/(ganho) actuarial	7,47	9,26	(1,77)	(12,00)
Benefícios pagos	(12,09)	(10,54)	(1,97)	(0,68)
Responsabilidade com o benefício no final do exercício	338,25	304,68	74,22	67,09
Situação do financiamento:				
Responsabilidade reconhecida no balanço em 31 de Dezembro, representando o benefício que excede o activo do plano	-	(2,43)	(55,55)	(51,41)

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 não existiam custos de serviço anteriores não reconhecidos. Em 31 de Dezembro de 2010, as perdas actuariais líquidas reconhecidas directamente no capital através de outros rendimentos globais para o PAP ascendiam a 77,32 milhões de UC (2009: 75,78 milhões de UC). Os ganhos actuariais líquidos reconhecidos directamente no capital através de outros rendimentos globais para o PBS ascendiam a 0,84 milhões de UC (2009: perdas de 0,13 milhões de UC).

De seguida apresenta-se uma síntese da situação do financiamento do PAP no final dos últimos cinco anos fiscais:

(milhões de UC)	2010	2009	2008	2007	2006
Plano de Aposentação do Pessoal:					
Justo valor dos activos do plano	345,40	302,25	210,29	254,98	199,48
Valor actual da responsabilidade com o respectivo benefício	338,25	(304,68)	(271,61)	(262,35)	(233,88)
Financiamento do excesso/(défice)	7,15	(2,43)	(61,32)	(7,37)	(34,40)
Ajustamentos experimentais aos activos do plano	(41,48)	(47,40)	(76,36)	0,90	3,45
Ajustamentos experimentais às responsabilidades do plano	(35,84)	(28,38)	(19,12)	(23,95)	(17,95)
Líquido	(77,32)	(75,78)	(95,48)	(23,05)	(14,50)

A situação de financiamento do Plano de Benefícios de Saúde no final dos cinco últimos anos fiscais era a seguinte:

(milhões de UC)	2010	2009	2008	2007	2006
Plano de Benefícios de Saúde:					
Justo valor dos activos do plano	18,67	15,67	11,53	9,04	7,00
Valor actual da responsabilidade com o respectivo benefício	(74,22)	(67,08)	(69,60)	(49,80)	(42,86)
Financiamento do défice	(55,55)	(51,41)	(58,07)	(40,76)	(35,86)
Ajustamentos experimentais aos activos do plano	(1,22)	(0,43)	0,01	0,13	(0,01)
Ajustamentos experimentais às responsabilidades do plano	2,05	0,30	(11,71)	1,19	3,56
Líquido	0,83	(0,13)	(11,70)	1,32	3,55

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, os pressupostos utilizados nas valorizações actuariais disponíveis mais recentes eram os seguintes:

(Porcentagens)

	Plano de Aposentação do Pessoal		Plano de Benefícios de Saúde	
	2010	2009	2010	2009
Taxa de desconto	5,24	5,00	5,24	5,00
Rendimento esperado dos activos do plano	6,40	6,00	2,95	3,20
Taxa de crescimento dos salários	3,70	3,70	3,70	3,70
Crescimento futuro das pensões	2,20	2,20		
Taxa de crescimento do custo com cuidados de saúde				
– no final do ano fiscal			8,00	8,00
– última taxa de crescimento do custo com cuidados básicos de saúde			5,00	5,00
Ano em que é atingida a última taxa de crescimento do custo com cuidados de saúde			2014	2012

O rendimento esperado dos activos do plano é uma média dos rendimentos esperados no longo prazo (10 ou mais anos) dos títulos de dívida e dos títulos de capital, ponderada pela distribuição na carteira. Os rendimentos das classes de activos são obtidos em função dos rendimentos históricos, bem como das expectativas futuras. As expectativas sobre os rendimentos das acções baseiam-se geralmente na conjugação da inflação esperada com as expectativas sobre o crescimento real dos rendimentos e com o rendimento dos dividendos esperado no longo prazo. As expectativas sobre os rendimentos das obrigações baseiam-se na conjugação da inflação esperada com o rendimento real das obrigações e com o prémio de risco. A taxa de desconto utilizada para determinar a responsabilidade sobre o benefício é seleccionada com referência às taxas de longo prazo no final do ano das obrigações de empresas com notação AAA.

O pressuposto relativo à inflação dos custos com saúde é a taxa de aumento do custo da prestação dos benefícios de saúde. Esta taxa é influenciada por um vasto leque de factores, tais como as tendências económicas, a evolução da medicina e a utilização dos pacientes. Para efeitos destes cálculos, parte-se do pressuposto de que a taxa de inflação inicial dos custos com saúde é de 8% ao ano entre 1 de Janeiro de 2011 e 31 de Dezembro de 2011, sofrendo daí em diante uma redução de 1% ao ano todos os anos, até atingir 5% ao ano, momento a partir do qual será utilizada uma taxa constante de 5% ao ano. De acordo com o pressuposto actual, esta taxa constante de 5% ao ano será atingida em 1 de Janeiro de 2014.

A obrigação e os custos dos benefícios de saúde pós-aposentação imputáveis ao Banco são extremamente sensíveis a pressu-
postos no que respeita à inflação dos custos com saúde.

O quadro seguinte mostra os efeitos da variação de um ponto percentual na taxa de crescimento assumida do custo dos cui-
dados de saúde:

(milhões de UC)

	Aumento de 1%		Redução de 1%	
	2010	2009	2010	2009
Efeito sobre o custo total do serviço e dos juros	2,238	2,549	(1,727)	(1,957)
Efeito sobre as responsabilidades com os benefícios pós-aposentação	15,761	14,543	(12,541)	(11,576)

Não são investidos quaisquer activos do plano nos instrumentos financeiros do próprio Banco, nem em qualquer propriedade
ocupada pelo Banco, nem noutros activos utilizados pelo Banco.

O quadro seguinte apresenta a alocação de activos média ponderada do Plano de Aposentação do Pessoal em 31 de Dezembro
de 2010 e de 2009:

(milhares de UC)

	2010	2009
Títulos de dívida	136.455	132.989
Títulos de capital	171.912	93.697
Propriedades	17.213	30.225
Outros	19.818	45.337
Total	345.398	302.248

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, todos os activos do PBS estavam investidos essencialmente em depósitos a prazo.

As estimativas do Banco em relação às contribuições que espera efectuar para o PAP e para o PBS no exercício que findará em
31 de Dezembro de 2011 são de 14,44 milhões de UC e de 3,74 milhões de UC, respectivamente.

NOTA 5 - ENTIDADES TERCEIRAS

Foram identificadas as seguintes entidades terceiras:

O Banco concede ou garante empréstimos a alguns dos seus membros, que são também seus accionistas, e contrai emprésti-
mos de fundos junto dos mercados de capitais nos territórios de alguns dos seus accionistas. Enquanto instituição multilateral
de desenvolvimento com um conjunto de membros que inclui 53 estados africanos e 24 estados não africanos (os “membros
regionais” e os “membros não regionais”, respectivamente), as subscrições do capital do Banco são efectuadas por todos os
seus membros. Todos os poderes do Banco estão delegados no Conselho de Governadores, constituído pelos Governadores
nomeados por cada membro do Banco, os quais exercem o poder de voto do país membro que os nomeou. As subscrições e
os poderes de voto dos países membros são descritos na Nota N. O Conselho de Administração, que é composto por 20 (vinte)
administradores eleitos pelos países membros, é responsável pela condução de todas as operações do Banco e, para tal, exerce
todos os poderes que lhe foram delegados pelo Conselho de Governadores. O Banco também concede ou garante empréstimos
a determinados organismos dos seus países membros regionais e a empresas públicas e privadas que operam nesses países.
Esses empréstimos são aprovados pelo Conselho de Administração.

Além destes recursos ordinários, o Banco administra os recursos de outras entidades, no âmbito de acordos especiais. Neste contexto, o Banco administra os recursos do FAD. Além disso, o Banco administra diversos fundos especiais e fundos fiduciários, os quais têm objectivos que são consistentes com os de promoção do desenvolvimento económico e do progresso social dos seus países membros regionais. É neste enquadramento que o Banco administra o FFN, bem como determinados fundos de doadores multilaterais e bilaterais criados sob a forma de subsídios.

O FAD foi constituído na sequência de um acordo estabelecido entre o Banco e determinados países. Todas as operações do FAD são conduzidas por um Conselho de Administração com 14 membros, 7 dos quais são seleccionados pelo Banco. O Banco exerce 50% dos poderes de voto no FAD e o Presidente do Banco é o Presidente *ex officio* do Fundo. No desempenho das suas funções, o FAD utiliza os escritórios de representação, o pessoal, a organização, os serviços e as instalações do Banco, reembolsando-o para tal com base numa fórmula acordada de partilha de custos, determinada em grande medida pelo número de programas e de projectos executados durante o exercício.

O investimento do Banco no FAD está incluído na rubrica “Participações de capital” e é divulgado na NOTA J. Além do montante registado como participação de capital, o Banco faz alocações periódicas dos seus rendimentos para o Fundo a fim de promover os seus objectivos. As alocações de rendimento líquido efectuadas pelo Banco ao FAD são registadas na rubrica “Outros recursos”, nas demonstrações financeiras do Fundo. Em 2010, a alocação de rendimento líquido ao Fundo ascendeu a 50 milhões de UC (2009: 25 milhões de UC).

O FFN é um fundo especial administrado pelo Banco com recursos contribuídos pela Nigéria. O Conselho de Administração do BAD conduz todas as operações do FFN com base nas condições do Acordo do FFN e, a esse respeito, o Banco consulta o Governo da Nigéria. O FFN também utiliza os escritórios de representação, o pessoal, a organização, os serviços e as instalações do Banco, reembolsando-o pela sua parcela de despesas administrativas por essa utilização. A parcela de despesas administrativas reembolsadas pelo FAD e pelo FFN ao Banco é divulgada na Nota Q.

Os recursos sob a forma de subsídios administrados pelo Banco em nome de outros doadores, incluindo dos seus países membros, organismos e outras entidades, são geralmente condicionados a utilizações específicas, como o co-financiamento dos projectos de concessão de crédito do Banco, operações de redução de dívidas e assistência técnica aos mutuários, incluindo estudos de viabilidade. Na Nota W-5 são divulgados mais detalhes sobre o saldo pendente desses fundos à data de 31 de Dezembro de 2010 e de 2009.

O Banco também administra o PAP e o PBS. As actividades do PAP e do PBS são divulgadas na Nota R.

Retribuição dos gestores

As retribuições pagas aos gestores e aos directores executivos do Banco, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, foram distribuídas da seguinte forma:

(milhares de UC)	2010	2009
Salários	16.989	15.827
Benefícios na rescisão e outros benefícios	5.629	5.760
Contribuições para o plano de aposentação e de cuidados médicos	3.823	3.523
Total	26.441	25.110

O Banco também pode conceder empréstimos pessoais e adiantamentos ao seu pessoal, incluindo aos gestores. Esses empréstimos e adiantamentos, garantidos pelos benefícios de rescisão a pagar aquando da saída do Banco, são concedidos de acordo com as normas e regulamentos do Banco. Em 31 de Dezembro de 2010, os saldos não liquidados em empréstimos e adiantamentos aos gestores ascendiam a 4,77 milhões de UC (2009). 3,67 milhões de UC). Durante o ano, não foi reconhecida qualquer despesa por imparidade de créditos sobre entidades terceiras.

NOTA T – RELATO POR SEGMENTOS

O Banco é uma instituição financeira de desenvolvimento multilateral dedicada ao progresso económico e social dos seus países membros regionais. Os produtos e serviços do Banco são similares e estão estruturados e distribuídos de uma forma razoavelmente uniforme entre os mutuários.

Tendo por base a avaliação das operações do Banco, a Administração determinou que o BAD tem apenas um segmento relatable, dado que o Banco não gere as suas operações, alocando recursos com base na determinação da contribuição de mutuários individuais para o rendimento líquido.

Os produtos e serviços que geram receitas para o Banco são essencialmente empréstimos, investimentos em títulos do tesouro e investimentos de capital.

As receitas externas referentes aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 estão distribuídas da seguinte forma:

(milhares de UC)	2010	2009
Rendimento dos juros dos empréstimos:		
Empréstimos de taxa fixa	177.928	164.747
Empréstimos de taxa variável	31.787	79.098
Empréstimos de taxa flutuante	75.156	40.752
	284.871	284.597
Taxas de compromisso e comissões	8.488	3.642
Rendimento total dos empréstimos	293.359	288.239
Rendimento de investimentos	219.219	222.955
Rendimento de outros títulos de dívida	6.737	7.684
Outros rendimentos	(1.725)	7.338
Receita externa total	517.590	526.216

As receitas resultantes de transacções com um único país mutuário do Banco, no montante de 67,54 milhões de UC, ultrapassaram 10% das receitas do Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010. 65,96 milhões de UC).

Para efeitos de gestão interna, as actividades de desenvolvimento do Banco estão divididas em cinco sub-regiões do continente africano, nomeadamente: África Central, África Oriental, África Setentrional, África Austral e África Ocidental. As actividades que envolvem mais do que um país do continente africano são descritas como actividades multinacionais. Os investimentos em títulos do tesouro são efectuados sobretudo fora do continente africano e, como tal, não se encontram incluídos no quadro abaixo. A apresentação das informações com base nas áreas geográficas acima indicadas distribui os rendimentos pela localização dos clientes.

As informações geográficas sobre o rendimento de empréstimos para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 são as seguintes:

(milhares de UC)

	África Central	África Oriental	África Setentrional	África Austral	África Ocidental	Multinacionais	Total
2010							
Rendimento de empréstimos garantidos por estados soberanos	75.410	5.328	92.376	41.046	10.028	699	224.887
Rendimento de empréstimos não garantidos por estados soberanos	2.881	5.060	6.280	28.996	13.079	12.176	68.472
	78.291	10.388	98.656	70.042	23.107	12.875	293.359
2009							
Rendimento de empréstimos garantidos por estados soberanos	76.516	6.697	102.829	30.265	18.929	1.163	236.399
Rendimento de empréstimos não garantidos por estados soberanos	2.761	2.226	2.706	30.386	7.797	5.964	51.840
	79.277	8.923	105.535	60.651	26.726	7.127	288.239

Em 31 de Dezembro de 2010, os terrenos e edifícios pertencentes ao Banco estavam sobretudo localizados na sua sede em Abidjan, na Costa do Marfim. Mais de 90% de outros activos fixos e incorpóreos estavam localizados nas Instalações Temporárias de Relocalização do Banco em Tunes, na Tunísia.

NOTA U – FACTOS OCORRIDOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Sudão: em cumprimento das cláusulas dispostas no Acordo de Paz Global (APG) assinado no final da guerra civil que assolou a República Islâmica do Sudão em 2005, foi realizado um referendo no Sudão do Sul em Janeiro de 2011, por forma a decidir sobre a proclamação da independência deste território em relação ao Sudão do Norte. No referendo, cujo resultado foi anunciado em 7 de Fevereiro de 2011, a população do Sudão do Sul manifestou a sua vontade de separação e proclamação de um Estado independente. A separação deverá tornar-se efectiva em Julho de 2011. Para o Banco, a separação terá impacto nos respectivos direitos e obrigações dos dois Estados no que diz respeito aos empréstimos concedidos pelo Banco ao Sudão e actualmente indicados na Nota D, bem como nas subscrições do capital social do Banco pelo Sudão e actualmente indicadas na Demonstração de subscrições incluída na Nota N das presentes demonstrações financeiras, as quais integram o pacote de negociações entre os representantes do Sudão do Norte e do Sudão do Sul. Apesar de este facto não ajustado poder vir a ter efeitos sobre a declaração de empréstimos e sobre a demonstração de subscrições e direitos de voto, não se espera que venha a ter um impacto sobre a posição ou desempenho financeiro global do Banco.

Desenvolvimentos sociopolíticos significativos: posteriormente à data do balanço, vários países membros mutuários do Banco passaram por alterações e agitações sociopolíticas significativas, nomeadamente a Tunísia, o Egipto, a Líbia e a Costa do Marfim. O Banco não tem exposições de empréstimos à Líbia, mas tem exposições significativas ao Egipto e à Tunísia. A exposição à Costa do Marfim é relativamente pequena. Tendo em conta que a Agência Temporária de Relocalização a partir da qual os assuntos do Banco são geridos se encontra na Tunísia, os acontecimentos no país têm também implicações ao nível da continuidade de negócio para o Banco. Neste sentido, a Direcção e o Conselho de Administração do Banco acompanham continuamente a situação e, caso ocorra uma degradação significativa das condições de segurança, serão adoptadas as medidas adequadas previstas no Plano de continuidade de negócio do Banco (o qual foi testado atempadamente) a fim de assegurar a segurança e o bem-estar dos responsáveis e do pessoal do Banco e a continuidade dos serviços e actividades essenciais, incluindo a regularização imediata de todas as obrigações vincendas.

O Egipto e a Tunísia honraram todos os seus compromissos com vencimento posterior à data do balanço. Além disso, o Banco analisou as exposições ao Egipto e à Tunísia, tendo mantido conversações com os governos provisórios dos dois países. Os dois países reafirmaram a sua vontade de continuar a honrar integralmente as suas obrigações para com o Banco. Em 31 de Dezembro de 2010, o valor total das exposições do Banco à Tunísia associadas ao desenvolvimento (incluindo empresas do sector privado no país) ascendia a 1.349 milhões de UC. No caso do Egipto, o valor total em 31 de Dezembro de 2010 era de 830 milhões de UC. O Banco possui igualmente o compromisso de prestar ajuda financeira ao desenvolvimento dos países para ajudar a resolver as causas económicas subjacentes às agitações. Além disso, o Banco realizou análises detalhadas, incluindo testes de esforço quando necessário, das suas exposições no Norte de África, particularmente das exposições à Tunísia e ao Egipto, tendo concluído, com base nos resultados dessas análises, que não se justificam quaisquer provisões para imparidades ou ajustamentos adicionais em virtude desses acontecimentos.

Com base numa análise dos factos e circunstâncias que afectaram a Costa do Marfim após a data do balanço, foi reconhecida uma provisão para imparidades nos empréstimos com garantia soberana do país para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010. A exposição do Banco à Costa do Marfim (incluindo empresas do sector privado no país) após a provisão para imparidades ascendia a 37,54 milhões de UC.

NOTA V - APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 30 de Março de 2011, o Conselho de Administração autorizou o envio das presentes demonstrações financeiras ao Conselho de Governadores. As demonstrações financeiras deverão ser aprovadas pelo Conselho de Governadores na sua Assembleia Anual, em Junho de 2011.

NOTA W – INFORMAÇÕES ADICIONAIS

NOTA W-1: TAXAS DE CÂMBIO

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, as taxas utilizadas para a conversão das moedas em Unidades de Conta eram as seguintes:

		2010	2009
1 UC = DSE =	Birr etíope	25,608700	20,285000
	Cedi ganês	2,220530	2,247990
	Coroa dinamarquesa	8,644690	8,106880
	Coroa norueguesa	9,067420	9,056080
	Coroa sueca	10,476100	11,307000
	Dalasi gambiano	43,028400	42,698100
	Dinar argelino	113,937000	115,023000
	Dinar koweitiano	0,432133	0,449610
	Dinar líbio	1,932400	1,932370
	Dinar tunisino	2,240130	2,054930
	Dirham marroquino	12,709500	12,214300
	Dobra são-tomense	29.327,200000	26.359,900000
	Dólar americano	1,540030	1,567690
	Dólar canadiano	1,541420	1,643990
	Euro	1,159660	1,088220
	Franco CFA	760,687000	713,826000
	Franco guineense	10.857,200000	7.832,180000
	Franco suíço	1,447020	1,615510
	Iene japonês	125,436000	143,797000
	Kwacha zambiano	7.524,960000	7.532,570000
	Kwanza angolano	140,790000	141,611000
	Libra egípcia	8,844140	8,605440
	Libra esterlina	0,997755	0,968010
	Naira nigeriana	224,511000	232,175000
	Pula do Botsuana	9,948570	10,444300
	Rand sul-africano	10,215100	11,569600
	Real brasileiro	2,584640	2,728410
	Riyal saudita	5,775140	5,878830
	Rupia indiana	69,147700	73,179700
	Rupia mauritana	46,693800	47,486100
	Won coreano	1.765,040000	1.830,440000
	Xelim queniano	123,549000	119,622000
	Xelim ugandense	3.425,230000	3.012,220000
	Yuan chinês	10,199500	10,704500

* Não se afirma que qualquer moeda detida pelo Banco pode ser ou poderia ter sido convertida em qualquer outra moeda às taxas de câmbio resultantes das taxas indicadas acima.

NOTA W-2: OUTRAS ACTIVIDADES DE AJUDA AO DESENVOLVIMENTO

1) República Democrática do Congo (RDC)

Paralelamente ao esforço coordenado internacional entre o Banco, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e outros doadores bilaterais e multilaterais para ajudar a República Democrática do Congo (RDC) nos seus esforços de reconstrução, o Conselho de Administração aprovou em 26 de Junho de 2002 um plano de liquidação da dívida em atraso da RDC. No âmbito deste plano, as contribuições recebidas pela comunidade de doadores foram utilizadas de imediato para liquidar parcialmente as dívidas em atraso da RDC. O montante residual das dívidas em atraso da RDC ao Banco e os montantes dos empréstimos concedidos não liquidados foram consolidados em novos contratos de empréstimo, de forma a que o valor actual dos novos empréstimos fosse igual ao valor actual dos montantes que eram devidos no âmbito dos termos contratuais anteriores. Os novos empréstimos concedidos incorporam a taxa de juro média ponderada dos empréstimos antigos. Ao aprovar o plano de liquidação da dívida em atraso, o Conselho de Administração levou em consideração os seguintes factores: a) o plano de liquidação da dívida em atraso está incluído num programa para a RDC coordenado internacionalmente; b) a dimensão da dívida em atraso da RDC ao Banco excluiu as soluções convencionais; c) o conflito armado permanente na RDC originou uma destruição generalizada dos activos físicos, pelo que a RDC quase não possui capacidade para pagar as suas dívidas; e d) o pacote proposto resultaria numa melhoria significativa da sua capacidade para reembolsar as dívidas, se forem tomadas as medidas de apoio adequadas. Além disso, não existia uma ligação automática entre o mecanismo de liquidação da dívida em atraso e o alívio da dívida que poderá ser posteriormente concedido sobre o crédito consolidado. Em Junho de 2004, a RDC alcançou o ponto de decisão no âmbito da Iniciativa de apoio a países pobres fortemente endividados (HIPC). Consequentemente, desde essa data, o crédito consolidado beneficiou da redução parcial do serviço da dívida ao abrigo da HIPC.

Foi constituída uma conta especial, separada dos activos do Banco, para todas as contribuições efectuadas para o plano de liquidação da dívida em atraso da RDC. Essas contribuições podem incluir alocações esporádicas do rendimento líquido do Banco na conta especial, por decisão do Conselho de Governadores, representando a contribuição do Banco para o plano de liquidação da dívida em atraso. O montante dessa alocação de rendimento líquido está sujeito à aprovação dos Conselhos de Governadores do Banco, que ocorre normalmente no decorrer na assembleia geral anual do Banco. Consequentemente, o rendimento dos empréstimos consolidados concedidos à RDC reconhecido nos lucros correntes apenas é retirado às reservas e transferido para a conta especial após a aprovação formal, total ou parcial, dessa transferência por parte do Conselho de Governadores do Banco.

2) Facilidade de apoio a países pós-conflito/de apoio a países frágeis

O Fundo de apoio a países pós-conflito foi constituído como estrutura de ajuda aos países que saem de conflitos nos seus esforços de reassunção dos compromissos com a comunidade de doadores, de forma a reactivar a ajuda ao desenvolvimento e ajudar esses países a alcançar o ponto de decisão necessário à qualificação para o alívio da dívida no âmbito da Iniciativa de apoio a países pobres fortemente endividados (HIPC), após liquidarem os seus empréstimos em atraso junto do Grupo do Banco. A estrutura envolve a disponibilização de um conjunto de recursos através de um empréstimo separado com alocações provenientes do rendimento líquido do BAD e de contribuições do FAD e de outros doadores privados.

Os recursos do fundo são concedidos numa base casuística a países que se encontrem em verdadeira situação de pós-conflito e que ainda não beneficiem de alívio da dívida para suprir lacunas de financiamento, após terem realizado o máximo esforço para liquidar as suas dívidas em atraso junto do Grupo do Banco. Neste contexto, o Conselho de Governadores, através da sua Resolução B/BG/2004/07 de 25 de Maio de 2004, criou a Facilidade de apoio a países pós-conflito (PCCF), sob administração do FAD, e aprovou uma alocação do rendimento líquido do Banco do ano de 2003 no valor de 45 milhões de UC. O Conselho de Governadores, através da sua resolução B/BG/2005/05 de 18 de Maio de 2005, aprovou uma alocação adicional do rendimento líquido do Banco do ano de 2004 no valor de 30 milhões de UC, sendo esta a segunda prestação da contribuição do Banco para o mecanismo, e através da sua resolução B/BG/2006/04 de 17 de Maio de 2006, aprovou ainda a terceira e última prestação da contribuição do Banco no valor de 25 milhões de UC, provenientes do rendimento líquido de 2005. Em Março de 2008, o Conselho de Administração aprovou a instituição da Facilidade de apoio a países frágeis (FSF), que assumiu as actividades da PCCF e proporciona uma estrutura alargada e integrada de ajuda aos países elegíveis. A FSF visa consolidar a paz e estabilizar economias, bem como lançar as bases para uma redução sustentável da pobreza e para o crescimento económico dos países elegíveis no longo prazo. Por norma, as contribuições efectuadas pelo BAD à PCCF/FSF não são utilizadas para liquidar montantes devidos ao Banco por países beneficiários.

3) Iniciativa de apoio a países pobres fortemente endividados (HIPC)

O Banco participa numa iniciativa multilateral para lidar com problemas relacionados com dívidas de países identificados como países HIPC. No âmbito desta iniciativa, os credores concedem alívio da dívida a países elegíveis que apresentem, durante um longo período de tempo, um bom desempenho nas suas políticas dedicadas à redução das dívidas para níveis sustentáveis. No enquadramento original da iniciativa HIPC, determinados empréstimos concedidos a países beneficiários elegíveis eram pagos pelo Fundo Fiduciário HIPC a um preço equivalente ao valor actual líquido dos empréstimos ou, se inferior, ao seu valor contabilístico, calculado utilizando a metodologia acordada no âmbito das iniciativas. Após a assinatura de um acordo de alívio da dívida no âmbito da HIPC, os empréstimos em causa foram pagos pelo seu valor actual líquido ou, se inferior, pelo seu valor de lançamento. Em média, os empréstimos concedidos que estão na carteira do BAD têm taxas de juro mais elevadas do que as taxas de desconto do valor actual aplicadas e, por isso, o valor actual líquido dos empréstimos excede o valor contabilístico. Consequentemente, os empréstimos do BAD em causa foram pagos pelo Fundo Fiduciário HIPC aos seus valores contabilísticos. Em 1999, a iniciativa HIPC foi melhorada para proporcionar uma alívio da dívida maior, mais rápido e mais direccionado para a pobreza. Este objectivo foi alcançado através da redução dos critérios de elegibilidade para qualificação no âmbito da iniciativa e através da concretização mais rápida do alívio da dívida, quando comparado com a estrutura original. Com o enquadramento melhorado, em que são elegíveis 33 países africanos, o alívio da dívida é implementado através de reduções anuais do serviço da dívida, bem como através da libertação de até 80% das responsabilidades anuais com o serviço da dívida, à medida que elas se vencem, até se atingir a totalidade do alívio da dívida. Além disso, é concedido um financiamento temporário, entre os pontos de decisão e de conclusão, num montante até 40% da totalidade do alívio da dívida, sempre que possível, por um horizonte temporal de 15 anos.

Em 31 de Dezembro de 2010, o Conselho de Administração tinha aprovado alívio da dívida para 30 países mutuários do BAD, dos quais 23 tinham atingido o ponto de conclusão.

4) Iniciativa de alívio da dívida multilateral (MDRI)

Na Cimeira de Gleneagles, a 8 de Julho de 2005, o Grupo dos 8 países mais desenvolvidos acordaram uma proposta para que o FAD, a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) cancelassem 100% das suas reclamações de reembolso aos países que tenham atingido, ou que vão atingir, o momento de concretização no âmbito da Iniciativa HIPC reforçada.

O principal objectivo da MDRI é concluir o processo de alívio da dívida dos HIPC através da concessão de recursos adicionais a 38 países em todo o mundo, 33 dos quais pertencem ao continente africano, para que façam progressos no sentido de alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), salvaguardando, ao mesmo tempo, a capacidade de financiamento de longo prazo do FAD e da AID. O cancelamento da dívida é concretizado através da redução dos compromissos de reembolso dos HIPC que tenham ultrapassado o ponto de conclusão e do ajustamento dos seus fluxos de auxílio brutos, reduzindo-os pelo mesmo montante. De forma a manter a integridade financeira do FAD, os doadores comprometeram-se em efectuar contribuições adicionais para o FAD para repor, “dólar por dólar”, o capital anterior e os pagamentos dos encargos com os serviços.

A MDRI efectivou-se para o FAD em 1 de Setembro de 2006. Nessa data, o FAD contabilizou o seu saldo de empréstimos concedidos desembolsados e não liquidados, líquidos da redução dos HIPC, num montante de 3,84 mil milhões de UC, com a respectiva redução dos activos líquidos do FAD nessa data. A redução do valor líquido do activo do FAD resulta numa redução do valor do investimento do Banco no Fundo. A subsequente inscrição dos saldos dos empréstimos é efectuada à medida que os outros países alcançarem o seu ponto de conclusão HIPC e beneficiarem do cancelamento de empréstimos no âmbito da MDRI. A redução do valor líquido do activo do FAD não inclui os empréstimos por liquidar pelos países beneficiários da MDRI que não alcançaram o seu ponto de conclusão no final do ano.

NOTA W-3: FUNDOS ESPECIAIS

Ao abrigo do artigo 8.º do Acordo de Constituição do Banco, o Banco pode atribuir ou pode ser-lhe atribuída a administração de fundos especiais.

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, os fundos mantidos em separado dos fundos constituídos por recursos de capital ordinários do Banco eram os seguintes:

(1) O FFN foi constituído através de um acordo assinado em 26 de Fevereiro de 1976 (o Acordo) entre o Banco de Desenvolvimento Africano e a República Federal da Nigéria. O Acordo estipula que o FFN deverá vigorar por um período de 30 anos a contar da data de efectivação do Acordo e que os recursos do FFN deverão ser transferidos para o Governo da Nigéria após o seu encerramento. No entanto, o período de validade de 30 anos pode ser prorrogado por mútuo acordo entre o Banco e a República Federal da Nigéria. Quando expirou o período inicial de 30 anos, em 25 de Abril de 2006, o Banco e a República Federal da Nigéria acordaram 2 prorrogações temporárias (de 12 meses cada), de modo a permitir encetar novas consultas e proceder a uma avaliação independente do FFN. Na sequência dos resultados positivos da avaliação independente, o Acordo FFN foi renovado por um período de dez anos a contar de 26 de Abril de 2008. O capital inicial do FFN era de 50 milhões de naira, a pagar em duas prestações iguais de 25 milhões de naira cada, em moedas livremente convertíveis. A primeira prestação, equivalente a 39,90 milhões de dólares americanos, foi recebida pelo Banco a 14 de Julho de 1976 e o pagamento da segunda prestação, equivalente a 39,61 milhões de dólares americanos, foi efectuado a 1 de Fevereiro de 1977.

Durante o mês de Maio de 1981, a República Federal da Nigéria anunciou a reconstituição do FFN com 50 milhões de naira. A primeira prestação de 35 milhões de naira (52,29 milhões de dólares americanos) foi paga em 7 de Outubro de 1981. A segunda prestação de 8 milhões de naira (10,87 milhões de dólares americanos) foi recebida em 4 de Maio de 1984. O pagamento da terceira prestação no valor de 7 milhões de naira (7,38 milhões de dólares americanos) foi efectuado em 13 de Setembro de 1985.

Em 14 de Junho de 2006, na sequência de um pedido do Governo da Nigéria, foi efectuado um pagamento no valor de 200 milhões de dólares americanos (135,71 milhões de UC) ao Governo da Nigéria com os recursos do Fundo. Na sequência de um segundo pedido de saque, foram pagos ao Governo da Nigéria 200 milhões de dólares americanos em Julho de 2009.

De seguida apresenta-se uma síntese dos recursos do FFN em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009:

(milhares de UC)	2010	2009
Contribuição recebida	128.586	128.586
Fundos gerados (líquidos)	148.710	147.194
Ajustamento pela conversão cambial	(116.432)	(119.055)
	160.864	156.725
Representado por:		
Devido por bancos	8.291	4.375
Investimentos	99.657	98.414
Rendimentos acumulados e encargos a receber sobre empréstimos concedidos	1.556	1.574
Juros acumulados sobre investimentos	61	176
Outros devedores	559	522
Empréstimos concedidos não liquidados	52.400	53.099
	162.524	158.160
Menos: contas de débito correntes	(1.660)	(1.435)
	160.864	156.725

(2) O Fundo especial de alívio da dívida (para países africanos afectados pela seca) foi constituído pela Resolução 20-74 do Conselho de Governadores para apoiar países africanos afectados por catástrofes imprevisíveis. O objectivo deste fundo foi posteriormente alargado, em 1991, de forma a incluir o fornecimento de ajuda, sob a forma de subsídios, a instituições de investigação cujos objectivos de pesquisa em áreas específicas possam contribuir para o objectivo do Banco de satisfação das necessidades dos países membros regionais nessas áreas. Os recursos deste fundo consistem em contribuições efectuadas pelo Banco, pelo FAD e por diversos países membros.

Segue-se a demonstração resumida dos recursos e activos do Fundo especial de alívio da dívida (para países africanos afectados pela seca) em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009:

(milhares de UC)	2010	2009
Saldo do Fundo	62.448	62.448
Fundos gerados	4.751	4.468
Fundos alocados a Dimensões Sociais de Ajustamentos Estruturais (SDA)	1	1
Menos: alívio desembolsado	(62.030)	(57.060)
	5.170	9.857
Representado por:		
Devido por bancos	629	1.255
Investimentos	4.532	8.593
Juros a receber	9	9
	5.170	9.857

Em 31 de Dezembro de 2010, os compromissos assumidos ainda por desembolsar, ao abrigo do Fundo especial de alívio da dívida, ascendiam a 4,40 milhões de UC (2009: 7,05 milhões de UC).

NOTA W-4: FUNDOS FIDUCIÁRIOS

As Resoluções 11-70, 19-74 e 10-85 do Conselho de Governadores atribuíram ao Banco a administração do Fundo Mamoun Beheiry, do Fundo petrolífero árabe e do Fundo especial de assistência de emergência para a luta contra a seca e a fome em África. Estes fundos, geridos em separado dos fundos com recursos de capital ordinários do Banco, são mantidos e contabilizados em moedas específicas, que são convertidas em Unidades de Conta às taxas de câmbio em vigor no final do exercício.

(1) O Fundo Mamoun Beheiry foi constituído pela Resolução 11-70 do Conselho de Governadores de 31 de Outubro de 1970, através da qual Mamoun Beheiry, antigo Presidente do Banco, acordou a constituição de um fundo que poderia ser utilizado pelo Banco para premiar os funcionários que se tivessem distinguido pelo seu desempenho na prossecução dos objectivos do Banco.

(2) O Fundo petrolífero árabe (contribuição da Argélia) foi constituído pela Resolução 19-74 do Conselho de Governadores em 4 de Julho de 1974. No âmbito de um acordo protocolar de 15 de Novembro de 1974, o Banco recebeu o montante de 20 milhões de dólares americanos do Governo da Argélia para integrar um fundo fiduciário, a partir do qual poderiam ser concedidos empréstimos a países membros afectados pela subida dos preços do petróleo. Em 11 de Agosto de 1975 foi reembolsado um montante de 5,55 milhões de dólares americanos à Argélia por sua solicitação, deixando um saldo de 14,45 milhões de dólares americanos, de onde foram efectuados empréstimos reembolsáveis directamente à Argélia. Em 31 de Dezembro de 2010, tinha sido amortizado dessa forma um montante de 13,45 milhões de dólares americanos (2009: 13,45 milhões de dólares americanos).

(3) O Fundo especial de assistência de emergência para a luta contra a seca e a fome em África (SEAF) foi constituído pela 20.ª Reunião de Chefes de Estado e de Governo dos países membros da União Africana, anteriormente denominada Organização da Unidade Africana (OUA), que teve lugar em Addis Abeba, na Etiópia, nos dias 12 a 15 de Novembro de 1984, sob a Resolução AHG/Res. 133 (XX), com o objectivo de prestar auxílio aos países membros africanos afectados pela seca e pela fome.

São resumidas abaixo as principais características financeiras destes fundos fiduciários à data de 31 de Dezembro de 2010 e de 2009:

(milhares de UC)	2010	2009
1) Fundo Mamoun Beheiry		
Contribuição	152	152
Rendimento de investimentos	183	192
	335	344
Menos: prémio atribuído	(30)	(30)
Oferta	(25)	(25)
	280	289
Representado por:		
Depósitos de curto prazo	266	275
Devido por bancos	14	14
	280	289
2) Fundo petrolífero árabe (contribuição da Argélia)		
Contribuição líquida	649	638
Representado por:		
Empréstimos concedidos desembolsados líquidos de reembolsos	649	638
3) Fundo especial de assistência de emergência para a luta contra a seca e a fome em África		
Contribuições	20.768	20.082
Fundos gerados	5.541	5.436
	26.309	25.518
Auxílio concedido	(22.266)	(21.426)
	4.043	4.092
Representado por:		
Devido por bancos	539	523
Investimentos	3.500	3.885
Juro acumulado	4	3
Credores	-	(319)
	4.043	4.092
Total de recursos e activos dos fundos fiduciários	4.972	5.019

NOTA W-5: SUBSÍDIOS (fundos de doadores)

O Banco administra subsídios em nome de doadores, que incluem os países membros, organismos e outras entidades. Os recursos sob a forma de subsídios são restritos a determinadas utilizações, nomeadamente co-financiamento dos projectos de concessão de crédito do Banco; operações de redução de dívida; assistência técnica a mutuários, incluindo estudos de viabilidade e elaboração de projectos; programas regionais e globais; e programas de investigação e formação. Estes fundos são colocados à custódia do Banco e não são incluídos nos activos do Banco. De acordo com o artigo 11.º do Acordo de Constituição do Banco, as contas destes subsídios são mantidas em separado das do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, os saldos desembolsados de recursos sob a forma de subsídios eram os seguintes:

(milhares de UC)	2010	2009
Fundo African Water Facility	69.261	46.624
AMINA	1.486	1.418
Subsídio Austria Technical Cooperation	-	1.018
Bélgica	473	989
Canadá	1.379	1.598
Subsídio do Governo chinês	499	522
Bacia do Congo	46.362	32.937
Dinamarca	798	893
Mecanismo de financiamento de fertilizantes	8.700	5.408
Finlândia	5.345	2.065
França – BAD (Fonds d'Assistance Technique)	1.802	2.904
GTF (Fundo Fiduciário para a Governação)	2.323	1.857
GEF (Fundo global para o ambiente)	3.320	175
ICA – Consórcio para as infra-estruturas em África	750	180
PCI – África (International Comparison Programme - Africa)	98	218
IMDE (Iniciativa para a Migração e o Desenvolvimento)	2.681	2.389
Subsídio do Governo da Índia	348	467
Itália	2.528	3.121
Japão (FAPA)	22.360	24.281
Fundo Fiduciário da Coreia	7.804	5.117
Parceria “Making Finance Work for Africa”	675	735
Fundo Fiduciário Microfinance	4.312	-
Programa de parceria multidoadores para a água	2.316	2.673
Infra-estrutura NEPAD	17.374	16.498
Fundo Fiduciário Nórdico para a governação	105	224
Noruega	1.391	648
Fundo de Cooperação Técnica de Portugal	1.230	916
Programa para o desenvolvimento de infra-estruturas em África (PIDA)	314	-
Iniciativa de abastecimento de água e saneamento às comunidades rurais	69.453	51.578
SFRD (Região dos Grandes Lagos)	2.244	2.228
Espanha (BAD – Programa de cooperação com Espanha)	286	418
Reforço das capacidades estatísticas (SCB) – fase II	2.518	5.705
Fundo Fiduciário Sueco para serviços de consultoria	270	366
Subsídio de assistência técnica da Suíça	295	309
Países Baixos	1.110	1.375
Fundo da Nigéria para a cooperação técnica	17.269	17.170
Reino Unido	3.542	4.442
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	65	-
Outros	376	48
Total	303.461	239.514



KPMG Audit
1, cours Valmy
92923 Paris La Défense Cedex
França

Telefone: +33 (0)1 55 68 68 68
Fax: +33 (0)1 55 68 73 00
Sítio na Internet: www.kpmg.fr

Banco Africano de Desenvolvimento

Agência Temporária de Relocalização

15, Avenue du Ghana

1002 Tunis Belvédère

Tunísia

Relatório dos auditores independentes destinado ao Conselho de Governadores do Banco Africano de Desenvolvimento

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

Auditámos as demonstrações financeiras anuais em anexo referentes ao Banco de Desenvolvimento Africano (“o Banco”), que consistem no balanço à data de 31 de Dezembro de 2010, na demonstração de resultados, na demonstração do rendimento global, na demonstração das alterações do capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa referentes ao exercício findo nessa data, e um resumo das normas contabilísticas relevantes e outras notas explicativas, tal como está definido nas Notas A a W.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no âmbito das normas contabilísticas definidas neste documento, com a finalidade de apresentar demonstrações financeiras aprovadas e auditadas ao Conselho de Governadores, como exige a alínea d) do artigo 32.º do Acordo de Constituição do Banco. Este relatório destina-se exclusivamente ao Conselho de Governadores do Banco, como organismo, de acordo com o artigo 32.º, alínea d), do Acordo de Constituição do Banco. O nosso trabalho de auditoria foi elaborado com o objectivo de declararmos aos membros do Banco todas as questões que somos obrigados a declarar num relatório de auditores, e para nenhuma outra finalidade. Tanto quanto a lei permita, não aceitamos nem assumimos responsabilidades em relação ao nosso trabalho de auditoria, a este relatório ou aos pareceres que emitimos, perante qualquer outra entidade que não seja o Banco e os membros do Banco como um todo.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e apresentação correcta destas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e tal como é exigido pelo Acordo de Constituição do Banco. Estas responsabilidades incluem: planificar, implementar e manter o controlo interno relevante na elaboração e apresentação correcta das demonstrações financeiras para que não contenham inexactidões materiais, originadas por fraude ou por erro; seleccionar e aplicar normas contabilísticas adequadas; e efectuar estimativas contabilísticas que sejam razoáveis perante as circunstâncias.

Responsabilidade dos auditores

A nossa responsabilidade consiste na emissão de um parecer sobre estas demonstrações financeiras, com base na nossa auditoria. A nossa auditoria foi realizada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e realizemos a auditoria de forma a obter uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras não contêm inexactidões materiais.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos para obter evidências de auditoria sobre os montantes e declarações que constam nas demonstrações financeiras. A selecção dos procedimentos depende da nossa análise, incluindo a avaliação dos riscos de inexactidões materiais das demonstrações financeiras, originadas por fraude ou por erro. Ao efectuar essas avaliações de risco, analisamos o controlo interno

KPMG S.A.,
sociedade francesa, membro da rede KPMG,
constituída por empresas independentes afiliadas à
KPMG International Cooperative, uma entidade de direito suíço.

Sociedade anónima de
contabilidade - Comissão de
revisão de contas composta
por direcção e conselho
de fiscalização.
Inscrita na Ordem em Paris sob
o n.º 14-30080101 e na
Câmara dos Revisores Oficiais
de Contas de Versalhes.

Sede social:
KPMG S.A.
Immeuble le Palatin
3, cours du Triangle
92939 Paris La Défense Cedex
Capital : 5.497.100 €.
Code APE 6920 Z
775 726 417 R.C.S. Nanterre
TVA União Europeia
FR 77 775 726 417



relevante para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras por parte da entidade, de forma a conceber procedimentos de auditoria adaptados às circunstâncias, mas não com o objectivo de emitir um parecer sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui ainda a avaliação da adequação dos princípios contabilísticos utilizados e da razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras com fins especiais em termos gerais.

Acreditamos que as evidências de auditoria que obtivemos são suficientes e adequadas para fundamentarmos o nosso parecer.

Parecer

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam, de forma apropriada e em todos os aspectos materiais, a situação financeira do Banco à data de 31 de Dezembro 2010, bem como o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao exercício findo nessa data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Paris La Défense, 30 de Março de 2011

KPMG Audit
Uma divisão da KPMG S.A.

Pascal Brouard
Sócio

ORÇAMENTO ADMINISTRATIVO DO BAD PARA O EXERCÍCIO DE 2011

(milhares de UC)

Descrição	
Despesas com o pessoal	
Salários	112.317
Benefícios	75.785
Outras despesas com o pessoal	12.494
Pessoal a termo certo e de assistência técnica	1.048
Consultores	18.440
Formação do pessoal	3.923
	224.007
Despesas gerais	
Missões oficiais	19.444
Alojamento	14.305
Aluguer, reparações e manutenção de equipamento	7.604
Despesas de comunicação	7.865
Impressão, publicação e reprodução	1.464
Consumíveis e material de escritório	812
Biblioteca	615
Outras despesas institucionais	13.021
	65.130
Total das despesas administrativas	289.137
Depreciação	4.680
Total	293.817
Menos: comissões de gestão*	(206.590)
Orçamento administrativo líquido	87.227

* O montante representa a parcela pertencente ao Fundo Africano de Desenvolvimento e ao Fundo Fiduciário da Nigéria do justo valor das despesas do Banco no que diz respeito a escritórios de representação, pessoal, organização, serviços e instalações, calculado com base numa fórmula aprovada pelos Conselhos.

FUNDO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO

Gestão financeira

Subscrições

Reconstituições do FAD

Os recursos do FAD consistem essencialmente em subscrições por parte do Banco e dos Estados Participantes, bem como noutros recursos recebidos pelo Fundo. As subscrições cumulativas do FAD ascenderam a 18,81 mil milhões de UC em 31 Dezembro de 2010.

A resolução relativa à Décima primeira reconstituição do Fundo (FAD-XI) foi adoptada pelo Conselho de Governadores em 28 de Março de 2008, tendo-se efectivado em 8 de Maio de 2008 com um nível de reconstituição de 3,70 mil milhões de UC e uma capacidade de compromissos contraídos antecipadamente de 2,06 mil milhões de UC, o que eleva a totalidade dos recursos da FAD-XI a 5,76 mil milhões de UC. Este montante abrange o período operacional de três anos entre 2008 e 2010. Em 31 de Dezembro de 2010, os Estados Participantes tinham subscrito um montante de 3,37 mil milhões de UC, representando 91% do nível de reconstituição pretendido para a FAD-XI.

As negociações para a Décima segunda reconstituição do Fundo (FAD-XII), que abrange o período operacional de três anos entre 2011 e 2013, foram concluídas em Setembro de 2010, com um nível total de recursos de 6,10 mil milhões de UC. O nível de reconstituição para a FAD-XII foi estabelecido em 4,09 mil milhões de UC, ascendendo a capacidade de compromissos contraídos antecipadamente a 2,01 mil milhões de UC para o mesmo período.

Compromissos no âmbito da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral

A Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI ou Iniciativa) efectivou-se em 1 de Setembro de 2006 e abrange o período de 2006 a 2054. Para preservar a integridade e a capacidade financeira do

Fundo Africano de Desenvolvimento, as condições da MDRI exigem que os doadores compensem totalmente o Fundo pela anulação de dívidas.

Em 31 de Dezembro de 2010, o Fundo tinha recebido dos doadores compromissos agregados no valor de 4,70 mil milhões de UC, representando 79,12% do custo da MDRI para o período de 2006 a 2054 (5,94 mil milhões de UC).

Os doadores concordaram em realizar ajustes periódicos no âmbito da Iniciativa, de forma a reflectir as alterações provocadas pelo perdão da dívida nos custos reais e estimados do Fundo.

O custo indicativo do cancelamento da dívida ao abrigo da MDRI foi, consequentemente, revisto de 5,57 mil milhões de UC em 2007 para 5,94 mil milhões de UC em 2010, relativamente ao período de 2006 a 2054. Em 2010, o custo indicativo para o período de 2011 a 2054 foi estimado em 5,72 mil milhões de UC.

Investimentos

Em 31 de Dezembro de 2010, o montante em numerário e em investimentos em títulos de tesouro detido pelo FAD ascendia a 3,21 mil milhões de UC, em comparação com 3,18 mil milhões de UC no final de 2009. O rendimento dos investimentos para 2009 atingiu os 84,40 milhões de UC, representando uma rentabilidade de 2,53% sobre um nível médio de liquidez de 3,33 mil milhões de UC, em comparação com um rendimento de 131,59 milhões de UC em 2009, que representou uma rentabilidade de 4,09% sobre uma liquidez média de 3,22 mil milhões de UC.

Carteira de créditos concedidos

Em 31 de Dezembro de 2010, o valor acumulado dos créditos e subsídios assinados, líquido de anulações, era de 20,33 mil milhões de UC, face aos 18,86 mil milhões de UC registados no final de 2009. Na mesma data, o valor total dos empréstimos vencidos era de 6,30 mil milhões de UC, ou seja, mais 863,50 milhões de UC do

que os 5,43 mil milhões de UC registados no final de 2009. O aumento observou-se apesar da anulação da dívida ao abrigo da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral para mais dois países que atingiram o ponto de conclusão durante o ano, no valor de 17,57 milhões de UC.

No final de 2010, existiam 1.145 créditos e subsídios assinados activos. Também em 31 de Dezembro de 2010, tinha sido totalmente liquidado ou cancelado ao abrigo da MDRI um total de 1.144 créditos no montante de 6,69 mil milhões de UC.

Desembolsos

Os desembolsos efectuados ao abrigo de créditos e subsídios diminuíram de 1,73 mil milhões de UC em 2009 para 1,17 mil milhões de UC em 2010, representando um decréscimo de 32%. Em 31 de Dezembro de 2010, os desembolsos acumulados de créditos e subsídios ascendiam a 14,77 mil milhões de UC. Foi integralmente desembolsado um total de 1.673 créditos e subsídios, no montante de 11,75 mil milhões de UC, representando 80% dos desembolsos acumulados.

Resultados financeiros

Em 2010, o Fundo registou um défice de 62,93 milhões de UC, face ao excedente líquido de 4,70 milhões de UC registados em 2009. A significativa perda verificada em 2010 deveu-se principalmente à aplicação de taxas de juro muito baixas, que têm o duplo efeito de reduzir o rendimento dos investimentos e aumentar o impacto da cobrança acelerada de notas promissórias depositadas para pagamento das subscrições. A média ajustada da taxa de juro comercial de referência (CIRR) aplicada na determinação das taxas de redução sobre a cobrança acelerada das notas (fixas quando as taxas de juro eram elevadas) foi superior às taxas de juro comerciais correntes obtidas no âmbito da liquidez extra criada pela aceleração, criando um rendimento negativo para o Fundo.

As despesas administrativas, que representam a parcela pertencente ao Fundo do total de despesas comuns do Grupo do BAD, também aumentaram 6,31 milhões de UC, de 157,65 milhões de UC em 2009 para 163,96 milhões em 2010, devido a um aumento geral das despesas administrativas do Grupo do Banco. A parcela pertencente ao Fundo do total de despesas comuns do Grupo BAD baseia-se numa fórmula predefinida de repartição de custos, que é influenciada essencialmente pelos níveis relativos de determinados indicadores do volume operacional e pelas dimensões relativas dos balanços. A parcela pertencente ao Fundo do total de despesas comuns do Grupo do Banco ascendeu a 70,83% em 2010, face aos 70,84% verificados em 2009. O aumento do montante absoluto das despesas administrativas deveu-se ao aumento global das despesas comuns do Grupo do Banco que, por sua vez, foram provocadas pelo aumento das actividades.

O rendimento de empréstimos manteve-se sensivelmente ao mesmo nível (59,11 milhões de UC em 2010, face aos 59,08 milhões de UC em 2009). Reflectindo reduzidas taxas de juro correntes, o rendimento do investimento registou um decréscimo de 47,19 milhões de UC, de 131,59 milhões em 2009 para 84,40 milhões de UC em 2010. A redução sobre a cobrança acelerada das notas promissórias ascendeu a 41,29 milhões de UC em 2010, face aos 28,02 milhões de UC registados em 2009.

De acordo com a política de não acumulação do Fundo, as despesas com o serviço da dívida pagas a, ou garantidas por, mutuários são excluídas do rendimento dos empréstimos se o reembolso do capital e as despesas com o serviço da dívida forem de há 6 meses atrás, ou mais. Como resultado desta política, foram excluídos 2,12 milhões de UC em rendimentos de empréstimos não acumulados do rendimento de 2010, em

comparação com os 2,07 milhões de UC registados em 2009. O número de mutuários com empréstimos em situação de não acumulação manteve-se, em 31 de Dezembro de 2010, ao mesmo nível do registado no final de Dezembro de 2009 (3 mutuários).

O Fundo continua a anular as dívidas dos países qualificados para o alívio da dívida ao abrigo da MDRI, à medida que os países relevantes atingem o ponto de conclusão da Iniciativa de apoio ao países pobres fortemente endividados (HIPC). Na Nota E das Demonstrações financeiras com fins especiais é apresentado um resumo das anulações de empréstimos acumulados ao abrigo da MDRI e da HIPC.

Fundo Africano de Desenvolvimento

Demonstrações financeiras com fins especiais e Relatório dos auditores independentes

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

Demonstração dos recursos de desenvolvimento líquidos	214
Demonstração dos rendimentos e despesas e de outras alterações nos recursos de desenvolvimento	215
Demonstração do rendimento global	216
Demonstração dos fluxos de caixa	217
Notas às Demonstrações financeiras com fins especiais	218
Relatório dos auditores independentes	234

DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DE DESENVOLVIMENTO LÍQUIDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(milhares de UC – Nota B)

	2010	2009
RECURSOS DE DESENVOLVIMENTO		
DÍVIDAS DE BANCOS	103.477	29.206
INVESTIMENTOS (Notas C e H)		
Detidos para negociação	1.686.945	1.944.427
Detidos até à maturidade	1.416.901	1.203.945
Total dos investimentos	3.103.846	3.148.372
OBRIGAÇÕES À VISTA (Nota D)	2.322.623	2.378.200
A RECEBER		
Rendimento acumulado de empréstimos e investimentos	49.246	48.131
Outros valores a receber	6.744	13.345
	55.990	61.476
PASSIVOS	(161.144)	(116.310)
RECURSOS DE DESENVOLVIMENTO LÍQUIDOS	5.424.792	5.500.944
FINANCIAMENTO DE RECURSOS DE DESENVOLVIMENTO		
SUBSCRIÇÕES E CONTRIBUIÇÕES (Notas F e O)		
Montante subscrito, incluindo contribuições através da cobrança acelerada de subscrições	18.770.173	18.770.173
Menos: Parcela de cobrança acelerada ainda não efectivada	(1.306)	(122.070)
	18.768.867	18.648.103
Menos: Prestações vincendas	(122.228)	(1.105.850)
	18.646.639	17.542.253
Menos: Prestações vencidas	(7.018)	(7.018)
	18.639.621	17.535.235
Contribuições pagas no âmbito da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral	390.698	318.788
	19.030.319	17.854.023
Menos: Reduções não amortizadas sobre subscrições e contribuições (Nota B)	(167.712)	(74.130)
	18.862.607	17.779.893
Ajustamentos cambiais acumulados sobre subscrições e contribuições (Nota B)	(309.106)	(288.710)
Total de subscrições e contribuições	18.553.501	17.491.183
OUTROS RECURSOS (Nota G)	355.270	305.270
RESERVAS (Nota I)	114.688	177.618
AJUSTAMENTO CAMBIAL ACUMULADO (Nota B)	(295.218)	(383.442)
	18.728.241	17.590.629
DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS DE DESENVOLVIMENTO		
SUBSÍDIOS E ACTIVIDADES DE AJUDA TÉCNICA (Nota E)	(2.572.296)	(2.238.258)
DESEMBOLSO DE SUBSÍDIOS HIPC (Nota E)	(184.000)	(184.000)
MONTANTES LÍQUIDOS RELATIVOS AO ALÍVIO DA DÍVIDA (Nota E)	(4.250.362)	(4.234.133)
EMPRÉSTIMOS DESEMBOLSADOS E POR LIQUIDAR (Notas E, M e N)	(6.296.791)	(5.433.294)
RECURSOS DE DESENVOLVIMENTO LÍQUIDOS	5.424.792	5.500.944

As notas que acompanham as demonstrações financeiras com fins especiais fazem parte deste documento.

DEMONSTRAÇÃO DOS RENDIMENTOS E DESPESAS E DE OUTRAS ALTERAÇÕES NOS RECURSOS DE DESENVOLVIMENTO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(milhares de UC – Nota B)

	2010	2009
RENDIMENTOS E DESPESAS		
Taxas de serviço sobre os empréstimos	40.856	41.778
Taxas de compromisso sobre os empréstimos	18.256	17.299
Rendimento dos investimentos	84.399	131.589
Provisão para depreciação de investimentos detidos até à maturidade	1.384	683
Despesas administrativas (Nota K)	(163.960)	(157.649)
Reduções sobre a cobrança acelerada das obrigações à vista dos participantes	(41.287)	(28.015)
Encargos financeiros	(118)	(163)
Perdas cambiais	(2.460)	(825)
(Défice)/Excedente	(62.930)	4.697
ALTERAÇÃO NO FINANCIAMENTO DE RECURSOS DE DESENVOLVIMENTO		
Aumento nas subscrições realizadas	1.104.386	1.127.791
Contribuições recebidas por conta da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral	71.910	160.215
Alterações no ajustamento cambial acumulado sobre subscrições e contribuições	(20.396)	(45.737)
Aumento noutros recursos	50.000	25.000
Alterações nas reduções não amortizadas sobre subscrições e contribuições	(93.582)	(8.321)
Alterações no ajustamento cambial acumulado	88.224	74.222
	1.200.542	1.333.170
ALTERAÇÃO NA DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS DE DESENVOLVIMENTO		
Desembolso de subsídios	(334.158)	(887.425)
Desembolso de empréstimos	(831.289)	(839.009)
Reembolso de empréstimos	46.945	50.827
Reembolsos por conta da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral	1.345	49.963
Ajustamentos cambiais sobre empréstimos	(96.607)	7.341
	(1.213.764)	(1.618.303)
Alteração nos recursos de desenvolvimento líquidos	(76.152)	(280.436)
Recursos de desenvolvimento líquidos no início do exercício	5.500.944	5.781.380
RECURSOS DE DESENVOLVIMENTO LÍQUIDOS NO FINAL DO EXERCÍCIO	5.424.792	5.500.944

As notas que acompanham as demonstrações financeiras com fins especiais fazem parte deste documento.

**DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO GLOBAL
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**
(milhares de UC – Nota B)

	2010	2009
(DÉFICE)/EXCEDENTE	(62.930)	4.697
OUTROS RENDIMENTOS GLOBAIS		
Alterações no ajustamento cambial acumulado	88.224	74.222
RENDIMENTO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	25.294	78.919

As notas que acompanham as demonstrações financeiras com fins especiais fazem parte deste documento.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (milhares de UC – Nota B)

	2010	2009
FLUXOS DE CAIXA DE:		
ACTIVIDADES DE EXPLORAÇÃO:		
(Défice)/Excedente	(62.930)	4.697
Ajustamentos para reconciliar o rendimento líquido com os valores de caixa líquidos proporcionados por actividades de exploração:		
Amortização de prémios e descontos sobre investimentos detidos até à maturidade	(11.387)	(8.121)
Provisão para depreciação de investimentos detidos até à maturidade	(1.384)	(683)
Reduções sobre a cobrança acelerada das obrigações à vista dos participantes	41.287	28.015
Alterações nos rendimentos acumulados sobre empréstimos e investimentos	(1.115)	2.062
Alterações no activo corrente líquido	77.149	60.640
Valores de caixa líquidos proporcionados por actividades de exploração	41.620	86.610
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO, FINANCIAMENTO E DESENVOLVIMENTO:		
Desembolsos de subsídios	(334.158)	(887.425)
Desembolsos de empréstimos	(831.289)	(839.009)
Reembolsos de empréstimos	46.945	50.827
Reembolsos por conta da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral	1.345	49.963
Investimentos com maturidade de 3 meses após a aquisição:		
Detidos até à maturidade	(236.533)	118.300
Detidos para negociação	224.104	(111.545)
Valores de caixa líquidos utilizados em actividades de investimento, financiamento e desenvolvimento	(1.129.586)	(1.618.889)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Subscrições e contribuições recebidas em numerário	232.675	286.458
Obrigações à vista dos participantes cobradas	877.314	873.665
Aumento noutros recursos	50.000	25.000
Valores de caixa líquidos proporcionados por actividades de financiamento	1.159.989	1.185.123
Efeito das alterações das taxas de câmbio sobre os valores de caixa e equivalentes de caixa	(18.951)	11.867
Aumentos/(reduções) líquidos(as) de caixa e equivalentes de caixa	53.072	(335.289)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	383.327	718.616
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	436.399	383.327
COMPOSTO POR:		
Caixa	103.941	29.206
Investimentos com maturidade nos 3 meses seguintes à aquisição:		
Detidos para negociação	332.458	354.121
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	436.399	383.327
INFORMAÇÕES ADICIONAIS:		
Movimentos resultantes de flutuações nas taxas de câmbio em:		
Créditos	96.607	(7.341)
Subscrições e contribuições	(20.396)	(45.737)

As notas que acompanham as demonstrações financeiras com fins especiais fazem parte deste documento.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COM FINS ESPECIAIS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

NOTA A – OBJECTIVO, ORGANIZAÇÃO E RECURSOS

Objectivo e Organização

O Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD ou o Fundo) é uma instituição internacional criada em 1972 com o objectivo de ajudar o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD ou o Banco) a contribuir para o desenvolvimento económico e social dos seus membros regionais, a promover a cooperação e a intensificação das trocas comerciais entre esses membros e a disponibilizar financiamento em termos concessionais para esse efeito.

Através da Resolução F/BG/2010/03 de 27 de Maio de 2010, o Conselho de Governadores aumentou o número de membros do Conselho de Administração do FAD de 12 (doze) para 14 (catorze), sendo 7 (sete) escolhidos pelo Banco e os restantes 7 (sete) pelos Estados Participantes. O Conselho de Administração reporta ao Conselho de Governadores, que é constituído por representantes dos Estados Participantes e do BAD. O BAD detém 50% (cinquenta por cento) dos direitos de voto no FAD e o Presidente do Banco é o Presidente *ex officio* do Fundo.

O BAD, o Fundo Fiduciário da Nigéria (FFN) (um fundo especial gerido pelo BAD) e o FAD são designados, em conjunto, por “o Grupo do Banco”. O principal objectivo do BAD é a promoção do desenvolvimento económico e social nos países membros regionais. O BAD financia projectos e programas de desenvolvimento nestes países, participando igualmente na selecção, estudo e preparação de projectos que contribuem para esse desenvolvimento e, sempre que necessário, presta assistência técnica. O FFN foi criado ao abrigo de um acordo celebrado entre o Banco e a República Federal da Nigéria, com vista a proporcionar um apoio adicional aos esforços de desenvolvimento dos países membros regionais do BAD, especialmente os menos desenvolvidos. Os activos e passivos do BAD e do FFN são distintos e independentes dos do FAD. Além disso, o FAD não é responsável pelas respectivas obrigações. As transacções com estas organizações filiadas são descritas nas notas que se seguem.

Recursos

Os recursos do Fundo consistem em subscrições do Banco, subscrições e contribuições dos Estados Participantes, outros recursos recebidos pelo Fundo e fundos resultantes de operações ou que, por outro motivo, revertam a favor do Fundo. Os recursos iniciais do Fundo consistiam em subscrições do Banco e dos Estados Participantes que subscreveram originalmente o Acordo de constituição do Fundo (o Acordo). Desde então, a reconstituição dos recursos tem sido efectuada através de aumentos gerais e especiais de subscrições e contribuições.

NOTA B – BASE DE ELABORAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

Devido à natureza e organização do Fundo, as suas demonstrações financeiras são elaboradas com fins especiais. As Demonstrações financeiras com fins especiais são preparadas com o objectivo específico de reflectirem os recursos de desenvolvimento líquidos do Fundo, pelo que não são apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro. Os recursos de desenvolvimento líquidos representam os recursos disponíveis para financiar os compromissos com créditos e subsídios, sendo essencialmente constituídos por valores de caixa, investimentos negociáveis e obrigações à vista dos Estados Participantes. As presentes Demonstrações financeiras com fins especiais foram elaboradas em conformidade com o n.º 1 do artigo 35.º do Acordo de constituição do Fundo, segundo o qual o Fundo é obrigado a divulgar, com a regularidade adequada, um resumo da sua situação financeira e da demonstração de rendimentos e despesas, apresentando os resultados das suas operações.

As políticas contabilísticas relevantes aplicadas na elaboração das Demonstrações financeiras com fins especiais do Fundo são as seguintes:

Base Monetária das Demonstrações Financeiras com Fins Especiais

Os valores apresentados nas Demonstrações financeiras com fins especiais encontram-se expressos em Unidades de Conta (UC). Segundo o artigo 1.º do Acordo, uma Unidade de Conta tem o valor de 0,81851265 gramas de ouro fino.

Em 1 de Abril de 1978, na sequência da entrada em vigor da segunda alteração aos Estatutos do Fundo Monetário Internacional (FMI), o ouro deixou de ser o denominador comum do sistema monetário internacional. A partir daquela data, os cálculos relativos às moedas dos membros do FMI passaram a ser efectuados com base no Direito de Saque Especial (DSE) para efeitos de aplicação das disposições dos Estatutos do FMI. A Unidade de Conta do Fundo passou a ter por base a sua relação com o DSE à data de constituição do Fundo. Nessa altura, 1 Unidade de Conta equivalia a 0,921052 DSE.

Posteriormente, em 16 de Novembro de 1992, o Conselho de Governadores decidiu, através da Resolução F/BG/92/10, proceder à redefinição da Unidade de Conta do Fundo, estabelecendo a sua equivalência com a Unidade de Conta do BAD, que é equivalente ao Direito de Saque Especial do FMI. Dando cumprimento a esta Resolução, o Conselho de Administração, em 22 de Junho de 1993, adoptou como data de entrada em vigor da Resolução o dia 1 de Janeiro de 1993 e, desde então, a UC do Fundo tem sido considerada equivalente à UC do Banco.

O Fundo realiza as suas operações nas moedas dos Estados Participantes. Os rendimentos e as despesas são convertidos para UC à taxa em vigor na data da transacção. Os activos e passivos são convertidos para UC às taxas em vigor à data da Demonstração dos recursos de desenvolvimento líquidos. As diferenças resultantes da conversão são debitadas ou creditadas ao Ajustamento cambial acumulado. Os ganhos e perdas cambiais sobre as subscrições recebidas são creditados ou debitados aos Ajustamentos cambiais acumulados sobre subscrições e contribuições. Em caso de conversão cambial, os ganhos ou perdas daí resultantes são incluídos nos rendimentos.

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, as taxas utilizadas para a conversão das moedas em UC eram as seguintes:

	2010	2009
1 Unidade de Conta é equivalente a:		
Coroa dinamarquesa	8,644690	8,106880
Coroa norueguesa	9,067420	9,056080
Coroa sueca	10,476100	11,307000
Dinar koweitiano	0,432133	0,449610
Dólar americano	1,540030	1,567690
Dólar canadiano	1,541420	1,643990
Euro	1,159660	1,088220
Franco suíço	1,447020	1,615510
Iene japonês	125,436000	143,797000
Libra esterlina	0,997755	0,968010
Peso Argentino	6,106830	6,106830
Rand sul-africano	10,215100	11,569600
Real do Brasil	2,584640	2,728410
Rupia indiana	69,147700	73,179700
Won coreano	1.765,040000	1.830,440000

Não se afirma que qualquer moeda detida pelo Fundo pode ser ou poderia ter sido convertida em qualquer outra moeda às taxas de câmbio resultantes das taxas indicadas acima.

Subscrições e Contribuições dos Estados Participantes

As subscrições afectas pelos Estados Participantes a cada reconstituição são integralmente registadas como subscrições a receber dos participantes após a apresentação de um instrumento de subscrição por estes. A reconstituição produz efeitos quando o FAD recebe os instrumentos de subscrição dos participantes relativos à parte do nível de reconstituição pretendido, especificado na resolução de reconstituição. A parte dos montantes subscritos, cujo pagamento ainda não seja devido pelos Estados Participantes, é registada como prestações das subscrições vincendas e não é incluída nos recursos de desenvolvimento líquidos do Fundo. As subscrições vincendas vencem-se ao longo do período de reconstituição (geralmente três anos), em conformidade com um plano de pagamento mutuamente acordado. O pagamento das subscrições por determinados participantes na data do seu vencimento depende do processo de dotação orçamental dos participantes em causa.

As subscrições a receber são liquidadas através do pagamento em numerário ou do depósito de livranças pagáveis à vista, não negociáveis e não sujeitas a juros. As livranças são cobradas pelo Fundo nos termos de um programa de cobrança acordado na data da reconstituição.

Relativamente à nona, décima e décima primeira reconstituições do FAD, foi concedida aos participantes a possibilidade de efectuarem um pagamento antecipado, em numerário, de montante equivalente ao valor actual líquido de todas as suas subscrições e contribuições. Após a recepção desses pagamentos em numerário, é creditado aos participantes o valor nominal integral de todas as suas subscrições e, de comum acordo com o Fundo, os montantes recebidos em numerário são investidos e os rendimentos resultantes desse investimento revertem a favor do Fundo. É inicialmente registada uma redução, calculada como a diferença entre o valor nominal das subscrições e o montante recebido em numerário, que representa os juros que se deverão vencer sobre o dinheiro recebido dos Estados Participantes que optaram pelo programa de cobrança acelerada. Essa redução é amortizada ao longo do período de cobrança previsto, de modo a garantir o reconhecimento das contribuições de capital efectivamente realizadas pelo participante em causa, que ultrapassem o montante inicialmente adiantado.

Através das resoluções F/BG/2006/12 e F/BG/2006/13 de 18 de Maio de 2006 e 31 de Agosto de 2006, respectivamente, o Conselho de Governadores do Fundo autorizou o Conselho de Administração a aprovar a participação do FAD na Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI), tendo igualmente autorizado um aumento dos recursos do FAD para assegurar a compensação integral e atempada do cancelamento da dívida ao abrigo da MDRI, sujeito à satisfação das seguintes condições de eficácia:

- 1) Recepção de Instrumentos de Compromisso de doadores, cobrindo um montante total equivalente a, pelo menos, 70% (setenta por cento) do custo total do alívio da dívida para o primeiro grupo de 14 países contemplados pela Iniciativa HIPC, que tenham atingido o ponto de conclusão; e
- 2) Recepção de Instrumentos de Compromisso não qualificados de doadores de montante não inferior ao equivalente a, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) do custo total do alívio da dívida incorrido durante o resto do período da FAD-X.

Satisfeitas as duas condições supramencionadas, o Conselho de Administração do Fundo aprovou o arranque da MDRI com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2006. A fim de assegurar a compensação integral de reflexos prescindidos em resultado do cancelamento antecipado da dívida, os órgãos de administração do FAD subscreveram a proposta apresentada pela Administração sobre a adopção de um esquema de compensação ao longo do período de 50 anos da Iniciativa. Os doadores contribuirão com recursos adicionais para o FAD, de montante equivalente ao serviço da dívida prescindido (taxas de serviço e capital) para cada período de reconstituição, apresentando garantias ao longo do período de duração da Iniciativa. Os sistemas de financiamento compensatório assumirão a forma de um aumento geral da contribuição dos Estados Participantes nos termos do artigo 7.º do Acordo de constituição do FAD. As contribuições recebidas dos Estados Participantes ao abrigo dos sistemas de financiamento compensatório não serão consideradas parte da percentagem de encargos no período de reconstituição durante o qual esses recursos são recebidos, mas beneficiarão dos mesmos direitos de voto que as subscrições normais. Essas contribuições são comunicadas separadamente do total de subscrições e contribuições na Demonstração dos recursos de desenvolvimento líquidos.

Manutenção do Valor na Gestão de Divisas

Antes da segunda reconstituição geral, as subscrições eram denominadas em UC e estavam sujeitas ao artigo 13.º do Acordo, segundo o qual, se o valor nominal de uma moeda de um Estado Participante no FMI sofresse uma redução em termos da UC ou se o seu valor de câmbio sofresse, na opinião do Fundo, uma depreciação significativa no território desse participante, este pagaria ao Fundo, num prazo razoável, um montante da sua moeda necessário para manter o valor, à data da subscrição, do montante dessa moeda pago ao Fundo por esse participante e que não tivesse sido desembolsado ou convertido noutra moeda.

Por outro lado, em caso de aumento do valor nominal ou do valor de câmbio da moeda de um Estado Participante no território desse participante, o Fundo devolver-lhe-ia um montante dessa moeda equivalente ao aumento no valor das reservas dessa moeda detidas pelo Fundo, recebidas a título de pagamento de subscrições, na medida em que esses montantes não tivessem sido desembolsados ou convertidos noutra moeda.

De acordo com as Resoluções 9-78, 9-82, 4-84, 01-88, 91-05, 96-04, 99-09, 2002-09, 2005-01 e 2008-01 do Conselho de Governadores que, por sua vez, estipularam que o artigo 13.º não seria aplicável às segunda, terceira, quarta, quinta, sexta, sétima, oitava, nona, décima e décima primeira reconstituições gerais, os subscritores das mesmas fixaram o montante a pagar das respectivas subscrições em moeda nacional, de acordo com a decisão sobre as paridades acordadas à data de entrada em vigor destas reconstituições. Os ganhos ou perdas resultantes da conversão destas subscrições em UC, após a sua recepção, são aplicados face às subscrições, sendo os débitos ou créditos de compensação registados como Ajustamentos cambiais acumulados sobre subscrições (CEAS).

Investimentos

Os títulos de investimento do Fundo são classificados com base na intenção do mesmo à data da compra. Os títulos que o Fundo pretende e pode deter até à maturidade são classificados como investimentos detidos até à maturidade e registados pelo custo amortizado. Os investimentos detidos até à maturidade constituem activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos, que a Administração do Fundo pretende e pode manter até à maturidade. O Fundo avalia se existem evidências objectivas de depreciação dos investimentos detidos até à maturidade. Se o Fundo concluir que existem evidências objectivas da ocorrência de uma perda por desvalorização sobre investimentos detidos até à maturidade registados pelo custo amortizado, o montante da perda é calculado como a diferença entre o montante registado do investimento e o valor actual dos futuros fluxos de caixa previstos (excluindo futuras perdas de crédito que não tenham sido incorridas), descontada à taxa de juro efectiva original dos activos financeiros. O valor contabilístico do investimento é reduzido através da utilização de uma conta de provisão, sendo o montante da perda reconhecido na demonstração de resultados. Todos os outros títulos de investimento são classificados como investimentos detidos para negociação e avaliados pelo valor de mercado. Os justos valores para os títulos de investimento baseiam-se nos preços das cotações de mercado, quando disponíveis, recorrendo ao preço das ofertas. Se os preços das cotações de mercado não estiverem disponíveis, os justos valores baseiam-se nos preços das cotações de mercado de instrumentos comparáveis. As obrigações do Estado e das agências incluem obrigações ou títulos de dívida negociáveis e outras obrigações do Estado emitidas ou incondicionalmente garantidas pelos governos dos países membros ou por outras entidades oficiais, com uma notação de crédito mínima de AA-. No caso dos títulos garantidos por activos, o Fundo apenas pode investir em títulos com uma notação de crédito de AAA. Os instrumentos do mercado monetário incluem depósitos a prazo, certificados de depósito e outras obrigações com um período de maturidade inferior a 1 ano, emitidos ou incondicionalmente garantidos por bancos ou outras instituições financeiras, com uma notação mínima de A.

O rendimento dos investimentos inclui os juros acumulados e os ganhos e perdas não realizados sobre a carteira detida para negociação. As operações de compra e venda de investimentos são reconhecidas com base na data da transacção, que corresponde à data em que o Fundo se compromete a comprar ou vender os investimentos.

Créditos

O Fundo disponibiliza financiamento concessional para fins de apoio ao desenvolvimento dos países menos desenvolvidos de África. Os empréstimos por liquidar não são incluídos nos Recursos de desenvolvimento líquidos. Por este motivo, não é necessária uma provisão para eventuais perdas. O Fundo coloca todos os empréstimos a um país mutuário em situação de não acumulação caso as prestações de capital ou as taxas de serviço de qualquer um dos empréstimos concedidos a esse país membro se tenham vencido há seis meses ou mais, salvo se a Administração do Fundo determinar que o montante em dívida será cobrado num futuro próximo. A Administração poderá também colocar um empréstimo em situação de não acumulação, mesmo que ainda não tenha decorrido o referido prazo de 6 meses, se as circunstâncias do caso concreto, incluindo os factos ocorridos após a data do balanço, justificarem a adopção dessa medida. Na data em que os empréstimos de um mutuário são colocados em situação de não acumulação, os encargos em dívida anteriormente acumulados sobre os empréstimos concedidos a esse mutuário são deduzidos aos rendimentos dos empréstimos referentes a esse período. Os encargos sobre os empréstimos em situação de não acumulação apenas são incluídos nos rendimentos na medida em que o Fundo tenha recebido o pagamento desses encargos.

Subsídios

Para além dos empréstimos, o Fundo está também autorizado a conceder financiamento a projectos de desenvolvimento sob a forma de subsídios. Antes da nona reconstituição de recursos do Fundo, só eram concedidos subsídios a actividades de assistência técnica. A partir da nona reconstituição, os subsídios passaram a poder ser utilizados para assistência técnica e também para o financiamento de projectos. Os subsídios, tal como os empréstimos, representam uma afectação de recursos de desenvolvimento, sendo tratados como tal na Demonstração dos recursos de desenvolvimento líquidos do Fundo.

O Fundo participa numa iniciativa de alívio da dívida multilateral, que visa resolver os problemas de dívida dos países identificados como países pobres fortemente endividados (HIPC), procurando ajudar a evitar que os seus esforços de reforma sejam comprometidos por níveis de dívida externa insustentáveis. No âmbito desta iniciativa, os credores concedem alívio da dívida a países que apresentem, durante um longo período de tempo, um bom desempenho nas suas políticas dedicadas à redução das dívidas para níveis sustentáveis. Como parte deste processo, foi criado o Fundo Fiduciário de Alívio da Dívida HIPC (o Fundo Fiduciário), constituído por fundos de doadores, incluindo o Grupo do Banco, com vista a ajudar os beneficiários a reduzirem a sua dívida global, incluindo as dívidas perante o Fundo.

No âmbito da estrutura original da iniciativa de alívio da dívida, após a assinatura de um Acordo de Alívio da Dívida HIPC pelo Fundo, o país beneficiário e o Fundo Fiduciário, os empréstimos ou prestações de reembolso identificados como disponíveis para venda ao Fundo Fiduciário são inscritos pelo seu valor actual líquido estimado. Na data de liquidação, o valor estimado inscrito é ajustado em função da diferença entre o dinheiro recebido e o valor contabilístico dos créditos vendidos.

Nos termos da estrutura HIPC reforçada, o mecanismo de implementação compreende um pagamento parcial do serviço da dívida do FAD, à medida que esta se for vencendo, com fundos recebidos do Fundo Fiduciário.

Nos termos da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI), os empréstimos devidos por HIPC elegíveis são cancelados quando os países atingem o ponto de conclusão ao abrigo da estrutura HIPC. O Fundo deverá ser integralmente compensado pelos empréstimos cancelados ao abrigo da MDRI através de contribuições adicionais efectuadas pelos doadores ao longo do período de reembolso dos empréstimos cancelados anteriormente estabelecido. Quando a MDRI entra em vigor num determinado país, certos montantes anteriormente concedidos a esse país a título de empréstimo deixam de ser reembolsáveis pelo mesmo e assumem a forma de subsídios atribuídos pelo Fundo. Assim sendo, os empréstimos cancelados ao abrigo da MDRI são incluídos na rubrica “Montantes líquidos relativos ao alívio da dívida” da Demonstração dos recursos de desenvolvimento líquidos e registados como distribuição de recursos de desenvolvimento, sendo efectuada a correspondente compensação nos empréstimos por liquidar.

Factos Ocorridos após a Data de Balanço

As demonstrações financeiras são ajustadas de modo a reflectir os factos que ocorreram entre a data da Demonstração dos recursos de desenvolvimento líquidos e a data de autorização de emissão das declarações financeiras, desde que forneçam dados sobre as condições existentes à data da Demonstração dos recursos de desenvolvimento líquidos.

Apesar de os factos indicativos das condições existentes após a data da Demonstração dos recursos de desenvolvimento líquidos serem divulgados, estes não resultam num ajuste das próprias demonstrações financeiras. A natureza e os efeitos potenciais de tais factos sobre as demonstrações financeiras encontram-se detalhados na Nota P das presentes demonstrações financeiras.

Reclassificação

Os montantes referentes a exercícios anteriores foram sujeitos a algumas reclassificações para efeitos de conformidade com a apresentação do exercício actual.

NOTA C – INVESTIMENTOS

Esta era a composição dos investimentos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009:

(milhares de UC)	2010	2009
Detidos até à maturidade	1.416.901	1.205.292
Provisão para depreciação de investimentos	-	(1.347)
Detidos para negociação	1.416.901	1.203.945
Total	3.103.846	3.148.372

Investimentos detidos para negociação

Resumo dos investimentos detidos para negociação, em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009:

(milhões de UC)

	Dólar americano		Euro		Libra esterlina		Todas as moedas	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Depósitos a prazo	76,36	117,97	256,10	214,10	-	22,06	332,46	354,13
Títulos garantidos por activos	45,37	61,13	37,66	51,56	-	-	83,03	112,69
Obrigações do Estado e de agências	615,72	632,11	156,62	376,75	-	-	772,34	1.008,86
Obrigações emitidas por empresas	195,59	245,42	286,86	177,11	-	-	482,45	422,53
Supranacional	16,67	46,22	-	-	-	-	16,67	46,22
Total	949,71	1.102,85	737,24	819,52	-	22,06	1.686,95	1.944,43

O perfil de maturidade contratual dos investimentos detidos para negociação em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 era o seguinte:

(milhares de UC)

	2010	2009
Um ano ou menos	654.602	969.050
Mais de um ano e menos de dois anos	617.944	218.073
Mais de dois anos e menos de três anos	248.058	563.094
Mais de três anos e menos de quatro anos	40.831	9.221
Mais de quatro anos e menos de cinco anos	58.666	83.352
Mais de cinco anos	66.844	101.637
Total	1.686.945	1.944.427

Investimentos detidos até à maturidade

Resumo dos investimentos detidos até à maturidade, em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009:

(milhões de UC)

	Dólar americano		Euro		Libra esterlina		Todas as moedas	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Títulos garantidos por activos	12,62	12,34	-	-	-	-	12,62	12,34
Obrigações do Estado e de agências	557,40	376,94	44,07	-	163,68	168,41	765,15	545,35
Obrigações emitidas por empresas	141,51	170,08	24,94	-	82,48	124,72	248,93	294,80
Supranacional	329,13	306,42	18,18	-	42,89	46,38	390,20	352,80
	1.040,66	865,78	87,19	-	289,05	339,51	1.416,90	1.205,29
Provisão para depreciação de investimentos	-	(1,35)	-	-	-	-	-	(1,35)
Total	1.040,66	864,43	87,19	-	289,05	339,51	1.416,90	1.203,94

O perfil de maturidade contratual dos investimentos detidos até à maturidade em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 era o seguinte:

(milhares de UC)	2010	2009
Um ano ou menos	140.179	139.389
Mais de um ano e menos de dois anos	204.489	140.072
Mais de dois anos e menos de três anos	158.877	201.960
Mais de três anos e menos de quatro anos	185.244	148.383
Mais de quatro anos e menos de cinco anos	133.162	173.962
Mais de cinco anos	594.950	401.526
Total	1.416.901	1.205.292

NOTA D – OBRIGAÇÕES À VISTA

As obrigações à vista representam pagamentos de subscrições efectuados pelos participantes, em conformidade com o artigo 9.º do Acordo, sob a forma de livranças não negociáveis e não sujeitas a juros, pagáveis à vista pelo seu valor nominal. O Conselho de Governadores decidiu que a cobrança destas livranças será regulada pelas normas de desembolso do Fundo.

NOTA E – ACTIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO

Nos termos dos regulamentos do Fundo aplicáveis a empréstimos, estes são expressos em UC e reembolsados na moeda de desembolso.

Empréstimos para Projectos e Linhas de Crédito

Geralmente, os empréstimos são concedidos em condições que permitem o reembolso ao longo de um período de 40 anos, precedido de um período de carência de 10 anos com início na data do contrato de empréstimo. O capital do empréstimo é geralmente reembolsável entre o 11.º e o 20.º ano, a uma taxa de 1% ao ano, e entre o 21.º e 50.º ano, a uma taxa de 3% ao ano. O mutuário está obrigado a pagar semestralmente uma taxa de serviço de 0,75% ao ano sobre o capital desembolsado e por liquidar. Os empréstimos e as linhas de crédito aprovados depois de Junho de 1996 estão sujeitos a uma taxa de compromisso de 0,5% ao ano sobre a parcela não desembolsada. Esta taxa de compromisso deve começar a ser paga 90 dias após a data da assinatura do contrato de empréstimo.

Antes da criação da Conta de Assistência Técnica, os empréstimos para estudos de pré-investimento eram normalmente concedidos por um período de 10 anos, incluindo um período de carência de 3 anos, sendo reembolsáveis em sete prestações de igual valor entre o 4.º e o 10.º ano.

Relativamente aos saldos não desembolsados dos empréstimos aprovados, o Fundo pode assumir compromissos especiais irrevogáveis para pagar aos mutuários ou a outras entidades o custo dos bens e serviços a financiar ao abrigo dos contratos de empréstimo. Em 31 de Dezembro de 2010, as garantias irrevogáveis de reembolso por liquidar perante bancos comerciais ascendiam a 4,93 milhões de UC (2009: 21,66 milhões de UC).

Em 31 de Dezembro de 2010, os empréstimos concedidos a certos mutuários ou por estes garantidos com um saldo total de capital não amortizado no valor de 284,91 milhões de UC (2009: 278,54 milhões de UC), dos quais 83,09 milhões de UC (2009: 73,85 milhões de UC) que já havia ultrapassado a data de vencimento, encontravam-se em situação de não acumulação. Se estes empréstimos não estivessem em situação de não acumulação, o rendimento dos empréstimos para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 teria sido de mais 2,12 milhões de UC (2009: 2,07 milhões de UC). Em 31 de Dezembro de 2010, os encargos acumulados não reconhecidos sobre os empréstimos em situação de não acumulação ascendiam a 33,65 milhões de UC, em comparação com 30,83 milhões de UC em 31 de Dezembro de 2009.

As linhas de crédito concedidas a bancos de desenvolvimento nacional e a instituições financeiras nacionais semelhantes têm geralmente uma duração máxima de 20 anos, incluindo um período de carência de 5 anos.

Subsídios e Actividades de Assistência Técnica

Nos termos da política de crédito do Fundo, 5% dos recursos disponíveis ao abrigo da terceira e da quarta reconstituições gerais, 10% ao abrigo da quinta e da sexta reconstituições gerais e 7,5% ao abrigo da sétima e da oitava reconstituições gerais foram atribuídos sob a forma de subsídios e assistência técnica baseada em subsídios para a identificação e preparação de projectos ou programas de desenvolvimento em determinados países membros. Além disso, montantes entre os 18 e os 21% dos recursos totais ao abrigo da nona reconstituição foram reservados, sob a forma de subsídios, para utilizações autorizadas, nomeadamente assistência técnica e financiamento de projectos. Os subsídios não comportam encargos. A quota de subsídios concedidos ao abrigo da décima e décima primeira reconstituições gerais baseia-se numa análise da sustentabilidade da dívida de cada país. Nos termos da sétima, oitava e nona reconstituições gerais, a assistência técnica também pode ser prestada numa base reembolsável.

Os empréstimos para assistência técnica são concedidos em condições que permitem o reembolso ao longo de um período de 50 anos, incluindo um período de carência de 10 anos, com início na data do contrato de empréstimo. No entanto, as seguintes categorias de empréstimos estão sujeitas a condições diferentes:

- (1) quando o empréstimo é concedido para a elaboração de um estudo de pré-investimento e este estudo conclui que o projecto não é exequível, o período de carência é alargado para 45 anos, seguido de um período de reembolso de 5 anos.
- (2) quando o empréstimo é concedido para reforçar a cooperação dos países membros regionais ou para melhorar o funcionamento das instituições existentes e não está relacionado com projectos ou programas específicos, o período de carência é de 45 anos, seguido de um período de reembolso de 5 anos.

Os empréstimos para assistência técnica não comportam encargos.

Iniciativa de Alívio da Dívida HIPC

Na estrutura original da iniciativa HIPC, determinados empréstimos concedidos a países beneficiários eram pagos pelo Fundo Fiduciário HIPC a um preço equivalente ao valor actual líquido dos empréstimos, calculado utilizando a metodologia acordada no âmbito da iniciativa. Após a assinatura de um acordo de alívio da dívida HIPC, os empréstimos identificados para pagamento eram inscritos pelo valor actual líquido estimado. O montante inscrito, representando a diferença entre o valor contabilístico e o valor actual líquido dos empréstimos, era apresentado como uma distribuição de recursos de desenvolvimento. O montante de 71,08 milhões de UC, que representava o valor inscrito em relação ao alívio da dívida HIPC concedido a Moçambique em 1999 ao abrigo da estrutura HIPC original, está incluído no montante declarado na secção "Montantes líquidos relativos ao alívio da dívida" da Demonstração dos recursos de desenvolvimento líquidos. O saldo por liquidar e o valor actual líquido dos empréstimos concedidos a Moçambique e vendidos ao Fundo Fiduciário HIPC em 1999 ascendiam a 132,04 milhões de UC e 60,96 milhões de UC, respectivamente.

Em 1999, a iniciativa HIPC foi reforçada para proporcionar um alívio da dívida maior, mais rápido e mais direccionado para a pobreza. Este objectivo foi alcançado através da redução dos critérios de elegibilidade para qualificação no âmbito da iniciativa e através da concretização mais rápida do alívio da dívida, quando comparado com a estrutura original. Com esta estrutura reforçada, em que são actualmente elegíveis 32 países africanos, o alívio da dívida é implementado através de reduções anuais do serviço da dívida, que permitem a libertação de até 80% das obrigações anuais com o serviço da dívida, à medida que elas se vencem, até se atingir o valor actual líquido total do alívio da dívida, determinado pela análise de sustentabilidade da dívida. Entre os pontos de decisão e conclusão, é concedido um financiamento intercalar, que pode atingir 40% do total do alívio da dívida. As contribuições totais do Fundo para a iniciativa HIPC em 31 de Dezembro de 2010 ascendiam a 184 milhões de UC e são apresentadas como uma distribuição de recursos de desenvolvimento na Demonstração dos recursos de desenvolvimento líquidos.

Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral

Na Cimeira de Gleneagles, realizada a 8 de Julho de 2005, o Grupo dos 8 países mais desenvolvidos acordaram uma proposta para que o FAD, a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) cancelassem 100% das suas reclamações de reembolso aos países que tenham atingido, ou que vão atingir, o ponto de conclusão no âmbito da Iniciativa HIPC reforçada. Através do comunicado emitido em 25 de Setembro de 2005 pelo Comité de Desenvolvimento, a comunidade doadora manifestou o seu apoio a esta Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI) e solicitou às instituições referidas anteriormente que tomassem as medidas necessárias, a fim de garantir a sua implementação.

O principal objectivo da MDRI é concluir o processo de alívio da dívida dos HIPC através da concessão de recursos adicionais a 38 países em todo o mundo, 33 dos quais pertencem ao continente africano, para que façam progressos no sentido de alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), salvaguardando, ao mesmo tempo, a capacidade de financiamento de longo prazo do FAD e da AID. O cancelamento da dívida será concretizado através da redução dos compromissos de reembolso dos HIPC que tenham ultrapassado o ponto de conclusão e do ajustamento dos seus fluxos de auxílio brutos, reduzindo-os pelo mesmo montante. De forma a manter a integridade financeira do FAD, os doadores deverão efectuar contribuições adicionais para o FAD para repor, “dólar por dólar”, o capital anterior e os pagamentos dos encargos com os serviços.

A MDRI efectivou-se para o FAD em 1 de Setembro de 2006. Uma vez que os empréstimos desembolsados e por liquidar não estão incluídos nos recursos de desenvolvimento líquidos, o cancelamento da dívida não teve um impacto no saldo dos recursos de desenvolvimento do Fundo. Os cancelamentos de dívidas do FAD são efectivados quando outros países elegíveis alcançam o ponto de conclusão da Iniciativa HIPC.

Em 31 de Dezembro de 2010, tinham sido cancelados empréstimos por liquidar ao abrigo da MDRI no montante bruto de 4,85 mil milhões de UC (2009: 4,84 mil milhões de UC) para 23 (2009: 21) países HIPC que atingiram o ponto de conclusão. Deste montante, 1.225,99 milhões de UC (2009: 1.225,99 milhões de UC) em termos nominais foram convertidos pelo Fundo Fiduciário HIPC. O valor actual dos empréstimos convertidos era de 942,71 milhões de UC (2009: 942,71 milhões de UC). Em 31 de Dezembro de 2010, o valor actual foi transferido do Fundo Fiduciário HIPC para o FAD.

De seguida, apresenta-se um resumo dos montantes referentes ao alívio da dívida concedido ao abrigo da HIPC e da MDRI em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009:

(milhares de UC)

	2010			2009		
	HIPC	MDRI	Total	HIPC	MDRI	Total
Saldo em 1 de Janeiro	304.203	3.929.930	4.234.133	354.166	3.715.730	4.069.896
Empréstimos cancelados*	-	17.574	17.574	-	214.200	214.200
Montante recebido*	(1.345)	-	(1.345)	(49.963)	-	(49.963)
Saldo em 31 de Dezembro	302.858	3.947.504	4.250.362	304.203	3.929.930	4.234.133

* No momento da implementação da MDRI.

Mecanismo Especial de Liquidação de Dívidas Vencidas

Mecanismo de liquidação de dívidas vencidas para a RDC - Paralelamente ao esforço coordenado internacional entre o GBAD, o FMI, o Banco Mundial e outros doadores bilaterais e multilaterais para auxiliar a República Democrática do Congo (RDC) nos seus esforços de reconstrução, o Conselho de Administração aprovou, em 26 de Junho de 2002, um mecanismo de liquidação de dívidas vencidas para a RDC. Ao abrigo do mecanismo de liquidação de dívidas vencidas, os representantes dos Estados Participantes do FAD (os Representantes) autorizaram uma afectação de cerca de 36,50 milhões de UC em recursos sob a forma de subsídios provenientes da nona reconstituição geral dos recursos do FAD (FAD-IX), a fim de liquidar a totalidade das dívidas da RDC ao Fundo. Os Representantes autorizaram ainda a utilização de 11,77 milhões de UC, aproximadamente, provenientes dos recursos residuais do Mecanismo de Financiamento Suplementar (SFM) da FAD-VIII para o pagamento parcial das despesas decorrentes das dívidas da RDC ao BAD.

Facilidade de apoio a países frágeis - A Facilidade de apoio a países frágeis (FSF) foi criada em Março de 2008 para providenciar um quadro operacional amplo e integrado de apoio a países elegíveis, normalmente países membros regionais do BAD emergentes de situações de conflito ou crise. A FSF tem como objectivo consolidar a paz, estabilizar as economias e criar as bases para uma redução sustentada da pobreza e para um crescimento económico de longo prazo. A FSF assume agora as operações de liquidação de dívidas vencidas do anterior Mecanismo de apoio a países pós-conflito (PCCF), que foi constituído como um enquadramento destinado a ajudar países em situação de pós-conflito a liquidar as suas dívidas e a prepará-los para a reassunção dos compromissos com a comunidade de doadores, de forma a reactivar a ajuda ao desenvolvimento e ajudar esses países a alcançar o ponto de decisão da Iniciativa HIPC, necessário à qualificação para o alívio da dívida, após liquidarem os créditos em atraso junto do Grupo do Banco. O enquadramento envolve a segregação de um conjunto de recursos através de um empréstimo separado com contribuições provenientes do FAD, do BAD e de outros doadores privados. Os recursos do empréstimo são concedidos numa base casuística aos países elegíveis genuinamente frágeis e que ainda não estejam a beneficiar de alívio da dívida para eliminar hiatos de financiamento, após esse país ter feito o máximo esforço para liquidar as suas dívidas em atraso junto do Grupo do Banco. As contribuições efectuadas pelo Fundo à FSF não podem ser utilizadas para liquidar montantes devidos ao Fundo por países frágeis beneficiários. As contribuições efectuadas pelo Fundo à FSF estão incluídas na rubrica “Subsídios e Actividades de Assistência Técnica” da Demonstração dos recursos de desenvolvimento líquidos.

NOTA F – SUBSCRIÇÕES E CONTRIBUIÇÕES

As subscrições iniciais do Fundo foram efectuadas pelo Banco e pelos Estados Participantes que subscreveram originalmente o Acordo, bem como pelos Estados que aderiram ao Acordo desde a data da assinatura inicial. Desde então, foram recebidas mais subscrições dos participantes sob a forma de um aumento geral de capital especial e de onze reconstituições gerais. A descrição detalhada destes movimentos é apresentada na Nota O - Demonstração de subscrições e poder de voto.

As negociações para a décima primeira reconstituição do Fundo (FAD-XI) terminaram a 11 de Dezembro de 2007, altura em que os representantes do FAD chegaram a acordo quanto ao nível de reconstituição, definido em 5,76 mil milhões de UC, dos quais 2,06 mil milhões de UC representam recursos gerados internamente, para o período operacional entre 2008 e 2010. A décima primeira reconstituição entrou em vigor a 8 de Maio de 2008, depois de os depósitos efectuados pelos Estados Participantes através dos instrumentos de subscrição do Fundo representarem um montante superior a 30% das subscrições previstas. Em 31 de Dezembro de 2010, as subscrições do FAD-XI ascendiam a 3,37 mil milhões de UC.

Na reunião realizada em Tunes a 7 e 8 de Setembro de 2010, os representantes chegaram a um acordo sobre os termos de implementação da Décima segunda reconstituição do Fundo (FAD-XII). Em conformidade com o Acordo que estabelece o Fundo, o relatório de reconstituição que autoriza a FAD-XII foi sujeito à apreciação e aprovado pelo Conselho dos Governadores através da sua Resolução F(BG/2011/01 de 20 de Janeiro de 2011. A Décima segunda reconstituição entrará em vigor na data em que os depósitos efectuados pelos Estados Participantes através dos instrumentos de subscrição do Fundo representarem um montante igual ou superior a trinta por cento (30%) das subscrições previstas.

Em 31 de Dezembro de 2010, as contribuições cumulativas por conta da MDRI ascenderam a 5,58 mil milhões de UC, dos quais 390,70 milhões tinham sido pagos e incluídos na totalidade das subscrições. De acordo com a resolução que aprova a MDRI, as contribuições pagas concedem direitos de voto aos Estados Participantes, tal como é possível observar na Nota O.

Os ganhos e perdas resultantes da conversão das subscrições e contribuições recebidas em UC são registados na conta de Ajustamentos cambiais acumulados sobre subscrições na Demonstração dos recursos de desenvolvimento líquidos.

NOTA G – OUTROS RECURSOS

Em conformidade com as conclusões da Assembleia Geral das Nações Unidas, o Conselho de Administração reconheceu que a ex-República Federal Socialista da Jugoslávia deixou de existir enquanto Estado perante a lei internacional, pelo que deixa também de ser um Estado Participante no Fundo ou um membro do Banco. De acordo com a decisão de 1993 do Conselho de Administração do Fundo, as subscrições da ex-República Federal Socialista da Jugoslávia para o Fundo, excluindo o montante em dívida (12,97 milhões de UC), passam a fazer parte do património permanente do Fundo e não são restituíveis a nenhuma entidade. Deste modo, os montantes das subscrições pagas são registados como parte de outros recursos na Demonstração dos recursos de desenvolvimento líquidos.

Também incluído noutros recursos está um total de 342,30 milhões de UC, representando as contribuições do Banco, no valor de 340,30 milhões de UC, e do Governo do Botsuana, no valor de 2 milhões de UC, destinadas às actividades do Fundo, em conformidade com o artigo 8.º do Acordo.

NOTA H – DIVULGAÇÕES SOBRE O JUSTO VALOR DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Investimentos: uma vez que o Fundo lança os seus investimentos detidos para negociação em função do valor de mercado, o montante lançado representa o justo valor da carteira. Os justos valores baseiam-se nas cotações de mercado, quando disponíveis. Se os preços das cotações de mercado não estiverem disponíveis, os justos valores baseiam-se nos preços das cotações de mercado de instrumentos comparáveis.

Créditos: todos os créditos concedidos pelo Fundo têm por objectivo fornecer ajuda concessional a países membros regionais de baixo rendimento. Tendo em conta que o capital em dívida é reembolsável na totalidade, não são cobrados juros aos mutuários. No entanto, é cobrada uma taxa de serviço de 0,75% sobre o saldo desembolsado e não amortizado e uma taxa de compromisso de 0,5% sobre o saldo não desembolsado, a fim de cobrir os encargos decorrentes da gestão dos créditos. Devido à natureza altamente concessional destes créditos, não é relevante calcular os justos valores dos empréstimos concedidos vincendos.

NOTA I - RESERVAS

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, as reservas eram as seguintes:

(milhares de UC)	2010	2009
Reservas em 1 de Janeiro	177.618	172.921
(Défice)/Excedente anual	(62.930)	4.697
Reservas em 31 de Dezembro	114.688	177.618

NOTA J – FUNDOS FIDUCIÁRIOS

O Fundo possui recursos disponíveis provenientes das contribuições recebidas ao abrigo do artigo 8.º do Acordo, o que permite ao Fundo receber outros recursos, incluindo subsídios dos Estados Participantes, dos países não participantes e de qualquer entidade pública ou privada.

Em 31 de Dezembro de 2010, o saldo não desembolsado dos recursos dos fundos fiduciários era de 4,29 milhões de UC (2009: 4,37 milhões de UC), representando o saldo de um subsídio proveniente do Japão para o desenvolvimento dos recursos humanos em África.

Os recursos dos fundos fiduciários são mantidos em separado dos recursos do FAD.

NOTA K - DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em conformidade com o artigo 31.º do Acordo, o Fundo reembolsa o BAD pelo justo valor estimado da utilização dos escritórios de representação, do pessoal, da organização, dos serviços e das instalações do BAD. O montante reembolsado destinado a estas despesas administrativas é calculado com base numa fórmula pré-definida de partilha de custos, determinada, em grande parte, pela quota relativa do número de programas e projectos do Fundo executados durante o ano pelo Grupo do Banco. As despesas administrativas incorridas pelo Fundo em 2010 ascenderam a 163,96 milhões de UC (2009: 157,65 milhões de UC).

NOTA L - ENTIDADES TERCEIRAS

Todas as operações do Fundo são conduzidas por um Conselho de Administração com 14 membros, 7 dos quais são seleccionados pelo Banco. O Banco exerce 50% dos poderes de voto do FAD e o Presidente do Banco é o Presidente *ex officio* do Fundo. Em conformidade com o Acordo, o Fundo utiliza os escritórios de representação, o pessoal, a organização, os serviços e as instalações do BAD para desempenhar as suas funções, reembolsando-o por essa utilização de acordo com o referido na Nota K. Neste contexto, o Banco administra os recursos do Fundo. O Fundo administra também os fundos fiduciários a ele atribuídos por alguns dos seus Estados Participantes.

NOTA M – SÍNTESE DOS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes em milhares de UC)

País	N.º de empréstimos concedidos*	Total de empréstimos concedidos*	Montante de empréstimos concedidos por contratar	Saldos não desembolsados	Saldos vencidos	% do total dos empréstimos concedidos não liquidados
Angola	12	70.629	-	42.308	28.321	0,45
Benim	26	229.082	-	106.816	122.266	1,94
Botswana	12	54.329	-	-	54.329	0,86
Burquina Faso	28	362.723	-	120.688	242.036	3,84
Burundi	6	26.602	-	5.668	20.934	0,33
Cabo Verde	27	107.619	7.000	3.387	97.232	1,54
Camarões	23	261.928	-	143.440	118.487	1,88
Chade	36	281.973	-	10.159	271.814	4,32
Comores	8	23.181	-	-	23.181	0,37
Congo	1	7.287	-	-	7.287	0,12
Costa do Marfim	14	198.446	-	33.239	165.206	2,62
Egipto	17	155.205	-	555	154.650	2,46
Eritreia	6	75.459	-	6.548	68.911	1,09
Etiópia	18	667.773	-	298.075	369.698	5,87
Gabão	3	1.442	-	-	1.442	0,02
Gâmbia	11	34.180	-	1.291	32.889	0,52
Gana	34	623.576	-	317.280	306.296	4,86
Guiné	35	262.522	-	10.515	252.007	4,00
Guiné-Bissau	26	110.477	-	10.517	99.960	1,59
Guiné Equatorial	11	28.996	-	-	28.996	0,46
Jibuti	16	91.404	-	5.798	85.607	1,36
Lesoto	33	147.790	-	12.400	135.390	2,15
Libéria	3	245	-	-	245	-
Madagáscar	18	245.383	500	83.607	161.276	2,56
Malavi	18	151.015	-	50.344	100.671	1,60
Mali	35	448.955	-	159.948	289.007	4,59
Marrocos	6	35.174	-	-	35.174	0,56
Maurícia	3	2.074	-	-	2.074	0,03
Mauritânia	13	65.404	-	15.613	49.791	0,79
Moçambique	30	477.108	-	164.962	312.146	4,96
Namíbia	2	12.697	-	-	12.697	0,20
Niger	17	152.005	-	67.040	84.965	1,35
Nigéria	21	510.895	150.000	154.446	206.449	3,28
Quênia	41	799.610	35.000	397.092	367.518	5,84
República Democrática do Congo	28	229.719	-	32.227	197.492	3,14
Ruanda	14	129.911	-	21.584	108.328	1,72
São Tomé e Príncipe	4	5.037	-	2.986	2.051	0,03
Seicheles	3	6.663	-	-	6.663	0,11
Senegal	24	305.071	-	105.262	199.809	3,17
Serra Leoa	11	73.498	-	23.864	49.634	0,79
Somália**	17	67.231	-	-	67.231	1,07
Suazilândia	8	35.495	-	-	35.495	0,56
Sudão** (i)	15	180.840	-	-	180.840	2,87
Tanzânia	32	920.110	104.360	322.079	493.671	7,84
Togo	12	78.653	-	2.990	75.664	1,20
Uganda	28	689.198	-	413.578	275.620	4,38
Zâmbia	15	191.041	-	52.644	138.397	2,20
Zimbabué**	10	36.838	-	-	36.838	0,59
Multinacionais	30	925.220	85.309	719.804	120.107	1,91
Total	861	10.597.713	382.169	3.918.753	6.296.791	100,00

i) Os resultados do referendo realizado no Sudão do Sul em Janeiro de 2011 apoiaram a criação de um Estado independente do Sudão do Sul. Após a efectivação da divisão do Estado do Sudão em duas nações independentes em Julho de 2011, o número e o montante dos empréstimos afectos ao Sudão na presente demonstração serão divididos entre os dois Estados emergentes, nos termos acordados nas negociações em curso entre o Sudão do Norte e o Sudão do Sul.

* Excluindo empréstimos concedidos totalmente liquidados e empréstimos anulados.

** Países em situação de não acumulação em 31 de Dezembro de 2010.

Podem ocorrer ligeiras diferenças nos totais devido a arredondamentos.

NOTA N – MATURIDADE E COMPOSIÇÃO MONETÁRIA DOS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS VINCENDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, a distribuição da maturidade dos empréstimos concedidos vincendos era a seguinte:

(Montantes em milhões de UC)

Período	2010		2009	
	Montante	%	Montante	%
Um ano ou menos	149,96	2,38	132,79	2,44
Mais de um ano e menos de dois anos	72,16	1,15	64,01	1,18
Mais de dois anos e menos de três anos	79,22	1,26	71,68	1,32
Mais de três anos e menos de quatro anos	88,05	1,40	77,95	1,43
Mais de quatro anos e menos de cinco anos	95,06	1,51	85,56	1,58
Mais de cinco anos	5.812,34	92,30	5.001,30	92,05
Total	6.296,79	100,00	5.433,29	100,00

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, a composição monetária dos empréstimos concedidos vincendos era a seguinte:

(Montantes em milhões de UC)

Moeda	2010		2009	
	Montante	%	Montante	%
Coroa dinamarquesa	16,46	0,26	17,99	0,33
Coroa norueguesa	29,68	0,47	31,04	0,57
Coroa sueca	20,39	0,32	20,38	0,38
Dólar americano	2.441,41	38,77	1.966,00	36,18
Dólar canadiano	18,39	0,29	17,98	0,33
Euro	2.136,30	33,93	2.100,24	38,66
Franco suíço	110,64	1,76	101,65	1,87
Iene japonês	1.516,86	24,09	1.171,08	21,55
Libra esterlina	6,33	0,10	6,63	0,12
Outros	0,33	0,01	0,30	0,01
Total	6.296,79	100,00	5.433,29	100,00

NOTA O – DEMONSTRAÇÃO DE SUBSCRIÇÕES, CONTRIBUIÇÕES E PODER DE VOTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes em milhares de UC)

Participantes	Subscrições				Total de subscrições	Situação dos pagamentos			MDRI	Poder de voto	
	inicial	Aumento especial	Da FAD-I à FAD-X	FAD-XI		Total de prestações pagas	Prestações devidas	Prestações ainda não a pagamento	Pagamentos recebidos	Número de votos	%
1 África do Sul	1.794	-	11.922	7.147	20.863	20.863	-	-	9.562	-	-
2 Alemanha	6.860	6.956	1.477.300	400.000	1.891.116	1.891.116	-	-	21.052	102,010	5,100
3 Arábia Saudita	8.290	-	216.270	16.395	240.955	240.955	-	-	2.997	13,014	0,651
4 Argentina	1.842	-	7.018	-	8.860	1.842	7.018	-	-	0,098	0,005
5 Áustria	13.816	-	197.067	86.545	297.428	297.428	-	-	4.475	16,106	0,805
6 BAD	4.605	1.382	105.754	-	111.741	111.741	-	-	-	1.000,000	50,000
7 Bélgica	2.763	-	281.319	76.731	360.813	360.813	-	-	4.937	19,512	0,976
8 Brasil	1.842	921	124.700	6.558	134.021	127.463	-	6.558	-	6,800	0,340
9 Canadá	13.816	6.908	1.168.159	212.351	1.401.234	1.401.234	-	-	95.664	78,390	3,920
10 China	13.816	-	258.102	79.901	351.819	351.819	-	-	5.229	19,048	0,952
11 Coreia	9.211	-	113.331	32.474	155.016	155.016	-	-	2.960	8,428	0,421
12 Dinamarca	4.605	1.842	452.684	51.170	510.301	510.301	-	-	3.465	27,408	1,370
13 Emirados Árabes Unidos	4.145	-	4.145	-	8.290	8.290	-	-	-	0,442	0,022
14 Espanha	1.842	921	324.302	127.307	454.372	454.372	-	-	47.702	25,911	1,296
15 Estados Unidos da América	12.434	8.290	1.915.761	306.944	2.243.429	2.127.759	-	115.670	22.148	114,692	5,735
16 Finlândia	1.842	-	249.863	89.222	340.927	339.969	-	-	4.777	18,391	0,920
17 França	8.809	-	1.511.712	403.329	1.923.850	1.923.850	-	-	29.301	104,196	5,210
18 Índia	5.526	-	57.910	6.434	69.870	69.870	-	-	554	3,757	0,188
19 Itália	9.211	-	1.075.832	-	1.085.043	1.085.041	-	-	21.231	57,052	2,853
20 Japão	13.816	-	1.921.953	261.439	2.197.208	2.197.208	-	-	21.281	118,351	5,918
21 Kuwait	4.974	-	152.828	6.657	164.459	164.459	-	-	13.003	9,467	0,473
22 Noruega	4.605	2.303	653.626	167.029	827.563	827.564	-	-	11.274	43,504	2,175
23 Países Baixos	3.684	1.842	534.668	201.062	741.256	740.908	-	-	10.510	39,448	1,972
24 Portugal	7.368	-	107.006	29.622	143.996	143.996	-	-	1.800	7,778	0,389
25 Reino Unido	4.800	3.073	880.273	547.151	1.435.297	1.435.297	-	-	30.220	77,800	3,890
26 Suécia	4.605	3.684	786.925	160.994	956.208	956.208	-	-	12.739	50,624	2,531
27 Suíça	2.763	2.938	597.351	91.186	694.238	694.239	-	-	13.817	37,773	1,889
Total	173.684	41.060	15.187.781	3.367.648	18.770.173	18.639.621	7.018	122.228	390.698	2.000,00	100,00
Informação suplementar:											
Contribuições suplementares através de cobranças aceleradas para reduzir a diferença	-	-	38,565	-	38,565	38,565	-	-	-	-	-

Podem ocorrer ligeiras diferenças nos totais devido a arredondamentos.

NOTA P – FACTOS OCORRIDOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Sudão: em cumprimento das cláusulas dispostas no Acordo de Paz Global (APG) assinado no final da guerra civil que assolou a República Islâmica do Sudão em 2005, foi realizado um referendo em Janeiro de 2011 no Sudão do Sul, por forma a decidir sobre a proclamação da independência deste território em relação ao Sudão do Norte. Com base no resultado do referendo, anunciado em 7 de Fevereiro de 2011, a população do Sudão do Sul manifestou a sua vontade de separação e proclamação de um Estado independente. A separação deverá tornar-se efectiva em Julho de 2011. Para o Fundo, a separação terá impacto nos direitos e obrigações dos dois Estados no que diz respeito aos empréstimos concedidos pelo Fundo ao Sudão e actualmente indicados na Nota M (Síntese dos empréstimos concedidos). Apesar de este facto não ajustado poder vir a ter efeitos sobre a declaração de empréstimos, não se espera que venha a ter um impacto sobre a posição ou desempenho financeiro global do Fundo.



KPMG Audit
1, cours Valmy
92923 Paris La Défense Cedex
França

Telefone: +33 (0)1 55 68 68 6
Fax: +33 (0)1 55 68 73 6
Sítio na Internet: www.kpmg.fr

Fundo Africano de Desenvolvimento

Agência Temporária de Relocalização

15, Avenue du Ghana

1002 Tunis Belvédère

Tunísia

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras com Fins Especiais do Fundo Africano de Desenvolvimento destinado ao Conselho de Governadores do FAD

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

Auditámos as demonstrações financeiras com fins especiais em anexo referentes ao Fundo Africano de Desenvolvimento (o Fundo), elaboradas em conformidade com as normas de relato contabilístico e financeiro, tal como definidas nas normas contabilísticas constantes da Nota B das Demonstrações financeiras com fins especiais para o exercício que terminou em 31 de Dezembro de 2010.

As presentes Demonstrações financeiras com fins especiais foram elaboradas com a finalidade de apresentar demonstrações financeiras aprovadas e auditadas ao Conselho de Governadores, como exigem os artigos 26.º (v), 35.º (l) e 35.º (3) do Acordo de constituição do Fundo, e não pretendem ser uma apresentação estruturada de acordo com um quadro contabilístico reconhecido como, por exemplo, as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

O presente relatório destina-se exclusivamente ao Conselho de Governadores do Fundo, enquanto órgão, de acordo com os artigos 26.º (v), 35.º (l) e 35.º (3) do Acordo de constituição do Fundo. O nosso trabalho de auditoria foi elaborado para que possamos declarar ao Conselho de Governadores do Fundo todas as questões que somos obrigados a declarar num relatório de auditores, e para nenhuma outra finalidade. Tanto quanto a lei permita, não aceitamos nem assumimos qualquer responsabilidade pelo nosso trabalho de auditoria, por este relatório ou pelos pareceres que emitimos, perante qualquer outra entidade que não seja o Fundo e o Conselho de Governadores do Banco enquanto órgão.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações financeiras anuais

Em conformidade com os artigos 26.º (v), 35.º (l) e 35.º (3) do Acordo de constituição do Fundo e com as normas contabilísticas definidas na Nota B das Demonstrações financeiras com fins especiais, a Administração é responsável pela elaboração e apresentação das presentes demonstrações financeiras. Estas responsabilidades incluem: planificar, implementar e manter o controlo interno relevante na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras para que não contenham inexactidões materiais, originadas por fraude ou por erro; seleccionar e aplicar normas contabilísticas adequadas; e efectuar estimativas contabilísticas que sejam plausíveis perante as circunstâncias.

Responsabilidade dos auditores

A nossa responsabilidade consiste na emissão de um parecer sobre estas Demonstrações financeiras com fins especiais, com base na nossa auditoria. A nossa auditoria foi realizada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Essas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e realizemos a auditoria de forma a obter uma garantia razoável de que as Demonstrações financeiras com fins especiais não contêm inexactidões materiais.

KPMG S.A.,
sociedade francesa, membro da rede KPMG,
constituída por empresas independentes afiliadas à
KPMG International Cooperative, uma entidade de direito suíço.

Sociedade anónima de
contabilidade - Comissão de
revisão de contas composta
por direcção e conselho
de fiscalização.
Inscrita na Ordem em Paris sob
o n.º 14-30080101 e na
Câmara dos Revisores Oficiais
de Contas de Versalhes.

Sede social:
KPMG S.A.
Immeuble le Palatin
3, cours du Triangle
92939 Paris La Défense Cedex
Capital : 5.497.100 €. Code APE 6920 Z
775 726 417 R.C.S. Nanterre
TVA União Europeia
FR 77 775 726 417



Fundo Africano de Desenvolvimento
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras
com Fins Especiais do Fundo Africano de Desenvolvimento
destinado ao Conselho de Governadores do FAD

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos para obter evidências de auditoria sobre os montantes e declarações que constam das Demonstrações financeiras com fins especiais. A selecção dos procedimentos depende da análise dos auditores, incluindo a avaliação dos riscos de inexactidões materiais das Demonstrações financeiras com fins especiais, originadas por fraude ou por erro. Ao efectuar essas avaliações de risco, os auditores analisam o controlo interno relevante para a elaboração e apresentação das Demonstrações financeiras com fins especiais por parte da entidade, de forma a conceber procedimentos de auditoria adaptados às circunstâncias, mas não com o objectivo de emitir um parecer sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui ainda a avaliação da adequação dos princípios contabilísticos utilizados e da razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações financeiras com fins especiais em termos gerais.

Acreditamos que as evidências de auditoria que obtivemos são suficientes e adequadas para fundamentarmos o nosso parecer.

Parecer

Em nossa opinião, as Demonstrações financeiras com fins especiais referentes ao Fundo foram elaboradas, em todos os aspectos materiais, em conformidade com as normas de relato contabilístico e financeiro, tal como definidas nas normas contabilísticas constantes da Nota B das Demonstrações financeiras com fins especiais para o exercício que terminou em 31 de Dezembro de 2010.

Paris La Défense, 30 de Março de 2011

KPMG Audit
Uma divisão da KPMG S.A.

Pascal Brouard
Sócio

ORÇAMENTO ADMINISTRATIVO DO FAD PARA O EXERCÍCIO DE 2011

(milhares de UC)

Descrição	
Comissões de gestão*	201,120
Despesas directas	150
Total	201,270

* O montante representa a parcela pertencente ao Fundo Africano de Desenvolvimento do justo valor das despesas do Banco no que diz respeito a escritórios de representação, pessoal, organização, serviços e instalações, calculado com base numa fórmula aprovada pelos Conselhos.

FUNDO FIDUCIÁRIO DA NIGÉRIA

Gestão financeira

Investimentos

Em 31 de Dezembro de 2010, os valores de caixa e os investimentos em títulos do tesouro detidos pelo FFN, denominados em dólares americanos, ascendiam a 107,95 milhões de UC, comparados com os 102,79 milhões de UC detidos em finais de 2009. O rendimento dos investimentos para 2010 atingiu 0,41 milhões de UC, representando uma rentabilidade de 0,38% sobre um nível médio de liquidez de 108,40 milhões de UC, em comparação com um rendimento de 1,99 milhões de UC em 2009, que representou uma rentabilidade de 1,06% sobre um nível médio de liquidez de 187,15 milhões de UC.

Carteira de empréstimos concedidos

Em 31 de Dezembro de 2010, o valor dos créditos contratados, líquido de anulações, registava uma diminuição ligeira de 0,16 milhões de UC, totalizando 245,65 milhões de UC face aos 245,81 milhões de UC contabilizados no final de 2009. Na mesma data, existiam 32 créditos contratados activos e 39 créditos totalmente liquidados que ascendiam, respectivamente, a 52,55 milhões de UC e a 101,85 milhões de UC.

Desembolsos

Os desembolsos aumentaram de 4,87 milhões de UC em 2009 para 5,02 milhões de UC em 2010, representando uma subida de 3%. Em 31 de Dezembro de 2010, os desembolsos acumulados ascendiam a 226,72 milhões de UC. Foi integralmente desembolsado um total de 61 créditos, no montante total de 205,34 milhões de UC, representando 91% dos desembolsos acumulados.

Políticas e processos de gestão do risco

À semelhança do Banco Africano de Desenvolvimento, o Fundo Fiduciário da Nigéria procura reduzir a sua exposição a riscos que não sejam essenciais para a sua actividade principal de fornecer ajuda ao desenvolvimento, como os riscos de liquidez, dos câmbios e das taxas de juro. A Nota D relativa às Demonstrações financeiras descreve as políticas e os processos de gestão do risco usados pelo FFN.

Resultados financeiros

O rendimento do FFN antes da aprovação das transferências pelo Conselho de Governadores diminuiu de 3,17 milhões de UC em 2009 para 1,83 milhões de UC em 2010, devido principalmente ao decrésci-

mo do rendimento dos investimentos. O rendimento dos investimentos em 2010 diminuiu 1,58 milhões de UC em resultado da redução das taxas de juro e dos fundos médios de investimento.

As despesas administrativas, que representam a parcela pertencente ao Fundo do total de despesas comuns do Grupo do BAD, diminuíram 0,33 milhões de UC, de 0,80 milhões de UC em 2009 para 0,47 milhões de UC em 2010. A parcela pertencente ao Fundo do total de despesas comuns do Grupo do BAD baseia-se numa fórmula predefinida de repartição de custos, que é influenciada pelos níveis relativos de determinados indicadores do volume operacional e pelas dimensões relativas dos balanços. As despesas administrativas do Fundo estão, contudo, sujeitas a um limite de 20% do seu rendimento bruto.

As reservas do Fundo, líquidas de ajustamentos acumulados de conversões cambiais, aumentaram de 28,14 milhões de UC em finais de 2009 para 32,28 milhões de UC em 31 de Dezembro de 2010.

Fundo Fiduciário da Nigéria
Demonstrações financeiras e
Relatório dos auditores independentes
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

Balanço	240
Demonstração de resultados	242
Demonstração do rendimento global	243
Demonstração das alterações do capital próprio	243
Demonstração dos fluxos de caixa	244
Notas às demonstrações financeiras	245
Relatório dos auditores independentes	262

BALANÇO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(milhares de UC – Nota B)

ACTIVOS	2010	2009
DEVIDO POR BANCOS	8.291	4.375
INVESTIMENTOS (Nota E)	99.657	98.414
DEVEDORES		
Rendimento acumulado e créditos de empréstimos concedidos	1.556	1.574
Rendimento acumulado dos investimentos	61	176
Outros valores a receber	559	522
	2.176	2.272
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS (Notas D e F)		
Desembolsados e por liquidar	52.545	53.242
Menos: Provisões acumuladas para imparidades	(145)	(143)
	52.400	53.099
TOTAL DOS ACTIVOS	162.524	158.160

As notas que acompanham as demonstrações financeiras fazem parte deste documento.

PASSIVO E CAPITAIS PRÓPRIOS	2010	2009
CREDORES	1.660	1.435
CAPITAIS PRÓPRIOS (Nota G)		
Capital	128.586	128.586
Reservas		
Lucros obtidos	148.710	147.194
Ajustamento Acumulado da Conversão Cambial (Nota B)	(116.432)	(119.055)
Total das reservas	32.278	28.139
Total dos capitais próprios	160.864	156.725
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAIS PRÓPRIOS	162.524	158.160

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (milhares de UC – Nota B)

	2010	2009
RENDIMENTOS (Nota H)		
Juros e encargos de empréstimos concedidos	1.922	2.021
Rendimento de investimentos	413	1.990
Total dos rendimentos	2.335	4.011
DESPESAS		
Despesas administrativas (Nota I)	467	802
Encargos bancários	19	14
Total das despesas	486	816
Provisões para imparidades dos empréstimos (Nota F)	-	(12)
Provisões para imparidades dos juros e encargos de empréstimos (Nota F)	16	34
Total das despesas e provisões para imparidades	502	838
Rendimentos antes da aprovação das transferências pelo Conselho de Governadores	1.833	3.173
Transferências de rendimentos aprovadas pelo Conselho de Governadores (Nota G)	(317)	(599)
RENDIMENTO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.516	2.574

As notas que acompanham as demonstrações financeiras fazem parte deste documento.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO GLOBAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (milhares de UC – Nota B)

	2010	2009
RENDIMENTO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.516	2.574
Outros rendimentos globais	-	-
TOTAL DO RENDIMENTO GLOBAL PARA O EXERCÍCIO	1.516	2.574

As notas que acompanham as demonstrações financeiras fazem parte deste documento.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (milhares de UC – Nota B)

	Capital	Lucros obtidos	Ajustamento Acumulado da Conversão Cambial	Total dos capitais próprios
SALDO EM 1 DE JANEIRO DE 2009	128.586	273.660	(115.469)	286.777
Rendimento líquido do exercício	-	2.574	-	2.574
Ajustamento da conversão cambial	-	-	(3.586)	(3.586)
Saque de fundos pelo Governo da Nigéria	-	(129.040)	-	(129.040)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 1 DE JANEIRO DE 2010	128.586	147.194	(119.055)	156.725
Rendimento líquido do exercício actual	-	1.516	-	1.516
Ajustamento da conversão cambial	-	-	2.623	2.623
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	128.586	148.710	(116.432)	160.864

As notas que acompanham as demonstrações financeiras fazem parte deste documento.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(milhares de UC – Nota B)

	2010	2009
FLUXOS DE CAIXA DE:		
ACTIVIDADES DE EXPLORAÇÃO:		
Rendimento líquido	1.516	2.574
Ajustamentos para reconciliar o rendimento líquido com os valores de caixa líquidos proporcionados por actividades de exploração:		
Provisões para imparidades do capital e encargos de empréstimos	16	22
Perdas/(ganhos) não realizados sobre investimentos	228	204
Alterações nos rendimentos acumulados e créditos de empréstimos concedidos	(61)	(530)
Alterações no activo corrente líquido	(6.740)	1.986
Valores de caixa líquidos proporcionados por/(utilizados em) actividades de exploração	(5.041)	4.256
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO, FINANCIAMENTO E DESENVOLVIMENTO:		
Desembolsos para empréstimos	(5.023)	(4.873)
Reembolsos de empréstimos	6.676	5.518
Investimentos com maturidade de 3 meses após a aquisição:		
Carteira para negociação	24.963	(2.035)
Valores de caixa líquidos proporcionados por/(utilizados em) actividades de investimento, financiamento e desenvolvimento	26.616	(1.390)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Saque de fundos pelo Governo da Nigéria	-	(129.040)
Valores de caixa líquidos utilizados em actividades de financiamento	-	(129.040)
Efeito das alterações das taxas de câmbio sobre os valores de caixa e equivalentes de caixa	(767)	(1.500)
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	20.808	(127.674)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.742	141.416
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	34.550	13.742
COMPOSTO POR:		
Investimentos com maturidade nos 3 meses seguintes à aquisição	26.259	9.367
Caixa	8.291	4.375
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	34.550	13.742
INFORMAÇÕES ADICIONAIS:		
1. Fluxos de caixa operacionais decorrentes de juros		
Juros recebidos	2.629	3.613
2. Movimento resultante de flutuações na taxa de câmbio sobre os empréstimos	(904)	(850)

As notas que acompanham as demonstrações financeiras fazem parte deste documento.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

NOTA A – NATUREZA DAS OPERAÇÕES

O Fundo Fiduciário da Nigéria (o Fundo ou FFN) foi constituído através de um acordo assinado em 26 de Fevereiro de 1976 (o Acordo) entre o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD ou o Banco) e a República Federal da Nigéria. O Banco Africano de Desenvolvimento, com sede em Abidjan, Costa do Marfim, gere os recursos do Fundo em nome do Governo da Nigéria. O Fundo tem por objectivo apoiar os esforços de desenvolvimento nos países membros regionais mais pobres do BAD. O Acordo estabelece que o Fundo será constituído por um período de 30 anos a contar da data de entrada em vigor do Acordo, podendo ser prorrogado por mútuo acordo entre o Banco e a República Federal da Nigéria. O Acordo expirou em 26 de Abril de 2006 e foi prorrogado duas vezes por períodos de 1 ano, de forma a permitir a conclusão de uma análise independente das operações do Fundo. Na sequência da conclusão da análise independente, o Acordo foi renovado por um período de dez anos a partir de 26 de Abril de 2008.

NOTA B – SÍNTESE DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

As demonstrações financeiras do Fundo são elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) aprovadas pelo Comité de Normas Internacionais de Contabilidade (CNIC). As demonstrações financeiras foram elaboradas segundo a convenção do custo histórico, excepto para determinados activos financeiros, que são registados pelo justo valor. As políticas contabilísticas relevantes do Fundo encontram-se sintetizadas a seguir.

Reconhecimento das receitas

O rendimento de juros é acumulado e reconhecido com base na taxa de juro efectiva para o período em que esse instrumento for devido e não liquidado pelo Banco. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta ao valor contabilístico líquido do activo os futuros fluxos de caixa estimados ao longo da vida prevista do activo financeiro. As taxas de compromisso sobre linhas de crédito não utilizadas vencem-se retroactivamente.

O rendimento dos investimentos inclui os ganhos e perdas, realizados e não realizados, sobre os instrumentos detidos para negociação.

Moedas funcionais e de apresentação

O Fundo realiza as suas operações em dólares americanos e determinou que a sua moeda funcional é o dólar americano (USD). Nos termos do artigo VII, secção 7.3, do Acordo de Constituição do Fundo, as demonstrações financeiras são apresentadas em Unidades de Conta (UC).

O valor da Unidade de Conta encontra-se definido no Artigo 5.1 (b) do Acordo de Constituição do Banco como equivalente a um Direito de Saque Especial (DSE) do Fundo Monetário Internacional (FMI) ou qualquer unidade adoptada para o mesmo efeito pelo FMI. Em 31 de Dezembro de 2010, 1 UC era equivalente a 1,54003 USD (2009: 1,56769 USD).

Conversão cambial

O rendimento e as despesas são convertidos para UC às taxas em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários são convertidos de USD para UC às taxas em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais são incluídas nas reservas sob o ajustamento acumulado da conversão cambial (AACC). As alterações no AACC são reportadas na demonstração de alterações do capital próprio. As reconstituições de capital são registadas em UC às taxas de câmbio em vigor na data da recepção. Os ganhos e perdas resultantes da conversão de outras moedas em UC são incluídos na determinação do rendimento líquido.

Instrumentos financeiros

Os activos financeiros e os passivos financeiros são reconhecidos quando o Fundo assume direitos ou obrigações contratuais com eles relacionados.

1) Activos financeiros

O Fundo classifica os seus activos financeiros segundo as seguintes categorias: activos financeiros detidos para negociação, empréstimos concedidos e créditos e investimentos detidos até à maturidade. A Administração define a classificação dos seus investimentos no reconhecimento inicial.

a) Activos financeiros detidos para negociação

Todos os activos detidos para negociação são lançados pelo justo valor na demonstração de resultados. Os investimentos na carteira detida para negociação são adquiridos fundamentalmente para efeitos de venda a curto prazo.

Os activos financeiros detidos para negociação são avaliados pelo justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor incluídos na demonstração de resultados referente ao período em que ocorrem.

b) Empréstimos concedidos e créditos

Os empréstimos incluem os saldos vincendos devidos pelos mutuários em relação aos montantes desembolsados. O Fundo classificou também como créditos o rendimento acumulado e os créditos de empréstimos concedidos e de investimentos e outros montantes diversos. Os empréstimos concedidos e os créditos constituem activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados num mercado activo. Ocorrem quando o Fundo disponibiliza dinheiro, bens ou serviços directamente a um mutuário sem intenção de negociar o crédito. Os empréstimos concedidos e os créditos são lançados pelo custo amortizado segundo o método do juro efectivo.

c) Investimentos detidos até à maturidade

O Fundo classificou os seus investimentos em determinados títulos de dívida como detidos até à maturidade. Os investimentos detidos até à maturidade constituem activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos, que a Administração do Fundo pretende e pode manter até à maturidade. Os investimentos detidos até à maturidade são lançados pelo custo amortizado segundo o método do juro efectivo.

As operações de compra e venda de investimentos detidos para negociação e detidos até à maturidade são reconhecidas com base na data da transacção, que corresponde à data em que o Fundo se compromete a comprar ou a vender o activo. Os empréstimos são reconhecidos quando o dinheiro é entregue aos mutuários.

A caixa e os equivalentes de caixa incluem montantes devidos por bancos, os depósitos à ordem e outros investimentos a curto prazo com elevada liquidez que são facilmente convertíveis num valor de caixa conhecido, estão sujeitos a um risco insignificante de alteração do respectivo valor e têm um prazo de maturidade após a aquisição de 3 meses ou menos.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos a receber fluxos de caixa dos activos financeiros tiverem caducado ou quando o Fundo tiver transferido praticamente todos os riscos e compensações da respectiva titularidade.

2) Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem os valores a pagar e são subsequentemente avaliados pelo custo amortizado. Os passivos financeiros são desreconhecidos em caso de cumprimento, cancelamento ou caducidade.

Imparidade de activos financeiros

O Fundo avalia em cada uma das datas do balanço se existem evidências objectivas de imparidade de um activo financeiro ou de um grupo de activos financeiros. Considera-se que um activo financeiro ou um grupo de activos financeiros sofre imparidade e são incorridas perdas por imparidade se, e apenas se, existirem evidências objectivas de imparidade como consequência de um ou mais factos ocorridos após o reconhecimento inicial do activo (um “facto de perda”) e esse facto (ou factos) de perda tiver um impacto sobre os futuros fluxos de caixa estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros que possam ser previstos com fiabilidade.

Se o Fundo concluir que existem evidências objectivas da ocorrência de uma perda por imparidade de um empréstimo concedido, crédito ou investimento detido até à maturidade registado pelo custo amortizado, o montante da perda é calculado como a diferença entre o valor contabilístico dos activos e o valor actual dos futuros fluxos de caixa estimados (excluindo futuras perdas de crédito que não tenham sido incorridas), descontada à taxa de juro efectiva original dos activos financeiros. A perda por imparidade estimada poderá resultar de atrasos no pagamento dos montantes em dívida e os cálculos da imparidade reflectem a melhor estimativa da Administração quanto aos efeitos desses atrasos.

A perda por imparidade é reportada como uma redução do valor contabilístico do activo através da utilização de uma conta de provisão e reconhecida na demonstração de resultados. Se um empréstimo concedido ou um investimento detido até à maturidade tiver uma taxa de juro variável, a taxa de desconto para medir qualquer perda por imparidade é a actual taxa de juro efectiva determinada nos termos do contrato. Os juros e os encargos vencem-se sobre todos os empréstimos concedidos, incluindo os que se encontram em situação de mora.

Compensação de instrumentos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são compensados e o valor líquido reportado no balanço, sempre que exista um direito legalmente consagrado de compensar os valores reconhecidos e exista uma intenção de proceder à liquidação em termos líquidos, ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Divulgação do justo valor

Nos mercados líquidos ou activos, os indicadores mais fiáveis de justo valor são os preços das cotações de mercado. Considera-se que um instrumento financeiro está cotado num mercado activo se os preços cotados forem regularmente divulgados por uma bolsa de valores, corretor, grupo da indústria, serviço de fixação de preços ou agência reguladora e se esses preços representarem transacções de mercado reais, realizadas com regularidade de forma independente. Se as condições acima referidas não se encontrarem satisfeitas, o mercado será considerado inactivo. São indícios de que um mercado poderá estar inactivo, entre outros, a existência de um vasto diferencial compra/venda ou de um aumento significativo do diferencial compra/venda, ou um número reduzido ou inexistência de transacções recentes observadas no mercado. Quando os mercados se tornam ilíquidos ou menos activos, as cotações do mercado poderão não representar os preços a que as transacções regulares seriam efectuadas entre compradores e vendedores voluntários e, como tal, poderão exigir ajustes no processo de avaliação. Consequentemente, num mercado inactivo, as cotações de preço não são necessariamente sinónimo de valores justos. É necessária alguma ponderação para distinguir os mercados activos dos inactivos.

Os justos valores de investimentos cotados em mercados activos baseiam-se nos actuais preços da oferta, enquanto que os dos passivos se baseiam nos actuais preços da procura. Para instrumentos financeiros com mercados inactivos ou títulos não cotados, o Fundo estabelece o justo valor utilizando técnicas de avaliação que incorporam o máximo de dados provenientes do mercado. Estas técnicas incluem o recurso a transacções independentes recentes, análises de fluxos de caixa descontados, modelos de opção de preços e outras técnicas de avaliação normalmente utilizadas pelos participantes no mercado. Os instrumentos financeiros para os quais não se encontravam imediatamente disponíveis cotações de mercado foram avaliados recorrendo a metodologias e pressupostos que exigem necessariamente o uso de juízos subjectivos. Deste modo, não é possível determinar imediatamente o valor efectivo a que esses instrumentos podem ser negociados numa transacção corrente ou se podem ser efectivamente negociados. A Administração entende que estas metodologias e pressupostos são razoáveis; todavia, os valores efectivamente realizáveis numa venda podem ser diferentes dos justos valores apresentados.

A determinação dos justos valores é feita pelos três níveis hierárquicos seguintes:

Nível 1: Preços cotados nos mercados activos para o mesmo instrumento (ou seja, sem alteração ou renovação).

Nível 2: Preços cotados nos mercados activos, no que respeita a activos ou passivos idênticos ou a outras técnicas de avaliação em que todos os elementos significativos se baseiam em dados de mercado observáveis.

Nível 3: Técnicas de avaliação em que os elementos significativos não se baseiam em dados de mercado observáveis.

Os métodos e pressupostos utilizados pelo Fundo na previsão dos justos valores dos instrumentos financeiros são os seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa: o valor contabilístico é o justo valor.

Investimentos: Os justos valores para os títulos de investimento baseiam-se nos preços das cotações de mercado, quando disponíveis. Se as cotações de mercado não estiverem disponíveis, os justos valores baseiam-se nas cotações de mercado de instrumentos comparáveis.

Empréstimos: O Fundo não vende os créditos dos seus empréstimos, nem considera que exista um mercado comparável para os seus empréstimos. O justo valor dos empréstimos reportado nas presentes demonstrações financeiras corresponde às melhores estimativas da Administração quanto ao valor actual dos fluxos de caixa previstos para esses empréstimos e é apresentado pelo custo amortizado. Os justos valores são estimados segundo o método dos fluxos de caixa descontados com base na taxa de empréstimo do mercado no final do ano, expressa naquela moeda, ajustados em função do risco de crédito estimado.

Lucros obtidos

Os lucros obtidos do Fundo consistem nos montantes consignados a reservas dos rendimentos dos exercícios anteriores e nos rendimentos líquidos do exercício corrente não consignados.

Juizados contabilísticos críticos e fontes-chave para estimar situações incertas

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as exigências das NIRF exige que a Administração realize algumas estimativas, presunções e juízos relativos aos valores reportados dos activos, passivos, receitas e despesas, assim como a apresentação de responsabilidades eventuais. Os resultados efectivos podem divergir dessas estimativas. As estimativas e os juízos são permanentemente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e noutros factores, incluindo expectativas sobre factos futuros que se consideram ser razoáveis nessas circunstâncias.

A seguir resumem-se as estimativas e os juízos mais significativos:

a) Perdas por imparidade de activos registados pelo custo amortizado

O Fundo começa por avaliar individualmente se existem evidências objectivas de imparidade dos activos financeiros. Se o Fundo concluir que não existem evidências objectivas de imparidade de um activo financeiro avaliado individualmente, esse activo é incluído num grupo de activos financeiros com características de crédito similares, sendo a imparidade avaliada conjuntamente. Os activos que forem avaliados individualmente para efeitos de imparidade e relativamente aos quais continue a ser reconhecida uma perda por imparidade, não são incluídos numa avaliação conjunta da imparidade. Considera-se que um activo financeiro ou um grupo de activos financeiros sofre imparidade e são incorridas perdas por imparidade se, e apenas se, existirem evidências objectivas de imparidade como consequência de um ou mais factos ocorridos após o reconhecimento inicial do activo (um “facto de perda”) e esse facto (ou factos) de perda tiver um impacto nos futuros fluxos de caixa estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros que possam ser previstos com fiabilidade.

Se o Fundo concluir que existem evidências objectivas da ocorrência de uma perda de imparidade sobre empréstimos concedidos e créditos ou investimentos detidos até à maturidade registados pelo custo amortizado, o montante da perda é calculado como a diferença entre o montante registado dos activos e o valor actual dos futuros fluxos de caixa previstos (excluindo futuras perdas de crédito que não tenham sido incorridas), descontada à taxa de juro efectiva original dos activos financeiros.

O valor contabilístico do activo é reduzido através da utilização de uma conta de provisão, sendo o montante da perda reconhecido na demonstração de resultados.

b) Justos valores dos instrumentos financeiros

Os justos valores dos instrumentos financeiros que não são cotados em mercados activos são determinados com recurso a técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação, tais como modelos utilizados para determinar os justos valores, são validadas e analisadas periodicamente por pessoal qualificado independente da área que as criou. Todos os modelos são periodicamente ajustados para assegurar que os resultados reflectem dados reais e preços de mercado comparativos. Na medida do praticável, os modelos utilizam apenas dados observáveis. No entanto, áreas como o risco de crédito (próprio e da contraparte), volatilidade e inter-relações exigem que a Administração formule estimativas. As alterações dos pressupostos sobre estes factores podem afectar o justo valor reportado dos instrumentos financeiros.

c) *Investimentos detidos até à maturidade*

Ao decidir designar um activo como detido até à maturidade, o Fundo faz, na data de aquisição, uma declaração categórica quanto à sua intenção e capacidade de deter esses investimentos até à maturidade.

NOTA C – O EFEITO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO NOVAS E REVISTAS

Algumas Normas Internacionais de Relato Financeiro e Interpretações novas e alteradas ainda não produzem efeitos à data do balanço, pelo que não foram aplicadas na preparação das demonstrações. Espera-se que a seguinte norma nova seja relevante para o Fundo.

NIRF 9: “Instrumentos Financeiros”

A primeira parte da fase 1 da NIRF 9 “instrumentos financeiros” foi emitida em Novembro de 2009 como primeira parte do projecto global do Comité de Normas Internacionais de Contabilidade (CNIC) e com o objectivo de substituir a NIC 39. A primeira parte da fase 1 da NIRF 9 substitui as partes da NIC 39 que estão relacionadas com a classificação e medição dos activos financeiros. A NIRF 9 exige que os activos financeiros sejam classificados em duas categorias de medição, baseadas no modelo empresarial da entidade para a gestão dos seus instrumentos financeiros e no fluxo de caixa contratual do instrumento: uma categoria de medição pelo justo valor e outra pelo custo amortizado. Um instrumento só será medido pelo custo amortizado se se tratar de um instrumento de dívida, se o objecto social da entidade for a detenção do activo para recolher os fluxos de caixa contratuais e se os fluxos de caixa contratuais do activo representarem apenas pagamentos de capital e juros. Todos os outros instrumentos deverão ser medidos pelo seu justo valor, através da avaliação dos seus lucros ou perdas. A NIRF 9 também exige que todos os instrumentos de capital sejam medidos pelo seu justo valor. Os instrumentos de capital detidos para negociação serão medidos pelo seu justo valor através da avaliação dos seus lucros ou perdas. No que diz respeito aos restantes instrumentos de capital, poderá ser efectuada uma selecção irrevogável na fase de reconhecimento inicial por forma a reconhecer todas as alterações de justo valor através de outros rendimentos globais.

A segunda parte da Fase 1 da NIRF 9, que incide sobre a classificação e medição dos passivos financeiros, foi emitida em 28 de Outubro de 2010. Os novos requisitos debruçam-se sobre o problema da volatilidade dos lucros ou perdas decorrentes dos “créditos próprios” de um emissor que mede a sua própria dívida pelo valor justo. Com os novos requisitos, os lucros e as perdas resultantes das alterações no “risco de crédito próprio” no âmbito dos passivos medidos pelo seu valor justo serão indicados em “outros rendimentos globais”, não afectando portanto os lucros ou perdas reportados.

Em 31 de Dezembro de 2010, ainda não tinham sido emitidas pelo CNIC as restantes duas fases previstas da NIRF 9 e que lidam com a depreciação de activos financeiros e contabilização de cobertura.

A adopção da NIRF 9 é obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo contudo permitida a sua adopção antecipada. A NIRF 9 terá efeitos na actual classificação dos activos financeiros do Fundo. O Fundo pretende adoptar antecipadamente a primeira fase da NIRF 9 em 1 de Janeiro de 2011.

NOTA D - POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS DE GESTÃO DO RISCO

Como descrito na Nota A, o Banco gere os recursos do Fundo em nome do Governo da Nigéria. No decurso do exercício dos seus deveres fiduciários, o Banco aplica políticas de gestão de risco específicas destinadas a proteger os recursos do Fundo através da Autoridade Geral do Banco para a Gestão de Activos e Passivos (a autoridade ALM - Authority on Asset and Liability Management). A Autoridade ALM estabelece os princípios orientadores para a gestão dos riscos do Fundo, incluindo o risco de taxa de juro, o risco cambial, o risco de liquidez, o risco de crédito da contraparte e o risco operacional.

Ao abrigo da Autoridade ALM, o Presidente do Banco está autorizado a aprovar e alterar as orientações operacionais mais detalhadas se o considerar necessário, com base nas recomendações do Comité de Gestão de Activos e Passivos (CGAP). O CGAP é o fórum de gestão mais elevado do Banco sobre questões de gestão financeira e de risco e é presidido pelo Vice-Presidente com o pelouro financeiro do Banco.

O CGAP reúne-se regularmente para desempenhar o seu papel de fiscalização. Entre as suas funções-chave, pertinentes para a administração do Fundo, o CGAP analisa projecções e relatórios financeiros e sobre gestão de riscos, periódicos e *ad hoc*, aprova estratégias para ajustar o balanço, confirma notações de *rating* de risco de crédito de países e as estimativas de perdas que lhe estão associadas. O CGAP é apoiado por vários grupos de trabalho permanentes que reportam sobre assuntos específicos, incluindo o risco associado aos países, ao crédito não garantido por estados soberanos, ao crédito da contraparte, à taxa de juro, ao câmbio, à operacionalidade, e ainda sobre projecções financeiras e produtos e serviços financeiros.

A responsabilidade operacional corrente pela implementação das políticas e directrizes de gestão do risco do Banco é delegada nas unidades de negócio pertinentes e o Departamento de Gestão Financeira é responsável pela monitorização da conformidade corrente com essas políticas e directrizes.

As secções seguintes descrevem detalhadamente a forma como cada fonte de risco é gerida pelo Fundo.

Risco de crédito

O risco de crédito constitui a perda financeira potencial resultante do incumprimento de um ou mais devedores/mutuários. O risco de crédito constitui a principal fonte de risco para o Fundo decorrente do risco de crédito soberano das suas operações de concessão de crédito e do risco de crédito da contraparte relativo às suas operações de tesouraria. Estes riscos são geridos no contexto de uma estrutura integrada de políticas, directrizes e processos de concessão de crédito, descritos detalhadamente nas secções seguintes.

1) Risco de crédito soberano

Quando o Banco concede empréstimos a mutuários do sector público, exige geralmente uma garantia soberana completa ou equivalente ao estado-membro que está a solicitar o empréstimo. Desse modo, ao proporcionar uma maior concessão de crédito a entidades soberanas, o Fundo expõe-se ao risco de crédito do país que inclui as perdas financeiras potenciais resultantes da incapacidade ou falta de vontade de um país honrar as suas obrigações para com o Fundo. O Fundo gere o risco de crédito do país através de políticas financeiras e estratégias de crédito, que incluem limites de exposição individual por país e avaliações gerais da capacidade de endividamento. Estas incluem a avaliação do desempenho macroeconómico de cada país, bem como das respectivas condições sociopolíticas e das perspectivas de crescimento futuro.

Exposição por país

Em 31 de Dezembro de 2010, os empréstimos por liquidar do Fundo destinavam-se aos seguintes países:

(Montantes em milhares de UC)

País	N.º de empréstimos concedidos*	Total de empréstimos concedidos*	Montante de empréstimos concedidos por contratar	Saldos não desembolsados	Saldos vencidos	% do total dos empréstimos concedidos não liquidados
Benim	3	7.397	-	-	7.397	14,08
Cabo Verde	1	1.605	-	-	1.605	3,05
Gâmbia	3	12.209	-	5.015	7.194	13,69
Gana	1	2.932	-	1.904	1.028	1,96
Guiné	2	4.791	-	311	4.479	8,52
Guiné-Bissau	1	3.512	-	3.428	84	0,16
Jibuti	1	1.709	-	-	1.709	3,25
Lesoto	1	35	-	-	35	0,07
Libéria	3	5.507	-	-	5.507	10,48
Madagáscar	1	2.462	-	-	2.462	4,69
Mali	1	97	-	-	97	0,18
Mauritânia	2	8.827	-	2.523	6.304	12,00
Namíbia	1	1.308	-	-	1.308	2,49
Ruanda	2	6.475	-	2.006	4.469	8,51
Seicheles	2	1.339	-	-	1.339	2,55
Senegal	2	2.002	-	-	2.002	3,81
Serra Leoa	1	705	-	705	-	-
Somália**	1	756	-	-	756	1,44
Suazilândia	1	4.759	-	3.043	1.716	3,27
Tanzânia	1	1.644	-	-	1.644	3,13
Uganda	1	1.410	-	-	1.410	2,68
Total	32	71.481	-	18.936	52.545	100,00

* Excluindo empréstimos concedidos totalmente liquidados e empréstimos anulados.

** Países com pagamentos em atraso a 31 de Dezembro de 2010.

Podem ocorrer ligeiras diferenças nos totais devido a arredondamentos.

Avaliação sistemática do risco de crédito

Actualmente, o Fundo apenas concede empréstimos a mutuários do sector público e exige uma garantia soberana completa ou equivalente ao estado-membro que está a solicitar o empréstimo.

A estrutura de gestão do risco de crédito do Fundo assenta numa avaliação sistemática do risco de crédito, utilizando uma escala interna uniforme de classificação de risco, que é calibrada de modo a reflectir as expectativas estatísticas de perdas por parte do Fundo, tal como apresentado no quadro abaixo.

Notação de risco	Descrição	Classe de risco	Equivalente internacional
1	Excelente	Risco muito baixo	A-BBB/Baa
2	Muito bom	Risco baixo	BB/Ba
3	Bom	Risco moderado	B/B
4	Razoável		
5	Aceitável		
6	Marginal	Risco elevado	CCC/Caa
7	Atenção especial	Risco muito elevado	CC-D/Ca-D
8	Abaixo do padrão		
9	Duvidoso		
10	Com perdas conhecidas		

Estas notações de *rating* de risco de crédito soberanas provêm de uma avaliação baseada em cinco indicadores de risco que incluem o desempenho macroeconómico, a sustentabilidade da dívida, os factores sociopolíticos, o ambiente empresarial e o desempenho da carteira do fundo. Estes cinco indicadores de risco são combinados com vista a obter um índice combinado de risco soberano dos países e são, seguidamente, convertidos em notações separadas de *rating* de risco de crédito de países. Estas notações de risco de países são validadas face às notações médias de *rating* de risco de países elaboradas por várias agências acreditadas e por outros organismos internacionais especializados. O CGAP analisa trimestralmente as notações dos países, com vista a avaliar se estão em conformidade com os limites de exposição a eles aplicáveis, com as alterações das condições de risco de crédito dos países, e a aprovar eventuais alterações das provisões para perdas.

Monitorização do risco da carteira

É política do Fundo que, se um pagamento de capital, juros ou outros encargos, se atrasar 30 dias, nenhum novo empréstimo a esse país, ou a qualquer mutuário do sector público desse país, será apresentado ao Conselho de Administração para aprovação, nem qualquer empréstimo previamente aprovado será contratado, até que todos os montantes atrasados estejam regularizados. Além disso, para tais países, os desembolsos de todos os empréstimos a esse país membro, ou por ele garantidos, são suspensos até que todos os montantes em dívida tenham sido pagos.

2) Risco de crédito da contraparte

O risco de crédito da contraparte constitui a perda financeira potencial resultante do incumprimento das respectivas obrigações por uma contraparte. O Fundo utiliza diversos instrumentos financeiros para gerir a sua exposição às flutuações nas taxas de juro e de câmbio e para investir os seus recursos líquidos antes dos desembolsos. Todos esses instrumentos financeiros envolvem, em graus diversos, o risco de a contraparte na transacção ser incapaz de cumprir as suas obrigações para com o Fundo.

Em virtude da natureza da actividade do Fundo, não é possível eliminar completamente o risco de crédito da contraparte. No entanto, o Fundo minimiza este risco, executando transacções num quadro prudencial de contrapartes aprovadas, padrões mínimos de notação de crédito, limites à exposição a contrapartes e medidas de redução do risco de crédito da contraparte. As contrapartes são obrigadas a cumprir os requisitos mínimos do Fundo em termos de notação de crédito e são aprovadas pelo Vice-Presidente do Banco responsável pela área das Finanças. É necessária a aprovação do CGAP para contrapartes classificadas abaixo dos requisitos mínimos de notação.

O quadro seguinte apresenta de forma detalhada as notações de crédito mínimas para as contrapartes de investimento autorizadas:

	Maturidade					
	6 meses	1 ano	5 anos	10 anos	15 anos	30 anos
Governo		A/A2			AA-/Aa3	AAA/Aaa
Agências do Governo e Entidades Supranacionais		A/A2			AA-/Aa3	AAA/Aaa
Bancos	A/A2		AA-/Aa3	AAA/Aaa		
Sociedades, incluindo instituições financeiras não bancárias	A/A2		AA-/Aa3	AAA/Aaa		
Títulos garantidos por créditos hipotecários/ títulos garantidos por activos	AAA/Aaa, sem limite de maturidade, mas com obrigatoriedade de projecções de reembolso					

O Fundo também investe em fundos mútuos do mercado monetário com uma notação de crédito mínima de AA-/Aa3.

Para além destes requisitos mínimos de notação, o Fundo opera numa estrutura de limites à exposição, baseada na notação de *rating* de crédito e na dimensão da contraparte, sujeita a um máximo de 10% da liquidez total do Fundo para com uma única contraparte. As exposições ao crédito de cada contraparte são agregadas em todos os instrumentos, através da metodologia da potencial futura exposição do Banco de Compensações Internacionais (Bank for International Settlements – BIS) e monitorizadas regularmente face aos limites de crédito do Fundo, após a consideração dos benefícios de qualquer garantia.

Tal como é apresentado no seguinte quadro, a exposição potencial estimada ao risco de crédito de contraparte das carteiras de investimento continua a ser predominantemente de classe AA ou superior.

	Perfil do risco de crédito das carteiras de investimentos e derivados		
	AAA	AA+ a AA-	A+ a A-
2010	48%	40%	12%
2009	60%	37%	3%
2008	55%	34%	11%
2007	14%	85%	1%
2006	42%	54%	4%
2005	77%	19%	4%

Risco de liquidez

O risco de liquidez constitui a perda potencial resultante de uma liquidez insuficiente para satisfazer as necessidades dos fluxos de caixa atempadamente. A fim de minimizar o risco de liquidez, a política de gestão de investimentos do Fundo assegura a existência de activos líquidos suficientes para cumprir as suas obrigações de desembolso.

Risco cambial

O risco cambial constitui a perda potencial resultante de movimentações adversas das taxas de câmbio estrangeiras no mercado. O Fundo gere o seu risco cambial através da detenção de todos os seus investimentos e empréstimos concedidos em dólares americanos, a moeda em que são denominados os recursos do Fundo.

Risco de taxa de juro

O Fundo está exposto a um risco de taxa de juro baseado no justo valor relativamente à sua carteira de empréstimos concedidos e investimentos. Todos os empréstimos do Fundo estão sujeitos a taxas de juro fixas. Os investimentos são geridos face à média mensal da LIBOR a três meses com vista a gerir com prudência os recursos disponíveis. O risco de redefinição das taxas não é considerado significativo em comparação com os recursos de capital próprio do Fundo e, como tal, não é coberto.

Em 31 de Dezembro de 2010, o Fundo possuía 18,94 milhões de UC em empréstimos que tinham sido autorizados, mas ainda não desembolsados (2009: 24,12 milhões de UC). A taxa de juro sobre estes empréstimos não desembolsados foi fixada entre 2% e 4% ao ano.

As posições em risco de taxa de juro em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 eram as seguintes:

(1) Posição em risco de taxa de juro em 31 de Dezembro de 2010

(milhares de UC)

	Um ano ou menos	Mais de um ano e menos de dois anos	Mais de dois anos e menos de três anos	Mais de três anos e menos de quatro anos	Mais de quatro anos e menos de cinco anos	Mais de cinco anos	Fundos que não pagam juros	Total
Activos								
Caixa	8.291	-	-	-	-	-	-	8.291
Investimentos	71.737	20.663	4.825	1.156	-	1.276	-	99.657
Devedores	2.176	-	-	-	-	-	-	2.176
Créditos	7.510	5.925	5.680	5.390	4.240	23.800	(145)	52.400
	89.714	26.588	10.505	6.546	4.240	25.076	(145)	162.524
Passivos								
Credores	(1.660)	-	-	-	-	-	-	(1.660)
Posição em risco de taxa de juro em 31 de Dezembro de 2010*	88.054	26.588	10.505	6.546	4.240	25.076	(145)	160.864

* A posição em risco de taxa de juro representa o capital próprio.

(2) Posição em risco de taxa de juro em 31 de Dezembro de 2009

(milhares de UC)

	Um ano ou menos	Mais de um ano e menos de dois anos	Mais de dois anos e menos de três anos	Mais de três anos e menos de quatro anos	Mais de quatro anos e menos de cinco anos	Mais de cinco anos	Fundos que não pagam juros	Total
Activos								
Caixa	4.375	-	-	-	-	-	-	4.375
Investimentos	98.414	-	-	-	-	-	-	98.414
Devedores	2.272	-	-	-	-	-	-	2.272
Créditos	7.780	5.800	5.590	5.340	5.060	23.672	(143)	53.099
	112.841	5.800	5.590	5.340	5.060	23.672	(143)	158.160
Passivos								
Credores	(1.435)	-	-	-	-	-	-	(1.435)
Posição em risco de taxa de juro em 31 de Dezembro de 2009*	111.406	5.800	5.590	5.340	5.060	23.672	(143)	156.725

* A posição em risco de taxa de juro representa o capital próprio.

Análise da sensibilidade da taxa de juro e de câmbio

O Fundo detém todos os seus investimentos e empréstimos concedidos em USD e, assim, está apenas exposto ao ajustamento da conversão, pois os activos do Fundo são reportados em UC para fins de demonstrações financeiras. Qualquer alteração da taxa de câmbio de UC/USD teria um impacto de aproximadamente 40% nestes valores reportados.

Os movimentos nas taxas de juro têm impacto sobre o justo valor reportado da carteira de investimentos comerciais. O quadro abaixo mostra os efeitos de um movimento paralelo da curva de rendimentos de +/-100 pontos base na carteira em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, respectivamente.

(milhares de UC)

	+100 pontos base		-100 pontos base	
	2010	2009	2010	2009
(Perda)/ganho em investimentos detidos para negociação	(148)	(203)	149	204

A carteira de empréstimos inclui unicamente empréstimos a taxa fixa e é lançada pelo custo amortizado, não sendo, portanto, afectada por movimentos das taxas de juro.

NOTA E – INVESTIMENTOS

No âmbito da sua estratégia de gestão da carteira, o Fundo investe em obrigações do Estado e de agências, depósitos a prazo e títulos garantidos por activos.

Relativamente às obrigações do Estado e de agências com uma maturidade final superior a um ano, o Fundo apenas pode investir em obrigações de contrapartes com uma notação de crédito mínima de AA, emitidas ou garantidas incondicionalmente pelos governos de países membros ou outras entidades oficiais. No caso dos títulos garantidos por activos, o Fundo apenas pode investir em títulos com uma notação de crédito de AAA. Os investimentos em instrumentos do mercado monetário estão limitados a instrumentos com maturidades não superiores a um ano e uma notação de crédito mínima de A.

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, todos os investimentos do Fundo estão detidos para negociação.

Os investimentos do Fundo em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 encontram-se resumidos abaixo:

(milhares de UC)	2010	2009
Depósitos a prazo	26.279	9.367
Títulos garantidos por activos	2.431	3.866
Obrigações do Estado e de agências	47.088	58.527
Obrigações emitidas por empresas	23.859	26.654
Total	99.657	98.414

O quadro abaixo classifica os investimentos do Fundo em 31 de Dezembro de 2010 em três níveis que reflectem a relativa fiabilidade das bases de medição, sendo o nível 1 o mais fiável.

(milhares de UC)

	Preços cotados nos mercados activos para o mesmo instrumento		Técnicas de avaliação em que todos os elementos significativos se baseiam em dados de mercado observáveis		Técnicas de avaliação em que os elementos significativos não se baseiam em dados de mercado observáveis		Total	
	(Nível 1)		(Nível 2)		(Nível 3)			
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Depósitos a prazo	26.279	9.367	-	-	-	-	26.279	9.367
Títulos garantidos por activos	-	-	-	-	2.431	3.866	2.431	3.866
Obrigações do Estado e de agências	47.087	58.527	-	-	-	-	47.087	58.527
Obrigações emitidas por empresas	20.618	20.575	3.242	6.079	-	-	23.860	26.654
Total	93.984	88.469	3.242	6.079	2.431	3.866	99.657	98.414

O justo valor dos instrumentos financeiros medido com recurso a técnicas de avaliação sem elementos significativos provenientes de dados de mercado observáveis (hierarquia de nível 3) em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 está distribuído da seguinte forma:

(milhares de UC)	2010	2009
Saldo em 1 de Janeiro	3.866	5.209
Perdas reconhecidas na demonstração de resultados	(1.421)	(2.769)
Compras, títulos e liquidações (líquidas)	(82)	1.518
Ajustamentos da conversão cambial	68	(92)
Saldo em 31 de Dezembro	2.431	3.866

A estrutura de maturidade contratual dos investimentos detidos para negociação, em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, era a seguinte:

(milhares de UC)	2010	2009
Um ano ou menos	71.737	29.448
Mais de um ano e menos de dois anos	20.663	44.731
Mais de dois anos e menos de três anos	4.825	20.367
Mais de três anos e menos de quatro anos	1.156	-
Mais de quatro anos e menos de cinco anos	-	2.244
Mais de cinco anos	1.276	1.624
Total	99.657	98.414

O saldo teórico dos investimentos em 31 de Dezembro de 2010 era de 99,63 milhões de UC (2009: 98,23 milhões de UC), sendo o rendimento médio de 0,22% (2009: 1,26%).

NOTA F – EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

Os empréstimos concedidos antes de 22 de Setembro de 2003 estão sujeitos a uma taxa de juro de 4% (quatro por cento) sobre o saldo vincendo. A partir de 22 de Setembro de 2003, nos termos da resolução B/BG/2003/11 do Conselho de Governadores, de 3 de Junho de 2003, e do acordo protocolar celebrado entre o Governo da Nigéria e o Banco, datado de 22 de Setembro de 2003, a taxa de juro dos empréstimos foi alterada, passando de uma taxa fixa de 4% (quatro por cento) ao ano para uma taxa variável entre 2% e 4% (inclusive) ao ano sobre o saldo vincendo e futuros empréstimos não desembolsados. Além disso, é devida uma comissão de 0,75% sobre os montantes não desembolsados 120 dias após a assinatura do empréstimo. Os empréstimos são concedidos por um período máximo de vinte e cinco anos, incluindo períodos de carência que podem ir até cinco anos.

Nos termos dos regulamentos do Fundo aplicáveis a empréstimos, estes deverão ser expressos em UC e reembolsados na moeda de desembolso. Em 31 de Dezembro de 2010, todos os empréstimos desembolsados eram reembolsáveis em USD.

A estrutura de maturidade contratual dos empréstimos por liquidar em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 era a seguinte:

(Montantes em milhões de UC)

Períodos	2010		2009	
	Montante	%	Montante	%
Um ano ou menos	7,51	14,77	7,78	14,61
Mais de um ano e menos de dois anos	5,93	11,22	5,80	10,89
Mais de dois anos e menos de três anos	5,68	10,72	5,59	10,50
Mais de três anos e menos de quatro anos	5,39	10,18	5,34	10,03
Mais de quatro anos e menos de cinco anos	4,24	7,99	5,06	9,51
Mais de cinco anos	23,80	45,12	23,67	44,46
Total	52,55	100,00	53,24	100,00

O rendimento ponderado médio dos juros dos empréstimos por liquidar no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 foi de 2,32% (2009: 3,79%).

Os mutuários podem pagar antecipadamente os empréstimos, nos termos estipulados no contrato de empréstimo.

Provisões para imparidades do capital do empréstimo e dos encargos a receber

Em 31 de Dezembro de 2010, os empréstimos concedidos a certos países mutuários, ou por estes garantidos, com um saldo de capital agregado de 0,76 milhões de UC, dos quais 0,66 milhões de UC se encontravam vencidos, foram considerados com imparidade.

Os montantes brutos de empréstimos e encargos a receber, com imparidade, e as correspondentes provisões para imparidade em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 eram os seguintes:

(milhares de UC)	2010	2009
Saldo vincendo sobre empréstimos com imparidade	755	742
Menos: Provisões acumuladas para imparidades	(145)	(143)
Saldo líquido sobre empréstimos com imparidade	610	599
Encargos a receber e rendimento acumulado de empréstimos com imparidade	900	859
Menos: Provisões acumuladas para imparidades	(511)	(489)
Encargos líquidos a receber e rendimento acumulado de empréstimos com imparidade	389	370

Os movimentos das provisões acumuladas para imparidade do capital de empréstimos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 eram os seguintes:

(milhares de UC)	2010	2009
Saldo em 1 de Janeiro	143	157
Provisões para imparidades dos empréstimos para o exercício	-	(12)
Efeitos de conversão	2	(2)
Saldo em 31 de Dezembro	145	143

Os movimentos das provisões acumuladas para imparidade dos juros e encargos a receber de empréstimos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 eram os seguintes:

(milhares de UC)	2010	2009
Saldo em 1 de Janeiro	489	461
Provisões para imparidades dos encargos de empréstimos para o exercício	16	34
Efeitos de conversão	6	(6)
Saldo em 31 de Dezembro	511	489

Justo valor dos empréstimos

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, os justos valores estimados dos empréstimos eram os seguintes:

(milhares de UC)	2010		2009	
	Valor contabilístico	Justo valor estimado	Valor contabilístico	Justo valor estimado
Saldo dos empréstimos em 31 de Dezembro	52.545	50.510	53.242	50.198
Provisões acumuladas para imparidades dos empréstimos	(145)	-	(143)	-
Saldo líquido	52.400	50.510	53.099	50.198

NOTA G – CAPITAIS PRÓPRIOS

O capital próprio é composto pelo capital do Fundo, pelos lucros obtidos e pelo ajustamento acumulado da conversão cambial. Seguem-se mais detalhes sobre o mesmo:

Capital do Fundo

O capital inicial do Fundo era de 50 milhões de naira, a pagar em duas prestações iguais de 25 milhões de naira cada, em moedas livremente convertíveis. A primeira prestação, equivalente a 39,90 milhões de dólares americanos, foi recebida pelo Banco a 14 de Julho de 1976 e a segunda prestação, equivalente a 39,61 milhões de dólares americanos, foi recebida a 1 de Fevereiro de 1977.

Durante o mês de Maio de 1981, a República Federal da Nigéria anunciou a reconstituição do Fundo com 50 milhões de naira. A primeira prestação de 35 milhões de naira, equivalente a 52,29 milhões de dólares americanos, foi recebida em 7 de Outubro de 1981. A segunda prestação de 8 milhões de naira, equivalente a 10,87 milhões de dólares americanos, foi recebida em 4 de Maio de 1984. A terceira prestação de 7 milhões de naira, equivalente a 7,38 milhões de dólares americanos, foi recebida em 13 de Setembro de 1985.

A 14 de Junho de 2006, na sequência de um pedido do Governo da Nigéria, foi efectuado um pagamento no valor de 200 milhões de dólares americanos (135,71 milhões de UC) ao Governo da Nigéria com os recursos do Fundo.

Um segundo pagamento de 200 milhões de dólares americanos (129,04 milhões de UC) foi efectuado ao Governo da Nigéria em Julho de 2009.

Lucros obtidos

Os movimentos dos lucros obtidos em 2009 e 2010 foram os seguintes:

(milhares de UC)	
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	273.660
Saque de fundos pelo Governo da Nigéria	(129.040)
Rendimento líquido do exercício	2.574
Saldo em 31 de Dezembro de 2009 e 1 de Janeiro de 2010	147.194
Rendimento líquido do exercício actual	1.516
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	148.710

O Conselho de Governadores do Banco aprovou a transferência de uma parte do rendimento do Fundo para a HIPC. As transferências de rendimento aprovadas pelo Conselho de Governadores são consideradas como encargos na demonstração de resultados do ano em que essas transferências foram aprovadas. Antes de 2006, as transferências de rendimentos aprovadas pelo Conselho de Governadores eram consideradas como uma redução dos lucros obtidos. As aprovações nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 foram de 0,32 milhões de UC e de 0,60 milhões de UC, respectivamente.

Ajustamentos Acumulados de Conversões Cambiais (AACC)

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, os ajustamentos acumulados de conversões cambiais eram os seguintes:

(milhares de UC)	2010	2009
Saldo em 1 de Janeiro	119.055	115.469
Movimentos durante o ano	(2.623)	3.586
Saldo em 31 de Dezembro	116.432	119.055

NOTA H – RENDIMENTOS

Juros e encargos de empréstimos concedidos

Os juros e encargos de empréstimos concedidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 foram os seguintes:

(milhares de UC)	2010	2009
Rendimento em juros sobre empréstimos concedidos sem imparidades	1.746	1.813
Rendimento em juros sobre empréstimos concedidos com imparidades	31	39
Taxas de compromisso	145	169
Total	1.922	2.021

Rendimento de investimentos

O rendimento de investimentos para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 foi o seguinte:

(milhares de UC)	2010	2009
Rendimento em juros	630	1.279
Ganhos/(perdas) realizados e não realizados ao justo valor	(217)	711
Total	413	1.990

NOTA I - DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Nos termos do Acordo, o Fundo pagará ao Banco as despesas incorridas na gestão do Fundo da seguinte forma:

- a) Custos individualmente identificáveis incorridos pelo Banco a favor do Fundo; e
- b) Custos indirectos incorridos pelo Banco na gestão do Fundo.

No entanto, o pagamento anual das despesas supramencionadas incorridas pelo Banco não poderá ultrapassar 20% do rendimento bruto do Fundo em cada exercício. A fórmula de partilha de custos administrativos poderá ser periodicamente revista por mútuo acordo.

O montante de 0,47 milhões de UC cobrado relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 (2009: 0,80 milhões de UC) representa a quota do Fundo em relação às despesas do Grupo do Banco.

NOTA J - ENTIDADES TERCEIRAS

O Fundo Fiduciário da Nigéria é gerido pelo Banco Africano de Desenvolvimento. O BAD é responsável pela condução das operações gerais do FFN com base nos termos do Acordo, em consulta com o Governo da Nigéria. O FFN utiliza os colaboradores, o pessoal, a organização, os serviços e as instalações do Banco e reembolsa este último pela sua quota dos custos dessas instalações, com base numa fórmula de partilha de custos mutuamente acordada (consultar Nota I). Em 31 de Dezembro de 2010, o montante em dívida em relação à quota de despesas administrativas do Fundo era de 0,67 milhões de UC (2009: 0,66 milhões de UC) e foi incluído na rubrica “Credores” do balanço.

NOTA K - REPORTE POR SEGMENTOS

O Fundo tem como objectivo conceder empréstimos, para efeitos de desenvolvimento, aos países membros regionais do BAD com menos recursos. Os produtos e serviços do Fundo são similares e estão estruturados e distribuídos de uma forma razoavelmente uniforme entre os mutuários. A Administração concluiu que o Fundo tem apenas um segmento a reportar, em conformidade com a NIRF 8.

Os produtos e serviços de que derivam as receitas do Fundo são principalmente empréstimos a países membros regionais do BAD e investimentos em títulos do tesouro. As receitas externas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 têm a seguinte distribuição:

(milhares de UC)	2010	2009
Juros e encargos de empréstimos concedidos	1.922	2.021
Rendimento de investimentos em títulos do tesouro	413	1.990
Receita externa total	2.335	4.011

Para efeitos de gestão interna, as actividades de desenvolvimento do Fundo estão divididas em cinco sub-regiões do continente africano, nomeadamente África Central, África Oriental, África Setentrional, África Austral e África Ocidental. Os investimentos em títulos do tesouro são efectuados sobretudo fora do continente africano e, como tal, não se encontram incluídos no quadro abaixo. A apresentação das informações com base nas áreas geográficas acima indicadas distribui os rendimentos pela localização dos clientes. O Fundo utiliza os colaboradores, o pessoal, a organização, os serviços e as instalações do BAD, pelo que não possui activos fixos. As informações geográficas sobre rendimentos de empréstimos para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 são as seguintes:

(milhares de UC)	África Central	África Oriental	África Setentrional	África Austral	África Ocidental	Total
2010						
Rendimento de empréstimos concedidos	-	233	142	435	1.112	1.922
2009						
Rendimento de empréstimos concedidos	-	428	135	308	1.150	2.021

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, não se verificaram rendimentos derivados de transacções com clientes externos individuais de montante equivalente a 10% ou mais dos rendimentos do Fundo.

NOTA L - APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 30 de Março de 2011, o Conselho de Administração do Banco autorizou o envio das presentes demonstrações financeiras ao Conselho de Governadores. As demonstrações financeiras deverão ser aprovadas pelo Conselho de Governadores do Banco Africano de Desenvolvimento na sua assembleia anual, em Junho de 2011.



KPMG Audit
1, cours Valmy
92923 Paris La Défense Cedex
França

Telefone: +33 (0)1 55 68 68 68
Fax: +33 (0)1 55 68 73 00
Sítio na Internet: www.kpmg.fr

Fundo Fiduciário da Nigéria

Agência Temporária de Relocalização
15, Avenue du Ghana
1002 Tunis Belvédère
Tunísia

Relatório dos Auditores Independentes sobre o Fundo Fiduciário da Nigéria destinado ao Conselho de Governadores do Banco Africano de Desenvolvimento

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

Auditámos as demonstrações financeiras em anexo referentes ao Fundo Fiduciário da Nigéria (“o Fundo”), que consistem no balanço à data de 31 de Dezembro de 2010 e na demonstração de resultados, na demonstração do rendimento global, na demonstração das alterações do capital próprio e na demonstração dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo nessa data, bem como um resumo das normas contabilísticas relevantes e outras notas explicativas, tal como está definido nas Notas A a L.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no âmbito das normas contabilísticas definidas neste documento, com a finalidade de apresentar demonstrações financeiras aprovadas e auditadas ao Conselho de Governadores do Banco Africano de Desenvolvimento, como exige a secção 8.2 do Acordo de Constituição do Fundo. O presente relatório destina-se exclusivamente ao Conselho de Governadores do Banco, enquanto órgão, de acordo com a secção 8.2 do Acordo de Constituição do Fundo. O nosso trabalho de auditoria foi elaborado para que possamos declarar ao Conselho de Governadores todas as questões que somos obrigados a declarar num relatório de auditores, e para nenhuma outra finalidade. Tanto quanto a lei permita, não aceitamos nem assumimos qualquer responsabilidade pelo nosso trabalho de auditoria, por este relatório ou pelos pareceres que emitimos, perante qualquer outra entidade que não seja o Fundo e o Conselho de Governadores do Banco enquanto órgão.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e pela correcta apresentação das presentes demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e na forma exigida pelo Acordo de Constituição do Fundo. Estas responsabilidades incluem: planificar, implementar e manter o controlo interno relevante na elaboração e apresentação correcta das demonstrações financeiras para que não contenham inexactidões materiais, originadas por fraude ou por erro; seleccionar e aplicar normas contabilísticas adequadas; e efectuar estimativas contabilísticas que sejam razoáveis perante as circunstâncias.

Responsabilidade dos auditores

A nossa responsabilidade consiste na emissão de um parecer sobre estas demonstrações financeiras, com base na nossa auditoria. A nossa auditoria foi realizada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e realizemos a auditoria de forma a obter uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras não contêm inexactidões materiais.

KPMG S.A.,
sociedade francesa, membro da rede KPMG,
constituída por empresas independentes afiliadas à
KPMG International Cooperative, uma entidade de direito suiço.

Sociedade anónima de
contabilidade - Comissão de
revisão de contas composta
por direcção e conselho
de fiscalização.
Inscrita na Ordem em Paris sob
o n.º 14-30080101 e na
Câmara dos Revisores Oficiais
de Contas de Versalhes.

Sede social:
KPMG S.A.
Immeuble le Palatin
3, cours du Triangle
92939 Paris La Défense Cedex
Capital : 5.497.100 €.
Code APE 6920 Z
775 726 417 R.C.S. Nanterre
TVA União Europeia
FR 77 775 726 417



Fundo Fiduciário da Nigéria
Relatório dos auditores independentes sobre o Fundo Fiduciário da Nigéria
destinado ao Conselho de Governadores do Banco Africano de Desenvolvimento

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos para obter evidências de auditoria sobre os montantes e declarações que constam nas demonstrações financeiras. A selecção dos procedimentos depende da nossa análise, incluindo a avaliação dos riscos de inexactidões materiais das demonstrações financeiras, originadas por fraude ou por erro. Ao efectuar essas avaliações de risco, analisamos o controlo interno relevante para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras por parte da entidade, de forma a conceber procedimentos de auditoria adaptados às circunstâncias, mas não com o objectivo de emitir um parecer sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui ainda a avaliação da adequação dos princípios contabilísticos utilizados e da razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras com fins especiais em termos gerais.

Acreditamos que as evidências de auditoria que obtivemos são suficientes e adequadas para fundamentarmos o nosso parecer.

Parecer

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam, de forma apropriada e em todos os aspectos materiais, a situação financeira do Fundo à data de 31 de Dezembro de 2010, bem como o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao exercício findo nessa data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Paris La Défense, 30 de Março de 2011

KPMG Audit
Uma divisão da KPMG S.A.

Pascal Brouard
Sócio

Apêndices

Apêndice I: Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento

Organograma em 31 de Dezembro de 2010	I-1
Principais colaboradores do Grupo do Banco em 31 de Dezembro de 2010	I-2

Apêndice II: Banco Africano de Desenvolvimento

Resoluções adoptadas pelo Conselho de Governadores em 2010 relativas ao BAD	II-1
Conselho de Administração do BAD: Poderes de voto dos países membros em 31 de Dezembro de 2010	II-2
Conselho de Administração do BAD: Poderes de voto dos países membros em 31 de Dezembro de 2010	II-3

Apêndice III: Fundo Africano de Desenvolvimento

Resoluções adoptadas pelo Conselho de Governadores em 2010 relativas ao FAD	III-1
Conselho de Governadores do FAD: Poderes de voto dos países participantes e do BAD em 31 de Dezembro de 2010	III-2
Conselho de Administração do FAD: Poderes de voto e países representados em 31 de Dezembro de 2010	III-3
Subscrição dos países participantes e do BAD em 31 de Dezembro de 2010	III-4

Apêndice I-2

Principais colaboradores do Grupo do Banco em 31 de Dezembro de 2010

PRESIDÊNCIA			
Presidente	KABERUKA	Donald	PRST
Vice-Presidente/Chefe de Operações	MOYO	Nkosana Donald	COO
Director	ZOUKPO	Zate	COO
Director	SAKALA	Zondo Thomas	COBS
Director	KIRK	Colin	OPEV
Director	SOVIK	Per Eldar	CRMU
Chefe de Pessoal e Director de Gabinete	TOURE	Modibo Ibrahim	SAPR
Conselho Geral e Director	GADIO	Kalidou	GECL
Secretária-Geral	AKINTOMIDE	Cecilia	SEGL
Auditor-Geral	OUKO	Edward Rakwar Otieno	OAGL
Director	SHARMA	Vinay	IACD
Director	DINGA-DZONDO	Antoinette	OPSC
Director	HURLEY	Thomas Francis	ORQR
Chefe de Unidade	BATUMUBWIRA	Antoinette	ERCU
Chefe de Unidade	GODBOUT	William John	SECU
Director, Gabinete de Ética	KISUBI	Mohammad Ali Mubarak	COEO
Secretário executivo	LIPOU MASSALA	Albertine A.H.	TRIB
Provedor	ORRACA-NDIAYE	Amabel	OMBU
GABINETE DO ECONOMISTA-CHEFE			
Economista-Chefe	NCUBE	Mthuli	ECON
Director	NDIKUMANA	Leonce	EDRE
Director	LUFUMPA	Charles Leyeka	ESTA
Chefe de Unidade	TAPSOBA	Sibry	EADI
SERVIÇOS INSTITUCIONAIS			
Vice-Presidente	BEDUMRA	Kordje	CSVP
Director	ARCHER-DAVIES	Gemina Oluremi	CHRM
Director	CHAKROUN	Lotfi	CIMM
Director	N'DIAYE	Ibrahim	CGSP
Representante oficial em exercício em Abidjan	BA	Samba	ROSA
Chefe de Missões Especiais	EHOUNOU	Jean-Paul Aka	SACS
Responsável	NTCHANDEU	Micheline	CLSD
SECTOR FINANCEIRO			
Vice-Presidente em exercício	BOAMAH	Charles Owusu	FNVP
Director	BOAMAH	Charles Owusu	FFCO
Director	DIALLO	Kodeidja Malle	FFMA
Director	VAN PETEGHEM	Pierre	FTRY
Chefe de Unidade	TCHAKOTE	Joachim Auguste	ICU
Chefe de Unidade	GIRMA	Solomon	SRPU
OPERAÇÕES I: PROGRAMAS E POLÍTICAS NACIONAIS E REGIONAIS			
Vice-Presidente	ORDU	Aloysius Uche	ORVP
Director	GHARBI	Mohammed Jaouad	ORCE
Director	GAYE	Diarietou	OREA
Director	MATONDO-FUNDANI	Nono	OREB
Director	KOLSTER	Jacob	ORNA
Director	LOBE NDOUMBE	Isaac Samuel	ORNB
Director	KAYIZZI-MUGERWA	Steve	ORPC
Director	BEILEH	Abdirahman D.	ORSA
Director	BLACK	Frank	ORSB
Director	LITSE	Kpourou Janvier	ORWA
Director	PERRAULT	Franck Joseph Marie	ORWB
Director em exercício	FAL	Yacine Diama	ORPF
Chefe de Unidade	CHERVALIER	Benoit Romain	ORMU
Chefe de Unidade	IKEDA-LARHED	Kazumi	ORRU
OPERAÇÕES II: OPERAÇÕES SECTORIAIS			
Vice-Presidente	ELKHESHEN	Kamal Salah	OSVP
Director	ABOU-SABAA	Aly Abdel-Hamed	OSAN
Director	NEGATU	Gabriel	OSGE
Director	SOUCAT	Agnes	OSHD
Chefe de Unidade	KILO	Margaret Hilda	OSFU
Coordenador, MFW4A	NALLETAMBY	Stefan Luis	OSGE
OPERAÇÕES III: INFRA-ESTRUTURAS, SECTOR PRIVADO E INTEGRAÇÃO REGIONAL			
Vice-Presidente	PITTMAN	Bobby Jene	OIVP
Director	MBESHERUBUSA	Gilbert	OITC
Director	CHEIKHROUHOU	Hela	ONEC
Director	RUGAMBA	Alex	ONRI
Director	TURNER	Timothy	OPSM
Director	KIES	Ali	OWAS
Coordenador, African Water Facility	BAHRI	Akissa	AWTF

Fonte: GBAD, Departamento de Gestão de Recursos Humanos.

Apêndice II-1

Resoluções adoptadas pelo Conselho de Governadores em 2010 relativas ao BAD

B/BG/2010/01:	Remuneração dos membros eleitos: Revisão anual da remuneração do Presidente
B/BG/2010/02:	Aumento do capital social autorizado sem direito de voto e subscrição do mesmo pelo Canadá e pela República da Coreia
B/BG/2010/03:	Proposta de atribuição de 10 milhões de UC à African Water Facility, provenientes da conta de superávit
B/BG/2010/04:	Encerramento do Instituto Multilateral de África enquanto Fundo Especial do Banco Africano de Desenvolvimento
B/BG/2010/05:	Atribuição de 2,5 milhões de EUR ao programa ATMS (African Training and Management Services), provenientes da conta de superávit do Banco
B/BG/2010/06:	Datas e local da Quadragésima Sexta Assembleia Anual do Conselho de Governadores do Banco e da Trigésima Sétima Assembleia Anual do Conselho de Governadores do Fundo
B/BG/2010/07:	Relocalização temporária das operações do Banco Africano de Desenvolvimento para a Agência Temporária de Relocalização em Tunes, Tunísia: Avaliação Anual (12 meses) do Período de Relocalização Temporária
B/BG/2010/08:	Autorização do Sexto Aumento Geral de Capital
B/BG/2010/09:	Alteração às Regras de Transmissão de Acções do Banco Africano de Desenvolvimento
B/BG/2010/10:	Aumento do número de administradores executivos nos termos do artigo 33.º(1) do Acordo que instituiu o Banco Africano de Desenvolvimento
B/BG/2010/11:	Relatório anual e demonstrações financeiras auditadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009
B/BG/2010/12:	Afectação e distribuição de parte das receitas do Banco Africano de Desenvolvimento para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, utilizando a receita afectável como base de afectação e distribuição
B/BG/2010/13:	Distribuição de parte das receitas líquidas do Fundo Fiduciário da Nigéria para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009
B/BG/2010/14:	Instituição do Fundo Especial ClimDev-Africa
B/BG/2010/15:	Eleição do Presidente do Banco Africano de Desenvolvimento
B/BG/2010/16:	Eleição geral dos directores executivos do Banco Africano de Desenvolvimento
B/BG/2010/17:	Voto de agradecimento dos Conselhos de Governadores a Sua Excelência Laurent GBAGBO, Presidente da República da Costa do Marfim
B/BG/2010/18:	Voto de agradecimento dos Conselhos de Governadores a Sua Excelência Amadou TOUMANI TOURE, Presidente da República do Mali
B/BG/2010/19:	Voto de agradecimento dos Conselhos de Governadores a Sua Excelência Thomas YAYI BONI, Presidente da República do Benim
B/BG/2010/20:	Voto de agradecimento dos Conselhos de Governadores a Sua Excelência Faure GNASSINGBE, Presidente da República do Togo
B/BG/2010/21:	Voto de agradecimento dos Conselhos de Governadores a Sua Excelência Bernard MAKUZA, Presidente da República do Ruanda
B/BG/2010/22:	Voto de agradecimento dos Conselhos de Governadores a Sua Excelência Tertius ZONGO, Primeiro-Ministro do Burquina Faso
B/BG/2010/23:	Voto de agradecimento dos Conselhos de Governadores a Sua Excelência John ATTA MILLS, Presidente da República do Gana, representado por Sua Excelência ALHAJI MUHAMMAD MUMUNI, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Integração Regional
B/BG/2010/24:	Voto de agradecimento dos Conselhos de Governadores a Sua Excelência Ali BONGO, Presidente da República do Gabão, representado por Sua Excelência Antoine de Padoue MBOUMBOU MIYAKOU, Presidente do Conselho Económico e Social do Gabão
B/BG/2010/25:	Voto de agradecimento dos Conselhos de Governadores a Sua Excelência Teodoro OBIANG NGUEMA MBASOGO, Presidente da República da Guiné Equatorial, representado por Sua Excelência Salomon NGUEMA OWONO, Vice-Primeiro-Ministro
B/BG/2010/26:	Voto de agradecimento dos Conselhos de Governadores a Sua Excelência Jean PING, Presidente da Comissão da União Africana
B/BG/2010/27:	Voto de agradecimento dos Conselhos de Governadores ao Presidente cessante, Gabinete, Comité Director Adjunto e Comité Consultivo dos Governadores
B/BG/2010/28:	Voto de agradecimento dos Conselhos de Governadores aos Conselhos de Administração, Presidente, Direcção e colaboradores
B/BG/2010/29:	Voto de agradecimento dos Conselhos de Governadores a Sua Excelência Guillaume SORO, Primeiro-Ministro da República da Costa do Marfim, ao Sr. Jean-Baptiste GOMONT DIAGOU, Presidente da Câmara de Cocody e ao Comité Nacional de Organização da República da Costa do Marfim
B/BG/2009/30:	Voto de agradecimento dos Conselhos de Governadores aos membros cessantes dos Conselhos de Administração do Banco e do Fundo

Fonte: Secretariado-Geral do BAD.

Apêndice II-2

Conselho de Administração do BAD: Poderes de voto dos países membros em 31 de Dezembro de 2010

Pais	Governador	Substituto	Total de votos	Poderes de voto %
1	África do Sul	Pravin Gordhan	100.609	4,461
2	Angola	Ana Afonso Dias Lourenço	26.030	1,154
3	Argélia	Karim Djoudi	87.979	3,901
4	Benim	Pascal I. Koupaki	4.870	0,216
5	Botsuana	Charles M. Tibone	47.258	2,095
6	Burquina Faso	Lucien Marie Noël Benbamba	9.932	0,440
7	Burundi	Clotilde Nizigama	5.798	0,257
8	Cabo Verde	Cristina Duarte	2.297	0,102
9	Camarões	Louis Paul Motaze	22.690	1,006
10	Chade	Mahamat Ali Hassan	2.266	0,100
11	Comores	Mohamed Bacar Dossar	1.078	0,048
12	Congo	Gilbert Ondongo	10.500	0,466
13	Costa do Marfim	Paul Antoine Bohoun Bouabre	81.633	3,620
14	Egipto	Farouk El-Okdah	112.454	4,986
15	Eritreia	Berhane Abrehe	2.628	0,117
16	Etiópia	Sufian Ahmed	35.403	1,570
17	Gabão	Magloire Ngambia	26.765	1,187
18	Gâmbia	Mambury Njie	3.869	0,172
19	Gana	Kwabena Duffuor	50.299	2,230
20	Guiné	Kerfalla Yansane	9.494	0,421
21	Guiné-Bissau	Helena Maria José Nosolini Embalo	1.225	0,054
22	Guiné Equatorial	Melchor Esono Edjo	4.107	0,182
23	Jibuti	Ali Farah Assoweh	1.838	0,081
24	Lesoto	Timothy Thahane	4.092	0,181
25	Libéria	Augustine K. Ngafuan	4.855	0,215
26	Libia	Abdoulhafid Zlitni	84.561	3,750
27	Madagáscar	*	14.787	0,656
28	Malavi	Kenani Kandodo, MP	7.097	0,315
29	Mali	Toure Sanoussi	10.161	0,451
30	Marrocos	Salaheddine Mezouar	72.893	3,232
31	Maurícia	Pravind Kumar Jugnauth	41.491	1,840
32	Mauritânia	Ahmed Ould Moulaye Ahmed	3.838	0,170
33	Moçambique	Aiuba Cuereneia	14.391	0,638
34	Namíbia	Saara Kuugongelwa-Amadhila	8.022	0,356
35	Níger	Mamane Malam Annou	6.151	0,273
36	Nigéria	Olusegun Olutoyin Aganga	193.850	8,596
37	Quênia	Uhuru Kenyatta, Egh, MP	32.332	1,434
38	Rep. Centro-Africana	Sylvain Maliko	1.598	0,071
39	Rep. Dem. do Congo	Matata Ponyon Mapon	23.365	1,036
40	Ruanda	John Rwangombwa	3.527	0,156
41	São Tomé e Príncipe	Americo d'Oliveira dos Ramos	2.114	0,094
42	Seicheles	Danny Faure	1.849	0,082
43	Senegal	Abdoulaye Diop	22.460	0,996
44	Serra Leoa	Samura Mathew Wilson Kamara	5.923	0,263
45	Somália	Sharif Hassan Sheik Adam	2.566	0,114
46	Suazilândia	Majozi Vincent Sithole	7.876	0,349
47	Sudão	Ali Mahmoud Mohamed Abdelrasoul	9.455	0,419
48	Tanzânia	Mustafa Haidi Mkulo, MP	18.486	0,820
49	Togo	Adji Oteth Ayassor	4.077	0,181
50	Tunísia	Mohamed Nouri Jouini	31.117	1,380
51	Uganda	Syda Bbumba, MP	11.637	0,516
52	Zâmbia	Situmbeko Musokotwane, MP	28.085	1,245
53	Zimbabué	Tendai Biti, MP	45.653	2,024
TOTAIS REGIONAIS			1.369.331	60,718

Apêndice II-2 (cont.)

Conselho de Administração do BAD: Poderes de voto dos países membros em 31 de Dezembro de 2010

País	Governador	Substituto	Total de votos	Poderes de voto %
1 Alemanha	Gudrun Kopp	Rolf Wenzel	90.256	4,002
2 Arábia Saudita	Yousef Al-Bassam	Ahmed M. AL-Ghannam	4.837	0,214
3 Argentina	Amado Boudou	Hernan Martin Perez Redrado	6.472	0,287
4 Áustria	Josef Pröll	Edith Frauwallner	10.332	0,458
5 Bélgica	Didier Reynders	Gino Alzetta	14.583	0,647
6 Brasil	Paulo Bernardo Silva	Carlos Augusto Vidotto	10.299	0,457
7 Canadá	Lawrence Cannon	James Haley	82.273	3,648
8 China	Zhou Xiaochuan	Yi Gang	24.925	1,105
9 Coreia	Yoon Jeung-Hyun	Choongsoo Kim	10.332	0,458
10 Dinamarca	Sus Ulbaek	Mette Knudsen	25.793	1,144
11 Espanha	Elena Salgado Méndez	José Manuel Campa Fernández	23.659	1,049
12 Estados Unidos da América	Timothy Geithner	Robert D. Hormats	144.678	6,415
13 Finlândia	Ritva Koukku-Ronde	Jorma Julin	11.252	0,499
14 França	Ramon Fernandez	Delphine D'Amarzit	82.273	3,648
15 Índia	Pranab Mukherjee	Ashok Chawla	5.485	0,243
16 Itália	Giulio Tremonti	Carlo Monticelli	53.269	2,362
17 Japão	Yoshihiko Noda	Masaaki Shirakawa	120.025	5,322
18 Koweit	Mustafa Al-Shamali	Hesham Al-Woqayan	10.332	0,458
19 Noruega	Ingrid Fiskaa	Henrik Harboe	25.793	1,144
20 Países Baixos	Ben Knapen	Yoka Brandt	19.258	0,854
21 Portugal	Fernando Teixeira dos Santos	Carlos Costa Pina	5.855	0,260
22 Reino Unido	Andrew Mitchell	Stephen O'Brien	37.179	1,649
23 Suécia	Joakim Stymne	Anders Bengtén	34.217	1,517
24 Suíça	Beatrice Maser Mallor	Edita Vokral	32.507	1,441
TOTAL NÃO REGIONAIS			885.884	39,282
TOTAL GLOBAL			2.255.215	100,000

Fonte: Departamento de Tesouraria do BAD.

Nota:

* Vago

Apêndice II-3

Conselho de Administração do BAD: Poderes de voto e países representados em 31 de Dezembro de 2010

Director executivo	Para	Total de votos	Poderes de voto %
Abdelhak Benallegue	Argélia	87.979	
Augusto Idrissa Embalo (Substituto)	Guiné-Bissau	1.225	
	Madagáscar	14.787	
		103.991	4,611
Mohit Dhoorundhur	Maurícia	41.491	
Petronella M.N. Mwangala (Substituto)	Zâmbia	28.085	
	Botsuana	47.258	
	Malavi	7.097	
		123.931	5,495
Pedro M.F. Tombwele	Angola	26.030	
Rafique Jusob Mahomed (Substituto)	Mocambique	14.391	
	Namíbia	8.022	
	Zimbabué	45.653	
		94.096	4,172
Abdul-Magid Gadad	Líbia	84.561	
Mohamed O.H. Khattar (Substituto)	Mauritânia	3.838	
	Somália	2.566	
		90.965	4,034
ElFatih Mohammed Khalid	Sudão	9.455	
Alieu Momoudou Ngum (Substituto)	Gâmbia	3.869	
	Gana	50.299	
	Libéria	4.855	
	Serra Leoa	5.923	
		74.401	3,299
Moegamat Shahid Khan	África do Sul	100.609	
Motena Ernestine Tsolo (Substituto)	Lesoto	4.092	
	Suazilândia	7.876	
		112.577	4,992
Hassan Ali A. Khedr	Egipto	112.454	
Almis Mohamed Abdillahi (substituto)	Jibuti	1.838	
		114.292	5,068
Mamadou Abdoulaye Sow	Senegal	22.460	
Nani Martin Gbedey (Substituto)	Benim	4.870	
	Burquina Faso	9.932	
	Cabo Verde	2.297	
	Chade	2.266	
	Comores	1.078	
	Gabão	26.765	
	Mali	10.161	
	Níger	6.151	
		85.980	3,812
Mohamed Mahroug	Marrocos	72.893	
Moufida Jaballah Srarfi (Substituto)	Tunísia	31.117	
	Togo	4.077	
		108.087	4,793
Shehu Yahaya	Nigéria	193.850	
Maria Batista de Sousa (Substituto)	São Tomé e Príncipe	2.114	
		195.964	8,689
Tchéché N'Guessan	Costa do Marfim	81.633	
Bernardo Abaga N. Mayie (Substituto)	Guiné Equatorial	4.107	
	Guiné	9.494	
		95.234	4,223

Apêndice II-3 (cont.)

Conselho de Administração do BAD: Poderes de voto e países representados em 31 de Dezembro de 2010

Director executivo	Para	Total de votos	Poderes de voto %
Mary C. Muduuli	Uganda	11.637	
Mulu Ketsela (Substituto)	Etiópia	35.403	
	Eritreia	2.628	
	Quênia	32.332	
	Ruanda	3.527	
	Seicheles	1.849	
	Tanzânia	18.486	
		105.862	4,694
André Nzapayeke	República Centro-Africana	1.598	
Sele Yalaghuli (Substituto)	Rep. Dem. do Congo	23.365	
	Camarões	22.690	
	Congo	10.500	
	Burundi	5.798	
		63.951	2,836
Emmanuel Carrère	França	82.273	
Agustin J. Navarro (Substituto)	Espanha	23.659	
	Bélgica	14.583	
		120.515	5,344
Mogens Pedersen	Dinamarca	25.793	
Tapani H. Kivelä (Substituto)	Finlândia	11.252	
	Índia	5.485	
	Noruega	25.793	
	Suécia	34.217	
		102.540	4,547
Bruce Montador	Canadá	82.273	
Thamer Husain (Substituto)	Koweit	10.332	
	China	24.925	
	Coreia	10.332	
		127.862	5,670
Masahiro Kan	Japão	120.025	
Abdulrahman Abubakr (Substituto)	Arábia Saudita	4.837	
	Argentina	6.472	
	Áustria	10.332	
	Brasil	10.299	
		151.965	6,738
Christoph Kohlmeyer	Alemanha	90.256	
	Portugal	5.855	
	Suíça	32.507	
		128.618	5,703
Vincenzo Zezza	Itália	53.269	
Pieter de Keizer (Substituto)	Países Baixos	19.258	
	Reino Unido	37.179	
		109.706	4,865
Walter Crawford Jones	Estados Unidos da América	144.678	
		144.678	6,415
Total Regionais		1.369.331	60,718
Total Não Regionais		885.884	39,282
TOTAL GLOBAL		2.255.215	100,000

Fonte: Departamento de Tesouraria do BAD.

Apêndice III-1

Resoluções adoptadas pelo Conselho de Governadores em 2010 relativas ao FAD

F/BG/2010/01:	Datas e local da Quadragésima Sexta Assembleia Anual do Conselho de Governadores do Banco e da Trigésima Sétima Assembleia Anual do Conselho de Governadores do Fundo
F/BG/2010/02:	Relocalização temporária das operações do Banco Africano de Desenvolvimento para a Agência Temporária de Relocalização em Tunes, Tunísia: Avaliação Anual (12 meses) do Período de Relocalização Temporária
F/BG/2010/03:	Aumento do número de directores executivos nos termos do Acordo que institui o Banco Africano de Desenvolvimento
F/BG/2010/04:	Relatório anual e demonstrações financeiras auditadas para fins especiais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009
F/BG/2010/05:	Seleção dos directores executivos do Fundo Africano de Desenvolvimento
F/BG/2010/06:	Voto de agradecimento dos Conselhos de Governadores a Sua Excelência Laurent GBAGBO, Presidente da República da Costa do Marfim
F/BG/2010/07:	Voto de agradecimento dos Conselhos de Governadores a Sua Excelência Amadou TOUMANI TOURE, Presidente da República do Mali
F/BG/2010/08:	Voto de agradecimento dos Conselhos de Governadores a Sua Excelência Thomas YAYI BONI, Presidente da República do Benim
F/BG/2010/09:	Voto de agradecimento dos Conselhos de Governadores a Sua Excelência Faure GNASSINGBE, Presidente da República do Togo
F/BG/2010/10:	Voto de agradecimento dos Conselhos de Governadores a Sua Excelência Bernard MAKUZA, Presidente da República do Ruanda
F/BG/2010/11:	Voto de agradecimento dos Conselhos de Governadores a Sua Excelência Tertius ZONGO, Primeiro-Ministro do Burquina Faso
F/BG/2010/12:	Voto de agradecimento dos Conselhos de Governadores a Sua Excelência John ATTA MILLS, Presidente da República do Gana, representado por Sua Excelência ALHAJI MUHAMMAD MUMUNI, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Integração Regional
F/BG/2010/13:	Voto de agradecimento dos Conselhos de Governadores a Sua Excelência Ali BONGO, Presidente da República do Gabão, representado por Sua Excelência Antoine de Padoue MBOUMBOU MIYAKOU, Presidente do Conselho Económico e Social do Gabão
F/BG/2010/14:	Voto de agradecimento dos Conselhos de Governadores a Sua Excelência Teodoro OBIANG NGUEMA MBASOGO, Presidente da República da Guiné Equatorial, representado por Sua Excelência Salomon NGUEMA OWONO, Vice-Primeiro-Ministro
F/BG/2010/15:	Voto de agradecimento dos Conselhos de Governadores a Sua Excelência Jean PING, Presidente da Comissão da União Africana
F/BG/2010/16:	Voto de agradecimento dos Conselhos de Governadores ao Presidente demissionário, Gabinete, Comité Directivo e Comité Consultivo dos Governadores
F/BG/2010/17:	Voto de agradecimento dos Conselhos de Governadores aos Conselhos de Administração, Presidente, Direcção e colaboradores
F/BG/2010/18:	Voto de agradecimento dos Conselhos de Governadores a Sua Excelência Guillaume SORO, Primeiro-Ministro da República da Costa do Marfim, ao Sr. Jean-Baptiste GOMONT DIAGOU, Presidente da Câmara de Cocody e ao Comité Nacional de Organização da República da Costa do Marfim
F/BG/2009/19:	Voto de agradecimento dos Conselhos de Governadores aos membros cessantes dos Conselhos de Administração do Banco e do Fundo

Fonte: Secretariado-Geral do BAD.

Apêndice III-2

Conselho de Governadores: Poderes de voto dos países participantes e do BAD em 31 de Dezembro de 2010

Pais	Governador	Substituto	Total de votos	Poderes de voto %
1 Alemanha	Gudrun Kopp	Rolf Wenzel	102.010	5,100
2 Arábia Saudita	Youssef Al-Bassam	Ahmed M. Al-Ghannam	13.014	0,651
3 Argentina	Amado Boudou	Hernan Martin Perez Redrado	0.098	0,005
4 Áustria	Josef Pröll	Edith Frauwallner	16.106	0,805
5 Bélgica	Didier Reynders	Gino Alzetta	19.512	0,976
6 Brasil	Paulo Bernardo Silva	Carlos Augusto Vidotto	6.800	0,340
7 Canadá	Lawrence Cannon	James Haley	78.390	3,920
8 China	Zhou Xiaochuan	Yi Gang	19.048	0,952
9 Coreia	Yoon Jeung-Hyun	Choongsoo Kim	8.428	0,421
10 Dinamarca	Sus Ulbaek	Mette Knudsen	27.408	1,370
11 Emirados Árabes Unidos	Mohamed Khalifa Bin Yousef Al Suweidi	Abdullah Hussain Dawood	0.442	0,022
12 Espanha	Elena Salgado Méndez	José Manuel Campa Fernández	25.911	1,296
13 Estados Unidos da América	Timothy Geithner	Robert D. Hormats	114.692	5,735
14 Finlândia	Ritva Koukku-Ronde	Jorma Julin	18.391	0,920
15 França	Ramon Fernandez	Delphine D'Amarzit	104.196	5,210
16 Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento			1.000.000	50,000
17 Índia	Pranab Mukherjee	Ashok Chawla	3.757	0,188
18 Itália	Giulio Tremonti	Carlo Monticelli	57.052	2,853
19 Japão	Yoshihiko Noda	Masaaki Shirakawa	118.351	5,918
20 Koweit	Mustafa Al-Shamali	Hesham Al-Woqayan	9.467	0,473
21 Noruega	Ingrid Fiskaa	Henrik Harboe	43.504	2,175
22 Países Baixos	Ben Knapen	Yoka Brandt	39.448	1,972
23 Portugal	Fernando Teixeira dos Santos	Carlos Costa Pina	7.778	0,389
24 Suécia	Joakim Stymne	Anders Bengtén	50.624	2,531
25 Suíça	Beatrice Maser Mallor	Edita Vokral	37.773	1,889
26 Reino Unido	Andrew Mitchell	Stephen O'Brien	77.800	3,890
TOTAL			2.000.000	100,000

Fonte: Departamento de Tesouraria do BAD.

Apêndice III-3

Conselho de Administração do FAD: Poderes de voto e países representados em 31 de Dezembro de 2010

Directores Executivos / Substitutos	Participantes	Poderes de voto em %*	Poderes de Voto por Círculos Eleitorais
Elfatih Mohamed Khalid **	BAD	7,143	
Shahid Khan **	BAD	7,143	
Hassan Ali Ali Khedr **	BAD	7,143	
Mary Muduuli **	BAD	7,143	
André Nzapayeke **	BAD	7,143	
Mamadou Abdoulaye Sow **	BAD	7,143	
Shehu Yahaya **	BAD	7,143	
			50,000
Walter Crawford Jones	Estados Unidos da América	5,735	
Alexander Severens	Estados Unidos da América		
			5,735
Masahiro Kan	Japão	5,918	
Abdulrahman Abubakr	Arábia Saudita	0,651	
	Áustria	0,805	
	Argentina	0,005	
	Brasil	0,340	
			7,718
Mogens Pedersen	Dinamarca	1,370	
Tapani H. Kivelä	Finlândia	0,920	
	Índia	0,188	
	Noruega	2,175	
	Suécia	2,531	
			7,184
Christoph Kohlmeyer	Alemanha	5,100	
	Portugal	0,389	
	Suíça	1,889	
			7,378
Bruce Montador	Canadá	3,920	
Thamer Husain	Koweit	0,473	
	China	0,952	
	Coreia	0,421	
			5,767
Emmanuel Carrère	França	5,210	
Agustín J. Navarro	Espanha	1,296	
	Bélgica	0,976	
			7,481
Vincenzo Zezza	Itália	2,853	
P. De Keizer	Países Baixos	1,972	
	Reino Unido	3,890	
			8,715
Vago	Emirados Árabes Unidos	0,022	
			0,022
TOTAL GLOBAL			100,000

Fonte: Departamento de Tesouraria do BAD

Notas:

* Podem ocorrer ligeiras diferenças nos totais devido a arredondamentos.

** Para o período com início em 23 de Outubro de 2010 até 30 de Março de 2011.

Apêndice III-4

Poderes de voto dos países participantes e do BAD em 31 de Dezembro de 2010

Participantes	Contribuição em UC*
1 África do Sul	20.862.934
2 Alemanha	1.891.116.185
3 Arábia Saudita	240.954.968
4 Argentina	8.860.520
5 Áustria	297.427.899
6 BAD	111.740.678
7 Bélgica	360.813.249
8 Brasil	134.021.578
9 Canadá	1.401.233.750
10 China	351.819.225
11 Coreia	155.015.566
12 Dinamarca	510.301.235
13 Emirados Árabes Unidos	8.289.468
14 Espanha	454.372.432
15 Estados Unidos da América	2.243.428.749
16 Finlândia	340.927.113
17 França	1.923.849.817
18 Índia	69.870.683
19 Itália	1.085.041.145
20 Japão	2.197.207.708
21 Koweit	164.458.447
22 Noruega	827.563.466
23 Países Baixos	741.256.128
24 Portugal	143.996.291
25 Reino Unido	1.435.296.841
26 Suécia	956.208.438
27 Suíça	694.238.727
Subtotal	18.770.173.241
Contribuições suplementares através de cobranças aceleradas para reduzir a diferença	38.565.198
TOTAL GLOBAL	18.808.738.440

Fonte: Departamento de Tesouraria do BAD.

Nota:

* Podem ocorrer ligeiras diferenças nos totais devido a arredondamentos.

Anexo I - Classificação dos países membros regionais

Anexo II- Estatísticas seleccionadas sobre países membros regionais

África: Indicadores sociais seleccionados **II-1**

África: Indicadores macroeconómicos seleccionados **II-2**

Dados sobre operações do Grupo do Banco

Transferência de recursos do Grupo do Banco para PMR, 1967-2010 **II-3**

Transferência de recursos concessionais do Grupo do Banco para PMR, 1974-2010 **II-4**

Pagamentos do Grupo do Banco a países fornecedores para aprovisionamento,
por origem de fornecimento, 2009-2010 **II-5**

Pagamentos do Grupo do Banco a países fornecedores para aprovisionamento,
por fonte de fornecimento, 2009-2010 **II-6**

Aprovações de créditos e subsídios do Grupo do Banco por sub-região, 2006-2010,
e cumulativas 1967-2010 **II-7**

Aprovações de créditos e subsídios do BAD por país, 2006-2010, e cumulativas 1967-2010 **II-8**

Aprovações de créditos e subsídios do FAD por país, 2006-2010, e cumulativas 1974-2010 **II-9**

Aprovações de créditos e subsídios do FFN por país, 2006-2010, e cumulativas 1976-2010 **II-10**

Aprovações de créditos e subsídios do Grupo do Banco por sector, 2006-2010,
e cumulativas 1967-2010 **II-11**

Aprovações de créditos e subsídios do BAD por sector, 2006-2010, e cumulativas 1967-2010 **II-12**

Aprovações de créditos e subsídios do FAD por sector, 2006-2010, e cumulativas 1974-2010 **II-13**

Aprovações de créditos e subsídios do FFN por sector, 2006-2010, e cumulativas 1976-2010 **II-14**

Estado de implementação do alívio da dívida ao abrigo da Iniciativa HIPC, em 31 de
Dezembro de 2010 **II-15**

Iniciativa de alívio da dívida multilateral (MDRI) do FAD - Estimativas de custos para 33 PMR
beneficiários **II-16**

Instrumentos de compromisso de doadores recebidos para a MDRI em 31 de Dezembro
de 2010 **II-17**

Resumo das liquidações de créditos vencidos em 31 de Dezembro de 2010 **II-18**

Anexo I

Classificação dos países membros regionais

Categoria A - Países elegíveis apenas para recursos do FAD*	
1	Angola
2	Benim
3	Burquina Faso
4	Burundi
5	Camarões
6	Chade
7	Comores
8	Congo
9	Costa do Marfim
10	Eritreia
11	Etiópia
12	Gâmbia
13	Gana
14	Guiné
15	Guiné-Bissau
16	Jibuti
17	Lesoto
18	Libéria
19	Madagáscar
20	Malavi
21	Mali
22	Mauritânia
23	Moçambique
24	Níger
25	Quénia
26	República Centro-Africana
27	República Democrática do Congo
28	Ruanda
29	São Tomé e Príncipe
30	Senegal
31	Serra Leoa
32	Somália
33	Sudão
34	Tanzânia
35	Togo
36	Uganda
37	Zâmbia
Categoria B - Países elegíveis para uma combinação de recursos do BAD e do FAD	
1	Cabo Verde
2	Nigéria
3	Zimbabué
Categoria C - Países elegíveis apenas para recursos do BAD	
1	África do Sul
2	Argélia
3	Botsuana
4	Egipto
5	Gabão
6	Guiné Equatorial
7	Líbia
8	Marrocos
9	Maurícia
10	Namíbia
11	Seicheles
12	Suazilândia
13	Tunísia

Nota:

* Excepto para concessão de crédito limitado do BAD para projectos em enclaves e do sector privado.

Anexo II-1

África: Indicadores sociais seleccionados

	Valor do IDH* (0 para 1)	Total de esperança de vida (anos)	Mortalidade infantil (por cada 1.000)	Mortalidade materna (por cada 100.000)	Acesso a água (% da pop.)	Acesso a saneamento (% da pop.)	Fornecimento diário de calorias <i>per capita</i>	Escolarização no ensino primário (%)		Taxas de analfabetismo em adultos (%)	
								Sexo feminino	Sexo masculino	Sexo feminino	Sexo masculino
								2006-10	2006-10	2005-08	2005-08
Média africana	0,436	56,0	78,6	516	65	41	2.465	99	106	55,9	74,0
Países desenvolvidos	0,955	79,7	5,8	14	100	99	3.380	101	101	98,1	98,7
Países em desenvolvimento	0,686	68,5	38,4	290	88	57	2.620	107	110	77,5	88,2
África Central	0,426	49,2	108,4	634	54	27	1.838	85	103	54,8	75,2
Camarões	0,460	51,7	83,7	600	74	47	2.269	106	122	67,8	84,0
Chade	0,295	49,2	127,0	1.200	50	9	2.056	74	105	21,9	43,8
Congo	0,489	53,9	79,1	580	71	30	2.512	116	123
Gabão	0,648	61,3	47,2	260	87	33	2.755	83,2	90,9
Guiné Equatorial	0,538	51,0	95,4	280	1.605	80	84	89,1	96,9
Rep. Dem. do Congo	0,239	48,0	113,9	670	46	23	1.605	83	98	56,1	77,5
República Centro-Africana	0,315	47,7	101,4	850	67	34	1.986	74	104	41,1	68,8
África Oriental	0,388	55,9	70,4	600	52	27	2.079	102	107	53,7	71,7
Burundi	0,282	51,4	94,6	970	72	46	1.685	144	149	59,9	72,3
Comores	0,428	66,2	44,1	340	95	36	1.884	114	125	67,8	79,3
Eritreia	..	60,4	51,0	280	61	14	..	44	53	54,5	77,0
Etiópia	0,328	56,1	74,9	470	38	12	1.980	98	107	22,8	50,0
Jibuti	0,402	56,1	80,1	300	92	56	2.291	51	58
Quênia	0,470	55,6	60,4	530	59	31	2.089	111	114	82,8	90,3
Ruanda	0,385	51,1	95,9	540	65	54	2.085	151	150	66,1	74,8
Seicheles	..	72,9	2.463	107	105	92,3	91,4
Somália	..	50,4	105,9	1.200	30	23	..	23	42
Sudão	0,379	58,9	65,7	750	57	34	2.282	70	78	59,6	79,0
Tanzânia	0,398	56,9	59,8	790	54	24	2.032	105	105	66,3	79,0
Uganda	0,422	54,1	70,3	430	67	48	2.211	122	121	66,8	82,4
África Setentrional	0,623	71,4	30,7	164	87	88	3.193	103	110	54,2	76,0
Argélia	0,677	72,9	28,2	120	83	95	3.153	104	111	63,9	81,3
Egipto	0,620	70,5	32,5	82	99	94	3.195	97	102	57,8	74,6
Líbia	0,755	74,5	16,9	64	..	97	3.143	108	113	81,3	94,9
Marrocos	0,567	71,8	27,7	110	81	69	3.236	103	112	44,1	69,4
Mauritânia	0,433	57,3	71,0	550	49	26	2.841	108	101	49,5	64,1
Tunísia	0,683	74,3	18,5	60	94	85	3.326	106	108	71,0	86,4
África do Sul	0,459	51,7	71,9	428	70	50	2.392	114	122	72,2	83,6
África do Sul	0,597	52,0	42,8	410	91	77	2.999	99	103	88,1	89,9
Angola	0,403	48,1	110,9	610	50	57	1.973	114	141	57,0	82,8
Botsuana	0,633	55,5	32,2	190	95	60	2.264	108	111	83,5	83,1
Lesoto	0,427	45,9	65,0	530	85	29	2.476	104	105	95,1	82,6
Madagáscar	0,435	61,2	61,0	440	41	11	2.160	158	162	65,3	76,5
Malavi	0,385	54,6	78,4	510	80	56	2.172	121	118	65,8	80,2
Maurícia	0,701	72,1	14,0	36	99	91	2.965	100	100	84,8	90,4
Moçambique	0,284	48,4	83,3	550	47	17	2.067	110	122	40,1	69,5
Namíbia	0,606	62,1	30,4	180	92	33	2.383	111	113	87,7	88,7
Suazilândia	0,498	47,0	58,9	420	69	55	2.292	104	112	85,6	87,4
Zâmbia	0,395	47,3	86,5	470	60	49	1.873	112	113	61,0	80,6
Zimbabué	0,140	47,0	51,4	790	82	44	2.238	88,8	94,4
África Ocidental	0,381	52,0	94,5	612	64	27	2.647	81	92	47,5	68,8
Benim	0,435	62,3	80,8	410	75	12	2.533	114	129	28,1	53,5

Anexo II-1 (cont.)

África: Indicadores sociais seleccionados

	Valor do IDH* (0 para 1)	Total de esperança de vida (anos)	Mortalidade infantil (por cada 1.000)	Mortalidade materna (por cada 100.000)	Acesso a água (% da pop.)	Acesso a saneamento (% da pop.)	Fornecimento diário de calorias <i>per capita</i>	Escolarização no ensino primário (%)		Taxas de analfabetismo em adultos (%)	
								Sexo feminino	Sexo masculino	Sexo feminino	Sexo masculino
								2006-10	2006-10	2005-08	2005-08
Burquina Faso	0,305	53,7	77,8	560	76	11	2.677	75	83	21,6	36,7
Cabo Verde	0,534	71,9	23,4	94	84	54	2.572	94	102	79,3	89,6
Costa do Marfim	0,397	58,4	83,3	470	80	23	2.528	66	81	44,3	64,2
Gâmbia	0,390	56,6	74,0	400	92	67	2.385	86	84	34,3	56,7
Gana	0,467	57,1	70,9	350	82	13	2.907	105	106	59,3	72,3
Guiné	0,340	58,9	93,0	680	71	19	2.568	83	97	26,4	49,6
Guiné-Bissau	0,289	48,6	109,4	1.000	61	21	2.306	36,5	66,1
Libéria	0,300	59,1	91,3	990	68	17	2.204	86	96	53,0	63,3
Mali	0,309	49,2	102,9	830	56	36	2.614	86	103	18,2	34,9
Niger	0,261	52,5	83,7	820	48	9	2.376	60	73	15,1	42,9
Nigéria	0,423	48,4	106,6	840	58	32	2.741	87	99	48,8	71,5
São Tomé e Príncipe	0,488	66,1	70,1	..	89	26	2.684	130	131	83,3	93,5
Senegal	0,411	56,2	57,0	410	69	51	2.348	85	82	33,0	52,3
Serra Leoa	0,317	48,2	101,5	970	49	13	2.170	148	168	28,9	51,7
Togo	0,428	63,3	68,3	350	60	12	2.161	111	119	53,7	76,6

Fontes: Departamento de Estatística do BAD, Base de dados da Unesco, Março de 2011, OMS, Divisão da População das Nações Unidas, Revisão de 2008, RDH 2010, OMS / UNICEF / UNFPA / Banco Mundial, FAOSTAT, 2011.

Nota:

.. Dados não disponíveis

Anexo II-2

África: Indicadores macroeconómicos seleccionados

País	PNB per capita (USD)	Taxa de crescimento do PIB (%)		Investimento (% do PIB)	Inflação dos preços no consumidor (%)	Balanço fiscal (% do PIB)	Serviço da dívida (% das exportações)
		Média anual	2010				
	2009	2005-2009	2010	2010	2010	2010	2010
África do Sul	5.760	3,7	2,8	19,2	4,3	-5,4	39,4
Angola	3.750	15,6	3,4	9,8	14,7	7,3	10,0
Argélia	4.420	3,0	3,5	46,1	4,1	-4,4	2,6
Benim	750	3,8	2,1	20,8	2,1	-2,6	6,3
Botsuana	6.260	2,2	6,4	22,6	7,0	-11,1	9,2
Burquina Faso	510	5,2	5,7	21,7	0,9	-4,5	4,9
Burundi	150	3,5	3,9	26,3	7,1	-3,2	2,6
Cabo Verde	3.010	7,1	5,3	50,1	2,1	-13,7	21,7
Camarões	1.190	2,7	3,0	19,7	1,4	-0,9	7,1
Chade	556	2,8	5,9	18,3	0,6	-12,5	3,0
Comores	870	1,6	2,1	16,1	2,9	4,1	7,4
Congo	2.080	5,1	10,2	36,2	4,8	13,9	9,4
Costa do Marfim	1.070	2,0	2,0	9,1	2,7	-2,5	10,9
Egipto	2.070	6,1	5,1	18,9	11,7	-8,1	9,7
Eritreia	278	-0,6	2,2	..	12,7	-14,6	34,1
Etiópia	330	11,4	8,8	24,0	11,2	-2,3	3,8
Gabão	7.370	2,1	5,5	21,1	3,2	3,7	6,7
Gâmbia	440	6,1	5,4	17,9	5,8	-2,7	31,2
Gana	1.190	6,4	5,9	30,5	8,0	-7,9	3,8
Guiné	370	2,4	1,6	22,1	15,8	-12,0	12,2
Guiné Equatorial	12.420	9,5	1,2	61,0	4,7	-2,6	0,3
Guiné-Bissau	510	2,6	3,6	8,3	2,6	-0,2	458,0
Jibuti	1.280	4,8	4,4	39,3	4,2	-2,7	7,5
Lesoto	980	3,3	3,8	23,7	7,3	-9,8	4,3
Libéria	160	6,8	6,1	76,1	7,7	1,3	125,97
Líbia	12.020	4,6	7,4	31,9	4,7	20,9	..
Madagáscar	462	3,9	0,3	27,7	9,6	-1,6	7,1
Malavi	280	6,4	6,7	28,3	7,7	-1,1	0,9
Mali	680	5,0	4,5	19,7	1,4	-4,1	2,5
Marrocos	2.770	4,8	4,2	38,0	0,9	-2,1	7,2
Maurícia	7.250	3,8	4,1	24,9	2,9	-4,7	4,2
Mauritânia	960	4,0	5,0	20,3	6,1	-3,7	5,5
Moçambique	440	7,5	8,1	22,8	12,7	-5,4	17,1
Namíbia	4.270	3,8	4,2	28,8	4,5	-3,0	10,9
Niger	340	4,9	5,5	30,3	3,4	-3,2	1,7
Nigéria	1.190	6,4	8,1	24,7	13,7	-6,8	0,7
Quênia	760	4,7	5,0	21,0	4,1	-5,8	5,4
República Centro-Africana	450	2,6	3,4	11,7	1,8	-0,3	39,3
República Democrática do Congo	160	5,8	6,1	22,3	23,3	-2,8	2,3
Ruanda	460	7,8	6,5	22,4	3,1	-0,5	3,0
São Tomé e Príncipe	1.140	5,6	4,5	53,9	11,4	-7,7	22,4
Seicheles	8.480	5,0	6,0	34,8	-2,4	3,2	8,3
Senegal	1.040	3,6	3,8	29,4	1,2	-6,3	5,4
Serra Leoa	340	6,0	4,5	13,1	17,8	-4,6	4,0
Somália
Suazilândia	2.470	2,6	2,1	10,0	4,5	-6,7	2,8
Sudão	1.220	7,8	5,0	21,0	13,8	-2,1	5,9
Tanzânia	500	6,9	6,8	29,1	8,9	-5,4	3,6
Togo	440	2,5	3,4	19,9	5,3	-5,8	6,1
Tunísia	3.720	4,7	3,7	27,2	4,4	-2,6	58,4
Uganda	460	8,2	5,1	21,6	7,3	-1,8	2,8
Zâmbia	970	6,0	6,6	19,0	7,9	-3,1	1,3
Zimbabué	..	-3,8	8,2	18,3	4,9	-1,7	23,5
África	1.525	5,4	4,9	24,9	7,7	-3,2	12,6

Fontes: Departamento de Estatística do BAD, Perspectivas Económicas Mundiais do FMI, Outubro de 2010.

Nota:

.. Dados não disponíveis

Anexo II-3

Transferência de recursos do Grupo do Banco para países membros regionais, 1967-2010 (milhões de UC)

Ano	Desembolsos brutos	Reembolso de capital	Desembolsos líquidos	Juros e encargos	Transferências líquidas	Transferências líquidas em % dos desembolsos brutos
1967	-	-	-	-	-	-
1968	0,1	-	0,1	-	0,1	100,0
1969	0,6	-	0,6	-	0,6	100,0
1970	2,4	-	2,4	0,2	2,2	91,7
1971	6,3	-	6,3	0,4	5,9	93,7
1972	12,4	0,1	12,3	1,2	11,1	89,6
1973	16,7	0,3	16,4	2,3	14,1	84,2
1974	19,9	0,5	19,4	3,7	15,7	78,8
1975	43,0	2,3	40,7	6,1	34,6	80,5
1976	51,4	6,3	45,1	8,9	36,2	70,5
1977	81,9	6,0	75,9	12,1	63,8	77,9
1978	108,9	10,7	98,2	17,9	80,3	73,7
1979	130,6	13,2	117,4	23,8	93,6	71,7
1980	172,6	15,9	156,7	31,4	125,3	72,6
1981	171,9	27,1	144,8	38,8	105,9	61,6
1982	254,0	30,9	223,1	48,5	174,6	68,7
1983	337,2	44,4	292,8	61,9	230,9	68,5
1984	294,4	61,0	233,4	77,3	156,1	53,0
1985	483,5	66,3	417,2	98,2	319,0	66,0
1986	549,6	87,1	462,5	123,2	339,3	61,7
1987	666,2	95,5	570,7	155,5	415,2	62,3
1988	867,1	127,3	739,8	182,6	557,3	64,3
1989	1.144,0	149,0	995,0	257,6	737,4	64,5
1990	1.317,5	186,7	1.130,8	291,0	839,8	63,7
1991	1.487,2	194,1	1.293,1	325,8	967,3	65,0
1992	1.579,4	229,7	1.349,7	426,4	923,3	58,5
1993	1.564,9	286,0	1.279,0	465,5	813,5	52,0
1994	1.431,4	399,5	1.031,9	572,8	459,1	32,1
1995	1.128,8	428,6	700,2	535,1	165,1	14,6
1996	1.141,6	528,6	613,0	586,3	26,7	2,3
1997	1.169,6	750,9	418,7	589,7	(171,0)	(14,6)
1998	887,5	616,5	271,0	507,1	(236,1)	(26,6)
1999	886,8	742,5	144,4	514,1	(369,7)	(41,7)
2000	688,2	676,3	11,9	482,9	(471,0)	(68,4)
2001	858,9	543,0	315,9	291,2	24,7	2,9
2002	1.048,1	1.095,6	(47,5)	578,4	(625,8)	(59,7)
2003	1.022,8	1.084,3	(61,5)	433,1	(494,6)	(48,4)
2004	1.315,5	1.103,3	212,2	373,7	(161,5)	(12,3)
2005	1.289,8	813,6	476,2	366,5	109,7	8,5
2006	1.239,0	811,9	427,1	368,8	58,3	4,7
2007	1.615,7	775,6	840,1	414,2	425,9	26,4
2008	1.860,9	574,0	1.286,9	419,6	867,4	46,6
2009	4.083,6	775,2	3.308,4	498,3	2.810,1	68,8
2010	2.510,7	622,3	1.888,4	325,4	1.563,0	62,3
Total	35.570,5	13.982,2	21.588,3	10.517,4	11.070,8	31,1

Fonte: Departamento de controlo financeiro do BAD.

Notas:

São incluídas transferências do FAD e do FFN para os períodos com início em 1974 e 1976, respectivamente.

- Grandeza nula

Anexo II-4

Transferência de recursos concessionais do Grupo do Banco para países membros regionais, 1974-2010 (milhões de UC)

Ano	Desembolsos brutos	Reembolso de capital	Desembolsos líquidos	Juros e encargos	Transferências líquidas	Transferências líquidas em % dos desembolsos brutos
1974	-	-	-	-	-	-
1975	3,2	-	3,2	-	3,2	100,0
1976	8,8	-	8,8	0,1	8,7	99,1
1977	21,7	0,1	21,7	0,2	21,5	98,9
1978	37,7	3,5	34,2	0,5	33,7	89,4
1979	48,9	1,4	47,4	1,1	46,3	94,7
1980	80,8	0,5	80,3	1,9	78,4	97,0
1981	86,5	2,0	84,5	2,7	81,9	94,6
1982	121,3	2,4	118,9	3,7	115,2	95,0
1983	156,1	2,1	154,0	5,0	149,0	95,5
1984	123,3	2,3	121,0	6,1	114,9	93,1
1985	208,6	5,4	203,2	7,6	195,6	93,8
1986	238,4	6,2	232,2	9,4	222,8	93,4
1987	285,3	7,8	277,5	11,6	266,0	93,2
1988	284,5	8,8	275,6	13,5	262,2	92,2
1989	385,6	10,7	374,8	16,2	358,6	93,0
1990	439,1	12,2	426,9	19,7	407,3	92,7
1991	456,8	17,3	439,5	17,5	422,0	92,4
1992	512,1	18,9	493,2	20,7	472,5	92,3
1993	520,7	23,6	497,1	27,3	469,8	90,2
1994	431,1	27,3	403,8	22,0	381,7	88,5
1995	416,8	33,7	383,2	33,5	349,6	83,9
1996	440,7	30,0	410,6	31,7	378,9	86,0
1997	482,4	41,1	441,3	39,5	401,8	83,3
1998	447,9	40,2	407,6	39,5	368,1	82,2
1999	376,6	41,9	334,7	39,5	295,1	78,4
2000	277,3	49,5	227,8	47,2	180,6	65,1
2001	374,1	50,4	323,7	14,3	309,4	82,7
2002	548,4	99,0	449,4	74,0	375,5	68,5
2003	370,5	75,6	294,9	53,8	241,2	65,1
2004	685,3	93,9	591,4	63,6	527,8	77,0
2005	694,5	99,6	594,9	65,9	528,9	76,2
2006	690,6	105,5	579,6	71,7	513,3	74,3
2007	730,9	71,6	659,4	51,2	608,1	83,2
2008	1.133,4	77,3	1.056,1	69,9	986,2	87,0
2009	1.731,3	56,3	1.675,0	59,4	1.615,6	93,3
2010	1.170,9	53,6	1.117,2	58,1	1.059,1	90,5
Total	15.022,0	1.171,9	13.844,7	999,6	12.850,6	85,5

Fonte: Departamento de controlo financeiro do BAD.

Notas:

As transferências de recursos concessionais do Grupo do Banco referem-se a recursos do FAD e do FFN.

- Grandeza nula

Anexo II-5

Pagamentos do Grupo do Banco a países fornecedores para aprovisionamento de bens e serviços, por origem de fornecimento, 2009-2010*
(milhares de UC)

País	2009		2010	
	Montante	%	Montante	%
Regionais				
África do Sul	7.598	0,19	4.703	0,19
Angola	3.069	0,08	3.340	0,13
Argélia	-	-	-	-
Benim	9.058	0,22	15.414	0,61
Botsuana	35	0,00	51	0,00
Burquina Faso	19.579	0,48	25.220	1,00
Burundi	3.023	0,07	1.812	0,07
Cabo Verde	196	0,00	66	0,00
Camárões	5.567	0,14	7.792	0,31
Chade	4.912	0,12	7.937	0,32
Comores	-	-	-	-
Congo	173	0,00	385	0,02
Costa do Marfim	2.916	0,07	868	0,03
Egipto	3.200	0,08	1.818	0,07
Eritreia	1.109	0,03	669	0,03
Etiópia	59.306	1,45	2.719	0,11
Gabão	1.558	0,04	1.681	0,07
Gâmbia	2.520	0,06	1.929	0,08
Gana	13.065	0,32	23.005	0,92
Guiné	3.113	0,08	6.314	0,25
Guiné Equatorial	-	-	-	-
Guiné-Bissau	1.306	0,03	1.301	0,05
Jibuti	499	0,01	146	0,01
Lesoto	1.209	0,03	2.388	0,10
Libéria	2.286	0,06	-	-
Madagáscar	12.892	0,32	6.102	0,24
Malavi	7.248	0,18	15.264	0,61
Mali	26.550	0,65	31.289	1,25
Marrocos	59.380	1,45	51.383	2,05
Maurícia	90	0,00	592	0,02
Mauritânia	3.213	0,08	4.454	0,18
Moçambique	8.896	0,22	7.135	0,28
Multinacionais	7.414	0,18	6.949	0,28
Namíbia	474	0,01	-	-
Niger	10.645	0,26	10.234	0,41
Nigéria	30.589	0,75	3.695	0,15
Quênia	10.896	0,27	19.446	0,77
República Centro-Africana	32	0,00	234	0,01
República Democrática do Congo	9.278	0,23	13.698	0,55
Ruanda	7.406	0,18	9.846	0,39
São Tomé e Príncipe	13	0,00	135	0,01
Seicheles	39	0,00	-	-
Senegal	18.835	0,46	18.270	0,73
Serra Leoa	295	0,01	1.383	0,06
Somália	-	-	-	-
Suazilândia	4.967	0,12	2.947	0,12
Sudão	-	-	102	0,00
Tanzânia	8.251	0,20	9.191	0,37
Togo	431	0,01	113	0,00
Tunísia	10.589	0,26	12.700	0,51
Uganda	20.054	0,49	15.718	0,63
Zâmbia	8.787	0,22	895	0,04
Zimbabué	210	0,01	10.586	0,42
Subtotal de regionais	412.768	10,11	361.923	14,42

Anexo II-5 (cont.)

Pagamentos do Grupo do Banco a países fornecedores para aprovisionamento de bens e serviços, por origem de fornecimento, 2009-2010* (milhares de UC)

País	2009		2010	
	Montante	%	Montante	%
Não Regionais				
Alemanha	14.529	0,36	374.915	14,93
Arábia Saudita	-	-	300	0,01
Argentina	-	-	-	-
Áustria	469	0,01	52	0,00
Bélgica	10.467	0,26	13.948	0,56
Brasil	46	0,00	51	0,00
Canadá	7.892	0,19	11.830	0,47
China	176.157	4,31	211.507	8,42
Coreia	6.359	0,16	18.047	0,72
Dinamarca	1.341	0,03	1.317	0,05
Emirados Árabes Unidos	-	-	50	0,00
Espanha	162.991	3,99	37.871	1,51
Estados Unidos da América	13.359	0,33	18.562	0,74
Finlândia	269	0,01	101	0,00
França	66.351	1,62	99.959	3,98
Índia	38.794	0,95	19.886	0,79
Irlanda	52	0,00	-	-
Itália	22.538	0,55	28.181	1,12
Japão	67.902	1,66	25.624	1,02
Koweit	106	0,00	-	-
Noruega	28	0,00	-	-
Países Baixos	831	0,02	738	0,03
Portugal	3.362	0,08	2.315	0,09
Reino Unido	9.230	0,23	9.580	0,38
Suécia	105	0,00	574	0,02
Suíça	11.886	0,29	23.148	0,92
Subtotal Não Regionais	615.010	15,06	898.559	35,79
Subtotal de Países Não Membros	-	-	661	0,03
Desembolsos líquidos antecipados**	1.819.893	44,57	745.835	29,71
Desembolsos para créditos para a implementação de políticas**	1.235.804	30,26	503.726	20,06
Total	4.083.595	100,00	2.510.704	100,00

Fonte: Departamento de controlo financeiro do BAD.

Notas:

* Fonte de fornecimento (OOS) para fins de aprovisionamento e desembolso do Grupo do Banco refere-se ao país de origem dos bens/serviços fornecidos, como documentado no contrato de aprovisionamento e na declaração resumida de bens que acompanham a factura ou contrato, fundamentando um pedido de saque. Por exemplo, uma viatura francesa adquirida a um concessionário local na Costa do Marfim seria classificada com o código de França.

** A natureza destes desembolsos impossibilita a sua atribuição a um país de fornecimento ou de origem específico antes das despesas terem sido comunicadas ao Banco. Contudo, estes desembolsos serão integrados nas quotas partes do país, assim que as facturas relevantes são recebidas e processadas.

- Grandeza nula

0,00 Grandeza inferior a 0,005

Anexo II-6

Pagamentos do Grupo do Banco a países fornecedores para aprovisionamento de bens e serviços, por fonte de fornecimento, 2009-2010*

(milhares de UC)

País	2009		2010	
	Montante	%	Montante	%
Regionais				
África do Sul	5.840	0,14	359.389	14,31
Angola	3.033	0,07	3.400	0,14
Argélia	-	-	-	-
Benim	10.375	0,25	17.457	0,70
Botsuana	9	0,00	-	-
Burquina Faso	17.658	0,43	22.337	0,89
Burundi	3.144	0,08	1.933	0,08
Cabo Verde	22	0,00	75	0,00
Camarões	5.458	0,13	7.297	0,29
Chade	8.428	0,21	10.368	0,41
Comores	-	-	-	-
Congo	232	0,01	655	0,03
Costa do Marfim	5.348	0,13	683	0,03
Egipto	2.728	0,07	2.664	0,11
Eritreia	1.109	0,03	669	0,03
Etiópia	57.890	1,42	2.302	0,09
Gabão	1.623	0,04	1.701	0,07
Gâmbia	3.118	0,08	2.108	0,08
Gana	16.713	0,41	30.827	1,23
Guiné	2.789	0,07	5.197	0,21
Guiné Equatorial	-	-	-	-
Guiné-Bissau	1.223	0,03	1.141	0,05
Jibuti	1.449	0,04	841	0,03
Lesoto	1.222	0,03	2.622	0,10
Libéria	323	0,01	-	-
Madagáscar	5.972	0,15	4.942	0,20
Malavi	12.200	0,30	17.787	0,71
Mali	28.017	0,69	31.453	1,25
Marrocos	59.388	1,45	57.609	2,29
Maurícia	2.760	0,07	2.993	0,12
Mauritânia	2.837	0,07	3.039	0,12
Moçambique	18.006	0,44	19.012	0,76
Multinacionais	7.921	0,19	22.443	0,89
Namíbia	660	0,02	-	-
Niger	11.337	0,28	8.394	0,33
Nigéria	33.342	0,82	4.582	0,18
Quênia	13.680	0,33	21.212	0,84
República Centro-Africana	116	0,00	488	0,02
República Democrática do Congo	10.662	0,26	15.115	0,60
Ruanda	7.852	0,19	7.687	0,31
São Tomé e Príncipe	64	0,00	135	0,01
Seicheles	-	-	-	-
Senegal	19.954	0,49	19.217	0,77
Serra Leoa	1.991	0,05	2.583	0,10
Somália	-	-	-	-
Suazilândia	4.120	0,10	2.825	0,11
Sudão	-	-	24	0,00
Tanzânia	9.161	0,22	10.636	0,42
Togo	681	0,02	390	0,02
Tunísia	13.827	0,34	15.491	0,62
Uganda	24.039	0,59	18.186	0,72
Zâmbia	12.195	0,30	3.008	0,12
Zimbabué	228	0,01	377	0,01
Subtotal de regionais	450.743	11,04	763.294	30,40

Anexo II-6 (cont.)

Pagamentos do Grupo do Banco a países fornecedores para aprovisionamento de bens e serviços, por fonte de fornecimento, 2009-2010* (milhares de UC)

País	2009		2010	
	Montante	%	Montante	%
Não Regionais				
Alemanha	14.125	0,35	21.143	0,84
Arábia Saudita	14	0,00	1.247	0,05
Argentina	-	-	-	-
Áustria	469	0,01	52	0,00
Bélgica	16.053	0,39	15.805	0,63
Brasil	-	-	12	0,00
Canadá	7.723	0,19	11.991	0,48
China	165.999	4,07	196.827	7,84
Coreia	5.317	0,13	9.754	0,39
Dinamarca	1.287	0,03	1.415	0,06
Emirados Árabes Unidos	-	-	542	0,02
Espanha	159.324	3,90	36.272	1,44
Estados Unidos da América	8.933	0,22	16.287	0,65
Finlândia	269	0,01	101	0,00
França	60.989	1,49	91.949	3,66
Índia	36.853	0,90	17.866	0,71
Itália	18.943	0,46	21.029	0,84
Japão	62.475	1,53	22.169	0,88
Koweit	-	-	-	-
Noruega	28	0,00	-	-
Países Baixos	475	0,01	919	0,04
Portugal	3.668	0,09	2.550	0,10
Reino Unido	3.961	0,10	5.534	0,22
Suécia	105	0,00	1.323	0,05
Suíça	10.147	0,25	20.519	0,82
Subtotal Não Regionais	577.155	14,13	495.305	19,73
Subtotal de Países Não Membros	-	-	2.544	0,10
Desembolsos líquidos antecipados**	1.819.893	44,57	745.835	29,71
Desembolsos para créditos para a implementação de políticas**	1.235.804	30,26	503.726	20,06
Total	4.083.595	100,00	2.510.704	100,00

Fonte: Departamento de controlo financeiro do BAD.

Notas:

* Fonte de fornecimento (OOS) para fins de aprovisionamento e desembolso do Grupo do Banco refere-se ao país de origem dos bens/serviços fornecidos, como documentado no contrato de aprovisionamento e na declaração resumida de bens que acompanham a factura ou contrato, fundamentando um pedido de saque. Por exemplo, uma viatura francesa adquirida a um concessionário local na Costa do Marfim seria classificada com o código de França.

** A natureza destes desembolsos impossibilita a sua atribuição a um país de fornecimento ou de origem específico antes das despesas terem sido comunicadas ao Banco. Contudo, estes desembolsos serão integrados nas quotas partes do país, assim que as facturas relevantes são recebidas e processadas.

- Grandeza nula

0,00 Grandeza inferior a 0,005

Anexo II-7

Aprovações de créditos e subsídios do Grupo do Banco por sub-região, 2006-2010, e Cumulativas 1967-2010 (milhões de UC)

Região/País	2006	2007	2008	2009*	2010	1967-2010
África Central						
Camarões	124,8	-	-	43,4	71,7	1.015,8
Chade	13,0	-	-	32,2	0,7	440,6
Congo	17,4	-	1,0	12,8	3,4	320,6
Rep. Centro-Africana	3,3	6,5	9,5	19,5	-	178,2
Rep. Dem. do Congo	1,9	184,9	-	65,0	158,3	1.617,7
Gabão	-	238,1	-	102,0	0,5	1.029,4
Guiné Equatorial	-	-	63,5	-	-	130,7
Aprovações para a África Central	160,3	429,5	74,0	274,9	234,6	4.733,0
África Oriental						
Burundi	16,3	7,3	14,0	10,7	34,1	391,2
Comores	-	-	1,5	15,9	0,6	82,7
Eritreia	-	-	-	2,0	12,9	93,7
Etiópia	231,0	0,3	143,4	-	224,4	2.062,3
Jibuti	0,3	6,5	57,8	0,3	-	179,2
Quênia	57,0	190,2	25,9	135,0	116,7	1.249,1
Ruanda	25,0	33,0	11,6	57,3	41,1	579,2
Seicheles	-	-	0,6	13,7	0,3	104,4
Somália	0,3	-	-	-	-	151,4
Sudão	0,3	9,6	-	-	0,7	361,5
Tanzânia	145,3	150,0	125,0	152,0	129,6	1.626,6
Uganda	53,0	179,4	190,0	128,7	-	1.495,5
Aprovações para a África Oriental	528,7	576,3	569,9	515,6	560,3	8.376,7
África Setentrional						
Argélia	-	0,6	-	0,5	-	1.890,2
Egipto	398,5	316,7	302,4	77,9	651,4	3.760,9
Líbia	-	-	-	-	0,6	0,6
Marrocos	245,9	180,8	217,0	583,0	519,7	5.637,5
Mauritânia	9,7	6,0	17,7	112,4	3,6	500,8
Tunísia	14,7	87,8	282,7	276,7	296,6	4.460,3
Aprovações para a África Setentrional	668,9	591,9	819,9	1.050,4	1.471,9	16.250,4
África Austral						
África do Sul	-	333,0	203,8	1.732,9	403,7	3.184,4
Angola	-	17,9	-	12,0	-	369,3
Botsuana	-	0,6	38,2	1.111,0	2,1	1.513,9
Lesoto	6,8	8,9	-	17,4	-	333,7
Madagáscar	35,3	113,2	75,0	1,1	-	802,2
Malavi	30,0	14,9	39,9	49,1	14,7	754,6
Maurícia	-	33,7	-	437,9	0,3	751,2
Moçambique	118,9	17,3	60,0	31,6	37,9	1.180,9
Namíbia	-	-	-	0,6	0,6	169,0
Suazilândia	5,5	-	-	-	0,3	300,4
Zâmbia	63,9	-	58,9	0,3	32,6	813,7
Zimbabué	-	-	-	1,3	0,7	728,8
Aprovações para a África Austral	260,4	539,6	475,9	3.395,2	492,8	10.902,2

Anexo II-7 (cont.)

Aprovações de créditos e subsídios do Grupo do Banco por sub-região, 2006-2010, e Cumulativas 1967-2010 (milhões de UC)

Região/País	2006	2007	2008	2009*	2010	1967-2010
África Ocidental						
Benim	15,0	-	25,0	22,0	43,0	594,8
Burquina Faso	15,0	20,0	63,5	62,6	35,2	776,4
Cabo Verde	4,1	4,8	5,0	37,0	20,5	237,7
Costa do Marfim	-	20,0	0,3	324,8	23,0	1.511,6
Gâmbia	8,0	1,4	4,0	9,0	-	243,1
Gana	66,0	75,9	173,0	117,4	111,0	1.498,0
Guiné	3,5	-	146,4	5,2	-	718,3
Guiné-Bissau	6,1	-	2,0	14,1	5,7	207,1
Libéria	3,0	15,2	12,0	13,8	31,2	229,2
Mali	15,0	25,0	55,0	49,5	66,5	845,5
Niger	16,0	3,0	40,0	2,0	54,2	457,6
Nigéria	111,9	86,3	52,4	365,0	67,8	2.989,8
São Tomé e Príncipe	4,0	-	-	1,0	5,0	109,6
Senegal	-	-	30,0	169,5	70,8	939,7
Serra Leoa	2,0	-	10,3	36,3	29,2	356,9
Togo	2,2	-	14,6	12,8	32,5	247,4
Aprovações para a África Ocidental	271,8	251,6	633,5	1.242,0	595,8	11.962,8
Multinacionais	417,9	193,3	597,0	1.027,0	319,1	3.706,8
Total de aprovações	2.308,1	2.582,3	3.170,2	7.505,7	3.674,5	55.932,0

Fonte: Departamento de Estatística do BAD, Divisão de estatísticas económicas e sociais.

Notas:

- Grandeza nula

* Um ano de procura excepcional dos recursos do Grupo do Banco devido à crise financeira mundial

Anexo II-8

Aprovações de créditos e subsídios do BAD por país, 2006-2010, e Cumulativas 1967-2010 (milhões de UC)

País	2006	2007	2008	2009*	2010	1967-2010
África do Sul	-	333,0	203,8	1.732,9	403,7	3.184,4
Angola	-	-	-	-	-	204,9
Argélia	-	0,6	-	0,5	-	1.887,5
Benim	-	-	-	-	-	24,4
Botsuana	-	0,6	38,2	1.111,0	2,1	1.416,1
Burquina Faso	-	-	-	0,6	-	32,0
Burundi	-	-	2,0	0,7	-	52,0
Cabo Verde	-	-	-	37,0	13,5	62,8
Camarões	51,1	-	-	-	23,1	558,2
Chade	-	-	-	0,6	0,7	4,3
Comores	-	-	1,5	0,6	-	12,1
Congo	-	-	-	-	-	267,4
Costa do Marfim	-	-	0,3	-	-	872,1
Egipto	398,5	316,7	302,4	77,9	651,4	3.544,4
Eritreia	-	-	-	2,0	-	2,7
Etiópia	0,3	0,3	33,4	-	-	275,1
Gabão	-	238,1	-	102,0	0,5	1.026,2
Gâmbia	-	-	-	1,0	-	23,1
Gana	-	-	39,9	63,9	1,3	368,4
Guiné	-	-	134,4	-	-	358,7
Guiné Equatorial	-	-	63,5	-	-	70,7
Guiné-Bissau	0,3	-	-	0,3	-	12,1
Jibuti	0,3	-	52,0	0,3	-	60,6
Lesoto	-	0,3	-	-	-	64,0
Libéria	-	-	3,0	3,9	-	123,7
Líbia	-	-	-	-	0,6	0,6
Madagáscar	-	103,7	-	0,6	-	172,5
Malavi	-	-	-	-	-	85,4
Mali	-	-	-	-	25,6	45,4
Marrocos	245,9	180,8	217,0	583,0	519,7	5.573,2
Maurícia	-	33,7	-	437,9	0,3	736,1
Mauritânia	-	-	8,3	112,4	-	225,5
Moçambique	-	0,3	-	0,3	-	129,5
Multinacionais	70,4	52,2	68,3	459,3	133,6	1.198,4
Namíbia	-	-	-	0,6	0,6	137,0
Niger	-	-	-	2,0	0,7	40,5
Nigéria	89,9	-	52,4	215,0	67,8	2.412,0
Quênia	27,4	-	0,9	-	-	246,4
Rep. Centro-Africana	-	-	3,0	0,6	-	18,8
Rep. Dem. do Congo	-	64,2	-	-	-	689,5
Ruanda	-	-	0,6	-	32,0	49,5
São Tomé e Príncipe	-	-	-	1,0	-	1,0
Seicheles	-	-	0,6	13,7	0,3	81,6
Senegal	-	-	-	94,5	70,8	361,2
Serra Leoa	-	-	-	-	-	14,3
Somália	0,3	-	-	-	-	8,5
Suazilândia	5,5	-	-	-	0,3	241,0
Sudão	0,3	-	-	-	0,7	106,1
Tanzânia	0,3	-	-	-	-	60,3
Togo	-	-	-	2,8	-	35,9
Tunísia	14,7	87,8	282,7	276,7	296,6	4.460,3
Uganda	-	72,2	5,5	-	-	273,0
Zâmbia	28,9	-	8,9	0,3	0,7	352,0
Zimbabué	-	-	-	1,3	0,7	646,9
Total	934,4	1.484,7	1.522,8	5.337,3	2.247,1	32.890,5

Fonte: Departamento de Estatística do BAD, Divisão de estatísticas económicas e sociais.

Notas:

- Grandeza nula

* Um ano de procura excepcional dos recursos do Grupo do Banco devido à crise financeira mundial

Anexo II-9

Aprovações de créditos e subsídios do FAD por país, 2006-2010, e Cumulativas 1974-2010 (milhões de UC)

País	2006	2007	2008	2009*	2010	1974-2010
África do Sul	-	-	-	-	-	-
Angola	-	17,9	-	12,0	-	164,4
Argélia	-	-	-	-	-	2,7
Benim	15,0	-	25,0	22,0	43,0	551,0
Botsuana	-	-	-	-	-	84,8
Burquina Faso	15,0	20,0	63,5	62,0	35,2	744,4
Burundi	16,3	7,3	12,0	10,0	34,1	325,9
Cabo Verde	4,1	4,8	5,0	-	7,0	161,3
Camarões	73,7	-	-	43,4	48,6	457,6
Chade	13,0	-	-	31,6	-	436,3
Comores	-	-	-	15,3	0,6	70,6
Congo	17,4	-	1,0	12,8	3,4	53,2
Costa do Marfim	-	20,0	-	324,8	23,0	636,7
Egipto	-	-	-	-	-	216,5
Eritreia	-	-	-	-	12,9	91,0
Etiópia	230,7	-	110,0	-	224,4	1.776,2
Gabão	-	-	-	-	-	3,2
Gâmbia	8,0	1,4	4,0	3,0	-	200,6
Gana	66,0	75,9	133,1	53,6	109,7	1.124,3
Guiné	3,5	-	12,0	5,2	-	343,3
Guiné Equatorial	-	-	-	-	-	60,0
Guiné-Bissau	5,8	-	2,0	13,8	5,7	188,9
Jibuti	-	6,5	5,8	-	-	114,5
Lesoto	6,8	8,6	-	17,4	-	255,1
Libéria	3,0	15,2	9,0	9,9	31,2	101,9
Líbia	-	-	-	-	-	-
Madagáscar	35,3	9,5	75,0	0,5	-	617,1
Malavi	30,0	14,9	39,9	49,1	14,7	669,2
Mali	15,0	25,0	55,0	49,5	41,0	795,0
Marrocos	-	-	-	-	-	64,4
Maurícia	-	-	-	-	-	4,7
Mauritânia	9,7	6,0	9,5	-	3,6	265,1
Moçambique	118,9	17,0	60,0	31,3	37,9	1.044,5
Multinacionais	347,6	141,1	528,7	568,2	185,6	2.494,4
Namíbia	-	-	-	-	-	23,1
Niger	16,0	3,0	40,0	-	53,5	411,8
Nigéria	22,0	86,3	-	150,0	-	577,8
Quênia	29,7	190,2	25,0	135,0	116,7	1.002,7
Rep. Centro-Africana	3,3	6,5	6,5	18,9	-	159,4
Rep. Dem. do Congo	1,9	120,7	-	65,0	158,3	928,2
Ruanda	25,0	33,0	11,0	57,3	9,1	515,2
São Tomé e Príncipe	4,0	-	-	-	5,0	103,6
Seicheles	-	-	-	-	-	10,8
Senegal	-	-	30,0	75,0	-	567,6
Serra Leoa	2,0	-	10,3	36,3	28,5	335,9
Somália	-	-	-	-	-	136,9
Suazilândia	-	-	-	-	-	49,5
Sudão	-	9,6	-	-	-	255,4
Tanzânia	145,0	150,0	125,0	152,0	129,6	1.552,6
Togo	2,2	-	14,6	10,0	32,5	201,0
Tunísia	-	-	-	-	-	-
Uganda	53,0	107,2	184,5	128,7	-	1.217,5
Zâmbia	35,0	-	50,0	-	31,9	481,7
Zimbabué	-	-	-	-	-	81,9
Total	1.373,7	1.097,6	1.647,4	2.163,4	1.426,7	22.731,3

Fonte: Departamento de Estatística do BAD, Divisão de estatísticas económicas e sociais.

Notas:

- Grandeza nula

* Um ano de procura excepcional dos recursos do Grupo do Banco devido à crise financeira mundial

Anexo II-10

Aprovações de créditos e subsídios do FFN por país, 2006-2010, e Cumulativas 1976-2010 (milhões de UC)

País	2006	2007	2008	2009	2010	1976-2010
África do Sul	-	-	-	-	-	-
Angola	-	-	-	-	-	-
Argélia	-	-	-	-	-	-
Benim	-	-	-	-	-	19,4
Botsuana	-	-	-	-	-	13,0
Burquina Faso	-	-	-	-	-	-
Burundi	-	-	-	-	-	13,4
Cabo Verde	-	-	-	-	-	13,6
Camarões	-	-	-	-	-	-
Chade	-	-	-	-	-	-
Comores	-	-	-	-	-	-
Congo	-	-	-	-	-	-
Costa do Marfim	-	-	-	-	-	2,9
Egipto	-	-	-	-	-	-
Eritreia	-	-	-	-	-	-
Etiópia	-	-	-	-	-	11,0
Gabão	-	-	-	-	-	-
Gâmbia	-	-	-	5,0	-	19,4
Gana	-	-	-	-	-	5,3
Guiné	-	-	-	-	-	16,3
Guiné Equatorial	-	-	-	-	-	-
Guiné-Bissau	-	-	-	-	-	6,1
Jibuti	-	-	-	-	-	4,0
Lesoto	-	-	-	-	-	14,6
Libéria	-	-	-	-	-	3,6
Libia	-	-	-	-	-	-
Madagáscar	-	-	-	-	-	12,7
Malavi	-	-	-	-	-	-
Mali	-	-	-	-	-	5,0
Marrocos	-	-	-	-	-	-
Maurícia	-	-	-	-	-	10,4
Mauritânia	-	-	-	-	-	10,3
Moçambique	-	-	-	-	-	6,9
Multinacionais	-	-	-	-	-	14,1
Namíbia	-	-	-	-	-	8,9
Niger	-	-	-	-	-	5,2
Nigéria	-	-	-	-	-	-
Quênia	-	-	-	-	-	-
Rep. Centro-Africana	-	-	-	-	-	-
Rep. Dem. do Congo	-	-	-	-	-	-
Ruanda	-	-	-	-	-	14,6
São Tomé e Príncipe	-	-	-	-	-	5,0
Seicheles	-	-	-	-	-	12,0
Senegal	-	-	-	-	-	11,0
Serra Leoa	-	-	-	-	0,7	6,7
Somália	-	-	-	-	-	6,0
Suazilândia	-	-	-	-	-	10,0
Sudão	-	-	-	-	-	-
Tanzânia	-	-	-	-	-	13,6
Togo	-	-	-	-	-	10,5
Tunísia	-	-	-	-	-	-
Uganda	-	-	-	-	-	5,0
Zâmbia	-	-	-	-	-	-
Zimbabué	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	5,0	0,7	310,3

Fonte: Departamento de Estatística do BAD, Divisão de estatísticas económicas e sociais.

Nota:

- Grandeza nula

Anexo II-11

Aprovações de créditos e subsídios do Grupo do Banco por sector, 2006-2010, e Cumulativas 1967-2010 (milhões de UC)

	2006	2007	2008	2009*	2010	1967-2010
Abastecimento de água e saneamento	227,7	211,5	236,8	297,4	444,1	4.236,7
Abastecimento de energia	167,2	930,0	533,5	2.233,5	887,6	8.218,0
Agricultura e desenvolvimento rural	240,7	178,8	163,8	218,0	68,3	7.506,9
Ambiente	-	9,8	70,0	44,0	-	216,9
Comunicações	-	33,0	-	84,3	32,4	1.061,0
Desenvolvimento urbano	-	-	-	0,6	-	2,5
Indústria, extracção mineira e pedreiras	55,9	162,7	274,3	111,7	188,0	2.754,3
Multisector	414,3	120,5	728,5	2.186,5	301,2	9.299,0
Sector financeiro	495,1	87,8	297,9	808,4	319,9	6.904,3
Sector social	244,3	119,7	224,2	228,6	193,6	5.303,3
Educação	65,0	28,6	119,1	198,6	48,3	2.808,5
Saúde	80,0	-	89,6	9,2	1,2	1.589,8
Outros	99,3	91,2	15,5	20,7	144,2	905,0
Transportes	462,8	756,9	641,1	1.292,7	1.239,4	10.429,2
Total	2.308,1	2.582,3	3.170,2	7.505,7	3.674,5	55.932,0

Fonte: Departamento de Estatística do BAD, Divisão de estatísticas económicas e sociais.

Notas:

- Grandeza nula

* Um ano de procura excepcional dos recursos do Grupo do Banco devido à crise financeira mundial

Anexo II-12

Aprovações de créditos e subsídios do BAD por sector, 2006-2010, e cumulativas 1967-2010 (milhões de UC)

	2006	2007	2008	2009*	2010	1967-2010
Agricultura e desenvolvimento rural	25,4	10,3	70,8	60,1	27,8	2.790,2
Sector social	61,5	-	112,2	171,9	146,6	1.594,4
Abastecimento de água e saneamento	69,6	13,8	84,4	51,6	179,1	1.926,9
Abastecimento de energia	51,1	773,1	328,5	2.072,5	494,6	6.442,2
Comunicações	-	33,0	-	84,3	32,4	914,4
Transportes	102,5	373,8	270,2	320,1	797,2	5.177,8
Sector financeiro	495,1	87,8	297,9	808,4	314,9	6.529,6
Multisector	73,2	20,5	84,5	1.656,0	86,4	4.924,0
Indústria, extracção mineira e pedreiras	55,9	162,7	274,3	111,7	168,0	2.522,9
Desenvolvimento urbano	-	-	-	0,6	-	0,6
Ambiente	-	9,8	-	-	-	67,4
Total	934,4	1.484,7	1.522,8	5.337,3	2.247,1	32.890,5

Fonte: Departamento de Estatística do BAD, Divisão de estatísticas económicas e sociais.

Notas:

- Grandeza nula

* Um ano de procura excepcional dos recursos do Grupo do Banco devido à crise financeira mundial

Anexo II-13

Aprovações de créditos e subsídios do FAD por sector, 2006-2010, e cumulativas 1974-2010 (milhões de UC)

	2006	2007	2008	2009*	2010	1974-2010
Abastecimento de água e saneamento	158,1	197,7	152,4	245,8	265,0	2.292,6
Abastecimento de energia	116,1	156,9	205,0	161,0	392,3	1.761,5
Agricultura e desenvolvimento rural	215,4	168,5	93,0	152,9	40,5	4.654,4
Ambiente	-	-	70,0	44,0	-	149,5
Comunicações	-	-	-	-	-	118,4
Desenvolvimento urbano	-	-	-	-	-	1,9
Indústria, extracção mineira e pedreiras	-	-	-	-	20,0	215,0
Multisector	341,1	71,7	644,0	530,5	214,8	4.375,0
Transportes	360,3	383,1	370,9	972,6	442,2	5.152,5
Sector financeiro	-	-	-	-	5,0	357,0
Sector social	182,8	119,7	112,0	56,7	47,0	3.653,4
Educação	65,0	28,6	83,0	32,0	47,0	1.718,4
Saúde	80,0	-	15,0	6,5	-	1.258,3
Outros	37,8	91,2	14,0	18,2	-	676,7
Total	1.373,7	1.097,6	1.647,4	2.163,4	1.426,7	22.731,3

Fonte: Departamento de Estatística do BAD, Divisão de estatísticas económicas e sociais.

Notas:

- Grandeza nula

* Um ano de procura excepcional dos recursos do Grupo do Banco devido à crise financeira mundial.

Anexo II-14

Aprovações de créditos e subsídios do FFN por país, 2006-2010, e cumulativas 1976-2010 (milhões de UC)

Região/País	2006	2007	2008	2009	2010	1976-2010
Agricultura e desenvolvimento rural	-	-	-	5,0	-	62,3
Sector social	-	-	-	-	-	55,6
Abastecimento de água e saneamento	-	-	-	-	-	17,2
Abastecimento de energia	-	-	-	-	0,7	14,3
Comunicações	-	-	-	-	-	28,1
Transportes	-	-	-	-	-	98,9
Sector financeiro	-	-	-	-	-	17,6
Multisector	-	-	-	-	-	-
Indústria, extracção mineira e pedreiras	-	-	-	-	-	16,3
Desenvolvimento urbano	-	-	-	-	-	-
Ambiente	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	5,0	0,7	310,3

Fonte: Departamento de Estatística do BAD, Divisão de estatísticas económicas e sociais.

Nota:

- Grandeza nula

Anexo II-15

Estado de implementação do alívio da dívida ao abrigo da Iniciativa HIPC em 31 de Dezembro de 2010*
(milhões de USD)

País	FMI/Banco Mundial Data de Aprovação		Data de Aprovação do Grupo do Banco		Alívio da Dívida Concedido		Data Final de Alívio da Dívida	Alívio Implementado		Porcentagem de Alívio da Dívida Implementado (%)	
	Ponto de decisão	Ponto de conclusão	Ponto de decisão	Ponto de conclusão	Termos VAL	Termos nominais		Termos VAL	Termos nominais	Termos VAL	Termos nominais
Ponto de Pós-Conclusão (23)											
Benim	Jul-00	Mar-03	Out-00	Jul-03	37,6	46,5	Abr-09	37,6	46,5	100	100
Burquina Faso	Jun-00	Abr-02	Out-00	Jul-02	86,7	125,7	Out-20	53,7	66,1	62	53
Burundi ⁽¹⁾	Ago-05	Jan-09	Nov-05	Abr-09	150,2	241,7	Abr-35	58,0	61,9	39	26
Camarões	Out-00	Mai-06	Nov-00	Jul-06	78,8	100,5	Abr-11	77,6	98,5	98	98
Congo ⁽⁴⁾	Mar-06	Jan-10	Nov-06	Abr-10	41,9	41,9	..	41,9	41,9	100	100
Etiópia	Nov-01	Abr-04	Fev-02	Out-04	339,5	461,4	Set-21	201,4	242,7	59	53
Gâmbia	Dez-00	Dez-07	Fev-01	Mar-08	15,8	22,8	Jul-13	11,5	14,9	73	65
Gana	Fev-02	Jul-04	Mai-02	Dez-04	130,9	160,2	Jan-13	122,2	144,8	93	90
Libéria ⁽²⁾	Mar-08	Jun-10	Jul-08	Out-10	238,1	238,1	..	238,1	238,1	100	100
Madagáscar	Dez-00	Out-04	Fev-01	Mar-05	60,1	80,4	Mar-13	49,7	62,3	83	77
Malavi	Dez-00	Ago-06	Jan-01	Nov-06	139,3	212,8	Jul-23	54,8	68,4	39	32
Mali	Set-00	Mar-03	Nov-00	Jul-03	69,7	86,4	Jul-10	69,7	86,4	100	100
Mauritânia	Fev-00	Jun-02	Jul-00	Jul-02	72,8	90,7	Abr-11	70,9	87,7	97	97
Moçambique ⁽⁴⁾	Abr-00	Set-01	Out-00	Fev-02	142,0	149,0	Set-10	142,0	149,0	100	100
Niger	Dez-00	Abr-04	Mar-01	Out-04	50,0	86,3	Jul-24	22,5	28,9	45	34
República Centro-Africana ⁽¹⁾	Set-07	Jun-09	Dez-07	Out-09	84,7	104,4	Jul-20	56,6	56,9	67	54
Ruanda	Dez-00	Abr-05	Jan-01	Jul-05	116,1	222,3	Out-31	47,2	60,5	41	27
São Tomé e Príncipe	Dez-00	Mar-07	Abr-01	Jun-07	43,4	88,4	Set-32	12,6	18,6	29	21
Senegal	Jun-00	Abr-04	Out-00	Out-04	56,8	65,4	Mai-06	56,8	65,4	100	100
Serra Leoa	Mar-02	Dez-06	Jun-02	Mai-07	43,4	91,7	Jul-29	18,3	23,8	42	26
Tanzânia	Abr-00	Nov-01	Jul-00	Fev-02	124,9	190,7	Jul-17	80,3	104,1	64	55
Uganda ⁽⁴⁾	Fev-00	Mai-00	Jan-00	Set-00	81,3	100,6	Mar-12	71,5	91,0	88	90
Zâmbia	Nov-00	Abr-05	Jan-01	Jul-05	146,1	214,5	Jul-25	109,3	127,2	75	59
Ponto de decisão (7)											
Chade ⁽³⁾	Mai-01	3T 2011	Jul-01	..	36,9	49,4	A determinar	14,7	16,5	40	33
Comores ⁽¹⁾	Jun-10	4T 2012	Set-10	..	34,6	34,6	..	34,6	34,6	100	100
Costa do Marfim ⁽¹⁾	Mar-09	2T 2012	Abr-09	..	199,5	199,5	..	199,5	199,5	100	100
Guiné ⁽³⁾	Dez-00	2T 2012	Abr-01	..	75,3	89,1	A determinar	37,6	43,1	50	48
Guiné-Bissau ⁽¹⁾	Dez-00	Dez-10	Dez-00	Jan-11	84,0	129,9	Jan-28	38,6	47,9	46	37
República Democrática do Congo ⁽²⁾	Jul-03	Jun-10	Jun-04	1T 2011	1.009,8	1.976,8	Mai-26	631,2	713,8	71	36
Togo ⁽¹⁾	Nov-08	Dez-10	Fev-09	Jan-11	17,3	17,3	..	17,3	17,3	100	100
Ponto de pré-decisão (3)											
Eritreia	A determinar	A determinar		
Somália	A determinar	A determinar			53,10	63,02
Sudão	A determinar	A determinar			159,50	210,53
Total			4.020,0	5.992,4	..	2.677,5	3.058,3

Fonte: Unidade de Mobilização de Recursos do BAD.

Notas:

1) Toda ou parte da assistência para o alívio da dívida ao abrigo da Iniciativa HIPC já foi prestada no âmbito de operações de liquidação de dívidas.

2) A RD do Congo beneficia de uma assistência excepcional para o alívio da dívida ao abrigo da Iniciativa HIPC e parte dos subsídios são financiados pela Conta Especial para o Alívio da Dívida da RDC.

3) A Assistência HIPC foi suspensa devido aos países que sofreram atrasos no processo de atingir os seus pontos de conclusão, devendo pagar integralmente as obrigações com o serviço da dívida relativamente a maturidades vencidas.

4) Os dados dos países incluem montantes do alívio da dívida já assumidos e concedidos ao abrigo da estrutura original da Iniciativa HIPC.

* Os dados são expressos em dólares americanos por todos os Bancos de Desenvolvimento Multilateral (MDB) para fins de comparabilidade e coerência.

Anexo II-16

FAD - Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral: Estimativas de custos para 33 PMR beneficiários*
(milhões de UC)

País	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016-2054	Total global
Países no ponto de conclusão (23)												
Benim	0,05	1,72	2,17	4,11	6,37	6,98	7,41	7,68	7,89	7,84	205,74	257,96
Burquina Faso	0,13	2,00	2,21	2,73	3,22	3,24	3,65	4,02	4,31	4,73	222,50	252,73
Burundi	-	-	-	-	-	-	0,01	0,01	0,01	0,01	13,76	13,79
Camarões	-	0,95	1,08	1,22	1,35	2,38	3,11	3,10	3,08	3,07	138,00	157,33
Congo	-	-	-	-	0,16	0,32	0,32	0,32	0,31	0,31	4,80	6,54
Etiópia	-	4,69	5,06	5,47	5,17	6,04	6,65	6,77	7,08	7,04	476,60	530,56
Gâmbia	-	-	0,96	0,99	1,10	1,12	1,24	2,22	3,50	3,63	92,84	107,60
Gana	-	4,54	4,64	4,85	4,87	5,15	5,49	10,00	10,51	9,67	282,64	342,37
Libéria	-	-	-	-	0,58	0,58	0,57	0,57	0,57	0,56	9,03	12,46
Madagáscar	-	2,43	2,52	3,02	3,04	3,14	3,16	5,97	8,61	8,56	229,77	270,23
Malavi	-	1,67	1,79	1,85	1,94	2,09	2,27	2,48	2,58	2,42	186,56	205,64
Mali	-	3,80	4,01	4,44	6,88	11,43	11,93	12,86	12,97	12,89	324,66	405,86
Mauritânia	-	1,47	1,58	1,82	1,91	4,12	5,30	5,49	5,51	5,48	153,18	185,85
Moçambique	-	2,90	3,30	3,47	4,18	7,14	7,27	8,05	8,42	9,17	334,00	387,89
Níger	0,09	1,55	1,57	1,86	1,87	1,86	1,93	1,96	2,49	2,48	126,96	144,63
República Centro-Africana	-	-	-	0,46	0,92	0,91	0,99	0,98	0,97	0,97	62,83	69,04
Ruanda	-	1,33	1,41	1,50	1,43	1,47	1,53	1,56	1,56	1,55	67,31	80,66
São Tomé e Príncipe	-	0,17	0,32	0,31	0,31	0,34	0,36	0,36	0,38	0,40	23,12	26,07
Senegal	-	4,83	5,78	5,89	6,38	7,03	7,39	7,57	7,64	7,60	235,02	295,14
Serra Leoa	-	1,23	1,15	1,18	1,22	1,42	1,58	1,74	1,87	1,86	91,39	104,65
Tanzânia	-	3,10	4,06	4,49	4,64	4,95	5,31	6,00	6,17	6,14	393,41	438,26
Uganda	-	3,19	3,19	3,53	3,52	3,97	7,96	10,23	10,97	10,90	314,36	371,80
Zâmbia	-	1,93	2,14	2,17	2,54	2,81	2,85	3,19	3,18	3,16	150,99	174,96
Subtotal	0,26	43,47	48,94	55,38	63,90	79,98	89,76	104,61	112,35	112,19	4,237,07	4,947,93
Países no ponto de decisão (7)												
Chade	-	-	-	-	-	2,78	3,08	3,23	3,25	3,30	195,40	211,04
Costa do Marfim	-	-	-	-	-	-	3,28	3,49	3,68	3,66	179,46	193,58
Comores	-	-	-	-	-	-	-	1,11	1,10	1,09	18,55	21,85
Guiné	-	-	-	-	-	0,05	1,48	1,47	1,57	1,56	168,84	174,97
Guiné-Bissau	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60,95	60,95
República Democrática do Congo	-	-	-	-	0,30	1,50	1,50	1,49	1,77	1,76	97,59	105,91
Togo	-	-	-	-	-	2,49	2,61	2,95	2,93	2,91	70,21	84,10
Subtotal	-	-	-	-	-	5,32	10,46	12,24	12,53	12,53	693,42	746,50
Países no ponto de pré-decisão (3)												
Eritreia	-	-	-	-	-	-	0,74	0,73	0,73	0,73	44,97	47,89
Somália	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29,02	29,02
Sudão	-	-	-	-	-	-	6,13	6,09	6,05	6,01	116,58	140,85
Subtotal	-	-	-	-	-	-	6,86	6,82	6,78	6,74	190,56	217,75
Total	0,26	43,47	48,94	55,38	63,90	85,31	107,08	123,67	131,67	131,46	5,121,04	5,912,18

Fonte: Unidade de Mobilização de Recursos do BAD.

Nota:

* As estimativas baseiam-se nas taxas de câmbio das reconstituições da FAD-XII

Anexo II-17

Compromissos de doadores recebidos para a MDRI em 31 de Dezembro de 2010 (UC)

Participantes	Montante coberto por compromissos não qualificados	Montante coberto por compromissos qualificados	Total de compromissos recebidos
África do Sul	9.562.361,93	-	9.562.361,93
Alemanha	143.320.273,96	404.337.047,09	547.657.321,05
Arábia Saudita	2.996.637,71	-	2.996.637,71
Áustria	25.745.943,32	-	25.745.943,32
Bélgica	33.610.158,74	94.821.423,11	128.431.581,85
Canadá	95.664.009,99	-	95.664.009,99
China	5.229.583,14	45.248.601,26	50.478.184,40
Coreia	2.025.587,63	51.604.393,55	53.629.981,18
Dinamarca	23.587.342,98	66.544.923,08	90.132.266,06
Espanha	47.702.223,14	134.583.543,62	182.285.766,76
Estados Unidos da América	22.147.760,39	679.872.422,96	702.020.183,35
Finlândia	32.524.243,05	-	32.524.243,05
França	104.842.106,83	657.421.234,34	762.263.341,17
Índia	554.242,77	-	554.242,77
Itália	21.230.603,44	339.953.034,82	361.183.638,26
Japão	52.876.083,63	-	52.876.083,63
Koweit	13.002.972,47	-	13.002.972,47
Noruega	76.757.213,60	216.548.463,33	293.305.676,93
Países Baixos	71.553.334,71	201.867.211,58	273.420.546,29
Portugal	43.940.613,23	2.889.473,75	46.830.086,98
Reino Unido	162.621.215,25	458.789.117,22	621.410.332,47
Suécia	69.270.301,81	262.148.542,18	331.418.843,99
Suíça	24.519.873,18	-	24.519.873,18
Total	1.085.284.686,90	3.616.629.431,89	4.701.914.118,79

Fonte: Departamento de Tesouraria do BAD.

Nota:

- Grandeza nula

Anexo II-18

Resumo das liquidações de créditos vencidos em 31 de Dezembro de 2010 (milhões de UC)

País	BAD	FAD	FFN	Total
Outros*	10,06	1,34	0,00	11,40
Somália	13,88	40,16	1,52	55,56
Sudão	111,46	68,23	-	179,69
Zimbabué	331,81	6,96	-	338,78
Subtotal	467,21	116,69	1,53	585,43
Comores**	-	2,21	-	2,21
Libéria**	7,57	0,29	1,24	9,10
TOTAL	474,78	119,20	2,77	596,75

Fonte: Departamento de controlo financeiro do BAD.

Notas:

* Inclui dívidas vencidas de projectos multinacionais, dívidas inferiores a 25.000 UC em alguns países e pagamentos de dívidas vencidas em processo de regularização.

** Ao abrigo do contrato de liquidação de dívidas vencidas da PCCF/FSF, os montantes devidos por esses países estão cobertos por garantias prestadas por alguns doadores.

- Grandeza nula

0,00 Grandeza inferior a 0,005

Índice remissivo

Acrónimos: vii

Avaliação da adicionalidade e dos resultados do desenvolvimento (ADOA): 20

BAD, *ver* Banco Africano de Desenvolvimento

FAD, *ver* Fundo Africano de Desenvolvimento

Orçamento de despesas administrativas e de capitais para 2011: 76

Recursos da FAD-XI, sua afectação e utilização: 41

Reconstituição da FAD-XII: 41

Tribunal administrativo: 72

África:

Classificação dos países membros regionais: 278

Descrição geral da situação económica e perspectivas 4

Indicadores macroeconómicos seleccionados: 281

Indicadores sociais seleccionados: 279–280

Banco Africano de Desenvolvimento:

Aprovações de créditos e subsídios por país, 2006-2010, e cumulativas, 1967-2010: 288

Aprovações de créditos e subsídios por sector, 2006-2010, e cumulativas, 1967-2010: 293

Aprovações de créditos e subsídios por sub-região, cumulativas, 1967–2010: 50

Aprovações por instrumento de financiamento: 50–51

Conselho de Administração: Poderes de voto e países representados: 269–270

Conselho de Governadores: Poderes de voto e países membros: 274

Demonstrações financeiras: 125–206

Balanço: 126

Demonstração das alterações do capital próprio: 130

Demonstração de resultados: 128

Demonstração do rendimento global: 129

Demonstração dos fluxos de caixa: 131

Notas às demonstrações financeiras: 132

Relatório dos auditores independentes: 207

Fundos fiduciários bilaterais e temáticos: *ver* Actividades de parceria e cooperação

Gestão financeira: 119

Carteira de créditos concedidos: 50, 121

Desembolsos: 52, 121

Empréstimos contraídos: 120

Investimentos: 121

Notação de *rating* do Banco: 120

Subscrições de capital: 119

Grupo do Banco, 2001-2010: xix

Orçamento para as despesas administrativas de 2011: 209

Políticas de gestão de risco: 122

Produtos financeiros: 121

Resoluções adoptadas pelo Conselho de Governadores em 2010: 268

Resultados financeiros: 122

Síntese das aprovações do Grupo do Banco por instrumento de financiamento, 2010: xxvi

Síntese das aprovações do Grupo do Banco por sector, 2010: xxvii

Síntese das operações, recursos e financiamentos do Grupo do Banco, 2001-2010: xxv

Fundo Africano de Desenvolvimento:

Actividades de cooperação: *ver* Actividades de parceria e cooperação

Agricultura e desenvolvimento rural: 28–30

Estratégia para o sector agrícola (AgSS): 28–30

Cooperação inter-agências para apoio à agricultura: 29

Ambiente: *ver* Gestão das alterações climáticas

Análise da conformidade e mediação: 62

Assembleias Anuais de 2010: 74–75

Auditoria interna: 63

Avaliação das operações: 63

Caixa de factos rápidos: xi

Classificação dos países membros regionais: 268

Classificação DSF de países: 36

Conselhos de Administração:

Actividades: 76–77

Comités: 76–77

Comité de Auditoria e Finanças (AUF): 77

Comité do Relatório Anual (CAR): 78

Comité para as operações e a eficácia da ajuda ao desenvolvimento (CODE): 77

Comité para os assuntos administrativos dos Conselhos de Administração (AMBD): 77

Comité para os assuntos administrativos e as políticas em matéria de recursos humanos (CAHR): 77

Comité Plenário (CoW): 77

Composição do Conselho de Administração: xvi

Missões de consulta: 78

Conselhos de Governadores:

Assembleias Anuais de 2010: 74

Declarações: 75

- Resoluções adoptadas em 2010: 75, 273
- Eficácia da ajuda ao desenvolvimento e gestão orientada para os resultados: 10-11
- Energia, ambiente e alterações climáticas: 31
- Ensino superior, ciência e tecnologia (HEST): 22
- Ensino superior, tecnologia e formação profissional: 22
- Estudos económicos e sectoriais (ESW): 34
- Gabinete de Ética: 72
- Gestão das alterações climáticas: 31-33
 - Fundos de investimento para o clima: 32-33
 - Fundo Especial Clim-Dev-Africa (CDSF): 33
 - Fundo Estratégico para o Clima (SCF): 32
 - Fundo Global para o Ambiente (GEF): 33
 - Fundo para as Energias Sustentáveis em África (Sustainable Energy Fund for Africa - SEFA): 33
 - Fundo para as Tecnologias Limpas (Clean Technology Fund- CTF): 32
 - Programa Africano de Apoio ao Carbono (Africa Carbon Support Program - ACSP): 33
- Gestão das tecnologias da informação e da comunicação (TIC): 70
- Gestão de recursos humanos: 70-72
- Gestão dos recursos naturais: 31
- Gestão e desenvolvimento de conhecimentos: 64
 - Actividades de reforço de capacidades e de formação em PMR: 65-66
 - Actividades de reforço de capacidades estatísticas em PMR: 66
 - Avaliação das operações: 37
 - Conhecimentos obtidos a partir de actividades operacionais: 34
 - Estudos económicos e sectoriais (ESW): 34
 - Investigação sobre o desenvolvimento: 64
 - Lições operacionais: 37
 - Produtos e eventos estratégicos: 36
 - Reforço de capacidades estatísticas de apoio à medição de resultados: 66
- Gestão e reformas institucionais: 60-62
 - Descentralização: 60
 - Gestão do risco: 62
 - Processos de negócios das operações: 61
 - Reformas orçamentais: 60
- Governança: 20-21
- Igualdade de género: 33
- Indicadores fundamentais de desempenho (KPI): 61
- Infra-estruturas: 12-16
 - Energia: 15
 - Iniciativas no domínio da água: 16-17
 - Programa para o desenvolvimento de infra-estruturas em África (PIDA): 24
 - TIC: 14-15
 - Transportes: 13
- Iniciativa de alívio da dívida multilateral (MDRI): 42
 - Compromissos recebidos para a MDRI em 31 de Dezembro de 2010: 287
 - Estimativas de custos para 33 PMR beneficiários: 296
- Iniciativa de apoio a países pobres fortemente endividados (HIPC) reforçada: 36, 37, 295
- Iniciativa HIPC: *ver* Iniciativa de apoio a países pobres fortemente endividados
- Integridade e anticorrupção: 63
- Liquidações de créditos vencidos em 31 de Dezembro de 2010: 298
- NEPAD: 23
 - Agência de planeamento e coordenação no âmbito da NEPAD (NPCA): 23
 - Facilidade para a preparação de projectos de infra estruturas no âmbito da NEPAD (NEPAD-IPPF): 24-25
- Operações de co-financiamento: 39: *ver* Actividades de parceria e cooperação
- Países de rendimento médio (MIC): 27
- Países frágeis: 26-27
 - Facilidade de apoio a países frágeis (FSF): 26
- Programa Oradores Eminentíssimos: 66
- Reformas económicas e de apoio à governança: 20-22
 - Princípios de Orientação para o Plano de Acção na área da Governança (GAP): 19
 - Quadro de Medição de Resultados “One-Bank”: 10
 - Roteiro para a eficácia da ajuda ao desenvolvimento: 10
- Reformas institucionais: 60-62
 - Coordenação e desempenho institucional: 60
 - Descentralização: 60
 - Processos de negócio operacionais: 61
 - Reforço da gestão do risco: 62

Reformas orçamentais: 60
 Relações externas e comunicações: 71-72
 Segurança alimentar: 30
 Serviços de adjudicação institucionais: 72
 Gabinete de Ética: 72
 Gabinete do provedor: 72
 Tribunal administrativo: 72
 Serviços jurídicos: 64
 Taxas de câmbio: 200

Fundo Fiduciário da Nigéria:

Aprovações de créditos e subsídios por país, 2006-2010, e cumulativas, 1976-2010: 292
 Aprovações de créditos e subsídios por sector, 2006-2010, e cumulativas, 1976-2010: 294
 Aprovações de créditos e subsídios por sub-região, cumulativas, 1976-2010: 53
 Demonstrações financeiras: 239-261
 Balanço: 240
 Demonstração das alterações do capital próprio: 243
 Demonstração de resultados: 242
 Demonstração do rendimento global: 243
 Demonstração dos fluxos de caixa: 244
 Notas às demonstrações financeiras: 2451
 Relatório dos auditores independentes: 262
 Gestão financeira: 238
 Carteira de créditos concedidos: 238
 Desembolsos: 54, 238
 Investimentos: 238
 Políticas de gestão de risco: 238
 Resultados financeiros: 238

FFN: *ver* Fundo Fiduciário da Nigéria
 Actividades de parceria e cooperação: 42
 Actividades de cooperação técnica: 43
 Fundos Fiduciários Bilaterais: 43
 Fundos temáticos multidoadores: 43
 Novas parcerias de co-financiamento/MOU: 43
 Operações de co-financiamento: 43
 Parcerias institucionais: 44
 Aprovisionamento e gestão financeira: 61

Definições do sector: xxvii
 Desenvolvimento social e humano: 30-31
 Protecção social: 31
 Sector da saúde: 31
 Gabinete do provedor: 72
 Iniciativa de abastecimento de água e saneamento às comunidades rurais (RWSSI): 16
 Iniciativas no domínio da água: 16-17
 African Water Facility (AWF): 16
 Programa de parceria multidoadores para a água (MDWPP): 16
 Integração regional: 23
 Mensagem do Presidente: xvii
 Mobilização de recursos: 40
 Operações do sector privado: 17-18
 Organograma: 266
 Perfis dos projectos e programas aprovados em 2010: 79-111
 Aprovações especiais: 109
 Programas e projectos do BAD: 80-92
 Sector privado: 87-92
 Sector público: 80-86
 Programas e projectos do FAD: 93-107
 Programas e projectos do FFN: 108
 Principais colaboradores do Grupo do Banco: 267
 Sexto aumento geral de capital: 40

Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento:

Aprovações de créditos e subsídios por sector, 2006-2010, e cumulativas, 1967-2010: 293
 Aprovações de créditos e subsídios por sector, 2010: 46
 Aprovações de créditos e subsídios por sub-região, 2006-2010, e cumulativas, 1967-2010: 54-58, 288-289
 Operações por sub-região em 2010: 54-58
 África Austral: 57
 África Central: 58
 África Ocidental: 55
 África Oriental: 56
 África Setentrional: 54

Pagamentos a países fornecedores para provisãoamento de bens e serviços, por origem de fornecimento, 2009-2010: 284-285

Pagamentos a países fornecedores para provisãoamento de bens e serviços, por fonte de fornecimento, 2009-2010: 286-287

Relatório dos auditores independentes: 117

Transferência de recursos concessionais para PMR, 1967-2010: 283

Transferência de recursos para PMR, 1967-2010: 282

ESCRITÓRIOS DE REPRESENTAÇÃO DO GRUPO DO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO – ENDEREÇOS

ARGÉLIA

Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento
Escritório de representação nacional da Argélia (DZFO)
Commune Hydra Paradou
3, rue Hamdani Lahcene, Daira Birmouradrais
Alger, ARGÉLIA
Tel.: +213 7 95 483 561
Contacto: Diarra-Thioune, representante residente
E-mail: a.diarra-thioune@afdb.org

ANGOLA

Ainda sem endereço
Contacto: Joseph RIBEIRO, representante residente
E-mail: j.ribeiro@afdb.org

BURQUINA FASO

Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento
Escritório de representação nacional do Burquina Faso (BFFO)
Immeuble Administratif et Technique del' ARTEL (Autorité Nationale de Régulation des Télécommunications)
5ème Etage
Ouagadougou, BURQUINA FASO
Tel.: +226 503 75750/51/53
Fax: +226 503 75749
Ext: 6100-6129

Contacto: Mohamed Abdalla Cherif, perito responsável pelas operações
E-mail: m.cherif@afdb.org

CAMARÕES

Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento
Escritório de representação nacional dos Camarões (CMFO)
Immeuble N.º 1067 bis
Rue 1750 Nouvelle Route
Bastos, Yaoundé
CAMARÕES
Tel.: +237 22 20 27 61
Fax: +237 22 20 27 64
Ext: 6800-6859
Contacto: Racine Kane, representante residente interino
E-mail: r.kane@afdb.org

CHADE

Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento
Escritório de representação nacional do Chade (TDFO)
Immeuble BCC
2ème Etage
Avenue Charles de Gaulle
BP 193
N'Djamena, CHADE
Tel.: +235 52 46 79/52 45 17
Fax: +235 52 49 96
Ext: 6800-6229
Contacto: Pascal D. BITOUMBOU, representante residente
E-mail: p.bitoumbou@afdb.org

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento
Escritório de representação regional da R. D. Congo (CDFO)
Immeuble de la BCDC (Banque de Commerce du Congo)
Boulevard du 30 Juin- Kinshasa NRC Kinshasa 340
Kinshasa I
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO
Tel.: +243 815 560 291
Fax: +243 815 560 294
Ext: 6330-6399
Contacto: Medjomo COULIBALY, representante residente
E-mail: m.coulibaly@afdb.org

EGIPTO

Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento
Escritório de representação nacional do Egipto (EGFO)
72B Al Maahad Al Eshteraky St.
Heliopolis, Cairo. EGIPTO
Tel.: +202 22 56 37 90/22 56 37 91
Fax: +202 22 56 37 92
Ext: 6730-6759
Contacto: Khushhal Chand KHUSHIRAM, representante residente
E-mail: k.khushiram@afdb.org

ETIÓPIA

Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento
Escritório de representação nacional da Etiópia (ETFO)
7th and 8th Floor, Get-House Building,
Kirkos Sub-City, Kebele 20/21, House N.º 056
P.O Box 25543 Code 1000
Adis Abeba, ETIÓPIA
Tel.: +251 115 546 336
Fax: +251 115 546 335
Ext: 6700-6729
Contacto: Lamine BARRROW, representante residente
E-mail: l.barrow@afdb.org

GABÃO

Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento
Escritório de representação regional do Gabão (GAFO)
Immeuble Saint Georges
Quartier Kalikak
B.P. 4075
Libreville, GABÃO
Tel.: +241 76 85 76/76 85 79
Fax: +241 76 85 77
Ext: 6600-6649
Contacto: Mr. Kanningbi Nyakizangbula, CPO (responsável)
E-mail: k.nyaki-zangbula@afdb.org

GHANA

Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento
Escritório de representação nacional do Gana (GHFO)
Heritage Tower, 7th Floor,
Acra, GHANA
Tel.: +233 21 66 28 40
+233 21 66 28 18
Fax: +233 21 66 28 55
Ext: 6130-6159
Contacto: Marie-Laure Akin-Olugbade, representante residente
E-mail: m.akin-olugbade@afdb.org

GUINÉ-BISSAU

Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento
Gabinete do Programa Nacional da Guiné-Bissau (NPO)
Bissau
GUINÉ-BISSAU
Tel.: +245 20 13 48 / 20 10 98
Fax: +245 20 17 53
Tlm: +245 721 08 98 / 668 43 43
Contacto: Ansumane Mane, Coordenador do Programa Nacional
E-mail: a.mane@afdb.org

QUÊNIA

Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento
Escritório de representação nacional do Quênia (KEFO)
11th Floor, Landmark Plaza
Argwings Kodhek Road, Upper Hill
Nairobi, QUÊNIA
Tel.: +254 20 47 66 300
Fax: +254 20 47 66 444
Ext: 6230-6259
Contacto: Domina BUZINGO, representante residente
E-mail: d.buzingo@afdb.org

MADAGÁSCAR

Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento
Escritório de representação nacional de Madagáscar (MGFO)
9ème Etage, Immeuble FITARATRA
Ankorondrano
Rue Ravoninahitriniarivo
BP 1718 Analakely
Antananarivo 101, MADAGÁSCAR
Tel.: +261 2022 643 61/2022 641 89
Fax: +261 2022 642 32
Ext: 6000-6029
Contacto: Bruno BOEDTS, funcionário responsável
E-mail: b.boedts@afdb.org

MALAVI

Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento
Escritório de representação nacional do Malavi (MWFO)
2nd Floor, Kang'ombe House
Box 30732,
City Centre, Lilongwe
MALAVI
Tel.: +265 0 1 77 44 60-62/64
Fax: +265 0 1 77 44 69
Ext: 6300-6329
Contacto: Frank KUFKAWANDI, representante residente
E-mail: s.kufkawandi@afdb.org

MALI

Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento
Escritório de representação nacional de Bamaco (MLFO)
3e & 4e étages, Immeuble Investim
Bâtiment B, Quartier du Fleuve
BP 2950 Bamaco
MALI
Tel.: +223 222 28 85/222 28 72
Fax: +223 222 29 13
Ext: 6030-6059
Contacto: Moulay Lahcen ENNAHLI, representante residente
E-mail: e.mylahcen@afdb.org

MARROCOS

Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento
Escritório de representação nacional de Marrocos (MAFO)
Immeuble "Espaces Les Lauriers", 1er Etage
Angle des avenues Annakhil et Mehdi Ben Barka,
Hay Riad
BP 592 Rabat Chellah, Rabat, MARROCOS
Tel.: +212 37565937/37713826-7
Fax: +212 37565935
Ext: 6160-6190
Contacto: Amani ABOU ZEID, representante residente
E-mail: a.abou-zeid@afdb.org

MOÇAMBIQUE

Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento
Escritório de representação regional de Moçambique (MZFO)
3rd floor, JAT 4 Building
Zedequias Maganhela, 267
Maputo, MOÇAMBIQUE
Tel.: +258 213 26409
Fax: +258 213 15600
Ext: 6430-6499
Contacto: Alice HAMER, representante residente
E-mail: a.hamer@afdb.org

NIGÉRIA

Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento
Escritório de representação nacional da Nigéria (NGFO)
Plot 813
Lake Chad Crescent
Maitama District
Abuja, NIGÉRIA
Tel.: +234 9 4133261/262
+234 9 6721738
Fax: +234 9 413 3260
+1 321 956 3851
Ext: 6650-6699
Contacto: John Koffi Baffoe, representante em exercício
E-mail: j.baffoe@afdb.org

RUANDA

Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento
Escritório de representação nacional do Ruanda (RWFO)
Immeuble BCDI 8 Avenue de la Paix
BP 7329 Kigali , RUANDA
Tel.: +250 50 42 97/50
Fax: +250 50 42 98
Ext: 6060-6090
Contacto: John Kofi Baffoe, representante em exercício
E-mail: j.baffoe@afdb.org

SENEGAL

Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento
Escritório de representação regional do Senegal (SNFO)
Immeuble Coumba
Route de Ngor
Zone 12, Quartier des Almadies,
BP 50544 - CP 18524 RP Dakar, SENEGAL
Tel.: +221 33 820 08 88/33 869 75 44
Fax: +221 33 820 09 99
Ext: 6530-6599
Contacto: Mohamed H'MIDOUICHE, representante residente
E-mail: m.himidouiche@afdb.org

SERRA LEOA

Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento
Escritório de representação nacional da Serra Leoa (SLFO)
5th & 6th floor, Bishop Building
13 Lamina Sankoh Street, PMP335
Freetown, SERRA LEOA
Tel.: +232 (0) 76541328
Ext: 6260-6290
Contacto: Samuel Ofori ONWONA, representante residente
E-mail: s.onwona@afdb.org

ÁFRICA DO SUL

Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento
Escritório de representação regional da África do Sul (ZAF0)
Crestway Office Park, 2 Hotel Street
Perseuor Park, 0020 Pretoria,
África do Sul
Contacto: Eva Joy Rwihandagaza Ranganuz, CPO (funcionário responsável)
E-mail: e.ranganuz@afdb.org

SUDÃO

Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento
Escritório de representação nacional do Sudão (SDFO)
Higleig Petroleum Tower
7th Floor
Plot 499
Square 65
East-Second
Khartoum, SUDÃO
Tel.: +249 922 735 071
Ext: 6860-6890
Contacto: Famara JATTA, representante residente
E-mail: f.jatta@afdb.org

TANZÂNIA

Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento
Escritório de representação nacional da Tanzânia (TZFO)
5th Floor, International House,
Garden Avenue,
P.O. Box 6024
Dar Es Salaam, TANZÂNIA
Tel.: +255 22 2125281/2 (escritório)
+255 22 2125286 (directo)
Fax: +255 22 2125283
Ext: 6500-6529
Contacto: Prajesh Bhakta, CPO (funcionário responsável)
E-mail: p.bhakta@afdb.org

UGANDA

Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento
Escritório de representação nacional do Uganda (UGFO)
14th Floor, Crested Towers Building
Hannington Road
P.O. Box 28509
Campala, UGANDA
Tel.: +256-414 236 166/7
Fax: +256-414 234 011
Ext: 6760-6790
Contacto: Patrick S. KHAEMBA, representante residente
E-mail: p.khaemba@afdb.org

ZÂMBIA

Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento
Escritório de representação nacional da Zâmbia (ZMFO)
Pyramid Plaza
746B Church Road
Cathedral Hill
P O Box 51449 Ridgeway,
Lusaca, ZÂMBIA
Tel.: +260 21 12 57 868/869/874
Fax: +260 21 12 57 872
Ext: 6400-6429
Contacto: Freddie KWESIGA, representante residente
E-mail: f.kwesiga@afdb.org



BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO · FUNDO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO

15, Avenue du Ghana, Angle des rues Pierre de Coubertin et Hedi Nouira, BP 323, 1002 Tunis Belvédère, Tunísia

Tel. (216) 71 333 511 **Fax** (216) 71 351 933

E-mail afdb@afdb.org **Sítio Web** www.afdb.org



Produzido por Phoenix Design Aid AS/ Dinamarca
Impresso em papel reciclado respeitador do ambiente com tintas vegetais.
O material impresso é reciclável. Certificado de acordo com as normas ISO 14001/ISO 9001 e aprovado pelo EMAS.